ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA INICIAL SUJEITA A ALTERAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES, TENDO SIDO ARQUIVADO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS EXCLUSIVOS DE ANÁLISE E EXIGÊNCIAS POR PARTE DESSA AUTARQUIA. ESTE DOCUMENTO, PORTANTO, NÃO SE CARACTERIZA COMO O PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA E NÃO CONSTITUI UMA OFERTA DE VENDA OU UMA SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO BRASIL, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU EM QUALQUER OUTRA JURISDIÇÃO, SENDO QUE QUALQUER OFERTA OU SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS SÓ SERÁ FEITA POR MEIO DE UM PROSPECTO DEFINITIVO. OS POTENCIAIS INVESTIDORES NÃO DEVEM TOMAR NENHUMA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA MINUTA.

MINUTA DO PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA

[Ticker do Novo Mercado]

NADIR FIGUEIREDO S.A.
Companhia em fase de registro perante a CVM na categoria "A"
61.067.161/0001-97 | NIRE 35.300.022.289
Avenida Zaki Narchi, nº 500, Vila Guilherme
CEP 02029-000, São Paulo, SP
[•] Ações
Valor Total da Oferta: R$[•]
Código ISIN das Ações "[•]"
Código de negociação das Ações na B3: "NADR3"

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa (conforme definido na página 44 deste Prospecto).

A **NADIR FIGUEIREDO S.A.** ("**Companhia**") e o Kilauea Brasil Partners II – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("**FIP Kilauea**"), ("**Acionista Vendedor**") estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de, inicialmente, [•] ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de[, inicialmente,] [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de[, inicialmente,] [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, nas quantidades indicadas na seção "Informações Sobre a Oferta – Acionista Vendedor, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 40 deste Prospecto ("**Oferta Secundária**"), em ambos os casos, a ser realizada na República Federativa do Brasil ("**Brasil**"), em mercado de balcão não organizado, em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente vigente, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("**ANBIMA**" e "**Código ANBIMA**", respectivamente), e demais normativos aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**").

A Oferta será realizada no Brasil sob coordenação do Banco BTG Pactual S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("**Bank of America**" ou "**Agente Estabilizador**"), do Banco Itaú BBA S.A. ("**Itaú BBA**") e o Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Agente Estabilizador e o Itaú BBA, "**Coordenadores da Oferta**"), observado o disposto na Instrução CVM 400, bem como os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**" e "**Regulamento do Novo Mercado**", respectivamente), com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta, exclusivamente, para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores de Varejo (conforme definido neste Prospecto) ("**Instituições Consorciadas**" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "**Instituições Participantes da Oferta**").

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo BTG Pactual US Capital, LLC, pelo Bank of America Securities, Inc., pelo Itau BBA USA Securities, Inc. e pelo Bradesco Securities Inc. (em conjunto, "**Agentes de Colocação Internacional**") (i) nos Estados Unidos da América ("**Estados Unidos**"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A do *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("***Securities Act***") editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos ("**SEC**"), em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, exceto os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S* ("**Regulamento S**"), editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "**Investidores Estrangeiros**"), em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional ("**CMN**") n° 4.373, de 29 de setembro de 2014, conforme alterada ("**Resolução CMN 4.373**"), e pela Resolução da CVM nº 13, de 11 de novembro de 2020, conforme alterada ("**Resolução CVM 13**") ou pela Lei n° 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("**Lei 4.131**"), sem a necessidade, para tanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Distribuição Internacional (conforme definido neste Prospecto). Exceto pelos registros da Oferta a serem concedidos pela CVM para a realização da Oferta no Brasil em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, a Companhia, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizaram nem realizarão nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC dos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act.*

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início (conforme definido neste Prospecto), a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme abaixo definido) poderá, a critério [da Companhia] [e] [do Acionista Vendedor], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em [até] [20]% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em [até] [•] ações ordinárias de emissão da Companhia[, das quais (i) até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, na proporção indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Acionista Vendedor, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 40 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas] ("**Ações Adicionais**").]

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a [até] [15]% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia[, das quais (i) até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, na proporção indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Acionista Vendedor, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 40 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações do Lote Suplementar**"), conforme opção a ser outorgada [pela Companhia] [e] [pelo Acionista Vendedor] ao Agente Estabilizador, nos termos do, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme definido neste Prospecto), as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta ("**Opção de Ações do Lote Suplementar**"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias corridos contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme definido neste Prospecto). Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto da Garantia Firme de Liquidação (conforme definido neste Prospecto) por parte dos Coordenadores da Oferta.

Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa do Preço por Ação, os Pedidos de Reserva (conforme definido na página 44 deste Prospecto) serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de o Preço por Ação ser inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício-Circular nº 1/2020-CVM/SRE, de 5 de março de 2020, hipótese em que o Investidor de Varejo poderá desistir do seu Pedido de Reserva, nos termos deste Prospecto. O Preço por Ação será fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto) pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1°, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("**Procedimento de *Bookbuilding***"). O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"). **Os Investidores de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

	Preço (R$)[1]	Comissões (R$)[1][2][3]	Recursos Líquidos (R$)[1][2][3][4]
Preço por Ação	[•]	[•]	[•]
Oferta Primária	[•]	[•]	[•]
Oferta Secundária[5]	[•]	[•]	[•]
Total Oferta	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa do Preço por Ação. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.
(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.
(3) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto.
(4) Deduzidas as comissões e sem dedução de outros custos, despesas e tributos da Oferta.
(5) Para informações sobre a quantidade de Ações a serem alienadas pelo Acionista Vendedor e os recursos líquidos a serem recebidos, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Acionista Vendedor, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos", constante na página 40 deste Prospecto.

A realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital social da Companhia[, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social ("**Estatuto Social**"), com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, bem como a adesão da Companhia ao segmento de listagem do Novo Mercado e a reforma e consolidação do seu Estatuto Social, de forma a adequá-lo às exigências legais e regulamentares aplicáveis às regras do Regulamento do Novo Mercado, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 1 de fevereiro de 2021, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**") em [•] de [•] de 2021, sob o nº [•] e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("**DOESP**") e no jornal "O Estado de São Paulo" em 2 de fevereiro de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão Procedimento de *Bookbuilding* e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "O Estado de São Paulo" na data de disponibilização do Anúncio de Início.

A participação do FIP Kilauea na Oferta Secundária mediante a alienação das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade ([incluindo as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar]), bem como seus termos e condições, foi aprovada, nos termos do Regulamento vigente, em 8 de dezembro de 2020, em Reunião do Comitê Gestor e de Investimento. A fixação do Preço por Ação será aprovada pelo gestor do FIP Kilauea, na data da fixação do Preço por Ação, conforme atribuição a este conferida também na referida Reunião do Comitê Gestor e de Investimento.

Exceto pelos registros da Oferta pela CVM, a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da data indicada no Aviso ao Mercado (conforme definido neste Prospecto), para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição (conforme definido neste Prospecto).

A Oferta está sujeita à análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos em [•] de [•] de 2021.

"OS REGISTROS DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICAM, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS".

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de investimento nas Ações. Ao decidir investir nas Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES" DESCRITOS NAS PÁGINAS 20 E 71, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.

Autorregulação ANBIMA
Ofertas Públicas

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder

Agente Estabilizador

A data deste Prospecto Preliminar é [•] de [•] de 2021.

As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia; das Instituições Participantes da Oferta; das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; e da CVM.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES **1**
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA **4**
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO **5**
SUMÁRIO DA COMPANHIA **8**
SUMÁRIO DA OFERTA **23**
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA **38**
Composição do Capital Social da Companhia 38
Acionistas e Administradores da Companhia 39
Acionista Vendedor, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos 40
Descrição da Oferta 41
Listagem e Negociação no Novo Mercado da B3 43
Aprovações Societárias 44
Instituições Participantes da Oferta 44
Preço por Ação 44
Reserva de Capital 46
Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta 46
Custos de Distribuição 47
Estabilização do Preço das Ações 50
Características das Ações 51
Público Alvo da Oferta 52
Procedimento da Oferta 53
Oferta de Varejo 53
Oferta Institucional 58
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta 59
Suspensão ou Cancelamento da Oferta 60
Prazo de Distribuição 61
Liquidação 61
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação 61
Contrato de Distribuição e Contrato de Colocação Internacional 62
Violações de Normas de Conduta 63
Restrições à Negociação das Ações (“*Lock-up*”) 64
Instituição Financeira Escrituradora das Ações 64
Cronograma Tentativo Estimado da Oferta 65
Inadequação da Oferta 66
Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta 66
Informações Adicionais 67
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES **71**
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA **82**
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA **87**
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder 87
Relacionamento entre a Companhia e o Agente Estabilizador 88
Relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA 89
Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI 91
RELACIONAMENTO ENTRE O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES DA OFERTA **94**
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder 94
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Agente Estabilizador 95
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Itaú BBA 95
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Bradesco BBI 96

INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, O ACIONISTA VENDEDOR, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES 98
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 100
CAPITALIZAÇÃO 102
DILUIÇÃO 103
ANEXOS 107
ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA 111
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA 137
MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO 223
ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR E DE INVESTIMENTO DO FIP KILAUEA, REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE APROVOU A SUA PARTICIPAÇÃO NA OFERTA SECUNDÁRIA 229
[MINUTA DA]DECLARAÇÃO DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 239
[MINUTA DA]DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 243
[MINUTA DA]DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 247
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018 251
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA 459

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, “Companhia” ou “Nadir Figueiredo” referem-se, a menos que o contexto determine de forma diversa, à Nadir Figueiredo S.A. e suas subsidiárias na data deste Prospecto.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção “Sumário da Oferta” na página 23 deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, salvo se de outra forma determinado neste Prospecto ou se o contexto assim exigir.

Acionista Vendedor ou FIP Kilauea	Kilauea Brasil Partners II – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior.
Administração	Conselho de Administração e Diretoria da Companhia, considerados em conjunto.
Administradores	Membros da Administração.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	Assembleia geral de acionistas da Companhia.
Auditores Independentes	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e Grant Thornton Auditores Independentes.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
CPF/ME	Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor.
Companhia ou Nadir Figueiredo	Nadir Figueiredo S.A.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, de caráter não permanente[, que até a data deste Prospecto não havia sido instalado].

Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado a ser celebrado entre, de um lado, a B3 e, de outro, a Companhia, por meio do qual a Companhia aderirá ao Novo Mercado, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Deliberação CVM 860	Deliberação da CVM nº 860, de 22 de julho de 2020.
Diretoria	A diretoria da Companhia.
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
Dólar, dólar, dólares ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	Estatuto social da Companhia.
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 505	Instrução da CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.
Instrução CVM 539	Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.
IOF/Câmbio	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativos a Títulos e Valores Mobiliários incidentes sobre o câmbio.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei 4.131	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.

Offering Memoranda	*Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Colocação Internacional, considerados em conjunto.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Nadir Figueiredo S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Nadir Figueiredo S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospectos	O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Regra 144A	Regra 144A editada ao amparo do *Securities Act*.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de Listagem do Novo Mercado editado pela B3, que disciplina os requisitos para a negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras diferenciadas para essas companhias, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado.
Regulamento S	Regulamento S editado ao amparo do *Securities Act*.
Resolução CMN 4.373	Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de novembro de 2014, conforme alterada.
Resolução CVM 13	Resolução da CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020.
SEC	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	*Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Nadir Figueiredo S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 61.067.161/0001-97, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35300022289.
Registro na CVM	Em fase de registro de emissor de valores mobiliários na categoria "A" perante a CVM.
Sede	Localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Zaki Narchi, nº 500, CEP 02029-000.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Zaki Narchi, nº 500, CEP 02029-000. O Diretor Financeiro e de Relações com Investidores é o Sr. Eron Martins. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 (11) 4741-8500 / 2967-8912 e o seu endereço eletrônico é [•].
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Auditores Independentes	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, e Grant Thornton Auditores Independentes para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As ações ordinárias de emissão da Companhia serão listadas no Novo Mercado sob o código "NADR3", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início, sujeito à conclusão da Oferta.
Jornais nos quais divulga informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no DOESP e no jornal "O Estado de São Paulo".
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.
Website	ri.nadirfigueiredo.com.br As informações constantes no *website* da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não estão a ele anexas.
Informações Adicionais	Informações adicionais sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidas no Formulário de Referência anexo a este Prospecto por referência e junto à Companhia, às Instituições Participantes da Oferta, à CVM e/ou à B3 nos endereços e páginas da rede mundial de computadores indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 67 deste Prospecto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto contém estimativas e perspectivas para o futuro, principalmente, nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", descritos nas páginas 20 e 71, respectivamente, deste Prospecto, e nos itens "4. Fatores de Risco", "7. Atividades do Emissor" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Essas considerações sobre estimativas e declarações prospectivas se basearam, principalmente, nas expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou possam afetar seu setor de atuação, sua participação de mercado, sua reputação, seus negócios, sua situação financeira, o resultado das suas operações, suas margens e/ou seu fluxo de caixa. Elas estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações de que dispomos atualmente.

Além de outros itens discutidos em outras seções deste Prospecto, há uma série de fatores que podem fazer com que as estimativas e declarações não ocorram como previsto ou descrito. Tais riscos e incertezas incluem, entre outras situações, as seguintes:

- capacidade de a Companhia implementar sua estratégia de expansão, seja por aquisições ou organicamente;
- capacidade de a Companhia prever e reagir, de forma eficiente, a mudanças temporárias ou de longo prazo no comportamento dos consumidores da Companhia em razão da pandemia da COVID-19, mesmo após o surto ter sido suficientemente controlado;
- a capacidade de a Companhia implementar, de forma tempestiva e eficiente, qualquer medida necessária em resposta ao, ou para amenizar os impactos da pandemia da COVID-19 em seus negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira;
- os efeitos econômicos, financeiros, políticos e sanitários da pandemia da COVID-19 (ou outras pandemias, epidemias e crises similares), particularmente no Brasil e na medida em que tais fatores continuem a causar severos, frequentes e negativos efeitos macroeconômicos, aumentando assim muitos dos outros riscos descritos na seção "4.1. Fatores de Risco" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto;
- alteração substancial no comportamento dos consumidores da Companhia em razão da amenização, controle e/ou término da pandemia da COVID-19;
- eventos de surtos de doenças e pandemias, tal como o surto da COVID-19 no Brasil e no mundo;
- rebaixamento na classificação de crédito do Brasil;
- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas, ambiente regulatório ou regulamentação no Brasil;
- alterações nas leis e nos regulamentos aplicáveis ao setor de atuação da Companhia, bem como alterações no entendimento dos tribunais ou autoridades brasileiras em relação a essas leis e regulamentos;
- alterações nas condições gerais econômicas, políticas, demográficas e comerciais no Brasil, particularmente nas regiões em que a Companhia opera, incluindo, por exemplo, inflação, desvalorização do real, taxas de juros, taxas de câmbio, níveis de emprego, crescimento populacional, confiança do consumidor e liquidez nos mercados financeiro e de capitais;

- instabilidade política no País (inclusive referente a políticas desenvolvidas pelo novo governo do Presidente Jair Bolsonaro ou como resultado de intervenções do governo e/ou novos impostos e tarifas) e mudanças na situação política e macroeconómica do País;

- instabilidade política no país e a percepção dos riscos em relação à corrupção e a outras investigações em curso, o que incentiva relações turbulentas e lutas internas dentro da administração do Presidente Bolsonaro, bem como políticas e possíveis mudanças para tratar dessas questões ou de outra forma, incluindo reformas econômicas e fiscais e respostas aos efeitos contínuos da pandemia COVID-19, qualquer um dos quais pode afetar negativamente as perspectivas de crescimento da economia brasileira como um todo;

- impossibilidade ou dificuldade de viabilização e implantação de novos projetos de desenvolvimento e prestação de nossos serviços;

- condições que afetam o setor de atuação da Companhia e a condição financeira de seus principais clientes;

- a mudança no cenário competitivo no setor de atuação da Companhia;

- o relacionamento com os atuais e futuros fornecedores, clientes e prestadores de serviços da Companhia;

- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando aos custos: (i) de operação e manutenção; (ii) encargos regulatórios e ambientais; e (iii) contribuições, taxas e impostos;

- fatores negativos ou tendências que podem afetar os negócios, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de suas operações;

- impacto da recessão econômica e do eventual ajuste fiscal que poderá afetar negativamente o crescimento da demanda na economia brasileira como um todo;

- o nível de capitalização e endividamento da Companhia e sua capacidade de contratar novos financiamentos e executar o seu plano de expansão;

- efeitos de eventual reforma tributária;

- eventos de força maior; e

- outros fatores de riscos apresentados na seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” e “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia”, nas páginas 71 e 20, respectivamente, deste Prospecto, e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS DESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E PROSPECTIVAS FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

As palavras “acreditamos”, “podemos”, “poderemos”, “estimamos”, “continuamos”, “antecipamos”, “pretendemos”, “esperamos” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não podemos assegurar que atualizaremos ou revisaremos quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em qualquer garantia de desempenho futuro. Os reais resultados podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto. Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência podem não vir a ocorrer e, ainda, nossos resultados futuros e nosso desempenho podem diferir substancialmente daqueles previstos em nossas estimativas em razão, inclusive, mas não se limitando, aos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações prospectivas contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA EMISSORA. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE A EMISSORA ESTÃO NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA. AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE SUMÁRIO SÃO CONSISTENTES COM AS INFORMAÇÕES DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.

Este Sumário contém um resumo das nossas atividades e das nossas informações financeiras e operacionais, não pretendendo ser completo nem substituir o restante deste Prospecto e do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 459. Este Sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Ações. Antes de tomar sua decisão em investir em nossas Ações, o investidor deve ler cuidadosa e atenciosamente todo este Prospecto e o Formulário de Referência, incluindo as informações contidas na seção "*Considerações Sobre Estimativas e Declarações acerca do Futuro*" e nas seções "*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia*" e "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*" deste Prospecto, nas páginas 20 e 71, respectivamente, deste Prospecto, bem como na seção "*4. Fatores de Risco*" e "*5. Riscos de Mercado*" do nosso Formulário de Referência, a partir das páginas 487 e 539, respectivamente, deste Prospecto, bem como as nossas demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto a partir da página 251. Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Ações.

A menos que o contexto exija outra interpretação, os termos "nós", "nossos" e "nossa Companhia" referem-se à Companhia e suas subsidiárias.

Visão Geral dos Negócios

Somos a empresa líder na América Latina em produtos de consumo com foco em utilidades domésticas de vidros e estamos entre as maiores empresas do mundo nesse segmento. Temos escala e crescimento sólidos com margem competitiva, atingindo um crescimento de receita de 12,7% e um EBITDA de R$273,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, combinados com uma forte geração de caixa, com mais de 70% de conversão de caixa operacional em 2020. Oferecemos uma ampla gama de produtos inovadores que buscam propiciar a nossos clientes design a um melhor custo-benefício. Estamos virtualmente presentes em todas as cidades e municípios do Brasil, por meio de um portfólio completo e uma ampla capilaridade.

Fonte: Companhia

A Nadir Figueiredo possui uma história de mais de 100 anos. O pilar da primeira fase de crescimento foi o pioneirismo. A história da Nadir começa como uma oficina mecânica em 1912 e nos anos 30 começa a trabalhar com produtos de vidro. Durante sua trajetória, a Companhia passou pela 2º Guerra Mundial, a gripe espanhola, a grande crise de 1929 e mais recentemente a pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19), não tendo em nenhuma dessas ocasiões interrompido suas atividades.

Somos hoje empresa líder em consumo, com uma das melhores propostas de valor do setor. Ao avaliarmos dados de satisfação do cliente na plataforma Reclame Aqui, que reúne as maiores empresas do Brasil, estamos posicionados no topo quando comparados com grupos relevantes no setor de consumo. Por 3 anos consecutivos, figuramos entre as top 2 companhias de utilidades domésticas do ranking Reclame Aqui, mais um atestado de excelência que entrou para a história da Companhia.

Fonte: Reclame Aqui

Mercado de Atuação

A Nadir Figueiredo possui foco em utilidades domésticas, produto voltado ao consumidor final, onde a satisfação do cliente e a gestão de marca, por meio da ativação constante em ações de marketing, são fundamentais, bem como foco em embalagens para o setor de alimentos, no qual o produto também vai para a casa do consumidor.

Os segmentos de Garrafaria e de Vidro Plano, geralmente operam com margens menores, onde o foco é na gestão de recursos e competitividade de custos, com dinâmicas de mercado completamente distintas.

Fonte: Companhia

Nossas Marcas

Possuímos um portfólio holístico de marcas, cada uma atendendo diferentes grupos de consumidores e possuindo estratégias próprias e únicas. Porém no conjunto de nossas marcas, atendemos todo o espectro de consumidores, servindo públicos de diferentes idades, regiões, preferências e características socioeconômicas.

	Nadir	Duralex	Marinex	Copo Americano	Sempre	SM	COLOREX
Cultura	Atende um público variado, com diferentes estilos de vida	Para momentos bonitos e elegantes, todos os dias	Assadeiras e formas para liberar a criatividade na cozinha	Seu público-alvo gosta de se divertir e estar junto com seus entes queridos	Assadeiras e formas para liberar a criatividade na cozinha	Marca complementar para Nadir	Atende à crescente importância de reduzir o uso de plásticos
Classes	ABCD	BCD	ABC	ABCD	BCD	BCD	BCD
Foco Estratégico	Homens e mulheres, consumidores de bares, hotéis e restaurantes	Marca mundialmente conhecida, com apelo popular	Marca mundialmente conhecida, com apelo popular	Homens e mulheres, consumidores de bares, hotéis e restaurantes	Marca complementar para Marinex	Permite que a empresa fortaleça sua presença em outro segmento	Marca complementar e estratégia de crescimento clara

A. <u>Marcas Principais</u>

O “Copo Americano” é a marca que mais trouxe rejuvenescimento e reconhecimento para a Companhia. Partiu de um simples copo, e hoje tem uma expansão de linha muito grande desde que virou marca em 2013, hoje com mais de 170 SKUs. É o copo que acompanha todos os brasileiros no dia a dia, das 5h da manhã às 10h da noite, seja por meio de um café expresso, de um refrigerante ou de uma cerveja. Há mais de 70 anos no mercado, o Copo Americano já possui mais de 6 bilhões de unidades vendidas.

Fonte: Companhia

A marca “Marinex”, de refratários de vidro, está presente em todo Brasil, com *market share* expressivo de 48% em refratários, de acordo com estimativas internas da Companhia. A marca é tão forte que se tornou sinônimo de categoria, cujos produtos são recorrentemente referenciados pelos consumidores por “um Marinex” ou “meu Marinex”. Acreditamos que há uma relação muito interessante entre marca e o consumidor final que traz benefícios à Companhia, tal como a propaganda espontânea da marca via boca a boca, fruto da satisfação dos clientes Nadir Figueiredo.

Fonte: Companhia

A marca “Duralex” representa cerca de metade dos pratos vendidos no Brasil, de acordo com estimativas internas da Companhia e, assim como a marca Marinex, passou a integrar o portfólio da Nadir após a aquisição da Santa Marina. Duralex era uma marca popular por seus pratos âmbar e, com a aquisição da Nadir, passou a incluir um portfólio amplo de pratos brancos, o que adicionou valor à marca através de um material mais sofisticado e coerente com as tendências mais recentes de mercado.

Fonte: Companhia

A marca “Nadir” é o segmento focado em coparia, envolvendo todos os copos e taças. Engloba desde o copo popular até taças um pouco mais sofisticadas. A marca possui um vasto portfólio de produtos que atrai as diversas classes sociais.

Fonte: Companhia

Acreditamos que em razão da força de nossas marcas, com o passar do tempo, elas se tornaram sinônimos das categorias de produtos que comercializamos.

Fonte: Companhia

B. <u>Marcas Complementares</u>

A marca “Colorex” é uma marca de jarras e potes que está em constante desenvolvimento, e pode ter expansão significativa com base no aumento da nossa capacidade produtiva, de forma a aumentar o reconhecimento da marca e a satisfação de nossos consumidores.

Fonte: Companhia

A marca “Sempre” é uma marca de refratários, e proporciona uma vantagem competitiva relevante na medida que, em conjunto com a marca Marinex, oferece um amplo espectro de refratários dada a complementariedade entre as marcas.

Fonte: Companhia

A marca “SM” é também focada em coparia, sendo a marca mais jovem do nosso portfólio. Há 2 anos, a marca Cisper, um concorrente relevante, saiu totalmente do mercado, deixando de operar no Brasil. Rapidamente, nós conseguimos produzir e criar um portfólio sob a marca SM, ganhando parte do *market share* que deixou de ser explorado por tal concorrente. Nos últimos 2 anos, a marca SM apresentou um forte crescimento diante de tal oportunidade, com aumento de receitas de quase 100% entre 2018 e 2019.

Fonte: Companhia

Fonte: Companhia

Temos uma equipe de marketing robusta, sendo o núcleo principal dividido em 3 atividades: (i) Produtos, com designers de produtos e designers gráficos, que se baseiam nas tendências para posicionar novos produtos no mercado; (ii) Lançamentos; e (iii) Inteligência de mercado, que busca entender como o mercado de utilidades domésticas se movimenta. Utilizamos diversas pesquisas, e realizamos viagens a conferências globais, as quais representam benchmark relevante para o lançamento de novos produtos.

Temos um segundo núcleo de comunicação, dividido em *online* e *offline*, que se transforma com base na digitalização, com equipe que se especializa cada vez mais para colocarmos nossas marcas em evidência, de modo que os consumidores estejam cada vez mais próximos das nossas marcas.

Temos um terceiro núcleo de trade marketing, formado por analistas e promotores, que garantem que nossos produtos estejam bem posicionados e ganhem evidência nas prateleiras, demonstrando as forças das nossas marcas.

Inovação

Acreditamos que a inovação está no nosso DNA. Entre 2013 e 2019, em média, 15% de nossa receita foi proveniente de produtos lançados nos últimos 24 meses de cada ano.

Um bom exemplo, e que serve como um *case*, é o "Copo Americano", um produto icônico, com mais de 70 anos de história, e que tem uma relação afetiva com o povo brasileiro. O Copo Americano teve seu registro como "marca" perante o INPI em 2013, e desde então, passou por um grande processo de *branding* e ampliação do portfólio de produtos e hoje se destaca em muitos mercados com produtos de valor agregado. Ele faz parte do dia a dia do brasileiro, sendo utilizado para o consumo de bebidas que englobam tanto o café expresso, quanto o refrigerante ou a cerveja, sendo um copo marcado por acompanhar a pessoa ao longo do dia, em várias ocasiões.

Com o registro da marca nominativa "Americano" para a categoria *Copos* e registro da marca tridimensional, impossibilitando que o produto seja copiado por terceiros. Empresas que tiverem a intenção de utilizar o desenho tridimensional, em vidro ou em qualquer outro material, precisam fazer um licenciamento de marca com a Nadir Figueiredo. O Copo Americano foi bastante requisitado ao longo dos últimos anos com presença em quiosques em shoppings no Brasil, além de demanda de parcerias, como o Starbucks, que nos formalizou uma licença para criar um café no tamanho do Copo Americano.

Fonte: Companhia

Entre outras inovações, destacamos também a taça Barone. A taça Barone trouxe a percepção ao consumidor de valor agregado com um preço bastante atrativo, revolucionando o mercado de taça de cristais, em contrapartida à grande oferta de produtos importados, com preços elevados.

Fonte: Companhia

Uma tendência relevante é o crescimento de produtos para cervejas especiais, que vêm ganhando bastante espaço globalmente. Criamos uma meta interna de lançar um produto para cada tipo de cerveja e temos sido capazes de executar essa estratégia ao longo dos últimos anos. Hoje, tanto para mercados profissionais como para consumidores finais, é possível se ter um copo para cada tipo de cerveja melhorando a experiência de consumo da bebida e gerando muito valor, inclusive com ações de campanhas profissionais, melhorando a percepção de valor de marca.

Fonte: Companhia

Outra tendência importante é o movimento mundial da mixologia. As pessoas passaram a tomar drinks em festas e em casa. É um movimento que imaginamos que não retrocederá, sendo assim, começamos a lançar novos produtos no mercado para atender esse universo da mixologia, e também lançamos em 2015 uma campanha (o Drink Perfeito), ensinando os consumidores a preparar seu próprio drink em casa, contando com o apoio de um mixologista premiado para chancelar esse movimento. Destacamos a taça gin, que é uma taça muito aguardada desde antes da sua produção, e hoje é uma das taças que mais vendemos. A Nadir Figueiredo foi capaz de se reinventar, acompanhando essas tendências de mercado ao longo do tempo, com a criação de diversos produtos bem-sucedidos.

Fonte: Companhia

Finalmente, desenvolvemos a Marinex Opaline, produzida com vidro branco, sendo esse o mesmo vidro do prato Duralex Opaline, entretanto com os atributos da marca Marinex. A marca Marinex possui o atributo de ser sinônimo de categorias, e a Companhia foi capaz de emplacar várias campanhas de marketing sobre esse produto, incluindo a *hashtag* #Marinexlovers, que ilustra uma das campanhas digitais nas redes sociais.

Fonte: Companhia

Operação e Distribuição

Atualmente, somos reconhecidos como uma empresa de consumo líder no segmento de utilidades domésticas com um portfólio amplo de produtos, que atinge diversos segmentos da categoria. Isso traz uma força grande para a rede de distribuição, sejam lojas de presentes, supermercados, lojas de conveniência, demais varejistas, e-commerce, distribuidores ou *cash & carry*. Oferecemos uma solução de portfólio completa, oferecendo escala e marcas icônicas aos nossos parceiros, o que mitiga a necessidade da procura de produtos com terceiros e nos permite a realização de vendas cruzadas. Isso tudo foi possível através da criação de uma infraestrutura industrial robusta, desenvolvida após muitos anos de investimentos, o que fez com que a Nadir atingisse um parque fabril estado da arte. Temos marcas fortes, produtos de ótima qualidade, trazendo bons preços e um excelente nível de qualidade aos nossos clientes, sempre alinhado à inovação.

Temos uma capilaridade única no território nacional, estando presente em cerca de 80% dos pontos de venda no Brasil, de acordo com Nielsen em 2018. Tendo em vista nossa capilaridade, somos capazes de atender a necessidade do cliente com celeridade, sendo capazes de entregar um produto em qualquer local da região de São Paulo em média em 48 horas.

Aproximadamente 70% dos nossos produtos são destinados para lares e residências do Brasil, e o restante, aproximadamente 30%, para serviços de alimentação, como bares, restaurantes e hotéis. Temos também uma eficiente rede de distribuidores parceiros, que foram responsáveis por 24% da nossa receita bruta em 2020 que vendem tanto para residências, como para o canal de serviços de alimentação. Por meio dessa rede, operamos a uma margem bruta de 40% em 2020. Vale lembrar que possuímos também diversos parceiros atacadistas, que atendem donos de casa e estabelecimentos de serviços de alimentação, responsáveis por 31% da nossa receita bruta em 2020, a uma margem bruta de 48%. Finalmente, por meio do nosso time de parceiros varejistas, realizamos 45% das nossas vendas a uma margem bruta de 46% em 2020. Temos uma base de mais de 900 clientes altamente fragmentada, com o maior cliente representando apenas 5,1% das vendas totais.

A Nadir Figueiredo exporta desde o começo da década de 1980 para diversos países, sendo hoje mais de 100 países. O mercado da exportação nos traz margens atrativas, nos permite crescer, valoriza a nossa marca globalmente, e faz com que estejamos sempre bem-antenados sobre inovação, acompanhando tendências e criando produtos com base nos padrões mais exigentes de qualidade. Estamos presentes desde 1984 na maior feira anual de bens de consumo para o lar, a Ambiente Messe em Frankfurt na Alemanha. No ano de 2020, aproximadamente 8,5% das nossas receitas foram provenientes de exportação.

Para suportar nossa distribuição, contamos com instalações industriais de ponta. Nossa fábrica, localizada em Suzano, São Paulo, teve um aumento de 375 toneladas diárias em média em 2000 para 525 toneladas diárias em média em 2020. Nossa planta conta com 2 fornos alcalinos e 2 fornos opalinos, em um sistema de 24 linhas de produção com flexibilidade para produzir utensílios de mesa e embalagens de vidro. Nossa capacidade instalada será de 670 toneladas diárias ao fim de 2021, com aumento previsto para 820 toneladas diárias a partir da expansão do Forno 1 e com a construção do novo Forno Alcalino. Operamos a uma taxa de utilização de aproximadamente 100%, com eficiência de produção de mais de 80%. Nossa planta conta ainda com 72.000 m2 de área de estoque, para armazenagem de produtos, e temos uma capacidade de expedição de 1.150 toneladas diárias de produtos.

Sustentabilidade e Governança

O vidro, que é a matéria prima da nossa operação, é um dos poucos materiais 100% recicláveis de maneira infinita, mantendo sempre sua qualidade, ao contrário de produtos concorrentes. Além disso, o vidro é uma das alternativas mais limpas para substituir o plástico em diversos usos.

Além disso, o desenvolvimento sustentável sempre foi a nossa prioridade e atuamos para conseguir um impacto positivo na sociedade e no ambiente. Nos anos 1940, fomos pioneiros em ser autossustentáveis em termos de eletricidade, com a construção de um hidroelétrica; fomos uma das primeiras empresas a ter um forno 100% elétrico, reduzindo as emissões; montamos em 1978 uma comissão interna de prevenção de acidentes, preocupados com a segurança de nossos colaboradores; praticamente 100% dos resíduos e água usados nos nossos processos são tratados. Neste sentido, realizamos um monitoramento constante de todas as métricas mais importantes, para garantir o cumprimento dos padrões mais elevados de preservação ambiental. Além disso, temos uma preocupação com a formação e a integração de nossos colaboradores e com a sociedade que está em volta da nossa fábrica. Realizamos treinamento por meio do Senai e apoiamos a organização Guarda Mirim de Suzano, além de realizarmos educação ampla sobre o processamento do vidro.

Nossa governança corporativa é pautada pela transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Nesse sentido, possuímos um comitê estatutário de Auditoria e *Compliance* e um comitê não estatutário de fusões e aquisições (M&A), além de grupos de trabalho financeiros e para acompanhamento de margem. A nossa administração é composta, atualmente, por uma equipe comprometida e experiente em bens de consumo e utilidades domésticas. Fazem parte do nosso conselho a Sra. Marie Camicado, referência no mercado presenteiro, fundando uma rede de lojas que leva seu nome; o Sr. Nelson Cury, ex-sócio e administrador da Panex, o Sr. Felipe Franco,

que possui 5 anos de experiência na Ambev entre seus mais de 20 anos de experiência profissional, além do Sr. José Eduardo, que foi nosso Diretor Presidente (CEO) no passado. Esse time dá suporte a uma equipe de executivos muito experientes, todos com mais de 20 anos de experiência no setor, e estão muito alinhados e compromissados com esse salto e consolidação de mercado da Nadir Figueiredo.

Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas

Apresentamos abaixo os principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados. Para informações mais detalhadas sobre nossas informações financeiras, ver item 10 do Formulário de Referência e as Demonstrações Financeiras Combinadas e respectivas Notas Explicativas para os períodos indicados.

(Em R$ milhares)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020				
	2020	AH (%)	2019	AH (%)	2018
Receita bruta de vendas	1.253.643	100,00%	1.127.676	100,00%	1.096.894
Receita operacional líquida	894.067	71,32%	793.252	70,34%	768.081
EBITDA	273.606	21,82%	168.300	14,92%	174.862
Margem EBITDA (em %)	30,28%		21,22%		22,77%
Lucro Líquido	138.750	11,07%	73.601	6,53%	84.225
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	90.206	7,20%	40.547	3,60%	87.042
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	585.000	46,66%	215.000	19,07%	45.000
ROIC	34,42%		18,20%		24,06%

NOSSOS PONTOS FORTES E VANTAGENS COMPETITIVAS

As nossas principais vantagens competitivas são:

Marcas altamente reconhecidas com tradição no mercado de atuação.

Nossas marcas são altamente reconhecidas no mercado brasileiro, pela qualidade dos nossos produtos, pela nossa característica inovadora e pelo portfólio completo com design exclusivo. Ao longo de nossos mais de 100 anos de atuação, adquirimos prestígio e reconhecimento em bens de consumo e utilidades domésticas. O poder de nossas marcas é um exemplo da fidelidade de nossos clientes e sua relação a longo prazo conosco, contribuindo ainda mais para nosso crescimento e resiliência. Temos a capacidade de reajustar de forma consistente nossos preços acima da inflação anual, comprovando nossa força e influência no setor de utilidades domésticas.

Fonte: Companhia

Produtos de qualidades e inovadores que nos posiciona de forma diferenciada em comparação com a concorrência e entre nossos clientes.

A qualidade de nossos produtos e poder de nossas marcas são altamente reconhecidos por empresas globais, como Coca-Cola e Ambev, que buscam a Nadir Figueiredo para trabalhar suas próprias marcas no ponto de venda. Hoje, através de produtos personalizados desenvolvidos pela nossa equipe, fazemos toda a gestão das marcas Coca-Cola e Brahma no mercado brasileiro. Segundo pesquisa conduzida pela Kearney, empresa internacional de consultoria estratégica e gestão, nossas marcas estão entre as marcas com melhor percepção do consumidor final no Brasil, e possuem maior preferência do público entre os produtos de utilidade doméstica de vidro.

Fonte: Pesquisa de mercado conduzida pela Kearney (janeiro de 2021)

Fonte: Pesquisa de mercado conduzida pela Kearney (janeiro de 2021)

Nossos consumidores são altamente leais às marcas do nosso portfólio. Segundo pesquisa conduzida pela Kearney, apenas 20% dos clientes afirmaram que certamente mudariam da marca Nadir caso os concorrentes oferecessem descontos de 50% sobre seus produtos.

Fonte: Pesquisa de mercado conduzida pela Kearney (janeiro de 2021)

Líder em *market share* de venda e produção no mercado brasileiro.

Com capacidade instalada para produzir 670 toneladas por dia, a Nadir Figueiredo figura entre as cinco maiores companhias de utilidades domésticas de vidro do mundo, operando um parque fabril de alta tecnologia em estado da arte. A Companhia é reconhecida pela sua produção de utilidades domésticas de vidro no Brasil, possuindo um *share* de produção de cerca de 90% em todo o território nacional. Isso permite que a Companhia

seja a número 1 em termos de vendas nesse mercado, possuindo um *market share* de vendas superior a 50%, sendo produtos importados no geral os únicos concorrentes relevantes.

Market Share de Produção de Utilidades Domésticas de Vidro no Brasil, estimado pela Companhia

Fonte: Companhia

Market Share de Vendas de Utilidades Domésticas de Vidro no Brasil, estimado pela Companhia

Fonte: Companhia

Em estudo realizado recentemente pela Kearney, ficou comprovada a larga vantagem competitiva da Companhia em termos de custo de produção quando comparado com os produtos importados no Brasil. Para mais informações, ver o item 7.3 do Formulário de Referência.

A Nadir Figueiredo está em aproximadamente 80% dos pontos de venda do Brasil. São mais de 200 mil estabelecimentos que comercializam nossos produtos. Estamos presentes em mais de 90% dos bares e restaurantes.

Liderança no Brasil e na América Latina.

Grande parte de nosso *footprint* está na América Latina. Nós capturamos mais de 29 pontos percentuais de *market share* de venda no Brasil nos últimos 12 anos, de acordo com dados internos da Companhia, somos o 3º maior *player* de Homeware na América Latina e somos o maior *player* de Glassware na América Latina, de acordo com dados da Euromonitor.

Quando comparados com produtos importados, em sua maior parte da China, temos uma grande vantagem competitiva que é a diferença de custo. Conforme estudo da Kearney, abaixo, quase todas as nossas categorias de produto possuem um custo CIF (onde incluem-se os custos de transporte) menor que o produto médio análogo de origem Chinesa.

NOSSA ESTRATÉGIA

Aumento do *market share* no Brasil.

Mesmo tendo a liderança em termos de capacidade instalada, de produção e de vendas, ainda há segmentos muito rentáveis em que a Nadir Figueiredo não possui participação expressiva e nos quais consegue expandir seu *market share* através, principalmente, do aumento de capacidade produtiva.

Outra oportunidade de crescimento para aumento da nossa fatia de mercado é o fortalecimento das nossas vendas diretas ao consumidor através dos canais digitais. No início do ano demos os primeiros passos em um mercado que tem crescido muito ao longo dos últimos anos, com a vantagem de apresentarmos aos parceiros um portfólio completo com marcas icônicas. Lançamos nossa loja digital em fevereiro de 2021, além de já participarmos em outros *marketplaces* que estão disponíveis no mercado, com crescimento médio anual (de 2016 a 2020) em vendas online superior a 50% nos principais varejistas híbridos clientes da Companhia. Esperamos com o canal digital (i) disponibilizar todo o catálogo e variedade de produtos da Nadir a qualquer momento e (ii) alcançar um mercado em rápido crescimento de clientes online, aproximando-se do consumidor final.

Em 2021, pretendemos ampliar nossa capacidade nominal de produção em 19% (para 670 toneladas por dia), com a ampliação de um dos nossos fornos e a implantação de uma nova tecnologia de produção.

Aumentar nossa presença e *market share* em outros países.

Somos o maior *player* da América Latina em utilidades domésticas de vidro e o único que possui portfólio completo de produtos. Nesta região, além das vantagens logísticas, uma potencial aquisição na região abriria portas para o crescimento acelerado na América Latina e na América do Norte. Acreditamos que existe forte potencial de crescimento com os produtos da marca Marinex no mercado norte-americano.

Na Europa, acreditamos ter capacidade de aumentarmos o nosso *market share* por meio de novas oportunidades que surgiram nos últimos anos, após o fechamento de operações de concorrentes que disputam mercado diretamente com os produtos da Nadir Figueiredo no continente.

Expandir em outras categorias.

Podemos aproveitar a força das nossas marcas para expandirmos nosso portfólio para outras categorias. Sejam elas categorias onde já estamos presentes, através de lançamentos de novos produtos, ou mesmo avançando em segmentos onde ainda não possuímos participação relevante, tal como em potes e jarras, canecas, e taças finas.

Sobre as oportunidades de crescimento via aquisições, temos mapeados oportunidades em diversos países da América Latina, incluindo Brasil, Chile, México e Colômbia. Há exemplos de operações que, além de nos permitirem um aumento de capacidade imediato, abririam acesso a outros continentes (como o norte-americano, por exemplo), aproveitando algumas vantagens em barreiras tarifarias. Possuímos nesse momento conversas com mais de 15 diferentes targets de M&A em diferentes estágios, com um potencial de adição de 10 a 15 bilhões de reais de receita líquida por ano, e 1,5 a 2,0 bilhões de EBITDA por ano. Abaixo, uma visão mais detalhada do pipeline de M&As na América Latina.

Por último, poderíamos levar as nossas marcas para outros segmentos de utilidades domésticas, como talheres e panelas, que podem ser complementares ao nosso portfólio.

Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à nossa Companhia, nossos negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada. Vide itens 4.1 e 4.2 do Formulário de Referência.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Nossa sede localiza-se na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Zaki Narchi, nº 500, CEP 02029-000, e nosso número de telefone é: +55 (11) +55 (11) 4741-8500/ 2967-8912. O endereço do website de relações com investidores é www.nadirfigueiredo.com.br.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Apresentamos abaixo nosso quadro societário atual:

EVENTOS SUBSEQUENTES

Desdobramento de ações ordinárias e aumento do limite do capital autorizado

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de fevereiro de 2021, foi aprovado o desdobramento de ações da Companhia na razão de 1 (uma) para 18 (dezoito) ações, passando o capital social da Companhia de 12.661.602 (doze milhões, seiscentas e sessenta e uma mil e seiscentas e duas) ações ordinárias a ser dividido em 227.908.836 (duzentos e vinte e sete milhões, novecentas e oito mil, oitocentas e trinta e seis) ações ordinárias. Adicionalmente, o capital autorizado da Companhia teve seu limite alterado para 450.000.000 ações.

Incorporação Reversa

Em 1º de fevereiro de 2021, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a incorporação reversa da Vidigal Participações S.A. ("Vidigal"), sociedade cujo capital era integralmente detido pelo Kilauea Brasil Partners II – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("Kilauea FIP"), pela Companhia. A operação consistiu na incorporação da totalidade do patrimônio líquido da Vidigal, a valor contábil, pela Companhia, dando causa à extinção da personalidade jurídica da incorporada e à sucessão, em todos os seus direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito, sem qualquer solução de continuidade, pela Companhia ("Incorporação"). Em razão da Incorporação, o Kilauea FIP passou a deter participação societária direta na Companhia, no total de 99,67% do capital social, que era anteriormente detida pela Vidigal.

O patrimônio líquido da Vidigal vertido para a Companhia foi avaliado conforme laudo de avaliação patrimonial contábil, elaborado para fins de incorporação por empresa independente especializada na data-base de 31 de dezembro de 2020. De acordo com o Laudo de Avaliação, o patrimônio líquido da Vidigal era de R$ 429.248.751,75. A Incorporação resultou em um aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 631.828,79, sem alteração do total de ações em que se divide o capital social da Companhia.

Segundo programa de outorga

Em 26 de janeiro de 2020 foi aprovado o segundo programa de outorga de opção de compra de ações no âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia concedendo autorização à Diretoria da Companhia para celebrar os respectivos contratos de outorga de ações.

Nova denominação

Em 1º de fevereiro de 2021 a denominação da Companhia foi alterada de "Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A." para "Nadir Figueiredo S.A.".

PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA

A extensão da pandemia da COVID-19, a percepção de seus efeitos e a forma como a pandemia afetará nossos negócios dependem de eventos futuros, que são incertos e imprevisíveis, assim como seus possíveis desdobramentos e consequências, e podem afetar material e adversamente nossos negócios, condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar a operar nossos negócios.

Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como aqueles provocados pelo zika vírus, pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), pela febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), pela síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e pela síndrome respiratória aguda grave (SARS), afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") declarou a pandemia da COVID-19, doença causada por um novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, tal declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

A pandemia da COVID-19 demandou medidas restritivas por parte de autoridades governamentais mundiais, com o objetivo de proteger a população, resultando em restrições no fluxo de pessoas (incluindo quarentena e *lockdown*, e limitações a viagens e à utilização de transportes públicos), no fechamento prolongado de locais de trabalho, em interrupções na cadeia de suprimentos, no fechamento do comércio e na redução generalizada de consumo. No Brasil, estados e municípios, incluindo as localidades em que nós operamos, adotaram as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde para controlar a propagação da doença, como isolamento social e consequente restrição à circulação, que resultaram no fechamento ou na imposição de restrições de funcionamento de restaurantes, bares, hotéis, shopping centers, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. Considerando que os nossos produtos são destinados aos referidos estabelecimentos, caso as suas atividades não sejam retomadas de forma plena por conta da pandemia da COVID-19 ou caso esses estabelecimentos continuem operando com restrições de funcionamento, os nossos resultados de operações e nossa condição financeira podem ser adversamente afetados.

Além disso, como resultado de eventual desaceleração econômica no Brasil, decorrente das medidas tomadas em atenção à pandemia da COVID-19, nossos clientes e fornecedores podem vir a solicitar a renegociação de acordos existentes, com possível aumento de inadimplência e, portanto, afetar adversamente nossos resultados de operações e nossa condição financeira.

A pandemia pode, também, em análise extensiva, causar perturbações materiais em nossos negócios e operações no futuro como resultado de, por exemplo, quarentenas, absenteísmo do trabalhador como resultado de doença ou outros fatores como medidas de distanciamento social, restrições relacionadas à locomoção, ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa de nossa força de trabalho não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença, ou restrições governamentais relacionadas à locomoção motivadas pela pandemia, nossas operações podem ser adversamente afetadas. Um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar nossos riscos operacionais, incluindo, mas não limitado a riscos de segurança cibernética, o que pode prejudicar a nossa capacidade de gerenciar e operar nossos negócios, além do aumento de rotatividade (*turnover*) e afastamento de colaboradores em consequência de impactos à saúde mental.

O alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 sobre nossos negócios e resultados operacionais depende dos desdobramentos futuros, inclusive a duração e a disseminação da pandemia, que são incertos e imprevisíveis, especialmente no Brasil, de seu impacto sobre os mercados de capitais e financeiro e qualquer nova informação, hoje desconhecida, sobre a gravidade do vírus, de sua disseminação para outras regiões, das ações tomadas para contê-la, entre outras. No contexto da recessão econômica no Brasil causada pela pandemia da COVID-19, também podemos enfrentar dificuldades na obtenção de novos financiamentos de instituições financeiras, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos covenants financeiros aos quais estamos sujeitos de acordo com nossos contratos de financiamento. Se nossos negócios não gerarem fluxos de caixa operacionais suficientes, ou outros recursos não estiverem disponíveis para nós por meio de empréstimos através das linhas de crédito ou de outras fontes, podemos não conseguir cobrir nossas despesas, cumprir nossas obrigações com terceiros (inclusive fornecedores), investir no crescimento do nosso negócio, responder aos desafios competitivos ou atender outras necessidades de liquidez e capital, o que pode prejudicar nossos negócios.

Não temos conhecimento de eventos comparáveis que possam fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação da COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final do surto da COVID-19 é incerto.

Por fim, mesmo após a diminuição do surto da COVID-19, uma recessão e/ou desaceleração econômica, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo; (ii) receio dos consumidores e (iii) aumento do inadimplemento dos clientes e fornecedores.

Não podemos garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, não podemos garantir que seremos capazes de impedir um impacto negativo em nossos negócios de dimensão igual ou superior ao impacto provocado pela pandemia da COVID-19.

O impacto da pandemia da COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos discutidos no Formulário de Referência. Para mais informações sobre os impactos da pandemia da COVID-19 em nossos negócios e resultados, ver o item 10.9 do Formulário de Referência.

A impossibilidade de implementar com sucesso nossa estratégia de crescimento orgânico e inorgânico poderá nos afetar adversamente.

Nosso plano de crescimento depende de diversos fatores que estão fora de nosso controle, tais como o crescimento da demanda por utilidades domésticas no país e exterior - sobretudo nas regiões e segmentos em que desejamos crescer; disponibilidade de materiais a preços e prazos acessíveis; aderência de nosso portfólio de produtos às expectativas de nossos clientes; expansão do novo canal de venda online direto para os consumidores; fatores macroeconômicos que impactem o poder de compra de pessoas físicas e operações de pessoas jurídicas; variações cambiais relevantes; potenciais riscos na implementação de novas tecnologias; bem como interesse e disponibilidade dos potenciais alvos de aquisições.

Neste sentido, não podemos assegurar que a nossa capacidade de gerenciamento de crescimento será bem-sucedida ou que não interferirá adversamente na estrutura já existente. Caso não sejamos capazes de gerenciar nosso crescimento de forma satisfatória, poderemos não atingir os níveis de crescimento e retorno esperados, bem como perder nossa posição no mercado, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre nossa condição financeira, resultados operacionais e o valor de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão.

A depender das estratégias definidas, podemos realizar novas aquisições e parcerias e, desta forma, estarmos sujeitos a riscos relativos a essas transações. No âmbito de nossas aquisições, podemos enfrentar um passivo contingente relativo a, entre outras, questões cíveis, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e questões de propriedade intelectual, bem como questões regulatórias e ambientais, não identificadas em um processo de *due diligence* ou cujo processo de *due diligence* não tenha capturado seu total impacto. Ademais, nossas aquisições podem sofrer *write-offs* de ativos e constituição de passivos *off-balance sheet* resultantes em perdas de capital de giro e ativos fixos, ambos riscos não identificados em um processo *de due diligence* ou cujo processo de *due diligence* não tenha capturado seu total impacto.

Decisões desfavoráveis ou a impossibilidade de se realizarem depósitos judiciais ou de se prestarem ou oferecerem garantias em atuais e futuros processos, judiciais, administrativos ou arbitrais envolvendo a nossa Companhia e/ou nossos administradores podem nos afetar adversamente.

Nós e nossos administradores somos e poderemos ser, no futuro, partes em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais relevantes, seja em matéria cível, tributária, administrativa, trabalhista, societária, regulatória, ambiental, criminal, dentre outras. Não podemos garantir que os resultados destes processos nos serão favoráveis ou serão favoráveis aos membros de nossa administração, ou, ainda, que constituiremos e/ou manteremos provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes desses processos. Além disso, nós e nossos administradores, conforme o caso, incorreremos em custos com honorários advocatícios para o patrocínio desses processos, além de podermos ser obrigados a oferecer garantias ou sofrermos constrições em tais processos, o que poderá reduzir nossa liquidez e afetar nossa condição financeira. Para mais informações, ver os itens 4.3. a 4.7 do Formulário de Referência.

Ademais, eventuais limitações de cobertura nos seguros de responsabilidade civil (D&O) que contratamos em benefício de nossos administradores podem resultar em um nível de exposição maior dos administradores aos riscos. Para mais informações, ver o item 12.11 do Formulário de Referência.

Por fim, o nosso envolvimento ou de nossos administradores em processos que causem dano à nossa imagem, ou decisões contrárias aos nossos interesses, incluindo decisões que impeçam a realização dos nossos negócios como inicialmente planejados, afastamento de administradores, bem como de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública, podem nos causar um efeito adverso relevante, inclusive à nossa reputação.

A perda de pessoas chave de nossa administração ou a inabilidade de atrair ou reter pessoas chave qualificadas poderá ter efeito adverso nas operações.

As nossas operações são dependentes de alguns membros da nossa administração, especialmente com relação à definição e à implementação de nossas estratégias e desenvolvimento de nossas operações. Estamos sujeitos ao risco de que tais pessoas chave deixem de integrar o nosso quadro de colaboradores. Nesse caso, poderemos enfrentar dificuldades para a contratação de novas pessoas chave com qualificação equivalente. Para que tenhamos capacidade de reter essas pessoas chave em nosso quadro de colaboradores, poderá ser necessária alteração substancial na nossa política de remuneração para lidar com o risco de perda de pessoas chave (seja para retenção ou reposição de tais cargos), o que poderá acarretar aumento nos nossos custos.

Não há garantia de que seremos bem-sucedidos em atrair ou reter pessoas chave para nossa administração. Caso qualquer dessas pessoas chave da nossa administração deixe de exercer suas atuais atividades por qualquer motivo, poderemos sofrer um impacto adverso relevante em nossas operações, o que poderá afetar nossos resultados e condição financeira.

Futuros e eventuais recalls (recolhimento de produtos) ou problemas relacionados ao consumo e segurança dos nossos produtos poderão afetar negativamente os nossos negócios.

Podemos ser obrigados a recolher nossos produtos caso estejam impróprios para consumo. Podemos ser obrigados a pagar indenizações ou multas de valor significativo nas jurisdições em que os nossos produtos são vendidos, se o consumo de qualquer um dos nossos produtos ameaçar ou efetivamente causar danos ao consumidor. Se nossos produtos forem impróprios para uso, podemos ser compelidos a recolher os produtos afetados, a responder administrativa e judicialmente e a lidar com a repercussão na mídia, o que pode afetar de forma adversa relevante os nossos negócios, resultados operacionais e reputação.

Qualquer risco para a saúde, real ou potencial, que esteja associado aos nossos produtos, inclusive publicidade negativa sobre os riscos à saúde decorrentes do consumo de nossos produtos, podem causar a perda de confiança por parte dos nossos clientes.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" nas páginas 20 e 71, respectivamente, deste Prospecto, e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Acionista Vendedor	FIP Kilauea.
Ações	[•] ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar.
Ações Adicionais	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2°, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme abaixo definido) poderá, a critério [da Companhia] [e] [do Acionista Vendedor], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em [até] [20]% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em [até] [•] ações ordinárias de emissão da Companhia[, das quais (i) até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, na proporção indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Acionista Vendedor, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 40 deste Prospecto, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.
Ações da Oferta de Varejo	Montante de, no mínimo, 10% e, no máximo, [•]% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores de Varejo que realizarem Pedido de Reserva.
Ações do Lote Suplementar	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a [até] [15]% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia[, das quais (i) até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, na proporção indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Acionista Vendedor, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 40 deste Prospecto], nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme Opção de Ações do Lote Suplementar.

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta	Na data deste Prospecto, 748.512 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, 0,33% do seu capital social encontram-se em circulação no mercado. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia" na página 38 deste Prospecto.
Agente Estabilizador ou Bank of America	Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Agentes de Colocação Internacional	BTG Pactual US Capital, LLC, pelo Bank of America Securities, Inc., pelo Itau BBA USA Securities, Inc., e pelo Bradesco Securities Inc.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Nadir Figueiredo S.A., a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na forma do artigo 29 da Instrução CVM 400, informando acerca do resultado final da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 66 deste Prospecto.
Anúncio de Início	Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Nadir Figueiredo S.A., a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 66 deste Prospecto.
Anúncio de Retificação	Anúncio comunicando a eventual suspensão, cancelamento, revogação ou modificação da Oferta, a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 66 deste Prospecto.

Aprovações Societárias A realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, bem como a adesão da Companhia ao segmento de listagem do Novo Mercado e a reforma e consolidação do seu Estatuto Social, de forma a adequá-lo às exigências legais e regulamentares aplicáveis às regras do Regulamento do Novo Mercado, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 1º de fevereiro de 2021, cuja ata foi arquivada na JUCESP em [•] de [•] de 2021, sob o nº [•] e publicada no DOESP e no jornal "O Estado de São Paulo" em 02 de fevereiro de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão Procedimento de *Bookbuilding* e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "O Estado de São Paulo" na data de disponibilização do Anúncio de Início.

A participação do FIP Kilauea na Oferta Secundária mediante a alienação das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade ([incluindo as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar]), bem como seus termos e condições, foi aprovada, nos termos do Regulamento vigente, em 8 de dezembro de 2021, em Reunião do Comitê Gestor e de Investimento.

A fixação do Preço por Ação será aprovada pelo gestor do FIP Kilauea, na data da fixação do Preço por Ação, conforme atribuição a este conferida também na referida Reunião do Comitê Gestor e de Investimento.

Aviso ao Mercado Aviso ao Mercado da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Nadir Figueiredo S.A., divulgado nesta data e a ser novamente divulgado em [•] de [•] de 2021 pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta, na forma do artigo 53 da Instrução CVM 400, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 66 deste Prospecto.

Bradesco BBI Banco Bradesco BBI S.A.

Características das Ações Para informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja item "Informações Sobre a Oferta – Características das Ações", na página 51 deste Prospecto.

Contrato de Distribuição Contrato de Coordenação, Distribuição e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Nadir Figueiredo S.A., a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de interveniente anuente, a B3.

Contrato de Colocação Internacional	*Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Agentes de Colocação Internacional, a fim de regular os esforços de colocação das Ações pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior.
Contrato de Empréstimo	Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da Nadir Figueiredo S.A., a ser celebrado entre o FIP Kilauea, na qualidade de doador, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, e a Corretora.
Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Nadir Figueiredo S.A., a ser celebrado entre a Companhia, o Agente Estabilizador, a Corretora e, na qualidade de intervenientes anuentes, os demais Coordenadores da Oferta, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3°, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Coordenador Líder ou BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
Coordenadores da Oferta	O Coordenador Líder, o Agente Estabilizador, o Itaú BBA S.A. e o Bradesco BBI S.A., em conjunto.
Corretora	Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.
Cronograma Tentativo da Oferta	Para informações acerca dos principais eventos a partir da divulgação do Aviso ao Mercado, veja a seção “Informações sobre a Oferta – Cronograma Tentativo da Oferta”, na página 65 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), que deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 dias úteis contados da data de divulgação do Anúncio de Início.
Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar	Data da liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, que ocorrerá dentro do prazo de até 2 dias úteis, contados do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar.
Destinação dos Recursos	A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta Primária para (i) investimentos de capital (CAPEX) para crescimento orgânico e aumento de produtividade; (ii) reforço de caixa para crescimento e outros propósitos corporativos; e (iii) potenciais aquisições de empresas (M&As). Os recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente repassados, nas respectivas proporções, ao Acionista Vendedor, inclusive os resultantes da distribuição das Ações Adicionais e de eventual exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar.

Para informações adicionais, veja a seção "Destinação dos Recursos" na página 100 deste Prospecto.

Disponibilização de anúncios e avisos da Oferta

O Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia e das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3. Para informações adicionais, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 66 deste Prospecto.

Estabilização do Preço das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, por um período de até 30 dias contados corridos da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3°, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa

Fixação do Preço por Ação em valor inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício-Circular nº 1/2020-CVM/SRE, de 5 de março de 2020, hipótese em que o Investidor de Varejo poderá desistir do Pedido de Reserva.

Faixa Indicativa

Faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto, a ser fixada após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa, a qual é meramente indicativa.

Fatores de Risco

Os investidores devem ler as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", descritos nas páginas [•] e 71, respectivamente, deste Prospecto, e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de decidir investir nas Ações.

Garantia Firme de Liquidação

Consiste na obrigação individual e não solidária de integralização/liquidação, pelos Coordenadores da Oferta, na Data de Liquidação, da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreverem/adquirirem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas/liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização/liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação a ser definido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*. A Garantia Firme de Liquidação passará a ser vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional, deferido o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM, deferidos os registros da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo, sendo eficaz a partir do momento em que forem cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Colocação Internacional.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo que o disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção "Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações" na página 50 deste Prospecto.

Inadequação da Oferta	Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.
Informações Adicionais	Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços e telefones indicados na seção "Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 67 deste Prospecto. A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos junto à CVM em [•] de [•] de 2021. Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as páginas da rede mundial de computadores da Companhia das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3 indicadas na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 67 deste Prospecto.
Instituição Financeira Escrituradora das Ações	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instituições Consorciadas	Determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto aos Investidores de Varejo.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta e Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
Investidores de Varejo	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, nos termos da regulamentação vigente, que formalizem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, junto a uma única Instituição Consorciada, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo.

Investidores de Varejo Com *Lock-up*	Investidores de Varejo que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta de Varejo.
Investidores de Varejo Sem *Lock-up*	Investidores de Varejo que optarem a não se comprometer com o *Lock-up* da Oferta de Varejo.
Investidores Estrangeiros	Os Investidores Estrangeiros contemplam: (i) nos Estados Unidos os investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A, editada pela SEC; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, os investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país(non-U.S. persons), nos termos do Regulamento S, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos (i) e (ii) acima, em operações isentas de registro nos Estados Unidos, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM, nos termos da Resolução CMN 4.373, da Resolução CVM 13, ou da Lei 4.131, sem a necessidade, para tanto, de solicitação de obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.
Investidores Institucionais	Investidores Institucionais Locais e Investidores Estrangeiros, considerados em conjunto.
Investidores Institucionais Locais	Investidores pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento registrados na B3 e investidores que sejam considerados profissionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM 539, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores de Varejo, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, carteiras administradas discricionárias, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inexistindo para estes, valores mínimos e máximos de investimento.
Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.

***Lock-up* da Oferta de Varejo**	Os Investidores de Varejo Com *Lock-up* que adquirirem Ações no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* não poderão, pelo prazo de [•] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo Com *Lock-up*, cada Investidor de Varejo Com *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.
Negociação na B3	As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código "NADR3". A adesão ao Novo Mercado está sujeita à conclusão da Oferta.
Oferta	A Oferta Primária e a Oferta Secundária, consideradas em conjunto.
Oferta de Varejo	Oferta de Varejo Sem *Lock-up* e Oferta de Varejo Com *Lock-up*, consideradas em conjunto.
Oferta de Varejo Com *Lock-up*	O montante de, no mínimo, [•]% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Com *Lock-up*.
Oferta de Varejo Sem *Lock-up*	O montante de, no mínimo, [•]% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Sem *Lock-up*.
Oferta Institucional	Após o atendimento aos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta de Varejo, serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas nem sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Oferta Primária	A distribuição primária de[, inicialmente,] [•] ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal a serem emitidas pela Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores de Varejo e Investidores Institucionais, com esforços de colocação das Ações no exterior realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros.
Oferta Secundária	A distribuição secundária de[, inicialmente] [•] ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores de Varejo e Investidores Institucionais, com esforços de colocação das Ações no exterior realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros.
Opção de Ações do Lote Suplementar	Opção de distribuição das Ações do Lote Suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a ser outorgada [pela Companhia] [e] [pelo Acionista Vendedor] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, por um período de até 30 dias corridos contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.
Pedido de Reserva	Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para a subscrição/aquisição de Ações no âmbito da Oferta de Varejo, firmado por Investidores de Varejo e por Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas com uma única Instituição Consorciada durante os respectivos Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso.

Período de *Lock-up*	[Período de [•] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início em que, observadas as exceções previstas no Contrato de Distribuição, no Contrato de Colocação Internacional e nos respectivos Instrumentos de *Lock-Up,* [a Companhia, o Acionista Vendedor, e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia] obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*.]
Período de Reserva	Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva pelos Investidores de Varejo.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, data esta que antecederá em pelo menos 7 dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores de Varejo que sejam considerados Pessoas Vinculadas.
Pessoas Vinculadas	Para fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam (i) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores da Companhia, do Acionista Vendedor e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação e distribuição da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente por pessoas físicas ou jurídicas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional desde que diretamente envolvidas na Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.
Prazo de Distribuição	O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição/aquisição, conforme o caso, por ação ordinária de emissão da Companhia estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o preço por ação ordinária de emissão da Companhia poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa. **Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor de Varejo poderá desistir do seu Pedido de Reserva, conforme descrito na página 40 deste Prospecto.**

Para mais informações, veja seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *Como resultado do Procedimento de* Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado abaixo da Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores de Varejo poderão exercer a opção de desistir de seus pedidos de reserva*", na página 75 deste Prospecto.

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta, e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 75 deste Prospecto.

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1°, e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em [até] [20]% da quantidade de ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. **Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 75 deste Prospecto.**

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para (i) proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400 são permitidos, na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400, e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.", neste Prospecto Preliminar.**

Público Alvo da Oferta	Investidores de Varejo e Investidores Institucionais, considerados em conjunto.
Rateio da Oferta de Varejo	Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up* e Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, considerados em conjunto.
Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up*	Rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Com *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*	Rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Sem *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Restrições à Negociação das Ações ("*Lock-up*") [1]	[A Companhia, o Acionista Vendedor e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia] obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo Período de *Lock-up*, a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, sujeito a determinadas exceções previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Colocação Internacional: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (iv) estabelecer ou aumentar uma posição de venda ou liquidar ou diminuir uma posição de compra de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (v) protocolar um pedido de registro de oferta pública relacionada aos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* ou divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iv), sem o consentimento dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional.]

[1] **[Nota: A ser ajustado conforme negociado no âmbito do Contrato de Colocação Internacional.]**

As vedações listadas acima não se aplicarão nas seguintes hipóteses: [(i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do Período de *Lock-up*; (ii) transferências a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do instrumento de *lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que, antes de tal transferência, o *trust* comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do Período de *Lock-up*; (iii) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, conforme alterado, dos signatários do instrumento de *lock-up,* desde que, antes de tal transferência, o respectivo destinatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do Período de *Lock-up*; e (iv) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do instrumento de *lock-up* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Distribuição e do Contrato de Estabilização].

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o período de* Lock-up *pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia*", do Prospecto Preliminar.**

Valor Total da Oferta

[•], considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo

O valor mínimo de pedido de investimento é de R$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento é de R$1.000.000,00 por Investidor de Varejo.

Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*

Ações ordinárias de emissão da Companhia e/ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia sujeitas ao *Lock-up*.

Veracidade das Informações

A Companhia, o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade a respeito das informações constantes deste Prospecto, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 239.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do Capital Social da Companhia

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$81.998.187,85 (oitenta e um milhões, novecentos e noventa e oito mil, cento e oitenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 227.908.836 (duzentas e vinte e sete milhões, novecentas e oito mil, oitocentas e trinta e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Nos termos do Estatuto Social, o capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até o limite global de 450.000.000 (quatrocentas e cinquenta milhões) de ações, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição/integralização de tais ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Composição Atual		**Composição Após a Oferta**	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[1][2]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	227.908.836	81.998.187,85	[•]	[•]
Total	**227.908.836**	**81.998.187,85**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e outros custos, despesas, tributos e outras retenções da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Composição Atual		**Composição Após a Oferta**	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[1][2]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	227.908.836	81.998.187,85	[•]	[•]
Total	**227.908.836**	**81.998.187,85**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e outros custos, despesas, tributos e outras retenções da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[1][2]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	227.908.836	81.998.187,85	[•]	[•]
Total	**227.908.836**	**81.998.187,85**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e outros custos, despesas, tributos e outras retenções da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[1][2]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	227.908.836	81.998.187,85	[•]	[•]
Total	**227.908.836**	**81.998.187,85**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e outros custos, despesas, tributos e outras retenções da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Acionistas e Administradores da Companhia

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia e pelos membros da Administração, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionista	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
FIP Kilauea	227.160.324	99,67	[•]	[•]
Administradores	0	0	[•]	[•]
Outros	0	0	[•]	[•]
Ações em circulação	748.512	0,33	[•]	[•]
Total	**227.908.836**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionista	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
FIP Kilauea	227.160.324	99,67	[•]	[•]
Administradores	0	0	[•]	[•]
Outros	0	0	[•]	[•]
Ações em circulação	748.512	0,33	[•]	[•]
Total	**227.908.836**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionista	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
FIP Kilauea	227.160.324	99,67	[•]	[•]
Administradores	0	0	[•]	[•]
Outros	0	0	[•]	[•]
Ações em circulação	748.512	0,33	[•]	[•]
Total	**227.908.836**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionista	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
FIP Kilauea	227.160.324	99,67	[•]	[•]
Administradores	0	0	[•]	[•]
Outros	0	0	[•]	[•]
Ações em circulação	748.512	0,33	[•]	[•]
Total	**227.908.836**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

Para informações adicionais, os investidores devem ler a seção "15. Controle" do Formulário de Referência.

Acionista Vendedor, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos

Segue abaixo descrição sobre o Acionista Vendedor:

KILAUEA BRASIL PARTNERS II – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR, fundo de investimento, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 33.240.249/0001-23, administrada por BRL Trust Investimentos Ltda., sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, CEP 01.451-011, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.025.053/0001-62, autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº 14.796, de 30 de dezembro de 2015 ("**FIP Kilauea**").

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada pelo Acionista Vendedor, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante[1]	Recursos Líquidos[1][2]
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
FIP Kilauea	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.

(2) Recursos líquidos de comissões e outros custos, despesas e tributos. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada pelo Acionista Vendedor, considerando as Ações Adicionais, sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante[1]	Recursos Líquidos[1][2]
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
FIP Kilauea	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.

(2) Recursos líquidos de comissões e outros custos, despesas e tributos. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada pelo Acionista Vendedor, considerando as Ações do Lote Suplementar, sem considerar as Ações Adicionais:

	Quantidade	Montante[1]	Recursos Líquidos[1][2]
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
FIP Kilauea	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.

(2) Recursos líquidos de comissões e outros custos, despesas e tributos. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada pelo Acionista Vendedor, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante[1]	Recursos Líquidos[1][2]
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
FIP Kilauea	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.

(2) Recursos líquidos de comissões e outros custos, despesas e tributos. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá na distribuição pública primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400 e com o Código ANBIMA, bem como com esforços de dispersão acionária nos termos do Regulamento do Novo Mercado e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, e com a participação de determinadas Instituições Consorciadas.

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o Contrato de Colocação internacional, junto a Investidores Estrangeiros, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM, nos termos da Resolução CMN 4.373, da Resolução CVM 13 ou da Lei 4.131, sem a necessidade, para tanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país que não o Brasil, inclusive perante a SEC.

Exceto pelos registros da Oferta a serem concedidos pela CVM para a realização da Oferta no Brasil em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, a Companhia, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizaram e não realizarão nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC dos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme definido abaixo), poderá, a critério [da Companhia] [e] [do Acionista Vendedor], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em [até] [20]% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia[, das quais (i) até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, na proporção indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Acionista Vendedor, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 40 deste Prospecto], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações Adicionais**").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a [até] [15]% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia[, das quais (i) até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, na proporção indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Acionista Vendedor, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 40 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações do Lote Suplementar**"), conforme opção a ser outorgada [pela Companhia e pelo Acionista Vendedor] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito Oferta ("**Opção de Ações do Lote Suplementar**"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, por um período de até 30 dias corridos contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

No âmbito da Oferta Primária, a emissão das Ações pela Companhia será realizada com exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que tal emissão será realizada dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social.

As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta, em regime de Garantia Firme de Liquidação, de forma individual e não solidária, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, de acordo com os limites individuais e demais disposições previstas no Contrato de Distribuição, em conformidade com o disposto da Instrução CVM 400 e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado e as disposições descritas abaixo. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4°, da Lei do Mercado de Capitais, bem como da Lei 4.131, da Resolução CMN 4.373 e da Resolução CVM 13.

As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S sem que haja registro ou isenção de registro nos termos da Regra 144A do *Securities Act*. Exceto pelos registros da Oferta pela CVM, a Companhia, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Listagem e Negociação no Novo Mercado da B3

A Companhia, voluntariamente, solicitou à B3 adesão ao segmento de listagem do Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e de divulgação de informações ao mercado mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, condicionada à realização da Oferta.

As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código “NADR3”.

As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado estão descritas de forma resumida no item “12.12 – Outras informações relevantes” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

A Companhia celebrará, até a data de divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Participação no Novo Mercado com a B3, por meio do qual a Companhia deverá aderir às práticas diferenciadas de governança corporativa do Novo Mercado, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início. As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado estão descritas de forma resumida no item “17.5 – Outras informações relevantes” do Formulário de Referência na página 742 deste Prospecto.

Para mais informações sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma instituição autorizada a operar na B3.

Recomenda-se a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência, anexo este Prospecto, para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações, em especial a seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência da Companhia, e a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, na página 71 deste Prospecto.

Aprovações Societárias

A realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, bem como a adesão da Companhia ao segmento de listagem do Novo Mercado e a reforma e consolidação do seu estatuto social, de forma a adequá-lo às exigências legais e regulamentares aplicáveis às regras do Regulamento do Novo Mercado, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 1 de fevereiro de 2021, cuja ata foi arquivada na JUCESP em [•] de [•] de 2021, sob o nº [•] e publicada no DOESP e no jornal "O Estado de São Paulo" em 02 de fevereiro de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão Procedimento de *Bookbuilding* e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "Estado de São Paulo" na data de disponibilização do Anúncio de Início.

A participação do FIP Kilauea na Oferta Secundária mediante a alienação das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade ([incluindo as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar]), bem como seus termos e condições, foi aprovada, nos termos do Regulamento vigente, em 8 de dezembro de 2020, em Reunião do Comitê Gestor e de Investimento. A fixação do Preço por Ação será aprovada pelo gestor do FIP Kilauea, na data da fixação do Preço por Ação, conforme atribuição a este conferida também na referida Reunião do Comitê Gestor e de Investimento.

A fixação do Preço por Ação será apreciada pelo FIP Kilauea, por meio de deliberação em Reunião do Comitê Gestor e de Investimento a ser realizada na data da fixação do Preço por Ação.

Instituições Participantes da Oferta

Os Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e do Acionista Vendedor, convidarão as Instituições Consorciadas para participar da colocação das Ações, exclusivamente junto a Investidores de Varejo.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço por ação ordinária de emissão da Companhia estará situado entre R$[•] e R$[•] ("**Faixa Indicativa**"), ressalvado, no entanto, que o preço por ação ordinária de emissão da Companhia poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa ("**Preço por Ação**"). **Na hipótese do Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de o Preço por Ação ser inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício-Circular nº 1/2020-CVM/SRE, de 5 de março de 2020 ("Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa"), hipótese em que o Investidor de Varejo poderá desistir do seu Pedido de Reserva.**

O Preço por Ação será fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1°, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("**Procedimento de *Bookbuilding***").

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em até [20]% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

Para fins da Oferta e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam (i) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores da Companhia, do Acionista Vendedor e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação e distribuição da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente por pessoas físicas ou jurídicas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional desde que diretamente envolvidas na Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro ou filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados ("**Pessoas Vinculadas**").

As Pessoas Vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou a quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional poderão realizar seus respectivos Pedidos de Reserva ou ordens de investimento, conforme o caso, somente por meio da entidade a que estiverem vinculadas.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para (i) proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400 são permitidos, na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400, e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia", neste Prospecto Preliminar.**

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário*", na página 75 deste Prospecto.

Reserva de Capital

O equivalente a [•]% do Preço por Ação de R$[•] (que é o preço médio da Faixa Indicativa) será destinado à conta de capital social da Companhia, e os [•]% remanescentes serão destinados à reserva de capital da Companhia.

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

Na data deste Prospecto, não existem ações da Companhia em negociação no mercado. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia" na página 38 deste Prospecto.

Cumpre ressaltar que, de acordo com o disposto no Regulamento do Novo Mercado, o percentual mínimo de ações em circulação que deve ser mantido pelas sociedades que aderirem ao Novo Mercado é de 25% do total do capital social de tais sociedades, de modo que, após a realização da Oferta, a Companhia deverá manter ações representativas de, no mínimo, 25% do seu capital social em circulação (*free float*).

Custos de Distribuição

As despesas com auditores, advogados, traduções, taxas de registro e outras despesas descritas abaixo serão pagas [exclusivamente pela Companhia. As comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta serão suportadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporção das Ações ([considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar]) ofertadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A Companhia arcará com as despesas relacionadas à Oferta, bem como arcará juntamente com o Acionista Vendedor com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma", na página 80 deste Prospecto.**

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total[1]	% em relação ao Valor Total da Oferta	Custo unitário por Ação
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta			
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas da Oferta[6]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[7]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[8]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporção das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada pela Companhia e pelo Acionista Vendedor.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e do Acionista Vendedor, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total[1]	% em relação ao Valor Total da Oferta	Custo unitário por Ação
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta			
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas da Oferta[6]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[7]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[8]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporção das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) ofertada pela Companhia e pelo Acionista Vendedor.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e do Acionista Vendedor, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

Comissões e Despesas	Valor total[1]	% em relação ao Valor Total da Oferta	Custo unitário por Ação
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta			
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas da Oferta[6]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[7]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[8]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporção das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada pela Companhia e pelo Acionista Vendedor.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e do Acionista Vendedor, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total[1]	% em relação ao Valor Total da Oferta	Custo unitário por Ação
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta			
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas da Oferta[6]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[7]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[8]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporção das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) ofertada pela Companhia e pelo Acionista Vendedor.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e do Acionista Vendedor, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

Para fins da Instrução CVM 400 e do artigo 3º do Anexo II do Código ANBIMA, não há outra remuneração devida pela Companhia e pelo Acionista Vendedor às Instituições Participantes da Oferta ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela remuneração descrita acima e pelos ganhos decorrentes da atividade de estabilização, bem como não existe nenhum outro tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Estabilização do Preço das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, por um período de até 30 dias corridos contados da data de início de negociação das Ações na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

A partir da divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM, nos endereços físicos indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 67 deste Prospecto.

Características das Ações

As Ações conferirão a seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se incluem os seguintes:

(a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária de emissão da Companhia corresponde a um voto;

(b) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social, direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais e demais proventos de qualquer natureza eventualmente distribuídos por deliberação de assembleia geral ou pelo Conselho de Administração, conforme aplicável, que a Companhia vier a declarar a partir da data de divulgação do Anúncio de Início;

(c) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas aos acionistas controladores da Companhia, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag along*);

(d) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações ordinárias de emissão da Companhia no Novo Mercado (salvo hipóteses de dispensa previstas no Regulamento do Novo Mercado), pelo seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada, de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 4º, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações, bem como nos critérios aceitos pela CVM;

(e) no caso de liquidação da Companhia, terão direito de participar do acervo da Companhia, na proporção da sua participação no capital social, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

(f) direito de preferência na subscrição de novas ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição emitidos pela Companhia, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, e artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;

(g) direito integral ao recebimento de dividendos e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias de emissão da Companhia que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do Anúncio de Início, na proporção de sua participação no capital social da Companhia; e

(h) todos os demais direitos assegurados às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, no Estatuto Social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção "18. Valores Mobiliários" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Público Alvo da Oferta

O público alvo da Oferta consiste em:

(i) investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, nos termos da regulamentação vigente, que não sejam considerados Investidores Institucionais, que formalizem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, junto a uma única Instituição Consorciada, observado o valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R$1.000.000,00 (um milhão de reais) por investidor ("**Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva**" e "**Investidores de Varejo**", respectivamente), nos termos da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("**Instrução CVM 539**"); e

(ii) investidores pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento registrados na B3 e investidores que sejam considerados profissionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM 539, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores de Varejo, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, carteiras administradas discricionárias, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inexistindo para estes, valores mínimos e máximos de investimento, nos termos da Instrução CVM 539 ("**Investidores Institucionais Locais**"), assim como os Investidores Estrangeiros (em conjunto com os Investidores Institucionais Locais, "**Investidores Institucionais**").

Procedimento da Oferta

Após a divulgação do Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto, incluindo o Formulário de Referência anexo a este Prospecto, bem como de seus eventuais aditamentos e/ou suplementos, o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Colocação Internacional e o cumprimento das condições suspensivas neles previstas, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição pública das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) em regime de Garantia Firme de Liquidação, a ser prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, em conformidade com o disposto na Instrução CVM 400, e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam (i) uma oferta destinada aos Investidores da Oferta de Varejo ("**Oferta de Varejo**"); e (ii) uma oferta destinada aos Investidores Institucionais ("**Oferta Institucional**"), conforme abaixo descritas. quais a Oferta de Varejo (conforme abaixo definido) e a Oferta Institucional (conforme abaixo definido).

Conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sendo possível o cancelamento do pedido dos registros da Oferta caso não haja investidores suficientes para subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso não existam Pedidos de Reserva e/ou intenções de investimento para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e ordens de investimento, conforme o caso, automaticamente cancelados, e os valores eventualmente depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta.", na página 75 deste Prospecto.**

Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços indicados neste Prospecto.

Oferta de Varejo

A Oferta de Varejo será realizada junto a Investidores de Varejo que realizarem solicitações de reserva antecipada mediante o preenchimento de Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, durante o Período de Reserva da Oferta de Varejo, ou durante o Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Vinculadas, em ambos os casos, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo.

Os Investidores de Varejo que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles Investidores de Varejo que sejam considerados Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Investidores de Varejo que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados, mesmo no caso de excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

Os Investidores de Varejo deverão realizar a integralização/liquidação das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, de acordo com os procedimentos descritos abaixo. As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores de Varejo titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor de Varejo.

A subscrição das Ações será formalizada, nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensado a apresentação de boletim de subscrição, nos termos da Deliberação CVM nº 860, de 22 de julho de 2020.

Recomenda-se aos Investidores de Varejo interessados na realização de Pedido de Reserva que (i) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente no que se refere aos procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, em especial as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" deste Prospecto Preliminar, bem como a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá (a) a abertura ou atualização de conta e/ou cadastro, e/ou (b) a manutenção de recursos em conta corrente nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada; e (iv) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada.

No contexto da Oferta de Varejo e considerando que a Companhia deve envidar melhores esforços para atingir a dispersão acionária prevista no Regulamento do Novo Mercado, o montante de, no mínimo, 10% e, no máximo, [20]% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e do Acionista Vendedor, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores de Varejo que realizarem Pedido de Reserva, nos termos do artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento abaixo indicado, sendo que:

(i) o montante de, no mínimo, [•]% e, no máximo, [•]% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Com *Lock-up* ("**Oferta de Varejo Com *Lock-up***"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo Com *Lock-up* (a) de até [•]% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a [•]% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta de Varejo Sem *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (ii) abaixo, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado que, nesse caso, poderá haver Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up*; e

(ii) o montante de, no mínimo, [•]% e, no máximo, [•]% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Sem *Lock-up* ("**Oferta de Varejo Sem *Lock-up***" e, em conjunto com a Oferta de Varejo Com *Lock-up*, a "**Oferta de Varejo**"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo Sem *Lock-up* (a) de até [•]% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a [•]% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta de Varejo Sem *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (i) acima, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*.

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados pelos Investidores de Varejo de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (c) e (e) abaixo e nas seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 59, 60 e 63, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, cada um dos Investidores de Varejo interessados em participar da Oferta de Varejo deverá realizar a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação CVM 476, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, sendo que tais Investidores de Varejo poderão estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor de Varejo estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os valores eventualmente depositados devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da divulgação do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(b) os Investidores de Varejo que tenham interesse em participar da Oferta de Varejo Com *Lock-up* deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo (conforme definido abaixo), sob pena de serem considerados Investidores de Varejo Sem *Lock-up* e não participarem da Oferta de Varejo Com *Lock-up*;

(c) **os Investidores de Varejo deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada**. Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será vedada a colocação de Ações junto a Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, com exceção daqueles que tenham realizado Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, e os valores depositados devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva;

(d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores de Varejo, serão informados a cada Investidor de Varejo até às 12:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (e) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de Rateio da Oferta de Varejo (conforme definido abaixo);

(e) cada Investidor de Varejo deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (d) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor de Varejo e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;

(f) até às 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor do de Varejo o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, desde que efetuado o pagamento previsto acima, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (c) e (e) acima e nas seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 59, 60 e 63, respectivamente, deste Prospecto e a possibilidade de Rateio da Oferta de Varejo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;

(g) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Com *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinado à Oferta de Varejo Com *Lock-up*, não haverá Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up* (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Com *Lock-up*, de modo que as Ações destinadas à Oferta de Varejo Com *Lock-up* remanescentes, se houver, poderão ser destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up*; ou (ii) exceda o montante máximo de Ações destinadas à Oferta de Varejo Com *Lock-up*, será realizado rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Com *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up***");

(h) caso o total de Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (após a Oferta de Varejo Com *Lock-up*) objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinado à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (após a Oferta de Varejo Com *Lock-up*), não haverá Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, de modo que as Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* remanescentes, se houver, poderão ser destinadas à Oferta Institucional; ou (ii) exceda o montante máximo de Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (após a Oferta de Varejo Com *Lock-up*), será realizado rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Sem *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up***" e, em conjunto com o Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up*, "**Rateio da Oferta de Varejo**"); e

(i) caso haja Rateio da Oferta de Varejo, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados da Data de Liquidação.

Para as hipóteses de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, veja as seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 59, 60 e 63, respectivamente, deste Prospecto.

Lock-up* da Oferta de Varejo.* Os Investidores de Varejo Com *Lock-up* que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo e subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* não poderão, pelo prazo de [•] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações ("***Lock-up* da Oferta de Varejo**"). Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo Com *Lock-up*, cada Investidor de Varejo Com *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo Com *Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo aplicável e tendo em vista a impossibilidade das Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *Os Investidores de Varejo que se comprometerem a observar o* Lock-up *da Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações*", na página 76 deste Prospecto.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos da Oferta de Varejo, as Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta de Varejo serão destinadas à colocação junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas nem sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, melhor atendam ao objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até às 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sobre a quantidade de Ações que cada um deverá subscrever/adquirir e o Preço por Ação. A entrega das Ações deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante a integralização/liquidação à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações objeto das respectivas intenções de investimento, em conformidade com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição. Os Investidores Estrangeiros deverão realizar a subscrição/aquisição das Ações por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou CVM.

A subscrição das Ações será formalizada, nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensado a apresentação de boletim de subscrição, nos termos da Deliberação CVM nº 860, de 22 de julho de 2020.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

A Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta poderão requerer que a CVM autorize a modificação ou a revogação da Oferta caso ocorram alterações posteriores, relevantes e inesperadas nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido dos registros da Oferta ou que o fundamente, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia e pelo Acionista Vendedor e inerentes à própria Oferta.

Além disso, caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores de Varejo, ou as suas decisões de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4°, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; e/ou (iv) haja um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, os Investidores de Varejo poderão desistir dos respectivos Pedidos de Reserva, sem quaisquer ônus, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido seus respectivos Pedidos de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fac-símile ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada) (a) até às 12:00 horas do 5° dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso do item (i) acima; (b) até às 14:00 horas do 5º dia útil subsequente à data em que o investidor for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada, conforme aplicável, sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos dos itens (ii) e (iii) acima; e (c) até às 14:00 horas do 5° dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo investidor, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão, modificação da Oferta ou do Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, no caso do item (iv) acima.

Adicionalmente, a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no artigo 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400.

Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o encerramento do Prazo de Distribuição poderá ser adiado em até 90 dias. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação, suspensão ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação.

Em qualquer hipótese, a revogação ou cancelamento tornam ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 dias úteis contados da data de divulgação da revogação, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta ou em caso de Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor de Varejo está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor de Varejo já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor de Varejo que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada.

Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Como resultado do Procedimento de* Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores de Varejo poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva", na página 75 deste Prospecto.

Após a divulgação do Anúncio de Retificação, os Coordenadores da Oferta só aceitarão intenções de investimento no Procedimento de *Bookbuilding* e as Instituições Consorciadas só aceitarão Pedidos de Reserva daqueles investidores que estejam cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados 5 dias úteis do recebimento da comunicação, não revogarem expressamente suas intenções no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, os Coordenadores da Oferta e/ou as Instituições Consorciadas presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação da Oferta, considerando as novas condições.

Suspensão ou Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis.

O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro. Ademais, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento dos registros da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400, sujeito, no entanto, ao acolhimento, pela CVM, do pleito de revogação da Oferta.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até às 16:00 horas do 5° dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação, de forma expressa, sob pena de presunção de manutenção da aceitação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 dias úteis, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

Prazo de Distribuição

A data de início da Oferta será divulgada por meio do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2021, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400. O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro ("**Prazo de Distribuição**").

O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante divulgação do Anúncio de Encerramento, com data limite para ocorrer em [•] de [•] de 2021, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Liquidação

A liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 dias úteis contado da data de divulgação do Anúncio de Início ("**Data de Liquidação**"), de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição. A liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, ocorrerá dentro do prazo de até 2 dias úteis, contado do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar ("**Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar**").

As Ações, as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, conforme o caso, serão entregues aos respectivos investidores até às 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme o caso. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Resolução CVM 13, ou na Lei 4.131.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste na obrigação individual e não solidária de integralização/liquidação, pelos Coordenadores da Oferta, na Data de Liquidação, da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreverem/adquirirem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição ("**Garantia Firme de Liquidação**").

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas/liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização/liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, multiplicado pelo Preço por Ação nos termos do Contrato de Distribuição e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação a ser definido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*. A Garantia Firme de Liquidação passará a ser vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional, deferida a Conversão de Registro da Companhia, deferidos os registros da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo, sendo eficaz a partir do momento em que forem cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Colocação Internacional.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo que o disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção “Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações” na página 50 deste Prospecto.

Segue abaixo relação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) objeto de Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta:

Coordenadores da Oferta	**Quantidade de Ações**	**Percentual**
		(%)
Coordenador Líder	[•]	[•]%
Agente Estabilizador	[•]	[•]%
Itaú BBA	[•]	[•]%
Bradesco BBI	[•]	[•]%
Total	**[•]**	**[•]**

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Contrato de Distribuição e Contrato de Colocação Internacional

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem a colocação das Ações, bem como de suas respectivas garantias firme estarão sujeitas a determinadas condições, não limitada (i) a entrega de opiniões legais e cartas negativas de conforto (*negative comfort letter*) pelos assessores jurídicos da Companhia e do Acionista Vendedor, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional; e (ii) a assinatura de compromissos de restrição à negociação de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e por determinados acionistas e Administradores. De acordo com o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia e o Acionista Vendedor assumiram a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

Adicionalmente, a Companhia e o Acionista Vendedor serão obrigados, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a indenizar os Agentes de Colocação Internacional na ocasião de perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes relativas às informações de sua respectiva responsabilidade nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e contra o Acionista Vendedor no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente a Companhia for condenada em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia e em seus negócios. Para informações adicionais, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de venda no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil, com esforços de venda no exterior*", na página 75 deste Prospecto.

Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços físicos indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 67 deste Prospecto.

Violações de Normas de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta convite disponibilizada pelo Coordenador Líder ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400 e no Código ANBIMA, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis, (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária e, ainda, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada, (ii) arcará integralmente com quaisquer custos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Consorciada, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores, (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de 6 meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. [A Instituição Consorciada a que se refere esta seção deverá informar imediatamente o referido cancelamento aos investidores de quem tenha recebido Pedidos de Reserva.] Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento, Pedidos de Reserva cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Restrições à Negociação das Ações (“*Lock-up*”)

[A Companhia, o Acionista Vendedor e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia] obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo Período de *Lock-up*, a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia (“**Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up***”), sujeito a determinadas exceções previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Colocação Internacional: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (iv) estabelecer ou aumentar uma posição de venda ou liquidar ou diminuir uma posição de compra de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (v) protocolar um pedido de registro de oferta pública relacionada aos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* ou divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iv), sem o consentimento dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional.].

As vedações listadas acima não se aplicarão nas hipóteses: [(i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do Período de *Lock-up*; (ii) transferências a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do instrumento de *lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que, antes de tal transferência, o *trust* comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do Período de *Lock-up*; (iii) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, conforme alterada, dos signatários do instrumento de *lock-up,* desde que, antes de tal transferência, o respectivo destinatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do Período de *Lock-up*; e (iv) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do instrumento de *lock-up* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Distribuição e do Contrato de Estabilização.]

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia. **Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o período de* Lock-up *pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia*”, na página 73 deste Prospecto.**

Instituição Financeira Escrituradora das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das ações ordinárias de emissão da Companhia é a Itaú Corretora de Valores S.A.

Cronograma Tentativo Estimado da Oferta

Segue, abaixo, um cronograma tentativo indicativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da data de protocolo do pedido dos registros da Oferta junto à CVM:

#	Eventos	Data[1]
1	Protocolo dos pedidos de registro da Oferta junto à CVM	[•] de [•] de 2021
2	Divulgação do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização deste Prospecto Preliminar Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Início do Procedimento de *Bookbuilding*	[•] de [•] de 2021
3	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•] de [•] de 2021
4	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•] de [•] de 2021
5	Encerramento do Período de Reserva	[•] de [•] de 2021
6	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* Fixação do Preço por Ação Aprovação do Preço por Ação pela Companhia Assinatura do Contrato de Distribuição, do Contrato de Colocação Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta Início do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2021
7	Concessão dos registros da Oferta pela CVM Divulgação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	[•] de [•] de 2021
8	Início de negociação das Ações no segmento do Novo Mercado da B3	[•] de [•] de 2021
9	Data de Liquidação	[•] de [•] de 2021
10	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2021
11	Data limite para a liquidação das Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2021
12	Término do *Lock-up* da Oferta de Varejo	[•] de [•] de 2021
13	Data limite para a divulgação do Anúncio de Encerramento	[•] de [•] de 2021

(1) Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da nova divulgação do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Instituições Consorciadas), para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado, nos termos da Instrução da CVM 400. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de anúncio divulgado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes da seção “Informações sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 66 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início.

Para informações sobre os prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, consulte este Prospecto. Para informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações integralizadas/liquidadas pelos Coordenadores da Oferta, em decorrência do exercício da Garantia Firme de Liquidação, nos termos descritos no Contrato de Distribuição, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação" na página 61 deste Prospecto.

A Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data em que este Prospecto for disponibilizado e a data em que for determinado o Preço por Ação, inclusive.

Inadequação da Oferta

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais e aos setores em que a Companhia atua. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor da economia em que esta atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever/adquirir Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta

O Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, exclusivamente nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, o Acionista Vendedor foi dispensado pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com logotipos das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, uma vez que o Acionista Vendedor não possui página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

COMPANHIA

ri.nadirfigueiredo.com.br (neste *website*, clicar em [•]).

COORDENADORES DA OFERTA

Banco BTG Pactual S.A.

https://www.btgpactual.com//investment-bank (neste *website*, acessar Mercado de Capitais – Download", depois clicar em "2021" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações da Nadir Figueiredo S.A.", clicar no link específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

www.merrilllynch-brasil.com.br (neste *website*, no item "Prospectos" clicar no item "Nadir Figueiredo S.A." e, então, clicar no título do documento correspondente).

Banco Itaú BBA S.A.

http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar em "Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A." e, posteriormente, clicar em "2021" e, em seguida, em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)", escolher o link específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

Banco Bradesco BBI S.A.

http://www.bradescobbi.com.br/Site/Ofertas_Publicas/ (neste *website*, acessar "ofertas públicas" e posteriormente a pasta "IPO Nadir Figueiredo " e, em seguida, clicar no link específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (www.b3.com.br).

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

www.cvm.gov.br (neste *website*, na seção "Pesquisa de Dados" da página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, acessar "Ofertas Públicas de Distribuição", depois, acessar "Ofertas em Análise", em seguida, na tabela de "Primárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o *link* referente à "Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.", no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ (neste *website* acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "Nadir Figueiredo S.A.", link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

Informações Adicionais

Mais informações sobre a Oferta e sobre o procedimento de reserva das Ações poderão ser obtidas junto aos Coordenadores da Oferta, nos endereços e telefones abaixo mencionados e, no caso de Investidores de Varejo, também junto às Instituições Consorciadas.

É recomendada aos investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência em especial as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", nas páginas 20 e 71, respectivamente, deste Prospecto, bem como a seção "4. Fatores de Risco" constante do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, antes da tomada de qualquer decisão de investimento.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, o Acionista Vendedor foi dispensado pela CVM de divulgar este Prospecto, uma vez que o Acionista Vendedor não possui página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as seguintes páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3.

COMPANHIA

Nadir Figueiredo S.A.
Avenida Zaki Narchi, nº 500, Vila Guilherme
CEP 02029-000, São Paulo, SP
At.: Eron Martins
Tel.: +55 (11) 4741-8500/ 2967-8912
ri.nadirfigueiredo.com.br (neste *website*, clicar em [•]).

COORDENADORES DA OFERTA

Banco BTG Pactual S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.477
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: +55 (11) 3383-2000
Fax.: +55 (11) 3383-2001
https://www.btgpactual.com/investment-bank (neste *website*, acessar "Mercado de Capitais – Download", depois clicar em "2021" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações da Nadir Figueiredo S.A.", clicar no link correspondente ao Prospecto Preliminar).

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 12º Andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Tel.: +55 (11) 2188-4000
E-mail: bruno.saraiva@bofa.com
www.merrilllynch-brasil.com.br (neste *website*, no item "Prospectos" clicar no item "Nadir Figueiredo S.A." e, então, clicar no título do documento correspondente).

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: + 55 (11) 3708-8876
E-mail: renata.dominguez@itaubba.com
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste website, clicar em "Nadir Figueiredo S.A." e, posteriormente, clicar em "2021" e, em seguida, em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)", por fim em "Prospecto Preliminar").

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.309, 10º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sra. Claudia Bollina Mesquita
Tel.: +55 (11) 3847-5488
Fax: +55 (11) 3847-9856
https://www.bradescobbi.com.br/Site/Home/Default.aspx (neste website, identificar "IPO Nadir Figueiredo S.A." e, posteriormente, clicar no link específico do Prospecto Preliminar).

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM

Rua de Sete de Setembro, nº 111, 5º andar
CEP 20159-900, Rio de Janeiro, RJ
Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares
CEP 01333-010, São Paulo, SP
www.cvm.gov.br (neste *website*, na seção "Pesquisa de Dados" da página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, acessar "Ofertas Públicas de Distribuição", depois, acessar "Ofertas em Análise", em seguida, na tabela de "Primárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o *link* referente à "Nadir Figueiredo S.A.", e clicar em "Prospecto Preliminar").

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-paraemissores/ofertas-publicas/ (neste *website* acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "Nadir Figueiredo S.A.", posteriormente acessar "Prospecto Preliminar").

INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (http://www.b3.com.br/).

O Aviso ao Mercado foi intencionalmente divulgado sem a indicação das Instituições Consorciadas e será novamente divulgado em [•] de [•] de 2021, dia de início do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, com a indicação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta. A partir de tal data, informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas na página da rede mundial de computadores da B3.

Este Prospecto não constitui uma oferta de venda das Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida, sendo que não foi e não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja o registro sob o *Securities Act,* ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. Exceto pelo registro da Oferta na CVM, a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. Qualquer informação aqui contida não deverá ser levada, transmitida, divulgada, distribuída ou disseminada nos Estados Unidos.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia, o Acionista Vendedor e a Oferta, a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta recomendam que os investidores que baseiem suas decisões de investimento nas informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência.

O investimento em ações representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor da economia em que esta atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais.

LEIA ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", NAS PÁGINAS 20 E 71, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" na página 20 deste Prospecto, os riscos constantes da seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e respectivas notas explicativas, anexos a este Prospecto.

As atividades da Companhia, sua situação financeira, reputação, seus resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou a totalidade de seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia acredita que poderão lhe afetar e afetar os titulares de ações ordinárias de sua emissão de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelo Acionista Vendedor, ou que atualmente a Companhia considere irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou lhe "afetará adversamente" ou o uso de expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado de ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" na página 20 deste Prospecto e a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

A extensão da pandemia de COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante para a Companhia e sua capacidade de continuar operando seus negócios.

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas operações da Companhia. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como as provocadas pelo zika vírus, pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS), afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

A Organização Mundial de Saúde ("OMS") declarou, em 11 de março de 2020, o estado de pandemia em razão da disseminação global da doença causada pelo COVID-19. Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas. A declaração da pandemia de COVID-19 desencadeou severas medidas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto da doença, resultando em ações relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos assim como fechamento prolongado de locais de trabalho.

No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo aqueles onde a Companhia atua, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social. Além disso, essas medidas influenciaram no comportamento da população em geral, inclusive dos clientes da Companhia, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo e aumento do desemprego. Essas medidas podem permanecer em vigor por um período significativo de tempo e medidas ainda mais restritivas podem vir a ser adotadas pelas autoridades a qualquer tempo.

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas específicas de contenção pode ter um impacto adverso nos negócios da Companhia, bem como na economia brasileira. Nesse sentido, surtos de doenças ou o avanço da atual pandemia de COVID-19, podem (i) impactar significativamente a cadeia de fornecimento de materiais, equipamentos de proteção individual ou as operações dos prestadores de serviços da Companhia caso suas operações venham a ser interrompidas ou suspensas ou sofrerem os efeitos de um agravamento ou uma nova onda de disseminação de COVID-19; (ii) afetar a capacidade dos clientes de cumprirem com suas obrigações com a Companhia, impactando seus fluxo de caixa e liquidez; (iii) provocar o fechamento das operações da Companhia; (iv) causar contaminação da alta gerência, prejudicando a gestão da Companhia; (v) causar contaminação de funcionários e colaboradores da Companhia, inclusive aqueles que atuam no atendimento direto aos pacientes, prejudicando a condução das operações da Companhia, e (vi) causar impactos financeiros diversos como, por exemplo, elevar o risco de crédito com contrapartes e inadimplência de clientes.

Uma crise de saúde pública, como a pandemia de COVID-19, pode reduzir a confiança nos estabelecimentos de saúde, especialmente hospitais que não sejam capazes de apresentar prontamente diagnósticos precisos ou que estejam tratando ou trataram pacientes afetados por doenças infecciosas, como o COVID-19. Caso qualquer dos estabelecimentos da Companhia trate ou haja a percepção de que esteja tratando pacientes afetados por uma doença infecciosa, outros pacientes podem cancelar procedimentos eletivos ou deixar de buscar os cuidados necessários nos estabelecimentos da Companhia. Além disso, uma pandemia, epidemia ou surto de uma doença infecciosa pode afetar adversamente as operações da Companhia, causando fechamentos temporários ou dispersão de pacientes, interrompendo ou atrasando a produção e entrega de insumos, materiais e equipamentos por fornecedores ou causando escassez de médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e outros colaboradores nos estabelecimentos da Companhia. Os planos de contingenciamento e protocolos de doenças infecciosas da Companhia podem não ser suficientes em caso de surgimento de uma pandemia, epidemia ou surto de uma doença infecciosa, como o COVID-19, o que pode afetar adversamente as operações da Companhia e, consequentemente, sua capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras.

A Companhia pode vir a tomar ações adicionais, conforme exigido pelas autoridades governamentais ou que entenda ser no melhor interesse de seus funcionários, clientes e parceiros de negócios. Não há certeza de que essas medidas serão suficientes para atenuar os riscos apresentados pela pandemia de COVID-19 ou, de outra forma, serão satisfatórias e suficientes.

Dessa forma, a extensão em que o surto de COVID-19 afetará os negócios, condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa da Companhia dependerá de eventos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, incluindo, entre outros, a duração e a distribuição geográfica do surto, sua gravidade, as ações para conter o vírus, como serão enfrentados os impactos por este causados e a velocidade em que as condições econômicas serão retomadas. Mesmo depois da diminuição do surto de COVID-19, a Companhia pode ter impactos materialmente adversos em seus negócios como resultado de seu impacto econômico global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego que ocorreu ou pode ocorrer no futuro, o que pode diminuir a demanda pelos serviços prestados pela Companhia. Os impactos da pandemia de COVID-19 também podem precipitar ou agravar os outros riscos informados neste Prospecto.

Dessa forma, dependendo da extensão e duração de todos os efeitos descritos acima nos negócios e operações da Companhia e nos negócios e operações de seus fornecedores, seus custos podem aumentar, incluindo custos para tratar da saúde e segurança dos colaboradores e a capacidade de obter certos suprimentos ou serviços podem ser restringidos, o que poderá impactar de forma adversa as operações da Companhia. Para mais informações sobre os impactos da pandemia do COVID-19 nos negócios da Companhia, veja item 10.9 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

A volatilidade e a iliquidez inerentes ao mercado de capitais brasileiro podem limitar substancialmente a capacidade dos investidores de venderem as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e no momento desejado.

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações ordinárias de emissão da Companhia, envolve frequentemente um risco maior que o investimento em valores mobiliários de emissores em determinados outros países e geralmente são considerados mais especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, incluindo: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado de capitais brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, como Estados Unidos ou Europa. A Companhia não pode garantir que, após a conclusão de sua oferta pública inicial de distribuição, haverá um mercado líquido, o que pode limitar a capacidade do respectivo investidor de vender as ações ordinárias de sua emissão pelo preço e no momento desejados.

Adicionalmente, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão ou seu eventual sucessor pode ser regulada de forma diferente da qual os investidores estrangeiros estão acostumados, o que pode limitar a capacidade dos acionistas de venderem seus ativos ao preço e momento desejados. Além disso, o preço das ações alienadas em uma oferta pública está, frequentemente, sujeito à volatilidade imediatamente após sua realização. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode variar significativamente como resultado de vários fatores, alguns dos quais além do controle da Companhia.

A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o período de Lock-up pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

[A Companhia, o Acionista Vendedor, determinados acionistas e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia] celebrarão acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia (*Lock-up*), por meio dos quais se comprometerão a, sujeitos tão somente às exceções previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Colocação Internacional, durante o período de [•] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para informações adicionais, ver a seção “Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)” na página 64 deste Prospecto.

Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva venda feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para mais informações, ver a seção “Informações Sobre a Oferta – Violações de Norma de Conduta” na página 63 deste Prospecto.

A necessidade de captação de recursos adicionais pela Companhia por meio de emissão de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações poderá diluir a participação acionária dos investidores na Companhia ou não ser economicamente satisfatória.

A Companhia pode precisar captar recursos adicionais no futuro, a serem obtidos inclusive por meio de emissões públicas ou privadas de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia. A obtenção de recursos, pela Companhia, por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, poderá resultar em alteração na quantidade de ações em circulação e no preço das ações, e, consequentemente, na diluição da participação acionária dos referidos acionistas, que poderão passar a ter menor participação proporcional em rendimentos e menor poder de influência nas decisões tomadas pela Companhia, caso estes não exerçam, por qualquer motivo, os seus direitos de preferência na subscrição de novas ações emitidas em decorrência de tais novas ofertas de ações para obtenção de capital adicional no futuro.

Uma oferta pública de distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia pode ser realizada, inclusive, com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, observados os requisitos legais e regulamentares, podendo resultar na diluição da participação dos seus acionistas no capital social. A Companhia não pode assegurar a disponibilidade de capital adicional ou, ainda, que as condições de captação serão economicamente satisfatórias. A falta de acesso a capital adicional em condições satisfatórias e o aumento nas taxas de juros pode afetar adversamente o crescimento da Companhia, o que pode vir a prejudicar a performance das suas atividades, situação financeira e resultados operacionais e, consequentemente, a cotação de seus valores mobiliários.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será fixado com base no resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em [até] [20%] da quantidade de ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, somente não será permitida a colocação de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

Adicionalmente, os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadre dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. Tais operações poderão influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações e, deste modo, o Preço por Ação poderá diferir dos preços que prevalecerão no mercado após a conclusão desta Oferta.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, caso as Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) não sejam integralmente subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimentos automaticamente cancelados, sendo que os valores, eventualmente depositados, serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Suspensão ou Cancelamento da Oferta” na página 60 deste Prospecto.

Como resultado do Procedimento de Bookbuilding, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores de Varejo poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva.

Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% do valor máximo da Faixa Indicativa, os Investidores de Varejo poderão desistir de seu Pedido de Reserva, o que poderá resultar em uma menor dispersão acionária do capital social da Companhia do que aquela inicialmente esperada.

Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção "Destinação dos Recursos", na página 100 deste Prospecto, e afetar a capacidade da Companhia de executar o plano de negócios da Companhia, o que poderá ter impactos no crescimento e nos resultados das operações da Companhia.

Investidores que subscreverem/adquirirem Ações poderão sofrer diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que subscreverem/adquirirem Ações por meio da Oferta poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao subscrever/adquirir as Ações na Oferta.

Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção "Diluição", na página 103 deste Prospecto.

Os Investidores de Varejo que se comprometerem a observar o Lock-up da Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.

Os Investidores de Varejo devem se comprometer, observadas as exceções previstas nos demais documentos da Oferta, conforme aplicável, durante o período de [•] e [•] dias, respectivamente, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Desta forma, caso o preço de mercado das ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo Com *Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo aplicável e tendo em vista a impossibilidade das Ações objeto de colocação na Oferta de Varejo serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, durante referidos períodos, tais restrições poderão causar-lhes perdas.

A realização desta Oferta, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreenderá a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações no exterior, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda* e em outros documentos relacionados à colocação das Ações no exterior.

Adicionalmente, a Companhia e o Acionista Vendedor são parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e o Acionista Vendedor os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

A Companhia e o Acionista Vendedor também prestaram diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e o Acionista Vendedor no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, poderá envolver valores elevados, poderá afetar negativamente a Companhia e seus negócios.

Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de emissores brasileiros é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes. A reação dos investidores a acontecimentos nesses países pode resultar em um efeito adverso no preço de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissão de emissores brasileiros. Embora as condições econômicas na Europa e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. Tais eventos podem incluir disputas comercias, como a disputa recente entre os Estados Unidos e a China e que foi recentemente expandida a outros países, incluindo o Brasil, após o anúncio do Presidente dos Estados Unidos com relação à aplicação de novas tarifas a produtos siderúrgicos exportados do Brasil, ou disputas entre os Estados Unidos e o Irã. Crises em outros países da América Latina e de economia emergente ou as políticas econômicas de outros países, em especial dos Estados Unidos e países da União Europeia, podem reduzir o interesse dos investidores por títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia. Tal fator pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das operações da Companhia no futuro, seja em termos aceitáveis ou absolutos. Qualquer desses acontecimentos pode afetar adversamente os negócios e o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países de economia emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil e direta ou indiretamente, impactaram o mercado de capitais e a econômica brasileira, como as flutuações no preço dos títulos emitidos por empresas listadas, reduções na oferta de crédito, deterioração da econômica global, flutuação das taxas de câmbio e inflação, entre outras. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa a economia e o mercado de capitais do Brasil, como (i) oscilações no preço de mercado de emissores brasileiros; (ii) indisponibilidade de crédito; (iii) redução do consumo; (iv) desaceleração da economia; (v) instabilidade cambial; e (vi) pressão inflacionária. Além disso, as instituições financeiras podem não estar dispostas a renovar, estender ou conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou não serem capazes ou não estarem dispostas a honrar seus compromissos. Qualquer desses acontecimentos pode prejudicar a negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia, além de dificultar seu acesso ao mercado de capitais e o financiamento de suas operações no futuro, seja em termos aceitáveis ou absolutos. Estes desenvolvimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política daí decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento imprevisto, podem afetar negativamente a Companhia e o valor de mercado de suas ações.

[Caso a Companhia e o Acionista Vendedor tenham êxito na realização da Oferta, os atuais acionistas controladores da Companhia serão diluídos de modo que poderão deixar de deter mais do que 50% das ações votantes da Companhia, o que poderá tornar a Companhia suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência ou grupo de acionistas que detenha o controle.

Caso haja a concretização da Oferta, os atuais acionistas controladores da Companhia terão sua participação acionária reduzida, seja em razão da diluição decorrente da emissão primária ou da alienação de ações por eles detidas na oferta secundária, de modo que poderão deixar de deter mais do que 50% do capital votante da Companhia.

Assim, a Companhia estará mais suscetível ao surgimento de um grupo de acionistas agindo conjuntamente que passe a deter o poder decisório das atividades da Companhia e, como consequência, exercer o controle. Além disso, a Companhia poderá ficar mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e a conflitos daí decorrentes e certas deliberações que exigem quórum mínimo poderão não ser atingidas, dificultando o procedimento decisório no âmbito das atividades sociais da Companhia.

Qualquer mudança repentina ou inesperada na administração da Companhia, no seu plano de negócios e direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.]

Para mais informações sobre os riscos envolvidos, *veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – "[Uma redução da participação societária dos acionistas controladores da Companhia pode resultar em alteração no controle da Companhia e consequentemente configurar um evento de vencimento antecipado de determinados contratos financeiros, o que poderá afetar adversamente a Companhia.]"*, na página 78 deste Prospecto.

[Uma redução da participação societária dos acionistas controladores da Companhia pode resultar em alteração no controle da Companhia e consequentemente configurar um evento de vencimento antecipado de determinados contratos financeiros, o que poderá afetar adversamente a Companhia.

A Companhia e/ou suas controladas são parte em contratos financeiros, cujos termos preveem vencimento antecipado em caso de alteração no controle, direto ou indireto, da Companhia e/ou suas controladas, conforme aplicável.

Caso haja a concretização da Oferta, os atuais acionistas controladores da Companhia serão diluídos de modo que poderão deixar de deter mais do que 50% das ações de emissão da Companhia. Caso, a qualquer tempo, os atuais acionistas controladores da Companhia efetivamente deixem de deter o controle da Companhia em decorrência de diluição, venda de ações ordinárias por eles detidas ou outra razão, ou caso um novo acionista ou grupo de acionistas seja capaz de efetivamente deter, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral de acionistas e o poder de eleger a maioria dos administradores da Companhia, e caso a Companhia não seja capaz de obter as aprovações necessárias, qualquer dos eventos acima poderá ocasionar a declaração do vencimento antecipado de contratos financeiros da Companhia.]

Adicionalmente, os contratos financeiros da Companhia, além de cláusulas de vencimento antecipado em caso de alteração no controle societário, contêm cláusula de *cross acceleration* e de *cross default*, o que significa que o inadimplemento de obrigação da Companhia no âmbito de um contrato poderá permitir que outros credores declarem o vencimento antecipado, ou mesmo ocasionar o vencimento antecipado automático, conforme o caso, do saldo devedor das respectivas dívidas.

O vencimento antecipado de parte relevante ou de todos os contratos financeiros da Companhia afetaria adversamente a situação financeira da Companhia.

Para mais informações sobre os contratos financeiros da Companhia, vide itens 10.1 e 18.5 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Os contratos financeiros da Companhia, além de cláusulas de vencimento antecipado em caso de alteração no controle societário, contêm cláusula de *cross acceleration* e de *cross default*, o que significa que o inadimplemento de obrigação da Companhia no âmbito de um contrato poderá resultar na decisão dos demais credores em declarar o inadimplemento ou vencimento antecipado das respectivas dívidas. O vencimento antecipado de parte relevante ou de todos os contratos financeiros da Companhia consumiria uma parcela do seu caixa, o que pode afetar adversamente a sua situação financeira da Companhia. Para mais informações sobre os contratos financeiros, vide item 10.1(f) do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.]

A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os Coordenadores da Oferta e as sociedades de seu conglomerado econômico poderão realizar operações com derivativos como forma de proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swaps*) conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de total return swap), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações da Oferta.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, o Acionista Vendedor e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo o presente Prospecto, passaram a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido dos registros da Oferta na CVM. Até a divulgação do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, o Acionista Vendedor e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, do Acionista Vendedor ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até a divulgação do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, do Acionista Vendedor ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta ou a Companhia em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência, ou, ainda, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias midiáticas, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores, assim como a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal divulgação, suspender a Oferta, com a consequente alteração de seu cronograma.

A Companhia arcará com as despesas relacionadas à Oferta, bem como arcará juntamente com o Acionista Vendedor com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma.

Por meio do Contrato de Distribuição, a Companhia arcará juntamente com o Acionista Vendedor com as comissões da Oferta, de acordo com suas respectivas participações na Oferta, além de assumir a obrigação de pagamento de certas despesas relacionadas à Oferta, incluindo da Oferta Secundária. O desembolso desses valores pela Companhia impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e, por consequência, os valores creditados ao seu patrimônio líquido e poderá impactar negativamente seus resultados no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para mais informações sobre os custos e despesas incorridos pela Companhia com a Oferta, veja a seção "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto.

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional contém condições suspensivas em relação à colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar. Caso tais condições não sejam implementadas até a Data de Liquidação e/ou a Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável, o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional poderão ser rescindidos e, consequentemente, o registro da Oferta pela CVM será cancelado.

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional condicionam a colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, à implementação de certas condições suspensivas até a Data de Liquidação e/ou a Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável. Caso as referidas condições suspensivas não sejam implementadas, o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional poderão ser rescindidos. Nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta pela CVM. Para mais informações, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Contrato de Distribuição e Contrato de Colocação Internacional", na página 62 deste Prospecto. Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais", na página 67 deste Prospecto.

O cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, por meio de anúncio a ser divulgado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes da seção "Informações sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 66 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de até 3 dias úteis, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para mais informações, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Suspensão ou Cancelamento da Oferta", na página 60 deste Prospecto.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio para os titulares de ações ordinárias de sua emissão.

De acordo com o estatuto social da Companhia, a Companhia deve pagar aos acionistas, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para para compensar prejuízo ou retido, e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta, como a Companhia, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o conselho de administração informe à assembleia geral de acionistas que tal distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia. Adicionalmente, determinados contratos financeiros celebrados pela Companhia vedam a distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente à época de sua respectiva celebração, caso (i) a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas em tal contratos/escritura; ou (ii) tenha ocorrido e esteja vigente qualquer evento de inadimplemento (para maiores detalhes sobre contratos financeiros, vide itens 3.4, 10.1 e 18.5 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto). Na hipótese da ocorrência desses eventos, os titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio, ou poderão receber apenas o montante dos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, conforme o caso.

Adicionalmente, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A.

Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, wealth management, asset management e sales and trading (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Santiago, Cidade do México, Lima, Medellín, Bogotá e Buenos Aires. Na área de asset management, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes private, empresas e parceiros de distribuição. Na área de wealth management, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde *asset management* a planejamento sucessório e patrimonial.

O BTG Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de investment banking, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2015 pelo número de operações, participando de um total de mais de 170 operações no período, segundo o ranking da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros rankings desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg). Ademais, vale destacar a forte presença do banco na América Latina, tendo conquistado o 1º lugar em volume e em número de ofertas nos anos de 2013 e 2012 (Dealogic, Bloomberg e Thomson Reuters). Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010, 2011 e em 2013 como o "Brazil's Equity House of the Year", segundo a Euromoney.

O BTG Pactual foi também eleito por três vezes "World's Best Equity House" (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de "Equity House of the Year" (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de "Best Equity House Latin America" (Euromoney de 2002 a 2005, 2007, 2008 e 2013; IFR em 2013) e o título de "Best Investment Bank" (Global Finance em 2011 e World Finance em 2012). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de equity research, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de "#1 Equity Research Team Latin America" em 2012, 2014 e 2015, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor, Weighted Rankings).

Adicionalmente, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos anos, como primeiro colocado no ranking da Institutional Investor de 2003 a 2009, e 2012 a 2015 e como segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o ranking publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de *follow-on* do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, EcoRodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de follow-on das empresas nas quais participou em sua abertura de capital.

Em 2011, realizou as seguintes ofertas: *follow-on* de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead settlement agent na oferta de Gerdau, a qual foi registrada no Brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros.

Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do follow-on de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce.

Em 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar, BB Seguridade, CPFL Renováveis, Ser Educacional e CVC e do follow-on de Multiplan, BHG, Abril Educação, Iguatemi e Tupy. Em 2014, o BTG Pactual atuou como coordenador líder e agente estabilizador no follow-on da Oi S.A.

Em 2015, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Par Corretora e do follow-on de Telefônica Brasil e Metalúrgica Gerdau.

Em 2016, o BTG Pactual participou das ofertas públicas de distribuição de ações da Energisa, da Linx e da Sanepar.

Em 2017, o BTG Pactual participou das ofertas públicas iniciais de distribuição de ações da Movida, IRB-Brasil Resseguros, Ômega Geração e Biotoscana Investments, bem como dos *follow-ons* da CCR, das Lojas Americanas, da Alupar, da BR Malls, do Magazine Luiza e da Rumo e dos re-IPOs da Eneva e da Vulcabras.

Em 2018, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de distribuição de ações da Hapvida.

Em 2019, o BTG Pactual participou do IPO da Centauro, da C&A e *follow-on* das seguintes companhias: Restoque, JHSF, BR Properties, Magazine Luiza, Unidas, LPS Brasil, CCP – Cyrela Commercial Properties, LOG Commercial Properties, Helbor, Omega Geração, EZ TEC, Banco Pan, Sinqia, Trisul, Localiza Rent A Car, Movida, Banco Inter, Hapvida, Light, Tecnisa, BTG Pactual, CPFL Energia, Totvs, Eneva e Burguer King.

Em 2020, o BTG Pactual participou dos follow-ons da Minerva, Cogna Educação, Positivo Tecnologia, Centauro, Via Varejo, Lojas Americanas, BTG Pactual, JHSF Participações, Irani, IMC, Dimed, Rumo, JSL Logística, Banco PAN, Banco Inter, Santos Brasil, assim como do IPO da Mitre Realty, Estapar, Ambipar, Lojas Quero Quero, Lavvi, Petz, Plano & Plano, Cury Construtora, Hidrovias do Brasil, Melnick Even, Track & Field, Sequoia Logística, Meliuz, Enjoei, Aeris e 3R Petroleum.

Agente Estabilizador

O Bank of America está presente no Brasil desde 1953, contando com uma estrutura de aproximadamente 660 funcionários, com foco na intermediação e negociação de títulos de renda fixa e variável, em operações de câmbio e na prestação de serviços de banco de investimentos, incluindo a assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, reestruturações e no mercado de capitais.

A fusão global entre os grupos Merrill Lynch e Bank of America resultou no que o Bank of America acredita ser um dos maiores conglomerados financeiros do mundo e um dos líderes mundiais na negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários, na prestação de serviços de banco de investimentos e de finanças corporativas, na gestão de ativos e grandes riquezas e na prestação de serviços de gestão de tesouraria.

O conglomerado Bank of America Merrill Lynch atende clientes nos segmentos de pessoa física, pequenos e médios negócios e também grandes empresas, oferecendo uma vasta gama de produtos e serviços de banco comercial, banco de investimentos, gestão de ativos e de risco. Sua ampla plataforma nos Estados Unidos serve mais de 67 milhões de clientes a partir de suas mais de 4.400 agências, mais de 16.100 caixas eletrônicos e um sistema online que atende mais de 36 milhões de usuários ativos.

O grupo atua em mais de 150 países, possuindo relacionamento com 99% das 500 maiores companhias de acordo com a U.S. Fortune e 83% das 500 maiores companhias de acordo com a Fortune Global. As ações da Bank of America Corporation (NYSE: BAC), controladora do Bank of America, fazem parte do índice Dow Jones Industrial Average e são listadas na New York Stock Exchange.

Nas Américas, está entre os principais bancos em emissões de dívida e *equity* e na assessoria em operações de fusões e aquisições, tendo recentemente atingido uma das principais posições em levantamento de capital para empresas considerando o valor agregado de operações de *equity*, *bonds* e financiamentos, de acordo com a Dealogic.

Itaú BBA

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas *corporate* do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de março de 2019, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R$1,7 trilhão e uma carteira de crédito de R$647 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um *player* de mercado em fusões e aquisições, *equities* e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área *corporate* do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

Atividade de *investment banking* do Itaú BBA

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor *investment bank* do Brasil em 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de *M&A* da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *deposit receipts* (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de *research* do Brasil e da América Latina, segundo a Institucional Investor. Em 2018 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US$6,1 bilhões.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Dealogic, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 49 transações em 2018 na América do Sul, obtendo a primeira colocação no *ranking* por quantidade de operações acumulando um total de US$25,7 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, *commercial papers, fixed* e *floating rate notes*, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o *ranking* da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R$7 bilhões. Pelo mesmo *ranking*, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US$4 bilhões em 2015, US$8 bilhões em 2016 e US$6 bilhões em 2017, equivalente a 14%, 21% e 27% do total, respectivamente. Em 2018 o Itaú BBA foi líder obtendo 37% de participação sobre o volume total emitido, tendo coordenado operações cujo volume total somou aproximadamente US$8 bilhões.

Bradesco BBI

Banco de Investimento do Banco Bradesco S.A., o Bradesco BBI, é responsável por (i) originação e execução de operações de financiamento de projetos; (ii) originação e execução de operações de fusões e aquisições; (iii) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda fixa no Brasil e exterior; e (iv) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda variável no Brasil e exterior.

Bradesco BBI conquistou em 2020 os prêmios “Melhor Banco de Investimentos da América Latina” e “Melhor Banco de Investimentos em Renda Fixa da América Latina”, pela *Institutional Investor*.

- Presença constante em operações de renda variável, com presença na maioria dos IPOs (*Initial Public Offerings*) e Follow-ons que foram a mercado nos últimos anos, tanto no Brasil quanto no exterior.

- O Bradesco BBI apresentou presença significativa no mercado de capitais brasileiro no primeiro semestre de 2020, tendo participado em 11 de 13 ofertas realizadas na B3. Participou como *joint bookrunner* no Follow-on da Minerva Foods, no montante de R$1.235 milhões, *joint bookrunner* no Follow-on de Ânima Educação, no montante de R$1.100 milhões, *joint bookrunner* no Follow-on de Positivo Tecnologia, no montante de R$354 milhões, *joint bookrunner* no IPO de Mitre, no montante de R$1.053 milhões, *joint bookrunner* no Follow-on de Petrobras, no montante de R$22.026 milhões, *joint bookrunner* no Follow-on de Cogna Educação, no montante de R$2.556 milhões, *joint bookrunner* no IPO de Moura Dubeux, no montante de R$1.105 milhões, *joint bookrunner* no IPO de Estapar, no montante de R$345 milhões, coordenador líder do Follow-on de Centauro, no montante de R$900 milhões, coordenador líder do Follow-on da Via Varejo, no montante de R$4.455 milhões, *joint bookrunner* do Follow-on do Banco BTG Pactual, no montante de R$2.651 milhões.

- Com importantes transações realizadas, o Bradesco BBI concluiu o primeiro semestre com grande destaque em renda fixa. Participou de 76 operações no mercado doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R$58,3 bilhões originados.

- No primeiro semestre do ano de 2020, o Bradesco BBI assessorou 9 transações de M&A envolvendo um volume total de aproximadamente R$14 bilhões, tendo como destaque: (i) assessoria a AES Tietê na condução de todo o processo envolvendo a oferta da Eneva, (ii) assessoria à Hypera na aquisição do portfólio de ativos Brasil da Takeda, (iii) assessoria à OTP na venda das concessionárias de rodovia: CBN, CRA e CRC, para a Monte Equity Partners e (iv) assessoria ao Grupo Festval na aquisição de lojas do GPA em Curitiba.

- O Banco Bradesco S.A. está presente em todos os municípios brasileiros e em diversas localidades no exterior. Conta com uma rede de 3.816 agências, 4.300 unidades dedicadas exclusivamente à realização de negócios e relacionamento com clientes (“PAs” – postos de atendimento), 877 Postos de Atendimento Eletrônico (“PAEs”) e 40.835 unidades Bradesco Expresso (correspondentes bancários), além de milhares de equipamentos de autoatendimento.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para fins do disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento da Companhia com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia" na página 79 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Agente Estabilizador

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Agente Estabilizador e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Agente Estabilizador e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Agente Estabilizador e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Agente Estabilizador e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, o Agente Estabilizador e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O Agente Estabilizador e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Agente Estabilizador e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Agente Estabilizador no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Agente Estabilizador e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Agente Estabilizador e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia" na página 79 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Agente Estabilizador e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Agente Estabilizador poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Agente Estabilizador como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Agente Estabilizador ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Agente Estabilizador ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA

Na data deste Prospecto, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o Itaú BBA e demais sociedades do seu conglomerado financeiro, conforme detalhado a seguir:

- 54 duplicatas contratadas pela Companhia entre 31 de agosto de 2020 e 18 de janeiro de 2021, com vencimento entre 19 de janeiro de 2021 e 31 de maio de 2021, no valor total de R$18.023.575,55, com taxa de juros pré-fixada em 1,1% ao mês, sem garantias;

- contrato de convênio na modalidade *vendor*, celebrado em 11 de dezembro de 2020 pela Companhia e o Itaú BBA, no valor de R$3.229.043,37, com vencimento em 10 de março de 2021, com taxa de juros pré-fixada em 4,3% ao ano, sem garantias;

- cédula de crédito bancário nº 101120050004800, celebrado em 18 de maio de 2020 entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A., no valor de R$20.000.000,00, com vencimento em 13 de maio de 2021, com taxa de juros pré-fixada em 4,3% ao ano, sem garantias;

- o Itaú BBA presta serviços para a Companhia na modalidade "Cash Management", que incluem serviços de (i) cobrança contratado em 16/07/2004, por prazo indeterminado e tarifas de R$1,57 por transação; (ii) pagamentos contratado em 29/04/1998, por prazo indeterminado e tarifas de R$1,85 por transação; (iii) folha de pagamentos contratada em 02/2018 com vigência até 09/2023, o qual é isento de taxas; (iv) aplicação automática contratado 19/04/2017, por prazo indeterminado, o qual é isento de taxas; (v) máquina de cartão da rede contatada em 17/06/2019, com vigência de 24 meses e taxas que variam entre 1,40% e 3,73% por transação. Tais serviços não contam com quaisquer garantias.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Itaú BBA e/ou as sociedades do seu conglomerado financeiro. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

O Itaú BBA e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro podem deter títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos pela Itaú BBA e/ou por sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado, sendo que, em nenhum caso, as participações adquiridas teriam atingido, nos últimos 12 meses, mais que 5% do capital social da Companhia.A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

Adicionalmente, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Itaú BBA no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia" na página 79 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Itaú BBA poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Itaú BBA ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Itaú BBA ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o Bradesco BBI e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

- Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A., CNPJ/ME nº 61.067.161/0001-97, apresenta relação comercial com o Banco Bradesco, através da unidade 3380 - Corporate Berrini - SP.

- Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A., CNPJ/ME nº 61.067.161/0001-97, possui operação ativa de empréstimo, modalidade NCE (Contrato n° 190010-3), celebrado em 22 de maio de 2019, com vencimento em 06 de maio de 2022, no valor de R$25.000.000,00, com taxa de 118% do CDI.

- Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A., mantem um limite de Conta Garantida ativo, celebrado em 18 de dezembro de 2020, com vencimento em 16 de junho de 2021, no valor de R$1.600.000,00, com taxa pré-fixada de 0,74% a.m.

- Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A., CNPJ/ME nº 61.067.161/0001-97, mantém relação com o Grupo segurador desde 1990, que Administra através do Fundo MultiBRA Fundo de Pensão - CNPJ: 30.459.788/0001-60, o Plano de Benefícios ofertados aos seus funcionários, e que na data base 12/2020, apresentou um patrimônio de R$105.533.266,24.

Na data deste Prospecto, exceto pelo [disposto acima e, pelo] relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Bradesco BBI e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bradesco BBI no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia” na página 79 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 47 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 47 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bradesco BBI poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para fins do disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento do Acionista Vendedor com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, o Acionista Vendedor e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão o Acionista Vendedor.

O Acionista Vendedor contrataram e poderão, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão do Acionista Vendedor. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. O Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Agente Estabilizador

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, o Acionista Vendedor e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Agente Estabilizador e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Agente Estabilizador e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão o Acionista Vendedor.

O Acionista Vendedor contrataram e poderão, no futuro, contratar o Agente Estabilizador e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Agente Estabilizador e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão do Acionista Vendedor. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Agente Estabilizador e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Agente Estabilizador no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Agente Estabilizador e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Agente Estabilizador poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Agente Estabilizador como instituição intermediária da Oferta. O Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Agente Estabilizador ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Agente Estabilizador ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Itaú BBA

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da presente Oferta, o Itaú BBA e/ou outras sociedades do seu conglomerado financeiro, prestam serviços bancários para o Acionista Vendedor, incluindo, entre outros, investimentos, operações de crédito, consultoria ou gestão financeira.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, o Acionista Vendedor e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Itaú BBA e/ou as sociedades do seu conglomerado financeiro. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão o Acionista Vendedor.

O Acionista Vendedor contrataram e poderão, no futuro, contratar o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão do Acionista Vendedor. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Itaú BBA no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Itaú BBA poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da Oferta. O Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Itaú BBA ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Itaú BBA ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, o Acionista Vendedor e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Bradesco BBI e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor.

O Acionista Vendedor contratou e poderá, no futuro, contratar o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão do Acionista Vendedor. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bradesco BBI no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bradesco BBI poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta. O Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, O ACIONISTA VENDEDOR, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES

Para fins do disposto no item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos com a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta nos seguintes endereços:

Companhia

Nadir Figueiredo S.A.
Avenida Zaki Narchi, nº 500, Vila Guilherme
CEP 02029-000, São Paulo, SP
At.: Eron Martins
Tel.: +55 (11) 4741-8500 / 2967-8912
ri.nadirfigueiredo.com.br

Acionista Vendedor

Kilauea Brasil Partners II – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior
Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar
CEP 01.451-011, São Paulo, SP
At.: [•]
Tel.: +55 (11) [•]
[•]

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder
Banco BTG Pactual S.A
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: +55 (11) 3383-2000
Fax: +55 (11) 3383-2001
www.btgpactual.com

Agente Estabilizador
Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 12º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Tel.: +55 (11) 2188-4000
www.merrilllynch-brasil.com.br

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8876
www.itau.com.br/itaubba

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.950, 10º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Claudia Mesquita
Tel.: +55 (11) 3847-5488
www.bradescobbi.com.br

Consultores Legais Locais da Companhia

Pinheiro Neto Advogados
Rua Hungria, nº 1.100
CEP 01455-906, São Paulo, SP
At.: Sr. Fernando Zorzo
Tel.: +55 (11) 3247-8400
www.pinheironeto.com.br

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta

Lefosse Advogados
Rua Tabapuã, nº 1.227, 14º andar
CEP 04533-014, São Paulo, SP
At.: Sr. Rodrigo Junqueira / Sr. Ricardo Prado
Tel.: +55 (11) 3024-6100
www.lefosse.com

Consultores Legais Externos da Companhia e do Acionista Vendedor	Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta
Simpson Thacher & Bartlett LLP [Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.455, 12º andar] CEP 04543-011, São Paulo, SP At.: Sr. Grenfel Calheiros Tel.: +55 (11) 3546-1000 Fax: +55 (11) 3546-1002 www.stblaw.com	**Davis Polk & Wardwell LLP** Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, Torre E, CJ 174A CEP 04538-011, São Paulo, SP At.: Sr. Maurice Blanco Tel.: +55 (11) 4871-8400 Fax: +55 (11) 4871-8500 www.davispolk.com

Auditores Independentes

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Av. Francisco Matarazzo, nº 1.400, Torino Tower, 14º andar CEP 0500-100, São Paulo, SP At.: Sr. Geovani da Silveira Fagunde Tel.: +55 (11) 3674-2000 E-mail geovani.fagunde@pwc.com	**Grant Thornton Auditores Independentes** Av. Engenheiro Luis Caros Berrini, nº 105 – 12º. andar 04571-900, São Paulo, SP At.: Sr. Nelson Fernandes Barreto Filho (nelson.barreto@br.gt.com) Tel.: + 55 (11) 3886-5100

Declarações de Veracidade das Informações

A Companhia, o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400. Estas declarações de veracidade estão anexas a este Prospecto, a partir da página 239.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, a Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, serão de aproximadamente R$[•] milhões, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária para: (i) investimentos de capital (CAPEX) para crescimento orgânico e aumento de produtividade; (ii) reforço de caixa para crescimento e outros propósitos corporativos; e (iii) potenciais aquisições de empresas (M&As).

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações que a Companhia pretender dar aos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária:

Destinação	Valor Estimado Líquido[(1)(2) (3)]	Percentual Estimado dos Recursos Líquidos
		(em R$ milhares)
Investimentos de capital (CAPEX) para crescimento orgânico e aumento de produtividade	[•]	[•]
Reforço de caixa para crescimento e outros propósitos corporativos	[•]	[•]
Potenciais aquisições de empresas (M&As)	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação.
(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas para a Companhia na Oferta.
(3) Sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

Investimentos de capital (CAPEX) para crescimento orgânico e aumento de produtividade

Aproximadamente [•]% dos recursos líquidos a serem captados no âmbito da Oferta Primária serão destinados para investimento em ativos fixos e projetos com vistas a incrementar a capacidade nominal, produtividade e expandir o *portfolio* da Companhia, em linha com seu plano de expansão.

Dentre os investimentos planejados, destaca-se (i) a expansão da capacidade nominal de um dos fornos de vidro transparente e (ii) a construção de novo forno de vidro transparente, que juntos devem majorar significativamente a capacidade de produção da Companhia.

Serão também realizados outros projetos que visam otimizar o processo de produção da Companhia, objetivando atingir maior eficiência nas linhas de produção e lançamento de novos produtos.

Reforço de caixa para crescimento e outros propósitos corporativos

Aproximadamente [•]% dos recursos líquidos a serem captados no âmbito da Oferta Primária serão destinados para melhorias na estrutura de capital da companhia e financiamento de capital de giro necessário para crescimento.

Potenciais aquisições de empresas (M&As)

Aproximadamente [•]% dos recursos líquidos a serem captados no âmbito da Oferta Primária serão destinados para potenciais aquisições de empresas (M&As) a serem realizadas pela Companhia, no Brasil ou e/ou no exterior. A Companhia pretende principalmente adquirir empresas que atuam nos segmentos de utilidades domésticas em vidro, principal segmento de atuação da Companhia, mas poderá a vir a adquirir empresas que atuam em outros segmentos, tais como embalagens de vidro e utilidades domésticas em geral, a fim de aumentar seu *portfólio* de produtos.

A Companhia já identificou diversas oportunidades de potenciais aquisições e algumas já se encontram em fase de análise. Contudo, a Companhia não pode prever o momento em que essas potenciais aquisições serão efetivadas nem o valor destinado para cada uma das aquisições.

A destinação dos recursos da Oferta Primária será influenciada pelas condições futuras dos mercados em que a Companhia atua, bem como por outros fatores que não se pode antecipar. Mudanças nas condições de mercado podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização, visando ao melhor interesse da Companhia e de seus acionistas.

Caso os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária não sejam suficientes para custear a "Destinação de Recursos" acima descrita, a Companhia poderá buscar recursos adicionais, inclusive por meio de: (i) contratação de empréstimos ou financiamentos; (ii) emissão de títulos e valores mobiliários representativos de dívida ou de ações mediante a realização de oferta privada e/ou de outra oferta pública; e/ou (iii) emissão de ações para o pagamento parcial ou integral de potenciais aquisições. A forma de obtenção desses recursos será definida pela Companhia à época da respectiva captação, dependendo inclusive das condições de mercado.

Um aumento (redução) de R$1,00 no Preço por Ação aumentaria (reduziria) o valor dos recursos líquidos a serem captados na Oferta em R$[•] (sem considerar a venda das ações suplementares e das ações adicionais).

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária, por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade do Acionista Vendedor. Portanto, os recursos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente destinados ao Acionista Vendedor.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária na situação patrimonial da Companhia, veja a seção "Capitalização" na página 102 deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta a capitalização total da Companhia, composta por empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), e o patrimônio líquido consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2020, indicando: **(i)** a situação real em 31 de dezembro de 2020; e **(ii)** a posição ajustada pós eventos subsequentes decorrentes da declaração de dividendos no montante de R$12.000.000,00 (doze milhões de reais**); e (iii)** a posição ajustada considerando o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária ([sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares]), estimados em aproximadamente R$[•] milhões, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, com base no Preço por Ação.

As informações descritas abaixo na coluna denominada "Real" foram extraídas das nossas demonstrações contábeis consolidadas, contidas nas suas Demonstrações Financeiras, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Os investidores devem ler a tabela abaixo em conjunto com as seções "3. Informações Financeiras Selecionadas" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência da Companhia.

	Em 31 de dezembro de 2020		
	Real	**Ajustado pós eventos subsequentes[1]**	**Ajustado Pós-Oferta[2][3]**
	(em milhares de R$)	*(em milhares de R$)*	*(em milhares de R$)*
Empréstimos, financiamentos e debêntures circulante	[•]	[•]	[•]
Empréstimos, financiamentos e debêntures não circulante	[•]	[•]	[•]
Total do Patrimônio Líquido	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Capitalização Total[3]	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Considera eventos subsequentes após 31 de dezembro de 2020, decorrentes da declaração de dividendos no montante de R$12.000.000,00 (doze milhões de reais).

(2) Ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos da Oferta Primária, estimados em R$[•] milhões, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, calculado com base no Preço por Ação.

(3) Capitalização total corresponde à soma dos empréstimos, financiamentos e financiamento por arrendamento (circulante e não circulante) e o total do patrimônio líquido.

Um aumento ou uma redução de R$1,00 no Preço por Ação acarretaria em um aumento ou redução do valor do patrimônio líquido e da capitalização total da Companhia em R$[•] milhões, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

O valor do patrimônio líquido da Companhia após a conclusão da oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A Companhia não receberá quaisquer recursos em decorrência da Oferta Secundária, visto que tais recursos reverterão integralmente aos Acionistas Vendedores. Dessa forma, nossa capitalização não será afetada pela Oferta Secundária.

Excetuando-se o descrito acima, não houve mudanças relevantes na capitalização total da Companhia desde 31 de dezembro de 2020.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a conclusão da Oferta.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R$[•] e o capital social era composto de [•] ações ordinárias. Considerando o valor do patrimônio líquido apontado em 31 de dezembro de 2020, o valor patrimonial por ação de emissão da Companhia, correspondia a R$[•]. Esse valor patrimonial representa o valor contábil total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão ex-tesouraria em 31 de dezembro de 2020.

Considerando a subscrição da totalidade das [•] novas Ações da Oferta, a serem emitidas pela Companhia no âmbito da Oferta, ao ponto médio da Faixa Indicativa, e após a dedução das comissões e das despesas, o patrimônio líquido ajustado da Companhia em 31 de dezembro de 2020 seria de R$[•], representando um valor de R$[•] por ação. Isso significaria um aumento imediato no valor do patrimônio líquido por ação de R$[•] para os acionistas existentes e uma diluição imediata no valor do patrimônio líquido por ação de R$[•] para os novos investidores que subscreverem/adquirirem Ações da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões de distribuição e das despesas da Oferta, veja a Seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto Preliminar.

A tabela abaixo ilustra a diluição por Ação, com base no patrimônio líquido consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2020, considerando a realização da Oferta Primária.

	Após a Oferta Primária ([sem considerar Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar])	**Após a Oferta ([considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar])**
	(em R$, exceto percentagens)	
Preço por Ação[1]	[•]	[•]
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de dezembro de 2020	[•]	[•]
Aumento do valor patrimonial contábil líquido por ação atribuído aos atuais acionistas	[•]	[•]
Valor patrimonial contábil por ação ajustado para refletir a Oferta	[•]	[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por ação para os novos investidores da Oferta[2]	[•]	[•]
Percentual de diluição dos novos investidores da Oferta[3]...	**[•]%**	**[•]%**

(1) Calculado com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial líquido por ação imediatamente após a conclusão da Oferta.
(3) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial por ação de emissão da Companhia e será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. Para maiores informações sobre o procedimento de fixação do preço de emissão das Ações e das condições da Oferta, vide a seção "Informações Relativas à Oferta – Preço por Ação", a partir da página 44 deste Prospecto Preliminar.

Um acréscimo ou redução de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento ou redução, após a conclusão da Oferta, (i) de R$[•] no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; (ii) de R$[•] no valor do patrimônio líquido contábil por ação de emissão da Companhia; (iii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação aos investidores da Oferta em R$[•] por Ação, assumindo que o número de Ações indicado na capa deste Prospecto Preliminar não sofrerá alterações, após deduzidas as comissões e as despesas relativas à Oferta.

O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações de emissão da Companhia, nem em alteração em seu patrimônio líquido, uma vez que os recursos recebidos, nesse caso, serão integralmente entregues aos Acionistas Vendedores.

Plano de Opção de Compra de Ações

Atualmente a Companhia possui um Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2020 ("**Plano**"), destinado a administradores, empregados e demais colaboradores da Companhia e de suas subsidiárias, escolhidos a critério do Conselho de Administração ("**Beneficiários**").

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, dispondo de amplos poderes dentro da sua competência para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a execução do Plano. O Plano tem por objetivo atrair, motivar e reter os Beneficiários, bem como alinhar os seus interesses aos interesses da Companhia e de seus acionistas.

O Plano estará limitado a uma diluição máxima que não ultrapasse 5,00% (cinco por cento) do capital social da Companhia, após a emissão de todas as ações decorrentes das opções do Plano (*fully diluted basis*) e observado o limite do capital autorizado da Companhia.

A aquisição do direito ao exercício das opções (*vesting*) ocorrerá em cinco parcelas anuais, sendo a primeira parcela a partir do segundo aniversário de vigência de cada Programa (conforme abaixo definido) e as demais parcelas a partir dos aniversários subsequentes.

O Conselho de Administração poderá aprovar, anualmente ou em outra periodicidade, Programas de Opções de Compra de Ações ("**Programas**"), nos quais serão definidos os Beneficiários, o número de opções outorgadas, a distribuição de tais opções entre os Beneficiários, o preço de exercício, a data de vigência e as demais regras específicas de cada Programa, observados os termos e condições gerais estabelecidos no Plano. Atualmente, a Companhia possui o Primeiro Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações ("**Primeiro Programa**") e o Segundo Programa de Outorga de Opção de Ações ("**Segundo Programa**"), aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de dezembro de 2020 e 26 de janeiro de 2021, respectivamente.

Primeiro Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações

O Primeiro Programa prevê a emissão de até 245.480 (duzentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e oitenta) opções, que poderão resultar em uma diluição de, no máximo, 1,9% (um vírgula nove por cento) do capital social da Companhia, após a emissão de todas as ações decorrentes das opções do Primeiro Programa (*fully diluted basis*) e observado o limite do capital autorizado da Companhia.

O preço de exercício das opções corresponderá, para cada opção, ao preço por ação pago no contexto da oferta pública de aquisição de ações da Companhia, cujo leilão foi realizado em 11 de março de 2020 ("**OPA**"), ***(i)*** corrigido monetariamente pela variação da taxa SELIC desde referida data do leilão da OPA até a data de outorga e, após a data de outorga, corrigido monetariamente pela variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida de um *spread* ou sobretaxa equivalente a 2,00% (dois por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis), e ***(ii)*** deduzidos eventuais valores pagos pela Companhia a título de dividendos e juros sobre capital próprio desde a data da outorga até a data de exercício da opção.

Segundo Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações

O Segundo Programa prevê a emissão de até 14.210 (quatorze mil e duzentas e dez) opções, que poderão resultar em uma diluição de, no máximo, 0,1% (zero vírgula um por cento) do capital social da Companhia, após a emissão de todas as ações decorrentes das opções do Segundo Programa e do Primeiro Programa (*fully diluted basis*) e observado o limite do capital autorizado da Companhia.

O preço de exercício das opções corresponderá, para cada opção, ao preço por ação aprovado para fins de sua distribuição pública no âmbito da Oferta, conforme definido no Anúncio de Início da Oferta, ***(i)*** atualizado pela variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida de um *spread* ou sobretaxa equivalente a 2,0% (dois vírgula zero por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, e ***(ii)*** deduzidos eventuais valores pagos pela Companhia a título de dividendos e juros sobre capital próprio desde a data de liquidação da Oferta até a data de exercício da opção.

Para mais informações sobre o Plano, ver o item "*13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária*" na página 699 do Formulário de Referência da Companhia.

Diluição considerando a Oferta e o Plano

A tabela abaixo apresenta os efeitos hipotéticos do exercício/emissão de todas as opções abrangidas no âmbito do Plano, em 31 de dezembro de 2020, com a emissão de todas as [•] opções de ações de emissão da Companhia outorgadas e não exercidas, ao preço de exercício de R$[•], no âmbito do Plano:

	(em R$, exceto percentagens)
Preço por Ação[1]	[•]
Valor patrimonial contábil por Ação em 31 de dezembro de 2020	[•]
Valor patrimonial contábil por Ação em 31 de dezembro de 2020 considerando a Oferta e o exercício da totalidade das opções abrangidas no âmbito do Plano	[•]
Aumento do valor patrimonial contábil líquido por ação atribuído aos atuais acionistas	[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação para investidores da Oferta considerando a realização da Oferta e o exercício da totalidade das opções abrangidas no âmbito do Plano [2]	[•]
Percentual de diluição imediata para os investidores da Oferta considerando a realização da Oferta e o exercício da totalidade das opções abrangidas no âmbito do Plano [3]	**[•]%**

(1) Com base no valor de R$[•], correspondente ao preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre [•] e [•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo da Faixa Indicativa.

(2) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial líquido por ação imediatamente após a conclusão da Oferta.

(3) O cálculo da diluição dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

Para mais informações, ver o item "*13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária*" na página 699 do Formulário de Referência da Companhia.

Histórico do Preço de Emissão de Ações

Nos últimos cinco anos, a Companhia realizou os seguintes aumentos de capital, os quais foram realizados sem a emissão de ações:

Data	Subscritor	Natureza da Operação	Quantidade de Ações	Valor do Aumento	Preço por Ação
				(em R$)	*(em R$)*
29/04/2016	-	Aumento de capital privado	Não aplicável, tendo em vista que não houve emissão de ações.	10.000.000,00	Não aplicável, tendo em vista que não houve emissão de ações.
27/04/2017	-	Aumento de capital privado	Não aplicável, tendo em vista que não houve emissão de ações.	100.000.000,00	Não aplicável, tendo em vista que não houve emissão de ações.
22/04/2019	-	Aumento de capital privado	Não aplicável, tendo em vista que não houve emissão de ações.	100.000.000,00	Não aplicável, tendo em vista que não houve emissão de ações.
01/02/2021	-	Aumento de capital privado	Não aplicável, tendo em vista que não houve emissão de ações.	631.828,79	Não aplicável, tendo em vista que não houve emissão de ações.

Para mais informações, ver o item "*17.2 - Aumentos de capital social*" na página 739 do Formulário de Referência da Companhia.

ANEXOS

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR E DE INVESTIMENTO DO FIP KILAUEA, REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE APROVOU A SUA PARTICIPAÇÃO NA OFERTA SECUNDÁRIA

[MINUTA DA] DECLARAÇÃO DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

[MINUTA DA] DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

[MINUTA DA] DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

NADIR FIGUEIREDO S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Objeto e Duração

Art. 1º - Nadir Figueiredo S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima que se rege por este Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

§ 1º - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Novo Mercado" e "B3", respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores (se houver), administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado ("Regulamento do Novo Mercado").

§ 2º - A Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores (se houver), membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, deverão observar os prazos, as obrigações e os procedimentos previstos no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários da B3, no Manual do Emissor da B3 e no Regulamento do Novo Mercado.

Art. 2º - A Companhia tem sede na Avenida Zaki Narchi nº 500, 3ª Torre, 5º andar, na Capital do Estado de São Paulo, podendo abrir, manter e fechar filiais, escritórios e estabelecimentos industriais ou comerciais em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por deliberação do Conselho de Administração.

Art. 3º - A Companhia tem por objeto social a indústria e o comércio de produtos de vidro, cristal, cerâmica, louça, porcelana, metais, fundição, plásticos, aparelhos elétricos de iluminação e aquecimento, madeiras e seus produtos, máquinas, equipamentos, peças e acessórios para indústria de vidro, cerâmica e metalurgia; o comércio de importação e exportação de produtos de seu fabrico, inclusive bens de capital, produtos químicos e matérias-primas; a representação comercial por conta própria ou de terceiros; a prestação de serviços de processamento de dados e

assessoria técnica e administrativa; a administração de bens móveis ou imóveis, próprios ou de terceiros; podendo ainda manter participação no capital social de outras empresas.

Art. 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

Capital Social e Ações

Art. 5º - O capital social, todo ele realizado, é de R$ 81.998.187,85 (oitenta e um milhões, novecentos e noventa e oito mil, cento e oitenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), representado por 227.908.836 (duzentos e vinte e sete milhões, novecentos e oito mil, oitocenas e trinta e seis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

§ 1º - Todas as ações de emissão da Companhia são escriturais e mantidas em conta de depósito, junto a instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em nome de seus titulares, sem emissão de certificados.

§ 2º - O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais, poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme definido no contrato de escrituração de ações.

Art. 6º - O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar aumentar o capital social da Companhia mediante a emissão de novas ações, inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas, com a observância do disposto no presente Estatuto, até o limite total de 450.000.000 (quatrocentas e cinquenta milhões) ações, competindo-lhe, neste caso, estabelecer o número de ações a serem emitidas e a fixação do respectivo preço de emissão, bem como das demais condições da respectiva subscrição e integralização.

Parágrafo Único - Dentro do limite do capital autorizado, poderá o Conselho de Administração, com base em plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar ações ou opções de compra ou subscrição de ações a administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou de sociedades sob seu controle, inexistindo qualquer direito de preferência para os acionistas da Companhia.

Art. 7º - Em caso de mora do acionista na integralização do capital subscrito, a dívida será atualizada monetariamente com base da variação do IPCA-E divulgado pelo IBGE e sobre o valor assim apurado incidirão tanto juros de 1% ao mês, observado o limite total da taxa legal de juros aplicável, se houver, quanto multa moratória de 10%, sem prejuízo das alternativas asseguradas à Companhia em lei

e no boletim de subscrição e das sanções legais aplicáveis.

Art. 8º - O direito de preferência para subscrição de novas ações deverá ser exercido no prazo decadencial mínimo de 30 (trinta) dias corridos.

Parágrafo Único. Na emissão, dentro do capital autorizado, de ações e debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou, ainda, permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, a Companhia poderá excluir o direito de preferência para os antigos acionistas ou reduzir o prazo de seu exercício.

Art. 9º - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Art. 10 - Fica vedada a emissão de ações preferenciais e partes beneficiárias pela Companhia.

Art. 11 - A Companhia, poderá, sem diminuição do capital, adquirir ações de própria emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação, ou cancelamento, mediante autorização do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, conforme os limites legais e regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO III

Assembleia Geral

Art. 12 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente no curso dos quatro meses imediatamente subsequentes ao término do exercício social e, extraordinariamente, quando os interesses sociais o exigirem.

§ 1º - A Assembleia Geral poderá ser realizada presencialmente, de modo parcialmente digital ou exclusivamente digital, conforme a regulamentação aplicável.

§ 2º - Os documentos pertinentes à matéria a ser deliberada nas Assembleias Gerais deverão ser colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia na data da publicação do primeiro anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a lei ou a regulamentação vigente exigirem a observância de prazo maior.

§ 3º - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quem este indicar. Na ausência de qualquer indicação, o presidente da Assembleia será escolhido pela maioria dos acionistas presentes. O presidente da Assembleia escolherá um dos presentes para secretariar os trabalhos.

Art. 13 - O acionista que desejar participar da Assembleia Geral da Companhia deverá apresentar, preferencialmente, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência: (i) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais ou em custódia de sua titularidade emitido com no máximo 3 (três) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral; e (ii) instrumento de mandato ou documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista. O acionista ou seu representante legal deverão comparecer à Assembleia Geral munidos de documentos que comprovem sua identidade.

§ 1º - Inobstante o disposto no *caput* deste Artigo, o acionista que comparecer presencialmente à Assembleia Geral realizada de modo presencial ou parcialmente digital munido dos documentos ali referidos, até o momento da abertura dos trabalhos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

§ 2º - O acionista que pretender participar digitalmente de Assembleia Geral em que isto seja permitido, deverá necessariamente realizar o depósito prévio antecipado dos documentos, como estabelecido no *caput* deste Artigo, fornecendo ainda, com a mesma antecedência, as eventuais informações e documentos adicionais necessários à viabilização da participação digital, sob pena de não ser admitido no conclave.

Art. 14 - Ressalvadas as exceções previstas em lei ou no Regulamento do Novo Mercado, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando as abstenções, os votos nulos ou em branco.

Art. 15 - Será lavrada ata dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral, a qual será assinada pelos integrantes da mesa e pelos acionistas presentes.

Parágrafo Único - Consideram-se também presentes à Assembleia Geral e subscritores da respectiva ata os acionistas que tenham enviado boletim de voto a distância válido ou que registrem sua presença a distância, na forma prevista pela regulamentação aplicável.

Art. 16 - Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, é da competência da Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias:

I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

II - deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a sua distribuição aos acionistas;

III - eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho

Fiscal, se instalado;

IV - fixar a remuneração global dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

V - deliberar sobre proposta de saída da Companhia do Novo Mercado ou, ainda, sobre o cancelamento do registro de companhia aberta;

VI - suspender o exercício de direitos de acionista, na forma do disposto no art. 120 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.");

VII - cisão, fusão ou incorporação da Companhia; e

VIII - aprovar a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão se o Conselho de Administração não for competente segundo a regulamentação em vigor.

CAPÍTULO IV

Administração da Companhia

Art. 17 - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, com os poderes e atribuições conferidos por lei e por este Estatuto.

§1º - Os Conselheiros e Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse, que devem contemplar sua sujeição à cláusula compromissória prevista no Artigo 60 deste Estatuto Social.

§2º - A posse dos administradores não dependerá de qualquer garantia de gestão.

Art. 18 - O mandato dos Conselheiros e Diretores será estendido até a data da investidura dos novos administradores eleitos.

Art. 19 - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto em decorrência de vacância, observados os prazos e obrigações de divulgação e regularização previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Art. 20 – Os Diretores poderão ter participação nos lucros na forma da lei.

SEÇÃO I - Conselho de Administração

Composição

Art. 21 - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e,

no máximo, 9 (nove) membros efetivos e até igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de 2 (dois) anos, sendo permitida a sua reeleição.

§ 1º - O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, ambos eleitos pelo Conselho de Administração na primeira reunião após a posse de seus membros para um novo mandato, ou, se for o caso, na primeira reunião após a vacância de qualquer daqueles cargos, observado o disposto nas Cláusulas 27 e 28 abaixo.

§ 2º - O Conselho de Administração adotará um Regimento Interno que disporá, dentre outras matérias julgadas convenientes, sobre seu funcionamento, os direitos e deveres dos seus membros e seu relacionamento com a Diretoria e demais órgãos sociais.

§ 3º - A indicação de membros ao Conselho de Administração deverá observar os requisitos previstos na Política de Indicação da Companhia, no Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei das S.A., bem como nas demais regras previstas na legislação e regulamentação aplicáveis.

Art. 22 - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada pela Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo Único - Quando, em decorrência da aplicação do percentual referido no *caput* deste artigo, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Eleição

Art. 23 - Ressalvado o disposto no artigo 24 e a possibilidade de eleição em separado nas hipóteses legais, a eleição dos membros do Conselho de Administração dar-se-á pelo sistema de chapas.

§ 1º - Na eleição de que trata este artigo, somente poderão concorrer as chapas: (i) indicadas pelo Conselho de Administração; ou (ii) que sejam indicadas, na forma prevista no §3º deste Artigo, por qualquer acionista ou conjunto de acionistas.

§ 2º - O Conselho de Administração deverá, na data da convocação da Assembleia Geral destinada a eleger os membros do Conselho de Administração, disponibilizar aos acionistas as informações e declarações relativas a cada um dos integrantes da chapa por ele indicada, nos termos exigidos pela legislação e regulamentação vigentes, bem como pela Política de Indicação da Companhia, inclusive com relação à caracterização dos candidatos como independentes nos termos do Regulamento

do Novo Mercado.

§ 3º - Os acionistas ou conjunto de acionistas que desejarem apresentar outra chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração deverão encaminhar ao departamento de relações com investidores as informações, documentos e declarações a que se refere o Parágrafo anterior, cabendo à Companhia, após a devida conferência, proceder à respectiva divulgação nos termos da regulação vigente.

§ 4º - A mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela indicada pelo Conselho de Administração.

§ 5º - Cada acionista somente poderá votar em uma chapa, sendo declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral.

Art. 24 - Não obstante o disposto no artigo 23 acima, na eleição do Conselho de Administração é facultado aos acionistas requerer, na forma da lei, a adoção do processo de voto múltiplo.

§ 1º - Na hipótese de adoção do processo de voto múltiplo, não haverá a eleição por chapas, passando a ser considerados candidatos os integrantes das chapas de que trata o Artigo 23, bem como os candidatos que vierem a ser indicados por acionistas para eleição pelo processo de voto múltiplo, desde que sejam apresentadas à Assembleia Geral as informações e declarações referentes a tais candidatos a que se refere o §2º do Artigo 23 deste Estatuto.

Reuniões e Substituição

Art. 25 - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada 3 (três) meses, e, extraordinariamente, quando necessário aos interesses sociais.

§ 1º - As reuniões serão convocadas pelo Presidente, pelo Vice-Presidente ou por quaisquer 2 (dois) Conselheiros em conjunto, de acordo com o procedimento previsto no Regimento Interno do Conselho de Administação.

§ 2º - As reuniões serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou por seu substituto, e na ausência deste, pelo Conselheiro que for designado na abertura dos trabalhos.

§ 3º - Os Conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por chamada telefônica, vídeo conferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita a sua identificação e a sua comunicação com as demais pessoas presentes à reunião. Neste caso, os membros do Conselho de Administração serão considerados presentes para todos os fins.

Art. 26 - As reuniões do Conselho de Administração instalar-se-ão com a presença da maioria de seus membros em exercício, e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes.

Art. 27 - No caso de ausência, impedimento temporário ou vacância de cargo exercido por qualquer membro efetivo do Conselho de Administração, suas funções de conselheiro deverão ser assumidas pelo respectivo suplente, se houver, durante a ausência ou impedimento temporário ou após a constatação do impedimento definitivo ou da vacância. Não havendo suplentes, nos casos de ausência ou impedimento temporário que não superem 90 (noventa) dias (exceto se diversamente deliberado pelo Conselho de Administração), preservar-se-á o funcionamento do Conselho de Administração, desde que respeitado o número mínimo de membros. Nos demais casos, observar-se-á o disposto no Artigo 28 abaixo.

Art. 28 – Em caso de vacância ou impedimento definitivo de **(i)** membro titular que nao possua suplente; ou **(ii)** membro titular e seu respectivo suplente, caberá aos conselheiros remanescentes nomear o substituto, que servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente, quando um novo membro titular e, se for o caso, seu respectivo suplente, serão eleitos, e permanecerão no cargo até o final do mandato do membro substituído. Ocorrendo vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser imediatamente convocada Assembleia Geral para eleger os substitutos, os quais deverão completar o mandato dos substituídos.

Competência

Art. 29 - Compete ao Conselho de Administração:

I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e das sociedades sob seu controle;

II - aprovar, relativamente à Companhia e às suas controladas, (i) o orçamento anual; (ii) eventuais projetos de expansão dos setores existentes ou de início de novas atividades; (iii) a política financeira, inclusive de caixa, investimento e endividamento; (iv) mudanças na política contábil e/ou de reporte de resultados; e (v) as metas e regras anuais de remuneração variável dos Diretores e dos demais executivos e cargos de gerência da Companhia;

III - eleger e destituir os membros da Diretoria da Companhia, e fixar-lhes as atribuições, sem prejuízo daquelas definidas neste Estatuto;

IV - fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;

V - fixar a remuneração de cada um de seus membros e de cada um dos membros da Diretoria, dentro do limite global definido pela Assembleia Geral, e definir a participação dos administradores nos lucros sociais, obedecidos os limites legais;

VI - convocar a Assembleia Geral Ordinária e as Assembleias Gerais Extraordinárias;

VII - manifestar-se sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia, submetendo-as à aprovação da Assembleia Geral;

VIII - autorizar a emissão de:

a) ações e bônus de subscrição de ações até o limite do capital autorizado, estabelecendo a quantidade, o preço e o prazo de integralização de ações a serem emitidas pela Companhia;

b) notas promissórias para distribuição pública; e

c) debêntures simples, não conversíveis em ações, e debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado, nos termos dos §§ 1º e 2º, do art. 59, da Lei das S.A., com a redação dada pela Lei nº 10.303/01;

IX - autorizar a Diretoria a contratar financiamentos, mútuos, aberturas de crédito e outros instrumentos de empréstimos, com qualquer entidade nacional ou estrangeira, para as contratações que excederem, de forma isolada ou em conjunto, R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) no semestre, sendo que tal limite deve considerar o conjunto de operações isoladas e de operações sucessivas e correlatas;

X - autorizar a Diretoria a prestar garantias, em nome da Companhia ou de suas controladas, de qualquer natureza, incluindo real ou pessoal, a terceiros, em qualquer operação, exceto quando se tratar de garantias prestadas a fornecedores da Companhia ou de suas controladas, e desde que seu valor esteja limitado a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

XI - autorizar a Diretoria a celebrar contratos para aquisição ou alienação de bens integrantes do ativo não circulante da Companhia sempre que o valor de tal operação exceder R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), sendo que tal limite deve considerar operações isoladas ou conjunto de operações sucessivas e correlatas em um mesmo exercício social;

XII - autorizar a (i) aquisição ou a alienação de participação societária, direta ou indireta, pela Companhia ou por suas controladas; e (ii) a participação em associações, "joint ventures" ou consórcios;

XIII - autorizar a Diretoria a conceder empréstimos da Companhia a terceiros;

XIV – aprovar a assunção de qualquer obrigação de não concorrência ou exclusividade que vincule a Companhia ou uma de suas controladas, ou a liberação de qualquer obrigação de não concorrência assumida, perante a Companhia ou uma de suas controladas, por terceiros ou por quaisquer outros acionistas, ex-acionistas, administradores, prestadores de serviço, consultores, empregados ou provedor de mão de obra a qualquer título da Companhia;

XV – aprovar as operações com partes relacionadas que a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia estabeleça como sendo de sua competência;

XVI - aprovar a celebração de transação judicial ou extrajudicial, pela Companhia, cujo valor supere R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

XVII - com exceção das hipóteses específicas previstas nos incisos acima, autorizar a Diretoria a celebrar contratos de qualquer natureza sempre que o valor da obrigação assumida pela Companhia exceder R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), sendo que tal limite deve considerar operações isoladas ou conjunto de operações sucessivas e correlatas em um mesmo exercício social, exceto se previstas no orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração;

XVIII - escolher e destituir auditores independentes, considerada a manifestação do Comitê de Auditoria e *Compliance*;

XIX - autorizar o levantamento de balanços em períodos inferiores ao exercício social, bem como aprovar:

a) o pagamento de dividendos intercalares com base em balanços semestrais ou períodos menores, nos termos do art. 204 da Lei das S.A.;

b) o pagamento de dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral;

c) o crédito ou pagamento de juros sobre capital próprio, os quais poderão ser imputados ao valor dos dividendos obrigatórios, nos termos do art. 9º, § 7º, da Lei nº 9.249/95.

XX - outorgar ações ou opções de compra de ações de emissão da Companhia a seus administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou de sociedades sob seu controle direto ou indireto, sem direito de preferência para os acionistas, nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral;

XXI – em caso de aumentos de capital de competência da Assembleia Geral, fixar o preço de emissão de ações a serem distribuídas no mercado, nos termos da lei, observados eventuais limites estabelecidos pela Assembleia Geral.

XXII - criar comitês para o seu assessoramento com objetivos específicos, e eleger os seus respectivos membros;

XXIV - aprovar a implementação, alteração ou rescisão de plano de incentivo ou de remuneração de curto ou longo prazo aos administradores, empregados e demais colaboradores da Companhia, inclusive prestadores de serviço;

XXV – manifestar-se previamente sobre ou aprovar, conforme o caso, a apresentação, pela Companhia ou por suas controladas, de pedido de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou procedimento similar;

XXVI - aprovar a criação e a extinção de controladas, bem como a instalação de filiais ou escritórios em quaisquer praças do Brasil ou do exterior;

XXVII - definir o sentido do voto da Companhia, na qualidade de sócia, sobre qualquer uma das matérias acima elencadas quando forem objeto de deliberação, em qualquer órgão de controlada da Companhia;

XXVIII – submeter à Assembleia Geral, após sua análise prévia, propostas versando sobre fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações ou dissolução da Companhia, bem como acerca de reforma deste Estatuto;

XXIX - aprovar a celebração de acordos de acionistas pela Companhia ou por suas controladas;

XXX - indicar à Assembleia Geral chapa para concorrer na eleição dos membros do Conselho de Administração na forma do Artigo 23, § 1º, deste Estatuto;

XXXI - manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) eventuais alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; e

XXXII - deliberar sobre outras matérias não reguladas neste Estatuto, resolvendo

os casos omissos.

Art. 30 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

I - convocar e presidir as Assembleias Gerais, conforme deliberação do Conselho de Administração;

II - convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração;

III - acompanhar e orientar a execução das medidas que o Conselho de Administração recomendar ou determinar à Diretoria.

Art. 31 - Ao Vice-Presidente do Conselho de Administração compete substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos e em caso de vacância do cargo.

SEÇÃO II – Diretoria

Art. 32 - A Diretoria é composta por, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no país, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e um Diretor de Relação com Investidores.

§ 1º - Os Diretores serão eleitos por um prazo de gestão de 2 (dois) anos pelo Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição.

§ 2º - Um mesmo Diretor poderá, a critério do Conselho de Administração, acumular duas ou mais Diretorias da Companhia.

Art. 33 - Compete à Diretoria a prática de todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e a gestão dos negócios, observadas as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, as suas atribuições estabelecidas em lei, neste Estatuto Social, e nas políticas corporativas da Companhia.

Art. 34 - A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem (sem prejuízo das competências individuais de cada Diretor, conforme atribuídas por este Estatuto ou pelo Conselho de Administração), e suas deliberações constarão de ata.

§ 1º - As reuniões serão convocadas pelo Diretor Presidente.

§ 2º - Os Diretores poderão participar das reuniões da Diretoria por chamada telefônica, vídeo conferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita a sua identificação e a sua comunicação com as demais pessoas presentes à reunião. Neste caso, os Diretores serão considerados presentes para todos os fins.

Art. 35 - Compete ao Diretor Presidente:

I - dirigir e orientar as atividades da Companhia, inclusive pela coordenação da atuação dos demais Diretores;

II - atribuir a qualquer dos Diretores atividades e tarefas especiais, independentemente daquelas que lhes couberem ordinariamente;

III - convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

IV - a supervisão geral dos negócios sociais;

V - fazer com que sejam cumpridas as diretrizes e medidas recomendadas ou determinadas pelo Conselho de Administração, mantendo a coordenação entre os dois órgãos; e

VI - zelar pela execução das deliberações da Assembleia Geral, Conselho de Administração e da própria Diretoria.

Art. 36 – Compete ao Diretor de Relação com Investidores:

I - a prestação de informações aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia;

II - a manutenção do registro de companhia aberta da Companhia atualizado e em conformidade com a regulamentação da CVM, zelando pelo cumprimento dos requisitos e exigências regulamentares aplicáveis;

III - representar a Companhia perante a CVM, a bolsa de valores e demais entidades do mercado de capitais;

IV - supervisão dos serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, mas não se limitando a, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações; e

V - o exercício das demais funções que lhe forem atribuídas pela regulamentação aplicável ou por determinação do Conselho de Administração.

Art. 37 - Compete ao Diretor Financeiro:

I - coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;

II - dirigir e liderar a administração e gestão das atividades financeiras da Companhia; e

III - orientar e realizar a análise de investimentos, propositura e contratação de empréstimos e financiamentos, operações de tesouraria e o planejamento e controle

financeiro da Companhia.

Art. 38 - Os Diretores sem designação específica neste Estatuto desempenharão as funções que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

Art. 39 - Na ausência ou impedimento temporário do Diretor-Presidente, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente por Diretor a ser designado pelo próprio Diretor Presidente ou, na ausência de tal indicação, ou impedimento temporário por conflito de interesses, por Diretor a ser designado pelo Conselho de Administração. Na ausência ou impedimento temporário de qualquer outro Diretor, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente pelo Diretor Presidente ou por outro Diretor indicado pelo Diretor Presidente.

Art. 40 - Em caso de vacância no cargo de Diretor, poderá o Conselho de Administração designar o substituto, cujo mandato expirará com o dos demais Diretores, ou cumular as atribuições do cargo de Diretor vago em outra Diretoria.

Art. 41 - Ressalvadas as exceções previstas neste Estatuto, a Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: (a) por 2 (dois) Diretores; ou (b) pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Financeiro em conjunto com 1 (um) procurador; ou, ainda, (c) por 2 (dois) procuradores.

Art. 42 - As procurações outorgadas pela Companhia serão assinadas por 2 (dois) Diretores e especificarão os poderes concedidos e o prazo de duração do mandato, que não poderá exceder a um ano, salvo para procurações para representação em processos judiciais, arbitrais ou administrativos, que poderão se estender até o fim do respectivo processo.

Parágrafo único - Em atos de mera representação que não envolvam a assunção de novas obrigações ou em atos que envolvam pagamentos já contratados e aprovados nos termos deste Estatuto Social, a Companhia poderá ser representada por 1 (um) Diretor ou 1 procurador.

CAPÍTULO V

Órgãos Auxiliares da Administração

Art. 43 - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês, permanentes ou não, para o assessoramento da administração da Companhia, com objetivos específicos, designando os seus respectivos membros.

Parágrafo único – O funcionamento e a remuneração dos integrantes dos comitês

previstos neste Artigo serão disciplinados pelo Conselho de Administração.

Art. 44 – Sem prejuízo de outros comitês que o Conselho de Administração venha a criar, a Companhia terá, obrigatoriamente, um Comitê de Auditoria e *Compliance* vinculado ao Conselho de Administração, de funcionamento permanente.

Art. 45 – Serão aplicáveis aos membros do Comitê de Auditoria e *Compliance* e dos demais comitês que venham a ser criados nos termos deste Estatuto Social as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei, pela regulamentação, por este Estatuto e pelo Regulamento do Novo Mercado aos administradores da Companhia.

SEÇÃO I – Comitê de Auditoria e *Compliance*

Art. 46 – O Comitê de Auditoria e *Compliance* contará com um regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, para regular as questões relativas ao seu funcionamento e definir o papel de seu coordenador.

Art. 47 – O Comitê de Auditoria e *Compliance* será formado por, no mínimo, 3 (três) membros (sem prejuízo de eventuais suplentes), sendo:

I - ao menos 1 (um) deles membro independente do Conselho de Administração da Companhia, conforme definido pelo Regulamento do Novo Mercado;

II - a maioria deles independente, conforme definido pela Instrução CVM nº308/99, ou de eventual norma que venha a substituí-la;

III - ao menos 1 (um) com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, conforme definida pela Instrução CVM nº308/99, ou de eventual norma que venha a substituí-la.

§ 1º - Um mesmo membro do Comitê de Auditoria e *Compliance* poderá acumular as características dos itens (I), (II) e (III) acima.

§ 2º - É vedada a participação do acionista controlador (quando houver), de diretores e empregados da Companhia, de eventual controladora (direta ou indireta), de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, e tampouco possuir vínculo de subordinação com as pessoas anteriormente mencionadas.

Art. 48 – Ao Comitê de Auditoria e *Compliance* competirá, necessariamente, sem prejuízo de outras atribuições que venham a ser previstas em seu Regimento Interno:

I - opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço;

II - supervisionar as atividades (i) dos auditores independentes, a fim de avaliar a) a sua independência; b) a qualidade dos serviços prestados; e c) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (ii) da área de controles internos da Companhia; (iii) da auditoria interna da Companhia; e (iv) da área responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;

III - monitorar e avaliar a qualidade e integridade: (i) dos mecanismos de controles internos; (ii) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e (iii) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;

IV - avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (i) a remuneração da administração; (ii) a utilização de ativos da Companhia; e (iii) as despesas incorridas pela Companhia;

V – emitir pareceres e recomendações a respeito da conformidade das transações com partes relacionadas submetidas à deliberação do Conselho de Administração nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia;

VI - avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia;

VII - elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (i) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (ii) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria e *Compliance* em relação às demonstrações financeiras da Companhia; e

VIII - possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do denunciante e da confidencialidade da informação.

Parágrafo Único. A eventual instalação do Conselho Fiscal, na forma do Capítulo VI abaixo, não prejudicará o funcionamento e as atribuições do Comitê de Auditoria e *Compliance*.

CAPÍTULO VI

Conselho Fiscal

Art. 49 - O Conselho Fiscal funcionará em caráter não permanente e, caso instalado pela Assembleia Geral na forma da lei, será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 01 (um) ano, sendo admitida a reeleição.

§1º - Uma vez instalado o Conselho Fiscal, a posse de seus membros efetivos e suplentes fica condicionada à assinatura de termo de posse, que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória estabelecida no Artigo 60 deste Estatuto.

§2º - Quando instalado, o Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, lavrando-se atas dessas reuniões em livro próprio.

§3º - Serão aplicáveis aos seus membros as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei, por este Estatuto e pelo Regulamento do Novo Mercado aos administradores da Companhia.

CAPÍTULO VII - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação dos Resultados

Art. 50 - O exercício social coincide com o ano civil. Ao término de cada exercício social serão levantadas as demonstrações financeiras na forma da lei.

Art. 51 - Do resultado do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto de renda e eventual participação nos lucros do exercício dos administradores (de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Conselho de Administração, observados os limites legais), nessa ordem, 5% (cinco por cento) deverão ser destinados à constituição da reserva legal, até que alcance o limite previsto em lei, observado ainda o disposto no parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das S.A.

§1º. O lucro remanescente após a destinação à reserva legal, ajustado por eventual constituição de reservas de contingência e as respectivas reversões, se for o caso, terá a seguinte destinação:

I - 25% (vinte e cinco por cento) serão distribuídos como dividendos obrigatórios, compensados os dividendos intercalares e/ou juros sobre capital próprio, que tenham sido declarados no exercício;

II – por proposta dos órgãos da administração, até 75% (setenta e cinco por cento)

serão destinados para a constituição de reserva para desenvolvimento e investimento, a ser utilizada na aquisição de bens do ativo permanente ou em novos investimentos da Companhia, bem como preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Companhia, sendo certo que o saldo total de tal reserva não poderá ultrapassar o valor do capital social, quando somado ao saldo das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar; e

III - o saldo remanescente, se houver, terá a destinação fixada pela Assembleia Geral, consoante proposta dos órgãos da administração.

§ 2º - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores.

§ 3º - A critério do Conselho de Administração, poderão ser (i) declarados e pagos dividendos intercalares com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores; (ii) declarados e pagos dividendos intermediários à conta de lucros ou reservas existentes no último balanço anual ou semestral; e (iii) creditados ou pagos aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

§ 4º - Eventual participação dos administradores nos lucros do exercício só lhes será atribuída se assegurado o pagamento do dividendo obrigatório a que se refere o item I do §1º deste Artigo.

CAPÍTULO VIII

Atingimento de Participação Relevante

Art. 52 – Qualquer Pessoa ou Grupo que adquira ou se torne titular, de forma direta ou indireta, por meio de uma única operação ou de diversas operações (inclusive, sem limitação, por meio de qualquer tipo de associação da qual resulte um Grupo ou adesão a Grupo pré-existente), de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária sobre ações de emissão da Companhia, que representem, em conjunto, 25% (vinte cinco por cento) ou mais do total das ações de emissão da Companhia (excluídas ações mantidas pela Companhia em tesouraria) ("Participação Relevante") ("Ofertante") deverá (i) imediatamente divulgar tal informação à Companhia, e (ii) realizar uma oferta pública de aquisição de ações da totalidade das ações de emissão da Companhia nos termos previstos neste Artigo ("OPA por Atingimento de Participação Relevante").

§ 1º - O preço de aquisição por ação de emissão da Companhia a ser ofertado na OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá ser pago em moeda corrente nacional e à vista e não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) o valor econômico das ações de emissão da Companhia, apurado em laudo de avaliação elaborado por

empresa especializada selecionada pelo Conselho de Administração da Companhia, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM; e (iii) o maior preço por ação, se houver, pago pelo Ofertante nos 6 (seis) meses que antecederam o atingimento da Participação Relevante (incluídas também em tal período as operações que tenham resultado no referido atingimento), em negociação privada ou pública, atualizado pela Taxa SELIC até a data do efetivo lançamento da OPA por Atingimento de Participação Relevante; valores estes que, em qualquer dos casos, deverão ser ajustados por eventos societários posteriores, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária.

§ 2º - Para fins de apuração do valor indicado no item (i) do §1º acima, o Conselho de Administração da Companhia deverá selecionar a empresa responsável pela elaboração do laudo de avaliação, com experiência comprovada, em até 15 (quinze) dias da comunicação pelo Ofertante do atingimento da Participação Relevante. Caso, por qualquer razão, o Conselho de Administração utilize prazo adicional para seleção da referida empresa, igual número de dias adicionais deverá ser acrescido ao prazo máximo para o Ofertante publicar o edital da OPA por Atingimento de Participação Relevante, nos termos do §4º deste Artigo. Os custos de elaboração do laudo de avaliação correrão integralmente pelo Ofertante.

§ 3º - Caso o atingimento da Participação Relevante envolva, ainda que parcialmente, a aquisição de participação indireta na Companhia durante o período abrangido pelo item (iii) do §1º deste Artigo, o Ofertante deverá apresentar a demonstração justificada do valor pago por ação ou lote de ações de emissão da Companhia na referida aquisição indireta.

§ 4º - O edital da OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá ser publicado pelo Ofertante no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de atingimento da Participação Relevante e deverá incluir a obrigação do Ofertante de adquirir, por 90 (noventa) dias a contar da liquidação da OPA por Atingimento de Participação Relevante, até a totalidade das ações de titularidade dos acionistas remanescentes que não venderem ações na OPA por Atingimento de Participação Relevante, pelo mesmo preço da OPA por Atingimento de Participação Relevante, atualizado pela taxa SELIC, ficando tal obrigação condicionada a que, com a liquidação da OPA por Atingimento de Participação Relevante, o Ofertante tenha atingido participação acionária superior a 50% (cinquenta por cento) do capital social.

§ 5º - A OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; e (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3.

§ 6º - A obrigação de realização da OPA por Atingimento de Participação Relevante nos termos deste Artigo 52 não se aplica:

(a) ao atingimento individual de Participação Relevante por Pessoa que integre Grupo que já detenha, em conjunto, Participação Relevante;

(b) ao atingimento de Participação Relevante em decorrência (i) da incorporação de outra sociedade ou de parcelas cindidas de outra sociedade pela Companhia ou (ii) da incorporação de ações de outra sociedade pela Companhia;

(c) caso o atingimento de Participação Relevante na Companhia decorra de realização de oferta pública voluntária de aquisição de ações que tenha tido por objeto todas as ações de emissão da Companhia (inclusive com a finalidade de aquisição do controle da Companhia), desde que o preço pago na referida oferta tenha sido, no mínimo, equivalente ao que teria sido pago em uma OPA por Atingimento de Participação Relevante que tivesse se tornado obrigatória ao Ofertante no momento em que a oferta voluntária tenha sido anunciada;

(d) a transferências de ações ou Outros Direitos de Natureza Societária que representem exclusivamente a alteração da titularidade direta da Participação Relevante pela titularidade indireta (ou vice-versa), sem que haja alteração do controle, direto ou indireto, sobre tais ações ou Outros Direitos de Natureza Societária representativas da Participação Relevante;

(e) ao caso de atingimento involuntário da Participação Relevante por força de eventos que não dependam nem resultem da prática de quaisquer atos pela Pessoa ou Grupo que venha a atingir a Participação Relevante, tais como recompra de ações pela Companhia, resgate de ações de emissão da Companhia, cancelamento de ações em tesouraria ou atingimento por força de sucessão hereditária, desde que, em qualquer dessas hipóteses, a Pessoa ou Grupo que tenha atingido Participação Relevante de forma involuntária, cumulativa e tempestivamente: (i) comunique à Companhia sua intenção de utilizar a faculdade prevista nesta alínea (d) em até 5 (cinco) dias contadas do momento em que se tornar titular da Participação Relevante; e (ii) aliene em bolsa de valores a quantidade de ações representativas do capital social da Companhia que exceda a Participação Relevante, em até 60 (sessenta) dias úteis contados da data da notificação de que trata o item (i) anterior;

(f) à subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração (neste caso, dentro do limite do capital autorizado), e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base no preço justo das ações, na forma estabelecida na legislação societária;

(g) a aquisições adicionais de ações de emissão da Companhia ou Outros

Direitos de Natureza Societária sobre ações de emissão da Companhia por determinada Pessoa ou Grupo que, no momento de tal aquisição ou elevação da participação já fosse titular de Participação Relevante;

(h) aos empréstimos (e respectivas devoluções) de ações de emissão da Companhia realizados para o fim exclusivo de viabilizar o processo de estabilização de preço no âmbito de ofertas públicas de distribuição de ações de emissão da Companhia; e

(i) caso, no momento da aquisição da Participação Relevante por determinada Pessoa ou Grupo, outra Pessoa ou Grupo já seja titular de mais da metade do capital social da Companhia.

§ 7º - A assembleia geral da Companhia poderá deliberar a dispensa de realização da OPA por Atingimento de Participação Relevante ou alterações em suas características em relação ao previsto neste Capítulo, desde que nela não votem as Pessoas e o Grupo que pretendam passar a se tornar titulares de Participação Relevante por meio da operação submetida à dispensa.

§ 8º - A realização da OPA por Atingimento de Participação Relevante não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma oferta pública de aquisição de ações concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

§ 9º - Na hipótese de a Pessoa ou Grupo que venha a atingir Participação Relevante não cumprir as obrigações impostas por este Capítulo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA por Atingimento de Participação Relevante; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual tal Pessoa ou Grupo não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício de seus direitos, conforme disposto no art. 120 da Lei das S.A.

§ 10º - Para os fins do disposto neste Artigo, os seguintes termos terão os significados a seguir definidos:

"Grupo" significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza relativos ao exercício de direitos como acionistas da Companhia ou das próprias Pessoas, inclusive acordos de acionistas, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladores ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum; ou (iv) que atuem representando um interesse comum; ou (v) que estejam sob a gestão de uma mesma pessoa, entidade ou grupo.

"Outros Direitos de Natureza Societária" significa (i) usufruto ou fideicomisso sobre as ações de emissão da Companhia; (ii) opções de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; ou (iii) contratos derivativos com liquidação física ou financeira; ou (iv) qualquer outro direito que lhe assegure, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia.

"Pessoa" significa qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou qualquer outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior.

CAPÍTULO IX

Alienação do controle da Companhia

Art. 53 - A alienação, direta ou indireta, de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante do controle.

Parágrafo único - O adquirente do controle fica obrigado a, após a liquidação financeira da oferta pública a que se refere o *caput*, tomar as medidas cabíveis para, se necessário, recompor, nos 18 (dezoito) meses subsequentes, o percentual mínimo de ações em circulação previsto no Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO X

Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado

Art. 54 – O cancelamento do registro de companhia aberta deverá ser precedido de oferta pública de aquisição de ações, a qual deverá observar os procedimentos e as exigências estabelecidas na Lei das S.A. e na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta.

Art. 55 – A saída da Companhia do Novo Mercado, seja por ato voluntário, compulsório ou em virtude de reorganização societária, deverá observar as regras constantes do Regulamento do Novo Mercado.

Art. 56 – Nos termos do Regulamento do Novo Mercado e ressalvado o disposto no Artigo 57 abaixo, a saída voluntária da Companhia do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos:

I - o preço ofertado deverá ser justo, calculado de acordo com os parâmetros estabelecidos no art. 4º-A da Lei das S.A. e na regulamentação aplicável da CVM; e

II - acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

Parágrafo único – Para fins do inciso II do *caput* deste Artigo, consideram-se ações em circulação apenas as ações cujos titulares concordem expressamente com a saída do Novo Mercado ou se habilitem para o leilão da oferta pública de aquisição de ações, na forma da regulamentação editada pela CVM aplicável às ofertas públicas de aquisição de companhia aberta para cancelamento de registro.

Art. 57 – A saída voluntária do Novo Mercado poderá ocorrer, independentemente da realização de oferta pública de aquisição de ações, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, que deverá ser instalada:

I - em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação; ou

II - em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação.

Parágrafo único - A deliberação sobre a dispensa de realização da oferta pública de ações, na forma do *caput* deste Artigo, deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na Assembleia Geral.

Art. 58 - É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei das S.A. ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública, não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação ou regulamentação aplicáveis.

Art. 59 - As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

CAPÍTULO XI

Juízo Arbitral

Art. 60 - A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissora, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das S.A., no presente Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO XII

Disposições Gerais

Art. 61 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e eleger o Conselho Fiscal que deva funcionar durante o seu processamento.

Art. 62 – A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados na sede social, cabendo à Administração abster-se de registrar transferências de ações ou outros valores mobiliários contrárias aos respectivos termos e, ao Presidente das Assembleias Gerais, abster-se de computar os votos proferidos em sentido contrário ao estabelecido em tais acordos, qualquer que seja a alegação ou justificativa apresentada.

Art. 63 – As regras referentes ao Regulamento do Novo Mercado constantes do §§1º e 2º do Artigo 1º; §1º, segunda parte, do Artigo 17; Artigo 19; Artigo 22; Artigos 44 a 48; Artigo 52; Artigo 53; e Artigos 55 a 60 deste Estatuto Social, somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

Visado – Lei nº 8.906/94

_____

Luciane Karin de Souza
OAB/SP nº 122.908

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

NADIR FIGUEIREDO S.A.

(NOVA DENOMINAÇÃO DE NADIR FIGUEIREDO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.)

CNPJ Nº 61.067.161/0001-97 - NIRE 35300022289

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA ÀS 9:00 HORAS DO DIA 1º DE FEVEREIRO DE 2021

---

1. DATA, HORA E LOCAL: Dia 1º de fevereiro de 2021, às 9:00 horas, de forma semipresencial, na sede social da Nadir Figueiredo S.A., nova denominação de Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A. ("Companhia" ou "Nadir Figueiredo"), na Avenida Zaki Narchi, nº 500, 3ª Torre, 5º andar, Vila Guilherme, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 02029-000, e por meio de sala virtual, de acordo com a disposição contida na Lei nº 14.030/2020.

2. CONVOCAÇÃO: Editais de convocação publicados nos dias 22, 23 e 27 de janeiro de 2021 no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas páginas 18, 24 e 45, respectivamente, e no Jornal "O Estado de São Paulo", nos dias 22, 23 e 25 de janeiro de 2021, nas páginas B9, B7 e B3, respectivamente, nos termos do §1º, inciso II, do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.").

3. PRESENÇAS: Presentes acionistas titulares de ações ordinárias representativas de 99,67% (noventa e nove vírgula sessenta e sete por cento) do capital social votante da Companhia, conforme lista de presença constante do **Anexo I** à esta Ata. Em razão do quórum verificado, o Presidente deu por instalada a Assembleia Geral Extraordinária.

4. MESA: Presidente: Sr. Patrício Taborda de Figueiredo; e Secretário: Sr. Eron Martins.

5. LEITURA DE DOCUMENTOS: Foi dispensada a leitura dos documentos relacionados à ordem do dia desta Assembleia Geral Extraordinária, os quais foram disponibilizados para consulta na sede social da Companhia e por meio de envio de e-mail aos acionistas que assim solicitaram, nos termos previstos no edital de convocação.

6. ORDEM DO DIA: Discutir e deliberar sobre:

(i) em relação à proposta de incorporação da Vidigal Participações S.A. pela Companhia ("Incorporação"):

> **(i.1)** a ratificação da nomeação da BDO RCS Auditores Independentes como empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Vidigal Participações S.A., para os fins do art. 227, §1º, da Lei das S.A.;

(i.2) o laudo de avaliação do patrimônio líquido da Vidigal Participações S.A., a valor contábil;

(i.3) o Protocolo e Justificação da Incorporação, celebrado em 21 de janeiro de 2021;

(i.4) a Incorporação, nos termos do Protocolo e Justificação da Incorporação;

(i.5) se aprovada a Incorporação, o aumento do capital social da Nadir Figueiredo, nos termos do Protocolo e Justificação da Incorporação ("Aumento de Capital");

(i.6) a autorização para que os administradores pratiquem os atos necessário à implementação da Incorporação;

(ii) o desdobramento das ações de emissão da Companhia, na forma do artigo 12 da Lei das S.A. ("Desdobramento");

(iii) a definição do novo capital autorizado da Companhia, de forma a permitir o aumento de seu capital social sem reforma estatutária;

(iv) a reforma e a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir o Aumento de Capital e o Desdobramento, bem como para adaptá-lo às regras de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3");

(v) a renovação do mandato dos membros efetivos e suplente do Conselho de Administração pelo prazo unificado de 2 (dois) anos, com a respectiva designação de seus membros independentes;

(vi) a abertura de capital da Companhia e, para tanto, a submissão do pedido de registro do emissor de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM");

(vii) a submissão do pedido de registro de emissor da Companhia na B3 e a adesão da Companhia ao segmento especial de governança corporativa da B3 denominado Novo Mercado, bem como praticar os atos necessários para tal;

(viii) a realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações"), a ser registrada junto à CVM ("Oferta"); e

(ix) a autorização para o Conselho de Administração e a Diretoria praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas na assembleia geral extraordinária, incluindo os atos necessários (a) à obtenção do registro de emissor de valores mobiliários categoria "A" e do registro da Oferta, ambos perante a CVM, e da autorização pela B3 para aderir ao Novo Mercado, e (b) à aprovação de todos os termos e condições da Oferta aplicáveis à Companhia, incluindo a celebração de todos os contratos, documentos e atos relacionados à Oferta.

7. <u>DELIBERAÇÕES</u>: Após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações abaixo:

(i) em relação à proposta de Incorporação:

(i.1) **aprovar**, por unanimidade, a ratificação da nomeação da BDO RCS Auditores Independentes, sociedade inscrita no CNPJ/ME sob o nº 54.276.936/0001-79 e registrada originalmente no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP013846/O-1, com sede na Rua Major Quedinho, 90 – Consolação, São Paulo/SP, como empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Vidigal Participações S.A., para os fins do art. 227, §1º, da Lei das S.A.;

(i.2) **aprovar**, por unanimidade, o laudo de avaliação do patrimônio líquido da Vidigal Participações S.A., a valor contábil, elaborado com data-base de 31 de dezembro de 2020, anexo ao Protocolo e Justificação da Incorporação;

(i.3) **aprovar**, por unanimidade, o Protocolo e Justificação da Incorporação, celebrado em 21 de janeiro de 2021, entre as administrações da Companhia e da Vidigal Participações S.A., constante do **Anexo II** a esta ata;

(i.4) **aprovar**, por unanimidade, a Incorporação, nos termos do Protocolo e Justificação da Incorporação;

(i.5) em decorrência da aprovação da Incorporação, **aprovar**, por unanimidade, o Aumento de Capital da Nadir Figueiredo em R$ 631.828,79 (seiscentos e trinta e um mil, oitocentos e vinte e oito reais e setenta e nove centavos), de modo que o capital social passará a ser de R$ 81.998.187,85 (oitenta e um milhões, novecentos e noventa e oito mil, cento e oitenta e sete reais e oitenta e cinco centavos);

(i.6) **autorizar**, por unanimidade, os administradores a praticarem os atos necessários à implementação da Incorporação;

(ii) **aprovar**, por unanimidade, o desdobramento das ações de emissão da Companhia na razão de 1 (uma) para 18 (dezoito) ações, na forma do artigo 12 da Lei das Sociedade por Ações, passando o capital social da Companhia a se dividir em 227.908.836 (duzentos e vinte e sete milhões, novecentas e oito mil, oitocentas e trinta e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal;

(iii) **aprovar**, por unanimidade, o novo capital autorizado da Companhia, de forma a permitir o aumento de seu capital social sem reforma estatutária por meio da emissão de novas ações, inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas, até o limite total de 450.000.000 (quatrocentas e cinquenta milhões) ações;

(iv) **aprovar**, por unanimidade, a reforma e a consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do **Anexo III** desta ata, para, entre outros fins, *(a)* alterar a denominação da Companhia de "Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A." para "Nadir Figueiredo S.A."; *(b)* adequar suas disposições às regras de listagem do Novo Mercado da B3; e *(c)* refletir o Aumento de Capital, o desdobramento e o novo capital autorizado ora aprovados;

(v) **aprovar**, por unanimidade, a renovação do mandato dos membros efetivos e suplente do Conselho de Administração, para um mandato unificado de 2 (dois) anos, estendendo-se, portanto, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2023, sendo permitida a reeleição. Desta forma, fica aprovada a eleição dos seguintes membros para os cargos de membros efetivos e suplente do Conselho de Administração:

a) **Thiago Sguerra Miskulin**, brasileiro, casado, bacharel em engenharia eletrônica, portador da cédula de identidade RG nº 30.289.942-x SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 313.032.028-83, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Avenida Ataulfo de Paiva nº 1.251, 9º e 10º andares, Leblon, CEP 22440-034, como membro efetivo;

b) **Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 11.605.282 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 025.989.187-89, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Avenida Ataulfo de Paiva nº 1.251, 9º e 10º andares, Leblon, CEP 22440-034, como membro efetivo;

c) **Felipe Franco da Silveira**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 14.157.56609 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 261.377.018-08, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Avenida Ataulfo de Paiva nº 1.251, 9º e 10º andares, Leblon, CEP 22440-034, como membro efetivo;

d) **José Eduardo Otero Vidigal Pontes**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 3.306.131, inscrito no CPF sob o nº 065.188.188-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua José de Cristo Moreira nº 282, 12º andar, Morumbi, CEP 05688-09, como membro efetivo,

e) **Nelson Craidy Cury**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 3.818.755-SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 526.516.308-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Paraguai nº 51, apto. 71, 7º andar, Jardim Paulista, CEP 01408-040, como membro efetivo;

f) **Marie Antonia Camicado**, brasileira, divorciada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 11.377.246-4, inscrita no CPF/ME sob o nº 037.995.288-22, com endereço comercial na Avenida Zaki Narchi, nº 500, 3ª Torre, 5º andar, Vila Guilherme, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 02029-000, como membro efetivo;

g) **Débora Mayor Vizeu**, brasileira, solteira, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 38.875.282-8, inscrita no CPF/ME

sob o nº 429.647.238-00, com endereço comercial na Avenida Ataulfo de Paiva nº 1.251, 9º e 10º andares, Leblon, CEP 22440-034, como membro efetivo; e

h) **Morvan Figueiredo de Paula e Silva**, brasileiro, casado, industrial, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.900.435, inscrito no CPF/ME sob o nº 020.459.748-04, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Zaki Narchi, nº 500, 3ª Torre, 5º andar, Vila Guilherme, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 02029-000, como membro suplente.

Os conselheiros com mandatos ora renovados serão reinvestidos nos respectivos cargos mediante assinatura de (a) declaração de que possuem qualificações necessárias e cumprem os requisitos estabelecidos no artigo 147 e parágrafos da Lei das S.A., para o exercício dos respectivos cargos, e de que não possuem qualquer impedimento legal que obste sua eleição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 367 de 29 de maio 2002; e (b) de termo de posse, lavrado no livro de atas do Conselho de Administração.

Os acionistas deliberaram ainda aprovar a caracterização dos conselheiros titulares José Eduardo Otero Vidigal Pontes, Nelson Craidy Cury e Marie Antonia Camicado, bem como do conselheiro suplente, Sr. Morvan Figueiredo de Paula e Silva, como membros independentes do Conselho de Administração, conforme o disposto no artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado.

Tendo em vista a renovação do mandato dos conselheiros ora aprovada, os acionistas fixaram a remuneração global dos administradores para o exercício de 2021 no montante total de até R$ 12.250.000,00 (doze milhões duzentos e cinquenta mil reais).

(vi) **aprovar**, por unanimidade, a abertura de capital da Companhia e, para tanto, a submissão do pedido de registro do emissor de valores mobiliários, categoria "A", perante a CVM;

(vii) **aprovar**, por unanimidade, a submissão do pedido de registro de emissor da Companhia na B3 e a adesão da Companhia ao segmento especial de governança corporativa da B3 denominado Novo Mercado, bem como a prática dos atos necessários para tal;

(viii) **aprovar**, por unanimidade, a realização da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores da Oferta"), sendo observado o disposto na Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e as demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2°, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida em até 20%, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.

Adicionalmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. Nos termos do artigo 172, I, da Lei das S.A., não haverá direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta; e

(ix) **autorizar**, por unanimidade, o Conselho de Administração e a Diretoria a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas na assembleia geral extraordinária, incluindo os atos necessários (a) à obtenção do registro de emissor de valores mobiliários categoria "A" e do registro da Oferta, ambos perante a CVM, e da autorização pela B3 para aderir ao Novo Mercado, e (b) à aprovação de todos os termos e condições da Oferta aplicáveis à Companhia, incluindo a contratação dos Coordenadores da Oferta e a celebração de todos os contratos, documentos e atos relacionados à Oferta.

8. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata, que, depois de lida e aprovada pelos presentes, foi assinada pelo Presidente e Secretário da mesa, que certificaram a presença dos acionistas conforme Lista de Presença constante do **Anexo I** a esta ata.

Mesa: *(a) Patrício Taborda de Figueiredo* – Presidente – *(a) Eron Martins* – Secretário – ACIONISTAS: Vidigal Participações S/A, p.p. *(aa) João Ribeiro Antunes de Siqueira, Luiza de Carvalho Nogueira de Paula e Rafael Santiago Salles* e Sergio Feijão Filho.

CERTIFICO QUE A PRESENTE É CÓPIA FIEL DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA ÀS 09:00 HORAS DO DIA 01 DE FEVEREIRO DE 2021, LAVRADAS ÀS FLS. - 39/63 DO LIVRO Nº 09 DE ATAS DAS ASSEMBLEIAS GERAIS.

Eron Martins
Secretário

Anexo I

Lista de Presença dos Acionistas

Acionista	**Total de Ações Ordinárias**
Vidigal Participações S/A	12.620.018
Sergio Feijão Filho	2

Anexo II

Protocolo e Justificação da Incorporação da Vidigal Participações S.A. pela Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.

PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DA INCORPORAÇÃO DA VIDIGAL PARTICIPAÇÕES S.A. PELA NADIR FIGUEIREDO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Os administradores das sociedades abaixo qualificadas:

VIDIGAL PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Alcindo Guanabara, nº 25, sala 1.804, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20031-130, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 27.373.258/0001-90 ("Vidigal" ou "Incorporada"); e

NADIR FIGUEIREDO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Zaki Narchi, nº 500, 3ª Torre, 5º andar, Vila Guilherme, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 02029-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 61.067.161/0001-97 ("Nadir Figueiredo" ou "Incorporadora" e, em conjunto com a Incorporada, "Partes";

CONSIDERANDO QUE:

a) a Vidigal é uma *holding* não operacional, que tem como principal ativo seu investimento na Nadir Figueiredo, consistente em 12.620.018 (doze milhões, seiscentas e vinte mil e dezoito) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Incorporadora, representativas de 99,67% (noventa e noventa inteiros e sessenta e sete centésimos por cento) do seu capital social total;

b) os administradores de ambas as Partes desejam estabelecer os termos e condições para a incorporação da Vidigal pela Nadir Figueiredo ("Incorporação"); e

c) a operação pretendida implicará a entrega de ações de emissão da Nadir Figueiredo ao Kilauea Brasil Partners II – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 33.240.249/0001-23 ("Fundo"), único acionista da Vidigal, em quantidade idêntica àquela atualmente detida pela Vidigal na Nadir Figueiredo;

RESOLVEM, em observância ao disposto nos artigos 224 a 227 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), firmar o presente Protocolo e Justificação da Incorporação ("Protocolo"), nos termos e condições a seguir descritos:

1. Objeto e Justificação

1.1. Objeto. O presente Protocolo tem por objeto estabelecer as bases da proposta da Incorporação que será submetida à apreciação dos acionistas da Incorporada e da Incorporadora em assembleias gerais extraordinárias a serem oportunamente convocadas, nos seguintes termos:

a) por meio da Incorporação, a Vidigal será integralmente absorvida pela Nadir Figueiredo, que a sucederá em todos os seus direitos e obrigações, sendo o patrimônio líquido da Incorporada vertido na Incorporadora, a valor contábil;

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

b) em decorrência da Incorporação, a Vidigal será extinta de pleno direito; e

c) o Fundo, acionista único da Vidigal, passará a deter participação direta na Nadir Figueiredo, na mesma proporção até então detida diretamente pela Vidigal.

1.2. Justificação. A Incorporação se insere no contexto de simplificação da estrutura societária e de controle da Nadir Figueiredo, reduzindo-se atividades administrativas e despesas decorrentes do cumprimento em duplicidade de obrigações decorrentes da lei societária, com uniformização da gestão contábil e financeira das Partes.

2. Estrutura Societária das Partes

2.1. Capital social da Vidigal antes da Incorporação. Nesta data, o capital social da Incorporada é de R$ 421.578.724,00 (quatrocentos e vinte e um milhões, quinhentos e setenta e oito mil, setecentos e vinte e quatro reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 421.578.724 (quatrocentas e vinte e uma milhões, quinhentas e setenta e oito mil, setecentas e vinte e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

2.1.1. O Fundo é titular da totalidade das ações ordinárias representativas do capital social da Incorporada.

2.2. Capital social da Nadir Figueiredo antes da Incorporação. Nesta data, o capital social da Incorporadora é de R$ 81.366.359,06 (oitenta e um milhões, trezentos e sessenta e seis mil, trezentos e cinquenta e nove Reais e seis centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 12.661.602 (doze milhões, seiscentos e sessenta e um mil seiscentas e duas) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

2.2.1. A Incorporada é titular de 12.620.018 (doze milhões, seiscentas e vinte mil e dezoito) ações ordinárias de emissão da Incorporadora, representativas de 99,67% (noventa e nove inteiros e sessenta e sete centésimos por cento) do total de emissão da Incorporadora.

3. Critérios de Avaliação e Tratamento de Variações Patrimoniais

3.1. Avaliação do patrimônio da Incorporada. A administração da Incorporadora contratou a BDO RCS Auditores Independentes, com sede na cidade de São Paulo, na Rua Major Quedinho, 90 – Consolação , inscrita no CNPJ/ME sob o nº 54.276.936/0001-79 ("Avaliador"), para a elaboração do laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido a ser incorporado ("Laudo de Avaliação"). Nos termos do artigo 227, § 1º, da Lei das S.A., a nomeação do Avaliador deverá ser ratificada pela Assembleia Geral Extraordinária da Incorporadora, a ser oportunamente convocada para deliberar sobre a Incorporação.

3.1.1. O Laudo de Avaliação constitui o **Anexo I** deste Protocolo, ficando os valores nele indicados sujeitos à análise e à aprovação dos acionistas da Incorporadora, nos termos da Lei das S.A.

3.1.2. O Laudo de Avaliação foi preparado com base nos elementos constantes das Demonstrações Financeiras da Incorporada levantadas em 31 de dezembro de 2020

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

("Data Base") e de acordo com as regras aplicáveis, em bases consistentes, contendo todos os elementos contábeis necessários e suficientes à avaliação do patrimônio líquido da Incorporada.

3.1.3. De acordo com o Laudo de Avaliação, o patrimônio líquido da Incorporada foi avaliado, a valor contábil, na Data-Base em R$ 429.248.751,75 (quatrocentos e vinte e nove milhões, duzentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinquenta e um reais e setenta e cinco centavos).

3.2. Declarações do Avaliador. O Avaliador declarou **(i)** não existir qualquer conflito ou comunhão de interesses, atual ou potencial, com as Partes e seus respectivos acionistas, ou, ainda, na própria Incorporação; e **(ii)** não terem os acionistas ou os administradores das Partes direcionado, limitado, dificultado ou praticado quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para suas conclusões.

3.3. Elementos patrimoniais ativos e passivos. Uma vez implementada a Incorporação, a Incorporadora sucederá a Incorporada em todos os seus direitos e obrigações, inclusive posteriores à Data-Base.

3.4. Contabilização de variações patrimoniais. As variações patrimoniais ocorridas na Incorporada entre a Data-Base e a data em que se efetivar a Incorporação serão contabilizadas, refletidas e apropriadas diretamente na Incorporadora.

4. Efeitos da Incorporação e Relação de Substituição de Participação Acionária

4.1. Substituição da Participação Indireta por Participação Direta. Com a efetivação da Incorporação, a Vidigal será extinta para todos os fins de direito, sem a necessidade de procedimento de liquidação, sendo, por consequência, igualmente extintas todas as 421.578.724 (quatrocentas e vinte e uma milhões, quinhentas e setenta e oito mil, setecentas e vinte e quatro) ações de sua própria emissão, atualmente detidas pelo Fundo. Em substituição a tais ações, o Fundo receberá 12.620.018 (doze milhões, seiscentas e vinte mil e dezoito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Nadir Figueiredo, correspondentes à participação direta até então detida pela Vidigal na Nadir Figueiredo ("Relação de Substituição").

4.1.1. A Relação de Substituição implicará a troca da participação societária indiretamente detida pelo Fundo na Nadir Figueiredo por idêntica participação societária direta nesta sociedade.

4.1.2. A determinação da Relação de Substituição levou em consideração que **(i)** a Vidigal consiste em veículo de participação indireta do Fundo na Nadir Figueiredo; e **(ii)** a Incorporação deverá refletir tão somente a substituição da participação societária indireta detida pelo Fundo da Vidigal por participação societária direta no capital social da Nadir Figueiredo.

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

4.1.3. Os administradores das Partes entendem que a Relação de Substituição ora proposta é justa e equitativa aos seus acionistas, de modo a garantir a comutatividade da operação proposta.

4.1.4. A Relação de Substituição deverá ser proporcionalmente ajustada em caso de desdobramento, grupamento, bonificação ou qualquer outro evento similar prévio à efetivação da Incorporação que resulte em alteração do número de ações em que se divide o capital social da Incorporadora ou da Incorporada, sem modificação de seu patrimônio líquido. Conforme descrito no item 4.1.1 acima, será atribuído ao Fundo o mesmo número de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Nadir Figueiredo então detido diretamente pela Vidigal.

4.2. Aumento do capital social da Incorporadora. A Incorporação resultará em um aumento do capital social da Nadir Figueiredo no montante de R$ 631.828,79 (seiscentos e trinta e um mil, oitocentos e vinte e oito reais e setenta e nove centavos), correspondente ao valor do acervo líquido da Vidigal depois de descontadas as contas do ativo que serão canceladas quando vertidas ao patrimônio da Incorporadora.

4.2.1. O Aumento de Capital será realizado sem a alteração do número de ações ordinárias em que se divide o capital social da Incorporadora, de modo que não haverá alteração da participação societária atualmente detida pelos acionistas da Nadir Figueiredo.

4.3. Alteração do estatuto social da Incorporadora. Por força do Aumento de Capital, o capital social da Nadir Figueiredo passará a ser de R$ 81.998.187,85 (oitenta e um milhões, novecentos e noventa e oito mil, cento e oitenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), representado por 12.661.602 (doze milhões, seiscentos e sessenta e um mil seiscentas e duas) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em função disso, a redação do artigo 5º, *caput*, do Estatuto Social passará a ser a seguinte:

"Art. 5º - O capital social, todo ele realizado, é de R$ 81.998.187,85 (oitenta e um milhões, novecentos e noventa e oito mil, cento e oitenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) , representado por 12.661.602 (doze milhões seiscentos e sessenta e um mil seiscentas e duas) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal."

5. Direito de Recesso

5.1. Direito de Retirada na Incorporada. Considerando que o Fundo é o único acionista da Vidigal, a aprovação da Incorporação na assembleia geral da Incorporada dependerá, necessariamente, de seu voto afirmativo. Desse modo, inexistirá acionista dissidente para fins do exercício do direito de retirada.

5.2. Direito de Retirada na Incorporadora. Nos termos dos artigos 136, IV, e 137 da Lei das S.A., os acionistas da Incorporadora não farão jus ao direito de retirada.

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

6. Avaliação para fins do Art. 264 da Lei das S.A.

6.1. Avaliação dos patrimônios líquidos das Partes para os fins do artigo 264 da Lei das S.A.: Com o objetivo de cumprir com o disposto no artigo 264 da Lei das S.A., a Apsis Consultoria Empresarial Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 27.281.922/0001-70, com sede na cidade do Rio de Janeiro-RJ, na Rua do Passeio, nº 62, 6º andar, Centro, foi contratada para elaborar os laudos de avaliação da Nadir Figueiredo e da Vidigal pelo critério de patrimônio líquido a preços de mercado, que constam do **Anexo II** deste Protocolo. Tais avaliações foram elaboradas segundo os mesmos critérios e na mesma Data-Base, e apontaram, exclusivamente para os fins informacionais do artigo 264 da Lei das S.A., uma relação de substituição teórica de 0,030375 ação ordinária de emissão da Nadir Figueiredo para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da Vidigal.

7. Atos Societários Necessários

7.1. Aprovações Societária. A efetivação da Incorporação está sujeita à realização das seguintes assembleis gerais:

a) assembleia geral extraordinária da Vidigal, a fim de que seu único acionista delibere sobre: ***(i)*** este Protocolo; ***(ii)*** a Incorporação; e ***(iii)*** a autorização para que os administradores pratiquem todos os atos necessários à efetivação da Incorporação.

b) assembleia geral extraordinária da Nadir Figueiredo, a fim de que seus acionistas deliberem sobre ***(i)*** este Protocolo; ***(ii)*** a Incorporação; ***(iii)*** a ratificação da nomeação do Avaliador; ***(iii)*** a aprovação do Laudo de Avaliação; ***(iv)*** o Aumento de Capital; ***(v)*** a alteração do artigo 5º, *caput*, do Estatuto Social da Incorporadora; e ***(vi)*** a autorização para que os administradores pratiquem todos os atos necessários à efetivação da Incorporação.

8. Disposições Finais

8.1. Obrigações subsequentes. Competirá à administração da Incorporadora praticar todos os atos que se fizerem necessários à perfeita regularização do estabelecido neste Protocolo, incluindo os atos subsequentes à Incorporação, tais como a baixa da inscrição da Incorporada nas repartições federais, estaduais e municipais competentes, bem como a manutenção de seus livros societários e contábeis pelo prazo legal. Os custos e despesas daí decorrentes serão integralmente suportados pela Incorporadora.

8.1.1. Nos termos do artigo 234 da Lei das S.A., a certidão do arquivamento da Incorporação no registro de empresas será documento hábil para o registro e a averbação, nos registros públicos e privados competentes, da sucessão universal pela Incorporadora em relação aos bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades integrantes ou relacionados à incorporação.

8.2. Documentos. Este Protocolo e seus Anexos serão colocados à disposição dos acionistas

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

das Partes nas respectivas sedes sociais, a partir da data de convocação das assembleias gerais extraordinárias de que trata o item 7.1 deste instrumento.

8.3. Sobrevivência de cláusula válidas. Caso alguma cláusula, disposição, termo ou condição deste Protocolo venha a ser considerada inválida, as demais cláusulas, disposições, termos e condições não afetados por essa invalidação permanecerão válidos.

8.4. Alterações. Este Protocolo somente poderá ser alterado por meio de instrumento escrito, assinado por todas as Partes e sujeito às aprovações societárias pertinentes.

8.5. Lei Aplicável. Este Acordo será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

8.6. Eleição de foro. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir todas as questões oriundas do presente Protocolo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Aceitando expressamente todos os termos e condições acima e estando assim justas e contratadas, assinam as Partes o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e identificadas, para os devidos fins de direito.

(final da página intencionalmente deixado em branco)

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

(página de assinaturas do Protocolo da Incorporação da Vidigal Participações S.A. pela Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.)

Local e Data: São Paulo, 21 de janeiro de 2021.

_____

Vidigal Participações S.A.

Representada por Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque e Thiago Sguerra Miskulin

_____

Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.

Representada por Patrício Taborda de Figueiredo e Eron Martins

Testemunhas:

_____

Nome:

CPF/ME nº:

_____

Nome:

CPF/ME nº:

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Anexo I

Laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Vidigal Participações S.A., com data base de 31 de dezembro de 2020

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

VIDIGAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos Livros Contábeis

Em 31 de dezembro de 2020

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

VIDIGAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos Livros Contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Tel.: +55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdo.com.br

Rua Major Quedinho 90
Consolação – São Paulo, SP - Brasil
01050-030

LAUDO DE AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTÁBIL APURADO POR MEIO DOS LIVROS CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Vidigal Participações S.A.
São Paulo - SP

Dados da firma de auditoria

BDO RCS Auditores Independentes, sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Rua Major Quedinho, 90 – Consolação, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n° 54.276.936/0001-79, registrada, originalmente no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o n° 2 SP013846/O-1, representada pelo seu Sócio infra-assinado, Henrique Herbel de Melo Campos, brasileiro, solteiro, contador, portador da Cédula de Identidade RG n° 25.657.785-7, inscrito no CPF sob o n° 185.597.138-08 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o n° 1 SP181.015/O-3, residente e domiciliado em São Paulo/SP com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada perita pela **Vidigal Participações S.A. ("Companhia")** para proceder à avaliação do patrimônio líquido contábil em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos.

Objetivo da avaliação

A avaliação do patrimônio líquido contábil da **Vidigal Participações S.A.** tem por objetivo registrar a avaliação, pelo valor patrimonial, do patrimônio líquido apurado por meio dos Livros Contábeis da **Companhia**, para fins de incorporação total da **Vidigal Participações S.A.** na data-base de 31 de dezembro de 2020, nos de termos da legislação societária vigente por ocasião de reestruturação societária.

Responsabilidade da Administração

A Administração da **Companhia** é responsável pela escrituração dos livros e preparação de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela **Companhia** está descrito no Anexo II, ao final deste laudo de avaliação.

Alcance dos trabalhos e responsabilidade do auditor independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da **Companhia** em 31 de dezembro de 2020, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que prevê a aplicação de procedimentos de exame no balanço patrimonial para emissão do laudo de avaliação. Assim, efetuamos o exame do referido Balanço Patrimonial da **Companhia** de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que o trabalho seja planejado e executado com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

A emissão de laudo de avaliação envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração do balanço patrimonial da **Companhia** para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar opinião sobre a efetividade desses controles internos da **Companhia**. O trabalho inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Em nosso processo de avaliação garantimos que: (a) não existe qualquer conflito ou comunhão de interesses, atual ou potencial, com a Vidigal Participações S.A., a Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A. e seus respectivos acionistas, ou, ainda, na incorporação; e (b) os acionistas ou os administradores da Vidigal Participações S.A. e da Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A. não direcionaram, limitaram, dificultaram ou praticaram quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para suas conclusões.

Conclusão

Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor do patrimônio líquido contábil de R$ 429.248.751,75 (quatrocentos e vinte e nove milhões, duzentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinquenta e um Reais e setenta e cinco centavos), conforme balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, registrado nos livros contábeis e resumido no Anexo I ao final deste relatório, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil da **Vidigal Participações S.A.**, avaliado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 20 de janeiro de 2021.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Henrique Herbel de Melo Campos
Contador CRC 1 SP 181.015/O-3

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Anexo I
1/2

Patrimônio líquido contábil

Foram examinadas as informações contábeis em 31 de dezembro de 2020, preparadas pela Administração da **Vidigal Participações S.A.** Com base nestas informações, apuramos que o valor do patrimônio líquido contábil a ser incorporado pela incorporadora é de R$ 429.248.751,75 (quatrocentos e vinte e nove milhões, duzentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinquenta e um Reais e setenta e cinco centavos), como segue:

Ativo	31/12/2020
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	626.171,71
Dividendos a receber	1.398.569,00
Tributos a recuperar	7.662,44
	2.032.403,15
Não circulante	
Investimentos em empresas controladas	138.185.181,68
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	289.033.172,28
	427.218.353,96
Total do ativo	**429.250.757,11**

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2020
Circulante	
Fornecedores e outras contas a pagar	1.949,05
Obrigações tributárias	56,31
	2.005,36
Patrimônio Líquido	
Capital social	421.578.724,00
Outros resultados abrangentes	(12.366.554,97)
Lucros (Prejuízos) acumulados	20.036.582,72
	429.248.751,75
Total do passivo e patrimônio líquido	**429.250.757,11**

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Anexo I
2/2

O detalhamento dos bens, dos direitos e das obrigações que compõem o patrimônio líquido contábil, encontra-se em poder da Companhia em forma de razões auxiliares e relatórios analíticos.

Este anexo é parte integrante e inseparável do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da **Vidigal Participações S.A.**, emitido por BDO RCS Auditores Independentes, com data de 20 de janeiro de 2021.

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Anexo II
Vidigal Participações S.A.

Principais práticas contábeis adotadas

Resumo das principais políticas contábeis

1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos ("CPC"), normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e normas internacionais do relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (LASB)) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020.

2. Conversão de moeda estrangeira e moeda funcional

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Operações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio no final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

3. Classificação circulante e não circulante

Os ativos e passivos no balanço patrimonial são classificados como circulante quando mantidos principalmente para negociação e quando se espera realizá-los dentro de 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

4. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor) e saldos em contas garantidas.

5. Instrumentos financeiros

a) **Concentração de risco de crédito:** Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito consistem primariamente em caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. A Sociedade mantém contas-correntes bancárias com instituições financeiras aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

b) **Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros:** Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2020 são classificados pelo custo amortizado, e os valores contabilizados aproximam-se dos valores de mercado. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos nem com instrumentos de riscos semelhantes. Os ativos e passivos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, empréstimos e fornecedores.

c) **Compensação de Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido e apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, haja o direito legal de compensar os valores e a Companhia tenha intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

6. Investimentos em controlada

A Companhia detém o controle sobre uma empresa quando possui o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. Os investimentos nas Controladas são registrados na controladora pelo método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis individuais, sendo os investimentos em controladas eliminados quando há elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, e o efeito das variações cambiais na conversão dos investimentos no exterior, os quais são reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido.

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

A Companhia determina, em cada data de fechamento das demonstrações contábeis, se há evidência objetiva de que os investimentos sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor contábil e a participação das perdas em controladas, e reconhece a parcela residual com passivo a descoberto de controladas, uma vez que assume as obrigações das mesmas.

7. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa a qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável.

8. Ativos Intangíveis

a) Ágio

O ágio determinado em aquisição de investimentos em controladas representa a diferença positiva entre o valor da compra e o valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis da empresa adquirida na data de aquisição.

9. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva, quando aplicável.

10. Tributação – Lucro Real

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes e diferidos.

a) **Tributos correntes:** A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

b) **Tributos diferidos:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada período de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

11. Continuidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações contábeis e a Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Sociedade de dar continuidade as suas atividades nos próximos 12 meses.

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Anexo II

Laudos de avaliação da Nadir Figueiredo e da Vidigal pelo critério de patrimônio líquido a preços de mercado, para os fins do artigo 264 da Lei das S.A.

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

LAUDO DE AVALIAÇÃO AP-01329/20-01

VIDIGAL PARTICIPAÇÕES S.A.;
NADIR FIGUEIREDO IND COM S.A.

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

LAUDO DE AVALIAÇÃO:	AP-01329/20-01	DATA-BASE:	31 de dezembro de 2020

SOLICITANTE:

VIDIGAL PARTICIPAÇÕES S.A., doravante denominada **VIDIGAL**.

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Alcindo Guanabara, nº 25, Sala 1804, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 27.373.258/0001-90.

OBJETOS:

VIDIGAL PARTICIPAÇÕES LTDA., anteriormente qualificada; e

NADIR FIGUEIREDO IND COM S.A., doravante denominada **NF** ou **NADIR FIGUEIREDO**.

Sociedade anônima aberta, com sede à Avenida Zaki Narchi, nº 500, Bloco 3, 5º andar, Carandiru, Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 61.067.161/0001-97.

OBJETIVO:

Cálculo do valor das ações de **VIDIGAL** e **NADIR FIGUEIREDO**, pela metodologia de avaliação do Patrimônio Líquido a Preços de Mercado, de modo a estabelecer a relação de troca teórica entre as ações de emissão das companhias, para fins de atendimento ao Artigo 264 da Lei nº 6.404 (Lei das S.A.).

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

SUMÁRIO EXECUTIVO

A APSIS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA., doravante denominada APSIS, foi contratada por VIDIGAL para apurar, pela metodologia de avaliação do Patrimônio Líquido a Preços de Mercado, os valores das ações de emissão de VIDIGAL e de NADIR FIGUEIREDO, em conformidade com as leis e os regulamentos aplicáveis, especificamente o artigo 264 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), no contexto da incorporação da VIDIGAL pela NADIR FIGUEIREDO ("Reorganização Societária").

Os procedimentos técnicos empregados no presente Laudo estão de acordo com os critérios estabelecidos pelas normas de avaliação. Os cálculos analíticos para a determinação dos valores dos ativos fixos foram elaborados por meio da abordagem de mercado, enquanto a avaliação dos ativos intangíveis foi elaborada por meio da abordagem da renda. Dessa maneira, a validação das mais e menos-valias identificadas na aquisição da NADIR FIGUEIREDO e contabilizadas no Balanço Patrimonial da VIDIGAL foi levada em consideração, sendo as mais-valias coerentes com os critérios estabelecidos pelo Art. 264 da Lei das S.A.

Com relação às mais-valias identificáveis, a APSIS não realizou cálculos ou ajustes de data-base, suportados pelos saldos contábeis registrados nas Demonstrações Financeiras de VIDIGAL e de NADIR FIGUEIREDO. Ademais, segundo orientações do auditor, em conformidade com as instruções normativas da CVM que rogam sobre o tema disposto, o saldo de impostos diferidos (Ativo) reconhecido no balanço de NF, na data-base deste Laudo, foi gerado após incorporação reversa realizada em novembro de 2020. O saldo é composto pelo valor das mais-valias contabilizadas na empresa incorporada.

A metodologia de Patrimônio Líquido a Valores de Mercado baseia-se na análise dos ativos e passivos registrados no balanço patrimonial da companhia, ajustados ao valor que um eventual participante de mercado pagaria para obter tais ativos ou assumir os referidos passivos.

RESUMO DOS RESULTADOS ENCONTRADOS (RELAÇÃO DE TROCA TEÓRICA)

RELAÇÃO DE TROCA TEÓRICA - AÇÕES TOTAIS DE VIDIGAL CONTRA NADIR FIGUEIREDO	
VALOR DE MERCADO DE NADIR FIGUEIREDO	
(A) Valor patrimonial ajustado a mercado NADIR FIGUEIREDO (R$ mil)	138.610
(B) Nº de ações NADIR FIGUEIREDO (mil)	12.662
(C = A / B) Valor por ação (R$)	10,95
VALOR DE MERCADO DE VIDIGAL	
(A) Valor patrimonial ajustado a mercado VIDIGAL (R$ mil)	140.185
(B) Nº de ações VIDIGAL (mil)	421.579
(C = A / B) Valor por ação (R$)	0,33
RELAÇÃO DE TROCA TEÓRICA	
0,030375 ações da NADIR FIGUEIREDO por ação da VIDIGAL	

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

RESUMO DOS RESULTADOS (PATRIMÔNIO LÍQUIDO A MERCADO) - VIDIGAL

BALANÇO PATRIMONIAL UNIÃO VIDIGAL PARTICIPAÇÕES LTDA. (R$ mil)	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SALDOS EM DEZ 2020	AJUSTES A MERCADO	DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS A MERCADO SALDOS EM DEZ 2020
ATIVO CIRCULANTE	**2.032**	**-**	**2.032**
Caixa e equivalente de caixa	1	-	1
Aplicações financeiras	626	-	626
Tributos a recuperar	8	-	8
Dividendos	1.399	-	1.399
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**427.218**	**(289.064)**	**138.154**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**-**	**-**	**-**
INVESTIMENTOS*	**427.218**	**(289.064)**	**138.154**
IMOBILIZADO	**-**	**-**	**-**
INTANGÍVEL	**-**	**-**	**-**
TOTAL DO ATIVO	**429.251**	**(289.064)**	**140.187**
PASSIVO CIRCULANTE	**2**	**-**	**2**
Fornecedores	2	-	2
Obrigações tributárias	0	-	0
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**-**	**-**	**-**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**429.249**	**(289.064)**	**140.185**
Capital social	421.579	-	421.579
Ajuste de avaliação patrimonial	(12.367)	-	(12.367)
Lucros (Prejuízos) acumulados	20.037	-	20.037
Ajustes a Mercado	-	(289.064)	(289.064)
TOTAL DO PASSIVO	**429.251**	**(289.064)**	**140.187**

** O ágio referente à aquisição de NF não tem valor de mercado e, portanto, apresenta valor zero no balanço ajustado a mercado.*

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

RESUMO DOS RESULTADOS (PATRIMÔNIO LÍQUIDO A MERCADO) - NADIR FIGUEIREDO

BALANÇO PATRIMONIAL NADIR FIGUEIREDO IND COM S.A. (R$ mil)	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SALDOS EM DEZ 2020	AJUSTES A MERCADO	DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS A MERCADO SALDOS EM DEZ 2020
ATIVO CIRCULANTE	**701.129**	**-**	**701.129**
Caixa e equivalente de caixa	62.977	-	62.977
Títulos e valores mobiliários	279.292	-	279.292
Contas a receber de clientes	237.074	-	237.074
Estoques	104.001	-	104.001
Tributos a recuperar	14.147	-	14.147
Outros créditos CP	2.990	-	2.990
Despesas antecipadas	647	-	647
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**484.901**	**-**	**484.901**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**194.220**	**-**	**194.220**
Depósitos para recursos	1.359		1.359
Impostos diferidos	190.177	-	190.177
Outros créditos	2.684	-	2.684
INVESTIMENTOS	**3.984**	**-**	**3.984**
IMOBILIZADO	**187.760**	**-**	**187.760**
INTANGÍVEL	**98.937**	**-**	**98.937**
TOTAL DO ATIVO	**1.186.031**	**-**	**1.186.031**
PASSIVO CIRCULANTE	**282.183**	**-**	**282.183**
Empréstimos e financiamentos CP	90.206	-	90.206
Fornecedores	107.598	-	107.598
Obrigações trabalhistas e sociais	23.216	-	34.839
Obrigações tributárias	34.839	-	23.216
Dividendos a pagar	1.596	-	1.596
Arrendamento mercantil financeiro CP	3.517	-	3.517
Outras contas a pagar CP	21.211	-	21.211
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**765.238**	**-**	**765.238**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**765.238**	**-**	**765.238**
Empréstimos e financiamentos LP	585.000	-	585.000
Obrigações atuariais	42.589	-	42.589
Provisão para demandas judiciais	1.308	-	1.308
Arrendamento mercantil financeiro LP	4.301	-	4.301
Outras contas a pagar LP	25.857	-	25.857
Partes Relacionadas	5		5
Contas a pagar ao ex-controlador	106.178	-	106.178
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**138.610**	**-**	**138.610**
TOTAL DO PASSIVO	**1.186.031**	**-**	**1.186.031**

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO ---------- 6
2. PRINCÍPIOS E RESSALVAS ---------- 7
3. LIMITAÇÕES DE RESPONSABILIDADE ---------- 8
4. CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS ---------- 9
5. ANÁLISE DE SETOR ---------- 10
6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO ---------- 11
7. CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS ---------- 12
8. RELAÇÃO DE TROCA TEÓRICA ---------- 15
9. CONCLUSÃO ---------- 16
10. RELAÇÃO DE ANEXOS ---------- 17

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

1. INTRODUÇÃO

A APSIS, com sede à Rua do Passeio, nº 62, 6º Andar, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 27.281.922/0001-70, foi contratada por VIDIGAL para calcular o valor dos patrimônios líquidos de NF e VIDIGAL a mercado, para fins de atendimento ao artigo 264 da Lei das S.A., no contexto da Reorganização Societária.

Na elaboração deste trabalho, foram utilizados dados e informações fornecidos por terceiros, na forma de documentos e entrevistas verbais com os clientes. As estimativas usadas nesse processo estão baseadas em:

- Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 de VIDIGAL e NF.
- Demonstrações financeiras históricas de VIDIGAL e NF.
- Documentações comprobatórias dos principais saldos contábeis de VIDIGAL.
- Informações gerenciais de VIDIGAL e NF.

Os profissionais que participaram da realização deste trabalho estão listados no quadro abaixo.

- CAIO CESAR CAPELARI FAVERO
  Projetos
  Administrador (CRA/SP 141231)
- LUIZ PAULO CESAR SILVEIRA
  Vice-Presidente
  Engenheiro Mecânico e Contador (CREA/RJ 1989100165 e CRC/RJ-118263/P-0)
- PEDRO HENRIQUE TEIXEIRA FÉLIX
  Projetos

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

2. PRINCÍPIOS E RESSALVAS

O Relatório, objeto do trabalho enumerado, calculado e particularizado, obedece criteriosamente aos princípios fundamentais descritos a seguir, que são importantes e devem ser cuidadosamente lidos.

- Nos termos da legislação vigente, a APSIS declara: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de ações, títulos de participação ou dívida, ou de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da VIDIGAL ou da NF; (ii) não ter conhecimento de conflito de interesses, direto ou indireto, que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que a VIDIGAL, a NF, seus controladores, sócios, acionistas ou administradores, de nenhuma forma: (a) direcionaram, limitaram, dificultaram ou praticaram quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade de suas respectivas conclusões, (b) restringiram, de qualquer forma, a sua capacidade de determinar as conclusões apresentadas de forma independente, ou (c) determinaram as metodologias utilizadas para a elaboração do Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido a preços de mercado.
- Os honorários profissionais da APSIS não estão, de forma alguma, sujeitos às conclusões deste Relatório.
- No melhor conhecimento e crédito dos consultores, as análises, opiniões e conclusões expressas no presente Relatório são baseadas em dados, diligências, pesquisas e levantamentos verdadeiros e corretos.
- Assumem-se como corretas as informações recebidas de terceiros, sendo que as fontes delas estão contidas e citadas no referido Relatório.
- Para efeito de projeção, partimos do pressuposto da inexistência de ônus ou gravames de qualquer natureza, judicial ou extrajudicial, atingindo as empresas em questão, que não as listadas no presente Relatório.
- O Relatório apresenta todas as condições limitativas impostas pelas metodologias adotadas, quando houver, que possam afetar as análises, opiniões e conclusões contidas nele.
- O Relatório foi elaborado pela APSIS, e ninguém, a não ser os seus próprios consultores, preparou as análises e correspondentes conclusões.
- A APSIS assume total responsabilidade sobre a matéria de Avaliações, incluindo as implícitas, para o exercício de suas honrosas funções, precipuamente estabelecidas em leis, códigos ou regulamentos próprios.
- O presente Relatório atende a recomendações e critérios estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), pelos *Uniform Standards of Professional Appraisal Practice* (USPAP) e *International Valuation Standards* (IVS), além das exigências impostas por diferentes órgãos, como Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Comitê Brasileiro de Avaliadores de Negócios (CBAN) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

3. LIMITAÇÕES DE RESPONSABILIDADE

- Para a elaboração deste Relatório, a APSIS utilizou e assumiu como verdadeiros e coerentes informações e dados históricos auditados por terceiros ou não auditados, fornecidos por escrito pela administração da companhia ou obtidos das fontes mencionadas, não tendo qualquer responsabilidade com relação à veracidade deles.
- O escopo desta avaliação não incluiu auditoria das demonstrações financeiras ou revisão dos trabalhos realizados por seus auditores, bem como medições *in loco*. Sendo assim, a APSIS não está expressando opinião sobre as demonstrações financeiras e medições da Solicitante.
- A APSIS não se responsabiliza por perdas ocasionais à Solicitante e a suas controladas, a seus sócios, diretores e credores ou a outras partes como consequência da utilização dos dados e informações fornecidos pela empresa e constantes neste Relatório.
- Este trabalho foi desenvolvido unicamente para o uso da VIDIGAL, da NADIR FIGUEIREDO, de seus acionistas e administradores no contexto da Reorganização Societária, visando-se ao objetivo já descrito. Portanto, este Relatório não deverá ser publicado, circulado, reproduzido, divulgado ou utilizado para outra finalidade que não a já mencionada, sem aprovação prévia e por escrito da APSIS.
- As análises e as conclusões contidas neste Relatório baseiam-se em diversas premissas, realizadas na presente data, de projeções operacionais futuras, tais como: preços, volumes, participações de mercado, receitas, impostos, investimentos, margens operacionais, etc. Assim, os resultados operacionais futuros da empresa podem vir a ser diferentes de qualquer previsão ou estimativa contida neste trabalho, especialmente se houver conhecimento posterior de informações não disponíveis por ocasião da emissão do Laudo.
- Esta avaliação não reflete eventos e seus impactos, ocorridos após a data de emissão deste Relatório.
- A APSIS não se responsabiliza por perdas diretas ou indiretas nem por lucros cessantes eventualmente decorrentes do uso indevido deste Relatório.
- Destacamos que a compreensão da conclusão deste Relatório ocorrerá mediante a leitura integral dele e de seus anexos, não se devendo, portanto, extrair conclusões de leitura parcial, que podem ser incorretas ou equivocadas.

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

4. CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS

VIDIGAL

A VIDIGAL é uma empresa que opera como *holding*, situada na cidade e no estado do Rio de Janeiro.

NADIR FIGUEIREDO

A NADIR FIGUEIREDO é uma empresa brasileira fabricante de vidros, que atua no mercado para os usos doméstico e comercial.

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

5. ANÁLISE DE SETOR

SETOR DE UTILIDADES DOMÉSTICAS

A Associação Brasileira de Artigos para Casa, Decoração, Presentes, Utilidades Domésticas, Festas e Flores (ABCasa), junto ao IEMI Inteligência de Mercado, lançou um balaço sobre o desempenho do setor de artigos para casa e decoração nos meses de junho e julho de 2020. Segundo dados, a receita dessa indústria totalizou R$ 1,6 bilhão, um crescimento de 26% em relação ao mês anterior, ainda que a variação acumulada no ano e nos últimos 12 meses esteja negativa. Isso é um reflexo dos grandes impactos gerados pela pandemia da COVID-19, apresentando, em abril, uma queda abrupta de 34%, que vem sendo recuperada progressivamente.

No mês de julho, o varejo de artigos para casa e decoração também se recuperou, em comparação a maio. Tal nicho obteve o aumento de 28,4%, consolidando uma receita de R$ 4,6 milhões, quase o dobro do realizado em abril. A melhora no desempenho está sendo guiada pelo aperfeiçoamento das vendas *on-line* após o fechamento das lojas físicas, além do estímulo gerado pela própria permanência dos consumidores em suas casas por mais tempo. Segundo pesquisa realizada pelas instituições citadas, os artigos mais consumidos dentro do segmento foram de utilidades domésticas, cama, mesa, banho e artigos decorativos.

No entanto, os utensílios domésticos de vidro e louça não vêm acompanhando a recuperação desse setor. Tais artigos apresentaram um dos maiores decrescimentos do segmento, cerca de 1,06%, não ultrapassando a queda apenas de papelaria (1,53%) e artigos de papelaria (1,21%). Em contrapartida, utensílios de plástico, juntamente a tapetes e cortinas, obtiveram os maiores crescimentos do período.

Dessa maneira, também se notam as adversidades que deverão ser enfrentadas pelos diversos segmentos ligados ao vidro, que, em 2020, são acompanhadas pelo negativo cenário da pandemia e pelo desafio gerado pelos novos hábitos de consumo presentes no mercado.

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

ABORDAGEM DOS ATIVOS: PATRIMÔNIO LÍQUIDO A MERCADO

Esta metodologia é derivada das práticas contábeis adotadas no Brasil, nas quais as demonstrações financeiras são preparadas com base no princípio do custo histórico ou custo de aquisição ou ajustadas a valor justo quando assim requerido. Conforme essas práticas contábeis, o valor contábil do patrimônio líquido de uma empresa é igual ao valor contábil dos ativos menos o valor contábil dos passivos.

A aplicação da metodologia toma como ponto de partida os valores contábeis dos ativos e passivos e requer ajustes a alguns desses itens, de modo a refletir seus prováveis valores de realização. O resultado da aplicação desse método pode fornecer uma base inicial à estimativa do valor da empresa, bem como uma base útil de comparação com o resultado de outras metodologias.

Por outro lado, os princípios básicos de economia permitem criar a seguinte técnica de avaliação: o valor definido para os ativos menos o valor definido para os passivos é igual ao valor definido para o patrimônio líquido de uma empresa. Dentro de uma perspectiva de avaliação, as definições relevantes de valor são aquelas apropriadas ao objetivo da avaliação.

A abordagem dos ativos, portanto, visa a avaliar uma empresa pelo ajuste do valor contábil (saldo líquido) aos seus respectivos valores justos. Os ativos e passivos julgados relevantes são avaliados pelo valor justo de mercado, sendo comparado com o valor contábil (saldo líquido) dos bens.

Esses ajustes, devidamente analisados, são somados ao valor do patrimônio líquido contábil, determinando-se, assim, o valor de mercado da empresa pela abordagem dos ativos.

Cabe ressaltar que não foram objeto deste Relatório a identificação e a quantificação de passivos não registrados ou não revelados pelas administrações das empresas.

Na presente avaliação, a metodologia e o escopo adotados tiveram como objetivo a avaliação de uma empresa em marcha (*going concern*). Portanto, os gastos incorridos na realização de ativos ou na exigência de passivos, bem como relacionados com processo de falência ou liquidação das empresas, não foram considerados nos cálculos.

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

7. CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS

O presente Laudo foi elaborado com a finalidade de atender à legislação vigente, no contexto da Reorganização Societária envolvendo NADIR FIGUEIREDO e VIDIGAL. As demonstrações contábeis tomadas como base foram preparadas e fornecidas pelas companhias, e as próximas páginas apresentam os critérios gerais definidos para a avaliação de cada conta e/ou grupo de contas das duas empresas envolvidas na operação. Ademais, orientados pelo auditor, em conformidade com as instruções normativas da CVM que rogam sobre o tema disposto, o saldo de impostos diferidos (Ativo) reconhecido no balanço de NF, na data-base deste Laudo, foi gerado após incorporação reversa realizada em novembro de 2020. O saldo é composto pelo valor das mais-valias contabilizadas na empresa incorporada.

Com base na leitura das demonstrações contábeis e no alinhamento com a administração da companhia, foi concluído que a VIDIGAL não apresenta operações relevantes registradas, por operar na estrutura societária do grupo apenas como uma *holding*.

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

RESULTADOS ENCONTRADOS PARA O PATRIMÔNIO LÍQUIDO A MERCADO DAS COMPANHIAS

PATRIMÔNIO LÍQUIDO A MERCADO DE VIDIGAL

BALANÇO PATRIMONIAL UNIÃO VIDIGAL PARTICIPAÇÕES LTDA. (R$ mil)	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SALDOS EM DEZ 2020	AJUSTES A MERCADO	DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS A MERCADO SALDOS EM DEZ 2020
ATIVO CIRCULANTE	**2.032**	**-**	**2.032**
Caixa e equivalente de caixa	1	-	1
Aplicações financeiras	626	-	626
Tributos a recuperar	8	-	8
Dividendos	1.399	-	1.399
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**427.218**	**(289.064)**	**138.154**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**-**	**-**	**-**
INVESTIMENTOS*	**427.218**	**(289.064)**	**138.154**
IMOBILIZADO	**-**	**-**	**-**
INTANGÍVEL	**-**	**-**	**-**
TOTAL DO ATIVO	**429.251**	**(289.064)**	**140.187**
PASSIVO CIRCULANTE	**2**	**-**	**2**
Fornecedores	2	-	2
Obrigações tributárias	0	-	0
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**-**	**-**	**-**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**429.249**	**(289.064)**	**140.185**
Capital social	421.579	-	421.579
Ajuste de avaliação patrimonial	(12.367)	-	(12.367)
Lucros (Prejuízos) acumulados	20.037	-	20.037
Ajustes a Mercado	-	(289.064)	(289.064)
TOTAL DO PASSIVO	**429.251**	**(289.064)**	**140.187**

** O ágio referente à aquisição de NF não tem valor de mercado e, portanto, apresenta valor zero no balanço ajustado a mercado.*

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO A MERCADO DE NADIR FIGUEIREDO

BALANÇO PATRIMONIAL NADIR FIGUEIREDO IND COM S.A. (R$ mil)	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SALDOS EM DEZ 2020	AJUSTES A MERCADO	DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS A MERCADO SALDOS EM DEZ 2020
ATIVO CIRCULANTE	**701.129**	**-**	**701.129**
Caixa e equivalente de caixa	62.977	-	62.977
Títulos e valores mobiliários	279.292	-	279.292
Contas a receber de clientes	237.074	-	237.074
Estoques	104.001	-	104.001
Tributos a recuperar	14.147	-	14.147
Outros créditos CP	2.990	-	2.990
Despesas antecipadas	647	-	647
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**484.901**	**-**	**484.901**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**194.220**	**-**	**194.220**
Depósitos para recursos	1.359		1.359
Impostos diferidos	190.177	-	190.177
Outros créditos	2.684	-	2.684
INVESTIMENTOS	**3.984**	**-**	**3.984**
IMOBILIZADO	**187.760**	**-**	**187.760**
INTANGÍVEL	**98.937**	**-**	**98.937**
TOTAL DO ATIVO	**1.186.031**	**-**	**1.186.031**
PASSIVO CIRCULANTE	**282.183**	**-**	**282.183**
Empréstimos e financiamentos CP	90.206	-	90.206
Fornecedores	107.598	-	107.598
Obrigações trabalhistas e sociais	23.216	-	34.839
Obrigações tributárias	34.839	-	23.216
Dividendos a pagar	1.596	-	1.596
Arrendamento mercantil financeiro CP	3.517	-	3.517
Outras contas a pagar CP	21.211	-	21.211
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**765.238**	**-**	**765.238**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**765.238**	**-**	**765.238**
Empréstimos e financiamentos LP	585.000	-	585.000
Obrigações atuariais	42.589	-	42.589
Provisão para demandas judiciais	1.308	-	1.308
Arrendamento mercantil financeiro LP	4.301	-	4.301
Outras contas a pagar LP	25.857	-	25.857
Partes Relacionadas	5		5
Contas a pagar ao ex-controlador	106.178	-	106.178
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**138.610**	**-**	**138.610**
TOTAL DO PASSIVO	**1.186.031**	**-**	**1.186.031**

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

8. RELAÇÃO DE TROCA TEÓRICA

Atendendo às leis e aos regulamentos aplicáveis, especificamente o artigo 264 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), é apresentada a seguir a relação de troca teórica entre as ações de emissão da NADIR FIGUEIREDO e da VIDIGAL, no contexto da incorporação da companhia controladora pela sua controlada. Os critérios e cálculos utilizados estão de acordo com as normas de avaliação, e a determinação dos valores dos bens foram elaborados por meio da abordagem da renda.

A metodologia de Patrimônio Líquido a Valores de Mercado está baseada na análise dos ativos e passivos registrados no balanço patrimonial da companhia, ajustados ao valor que um eventual participante de mercado pagaria para obter tais ativos ou assumir os referidos passivos.

RELAÇÃO DE TROCA TEÓRICA - AÇÕES TOTAIS DE VIDIGAL CONTRA NADIR FIGUEIREDO	
VALOR DE MERCADO DE NADIR FIGUEIREDO	
(A) Valor patrimonial ajustado a mercado NADIR FIGUEIREDO (R$ mil)	138.610
(B) Nº de ações NADIR FIGUEIREDO (mil)	12.662
(C = A / B) Valor por ação (R$)	10,95
VALOR DE MERCADO DE VIDIGAL	
(A) Valor patrimonial ajustado a mercado VIDIGAL (R$ mil)	140.185
(B) Nº de ações VIDIGAL (mil)	421.579
(C = A / B) Valor por ação (R$)	0,33
RELAÇÃO DE TROCA TEÓRICA	
0,030375 ações da NADIR FIGUEIREDO por ação da VIDIGAL	

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

9. CONCLUSÃO

À luz dos exames realizados na documentação anteriormente mencionada e tomando por base estudos da APSIS, concluíram os peritos que a relação de troca teórica das ações de **VIDIGAL** por ações de **NADIR FIGUEIREDO**, avaliadas pelos valores dos seus respectivos patrimônios líquidos a mercado e pela abordagem dos ativos, em 31 de dezembro de 2020, é de:

RELAÇÃO DE TROCA TEÓRICA - AÇÕES TOTAIS DE VIDIGAL CONTRA NADIR FIGUEIREDO	
VALOR DE MERCADO DE NADIR FIGUEIREDO	
(A) Valor patrimonial ajustado a mercado NADIR FIGUEIREDO (R$ mil)	138.610
(B) Nº de ações NADIR FIGUEIREDO (mil)	12.662
(C = A / B) Valor por ação (R$)	10,95
VALOR DE MERCADO DE VIDIGAL	
(A) Valor patrimonial ajustado a mercado VIDIGAL (R$ mil)	140.185
(B) Nº de ações VIDIGAL (mil)	421.579
(C = A / B) Valor por ação (R$)	0,33
RELAÇÃO DE TROCA TEÓRICA	
0,030375 ações da NADIR FIGUEIREDO por ação da VIDIGAL	

O Laudo de Avaliação **AP-01329/20-01** foi elaborado sob a forma de Laudo Digital (documento eletrônico em *Portable Document Format* — PDF), com a certificação dos responsáveis técnicos, e impresso pela APSIS, sendo composto por 17 (dezessete) folhas digitadas de um lado e 04 (quatro) anexos. A APSIS, CREA/RJ 1982200620 e CORECON/RJ RF/02052, empresa especializada em avaliação de bens, abaixo representada legalmente pelos seus diretores, coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos que, porventura, se façam necessários.

São Paulo, 20 de janeiro de 2021.

LUIZ PAULO CESAR SILVEIRA:88668193791

Assinado de forma digital por LUIZ PAULO CESAR SILVEIRA:88668193791
Dados: 2021.01.20 19:33:27 -03'00'

LUIZ PAULO CESAR SILVEIRA
Vice-Presidente (CREA/RJ 1989100165 e CRC/RJ-118263/P-0)

CAIO CESAR CAPELARI FAVERO:33877463851

Assinado de forma digital por CAIO CESAR CAPELARI FAVERO:33877463851
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=23717422000188, cn=CAIO CESAR CAPELARI FAVERO:33877463851
Dados: 2021.01.20 19:34:22 -03'00'

CAIO CESAR CAPELARI FAVERO
Projetos (CRA/SP 141231)

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

10. RELAÇÃO DE ANEXOS

1. CÁLCULOS AVALIATÓRIOS
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE VIDIGAL
3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE NADIR FIGUEIREDO
4. GLOSSÁRIO

RIO DE JANEIRO - RJ
Rua do Passeio, nº 62, 6º Andar
Centro, CEP 20021-280
Tel.: + 55 (21) 2212-6850 Fax: + 55 (21) 2212-6851

SÃO PAULO - SP
Av. Angélica, nº 2.503, Conj. 101
Consolação, CEP 01227-200
Tel.: + 55 (11) 4550-2701

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

ANEXO 1

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

BALANÇO PATRIMONIAL UNIÃO VIDIGAL PARTICIPAÇÕES LTDA. (R$ mil)	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SALDOS EM DEZ 2020	AJUSTES A MERCADO	DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS A MERCADO SALDOS EM DEZ 2020
ATIVO CIRCULANTE	**2.032**	**-**	**2.032**
Caixa e equivalente de caixa	1	-	1
Aplicações financeiras	626	-	626
Tributos a recuperar	8	-	8
Dividendos	1.399	-	1.399
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**427.218**	**(289.064)**	**138.154**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**-**	**-**	**-**
INVESTIMENTOS*	**427.218**	**(289.064)**	**138.154**
IMOBILIZADO	**-**	**-**	**-**
INTANGÍVEL	**-**	**-**	**-**
TOTAL DO ATIVO	**429.251**	**(289.064)**	**140.187**
PASSIVO CIRCULANTE	**2**	**-**	**2**
Fornecedores	2	-	2
Obrigações tributárias	0	-	0
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**-**	**-**	**-**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**429.249**	**(289.064)**	**140.185**
Capital social	421.579	-	421.579
Ajuste de avaliação patrimonial	(12.367)	-	(12.367)
Lucros (Prejuízos) acumulados	20.037	-	20.037
Ajustes a Mercado	-	(289.064)	(289.064)
TOTAL DO PASSIVO	**429.251**	**(289.064)**	**140.187**

** O ágio referente à aquisição de NF não tem valor de mercado e, portanto, apresenta valor zero no balanço ajustado a mercado.*

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

BALANÇO PATRIMONIAL NADIR FIGUEIREDO IND COM S.A. (R$ mil)	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SALDOS EM DEZ 2020	AJUSTES A MERCADO	DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS A MERCADO SALDOS EM DEZ 2020
ATIVO CIRCULANTE	**701.129**	**-**	**701.129**
Caixa e equivalente de caixa	62.977	-	62.977
Títulos e valores mobiliários	279.292	-	279.292
Contas a receber de clientes	237.074	-	237.074
Estoques	104.001	-	104.001
Tributos a recuperar	14.147	-	14.147
Outros créditos CP	2.990	-	2.990
Despesas antecipadas	647	-	647
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**484.901**	**-**	**484.901**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**194.220**	**-**	**194.220**
Depósitos para recursos	1.359		1.359
Impostos diferidos	190.177	-	190.177
Outros créditos	2.684	-	2.684
INVESTIMENTOS	**3.984**	**-**	**3.984**
IMOBILIZADO	**187.760**	**-**	**187.760**
INTANGÍVEL	**98.937**	**-**	**98.937**
TOTAL DO ATIVO	**1.186.031**	**-**	**1.186.031**
PASSIVO CIRCULANTE	**282.183**	**-**	**282.183**
Empréstimos e financiamentos CP	90.206	-	90.206
Fornecedores	107.598	-	107.598
Obrigações trabalhistas e sociais	23.216	-	34.839
Obrigações tributárias	34.839	-	23.216
Dividendos a pagar	1.596	-	1.596
Arrendamento mercantil financeiro CP	3.517	-	3.517
Outras contas a pagar CP	21.211	-	21.211
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**765.238**	**-**	**765.238**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**765.238**	**-**	**765.238**
Empréstimos e financiamentos LP	585.000	-	585.000
Obrigações atuariais	42.589	-	42.589
Provisão para demandas judiciais	1.308	-	1.308
Arrendamento mercantil financeiro LP	4.301	-	4.301
Outras contas a pagar LP	25.857	-	25.857
Partes Relacionadas	5		5
Contas a pagar ao ex-controlador	106.178	-	106.178
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**138.610**	**-**	**138.610**
TOTAL DO PASSIVO	**1.186.031**	**-**	**1.186.031**

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

185

RELAÇÃO DE TROCA TEÓRICA - AÇÕES TOTAIS DE VIDIGAL CONTRA NADIR FIGUEIREDO	
VALOR DE MERCADO DE NADIR FIGUEIREDO	
(A) Valor patrimonial ajustado a mercado NADIR FIGUEIREDO (R$ mil)	138.610
(B) Nº de ações NADIR FIGUEIREDO (mil)	12.662
(C = A / B) Valor por ação (R$)	10,95
VALOR DE MERCADO DE VIDIGAL	
(A) Valor patrimonial ajustado a mercado VIDIGAL (R$ mil)	140.185
(B) Nº de ações VIDIGAL (mil)	421.579
(C = A / B) Valor por ação (R$)	0,33
RELAÇÃO DE TROCA TEÓRICA	
0,030375 ações da NADIR FIGUEIREDO por ação da VIDIGAL	

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar

Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

ANEXO 2

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

VIDIGAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2020

Valores expressos em reais

ATIVO	31/12/2020
CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	626.171,71
Dividendos a receber	1.398.569,00
Tributos a recuperar	7.662,44
Total do ativo circulante	**2.032.403.15**
NÃO CIRCULANTE	
Investimentos em empresas controladas	138.185.181,68
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	289.033.172,28
Total do ativo não circulante	**427.218.353.96**
TOTAL DO ATIVO	**429.250.757.11**

PASSIVO	31/12/2020
CIRCULANTE	
Fornecedores	1.949,05
Obrigações tributárias	56,31
Total do passivo circulante	**2.005.36**
Total do passivo	**2.005.36**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Capital social	421.578.724,00
Outros resultados abrangentes	-12.366.554,97
Lucros acumulados	20.036.582,72
Total do patrimônio líquido	**429.248.751.75**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**429.250.757.11**

Assinado de forma digital por
LUCIANO DE OLIVEIRA
SERTORIO:14950364804
Dados: 2021.01.20 12:58:35 -03'00'

Gerente de Contabilidade

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e67722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

ANEXO 3

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

NADIR FIGUEIREDO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Balanço patrimonial - Controladora
31 de dezembro de 2020
(Em Reais)

ATIVO	31/12/2020
CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	62.977.213,47
Títulos e valores mobiliários	279.292.270,21
Contas a receber de clientes	237.075.442,53
Estoques	104.001.050,55
Impostos a recuperar	14.147.040,77
Outros créditos	2.989.825,40
Despesas antecipadas	647.487,13
Total do ativo circulante	**701.129.364,93**
NÃO CIRCULANTE	
Depósitos para recursos	1.358.559,01
Impostos diferidos	190.177.241,42
Outros créditos	2.684.148,77
Investimentos em controladas	3.983.801,40
Imobilizado	278.553.104,42
Intangível	785.693,80
Direito de Uso	7.358.605,41
Total do ativo não circulante	**484.901.154,23**
TOTAL DO ATIVO	**1.186.030.519,16**

PASSIVO	31/12/2020
CIRCULANTE	
Empréstimos e financiamentos	90.205.977,86
Fornecedores	107.597.693,10
Obrigações tributárias	34.838.748,72
Obrigações trabalhistas	23.216.289,25
Dividendos a pagar	1.595.880,18
Arrendamento mercantil financeiro	3.517.065,32
Outras obrigações	21.210.942,88
Total do passivo circulante	**282.182.597,31**
NÃO CIRCULANTE	
Empréstimos e financiamentos	585.000.000,00
Contas a pagar ao ex-Controlador	106.178.135,51
Provisão para demandas judiciais	1.307.700,09
Obrigações atuariais	42.589.158,25
Arrendamento mercantil financeiro	4.301.358,71
Outras obrigações	25.857.401,24
Total do passivo não circulante	**765.238.266,30**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Capital social	81.366.359,06
Reservas de capital	63.108.550,10
Reservas de lucros	30.353.168,11
Outros resultados abrangentes	(36.218.421,72)
Total do Patrimônio líquido	**138.609.655,55**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.186.030.519,16**

ERON MARTINS:01835605745
2021.01.20 10:34:26 -03'00'

Eron Martins
Diretor Finaceiro

LUCIANO DE OLIVEIRA SERTORIO:14950364804
Assinado de forma digital por LUCIANO DE OLIVEIRA SERTORIO:14950364804
Dados: 2021.01.19 18:55:58 -03'00'

Luciano de Oliveira Sertório
Gerente de Contabilidade

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

ANEXO 4

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Glossário

A

Abordagem da renda
Método de avaliação pela conversão a valor presente de benefícios econômicos esperados.

Abordagem de ativos
Método de avaliação de empresas onde todos os ativos e passivos (incluindo os não contabilizados) têm seus valores ajustados aos de mercado. Também conhecido como patrimônio líquido a mercado.

Abordagem de mercado
Método de avaliação no qual são adotados múltiplos comparativos derivados de preço de vendas de ativos similares.

Ágio por expectativa de rentabilidade futura (fundo de comércio ou goodwill)
Benefícios econômicos futuros decorrentes de ativos não passíveis de serem individualmente identificados nem separadamente reconhecidos.

Amortização
Alocação sistemática do valor amortizável de ativo ao longo de sua vida útil.

Arrendamento mercantil financeiro
O que transfere substancialmente todos os riscos e benefícios vinculados à posse do ativo, o qual pode ou não ser futuramente transferido. O arrendamento que não for financeiro é operacional.

Arrendamento mercantil operacional
O que não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo. O arrendamento que não for operacional é financeiro.

Ativo
Recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados dos quais se esperam benefícios econômicos futuros para a entidade.

Ativo imobilizado
Ativos tangíveis disponibilizados para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, na locação por outros, investimento, ou fins administrativos, esperando-se que sejam usados por mais de um período contábil.

Ativo intangível
Ativo identificável não monetário sem substância física. Tal ativo é identificável quando: a) for separável, isto é, capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, tanto individualmente quanto junto com contrato, ativo ou passivo relacionados; b) resulta de direitos contratuais ou outros direitos legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Ativos não operacionais
Aqueles não ligados diretamente às atividades de operação da empresa (podem ou não gerar receitas) e que podem ser alienados sem prejuízo do seu funcionamento.

Ativos operacionais
Bens fundamentais ao funcionamento da empresa.

Ativo tangível
Ativo de existência física como terreno, construção, máquina, equipamento, móvel e utensílio.

Avaliação
Ato ou processo de determinar o valor de um ativo.

B

Bem
Coisa que tem valor, suscetível de utilização ou que pode ser objeto de direito, que integra um patrimônio.

Beta
Medida de risco sistemático de uma ação; tendência do preço de determinada ação a estar correlacionado com mudanças em determinado índice.

Beta alavancado
Valor de beta refletindo o endividamento na estrutura de capital.

C

Capex (Capital Expenditure)
Investimento em ativo permanente.

Capm (Capital Asset Pricing Model)
Modelo no qual o custo de capital para qualquer ação ou lote de ações equivale à taxa livre de risco acrescida de prêmio de risco proporcionado pelo risco sistemático da ação ou lote de ações em estudo. Geralmente utilizado para calcular o custo de capital próprio ou custo de capital do acionista.

Combinação de negócios
União de entidades ou negócios separados produzindo demonstrações contábeis

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

de uma única entidade que reporta. Operação ou outro evento por meio do qual um adquirente obtém o controle de um ou mais negócios, independente da forma jurídica da operação.

Controlada
Entidade, incluindo aquela sem personalidade jurídica, tal como uma associação, controlada por outra entidade (conhecida como controladora).

Controladora
Entidade que possui uma ou mais controladas.

Controle
Poder de direcionar a gestão estratégica política e administrativa de uma empresa.

CPC
Comitê de pronunciamentos contábeis.

CFC
Conselho federal de contabilidade

Custo
Total dos gastos diretos e indiretos necessários à produção, manutenção ou aquisição de um bem em uma determinada data e situação.

Custo de capital
Taxa de retorno esperado requerida pelo mercado como atrativa de fundos para determinado investimento.

Custo de reedição
Custo de reprodução, descontada a depreciação do bem, tendo em vista o estado em que se encontra.

Custo de reprodução
Gasto necessário para reproduzir um bem, sem considerar eventual depreciação.

Custo de substituição
Custo de reedição de um bem, com a mesma função e características assemelhadas ao avaliando.

Custo direto de produção
Gastos com insumos, inclusive mão de obra, na produção de um bem.

Custo indireto de produção
Despesas administrativas e financeiras, benefícios e demais ônus e encargos necessários à produção de um bem.

CVM
Comissão de valores mobiliários.

D

Data-base
Data específica (dia, mês e ano) de aplicação do valor da avaliação.

Data de emissão
Data de encerramento do laudo de avaliação, quando as conclusões da avaliação são transmitidas ao cliente.

Dcf (discounted cash flow)
Fluxo de caixa descontado.

D&A
Depreciação e amortização.

Depreciação
Alocação sistemática do valor depreciável de ativo durante a sua vida útil.

Dívida líquida
Caixa e equivalentes, posição líquida em derivativos, dívidas financeiras de curto e longo prazo, dividendos a receber e a pagar, recebíveis e contas a pagar relacionadas a debêntures, déficits de curto e longo prazo com fundos de pensão, provisões, outros créditos e obrigações com pessoas vinculadas, incluindo bônus de subscrição.

Documentação de suporte
Documentação levantada e fornecida pelo cliente na qual estão baseadas as premissas do laudo.

E

Ebit (Earnings Before Interests and Taxes)
Lucro antes de juros e impostos.

Ebitda (Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization)
Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

Empresa
Entidade comercial, industrial, prestadora de serviços ou de investimento detentora de atividade econômica.

Enterprise value
Valor econômico da empresa.

Equity value
Valor econômico do patrimônio líquido.

Estado de conservação
Situação física de um bem em decorrência de sua manutenção.

Estrutura de capital
Composição do capital investido de uma empresa entre capital próprio (patrimônio) e capital de terceiros (endividamento).

F

FCFF (Free Cash Flow to Firm)
Fluxo de caixa livre para a firma, ou fluxo de caixa
livre desalavancado.

Fluxo de caixa
Caixa gerado por um ativo, grupo de ativos ou empresa durante determinado período de tempo. Geralmente o termo é complementado por uma qualificação referente ao contexto (operacional, não operacional etc.).

Fluxo de caixa do capital investido
Fluxo gerado pela empresa a ser revertido aos financiadores (juros e amortizações) e acionistas (dividendos) depois de considerados custo e despesas operacionais e investimentos de capital.

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

G

Goodwill
Ver ágio por expectativa de rentabilidade futura

I

IAS (International Accounting Standard)
Normas internacionais de contabilidade.

IASB (International Accounting Standards Board)
Junta internacional de normas contábeis.

IFRS (International Financial Reporting Standard)
Normas internacionais de relatórios financeiros, conjunto de pronunciamentos de contabilidade internacionais publicados e revisados pelo iasb.

Imóvel
Bem constituído de terreno e eventuais benfeitorias a ele incorporadas. Pode ser classificado como urbano ou rural, em função da sua localização, uso ou vocação.

Impairment
Ver perdas por desvalorização

L

Liquidez
Capacidade de rápida conversão de determinado ativo em dinheiro ou em pagamento de determinada dívida.

M

Metodologia de avaliação
Uma ou mais abordagens utilizadas na elaboração
de cálculos avaliatórios para a indicação de valor de
um ativo.

Múltiplo
Valor de mercado de uma empresa, ação ou capital investido, dividido por uma medida da empresa (ebitda, receita, volume de clientes etc.).

N

Normas Internacionais de Contabilidade
Normas e interpretações adotadas pela IASB. Elas englobam: Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS); Normas Internacionais de Contabilidade (IAS); e interpretações desenvolvidas pelo Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRIC) ou pelo antigo Comitê Permanente de Interpretações (SIC).

P

Passivo
Obrigação presente que resulta de acontecimentos passados, em que se espera que a liquidação desta resulte em afluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios econômicos.

Patrimônio líquido a mercado
Ver abordagem de ativos.

Perdas por desvalorização (impairment)
Valor contábil do ativo que excede, no caso de estoques, seu preço de venda menos o custo para completá-lo e despesa de vendê-lo; ou, no caso de outros ativos, seu valor justo menos a despesa para a venda.

Perícia
Atividade técnica realizada por profissional com qualificação específica para averiguar e esclarecer fatos, verificar o estado de um bem, apurar as causas que motivaram determinado evento, avaliar bens, seus custos, frutos ou direitos

Preço
Quantia pela qual se efetua uma transação envolvendo um bem, um fruto ou um direito sobre ele.

Prêmio de controle
Valor ou percentual de um valor pró-rata de lote de ações controladoras sobre o valor pró-rata de ações sem controle, que refletem o poder do controle.

Propriedade para investimento
Imóvel (terreno, construção ou parte de construção, ou ambos) mantido pelo proprietário ou arrendatário sob arrendamento, tanto para receber pagamento de aluguel quanto para valorização de capital, ou ambos, que não seja para: uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, como também para fins administrativos.

T

Taxa de desconto
Qualquer divisor usado para a conversão de um fluxo de benefícios econômicos futuros em valor presente.

Taxa interna de retorno
Taxa de desconto onde o valor presente do fluxo de caixa futuro é equivalente ao custo do investimento.

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

U

Unidade geradora de caixa
Menor grupo de ativos identificáveis gerador de entradas de caixa que são, em grande parte, independentes de entradas geradas por outros ativos ou grupos de ativos.

V

Valor contábil
Valor em que um ativo ou passivo é reconhecido no balanço patrimonial.

Valor de investimento
Valor para um investidor em particular, baseado em interesses particulares no bem em análise. No caso de avaliação de negócios, este valor pode ser analisado por diferentes situações, tais como sinergia com demais empresas de um investidor, percepções de risco, desempenhos futuros e planejamentos tributários.

Valor depreciável
Custo do ativo, ou outra quantia substituta do custo (nas demonstrações contábeis), menos o seu valor residual.

Valor em uso
Valor de um bem em condições de operação no estado atual, como uma parte integrante útil de uma indústria, incluídas, quando pertinentes, as despesas de projeto, embalagem, impostos, fretes e montagem.

Valor (justo) de mercado
Valor pelo qual um ativo pode ser trocado de propriedade entre um potencial vendedor e um potencial comprador, quando ambas as partes têm conhecimento razoável dos fatos relevantes e nenhuma está sob pressão de fazê-lo.

Valor presente
Estimativa do valor presente descontado de fluxos de caixa líquidos no curso normal dos negócios.

Valor recuperável
Valor justo mais alto de ativo (ou unidade geradora de caixa) menos as despesas de venda comparado com seu valor em uso.

Valor residual
Valor do bem novo ou usado projetado para uma data, limitada àquela em que o mesmo se torna sucata, considerando estar em operação durante o período.

Valor residual de ativo
Valor estimado que a entidade obteria no presente com a alienação do ativo, após deduzir as despesas estimadas desta, se o ativo já estivesse com a idade e condição esperadas no fim de sua vida útil. Vida remanescente vida útil que resta a um bem.

Vida útil econômica
Período no qual se espera que um ativo esteja disponível para uso, ou o número de unidades de produção ou similares que se espera obter do ativo pela entidade.

W

WACC (Weighted Average Cost of Capital)
Modelo no qual o custo de capital é determinado pela média ponderada do valor de mercado dos componentes da estrutura de capital (próprio e de terceiros).

Weighted Average Return on Assets (WARA)
Taxa média ponderada de retorno esperado para os ativos e passivos que compõem a companhia objeto de análise, incluindo o goodwill

D4Sign b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

52 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 27 de janeiro de 2021, 19:08:41

Nadir Figueiredo - Protocolo e Justificação Incorporação Vidigal (com anexos) (003).pdf
Código do documento b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb

Assinaturas

Leandro Medeiros de Moura
leandro.moura@nadir.com.br
Assinou como testemunha

Eron Martins
eron.martins@nadir.com.br
Assinou como parte

Patricio Taborda de Figueiredo
patricio.figueiredo@nadir.com.br
Assinou como parte

Débora Mayor Vizeu
dvizeu@higcapital.com
Assinou como testemunha

Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque
mhudik@higcapital.com
Assinou como parte

Thiago Sguerra Miskulin
tmiskulin@higcapital.com
Assinou como parte

Eventos do documento

21 Jan 2021, 17:36:54
Documento número b8d6409e-b8ab-489b-bea2-652e6722a7bb **criado** por LEANDRO MEDEIROS DE MOURA (Conta 94ec3043-a5ab-45a7-8b3f-63bb558b37db). Email :leandro.moura@nadir.com.br. - DATE_ATOM: 2021-01-21T17:36:54-03:00

21 Jan 2021, 17:39:30
Lista de assinatura **iniciada** por LEANDRO MEDEIROS DE MOURA (Conta 94ec3043-a5ab-45a7-8b3f-63bb558b37db). Email: leandro.moura@nadir.com.br. - DATE_ATOM: 2021-01-21T17:39:30-03:00

21 Jan 2021, 17:40:05
LEANDRO MEDEIROS DE MOURA **Assinou como testemunha** (Conta 94ec3043-a5ab-45a7-8b3f-63bb558b37db) - Email: leandro.moura@nadir.com.br - IP: 201.93.228.41, 177.39.96.180 (porta: 43210) - Geolocalização: -23.550519899999998 -46.633309399999995 - Documento de identificação informado: 287.322.038-45 - DATE_ATOM: 2021-01-21T17:40:05-03:00

21 Jan 2021, 17:59:52
ERON MARTINS **Assinou como parte** (Conta 31bfdb1e-3fba-4525-8069-73abb8fa754d) - Email: eron.martins@nadir.com.br - IP: 185.125.225.22 (185.125.225.22 porta: 6586) - Documento de identificação informado: 018.356.057-45 - **Autenticação em dois fatores no smartphone ativada** - DATE_ATOM: 2021-01-21T17:59:52-03:00

21 Jan 2021, 18:28:54
PATRICIO TABORDA DE FIGUEIREDO **Assinou como parte** (Conta 71d2ef1a-ee18-4d2f-b224-821f54c84858) - Email: patricio.figueiredo@nadir.com.br - IP: 185.125.225.22 (185.125.225.22 porta: 62704) - Geolocalização: -23.543178599999997 -46.6291845 - Documento de identificação informado: 901.306.267-91 - DATE_ATOM: 2021-01-21T18:28:54-03:00

21 Jan 2021, 19:02:15
DÉBORA MAYOR VIZEU **Assinou como testemunha** - Email: dvizeu@higcapital.com - IP: 189.120.74.60 (bd784a3c.virtua.com.br porta: 21632) - Geolocalização: -23.592959999999998 -46.622310399999996 - Documento de identificação informado: 429.647.238-00 - DATE_ATOM: 2021-01-21T19:02:15-03:00

27 Jan 2021, 18:53:01
MARCELO HUDIK FURTADO DE ALBUQUERQUE **Assinou como parte** - Email: mhudik@higcapital.com - IP: 187.12.205.46 (187.12.205.46 porta: 61018) - Documento de identificação informado: 025.989.187-89 - DATE_ATOM: 2021-01-27T18:53:01-03:00

27 Jan 2021, 19:05:14
THIAGO SGUERRA MISKULIN **Assinou como parte** - Email: tmiskulin@higcapital.com - IP: 177.25.185.115 (ip-177-25-185-115.user.vivozap.com.br porta: 53478) - Documento de identificação informado: 313.032.028-83 - DATE_ATOM: 2021-01-27T19:05:14-03:00

Hash do documento original
(SHA256):7179a5ba1f93ce5a881fca7a8fde222136f653905c3012fdec8a27e888f4eff7
(SHA512):d25b95c42a382ef79b4844131f2e8324b2152d68967130705e2870b3714830c4b20dd8d18fbbf7f1e2069e48ff46a4d0386cb94e16f9926315e2145d472926b3

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Anexo III

Novo Estatuto Social

NADIR FIGUEIREDO S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Objeto e Duração

Art. 1º - Nadir Figueiredo S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima que se rege por este Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

§ 1º - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Novo Mercado" e "B3", respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores (se houver), administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado ("Regulamento do Novo Mercado").

§ 2º - A Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores (se houver), membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, deverão observar os prazos, as obrigações e os procedimentos previstos no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários da B3, no Manual do Emissor da B3 e no Regulamento do Novo Mercado.

Art. 2º - A Companhia tem sede na Avenida Zaki Narchi nº 500, 3ª Torre, 5º andar, na Capital do Estado de São Paulo, podendo abrir, manter e fechar filiais, escritórios e estabelecimentos industriais ou comerciais em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por deliberação do Conselho de Administração.

Art. 3º - A Companhia tem por objeto social a indústria e o comércio de produtos de vidro, cristal, cerâmica, louça, porcelana, metais, fundição, plásticos, aparelhos elétricos de iluminação e aquecimento, madeiras e seus produtos, máquinas, equipamentos, peças e acessórios para indústria de vidro, cerâmica e metalurgia; o comércio de importação e exportação de produtos de seu fabrico, inclusive bens de capital, produtos químicos e matérias-primas; a representação comercial por conta própria ou de terceiros; a prestação de serviços de processamento de dados e

assessoria técnica e administrativa; a administração de bens móveis ou imóveis, próprios ou de terceiros; podendo ainda manter participação no capital social de outras empresas.

Art. 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

Capital Social e Ações

Art. 5º - O capital social, todo ele realizado, é de R$ 81.998.187,85 (oitenta e um milhões, novecentos e noventa e oito mil, cento e oitenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), representado por 227.908.836 (duzentos e vinte e sete milhões, novecentos e oito mil, oitocenas e trinta e seis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

§ 1º - Todas as ações de emissão da Companhia são escriturais e mantidas em conta de depósito, junto a instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em nome de seus titulares, sem emissão de certificados.

§ 2º - O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais, poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme definido no contrato de escrituração de ações.

Art. 6º - O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar aumentar o capital social da Companhia mediante a emissão de novas ações, inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas, com a observância do disposto no presente Estatuto, até o limite total de 450.000.000 (quatrocentas e cinquenta milhões) ações, competindo-lhe, neste caso, estabelecer o número de ações a serem emitidas e a fixação do respectivo preço de emissão, bem como das demais condições da respectiva subscrição e integralização.

Parágrafo Único - Dentro do limite do capital autorizado, poderá o Conselho de Administração, com base em plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar ações ou opções de compra ou subscrição de ações a administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou de sociedades sob seu controle, inexistindo qualquer direito de preferência para os acionistas da Companhia.

Art. 7º - Em caso de mora do acionista na integralização do capital subscrito, a dívida será atualizada monetariamente com base da variação do IPCA-E divulgado pelo IBGE e sobre o valor assim apurado incidirão tanto juros de 1% ao mês, observado o limite total da taxa legal de juros aplicável, se houver, quanto multa moratória de 10%, sem prejuízo das alternativas asseguradas à Companhia em lei

e no boletim de subscrição e das sanções legais aplicáveis.

Art. 8º - O direito de preferência para subscrição de novas ações deverá ser exercido no prazo decadencial mínimo de 30 (trinta) dias corridos.

Parágrafo Único. Na emissão, dentro do capital autorizado, de ações e debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou, ainda, permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, a Companhia poderá excluir o direito de preferência para os antigos acionistas ou reduzir o prazo de seu exercício.

Art. 9º - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Art. 10 - Fica vedada a emissão de ações preferenciais e partes beneficiárias pela Companhia.

Art. 11 - A Companhia, poderá, sem diminuição do capital, adquirir ações de própria emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação, ou cancelamento, mediante autorização do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, conforme os limites legais e regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO III

Assembleia Geral

Art. 12 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente no curso dos quatro meses imediatamente subsequentes ao término do exercício social e, extraordinariamente, quando os interesses sociais o exigirem.

§ 1º - A Assembleia Geral poderá ser realizada presencialmente, de modo parcialmente digital ou exclusivamente digital, conforme a regulamentação aplicável.

§ 2º - Os documentos pertinentes à matéria a ser deliberada nas Assembleias Gerais deverão ser colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia na data da publicação do primeiro anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a lei ou a regulamentação vigente exigirem a observância de prazo maior.

§ 3º - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quem este indicar. Na ausência de qualquer indicação, o presidente da Assembleia será escolhido pela maioria dos acionistas presentes. O presidente da Assembleia escolherá um dos presentes para secretariar os trabalhos.

Art. 13 - O acionista que desejar participar da Assembleia Geral da Companhia deverá apresentar, preferencialmente, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência: (i) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais ou em custódia de sua titularidade emitido com no máximo 3 (três) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral; e (ii) instrumento de mandato ou documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista. O acionista ou seu representante legal deverão comparecer à Assembleia Geral munidos de documentos que comprovem sua identidade.

§ 1º - Inobstante o disposto no *caput* deste Artigo, o acionista que comparecer presencialmente à Assembleia Geral realizada de modo presencial ou parcialmente digital munido dos documentos ali referidos, até o momento da abertura dos trabalhos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

§ 2º - O acionista que pretender participar digitalmente de Assembleia Geral em que isto seja permitido, deverá necessariamente realizar o depósito prévio antecipado dos documentos, como estabelecido no *caput* deste Artigo, fornecendo ainda, com a mesma antecedência, as eventuais informações e documentos adicionais necessários à viabilização da participação digital, sob pena de não ser admitido no conclave.

Art. 14 - Ressalvadas as exceções previstas em lei ou no Regulamento do Novo Mercado, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando as abstenções, os votos nulos ou em branco.

Art. 15 - Será lavrada ata dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral, a qual será assinada pelos integrantes da mesa e pelos acionistas presentes.

Parágrafo Único - Consideram-se também presentes à Assembleia Geral e subscritores da respectiva ata os acionistas que tenham enviado boletim de voto a distância válido ou que registrem sua presença a distância, na forma prevista pela regulamentação aplicável.

Art. 16 - Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, é da competência da Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias:

I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

II - deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a sua distribuição aos acionistas;

III - eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho

Fiscal, se instalado;

IV - fixar a remuneração global dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

V - deliberar sobre proposta de saída da Companhia do Novo Mercado ou, ainda, sobre o cancelamento do registro de companhia aberta;

VI - suspender o exercício de direitos de acionista, na forma do disposto no art. 120 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.");

VII - cisão, fusão ou incorporação da Companhia; e

VIII - aprovar a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão se o Conselho de Administração não for competente segundo a regulamentação em vigor.

CAPÍTULO IV

Administração da Companhia

Art. 17 - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, com os poderes e atribuições conferidos por lei e por este Estatuto.

§1º - Os Conselheiros e Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse, que devem contemplar sua sujeição à cláusula compromissória prevista no Artigo 60 deste Estatuto Social.

§2º - A posse dos administradores não dependerá de qualquer garantia de gestão.

Art. 18 - O mandato dos Conselheiros e Diretores será estendido até a data da investidura dos novos administradores eleitos.

Art. 19 - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto em decorrência de vacância, observados os prazos e obrigações de divulgação e regularização previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Art. 20 – Os Diretores poderão ter participação nos lucros na forma da lei.

SEÇÃO I - Conselho de Administração

Composição

Art. 21 - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e,

no máximo, 9 (nove) membros efetivos e até igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de 2 (dois) anos, sendo permitida a sua reeleição.

§ 1º - O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, ambos eleitos pelo Conselho de Administração na primeira reunião após a posse de seus membros para um novo mandato, ou, se for o caso, na primeira reunião após a vacância de qualquer daqueles cargos, observado o disposto nas Cláusulas 27 e 28 abaixo.

§ 2º - O Conselho de Administração adotará um Regimento Interno que disporá, dentre outras matérias julgadas convenientes, sobre seu funcionamento, os direitos e deveres dos seus membros e seu relacionamento com a Diretoria e demais órgãos sociais.

§ 3º - A indicação de membros ao Conselho de Administração deverá observar os requisitos previstos na Política de Indicação da Companhia, no Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei das S.A., bem como nas demais regras previstas na legislação e regulamentação aplicáveis.

Art. 22 - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada pela Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo Único - Quando, em decorrência da aplicação do percentual referido no *caput* deste artigo, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Eleição

Art. 23 - Ressalvado o disposto no artigo 24 e a possibilidade de eleição em separado nas hipóteses legais, a eleição dos membros do Conselho de Administração dar-se-á pelo sistema de chapas.

§ 1º - Na eleição de que trata este artigo, somente poderão concorrer as chapas: (i) indicadas pelo Conselho de Administração; ou (ii) que sejam indicadas, na forma prevista no §3º deste Artigo, por qualquer acionista ou conjunto de acionistas.

§ 2º - O Conselho de Administração deverá, na data da convocação da Assembleia Geral destinada a eleger os membros do Conselho de Administração, disponibilizar aos acionistas as informações e declarações relativas a cada um dos integrantes da chapa por ele indicada, nos termos exigidos pela legislação e regulamentação vigentes, bem como pela Política de Indicação da Companhia, inclusive com relação à caracterização dos candidatos como independentes nos termos do Regulamento

do Novo Mercado.

§ 3º - Os acionistas ou conjunto de acionistas que desejarem apresentar outra chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração deverão encaminhar ao departamento de relações com investidores as informações, documentos e declarações a que se refere o Parágrafo anterior, cabendo à Companhia, após a devida conferência, proceder à respectiva divulgação nos termos da regulação vigente.

§ 4º - A mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela indicada pelo Conselho de Administração.

§ 5º - Cada acionista somente poderá votar em uma chapa, sendo declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral.

Art. 24 - Não obstante o disposto no artigo 23 acima, na eleição do Conselho de Administração é facultado aos acionistas requerer, na forma da lei, a adoção do processo de voto múltiplo.

§ 1º - Na hipótese de adoção do processo de voto múltiplo, não haverá a eleição por chapas, passando a ser considerados candidatos os integrantes das chapas de que trata o Artigo 23, bem como os candidatos que vierem a ser indicados por acionistas para eleição pelo processo de voto múltiplo, desde que sejam apresentadas à Assembleia Geral as informações e declarações referentes a tais candidatos a que se refere o §2º do Artigo 23 deste Estatuto.

Reuniões e Substituição

Art. 25 - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada 3 (três) meses, e, extraordinariamente, quando necessário aos interesses sociais.

§ 1º - As reuniões serão convocadas pelo Presidente, pelo Vice-Presidente ou por quaisquer 2 (dois) Conselheiros em conjunto, de acordo com o procedimento previsto no Regimento Interno do Conselho de Administação.

§ 2º - As reuniões serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou por seu substituto, e na ausência deste, pelo Conselheiro que for designado na abertura dos trabalhos.

§ 3º - Os Conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por chamada telefônica, vídeo conferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita a sua identificação e a sua comunicação com as demais pessoas presentes à reunião. Neste caso, os membros do Conselho de Administração serão considerados presentes para todos os fins.

Art. 26 - As reuniões do Conselho de Administração instalar-se-ão com a presença da maioria de seus membros em exercício, e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes.

Art. 27 - No caso de ausência, impedimento temporário ou vacância de cargo exercido por qualquer membro efetivo do Conselho de Administração, suas funções de conselheiro deverão ser assumidas pelo respectivo suplente, se houver, durante a ausência ou impedimento temporário ou após a constatação do impedimento definitivo ou da vacância. Não havendo suplentes, nos casos de ausência ou impedimento temporário que não superem 90 (noventa) dias (exceto se diversamente deliberado pelo Conselho de Administração), preservar-se-á o funcionamento do Conselho de Administração, desde que respeitado o número mínimo de membros. Nos demais casos, observar-se-á o disposto no Artigo 28 abaixo.

Art. 28 – Em caso de vacância ou impedimento definitivo de **(i)** membro titular que nao possua suplente; ou **(ii)** membro titular e seu respectivo suplente, caberá aos conselheiros remanescentes nomear o substituto, que servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente, quando um novo membro titular e, se for o caso, seu respectivo suplente, serão eleitos, e permanecerão no cargo até o final do mandato do membro substituído. Ocorrendo vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser imediatamente convocada Assembleia Geral para eleger os substitutos, os quais deverão completar o mandato dos substituídos.

Competência

Art. 29 - Compete ao Conselho de Administração:

I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e das sociedades sob seu controle;

II - aprovar, relativamente à Companhia e às suas controladas, (i) o orçamento anual; (ii) eventuais projetos de expansão dos setores existentes ou de início de novas atividades; (iii) a política financeira, inclusive de caixa, investimento e endividamento; (iv) mudanças na política contábil e/ou de reporte de resultados; e (v) as metas e regras anuais de remuneração variável dos Diretores e dos demais executivos e cargos de gerência da Companhia;

III - eleger e destituir os membros da Diretoria da Companhia, e fixar-lhes as atribuições, sem prejuízo daquelas definidas neste Estatuto;

IV - fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;

V - fixar a remuneração de cada um de seus membros e de cada um dos membros da Diretoria, dentro do limite global definido pela Assembleia Geral, e definir a participação dos administradores nos lucros sociais, obedecidos os limites legais;

VI - convocar a Assembleia Geral Ordinária e as Assembleias Gerais Extraordinárias;

VII - manifestar-se sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia, submetendo-as à aprovação da Assembleia Geral;

VIII - autorizar a emissão de:

a) ações e bônus de subscrição de ações até o limite do capital autorizado, estabelecendo a quantidade, o preço e o prazo de integralização de ações a serem emitidas pela Companhia;

b) notas promissórias para distribuição pública; e

c) debêntures simples, não conversíveis em ações, e debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado, nos termos dos §§ 1º e 2º, do art. 59, da Lei das S.A., com a redação dada pela Lei nº 10.303/01;

IX - autorizar a Diretoria a contratar financiamentos, mútuos, aberturas de crédito e outros instrumentos de empréstimos, com qualquer entidade nacional ou estrangeira, para as contratações que excederem, de forma isolada ou em conjunto, R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) no semestre, sendo que tal limite deve considerar o conjunto de operações isoladas e de operações sucessivas e correlatas;

X - autorizar a Diretoria a prestar garantias, em nome da Companhia ou de suas controladas, de qualquer natureza, incluindo real ou pessoal, a terceiros, em qualquer operação, exceto quando se tratar de garantias prestadas a fornecedores da Companhia ou de suas controladas, e desde que seu valor esteja limitado a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

XI - autorizar a Diretoria a celebrar contratos para aquisição ou alienação de bens integrantes do ativo não circulante da Companhia sempre que o valor de tal operação exceder R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), sendo que tal limite deve considerar operações isoladas ou conjunto de operações sucessivas e correlatas em um mesmo exercício social;

XII - autorizar a (i) aquisição ou a alienação de participação societária, direta ou indireta, pela Companhia ou por suas controladas; e (ii) a participação em associações, "joint ventures" ou consórcios;

XIII - autorizar a Diretoria a conceder empréstimos da Companhia a terceiros;

XIV – aprovar a assunção de qualquer obrigação de não concorrência ou exclusividade que vincule a Companhia ou uma de suas controladas, ou a liberação de qualquer obrigação de não concorrência assumida, perante a Companhia ou uma de suas controladas, por terceiros ou por quaisquer outros acionistas, ex-acionistas, administradores, prestadores de serviço, consultores, empregados ou provedor de mão de obra a qualquer título da Companhia;

XV – aprovar as operações com partes relacionadas que a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia estabeleça como sendo de sua competência;

XVI - aprovar a celebração de transação judicial ou extrajudicial, pela Companhia, cujo valor supere R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

XVII - com exceção das hipóteses específicas previstas nos incisos acima, autorizar a Diretoria a celebrar contratos de qualquer natureza sempre que o valor da obrigação assumida pela Companhia exceder R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), sendo que tal limite deve considerar operações isoladas ou conjunto de operações sucessivas e correlatas em um mesmo exercício social, exceto se previstas no orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração;

XVIII - escolher e destituir auditores independentes, considerada a manifestação do Comitê de Auditoria e *Compliance*;

XIX - autorizar o levantamento de balanços em períodos inferiores ao exercício social, bem como aprovar:

a) o pagamento de dividendos intercalares com base em balanços semestrais ou períodos menores, nos termos do art. 204 da Lei das S.A.;

b) o pagamento de dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral;

c) o crédito ou pagamento de juros sobre capital próprio, os quais poderão ser imputados ao valor dos dividendos obrigatórios, nos termos do art. 9º, § 7º, da Lei nº 9.249/95.

XX - outorgar ações ou opções de compra de ações de emissão da Companhia a seus administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou de sociedades sob seu controle direto ou indireto, sem direito de preferência para os acionistas, nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral;

XXI – em caso de aumentos de capital de competência da Assembleia Geral, fixar o preço de emissão de ações a serem distribuídas no mercado, nos termos da lei, observados eventuais limites estabelecidos pela Assembleia Geral.

XXII - criar comitês para o seu assessoramento com objetivos específicos, e eleger os seus respectivos membros;

XXIV - aprovar a implementação, alteração ou rescisão de plano de incentivo ou de remuneração de curto ou longo prazo aos administradores, empregados e demais colaboradores da Companhia, inclusive prestadores de serviço;

XXV – manifestar-se previamente sobre ou aprovar, conforme o caso, a apresentação, pela Companhia ou por suas controladas, de pedido de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou procedimento similar;

XXVI - aprovar a criação e a extinção de controladas, bem como a instalação de filiais ou escritórios em quaisquer praças do Brasil ou do exterior;

XXVII - definir o sentido do voto da Companhia, na qualidade de sócia, sobre qualquer uma das matérias acima elencadas quando forem objeto de deliberação, em qualquer órgão de controlada da Companhia;

XXVIII – submeter à Assembleia Geral, após sua análise prévia, propostas versando sobre fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações ou dissolução da Companhia, bem como acerca de reforma deste Estatuto;

XXIX - aprovar a celebração de acordos de acionistas pela Companhia ou por suas controladas;

XXX - indicar à Assembleia Geral chapa para concorrer na eleição dos membros do Conselho de Administração na forma do Artigo 23, § 1º, deste Estatuto;

XXXI - manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) eventuais alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; e

XXXII - deliberar sobre outras matérias não reguladas neste Estatuto, resolvendo

os casos omissos.

Art. 30 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

I - convocar e presidir as Assembleias Gerais, conforme deliberação do Conselho de Administração;

II - convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração;

III - acompanhar e orientar a execução das medidas que o Conselho de Administração recomendar ou determinar à Diretoria.

Art. 31 - Ao Vice-Presidente do Conselho de Administração compete substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos e em caso de vacância do cargo.

SEÇÃO II – Diretoria

Art. 32 - A Diretoria é composta por, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no país, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e um Diretor de Relação com Investidores.

§ 1º - Os Diretores serão eleitos por um prazo de gestão de 2 (dois) anos pelo Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição.

§ 2º - Um mesmo Diretor poderá, a critério do Conselho de Administração, acumular duas ou mais Diretorias da Companhia.

Art. 33 - Compete à Diretoria a prática de todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e a gestão dos negócios, observadas as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, as suas atribuições estabelecidas em lei, neste Estatuto Social, e nas políticas corporativas da Companhia.

Art. 34 - A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem (sem prejuízo das competências individuais de cada Diretor, conforme atribuídas por este Estatuto ou pelo Conselho de Administração), e suas deliberações constarão de ata.

§ 1º - As reuniões serão convocadas pelo Diretor Presidente.

§ 2º - Os Diretores poderão participar das reuniões da Diretoria por chamada telefônica, vídeo conferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita a sua identificação e a sua comunicação com as demais pessoas presentes à reunião. Neste caso, os Diretores serão considerados presentes para todos os fins.

Art. 35 - Compete ao Diretor Presidente:

I - dirigir e orientar as atividades da Companhia, inclusive pela coordenação da atuação dos demais Diretores;

II - atribuir a qualquer dos Diretores atividades e tarefas especiais, independentemente daquelas que lhes couberem ordinariamente;

III - convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

IV - a supervisão geral dos negócios sociais;

V - fazer com que sejam cumpridas as diretrizes e medidas recomendadas ou determinadas pelo Conselho de Administração, mantendo a coordenação entre os dois órgãos; e

VI - zelar pela execução das deliberações da Assembleia Geral, Conselho de Administração e da própria Diretoria.

Art. 36 – Compete ao Diretor de Relação com Investidores:

I - a prestação de informações aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia;

II - a manutenção do registro de companhia aberta da Companhia atualizado e em conformidade com a regulamentação da CVM, zelando pelo cumprimento dos requisitos e exigências regulamentares aplicáveis;

III - representar a Companhia perante a CVM, a bolsa de valores e demais entidades do mercado de capitais;

IV - supervisão dos serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, mas não se limitando a, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações; e

V - o exercício das demais funções que lhe forem atribuídas pela regulamentação aplicável ou por determinação do Conselho de Administração.

Art. 37 - Compete ao Diretor Financeiro:

I - coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;

II - dirigir e liderar a administração e gestão das atividades financeiras da Companhia; e

III - orientar e realizar a análise de investimentos, propositura e contratação de empréstimos e financiamentos, operações de tesouraria e o planejamento e controle

financeiro da Companhia.

Art. 38 - Os Diretores sem designação específica neste Estatuto desempenharão as funções que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

Art. 39 - Na ausência ou impedimento temporário do Diretor-Presidente, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente por Diretor a ser designado pelo próprio Diretor Presidente ou, na ausência de tal indicação, ou impedimento temporário por conflito de interesses, por Diretor a ser designado pelo Conselho de Administração. Na ausência ou impedimento temporário de qualquer outro Diretor, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente pelo Diretor Presidente ou por outro Diretor indicado pelo Diretor Presidente.

Art. 40 - Em caso de vacância no cargo de Diretor, poderá o Conselho de Administração designar o substituto, cujo mandato expirará com o dos demais Diretores, ou cumular as atribuições do cargo de Diretor vago em outra Diretoria.

Art. 41 - Ressalvadas as exceções previstas neste Estatuto, a Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: (a) por 2 (dois) Diretores; ou (b) pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Financeiro em conjunto com 1 (um) procurador; ou, ainda, (c) por 2 (dois) procuradores.

Art. 42 - As procurações outorgadas pela Companhia serão assinadas por 2 (dois) Diretores e especificarão os poderes concedidos e o prazo de duração do mandato, que não poderá exceder a um ano, salvo para procurações para representação em processos judiciais, arbitrais ou administrativos, que poderão se estender até o fim do respectivo processo.

Parágrafo único - Em atos de mera representação que não envolvam a assunção de novas obrigações ou em atos que envolvam pagamentos já contratados e aprovados nos termos deste Estatuto Social, a Companhia poderá ser representada por 1 (um) Diretor ou 1 procurador.

CAPÍTULO V

Órgãos Auxiliares da Administração

Art. 43 - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês, permanentes ou não, para o assessoramento da administração da Companhia, com objetivos específicos, designando os seus respectivos membros.

Parágrafo único – O funcionamento e a remuneração dos integrantes dos comitês

previstos neste Artigo serão disciplinados pelo Conselho de Administração.

Art. 44 – Sem prejuízo de outros comitês que o Conselho de Administração venha a criar, a Companhia terá, obrigatoriamente, um Comitê de Auditoria e *Compliance* vinculado ao Conselho de Administração, de funcionamento permanente.

Art. 45 – Serão aplicáveis aos membros do Comitê de Auditoria e *Compliance* e dos demais comitês que venham a ser criados nos termos deste Estatuto Social as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei, pela regulamentação, por este Estatuto e pelo Regulamento do Novo Mercado aos administradores da Companhia.

SEÇÃO I – Comitê de Auditoria e *Compliance*

Art. 46 – O Comitê de Auditoria e *Compliance* contará com um regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, para regular as questões relativas ao seu funcionamento e definir o papel de seu coordenador.

Art. 47 – O Comitê de Auditoria e *Compliance* será formado por, no mínimo, 3 (três) membros (sem prejuízo de eventuais suplentes), sendo:

I - ao menos 1 (um) deles membro independente do Conselho de Administração da Companhia, conforme definido pelo Regulamento do Novo Mercado;

II - a maioria deles independente, conforme definido pela Instrução CVM nº308/99, ou de eventual norma que venha a substituí-la;

III - ao menos 1 (um) com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, conforme definida pela Instrução CVM nº308/99, ou de eventual norma que venha a substituí-la.

§ 1º - Um mesmo membro do Comitê de Auditoria e *Compliance* poderá acumular as características dos itens (I), (II) e (III) acima.

§ 2º - É vedada a participação do acionista controlador (quando houver), de diretores e empregados da Companhia, de eventual controladora (direta ou indireta), de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, e tampouco possuir vínculo de subordinação com as pessoas anteriormente mencionadas.

Art. 48 – Ao Comitê de Auditoria e *Compliance* competirá, necessariamente, sem prejuízo de outras atribuições que venham a ser previstas em seu Regimento Interno:

I - opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço;

II - supervisionar as atividades (i) dos auditores independentes, a fim de avaliar a) a sua independência; b) a qualidade dos serviços prestados; e c) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (ii) da área de controles internos da Companhia; (iii) da auditoria interna da Companhia; e (iv) da área responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;

III - monitorar e avaliar a qualidade e integridade: (i) dos mecanismos de controles internos; (ii) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e (iii) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;

IV - avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (i) a remuneração da administração; (ii) a utilização de ativos da Companhia; e (iii) as despesas incorridas pela Companhia;

V – emitir pareceres e recomendações a respeito da conformidade das transações com partes relacionadas submetidas à deliberação do Conselho de Administração nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia;

VI - avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia;

VII - elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (i) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (ii) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria e *Compliance* em relação às demonstrações financeiras da Companhia; e

VIII - possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do denunciante e da confidencialidade da informação.

Parágrafo Único. A eventual instalação do Conselho Fiscal, na forma do Capítulo VI abaixo, não prejudicará o funcionamento e as atribuições do Comitê de Auditoria e *Compliance*.

CAPÍTULO VI

Conselho Fiscal

Art. 49 - O Conselho Fiscal funcionará em caráter não permanente e, caso instalado pela Assembleia Geral na forma da lei, será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 01 (um) ano, sendo admitida a reeleição.

§1º - Uma vez instalado o Conselho Fiscal, a posse de seus membros efetivos e suplentes fica condicionada à assinatura de termo de posse, que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória estabelecida no Artigo 60 deste Estatuto.

§2º - Quando instalado, o Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, lavrando-se atas dessas reuniões em livro próprio.

§3º - Serão aplicáveis aos seus membros as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei, por este Estatuto e pelo Regulamento do Novo Mercado aos administradores da Companhia.

CAPÍTULO VII - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação dos Resultados

Art. 50 - O exercício social coincide com o ano civil. Ao término de cada exercício social serão levantadas as demonstrações financeiras na forma da lei.

Art. 51 - Do resultado do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto de renda e eventual participação nos lucros do exercício dos administradores (de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Conselho de Administração, observados os limites legais), nessa ordem, 5% (cinco por cento) deverão ser destinados à constituição da reserva legal, até que alcance o limite previsto em lei, observado ainda o disposto no parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das S.A.

§1º. O lucro remanescente após a destinação à reserva legal, ajustado por eventual constituição de reservas de contingência e as respectivas reversões, se for o caso, terá a seguinte destinação:

I - 25% (vinte e cinco por cento) serão distribuídos como dividendos obrigatórios, compensados os dividendos intercalares e/ou juros sobre capital próprio, que tenham sido declarados no exercício;

II – por proposta dos órgãos da administração, até 75% (setenta e cinco por cento)

serão destinados para a constituição de reserva para desenvolvimento e investimento, a ser utilizada na aquisição de bens do ativo permanente ou em novos investimentos da Companhia, bem como preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Companhia, sendo certo que o saldo total de tal reserva não poderá ultrapassar o valor do capital social, quando somado ao saldo das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar; e

III - o saldo remanescente, se houver, terá a destinação fixada pela Assembleia Geral, consoante proposta dos órgãos da administração.

§ 2º - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores.

§ 3º - A critério do Conselho de Administração, poderão ser (i) declarados e pagos dividendos intercalares com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores; (ii) declarados e pagos dividendos intermediários à conta de lucros ou reservas existentes no último balanço anual ou semestral; e (iii) creditados ou pagos aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

§ 4º - Eventual participação dos administradores nos lucros do exercício só lhes será atribuída se assegurado o pagamento do dividendo obrigatório a que se refere o item I do §1º deste Artigo.

CAPÍTULO VIII

Atingimento de Participação Relevante

Art. 52 – Qualquer Pessoa ou Grupo que adquira ou se torne titular, de forma direta ou indireta, por meio de uma única operação ou de diversas operações (inclusive, sem limitação, por meio de qualquer tipo de associação da qual resulte um Grupo ou adesão a Grupo pré-existente), de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária sobre ações de emissão da Companhia, que representem, em conjunto, 25% (vinte cinco por cento) ou mais do total das ações de emissão da Companhia (excluídas ações mantidas pela Companhia em tesouraria) ("Participação Relevante") ("Ofertante") deverá (i) imediatamente divulgar tal informação à Companhia, e (ii) realizar uma oferta pública de aquisição de ações da totalidade das ações de emissão da Companhia nos termos previstos neste Artigo ("OPA por Atingimento de Participação Relevante").

§ 1º - O preço de aquisição por ação de emissão da Companhia a ser ofertado na OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá ser pago em moeda corrente nacional e à vista e não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) o valor econômico das ações de emissão da Companhia, apurado em laudo de avaliação elaborado por

empresa especializada selecionada pelo Conselho de Administração da Companhia, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM; e (iii) o maior preço por ação, se houver, pago pelo Ofertante nos 6 (seis) meses que antecederam o atingimento da Participação Relevante (incluídas também em tal período as operações que tenham resultado no referido atingimento), em negociação privada ou pública, atualizado pela Taxa SELIC até a data do efetivo lançamento da OPA por Atingimento de Participação Relevante; valores estes que, em qualquer dos casos, deverão ser ajustados por eventos societários posteriores, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária.

§ 2º - Para fins de apuração do valor indicado no item (i) do §1º acima, o Conselho de Administração da Companhia deverá selecionar a empresa responsável pela elaboração do laudo de avaliação, com experiência comprovada, em até 15 (quinze) dias da comunicação pelo Ofertante do atingimento da Participação Relevante. Caso, por qualquer razão, o Conselho de Administração utilize prazo adicional para seleção da referida empresa, igual número de dias adicionais deverá ser acrescido ao prazo máximo para o Ofertante publicar o edital da OPA por Atingimento de Participação Relevante, nos termos do §4º deste Artigo. Os custos de elaboração do laudo de avaliação correrão integralmente pelo Ofertante.

§ 3º - Caso o atingimento da Participação Relevante envolva, ainda que parcialmente, a aquisição de participação indireta na Companhia durante o período abrangido pelo item (iii) do §1º deste Artigo, o Ofertante deverá apresentar a demonstração justificada do valor pago por ação ou lote de ações de emissão da Companhia na referida aquisição indireta.

§ 4º - O edital da OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá ser publicado pelo Ofertante no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de atingimento da Participação Relevante e deverá incluir a obrigação do Ofertante de adquirir, por 90 (noventa) dias a contar da liquidação da OPA por Atingimento de Participação Relevante, até a totalidade das ações de titularidade dos acionistas remanescentes que não venderem ações na OPA por Atingimento de Participação Relevante, pelo mesmo preço da OPA por Atingimento de Participação Relevante, atualizado pela taxa SELIC, ficando tal obrigação condicionada a que, com a liquidação da OPA por Atingimento de Participação Relevante, o Ofertante tenha atingido participação acionária superior a 50% (cinquenta por cento) do capital social.

§ 5º - A OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; e (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3.

§ 6º - A obrigação de realização da OPA por Atingimento de Participação Relevante nos termos deste Artigo 52 não se aplica:

(a) ao atingimento individual de Participação Relevante por Pessoa que integre Grupo que já detenha, em conjunto, Participação Relevante;

(b) ao atingimento de Participação Relevante em decorrência (i) da incorporação de outra sociedade ou de parcelas cindidas de outra sociedade pela Companhia ou (ii) da incorporação de ações de outra sociedade pela Companhia;

(c) caso o atingimento de Participação Relevante na Companhia decorra de realização de oferta pública voluntária de aquisição de ações que tenha tido por objeto todas as ações de emissão da Companhia (inclusive com a finalidade de aquisição do controle da Companhia), desde que o preço pago na referida oferta tenha sido, no mínimo, equivalente ao que teria sido pago em uma OPA por Atingimento de Participação Relevante que tivesse se tornado obrigatória ao Ofertante no momento em que a oferta voluntária tenha sido anunciada;

(d) a transferências de ações ou Outros Direitos de Natureza Societária que representem exclusivamente a alteração da titularidade direta da Participação Relevante pela titularidade indireta (ou vice-versa), sem que haja alteração do controle, direto ou indireto, sobre tais ações ou Outros Direitos de Natureza Societária representativas da Participação Relevante;

(e) ao caso de atingimento involuntário da Participação Relevante por força de eventos que não dependam nem resultem da prática de quaisquer atos pela Pessoa ou Grupo que venha a atingir a Participação Relevante, tais como recompra de ações pela Companhia, resgate de ações de emissão da Companhia, cancelamento de ações em tesouraria ou atingimento por força de sucessão hereditária, desde que, em qualquer dessas hipóteses, a Pessoa ou Grupo que tenha atingido Participação Relevante de forma involuntária, cumulativa e tempestivamente: (i) comunique à Companhia sua intenção de utilizar a faculdade prevista nesta alínea (d) em até 5 (cinco) dias contadas do momento em que se tornar titular da Participação Relevante; e (ii) aliene em bolsa de valores a quantidade de ações representativas do capital social da Companhia que exceda a Participação Relevante, em até 60 (sessenta) dias úteis contados da data da notificação de que trata o item (i) anterior;

(f) à subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração (neste caso, dentro do limite do capital autorizado), e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base no preço justo das ações, na forma estabelecida na legislação societária;

(g) a aquisições adicionais de ações de emissão da Companhia ou Outros

Direitos de Natureza Societária sobre ações de emissão da Companhia por determinada Pessoa ou Grupo que, no momento de tal aquisição ou elevação da participação já fosse titular de Participação Relevante;

(h) aos empréstimos (e respectivas devoluções) de ações de emissão da Companhia realizados para o fim exclusivo de viabilizar o processo de estabilização de preço no âmbito de ofertas públicas de distribuição de ações de emissão da Companhia; e

(i) caso, no momento da aquisição da Participação Relevante por determinada Pessoa ou Grupo, outra Pessoa ou Grupo já seja titular de mais da metade do capital social da Companhia.

§ 7º - A assembleia geral da Companhia poderá deliberar a dispensa de realização da OPA por Atingimento de Participação Relevante ou alterações em suas características em relação ao previsto neste Capítulo, desde que nela não votem as Pessoas e o Grupo que pretendam passar a se tornar titulares de Participação Relevante por meio da operação submetida à dispensa.

§ 8º - A realização da OPA por Atingimento de Participação Relevante não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma oferta pública de aquisição de ações concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

§ 9º - Na hipótese de a Pessoa ou Grupo que venha a atingir Participação Relevante não cumprir as obrigações impostas por este Capítulo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA por Atingimento de Participação Relevante; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual tal Pessoa ou Grupo não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício de seus direitos, conforme disposto no art. 120 da Lei das S.A.

§ 10º - Para os fins do disposto neste Artigo, os seguintes termos terão os significados a seguir definidos:

"Grupo" significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza relativos ao exercício de direitos como acionistas da Companhia ou das próprias Pessoas, inclusive acordos de acionistas, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladores ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum; ou (iv) que atuem representando um interesse comum; ou (v) que estejam sob a gestão de uma mesma pessoa, entidade ou grupo.

"Outros Direitos de Natureza Societária" significa (i) usufruto ou fideicomisso sobre as ações de emissão da Companhia; (ii) opções de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; ou (iii) contratos derivativos com liquidação física ou financeira; ou (iv) qualquer outro direito que lhe assegure, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia.

"Pessoa" significa qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou qualquer outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior.

CAPÍTULO IX

Alienação do controle da Companhia

Art. 53 - A alienação, direta ou indireta, de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante do controle.

Parágrafo único - O adquirente do controle fica obrigado a, após a liquidação financeira da oferta pública a que se refere o *caput*, tomar as medidas cabíveis para, se necessário, recompor, nos 18 (dezoito) meses subsequentes, o percentual mínimo de ações em circulação previsto no Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO X

Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado

Art. 54 – O cancelamento do registro de companhia aberta deverá ser precedido de oferta pública de aquisição de ações, a qual deverá observar os procedimentos e as exigências estabelecidas na Lei das S.A. e na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta.

Art. 55 – A saída da Companhia do Novo Mercado, seja por ato voluntário, compulsório ou em virtude de reorganização societária, deverá observar as regras constantes do Regulamento do Novo Mercado.

Art. 56 – Nos termos do Regulamento do Novo Mercado e ressalvado o disposto no Artigo 57 abaixo, a saída voluntária da Companhia do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos:

I - o preço ofertado deverá ser justo, calculado de acordo com os parâmetros estabelecidos no art. 4º-A da Lei das S.A. e na regulamentação aplicável da CVM; e

II - acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

Parágrafo único – Para fins do inciso II do *caput* deste Artigo, consideram-se ações em circulação apenas as ações cujos titulares concordem expressamente com a saída do Novo Mercado ou se habilitem para o leilão da oferta pública de aquisição de ações, na forma da regulamentação editada pela CVM aplicável às ofertas públicas de aquisição de companhia aberta para cancelamento de registro.

Art. 57 – A saída voluntária do Novo Mercado poderá ocorrer, independentemente da realização de oferta pública de aquisição de ações, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, que deverá ser instalada:

I - em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação; ou

II - em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação.

Parágrafo único - A deliberação sobre a dispensa de realização da oferta pública de ações, na forma do *caput* deste Artigo, deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na Assembleia Geral.

Art. 58 - É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei das S.A. ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública, não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação ou regulamentação aplicáveis.

Art. 59 - As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

CAPÍTULO XI

Juízo Arbitral

Art. 60 - A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissora, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das S.A., no presente Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO XII

Disposições Gerais

Art. 61 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e eleger o Conselho Fiscal que deva funcionar durante o seu processamento.

Art. 62 – A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados na sede social, cabendo à Administração abster-se de registrar transferências de ações ou outros valores mobiliários contrárias aos respectivos termos e, ao Presidente das Assembleias Gerais, abster-se de computar os votos proferidos em sentido contrário ao estabelecido em tais acordos, qualquer que seja a alegação ou justificativa apresentada.

Art. 63 – As regras referentes ao Regulamento do Novo Mercado constantes do §§1º e 2º do Artigo 1º; §1º, segunda parte, do Artigo 17; Artigo 19; Artigo 22; Artigos 44 a 48; Artigo 52; Artigo 53; e Artigos 55 a 60 deste Estatuto Social, somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

Visado – Lei nº 8.906/94

_____

Luciane Karin de Souza
OAB/SP nº 122.908

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

NADIR FIGUEIREDO S.A.
CNPJ/ME nº 61.067.161/0001-97
NIRE 35300022289

Ata de Reunião do Conselho de Administração
realizada em [•] de [•] de 2021

1. Data, Hora e Local: [•] de [•] de 2021, às [•], na sede da Nadir Figueiredo S.A., nova denominação de Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A. ("Companhia" ou "Nadir Figueiredo"), na Avenida Zaki Narchi, nº 500, 3ª Torre, 5º andar, Vila Guilherme, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 02029-000, e por meio de sala virtual, de acordo com a disposição contida na Lei nº 14.030/2020.

2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação prévia em face da presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia.

3. Mesa: Presidente: Sr. Patrício Taborda de Figueiredo; e Secretário: Eron Martins.

4. Ordem do Dia: no âmbito a oferta pública inicial de ações da Companhia, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de fevereiro de 2021 ("Oferta"), deliberar sobre as seguintes matérias:

(i) a fixação do preço de emissão das ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem emitidas pela Companhia ou alienadas pelos acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar da Oferta, no âmbito da Oferta ("Ações" e "Preço por Ação", respectivamente);

(ii) a aprovação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, mediante emissão de Ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.");

(iii) a determinação da forma de subscrição e integralização das Ações a serem emitidas;

(iv) a aprovação dos direitos atribuídos as novas Ações;

(v) a verificação da subscrição das Ações distribuídas no âmbito da Oferta e a homologação do novo capital social da Companhia; e

(vi) a autorização para a Diretoria da Companhia emitir o prospecto definitivo e o *final offering memorandum*, bem como tomar todas as providências e praticar todos e quaisquer

atos necessários relacionados à Oferta e seu correspondente aumento de capital, incluindo, *inter alia*, assinar o "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Nadir Figueiredo S.A.", o "*Placement Facilitation Agreement"*, o "Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Nadir Figueiredo S.A." e todos os outros contratos e documentos que se fizerem necessários no âmbito da Oferta (os "Documentos da Oferta").

5. Deliberações: Após discussão e análise das matérias constantes da ordem do dia foram tomadas as seguintes deliberações pelos membros do Conselho de Administração:

(i) a fixação do Preço por Ação em R$ [●] ([●]), com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding"), conduzido exclusivamente com investidores profissionais no Brasil e no exterior, pelos Coordenadores da Oferta e Agentes do Colocação Internacional (conforme definidos no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Nadir Figueiredo S.A.), nos termos do artigo 23, parágrafo primeiro, e artigo 44 da Instrução nº 400, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários em 29 de dezembro de 2003, conforme alterada. De acordo com o artigo 170, parágrafo primeiro, inciso III da Lei das S.A., a escolha do critério para a determinação do Preço por Ação é justificada pelo fato de que não promoverá diluição injustificada do atual acionista da Companhia e pelo fato de as Ações serem distribuídas por meio de uma oferta pública, na qual o preço de mercado das Ações foi definido com base no resultado do Procedimento de *Bookbuilding;*

(ii) o aumento no capital social da Companhia, de R$ [●] ([●] reais) para R$ [●] ([●] reais), mediante a emissão de [●] ([●]) Ações, dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, para subscrição pública no âmbito da Oferta, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das S.A. e com o Estatuto Social da Companhia. Do Preço por Ação de R$ [●] ([●] reais): **[**(a) o valor de R$ [●] ([●] reais) será destinado à conta de capital social da Companhia, totalizando a quantia de R$ [●] ([●] reais) em aumento do capital social; e (b) o valor remanescente será destinado à formação de reserva de capital, em conta de ágio na subscrição de ações, totalizando a quantia de R$ [●] ([●] reais) destinada à reserva de capital**]**;

(iii) a forma de integralização das Ações sujeitas à Oferta, que deverá ser feita em moeda corrente nacional, na data de liquidação da Oferta, nos termos das cláusulas aplicáveis do Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Nadir Figueiredo S.A.;

(iv) a atribuição, aos titulares das novas Ações emitidas em virtude do aumento do capital

social da Companhia, dos mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares das Ações previamente emitidas pela Companhia, de acordo com a Lei das S.A., o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e o Estatuto Social da Companhia, a partir da data de publicação do Anúncio de Início da Oferta;

(v) a verificação pelo Conselho de Administração da subscrição de [●] ([●]) Ações, distribuídas no âmbito da Oferta e, consequentemente, a homologação do novo capital social da Companhia, que passa a ser de R$ [●] ([●] reais), dividido em [●] ([●]) Ações. O Conselho de Administração irá submeter à Assembleia Geral de acionista a proposta para alterar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir o novo capital social; e

(vi) autorizar a Diretoria da Companhia a emitir o prospecto definitivo e o *final offering memorandum*, bem como tomar todas as providências e praticar todos e quaisquer atos necessários relacionados à Oferta e seu correspondente aumento de capital, incluindo, *inter alia*, assinar os Documentos da Oferta.

6. Encerramento: Não havendo nada mais a tratar, o presidente declarou a reunião encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

São Paulo, [•] de [•] de 2021. **MESA:**(aa) [Patrício Taborda de Figueiredo - Presidente; Eron Martins – Secretário]. **CONSELHEIROS:** (aa) [●]; e [●].

CERTIDÃO: Certifico que a presente é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio.

_____

Patrício Taborda de Figueiredo
Presidente

_____

Eron Martins
Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR E DE INVESTIMENTO DO FIP KILAUEA, REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE APROVOU A SUA PARTICIPAÇÃO NA OFERTA SECUNDÁRIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

KILAUEA BRASIL PARTNERS II - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR

CNPJ/ME Nº 33.240.249/0001-23

("Fundo"/"Fund")

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR E DE INVESTIMENTO REALIZADA EM 8 DE DEZEMBRO DE 2020

DATA E HORÁRIO: 8 de dezembro de 2020, às 10:00 horas, por meio de conferência telefônica, nos termos do Artigo 33, parágrafo terceiro do regulamento do Fundo ("Regulamento").

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação, nos termos do Parágrafo Primeiro do Artigo 33 do Regulamento, em decorrência da presença da totalidade dos membros do Comitê Gestor e de Investimento do Fundo ("Comitê"), de acordo com a lista de presença constante do Anexo I à presente ata.

ORDEM DO DIA: Deliberar, nos termos do Artigo 32 do Regulamento, sobre as seguintes matérias:

(i) a aprovação da orientação de votos a serem proferidos pela **BRL Trust Investimentos Ltda.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar ("Administradora"), em nome do Fundo, na Assembleia Geral Extraordinária da **Vidigal Participações S.A.**, sociedade por ações inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 27.373.258/0001-90 e detentora do NIRE 35300502558, com sede na Rua Alcindo Guanabara, nº 25, sala 1804, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20031-130 ("Vidigal"), a ser oportunamente realizada para deliberar acerca de potencial reorganização

MINUTES OF THE MEETING OF THE MANAGEMENT AND INVESTMENT COMMITTEE HELD ON DECEMBER 8TH, 2020

DATE AND TIME: December 8th, 2020, at 10:00 am, by means of conference call, pursuant to Article 33, Third Paragraph of the Fund's bylaws ("Bylaws").

CALL AND ATTENDANCE: Call waived in accordance with Article 33, Paragraph First of the Bylaws, due to the attendance of all members of the Management and Investment Committee of the Fund ("Committee"), according to the attendance list attached hereto as Exhibit I.

AGENDA: To resolve, pursuant to Article 32 of the Bylaws, on the following matters:

(i) the approval of the orientation of the votes to be cast by **BRL Trust Investimentos Ltda.**, headquartered in the city of São Paulo, State of São Paulo, at Rua Iguatemi, No. 151, 19th Floor ("Administrator"), on behalf of the Fund, at the Extraordinary General Meeting of **Vidigal Participações S.A.**, a corporation enrolled with the National Registry of Legal Entities of the Ministry of Economy ("CNPJ/ME") under No. 27.373.258/0001-90 and holder of NIRE 35300502558, headquartered at Rua Alcindo Guanabara, No. 25, room 1,804, Downtown, in the City of Rio de Janeiro, State of Rio de Janeiro, Zip Code 20031-130 ("Vidigal"), to be opportunely held to resolve on the potential corporate reorganization of Vidigal in preparation for the Offering (as defined below) ("EGM Vidigal");

societária da Vidigal em preparação para a Oferta (conforme abaixo definido) ("AGE Vidigal");

(ii) **(a)** a autorização e recomendação, conforme aplicável, da alienação de ações ordinárias que passarão a ser detidas pelo Fundo após a Reorganização (conforme abaixo definido) ("Ações"), de emissão da **Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.**, sociedade por ações inscrita no CNPJ/ME sob o nº 61.067.161/0001-97, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Zaki Narchi, nº 500, 3ª Torre, 5º andar, CEP 02029-000 ("Companhia Investida"), por meio de uma oferta pública de distribuição de Ações, a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em regime de garantia firme de liquidação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 12 de dezembro de 2003, conforme alterada, e com esforços de colocação no exterior ("Oferta"); e **(b)** autorizar a Administradora, na condição de instituição administradora do Fundo, a tomar todas as providências e praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à realização da Oferta, conforme descrita no item "a" acima; e

(iii) a autorização para que a Administradora tome todas as providências e pratique todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à realização da Oferta e da Reorganização, incluindo, mas não se limitando a, celebração, em nome do Fundo, de formulários cadastrais, cartas, anexos, entre outros documentos, visando a implementação das deliberações citadas acima.

DELIBERAÇÕES: Os membros do Comitê decidiram, por unanimidade dos votos e sem quaisquer restrições:

(i) aprovar a orientação de votos a serem proferidos pela Administradora, em nome do Fundo,

(ii) **(a)** the authorization and recommendation, as the case may be, regarding the disposal of the ordinary shares that will be held by the Fund after the Reorganization (as defined below) ("Shares"), issued by **Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.**, a publicly held company enrolled with the CNPJ/ME under No. 61.067.161/0001-97, with headquarters in the City of São Paulo, State of São Paulo, at Avenida Zaki Narchi, No. 500, 3rd Tower, 5th Floor, Zip Code 02029-000 ("Invested Company"), by means of a public offering for the distribution of Shares to be carried out in Brazil on the over-the-counter market, on a firm guarantee of settlement regime, in accordance with the provisions of the Brazilian Securities Commission (*Comissão de Valores Mobiliários*) ("CVM") Ruling No. 400, of December 12, 2003, as amended, and with placement efforts abroad ("Offering"); and **(b)** authorize the Administrator, in its condition of administrator of the Fund, to take and practice all the necessary or convenient measures and actions required to carry out the Offering, as described in item "a" above; and

(iii) the authorization to the Administrator to take and practice all the necessary or convenient measures and actions required to carry out the Offering and the Reorganization, including, but not limited to, the execution of registration forms, letters, exhibits, among other documents, in order to implement the abovementioned resolutions.

RESOLUTIONS: The members of the Committee unanimously and without any restrictions decided to:

(i) to approve the orientation of the votes to be cast by the Administrator, on behalf of the Fund, at

na AGE Vidigal, cuja ordem do dia será deliberar sobre potencial reorganização societária da Vidigal ("Reorganização"), incluindo, sem limitação, as seguintes matérias: **(a)** examinar e aprovar os documentos societários necessários para a implementação da Reorganização, a serem firmados, dentre outros, entre as administrações da Vidigal e da Companhia Investida; **(b)** aprovar a contratação dos prestadores de serviços responsáveis pela elaboração de documentos societários, realização de registros, dentre outros procedimentos necessários para a implementação da Reorganização, incluindo, sem limitação, de empresa especializada para elaborar laudo(s) de avaliação do patrimônio líquido da Vidigal ("Laudo de Avaliação"), dentre outras conforme expressamente indicadas na AGE Vidigal; **(c)** conforme o caso, examinar e aprovar o Laudo de Avaliação; **(d)** deliberar sobre a aprovação da Reorganização, inclusive com a possível extinção da Vidigal; e **(e)** autorizar os administradores da Vidigal a tomarem as medidas necessárias à completa implementação da Reorganização, observados os termos da AGE Vidigal;

(ii) a alienação de até a totalidade das Ações detidas pelo Fundo, representativas de até 100% (cem por cento) de sua participação na Companhia Investida por meio da Oferta ("Desinvestimento"), em conformidade com o Regulamento. Ressalta-se que o Desinvestimento será realizado em estrita observância das regras estabelecidas no Regulamento, especialmente no que tange à política de investimento do Fundo; e

(iii) a autorização para que a Administradora tome todas as providências e pratique todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à realização da Oferta e da Reorganização, incluindo, mas não se limitando a, celebração, em nome do Fundo, de formulários cadastrais, cartas, anexos,

EGM Vidigal, whose agenda will be to resolve on the potential corporate reorganization of Vidigal ("Reorganization"), including, without limitation, the following matters: **(a)** to examine and approve the corporate documents necessary for the implementation of the Reorganization, to be entered into by and between, among others, the administrations of Vidigal and of the Invested Company; **(b)** to approve the engagement of the service providers responsible for preparing corporate documents, carrying out registrations, among other necessary procedures for the implementation of the Reorganization, including, without limitation, a specialized company to prepare the appraisal report(s) of Vidigal's net equity ("Appraisal Report"), among other expressly indicated at EGM Vidigal; **(c)** as the case may be, to examine and approve the Appraisal Report; **(d)** to resolve on the approval of the Reorganization, including with the possible extinction of Vidigal; and **(e)** to authorize Vidigal's administration to take the necessary measures to fully implement the Reorganization, subject to the provisions of the EGM Vidigal;

(ii) the disposal of up to the total amount of Shares held by the Fund, representing up to a hundred percent (100%) of its equity stake in the Invested Company by means of the Offering ("Divestment"), in accordance with the Bylaws. It is important to highlight that the Divestment will be carried out in compliance with the provisions set forth in the Bylaws, notably the provisions of the Fund's investment policy; and

(iii) the authorization to the Administrator to take and practice all the necessary or convenient measures and actions required to carry out the Offering and the Reorganization, including, but not limited to, the execution of registration forms, letters, exhibits, among other documents, in order to implement the abovementioned resolutions.

entre outros documentos, visando a implementação das deliberações citadas acima.

ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada.

São Paulo, 8 de dezembro de 2020.

(páginas de assinaturas a seguir)

(restante da página intencionalmente deixado em branco)

CLOSING OF THE MEETING: There being nothing more to be resolved on, the Meeting was adjourned, and the present minutes were drawn-up, read, approved and signed by all attending members.

São Paulo, December 8th, 2020.

(signatures pages below)

(remainder of this page intentionally left in blank)

ANEXO 1 // EXHIBIT 1

KILAUEA BRASIL PARTNERS I I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR

CNPJ/ME Nº 33.240.249/0001-23

PÁGINA 01/03 DA LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR E DE INVESTIMENTO REALIZADA EM 8 DE DEZEMBRO DE 2020, MEDIANTE CONFERÊNCIA TELEFÔNICA // PAGE 01/03 OF THE ATTENDANCE LIST OF THE MEETING OF THE MANAGEMENT AND INVESTMENT COMMITTEE HELD ON DECEMBER 8TH, 2020, BY MEANS OF CONFERENCE CALL

Membro / Member	Assinatura / Signature
Fernando Marques Oliveira	

KILAUEA BRASIL PARTNERS I I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR

CNPJ/ME Nº 33.240.249/0001-23

PÁGINA 02/03 DA LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR E DE INVESTIMENTO REALIZADA EM 8 DE DEZEMBRO DE 2020, MEDIANTE CONFERÊNCIA TELEFÔNICA // PAGE 02/03 OF THE ATTENDANCE LIST OF THE MEETING OF THE MANAGEMENT AND INVESTMENT COMMITTEE HELD ON DECEMBER 8TH, 2020, BY MEANS OF CONFERENCE CALL

Membro / Member	Assinatura / Signature
Sami Mnaymneh	

KILAUEA BRASIL PARTNERS 11 - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR

CNPJ/ME Nº 33.240.249/0001-23

PÁGINA 03/03 DA LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR E DE INVESTIMENTO REALIZADA EM 8 DE DEZEMBRO DE 2020, MEDIANTE CONFERÊNCIA TELEFÔNICA // PAGE 03/03 OF THE ATTENDANCE LIST OF THE MEETING OF THE MANAGEMENT AND INVESTMENT COMMITTEE HELD ON DECEMBER 8TH, 2020, BY MEANS OF CONFERENCE CALL

Membro / Member	Assinatura / Signature
Anthony Tamer	

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

[MINUTA DA]DECLARAÇÃO DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

NADIR FIGUEIREDO S.A., companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Zaki Narchi, nº 500, Vila Guilherme, CEP 02029-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o n° 61.067.161/0001-97, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Companhia**"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**") a ser realizada: (i) no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"); e (ii) fora do Brasil (inclusive nos Estados Unidos da América) através de colocação privada ("**Oferta**"), declara, de acordo com o artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(i) a Companhia é responsável pela veracidade, consistência, precisão, suficiência e pertinência das informações divulgadas publicamente ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações divulgadas publicamente ao mercado (através do, inter alia, prospecto preliminar e prospecto), são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o prospecto preliminar da Oferta contém, na presente data, e o prospecto definitivo da Oferta conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes consideradas necessárias para suficientemente informar os investidores acerca da Oferta, das Ações, da Companhia, suas atividades e dos riscos inerentes às tais atividades, sua situação econômico-financeira e quaisquer outras informações que possam razoavelmente ser relevantes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iv) o prospecto preliminar foi, e o prospecto definitivo será, elaborado de acordo com as leis e normas aplicáveis, incluindo, mas não se limitando a, Instrução CVM 400.

São Paulo, [●] de [●] de 2021.

NADIR FIGUEREIDO S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

[MINUTA DA]DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

KILAUEA BRASIL PARTNERS II – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR, fundo de investimento, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o nº 33.240.249/0001-23, neste ato representado na forma de seu regulamento, por seu administrador, BRL Trust Investimentos Ltda., sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, CEP 01.451-011, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.025.053/0001-62, autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº 14.796, de 30 de dezembro de 2015, neste ato representado na forma de seu estatuto social ("**Acionista Vendedor**"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **NADIR FIGUEIREDO S.A.**, companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Zaki Narchi, nº 500, Vila Guilherme, CEP 02029-000, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 61.067.161/0001-97, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Companhia**"), nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), a ser realizada realizada (i) no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"); e (ii) fora do Brasil (inclusive nos Estados Unidos da América) através de colocação privada ("**Oferta**"), declara, de acordo com o artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(i) O Acionista Vendedor é responsável pela veracidade, consistência, precisão, suficiência e pertinência das informações divulgadas publicamente ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações divulgadas publicamente ao mercado (através do, inter alia, prospecto preliminar e prospecto definitivo), são e serão, conforme é de conhecimento do Acionista Vendedor, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o prospecto preliminar da Oferta contém, na presente data, e o prospecto definitivo da Oferta conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes consideradas necessárias para suficientemente informar os investidores acerca da Oferta, das Ações, da Companhia, suas atividades e dos riscos inerentes às tais atividades, sua situação econômico financeira e quaisquer outras informações que possam razoavelmente ser relevantes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iv) o prospecto preliminar foi, e o prospecto definitivo será, elaborado de acordo com as leis e normas aplicáveis, incluindo, mas não se limitando a, Instrução CVM 400.

São Paulo, [•] de [•] de 2021.

KILAUEA BRASIL PARTNERS II – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR

por seu administrador

BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

[MINUTA DA]DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

BANCO BTG PACTUAL S.A., instituição financeira com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, CEP 04538-132, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o n° 30.306.294/0002-26, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Coordenador Líder**"), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da **NADIR FIGUEIREDO S.A.**, companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Zaki Narchi, nº 500, Vila Guilherme, CEP 02029-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o n° 61.067.161/0001-97, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Kilauea Brasil Partners II – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("**FIP Kilauea**" ou "**Acionista Vendedor**") ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil ("**Brasil**"), com esforços de colocação no exterior, sob a coordenação do Coordenador Líder, do Bank America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("**Bank of America**" ou "**Agente Estabilizador**"), do Banco Itaú BBA S.A. ("**Itaú BBA**") e do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI** e, em conjunto com Coordenador Líder, o Agente Estabilizador e o Itaú BBA, "**Coordenadores da Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**" e "**Oferta**", respectivamente), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em dezembro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Nadir Figueiredo S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Nadir Figueiredo S.A. ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;

(D) foram disponibilizados pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, os documentos que a Companhia e o Acionista Vendedor consideraram relevantes para a Oferta, inclusive para preparação dos Prospectos;

(E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e ao Acionista Vendedor, os quais a Companhia e o Acionista Vendedor confirmaram ter disponibilizado;

(F) a Companhia e o Acionista Vendedor confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à atividade da Companhia e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [•] de [•] de 2021.

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Relatório da Administração 2020

NADIR FIGUEIREDO

MENSAGEM DA DIRETORIA

A Nadir Figueiredo demonstra a solidez e experiência de quem conhece o seu consumidor e o mercado onde atua permitindo com resiliência manter sua estratégia de crescimento com rentabilidade mesmo nos momentos mais adversos.

O ano de 2020 não foi diferente, conseguimos atingir patamares históricos em faturamento líquido consolidado com um crescimento de 12,7% e EBITDA com crescimento de 62,6% com respeito ao exercício anterior. Números expressivos quando consideramos o quanto desafiador foi este exercício devido ao contexto da COVID-19 e o impacto na economia e no dia a dia dos nossos consumidores, colaboradores e fornecedores.

Isto foi possível por termos estabelecido desde o início de março quatro pilares na condução da empresa neste novo contexto:

- Implantação de todas as medidas de proteção para a saúde de nossos colaboradores, clientes e fornecedores
- Reforço nas ações de proteção ao caixa da empresa
- Redução de custos e despesas, com impacto positivo de longo prazo
- Análise profunda das mudanças ocorridas nos hábitos de consumo visando antecipar as necessidades de nossos clientes

Entendemos que a parceria com nossos canais de venda, bem como a proximidade de nossas marcas com o consumidor final, foram fatores cruciais para o sucesso e crescimento à despeito da pandemia, nos permitindo fazer um contra ponto às dificuldades enfrentadas no mesmo período por nossos clientes do segmento de bares, hotéis e restaurantes, cuja demanda na presente data permanece em níveis abaixo do histórico para a Companhia.

Para continuar atendendo o mercado com excelência, tomamos decisões estratégicas para 2021 que permitirão aumentar nossa capacidade de vendas como investimentos em expansão de capacidade produtiva no decorrer do ano e a contratação de empresa especializada em *full-commerce*, para fortalecer a presença da Companhia no canal de venda online com e-commerce próprio.

Implantamos no segundo semestre um novo modelo administrativo simplificando a estrutura hierárquica trazendo uma economia de despesas e ganho de agilidade na tomada de decisões que devem beneficiar a empresa no longo prazo.

Em 6 de novembro de 2020, como parte da reestruturação societária, a Vidros da Glória Participações S.A. (antiga controladora da Companhia) e a Colorex Comércio e

Desenvolvimento de Produtos Ltda. (antiga controlada da Companhia) foram incorporadas pela Companhia, com base nos valores contábeis de 30 de setembro de 2020. O Protocolo de Incorporação e Alteração do Contrato Social foram aprovados pela Junta Comercial do Estado de São Paulo em 16 de dezembro de 2020.

No dia 01 de fevereiro de 2021 foi aprovada por unanimidade a incorporação da Vidigal Participações S.A. pela Companhia através da ata da Assembleia Geral Extraordinária.
A Companhia e a Vidigal Participações S.A e emitiram protocolo de Incorporação e alteração do contrato social, as quais foram submetidas à aprovação da Junta Comercial do SP.

Em 2020, também reforçamos a governança coorporativa da Companhia, com a instituição de um comitê de compliance com presença de membros independentes e novo canal de denúncia terceirizado e sigiloso. Nesta mesma linha reforçamos nosso conselho de administração com pessoas com comprovada experiência em bens de consumo e utilidades domésticas.

Acreditamos que as decisões tomadas neste ano de características tão particulares nos permitirão viver uma nova onda de crescimento com um novo patamar de rentabilidade e orientado pela demanda de nossos consumidores para quem estaremos sempre levando produtos de qualidade e design únicos através de marcas fortes e queridas pelo mercado.

Agradecemos em particular aos nossos mais de 2000 colaboradores que estiveram conosco mantendo nossas operações funcionando 24/7 durante os 366 dias do ano mesmo nos momentos mais difíceis da pandemia sempre respeitando os protocolos de segurança e distanciamento.

A DIRETORIA DA NADIR FIGUEIREDO S.A

INDICADORES FINANCEIROS

Principais Indicadores	Receita operacional liquida consolidada crescendo 12,7% chegando a R$ 894,1 milhões
	EBITDA consolidado de R$ 273,6 milhões com uma margem de 30,6% da receita liquida
	Geração de caixa operacional de R$ 260,0 milhões com um CAPEX de R$ 42,5 milhões terminando o exercicio com divida liquida de R$ 330,2 milhões
	ROIC do Exercício de 34,4%

- Vendas: A receita líquida consolidada totalizou em 2020 R$ 894,1 milhões o que corresponde a um crescimento de 12,7% ou R$ 100,8 milhões quando comparado ao exercício de 2019. Os volumes de utilidades domésticas e embalagens tiveram crescimento que compensou as quedas dos mercados de produtos promocionais. A demanda por produtos para venda ao consumidor final compensou o impacto sofrido pelo fechamento de bares hotéis e restaurantes.

- Margem: O lucro bruto consolidado de 2020 atingiu o valor de R$ 425,3 milhões com um crescimento de R$ 98,9 milhões ou 30,3% quando comparado com 2019. A margem bruta em 2020 foi de 47,6% da receita liquida contra 41,1% do ano anterior, devido aos ganhos de escala com crescimento do volume de vendas e reajustes de preço para compensar aumento de custo dos produtos vendidos.

- Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas: As despesas administrativas e de vendas consolidadas tiveram um incremento de R$ 7,8 milhões com respeito ao mesmo período do ano anterior ascendendo à R$ 215,3 milhões que corresponde a 24,1% da receita liquida e representa uma melhora se comparado com os 26,2% do período anterior. Este incremento em valores absolutos decorre principalmente das despesas de pessoal (+ R$ 8,2 milhões) em decorrência dos gastos de reestruturação hierárquica que significarão reduções de despesa a partir de 2021.

- EBITDA e Lucro Líquido: O aumento da receita liquida com incremento da margem bruta compensaram o ligeiro aumento de despesas administrativas e vendas de forma que o EBITDA consolidado do período chegou a R$ 273,6 milhões representando uma margem EBITDA de 30,6% contra os 21,2% do exercício anterior. Os gastos financeiros totalizaram R$ -17,1 milhões contra os R$ -17,6 milhões do exercício anterior permitindo atingir um lucro líquido de R$ 138,8 milhões com margem liquida de 15,5%

- FCO e Retorno sobre o capital investido : O fluxo de caixa operacional no período foi de R$ 260,0 milhões composto pelo fluxo de caixa das atividades operacionais totalizando R$ 285,9 milhões mais a variação nos ativos, passivos e caixa gerado nas operações consequência do EBITDA e de ações de proteção do caixa face à pandemia que reduziram a necessidade de capital de giro com respeito ao ano anterior. As adições ao imobilizado no período foram de R$ 42,5 milhões sendo principalmente representado pelos imobilizados em curso das reformas e expansão de fornos a serem realizadas em 2021. O ROIC atingiu 34,42% no período determinado pelo Lucro operacional antes do resultado financeiro de R$ 234,7 milhões deduzido do IR/CS de R$ 78,8 milhões dividido pelo somatório ativo imobilizado e capital de giro de R$ 278,6 milhões e R$ 174,2 milhões respectivamente.

- Endividamento e Covenants: O endividamento financeiro líquido chegou ao final do período em R$ 330,2 milhões composto por R$ 90,2 milhões e R$ 585 milhões de empréstimos e financiamentos de curto prazo e longo prazo respectivamente menos R$ 345 milhões de caixa, títulos e valores imobiliários contra os R$ 153,2 milhões de endividamento líquido do período anterior. Todos os covenants previstos nos contratos financeiros foram cumpridos. Os R$ 585,0 milhões de empréstimos e financiamentos de longo prazo são compostos por emissão de R$ 390 milhões debenture com juros CDI + 2% a.a e R$ 195 milhões de Créditos ligados à Exportação (NCE/CCE) atrelados ao CDI. Todas linhas com liquidação até 2026 e carência de amortização de principal até 2022.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A tabela a seguir apresenta os resultados consolidados dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

DRE CONSOLIDADO

em R$ milhões	2020		2019		Δ	
Receita Bruta	1.253,6		1.127,7		126,0	
Impostos e Descontos	(359,6)		(334,4)		(25,2)	
Receita Liquida	894,1	100,0%	793,3	100,0%	100,8	12,7%
Custo	(468,7)	(52,4)%	(466,9)	(58,9)%	(1,9)	,4%
Lucro Bruto	425,3	47,6%	326,4	41,1%	98,9	30,3%
Despesas de Vendas e Logistica	(118,9)	(13,3)%	(119,6)	(15,1)%	0,7	(,6)%
Despesas Gerais e Administrativas	(96,4)	(10,8)%	(87,9)	(11,1)%	(8,5)	9,6%
Outras receitas e despesas	24,7	2,8%	11,9	1,5%	12,9	108,2%
Equivalência Patrimonial	0,0	0%	0,0	0%	0,0	
EBITDA	273,6	30,6%	168,3	21,2%	105,3	62,6%
Depreciação e Amortização	(38,9)	(4,3)%	(37,5)	(4,7)%	(1,3)	3,6%
EBIT	234,7	26,3%	130,8	16,5%	104,0	79,5%
Resultado Financeiro	(17,1)	(1,9)%	(17,6)	(2,2)%	0,5	
Lucro antes de Imposto	217,6	24,3%	113,1	14,3%	104,5	92,4%
IR/CSLL	(78,9)	(8,8)%	(39,5)	(5,0)%	(39,3)	99,5%
Lucro Liquido	138,8	15,5%	73,6	9,3%	65,1	88,5%

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em cumprimento às disposições do artigo 25 da Instrução CVM 480, os diretores da companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as demonstrações financeiras de 2020 e 2019 da Nadir Figueiredo S.A e com o relatório dos auditores independentes.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, a Nadir Figueiredo S/A e suas controladas informa que adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.
No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a PwC não prestou outros serviços adicionais que ultrapassem 5% dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da companhia.

Na contratação desses serviços, as políticas adotadas pela Companhia se fundamentam nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.
A PwC declarou que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderiam afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

AGRADECIMENTOS

No encerramento de mais um período de atividades, os resultados alcançados no ano de 2020 refletem a constante busca pela melhoria e geração de valor, o que só tem sido possível pela confiança em nós depositada por clientes e consumidores, pela dedicação e o comprometimento de nossos colaboradores, pela cooperação com fornecedores e pelo apoio dos acionistas.

São Paulo, 3 de fevereiro de 2021.

A Administração

www.pwc.com.br

Nadir Figueiredo S.A. (nova denominação social da Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.)

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e relatório do auditor independente

pwc

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores
Nadir Figueiredo S.A. (nova denominação social
da Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Nadir Figueiredo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Nadir Figueiredo S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nadir Figueiredo S.A. e da Nadir Figueiredo S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

PricewaterhouseCoopers, Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino, São Paulo, SP, Brasil, 05001-903, Caixa Postal 60054, T: +55 (11) 3674 2000, www.pwc.com.br

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Recuperabilidade dos tributos diferidos ativos oriundos do benefício fiscal gerado por incorporação reversa de sociedade controladora (Notas 1.2 e 10.b)	
Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta registrado saldo de tributos diferidos ativos no valor de R$ 190.177 mil. Em 6 de novembro de 2020, por meio do instrumento societário de incorporação reversa, a então sociedade controladora Vidros da Glória Participações S.A. foi incorporada pela Companhia. Como resultado desta reorganização societária, a Companhia contabilizou tributo diferido ativo proporcionado pela dedutibilidade fiscal futura da depreciação e da amortização das mais valias dos ativos intangíveis de vida útil definida e do ágio, totalizando R$ 165.796 mil. A estimativa de recuperabilidade dos tributos diferidos através de lucros tributáveis futuros requer avaliação de estimativas e julgamentos da administração e pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas de projeção dos lucros tributáveis futuros. Esse assunto foi considerado significativo e uma área de foco em nossa auditoria devido aos valores envolvidos, assim como pelo uso de estimativas e julgamentos adotados pela administração da Companhia na determinação do valor recuperável do tributo diferido.	Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros: • Revisão da base dos créditos tributários oriundos das diferenças temporárias e da depreciação e amortização fiscal dos ativos intangíveis de vida útil definida e do ágio. • Revisão da base dos créditos tributários oriundos das diferenças temporárias e da depreciação e amortização fiscal dos ativos intangíveis de vida útil definida e do ágio. • Avaliação das principais premissas adotadas pela administração contidas no estudo de projeções de lucros tributários futuros apresentadas, incluindo a evolução da receita, custos e despesas, a consistência dessas variáveis com o plano de negócio, as projeções de realização das diferenças temporárias, bem como as projeções de fluxo de caixa. • Testamos os prazos de realização considerados nas análises e os dados históricos cujos créditos tributários diferidos ativos foram registrados, corroborando a adequação e a consistência dessas estimativas de realização. Como resultado desses procedimentos, não identificamos aspectos relevantes que nos levassem a considerar ser necessário modificações nos valores registrados e informações divulgadas nas notas explicativas, considerando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das cifras do ano anterior

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 5 de março de 2020, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os

assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Nadir Figueiredo S.A.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 3 de fevereiro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Geovani da Silveira Fagunde
Contador CRC 1MG051926/O-0

Conteúdo

Balanço patrimonial **2**

Demonstração do resultado **4**

Demonstração do resultado abrangente **5**

Demonstração das mutações no patrimônio líquido **6**

Demonstração dos fluxos de caixa **8**

Demonstração do valor adicionado **9**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas **10**

Nadir Figueiredo S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Notas**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	62.977	12.026	63.593	12.926
Títulos e valores mobiliários	7	279.292	89.260	281.410	89.461
Contas a receber de clientes	8	235.888	214.882	240.877	216.324
Estoques	9	104.001	118.664	107.212	122.173
Tributos a recuperar	-	14.147	5.787	16.485	8.261
Outros créditos	-	3.637	4.691	3.637	4.775
Total do ativo circulante		**699.942**	**445.310**	**713.214**	**453.920**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	8	1.187	1.725	1.187	1.725
Depósitos judiciais	19	1.359	1.299	1.359	1.299
Tributos diferidos	10b	190.177	16.942	190.177	16.942
Outros créditos	-	2.684	1.167	2.046	267
Total do ativo realizável a longo prazo		**195.407**	**21.133**	**194.769**	**20.233**
Investimentos em controladas	11	3.984	2.977	-	-
Imobilizado	13	278.553	272.369	278.624	272.571
Intangível		786	1.083	786	1.083
Direito de uso	14	7.359	10.416	7.359	10.416
Total do ativo não circulante		**486.089**	**307.978**	**481.538**	**304.303**
Total do ativo		**1.186.031**	**753.288**	**1.194.752**	**758.223**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nadir Figueiredo S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido		**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Circulante					
Fornecedores	16	107.598	58.315	109.069	58.957
Empréstimos e financiamentos	15	90.206	40.547	90.206	40.547
Obrigações tributárias	17	26.836	21.603	26.836	21.619
Imposto de Renda e Contribuição Social	17	8.003	178	9.578	1.099
Obrigações trabalhistas	18	23.215	24.541	23.316	24.689
Dividendos a pagar	21e	1.596	16.200	2.735	17.063
Passivo de arrendamento	14	3.517	3.376	3.517	3.376
Outras obrigações		21.211	13.097	21.662	13.078
Total do passivo circulante		**282.182**	**177.857**	**286.919**	**180.428**
Não circulante					
Obrigações com terceiros	16b	106.178	-	106.178	-
Empréstimos e financiamentos	15	585.000	215.000	585.000	215.000
Provisão para demandas judiciais	19	1.308	1.477	1.308	1.477
Plano de aposentadoria complementar e seguro saúde	20	42.589	33.828	42.589	33.828
Passivo de arrendamento	14	4.301	7.359	4.301	7.359
Outras obrigações		25.864	1.375	25.864	1.375
Total do passivo não circulante		**765.240**	**259.039**	**765.240**	**259.039**
Patrimônio líquido					
Capital social	21a	81.366	172.674	81.366	172.674
Reservas de capital	21b	63.107	63.108	63.107	63.108
Reservas de lucros	21c	30.354	111.084	30.354	111.084
Outros resultados abrangentes	21d	(36.218)	(30.474)	(36.218)	(30.474)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**138.609**	**316.392**	**138.609**	**316.392**
Participação de não controladores	4q	-	-	3.984	2.364
Total do Patrimônio líquido		**138.609**	**316.392**	**142.593**	**318.756**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.186.031**	**753.288**	**1.194.752**	**758.223**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nadir Figueiredo S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Receita operacional líquida	22	872.537	754.770	894.067	793.252
Custo dos produtos vendidos	23	(464.438)	(445.224)	(468.742)	(466.852)
Lucro bruto		**408.099**	**309.546**	**425.325**	**326.400**
Despesas com vendas	24	(110.141)	(108.757)	(118.916)	(119.580)
Despesas administrativas	24	(95.151)	(86.628)	(96.400)	(87.918)
Outras receitas, líquidas	25	27.272	14.447	24.735	11.882
Resultado de equivalência patrimonial	11	1.319	18	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**231.398**	**128.626**	**234.744**	**130.784**
Despesas financeiras	26	(24.041)	(21.964)	(24.132)	(21.976)
Receitas financeiras	26	6.270	6.513	6.925	7.144
Variações cambiais, líquidas	26	1.264	(1.174)	94	(2.813)
Resultado financeiro líquido		**(16.507)**	**(16.625)**	**(17.113)**	**(17.645)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**214.891**	**112.001**	**217.631**	**113.139**
Imposto de renda e contribuição social		**(77.460)**	**(37.916)**	**(78.881)**	**(39.538)**
Corrente	10	(78.244)	(69.504)	(79.665)	(71.126)
Diferido	10	784	31.588	784	31.588
Lucro líquido do exercício		**137.431**	**74.085**	**138.750**	**73.601**
Lucro (Prejuízo) atribuído:					
Acionistas não controladores		-	-	1.319	(484)
Acionistas controladores		137.431	74.085	137.431	74.085
Denominador básico (em milhares de ações) (Nota 27):					
Lucro do período		137.431	74.085		
Preferenciais		-	145.170	-	-
Ordinárias		241.670	99.252	-	-
Lucro por ação - básico e diluído (em R$)		0,57	0,30	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nadir Figueiredo S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Lucro líquido do exercício	**137.431**	**74.085**	**138.750**	**73.601**
Outros resultados abrangentes:				
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Variação na mensuração de passivos atuariais	(8.761)	(8.968)	(8.761)	(8.968)
Impostos sobre os passivos atuariais	2.979	3.049	2.979	3.049
Variação na mensuração de passivos atuariais, líquido	**(5.782)**	**(5.919)**	**(5.782)**	**(5.919)**
Itens a serem reclassificados posteriormente para o resultado				
Ajustes de conversão para moeda estrangeira	38	303	339	435
Resultado abrangente do exercício	**131.687**	**68.469**	**133.307**	**68.117**
Resultado abrangente atribuível aos :				
Acionistas controladores	131.687	68.469	131.687	68.601
Acionistas não controladores			1.620	(484)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nadir Figueiredo S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

		Atribuível aos acionistas controladores										
					Reservas de lucros							
	Nota	Capital Social	Reserva de capital	Ajustes de reavaliação ativos	Legal	Estatutária	de retenção	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do Patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2019		**200.000**	**-**	**8.429**	**118.734**	**-**	**36.132**	**-**	**32.687**	**395.982**	**2.716**	**398.698**
Resultado abrangente do exercício												
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	74.085	-	74.085	(484)	73.601
Efeito de conversão de moeda estrangeira	21c	-	-	-	-	-	-	-	(47)	(47)	(46)	(93)
Efeito de variação cambial sobre dividendos	21c	-	-	-	-	-	-	-	350	350	178	528
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	(5.919)	(5.919)	-	(5.919)
Resultado abrangente do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**74.085**	**(5.616)**	**68.469**	**(352)**	**68.117**
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas												
Aumento de Capital	21a	100.000	-	-	(100.000)	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas de reavaliação e custo atribuído	21b	-	63.108	(8.429)	-	-	-	-	(57.545)	(2.866)	-	(2.866)
Acervo liquido cindido	21a	(127.326)	-	-	-	-	-	-	-	(127.326)	-	(127.326)
Destinação do lucro do liquido do exercício												
Constituição de reservas	21b	-	-	-	3.704	3.704	48.810	(56.218)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	21d	-	-	-	-	-	-	(1.813)	-	(1.813)	-	(1.813)
Dividendos	21d	-	-	-	-	-	-	(16.054)	-	(16.054)	-	(16.054)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		**172.674**	**63.108**	**-**	**22.438**	**3.704**	**84.942**	**-**	**(30.474)**	**316.392**	**2.364**	**318.756**

Nadir Figueiredo S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

		Atribuível aos acionistas controladores										
					Reservas de lucros							
	Nota	Capital Social	Reserva de capital	Ajustes de reavaliação ativos	Legal	Estatutária	de retenção	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019		**172.674**	**63.108**	**-**	**22.438**	**3.704**	**84.942**	**-**	**(30.474)**	**316.392**	**2.364**	**318.756**
Resultado abrangente do exercício												
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	137.431	-	137.431	1.319	138.750
Efeito de conversão de moeda estrangeira	21c	-	-	-	-	-	-	-	38	38	301	339
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	(5.782)	(5.782)	-	(5.782)
Total do resultado abrangente do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**137.431**	**(5.744)**	**131.687**	**1.620**	**133.307**
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas												
Opções outorgadas	30	-	**(1)**	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)
				-								
Efeito líquido da incorporação de controlador	1.2	(26.848)	-	-	-	-	(281.218)	-	-	(308.066)	-	(308.066)
Redução do capital por absorção de prejuízo	21a	(64.460)	-	-	-	-	64.460	-	-	-	-	-
Destinação do lucro do liquido do exercício												
Constituição de reservas	21b	-	-	-	-	281	135.747	(136.028)	-	-	-	-
Dividendos	21d	-	-	-	-	-	-	(1.403)	-	(1.403)	-	(1.403)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**81.366**	**63.107**	**-**	**22.438**	**3.985**	**3.931**	**-**	**(36.218)**	**138.609**	**3.984**	**142.593**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nadir Figueiredo S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**214.891**	**112.001**	**217.631**	**113.139**
Depreciação e amortização	38.731	37.340	38.862	37.516
Resultado de equivalência patrimonial	(1.319)	(18)	-	-
Despesa de juros sobre empréstimos	16.536	10.109	16.536	10.109
Provisão demandas judiciais	(169)	(117)	(169)	(117)
Provisão (reversão) para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	5.260	(839)	5.260	(839)
Provisão (reversão) para perda estimada para estoques obsoletos	1.491	(720)	1.491	(720)
Variações monetárias e cambiais líquidas	3.727	3.165	4.027	1.950
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	484
Resultado do valor residual de baixa do ativo	-	161	-	161
	279.148	**161.082**	**283.638**	**161.683**
Variações nos ativos				
Aumento em contas a receber de clientes	(25.584)	(59.021)	(29.131)	(57.441)
Redução em estoques	13.172	931	13.470	9.626
Aumento (redução) em tributos a recuperar	(7.841)	(1.598)	(7.705)	1.258
Aumento (redução) em outros ativos	(500)	1.086	(678)	300
Variações nos passivos				
Aumento em fornecedores	49.279	7.125	50.108	6.611
Redução em obrigações trabalhistas	(1.330)	(1.083)	(1.377)	(1.335)
Redução (aumento) em obrigações tributárias	4.741	(2.724)	4.725	(3.146)
Redução (aumento) em outros passivos	26.123	(2.982)	26.092	(3.012)
Caixa gerado nas operações				
Imposto de renda e contribuição social pagos	(69.022)	(69.504)	(69.323)	(71.126)
Juros pagos	(9.777)	(8.721)	(9.777)	(8.721)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**258.409**	**24.591**	**260.042**	**34.697**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Recebimento de dividendos	-	586	-	586
Aumento em títulos e valores mobiliários	(190.032)	(50.522)	(191.949)	(43.604)
Adições ao imobilizado	(42.460)	(68.072)	(42.460)	(68.072)
Adições ao intangível	-	(43)	-	(43)
Recebimento pela alienação do ativo imobilizado	590	578	590	578
Efeito da cisão – Investimentos	-	-	-	(22.244)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(231.902)**	**(117.473)**	**(233.819)**	**(132.799)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	150.053	346.827	150.053	346.827
Arrendamento	(3.510)	(3.057)	(3.510)	(3.057)
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos	(16.007)	(14.658)	(16.007)	(14.658)
Pagamento de principal de empréstimo	(131.962)	(225.259)	(131.962)	(225.259)
Pagamento de empréstimos com partes relacionadas	-	(14.336)	-	(9.424)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	**(1.426)**	**89.517**	**(1.426)**	**94.429**
Caixa e equivalentes de caixa proveniente da incorporação	**25.870**	**-**	**25.870**	**-**
Aumento (redução) líquido de Caixa e equivalentes de caixa	**50.891**	**(3.365)**	**50.667**	**(3.673)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.026	15.391	12.926	16.599
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	62.977	12.026	63.593	12.926
Aumento (redução) líquido de Caixa e equivalentes de caixa	**50.891**	**(3.365)**	**50.667**	**(3.673)**

As transações das atividades operacionais, de investimento e de financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 32.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nadir Figueiredo S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Receitas	**1.278.776**	**1.100.669**	**1.300.852**	**1.139.925**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.231.567	1.085.828	1.253.643	1.127.676
Outras receitas	52.469	14.447	52.469	11.882
Provisão (reversão) estimada para perdas com créditos	(5.260)	394	(5.260)	367
Insumos adquiridos de terceiros	**(449.671)**	**(420.026)**	**(458.508)**	**(447.325)**
Custo das mercadorias e produtos vendidos	(82.124)	(71.731)	(82.124)	(71.731)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(367.547)	(348.295)	(376.384)	(375.594)
Valor adicionado bruto	**829.105**	**680.643**	**842.344**	**692.600**
Depreciação	(35.826)	(37.340)	(35.957)	(37.516)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**793.279**	**643.303**	**806.387**	**655.084**
Valor adicionado recebido em transferência	**(16.345)**	**6.859**	**(20.715)**	**7.472**
Resultado de equivalência patrimonial	1.319	18	-	-
Receitas financeiras	7.534	7.221	7.019	7.852
Outras	(25.198)	(380)	(27.734)	(380)
Valor adicionado total a distribuir	**776.934**	**650.162**	**785.672**	**662.556**
Distribuição do valor adicionado	**776.934**	**650.162**	**785.672**	**662.556**
Pessoal				
- Remuneração direta	126.059	127.420	130.851	132.699
- Benefícios	34.763	34.311	34.808	34.419
- F.G.T.S.	12.392	11.097	12.392	11.113
Impostos, taxas e contribuições				
- Federais	311.034	260.510	313.225	265.865
- Estaduais	129.896	116.366	129.908	116.394
- Municipais	521	962	810	1.405
Remuneração de capitais de terceiros				
- Juros	18.366	21.472	18.366	22.951
- Aluguéis	606	1.566	606	1.565
- Outras	5.866	2.374	5.956	2.546
Remuneração de capitais próprios				
- Juros sobre capital próprio	-	1.813	-	1.813
- Lucros retidos	137.431	72.271	138.750	71.786

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nadir Figueiredo S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Nadir Figueiredo S.A. (nova denominação social da Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.) ("Nadir" ou "Companhia"), estabelecida à Avenida Zaki Narchi nº 500, na cidade de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado, contando com instalações industriais no estado de São Paulo, na cidade de Suzano. Os principais objetivos da Companhia são: indústria, comércio, exportação e importação de produtos de vidro, cristal, cerâmica e louça, destinados às utilidades domésticas e embalagens de alimentos e bebidas, e participações em outras empresas. A Nadir possui como controlador a H.I.G Capital LLC.

A Companhia possui a subsidiária Distribuidora Brasim S.A., localizada na Argentina, no qual os objetivos e atividades principais são: comércio, distribuição, importação de produtos, ferramentas, bazar, vidros e livros.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 03 de fevereiro de 2021.

1.1 Aquisição pela Vidros da Gloria e Fechamento de Capital.

A partir de 02 de setembro de 2019 a Vidros da Glória Participações S.A se tornou titular de 13.262.410 ações de emissão da Companhia, representativas, em conjunto, de 97,67% do capital social total da Companhia, sendo 5.452.962 ações ordinárias, representativas de 98,90% do total dessa espécie, e 7.809.448 ações preferenciais, representativas de 96,83% do total dessa espécie.

Em dia 3 de fevereiro de 2020, Vidros da Glória Participações S.A deferiu o registro da oferta pública de aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia a ser lançada pela Vidros da Glória Participações S.A. em virtude da alienação do controle da Companhia e visando ao cancelamento de seu registro como companhia aberta.

Em 4 de fevereiro de 2020 foram divulgados o edital da oferta pública de aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia lançada pela Vidros da Glória Participações S.A. em virtude da alienação do controle da Companhia e visando ao cancelamento de seu registro como companhia aberta, com a íntegra de seus termos e condições, bem como os demais documentos da OPA.

1.2 Principais eventos ocorridos em 2020

Em 6 de novembro de 2020, como parte da reestruturação societária, a Vidros da Glória Participações S.A. (antiga controladora da Companhia) e a Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda. (antiga controlada da Companhia) foram incorporadas pela Companhia, com base nos valores contábeis de 30 de setembro de 2020. O Protocolo de Incorporação e Alteração do Contrato Social foram aprovados pela Junta Comercial do Estado de São Paulo em 16 de dezembro de 2020.

O patrimônio líquido da Vidros da Glória Participações S.A. revertido para a Companhia, avaliado conforme laudo de avaliação patrimonial contábil, apurado pelos valores contábeis em 30 de setembro de 2020 para fins de incorporação, emitido por empresa independente especializada é de R$ 369.231. O acervo líquido é demonstrado abaixo:

Em milhares de Reais

Caixa e equivalentes de caixa	25.665
Tributos a recuperar	507
Investimentos em empresa controlada	396.079
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	244.265
Valor justo dos ativos e passivos adquiridos na combinação de negócios	204.133
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(391.317)
Fornecedores e outras contas a pagar	(103.139)
Obrigações tributarias	(482)
Partes Relacionadas	(6.480)
Total dos ativos identificáveis, líquido	**369.231**

Para fins desta incorporação, foram realizados os seguintes ajustes contábeis:

(1) Eliminação do investimento em empresa controlada – R$ 396.079

(2) Baixa do ágio em investimentos – R$ 244.265

(3) Baixa da mais valia de ativo imobilizado, relacionamento com clientes e marcas R$ 204.133

(4) Constituição de tributos diferidos sobre os itens 2 e 3 – R$ 152.455

(5) Constituição de crédito tributário sobre mais valias amortizadas – R$ 17.017

(6) Baixa das movimentações ocorridas entre a data do laudo e da incorporação - R$ 2.292

Após os ajustes, o acervo líquido incorporado foi de R$ 308.066 (negativo). Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de novembro de 2020 foi aprovado o protocolo de incorporação , este montante foi registrado parte como redução de capital, no valor de R$ 26.848 e parte a débito de reservas de lucros no patrimônio líquido, no valor de 281.218.

O patrimônio líquido Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda. revertido para a Companhia, avaliado conforme laudo de avaliação patrimonial contábil, apurado pelos valores contábeis em 30 de setembro de 2020 para fins de incorporação, emitido por empresa independente especializada é de R$ 398. De acordo com o Laudo de Avaliação, o patrimônio líquido da Incorporada era de R$ 398.

O acervo líquido é demonstrado abaixo:

Em milhares de Reais

Caixa e equivalentes de caixa	205
Contas a receber de clientes	144
Tributos a recuperar	12
Antecipação de impostos	23
Imobilizado	32
Fornecedores	(4)
Tributos a recolher	(10)
Salários e encargos sociais	(4)
Total dos ativos identificáveis, líquido	**398**

O valor dos ativos identificáveis foi eliminado com o valor do investimento da Companhia na controlada na data da incorporação, não gerando, desta forma, impacto no patrimônio líquido da Companhia.

No dia 28 de dezembro de 2020 os acionistas aprovaram em assembleia geral extraordinária as seguintes matérias: (i) o plano de opção de compra de ações da Companhia (Nota 30); (ii) a redução do capital social da Companhia de R$ 145.826 para R$ 81.366, através de absorção de prejuízos acumulados na incorporação, passando a ser dividido em 12.661.602 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal (Nota 21); e (iv) a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial.

1.3 Impactos da Pandemia COVID-19 nos negócios da Companhia

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou oficialmente o surto da COVID-19 uma pandemia. Após essa declaração, vários países e estados instituíram medidas de isolamento social para combater a pandemia da COVID-19.

Em atendimento ao Ofício Circular CVM-SNC/SEP nº 03/2020, diante do cenário atual que o mundo e nosso país atravessam por conta da pandemia da COVID-19, a Companhia procurou avaliar os possíveis impactos relevantes nas suas operações, com o objetivo de verificar os reflexos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e divulgações futuras.

No Brasil, após a comprovação do primeiro caso de Coronavírus, paralisações decorrentes do distanciamento social foram solicitadas ou impostas por autoridades governamentais ou definidas por empresas como medidas preventivas. Essas paralisações impactaram diversos segmentos da economia nacional, entre os principais o varejo físico e diversos segmentos da indústria, além da cadeia de serviços.

Diante da pandemia, destaca-se as principais medidas e indicadores operacionais e financeiros da Companhia:

a. Medidas de assistência governamental

Diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos entes federativos, com objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as seguintes, que foram adotadas pela Companhia:

(i) Adoção da Medida Provisória nº 927 de março de 2020 que dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento da COVID-19;

(ii) Adoção da Medida Provisória nº 936 de abril de 2020 que institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento da COVID-19;

(iii) Adoção das Portarias nº 139 e 150 que prorrogam o prazo para o recolhimento de tributos federais, na situação que especifica em decorrência da pandemia relacionada à COVID-19.

b. Medidas operacionais

A Companhia está atenta e seguindo todas as orientações de prevenção à pandemia da COVID-19 publicadas pelo órgão de saúde competente no Brasil. Com isso, a Companhia elaborou uma série de medidas para mitigar o risco de transmissão nos locais de trabalho, como adoção de *home office*, criação de comitês de crise e cancelamento de participação em eventos externos, viagens internacionais e nacionais. A Companhia reitera que a saúde e a segurança das pessoas são valores inquestionáveis. A Companhia acompanha a evolução do cenário de pandemia e os impactos que essa situação traz para as rotinas dos colaboradores, suas famílias e, também, para o negócio.

A operação industrial da Companhia é complexa e, para a continuidade das operações, grande parte do trabalho não pode ser realizado remotamente. Portanto, o foco da Nadir é reduzir o risco de o vírus se espalhar pelas operações, pois a continuidade operacional é fundamental para a manutenção dos empregos. A fábrica e os escritórios, portanto, têm planos de contingência para lidar com o impacto contínuo da pandemia, que continuarão a ser avaliados à medida que a situação evoluir.

Atualmente, a Companhia está operando com sua capacidade máxima, com a retomada da produção e vendas dos produtos, porém os escritórios continuam com as atividades sendo executadas parcialmente de forma remota, seguindo todos os protocolos de prevenção ao Coronavírus e com parte dos colaboradores trabalhando de *home office*.

c. Impactos financeiros

Os impactos da COVID-19 e da alteração no ambiente econômico foram considerados na preparação destas demonstrações financeiras. As informações sobre as estimativas e julgamentos relevantes, que requerem elevado nível de julgamento e complexidade em suas aplicações, podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia. A Companhia revisou para estas demonstrações os impactos em suas premissas e julgamentos decorrentes das atuais condições de mercado, os quais se encontram refletidos nos números apresentados.

A Companhia reavaliou o risco de crédito de seus clientes e não identificou, até o momento da elaboração destas demonstrações financeiras a necessidade de realização de novas provisões de perda, além das já reconhecidas em seu curso natural da atividade.

O custo de ociosidade da operação em decorrência da momentânea diminuição de fabricação durante o período o auge da pandemia foi reconhecido diretamente como uma perda no resultado anual no montante de R$ 12.416. Para reforço do capital de giro foram feitas duas captações com instituições financeiras no valor de R$ 70.000.

Adicionalmente, a Companhia continua acompanhando de perto os impactos da COVID-19 em suas atividades operacionais. Até o momento, a Companhia não identificou impacto operacional ou financeiro significativo decorrente da COVID-19, contudo, caso a pandemia se prolongue ou aumente a intensidade nas regiões onde opera, as condições financeiras da Companhia ou os resultados das operações ainda podem ser afetados negativamente.

2 Base de preparação

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020 e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

a. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle sobre essas empresas é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixa de existir.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 2.3.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a consolidação das seguintes empresas:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Participação		Participação	
Controladas	**Direta**	**Indireta**	**Direta**	**Indireta**
Mineração Rosicler Ltda.	-	-	-	-
Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	-
Distribuidora Brasim S.A. (i)	50,00%	-	50,00%	-
Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.	-	-	100,00%	-

(i) A Companhia controla as políticas financeiras e operacionais, principalmente, pelo fato de a controlada ser uma revendedora exclusiva e só vender os produtos adquiridos da Companhia.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Sempre que necessário, são realizados ajustes de modo a adequar as práticas contábeis às da Companhia.

Os saldos das contas patrimoniais, as receitas, despesas e lucros (prejuízos) não realizados, oriundos de transações entre partes relacionadas, são eliminados por completo, líquidos dos efeitos tributários (quando aplicável).

b. Demonstração do Valor Adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Hiperinflação na Argentina

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia hiperinflacionária (IAS 29, equivalente ao CPC 42), passou a ser requerida. De acordo com o IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado da controlada que opera na Argentina, economia altamente inflacionária, são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice de preços ao consumidor. Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico e o patrimônio líquido da controlada na Argentina foram atualizados pela inflação.

Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral, considerados não são relevantes para a Companhia, foram reportados como ajustes de conversão para moeda estrangeira, no montante líquido de R$ 339 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 435 em 31/12/2019).

A conversão dos saldos da subsidiária com economia hiperinflacionária para a moeda de apresentação foi realizada pela taxa de câmbio em vigor no final do mês, para itens patrimoniais e de resultado. A Companhia utilizou o Índice de Preços ao Consumidor ("IPC") para correção dos saldos para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2017 até o período corrente.

2.1 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras:

a. Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Nadir.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Cada entidade do grupo determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o Real na data do fechamento.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço e todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

2.3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, perda de crédito esperada, provisão para perda de estoques, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para demandas judiciais, benefícios a empregados, mensuração do valor justo e remuneração baseada em ações.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas nas datas dos balanços patrimoniais, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir:

a. Perdas de crédito esperadas (Nota 8)

As perdas de crédito esperadas são registradas em quantia considerada suficiente para cobrir as perdas decorrentes de cobranças das duplicatas a receber. Para reduzir o risco de crédito, a

Companhia adota como prática a análise individualizada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. A perda de crédito esperada foi calculada com base nas perdas esperadas, através de um modelo prospectivo, levando-se em consideração a análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

b. *Provisão para perda de estoques (Nota 9)*
A Companhia revisa periodicamente o valor líquido de realização e a demanda de seus estoques para garantir que os estoques registrados são demonstrados pelo menor valor entre o custo de aquisição ou produção e o valor líquido de realização, assim como estoques obsoletos.

c. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Nota 4.i)*
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

d. *Realização do imposto de renda diferido (Nota 10)*
O reconhecimento inicial e as posteriores avaliações do imposto de renda diferido ocorre quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização total, ou parcial se for constituído o crédito integral.

e. Provisões para demandas judiciais (Nota 19)

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

f. Benefícios a empregados (Nota 20)

(i) Planos de Previdência

O passivo reconhecido é o valor presente da obrigação de benefício definido nas datas dos balanços patrimoniais, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito unitário projetado para determinar o valor presente das obrigações e o respectivo custo do serviço corrente, considerando premissas demográficas, econômicas e financeiras adequado ao perfil da massa.

(ii) Planos de Saúde

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

(iii) Benefícios

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g. Mensuração do valor justo (Nota 4.h)

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Nadir usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

h. Remuneração baseada em ações (Nota 30)

A Companhia possui um plano de remuneração com base em ações, a ser liquidado a critério do Conselho de Administração e nos termos da legislação aplicável (i) emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado; ou (ii) vender ações mantidas em tesouraria, o qual permite que membros da Administração e demais executivos indicados pelo Conselho de Administração adquiram as suas ações. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa, tendo como contra partida o patrimônio líquido.

Quando as opções são exercidas, os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal).

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo de práticas contábeis, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais.

4 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo se indicado de outra forma.

a. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, conforme Deliberação CVM 763/ 16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, pelo VJR ou pelo VJORA. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Nadir também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são

modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista denominados em Reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores a 90 dias da data de contratação, ou para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato.

Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros na categoria custo amortizado e estão registrados pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério *pro rata temporis*, que equivalem aos seus valores de mercado, não havendo impacto a ser contabilizado no patrimônio líquido da Companhia.

Os títulos e valores mobiliários incluem fundos de investimentos não exclusivos cujos valores de mercado se aproximam dos valores contábeis, para os quais não há resgate imediato.

c. Contas a receber de clientes e perda estimada com créditos

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal e deduzidas da perda estimada com créditos, a qual é constituída com base na perda esperada (através de um modelo prospectivo), sendo considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

d. Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo. A Companhia considera em sua provisão para perdas nos estoques os materiais com giro lento e/ou obsoletos.

As provisões para baixa rotatividade nos estoques são constituídas com base nas vendas de seus produtos, em análise mercadológica e análise da expectativa de perda realizada pela Administração. Os montantes provisionados são suficientes para cobrir perdas futuras de itens que não possuem movimentação há mais de 1 ano.

e. Investimentos

A Companhia detém o controle sobre uma empresa quando possui o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. Os investimentos nas controladas são registrados na controladora pelo método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras individuais, sendo os

investimentos em controladas eliminados para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, e o efeito das variações cambiais na conversão dos investimentos no exterior, os quais são reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido.

f. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens e com base nos prazos contratuais dos imóveis alugados quanto às benfeitorias efetuadas.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada dos ativos, a revisão de vida útil é realizada anualmente e não houve alteração para o ano de 2020, conforme segue:

Descrição do ativo	Anos
Edifícios e construções	25
Equipamentos	10
Instalações	10
Fornos	02 a 03
Máquinas e matrizes	10
Veículos	05

g. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Nadir aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Nadir reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais; e
- Custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento remanescentes brutos de PIS e COFINS, que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia, calculada com base numa taxa prefixada de endividamento médio da Companhia, conforme NBC TG 06/ R3 (Deliberação CVM 645/ 10) – Arrendamentos. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia:

- Sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- Usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros; e
- Faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor
A Nadir optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de tecnologia.. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

A Companhia adotou como política contábil os requisitos da CPC 06 (R2)/IFRS 16 na mensuração do seu passivo de arrendamento e mensuração do seu direito de uso, com base no fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação. A Administração avaliou os impactos da utilização de fluxos nominais e concluiu que estes não apresentam distorções relevantes nas informações apresentadas.

A Companhia não aplicou para as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020, o expediente prático previsto na Deliberação CVM 859 aprovada pela CVM (comissão de valores mobiliários) em 07 de julho de 2020.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as taxas de desconto aplicadas de acordo com a vigência contratual foram como segue:

Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazos	Taxa nominal % a.a.	Taxa real % a.a.
3 anos	6,50%	2,81%
4 anos	6,50%	2,81%

h. Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Nadir requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja Nota 2.3.1.g).

i. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos, líquidos os custos de transação nos casos aplicáveis, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

k. Fornecedores e outras contas a pagar

Reconhecidos pelo valor nominal e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

l. Imposto de renda e contribuição social

Corrente

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

Os impostos e as contribuições sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados no patrimônio líquido ou na reserva de ajustes de avaliação patrimonial, que são reconhecidos líquidos desses efeitos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo ou passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização.

Na Argentina, o imposto de renda mínimo presumido foi estabelecido em 1998 pela Lei nº 25.063 pelo prazo de dez exercícios fiscais anuais e prorrogado primeiro pela Lei 26.426 até 30 de dezembro de 2009 e depois pela Lei 26.545 até 30 de dezembro de 2009. Este imposto é complementar ao imposto sobre o rendimento, dado que enquanto este último tributa o lucro tributável do exercício, o imposto sobre o lucro mínimo presumido constitui um imposto mínimo que tributa o rendimento potencial de determinados ativos produtivos no alíquota de 1%, de forma que a obrigação tributária da Companhia coincida com o maior de ambos os impostos.

Diferido

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus valores contábeis. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

A Companhia avalia anualmente o valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em relação ao seu desempenho operacional e o lucro tributável futuro projetado e, quando necessário, reduz o seu montante ao valor de realização esperado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando existe um direito legalmente executável de compensar ativos fiscais correntes contra passivos fiscais correntes.

Impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em países diferentes, em geral são apresentados em separado, não pelo liquido. Os tributos diferidos são calculados com base nas alíquotas previstas quando de sua realização e revisados anualmente.

m. Apuração do resultado e reconhecimento da receita

A receita proveniente das vendas de produtos é reconhecida de acordo com a CPC 47 (IFRS 15) – Receita com contratos de clientes, estabelecendo um modelo de cinco etapas para determinar a mensuração da receita e quando e como ela será reconhecida. Dessa forma, a Companhia reconhece as receitas quando os produtos são entregues e devidamente aceitos pelos seus clientes, onde os riscos e benefícios relacionados ao controle são transferidos. A transferência do controle do ativo ocorre quando do embarque dos produtos acompanhado da respectiva nota fiscal de venda levando em consideração os *Incoterms*. Esses critérios são considerados atendidos quando os bens são transferidos ao comprador, respeitadas as principais modalidades de fretes praticadas pela Companhia.

n. Benefícios a empregados

(i) Planos de Previdência

A Companhia é patrocinadora de um plano de benefícios, administrado pelo MultiBRA Fundo de Pensão - Bradesco Multipensions, que assegura a aposentadoria por invalidez, pensão por morte, abono anual, auxílio-doença, pecúlio por morte e pecúlio por invalidez aos seus funcionários, na modalidade de benefício definido, e ainda aposentadoria normal na modalidade de contribuição variável e/ou contribuição definida, dependendo da opção efetuada pelo participante na data da concessão do benefício.

O passivo reconhecido é o valor presente da obrigação de benefício definido nas datas dos balanços patrimoniais, menos o valor justo dos ativos do plano.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito unitário projetado para determinar o valor presente das obrigações e o respectivo custo do serviço corrente, considerando premissas demográficas, econômicas e financeiras adequado ao perfil da massa.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal e a aposentadoria antecipada, além de benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

Os ativos do plano são mantidos pelo MultiBRA Fundo de Pensão - Bradesco Multipensions, entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente a eles.

(ii) Planos de Saúde

A Companhia oferece ainda benefício de assistência médica pós-aposentadoria à seus empregados. Para esse grupo, desenvolveu-se uma condição especial, em que o cálculo do prêmio é feito pela tabela da faixa etária, porém os pagamentos dos prêmios ocorrem através de boletos bancários emitidos pela Sul América Companhia de Seguro Saúde, diretamente em favor do segurado.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Adicionalmente, o resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo, quando aplicável, é registrado pela Companhia somente quando:

(a) Ela controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;

(b) Esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela Companhia e serviço prestado pelo funcionário); e

(c) Estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Companhia na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a Companhia, seja indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida a legislação pertinente).

(iii) Benefícios

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(iv) Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

o. Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais, como resultado de acontecimentos passado, é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos assessores legais da Companhia.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis, quando houver, são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro e 2020 não há causas envolvendo ativos contingentes registradas no balanço patrimonial da Companhia.

A Companhia possui um processo solicitando a exclusão do valor do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. O referido processo encontra-se em fase final de recursos no Supremo Tribunal de Justiça. A Companhia não reconheceu o ativo decorrente desde processo porque ainda aguarda o trânsito em julgado da ação e a modulação dos efeitos pelo Supremo Tribunal Federal do Recurso Extraordinário nº 574.706. Caso a Companhia tenha êxito no processo, o recurso será repassado para seus antigos acionistas.

p. Tributos sobre as vendas

A Companhia está sujeita aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,6%;
- Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) - até 15%;

- Impostos sobre Circulação de Mercadoria Serviços e Transporte (ICMS) - 7% a 18%.

q. Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício.

r. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

s. Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais nos termos do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS.

t. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- Perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos, dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Custo amortizado do passivo financeiro.

5 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que entraram em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre as informações financeiras da Companhia.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Caixa e bancos	62.977	12.026	63.593	12.926
	62.977	**12.026**	**63.593**	**12.926**

Representados por numerários em moedas nacional e estrangeira (majoritariamente dólar e euro), em instituições financeiras de primeira linha, com disponibilidade imediata para uso.

7 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Aplicação renda fixa (i)	279.292	89.260	281.410	89.461
	279.292	**89.260**	**281.410**	**89.461**

(i) A aplicação em renda fixa é remunerada com base na variação do CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras , quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, com base nas taxas futuras de papéis similares. No exercício de 2020, a Companhia obteve R$4.440 (3.390 em 2019) na Controladora e R$4.440 (R$3.400 em 2019) no Consolidado, como receita financeira, conforme Nota 26.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Mercado interno	227.742	203.194	227.742	203.397
Mercado externo	18.397	17.217	23.386	18.456
Total Contas a receber de clientes	**246.139**	**220.411**	**251.128**	**221.853**
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(9.064)	(3.804)	(9.064)	(3.804)
	237.075	**216.607**	**242.064**	**218.049**
Circulante	235.888	214.882	240.877	216.324
Não circulante	1.187	1.725	1.187	1.725
	237.075	**216.607**	**242.064**	**218.049**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A perda esperada com créditos é constituída considerando análise quantitativa e qualitativa individual dos recebíveis e, quando necessário, em montantes suficientes para cobertura de eventuais perdas por não recebimentos. A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
A vencer	**233.645**	**196.827**	**239.409**	**198.269**
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	3.887	16.747	3.112	16.747
De 31 a 60 dias	396	848	396	848
De 61 a 90 dias	113	935	113	935
Acima de 90 dias	8.098	5.054	8.098	5.054
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(9.064)	(3.804)	(9.064)	(3.804)
	237.075	**216.607**	**242.064**	**218.049**

Movimentação da perda esperada com créditos da Controladora e Consolidado:

	31/12/2020	**31/12/2019**
Saldo no início do exercício	**(3.804)**	**(4.761)**
Adições	(5.416)	(135)
Baixas	156	235
Reversões	-	857
Saldo no final do exercício	**(9.064)**	**(3.804)**

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Produtos acabados	64.794	83.584	68.005	87.047
Produtos em processo	1.464	762	1.464	762
Matéria-prima	9.005	9.450	9.005	9.450
Materiais de embalagens	6.263	1.427	6.263	1.439
Almoxarifado	28.629	28.104	28.629	28.138
Total	**110.155**	**123.327**	**113.366**	**126.836**
Provisões para perda c/ Estoques	**(6.154)**	**(4.663)**	**(6.154)**	**(4.663)**
	104.001	**118.664**	**107.212**	**122.173**

A movimentação da provisão para perdas com estoques é como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	**4.663**	**6.870**
Adições	1.760	121
Baixas	(269)	(989)
Reversões	-	(1.339)
Saldo no final do exercício	**6.154**	**4.663**

As provisões foram constituídas de acordo com as políticas estabelecidas pela Companhia, em que as áreas técnicas responsáveis pela gestão dos estoques fazem avaliações individuais e/ou grupo de estoques, e quando são identificados itens obsoletos e/ou com giro lento, com remota probabilidade de utilização, a provisão é constituída.

10 Tributos

a. Reconciliação da despesa de imposto de renda e a contribuição social é como segue

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	214.891	112.001	217.631	113.139
Imposto de renda calculado à alíquota nominal - 34%	(73.063)	(38.080)	(73.995)	(38.467)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva				
Incentivos fiscais	422	723	422	723
Despesas com administradores	(1.682)	850	(1.682)	850
Juros sobre o capital próprio	-	617	-	-
Outras (Adições)/Exclusões permanentes, líquidas	(3.137)	(326)	(3.137)	(944)
	(77.460)	**(37.916)**	**(78.881)**	**(39.538)**
Corrente	(78.244)	(69.504)	(79.665)	(71.126)
Diferido	784	31.588	784	31.588
Taxa Efetiva - %	36%	34%	36%	35%

A Lei nº 9.249/95 prevê que a Companhia possa pagar juros sobre capital próprio aos acionistas de forma adicional ou alternativa aos dividendos propostos, sujeita a limitações específicas, as quais resultam em dedução fiscal na determinação do imposto de renda e contribuição social. A limitação considera o maior valor entre: (i) TJLP (taxa de juros de longo prazo) aplicado sobre o patrimônio líquido da Companhia; ou (ii) 50% do lucro líquido do exercício. Os juros sobre o capital próprio são reconhecidos nas demonstrações financeiras diretamente no patrimônio líquido e, por esse motivo, não impactam o lucro líquido.

b. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora e Consolidado	
Ativo:	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	1.842	1.294
Provisão para estoques obsoletos	2.092	1.585
Provisão para causas trabalhistas	409	526
Provisão para gastos ambientais	468	-
Provisão para fretes, comissões e verbas	5.090	2.036
Benefício fiscal da mais valia e ágio por rentabilidade futura	165.796	-
Obrigações atuariais	14.480	11.501
	190.177	**16.942**

Os impostos diferidos ativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro são reconhecidos com base na extensão em que é provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento e/ ou realização das referidas adições das diferenças temporárias, momento em que estas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos, com base nas premissas e condições estabelecidas no modelo de negócios da Companhia.

O benefício fiscal da mais valia e ágio por rentabilidade futura refere-se a incorporação reversa efetuada pela controladora Vidros da Glória Participações S.A., para mais detalhes veja a nota 1.1.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente, sendo as projeções revisadas anualmente.

A Companhia tem expectativa de realização do imposto diferido ativo no período mínimo de 5 anos e no máximo de 10 anos.

Prazo estimado de realização	**Ano**	**Total**
1 ano	2021	22.296
2 anos	2022	22.296
3 anos	2023	22.296
4 anos	2024	22.292
5 anos	2025	21.903
Acima de 5 anos	2026	79.094
		190.177

11 Investimentos em Controladas

No dia 06 de novembro de 2020 a Companhia incorporou a totalidade do patrimônio líquido da Colorex, a valor contábil. Em decorrência da aprovação da Incorporação, a Colorex foi extinta de pleno direito e todos os seus bens, direitos e obrigações foram vertidos integralmente, a valor contábil, para a Incorporadora, a Incorporação foi implementada sem aumento do capital social da Incorporadora e, portanto, não incorreu em nenhuma alteração na base acionaria da

Companhia. De acordo com o Laudo de Avaliação, o patrimônio líquido da Incorporada foi avaliado na Data-Base de 30 de setembro de 2020, a valor contábil, em R$ 397 (Nota 1.1).

a. Informações sobre as controladas em 31 de dezembro de 2020

Controladas	Participação	Ativo	Patrimônio líquido	Resultado	Equivalência patrimonial	Saldo do Investimento
Distribuidora Brasim S.A.	50,00%	14.118	7.968	2.639	1.319	3.984
					1.319	**3.984**

b. Informações sobre as controladas em 31 de dezembro de 2019

Controladas	Participação	Ativo	Patrimônio líquido	Resultado	Equivalência patrimonial	Saldo do Investimento
Mineração Rosicler Ltda.	99,97%	-	-	-	48	-
Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda. (i)	92,02%	-	-	-	119	-
Distribuidora Brasim S.A.	50,00%	10.619	4.728	(640)	(320)	2.364
Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.	100,00%	725	613	174	171	613
					18	**2.977**

(i) Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2019, foi aprovada a Justificação da Cisão Parcial da Companhia, sendo que este investimento foi parte do acervo cindido.

c. Movimentação dos investimentos

	Mineração Rosicler Ltda.	Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Distribuidora Brasim S.A.	Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.	Total
Saldo inicial 2019	**3.754**	**18.324**	**2.731**	**434**	**25.243**
Baixas	(3.802)	(18.443)	-	8	(22.237)
Equivalência patrimonial.	48	119	(320)	171	18
Variação cambial	-	-	(47)	-	(47)
Saldo final 2019	**-**	**-**	**2.364**	**613**	**2.977**
Saldo inicial 2020	**-**	**-**	**2.364**	**613**	**2.977**
Incorporação (Nota 1.2) (i)	-	-	-	(613)	(613)
Equivalência patrimonial.	-	-	1.319	-	1.319
Variação cambial	-	-	301	-	301
Saldo final 2020	**-**	**-**	**3.984**	**-**	**3.984**

(i) O valor acima é composto por R$397 referente a incorporação da Colorex (Nota explicativa 1.2) e a R$216 do resultado de equivalência patrimonial até a data de sua incorporação.

12 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas é como segue:

a. Balanço patrimonial

	Controladora		Consolidado	
Ativo Circulante	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Contas a receber				
Distribuidora Brasim S.A.	766	3.156	-	-
Ativo não Circulante				
Dividendos a receber				
Distribuidora Brasim S.A.	638	900	-	-
Passivo Circulante				
Contas a pagar				
Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.	-	50	-	-

b. Demonstração dos resultados

	Controladora	
	31/12/2020	**31/12/2019**
Receita operacional		
Distribuidora Brasim S.A.	16.360	9.160
Custo de produtos vendidos		
Distribuidora Brasim S.A.	(8.966)	(6.191)
Despesas administrativas e comerciais		
Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.	-	(600)
Despesas financeiras		
Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	(159)
Acionistas indiretos	-	(378)

As transações efetuadas com partes relacionadas referem-se à operações de venda de produtos para a controlada Distribuidora Brasim S.A. e à prestação de serviços administrativos, *marketing* e desenvolvimento de produtos por parte da controlada Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda., a qual foi incorporada pela Companhia em 06 de novembro de 2020. Estas transações foram realizadas com base em preços e prazos definidos pelas partes envolvidas, consideradas pela Administração como estritamente comutativas e adequadas de modo a preservar os interesses de ambas as partes envolvidas no negócio.

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante o exercício de 2019 as operações financeiras pactuadas através de contrato de mútuo entre as empresas do grupo e acionistas foram remuneradas pela taxa CDI (100%), com base nas condições definidas entre as partes, sendo o prazo de vencimento dessas operações indeterminado.

Remuneração de Administradores

A remuneração da Administração (Diretores Estatuários e Conselho de Administração), que foi registrada no resultado de cada exercício é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Remuneração anual	3.944	2.769	3.944	2.864
Remuneração variável	4.627	2.500	4.627	2.500
	8.571	**5.269**	**8.571**	**5.364**

A remuneração da Administração (benefícios de curto prazo) contempla a remuneração dos diretores e conselheiros. Os referidos montantes estão registrados na rubrica de despesas administrativas e gerais. A remuneração global dos Administradores e Conselho da Administração da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi fixada no limite de até R$ 7.500 (R$7.500 em 2019), conforme aprovação em Assembleia Geral Ordinária. A Companhia possui remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações (Nota 30).

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Controladora							
Custo	**Terrenos**	**Edifícios e construções**	**Equipamentos e instalações**	**Fornos**	**Máquinas e matrizes**	**Veículos**	**Construções em andamento**	**Total**
Saldo em 31/12/2019	**15.214**	**69.029**	**77.804**	**21.187**	**23.222**	**1.106**	**64.807**	**272.369**
Adições	-	114	418	-	3	-	41.957	42.492
Baixas	-	-	(375)	-	(49)	-	(210)	(634)
Transferências	-	257	3.006	7.579	417	-	(11.259)	-
	15.214	**69.400**	**80.853**	**28.766**	**23.593**	**1.106**	**95.295**	**314.227**
Depreciação								
Adições	-	(4.011)	(15.792)	(10.905)	(4.746)	(312)	-	(35.766)
Baixas	-	-	355	-	32	(295)	-	92
	-	**(4.011)**	**(15.437)**	**(10.905)**	**(4.714)**	**(607)**	**-**	**(35.674)**
Saldo em 31/12/2020	**15.214**	**65.389**	**65.416**	**17.861**	**18.879**	**499**	**95.295**	**278.553**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora							
Custo	**Terrenos**	**Edifícios e construções**	**Equipamentos e instalações**	**Fornos**	**Máquinas e matrizes**	**Veículos**	**Construções em andamento**	**Total**
Saldo em 31/12/2018	**15.214**	**69.139**	**80.870**	**12.195**	**24.793**	**1.423**	**37.784**	**241.418**
Adições	-	3.902	762	-	18	271	63.119	68.072
Baixas	-	-	-	(24.975)	-	(497)	-	(25.472)
Transferências	-	358	12.233	19.331	3.923	-	(36.095)	(250)
	15.214	**73.399**	**93.865**	**6.551**	**28.734**	**1.197**	**64.808**	**283.768**
Depreciação								
Adições	-	(4.371)	(16.061)	(10.339)	(5.512)	(427)	-	(36.710)
Baixas	-	-	-	24.975	-	336	-	25.311
	-	**(4.371)**	**(16.061)**	**14.636**	**(5.512)**	**(91)**	**-**	**(11.399)**
Saldo em 31/12/2019	**15.214**	**69.028**	**77.804**	**21.187**	**23.222**	**1.106**	**64.808**	**272.369**

Nadir Figueiredo S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado							
Custo	**Terrenos**	**Edifícios e construções**	**Equipamentos e instalações**	**Fornos**	**Máquinas e matrizes**	**Veículos**	**Construções em andamento**	**Total**
Saldo em 31/12/2019	**15.214**	**69.028**	**77.942**	**21.187**	**23.222**	**1.168**	**64.810**	**272.571**
Adições	-	114	418	-	3	-	41.957	42.492
Baixas	-	-	(375)	-	(49)	-	(210)	(634)
Transferências	-	257	3.006	7.579	417	-	(11.259)	-
	15.214	**69.399**	**80.991**	**28.766**	**23.593**	**1.168**	**95.298**	**314.429**
Depreciação								
Adições	-	(4.011)	(15.878)	(10.905)	(4.746)	(357)	-	(35.897)
Baixas	-	-	355	-	32	(295)	-	92
	-	**(4.011)**	**(15.523)**	**(10.905)**	**(4.714)**	**(652)**	**-**	**(35.805)**
Saldo em 31/12/2020	**15.214**	**65.388**	**65.468**	**17.861**	**18.879**	**516**	**95.298**	**278.624**

Nadir Figueiredo S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado							
Custo	**Terrenos**	**Edifícios construções**	**Equipamentos e instalações**	**Fornos**	**Máquinas e matrizes**	**Veículos**	**Construções em andamento**	**Total**
Saldo em 31/12/2018	**15.214**	**69.139**	**81.163**	**12.195**	**24.793**	**1.537**	**37.786**	**241.827**
Adições	-	3.902	762	-	18	271	63.119	68.072
Baixas	-	-	-	(24.975)	-	(497)	-	(25.472)
Transferências	-	358	12.233	19.331	3.923	-	(36.095)	(250)
IAS - 29	-	-	7	-	-	2	-	9
	15.214	**73.399**	**94.165**	**6.551**	**28.734**	**1.313**	**64.810**	**284.186**
Depreciação								
Adições	-	(4.371)	(16.223)	(10.339)	(5.512)	(481)	-	(36.926)
Baixas	-	-	-	24.975	-	336	-	25.311
	-	**(4.371)**	**(16.223)**	**14.636**	**(5.512)**	**(145)**	**-**	**(11.615)**
Saldo em 31/12/2019	**15.214**	**69.028**	**77.942**	**21.187**	**23.222**	**1.168**	**64.810**	**272.571**

As construções em andamento estão em linha com o plano de investimentos da Companhia, e são substancialmente composta por materiais, equipamentos e prestação de serviços destinados a construções de fornos, edificações, instalações, máquinas e equipamentos e que serão substancialmente concluídos no decorrer do exercício de 2021.

O saldo de transferência de R$250 no ano de 2019, refere-se a software, alocado inicialmente junto ao projeto correspondente, e posteriormente reclassificado para a rubrica Ativo intangível.

As taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado foram determinadas com base na estimativa da vida útil revisada dos bens (Nota 4.f), de acordo com o laudo técnico de avaliação elaborado internamente. Não houve alterações na vida útil durante os exercícios de 2020 e 2019.

14 Arrendamentos

(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

A movimentação de saldos do ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	Controlada e Consolidado		
	Imóveis	**Máquinas e Equipamentos**	**Total**
Saldo em 31/ 12/ 2019	**3.879**	**6.537**	**10.416**
Amortização acumulada	(878)	(2.179)	(3.057)
Saldo em 31/ 12/ 2020	**3.001**	**4.358**	**7.359**

	Controlada e Consolidado		
	Imóveis	**Máquinas e Equipamentos**	**Total**
Saldo em 01/ 01/ 2019	4.757	8.716	13.473
Amortização acumulada	(878)	(2.179)	(3.057)
Saldo em 31/ 12/ 2019	**3.879**	**6.537**	**10.416**

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo de amortização em 31 de dezembro de 2020:

Imóveis	5 anos
Máquinas e equipamentos	4 anos

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

A mensuração do passivo de arrendamento é composta pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento.

			Controlada e Consolidado	
Arrendamento	**Taxa média ponderada de juros (a.a.)**	**Prazo médio ponderado de venc. (anos)**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Imóveis	6,5%	4,4	3.186	2.916
Máquinas e equipamentos	6,5%	3	4.632	7.819
			7.818	10.735
Circulante			3.517	3.376
Não circulante			4.301	7.359

Os encargos financeiros são apurados com base na taxa incremental de empréstimos e apropriados ao resultado como despesa financeira pelo prazo remanescente dos contratos.

	Imóveis	**Máquinas e Equipamentos**	**Total**
Saldo em 01/01/2020	**(3.996)**	**(6.739)**	**(10.735)**
Encargos financeiros	(228)	(365)	**(593)**
Pagamentos efetuados	1.039	2.471	**3.510**
Saldo em 31/12/2020	**(3.185)**	**(4.633)**	**(7.818)**
Saldo em 01/01/2019	**(4.757)**	**(8.716)**	**(13.473)**
Encargos financeiros	(278)	(494)	**(772)**
Pagamentos efetuados	1.039	2.471	**3.510**
Saldo em 31/12/2019	**(3.996)**	**(6.739)**	**(10.735)**

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Maturidade dos contratos

Vencimentos das prestações (i):	
Menos de 1 ano	3.517
Entre 1 e 2 anos	3.308
Entre 2 e 5 anos	993
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2020	7.818

(i) Esses valores são nominais e sem ajuste a valor presente.

15 Empréstimos

Os empréstimos bancários têm vencimento até setembro de 2026. Do total dos empréstimos, R$158.021 estão sujeitos a garantias reais, o saldo remanescente de R$517.004 não inclui obrigações garantidas (bancárias e reais), a Companhia está apenas sujeita ao cumprimento de índices financeiros relacionados aos contratos de debentures e CCE. O valor justo dos empréstimos classificados no circulante é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

a. A composição de empréstimos e financiamentos é como segue:

Circulante			**Controladora e Consolidado**	
Descrição	**Vencimentos**	**Taxas (%)**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Nota de Crédito de Exportação	Entre Jan/2021 e Set/2026	Entre 118,2% a.a. e CDI + 2% a.a.	322	668
Cédula de Crédito à Exportação	Set/2026	CDI + 2% a.a.	825	1.349
Vendor	Abr/2020	Entre 3,84% e 4,91% a.a.	10.812	14.346
Cédula de Crédito Bancário	Entre Abr/2021 e Mai/2021	CDI + 3,85% a.a. e 4,25% a.a.	73.133	-
Debêntures	Mar/2021	CDI + 2% a.a.	5.114	-
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	Entre Fev/2019 e Abr/2020	Variação cambial entre + 3,96% a.a. e 4,89% a.a.	-	24.184
			90.206	**40.547**

Não Circulante			**Controladora e Consolidado**	
Descrição	**Vencimentos**	**Taxas (%)**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Nota de Crédito de Exportação	Entre Mai2022 e Set/2026	Entre 118,2% do CDI a.a. e CDI 2% a.a.	64.200	84.200
Cédula de Crédito à Exportação	Set/2026	CDI + 2% a.a.	130.800	130.800
Debêntures	Ago/2026	CDI + 2% a.a.	390.000	-
			585.000	**215.000**
			675.206	**255.547**

b. O quadro abaixo permite identificar as movimentações apresentadas nas atividades de financiamento do fluxo de caixa

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**255.547**

Captações	150.053
Amortizações	(131.962)
Pagamentos de juros	(9.777)
Variações que não envolvem caixa	
Juros incorridos	17.356
Variação cambial	3.989
Debentures	
Debentures recebidas por incorporação (Nota 1.1)	390.000
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**675.206**

Em agosto de 2019, a Vidros da Glória (Incorporada) emitiu 390.000 (trezentas e noventa mil) debêntures com valor unitário de R$ 1.000,00 (expresso em reais), não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em duas séries. A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures foi a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada como "escrituradora". Os recursos líquidos obtidos pela Emissora (Vidros da Glória) seguiram a destinação prevista na escritura de emissão, incluindo a aquisição das ações da Nadir.

Abaixo demonstramos a composição das debêntures em 31/12/2020:

	31/12/2020
Valor nominal	
Primeira emissão	195.000
Segunda emissão	195.000
	390.000
Juros sobre debêntures	
Primeira emissão	2.557
Segunda emissão	2.557
	5.114
Circulante	5.114
Não circulante	390.000
	395.114

Sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 2,00% (dois por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e

cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, desde a respectiva Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento.

A remuneração será paga semestralmente a partir do 6° (sexto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 28 de fevereiro de 2020 e os demais no dia 28 (vinte e oito) dos meses fevereiro e agosto de cada ano, até o ano 2026.

O valor unitário será amortizado, semestralmente, a partir do 30° (trigésimo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 28 de fevereiro de 2022 e os demais pagamentos sempre no dia 28 (vinte e oito) dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, e o último pagamento sendo na Data de Vencimento. A data de vencimento é de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 28 de agosto de 2026.

Abaixo demonstramos a tabela para pagamentos do Valor Nominal Unitário:

Data	Percentual do saldo do Valor Nominal Unitário
28 de fevereiro de 2022	10,0%
28 de agosto de 2022	11,1%
28 de fevereiro de 2023	12,5%
28 de agosto de 2023	14,3%
28 de fevereiro de 2024	16,7%
28 de agosto de 2024	20,0%
28 de fevereiro de 2025	25,0%
28 de agosto de 2025	33,3%
28 de fevereiro de 2026	50,0%
Data de vencimento	100,0%

Os montantes vincendos a longo prazo estão assim demonstrados

	Consolidado e Controladora	
Ano	**31/12/2020**	**31/12/2019**
2020	-	-
2021	-	20.000
2022	137.000	59.000
2023	112.000	34.000
2024	112.000	34.000
2025	112.000	34.000
2026	112.000	34.000
	585.000	**215.000**

Cláusulas restritivas (*covenants* financeiros)

A Companhia está sujeita ao cumprimento de índices financeiros relacionados aos contratos de empréstimos e financiamentos. A Companhia está obrigada ao cumprimento do índice abaixo, o qual está sendo atendido de acordo com as exigências contratuais. Em 31 de dezembro de 2020 o índice alcançado foi de 1,24.

$$\frac{\text{Dívida financeira liquida(*)}}{\text{EBITDA ajustado}} \quad \text{Até que 3 vezes as medições anuais.}$$

(*) Dívida financeira liquida é calculada pela diferença entre o total empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo (instituições financeiras e/ou debêntures) e saldo prontamente disponível (caixa, numerários em transito, conta movimento em bancos e aplicações financeiras livres).

16 Fornecedores e outras contas a pagar

a. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Fornecedores nacionais	81.165	43.475	82.636	44.117
Operações com risco sacado (i)	18.061	9.252	18.061	9.252
Fornecedores exterior	8.372	5.588	8.372	5.588
Total	**107.598**	**58.315**	**109.069**	**58.957**

(i) A Companhia firmou contratos junto a instituições financeiras, com o objetivo de permitir aos fornecedores nos mercados interno e externo, a antecipação de seu recebimento. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas das mercadorias para as instituições financeiras. O saldo a pagar ao fornecedor fica registrado na mesma rubrica do balanço patrimonial porque não há diferença de natureza e de condições de prazo de pagamento antes e depois da antecipação.

b. Obrigações com terceiros

O valor de R$ 106.178 referem-se ao acordo feito com antigos sócios da Nadir registrados sobre a compra e venda da Companhia, registrados no passivo não circulante. No ano de 2020 o valor do principal era de R$100.000 e a atualização monetária foi de R$ 6.178, em 2019 o principal era de R$100.000 e a atualização monetária foi de R$3.097. A correção monetária apresentada para o passivo não circulante é calculada utilizando o IPC-A acumulado durante o mesmo período. A data de vencimento prevista em contrato é 02 de setembro de 2026.

17 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
ICMS a recolher	10.473	10.583	10.473	10.583
IPI a recolher	7.427	7.061	7.427	7.061
IRRF a recolher	1.910	2.048	1.910	2.051
PIS a recolher	1.060	266	1.060	267
COFINS a recolher	4.889	1.238	4.889	1.242
Outros a pagar	1.077	407	1.077	415
	26.836	**21.603**	**26.836**	**21.619**
IRPJ a recolher	5.244	-	6.819	900

CSLL a recolher	2.759	178	2.759	199
	8.003	**178**	**9.578**	**1.099**

18 Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Salários e encargos sociais a pagar	8.073	9.060	8.174	9.191
Provisão de férias e encargos sociais a pagar	15.142	15.481	15.142	15.498
	23.215	**24.541**	**23.316**	**24.689**

19 Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais que estão sendo discutidos tanto na esfera administrativa como na judicial, os quais, quando aplicáveis, são garantidos por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A Companhia mantém provisão correspondente a processos cujo risco de perda foi considerado provável pelos assessores legais da Companhia, como abaixo demonstrado:

	Controladora e Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Provisão	**Depósito judicial**	**Líquido**	**Provisão**	**Depósito judicial**	**Líquido**
Trabalhistas e Tributárias	1.308	(1.359)	(51)	1.477	(1.299)	178
	1.308	**(1.359)**	**(51)**	**1.477**	**(1.299)**	**178**

A movimentação é como segue:

	31/12/2020	**31/12/2019**
Trabalhistas e previdenciárias		
Saldo no início do exercício	(1.477)	(1.194)
Adições	-	(283)
Baixas	169	-
Saldo no final do exercício	(1.308)	(1.477)

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas instâncias do rito processual aguardando julgamento, movidas por ex-empregados que questionam, entre outros, o pagamento de horas extras, horas *in itinere*, adicional noturno e de periculosidade, pagamento de participação nos lucros e outros. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, o montante provisionado é considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos tributários, trabalhistas e cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da Administração e de seus assessores legais, têm expectativa de perda classificada como possível e, portanto, a Administração entende não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas nestes processos. Na opinião da Administração, não se espera que qualquer desses processos tenha um efeito material sobre a posição financeira ou os resultados das operações da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, os montantes de riscos máximo desses processos são de R$ 9.437 (R$8.621 em 2019).

	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	7.991	8.621
Tributárias	1446	-
Saldo no final do exercício	**9.437**	**8.621**

De acordo com a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas a revisões das autoridades tributárias pelo prazo de cinco anos com referência aos tributos federais, estaduais e municipais. Não há prazo de prescrição para exame dos recolhimentos de encargos trabalhistas e sociais. Como decorrência dessas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionadas e os valores identificados ficam sujeitos a multa, juros e atualização monetária.

20 Plano de aposentadoria complementar e seguro saúde

Benefícios de planos de pensão e saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores o Seguro de Reembolso de Assistência à Saúde nos segmentos Ambulatorial, Hospitalar e Obstétrico, em conformidade com a resolução normativa 279 da ANS, que regula a continuidade no plano pela tabela da faixa etária, e caso ocorra, os boletos de cobrança são emitidos pela Porto Seguro – Seguro Saúde. A partir de 20 de fevereiro de 2019, houve alteração da operadora do seguro saúde para Sul América Companhia de Seguro Saúde. Para um grupo de ex-diretores, há uma condição especial, onde os pagamentos dos prêmios ocorrem através de boletos bancários emitidos pela Companhia diretamente em favor do segurado. O reconhecimento de ganhos e perdas atuariais é reconhecido na rubrica Outros resultados abrangentes.

A Companhia é patrocinadora de um plano de pensão, administrado pelo MultiBRA Fundo de Pensão - Bradesco Multipensions, na modalidade de contribuição variável, que assegura renda

mensal à aposentadoria por invalidez, pensão por morte, abono anual, auxílio doença, pecúlio por morte e pecúlio por invalidez, na modalidade de benefício definido.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha provisão atuarial referente a esses planos no montante de R$42.589 (R$33.828 em 31 de dezembro de 2019) e R$ 3.608 em 2020 (R$3.876 em 31 de dezembro de 2019), registradas na rubrica Despesas administrativas. As premissas utilizadas para cálculo, constam na Nota 2.3.1.f.

O passivo atuarial do Seguro de Reembolso de Assistência à Saúde nos segmentos Ambulatorial, Hospitalar e Obstétrico foi calculado por atuário independente considerando as seguintes principais premissas:

Hipóteses e Premissas	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 suavizada em 10%, segregada por sexo	AT 2000 suavizada em 10%, segregada por sexo
Tábua de Rotatividade	Prudential 4	Prudential 4
Taxa de Real de Desconto das Obrigações	3,3672% ao ano	2,87% ao ano
Taxa Esperada de Retorno dos Ativos	0,00% ao ano	0,00% ao ano
Taxa de inflação	3,75% ao ano	4% ao ano
Duration do Passivo	10,27 anos	8,94 anos
Fator de permanência no Plano de Seguro Saúde no momento da aposentadoria	0% para salários até R$ 5.000,00 1% para salários entre R$ 5.001,00 à R$ 10.000,00 3% para salários entre R$ 10.001,00 à R$ 15.000,00 50% para salários acima de R$ 15.001,01	0% para salários até R$ 5.000,00 1% para salários entre R$ 5.001,00 à R$ 10.000,00 3% para salários entre R$ 10.001,00 à R$ 15.000,00 50% para salários acima de R$ 15.001,01
Idade de Aposentadoria	60 anos	60 anos
Valor mensal do Subsídio	R$ 1.044,88, conforme observação estatística	R$ 961,37, conforme observação estatística
Crescimento anual real do subsídio		
HCTR (crescimento do custo do serviço de saúde)	2,00%	1,00%
Aging Factor (crescimento do custo pelo envelhecimento)	2,00%	1,00%
Composição Familiar	Todos casados Idade do cônjuge +/- 4 anos	Todos casados Idade do cônjuge +/- 4 anos

O passivo atuarial do plano de previdência e fundo de pensão foi calculado por atuário independente considerando as seguintes principais premissas:

Premissas	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Tábua de Mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Crescimento Real de Salários	1% ao ano	1% ao ano
Taxa de Desconto para o cálculo do Valor Presente das Obrigações	3,3672% ao ano	2,87% ao ano
Taxa Esperada de Retorno dos Ativos dos Planos	3,3672% ao ano	2,87% ao ano
Taxa de inflação	3,75% ao ano	4% ao ano

A movimentação líquida do passivo atuarial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 está representada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**24.859**
Provisão constituída no exercício	8.969
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**33.828**
Provisão constituída no exercício	8.761
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**42.589**

A composição do valor presente das obrigações contratuais e valor justo dos ativos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está representada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**
Valor presente das obrigações financiadas	(113.967)	(102.285)
Valor justo dos ativos do plano	71.378	68.457
	(42.589)	**(33.828)**

21 Capital social e reservas

a. Capital subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social montava a R$ 81.366 (R$ 172.674 em 31 de dezembro de 2019), totalmente subscrito e integralizado, representado por 12.661.602 ações ordinárias. nominativas, escriturais e sem valor nominal (13.579.031 ações sem valor nominal em 31 de dezembro de 2019).

No dia 06 de novembro de 2020 foi aprovada por unanimidade a incorporação da Colorex Comércio e Desenvolvimento Ltda. e da Vidros da Gloria Participações S.A. pela Companhia através da ata da Assembleia Geral Extraordinária. Na ocasião ficou estabelecida uma redução do capital social da Companhia no valor de R$ 26.848, reduzindo de R$ 172.674 para R$ 145.826, passando a ser dividido em 12.661.602 ações nominativas escriturais, sem valor nominal, das quais 5.513.608 ações ordinárias e 7.147.994 ações preferenciais (Nota 1.2).

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2020, foi aprovada redução de capital social, com objetivo de absorção dos prejuízos decorrentes da incorporação da Vidros da Glória Participações S.A. pela Companhia, no valor de R$ 64.460, reduzindo de R$ 145.826 para R$ 81.366, passando a ser dividido em 12.661.602 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem a valor nominal e a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial.

A redução do capital social de R$ 64.460 é representada por:

(1) Baixa dos ajustes de incorporação na conta de lucros acumulados -R$ 281.218

(2) Lucros acumulados até 31 de dezembro de 2019 R$ 84.942

(3) Lucros acumulados do 1º de janeiro a 30 de novembro de 2020 R$ 131.818

b. Reservas de capital

Constituída com o saldo do custo atribuído, após realização ocorrida na cisão parcial, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária em 31 de julho de 2019. Também, composta por opções outorgadas, de acordo com o pagamento baseado em ações, conforme Nota explicativa 30.

c. Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Reserva estatutária

Constituída ao percentual de 5% (cinco por cento) para reserva de desenvolvimento, a ser utilizada na aquisição de bens do ativo permanente ou em novos investimentos da sociedade, observado o disposto nos artigos 198 e 199 da Lei nº 6.404/ 76. Em 31 de dezembro de 2020 o

saldo montava em R$ 3.985 (R$3.704 em 2019).

(iii) Reserva para retenção de lucros

A reserva refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados no montante de R$3.930 (R$84.942 em 2019), a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos Administradores *ad referendum*, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao art. 196 da Lei das Sociedades por Ações. Os lucros do exercício de 2020 e 2019 não destinados como dividendos foram apropriados a essa reserva.

d. Outros resultados abrangentes

(i) Conversão para moeda estrangeira

O montante devedor de R$ 8.110 em 31 de dezembro de 2020 (R$8.148 em 2019) refere-se ao efeito acumulado da conversão cambial das demonstrações financeiras de controlada que mantêm registros contábeis em moeda funcional diferente da moeda funcional da controladora. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício, como ganho ou perda, somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

(ii) Ganhos e perdas atuarias

O montante devedor de R$ 28.108 (líquido de tributos) em 31 dezembro de 2020 (R$ 22.326 em 2019) refere-se aos cálculos atuariais dos planos de previdência complementar e seguro saúde.

e. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar foram destacados no patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Durante o exercício de 2020, foi proposto pelo Conselho de Administração dividendos mínimos obrigatórios, calculados com base no lucro do exercício de 2020 após a absorção de prejuízos acumulados, no montante de R$ 1.403 (R$16.054 em 2019).

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo em aberto referente a dividendos a pagar monta a R$ 1.596 (R$16.200 em 2019) para as demonstrações financeiras individuais e R$ 2.735 (R$17.063 em 2019) para as demonstrações financeiras consolidadas.

Os dividendos do exercício foram calculados conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	**137.431**	**74.085**
Absorção para prejuízos acumulados (Nota 21a)	(131.818)	-
Reserva legal 5%	-	(3.704)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	**5.613**	**70.381**
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
Dividendo anual mínimo	**1.403**	**17.595**
Dividendos propostos	1.403	16.054
Juros sobre o capital próprio	-	1.813
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	-	(272)
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício	**1.403**	**17.595**

22 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mercado interno	1.127.218	995.167	1.149.294	1.037.015
Mercado externo	104.349	90.661	104.349	90.661
Impostos incidentes sobre vendas	(331.705)	(304.978)	(332.251)	(308.344)
Devoluções e abatimentos	(27.325)	(26.080)	(27.325)	(26.080)
	872.537	**754.770**	**894.067**	**793.252**

23 Custo dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mão de obra	(88.169)	(86.575)	(88.169)	(86.575)
Energéticos	(127.134)	(130.769)	(127.134)	(130.769)
Matéria prima	(88.169)	(71.673)	(88.169)	(71.673)
Material de embalagem	(74.330)	(55.302)	(74.330)	(55.302)
Conservação e reparação	(35.430)	(41.010)	(35.430)	(41.010)
Depreciação	(29.328)	(30.886)	(29.328)	(30.886)
Outros	(21.878)	(29.009)	(26.182)	(50.637)
	(464.438)	**(445.224)**	**(468.742)**	**(466.852)**

24 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Vendas				
Pessoal	(42.214)	(43.918)	(43.541)	(46.133)
Fretes	(30.244)	(28.202)	(34.192)	(31.621)
Utilidades e serviços	(32.266)	(37.031)	(35.766)	(42.193)
Créditos incobráveis	(5.417)	394	(5.417)	367
	(110.141)	**(108.757)**	**(118.916)**	**(119.580)**
Gerais e administrativas				
Pessoal	(70.891)	(62.388)	(71.234)	(63.022)
Utilidades e serviço	(24.260)	(24.240)	(25.166)	(24.896)
	(95.151)	**(86.628)**	**(96.400)**	**(87.918)**

25 Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Ganhos em processos judiciais (i)	30.920	7.353	30.920	7.353
Créditos extemporâneos (ii)	18.504	2.800	18.504	2.800
Outras Receitas	3.045	4.294	3.045	1.708
	52.469	**14.447**	**52.469**	**11.860**
Restituição aos ex-controladores (iii)	(23.778)	-	(23.778)	-
Outras despesas	(1.419)	-	(3.956)	22
	(25.197)	**-**	**(27.734)**	**22**
Outras receitas (despesas), liquidas	**27.272**	**14.447**	**24.735**	**11.882**

(i) Em 31 de dezembro de 2020, refere-se substancialmente ao ganho relacionado aos empréstimos compulsórios junto a Eletrobrás cujo valor é apresentado líquido de PIS e COFINS e dos honorários advocatícios. Em 31 de dezembro de 2019, refere-se substancialmente a recuperação de créditos de IOF que haviam sido retidos indevidamente em operações financeiras.

(ii) Refere-se substancialmente a créditos extemporâneos do PIS e COFINS presumido em operações de gás natural e créditos extemporâneos relacionados a benefícios trabalhistas e sociais.

(iii) Refere-se ao compromisso de restituir os ganhos em processos judiciais aos antigos controladores da Companhia, conforme acordo de compra e venda, conforme mencionado no item (i).

26 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Despesas financeiras				
Juros passivos	(18.366)	(12.556)	(18.366)	(12.397)
Despesas bancárias	(881)	(2.374)	(1.170)	(2.546)
Descontos concedidos	(4.006)	(5.564)	(4.006)	(5.563)
Outras	(788)	(1.470)	(590)	(1.470)
	(24.041)	**(21.964)**	**(24.132)**	**(21.976)**
Receitas financeiras				
Juros ativos	1.830	3.123	2.485	3.744
Rendimentos de aplicações financeiras	4.440	3.390	4.440	3.400
	6.270	**6.513**	**6.925**	**7.144**
Variações cambiais de atividades financeiras, líquidos	**1.264**	**(1.174)**	**94**	**(2.813)**
Resultado financeiro, líquido	**(16.507)**	**(16.625)**	**(17.113)**	**(17.645)**

27 Lucro por ação

(i) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício até a aprovação das emissões de ações. São reduzidos do lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da controladora quaisquer dividendos de ações preferencialistas e eventuais prêmios pagos na emissão de ações preferenciais durante o exercício.

	31 de dezembro de 2020		
	Ordinárias	**Preferenciais**	**Total**
Numerador básico:			
Lucro do exercício	137.431	-	137.431
Denominador básico (em milhares de ações) após o desdobramento:			
Média ponderada do número de ações (i)	241.670	-	241.670
Lucro líquido por ação – básico	**0,57**	**-**	**0,57**

(i) Já considera o desdobramento de ações aprovado pela Companhia após o período coberto por estas demonstrações financeiras, vide Nota Explicativa Nº 34, nos termos do CPC 41 – Resultado por ação, Item 64

	31 de dezembro de 2019		
			Reapresentado
	Ordinárias	**Preferenciais**	**Total**
Numerador básico:			
Lucro do exercício	30.084	44.001	74.085
Denominador básico (em milhares de ações) após o desdobramento:			
Média ponderada do número de ações (i)	99.252	145.170	244.422
Lucro líquido por ação - básico	**0,30**	**0,30**	**0,30**

(i) Já considera o desdobramento de ações aprovado pela Companhia após o período coberto por estas demonstrações financeiras, vide Nota 34 c, nos termos do CPC 41 / IAS 33 – Resultado por ação, Item 64.

(ii) Diluído

A Companhia não possui instrumento conversível em ações. O plano de outorga de ações aprovado em 28 de dezembro de 2020 não provoca alteração no valor do lucro básico e diluído por ação (Nota 30).

28 Segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos.

Um segmento operacional é definido como um componente da Companhia que atua em atividades comerciais a partir das quais pode gerar receita e incorrer em despesas. Cada segmento operacional é diretamente responsável pelas receitas e despesas relacionadas às suas operações. Os principais tomadores de decisões operacionais avaliam o desempenho de cada segmento operacional usando informações sobre sua receita e margem bruta (lucro bruto), e não avalia as operações usando informações de ativos e passivos por segmento. As transações entre os segmentos são eliminadas, e a Companhia aloca despesas administrativas e de vendas, receitas e despesas financeiras e imposto de renda e contribuição social para os segmentos operacionais.

Para fins de análise e gerenciamento das operações, a Companhia possui três segmentos operacionais que são utilizados pela administração para fins de análise e tomada de decisão, sendo eles: utilidades domésticas (mercado interno), embalagem (mercado interno), e exportação.

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado				
	01/01/2020 a 31/12/2020				
	Utilidades domésticas	**Embalagem**	**Exportação**	**Outros**	**Total**
Receita operacional bruta	**996.164**	**125.717**	**105.742**	**26.020**	**1.253.643**
Deduções: Impostos, devoluções e abatimentos	(330.085)	(28.946)	-	**(546)**	(359.576)
Receita operacional líquida	**666.079**	**96.772**	**105.742**	**25.475**	**894.067**
Custo dos produtos vendidos	(345.337)	(60.206)	(58.039)	(5.161)	(468.742)
Lucro bruto	**320.742**	**36.566**	**47.703**	**20.314**	**425.325**
Despesas com vendas	(90.419)	(9.986)	(9.736)	(8.775)	(118.916)
Despesas administrativas	(75.350)	(8.592)	(11.209)	(1.249)	(96.400)
Outras receitas (despesas) operacionais	21.321	2.582	3.368	(2.536)	24.735
Resultado financeiro liquido	(13.071)	(1.491)	(1.944)	(607)	(17.113)
IRPJ e CSLL - corrente e diferido, líquido	(61.341)	(6.995)	(9.125)	(1.421)	(78.881)
Lucro líquido do exercício	**101.882**	**12.084**	**19.057**	**5.726**	**138.750**
Lucro líquido do exercício atribuível aos controladores					**137.431**
Prejuízo líquido do exercício atribuível aos não controladores					**1.319**

	Consolidado				
	01/01/2019 a 31/12/2019 (Reapresentado)				
	Utilidades domésticas	**Embalagem**	**Exportação**	**Outros**	**Total**
Receita operacional bruta	**881.682**	**108.296**	**89.833**	**47.864**	**1.127.675**
Deduções: Impostos, devoluções e abatimentos	(304.340)	(26.760)	-	**(3.323)**	**(334.423)**
Receita operacional líquida	**577.342**	**81.536**	**89.833**	**44.541**	**793.252**
Custo dos produtos vendidos	(327.900)	(54.790)	(59.814)	(24.348)	(466.852)
Lucro bruto	**249.442**	**26.746**	**30.019**	**20.193**	**326.400**
Despesas com vendas	(89.923)	(9.483)	(9.351)	(10.823)	(119.580)
Despesas administrativas	(70.549)	(7.576)	(8.503)	(1.290)	(87.918)
Outras receitas (despesas) operacionais	11.780	1.265	1.420	(2.583)	11.882
Resultado financeiro liquido	(13.539)	(1.454)	(1.632)	(1.020)	(17.645)
IRPJ e CSLL - corrente e diferido, líquido	(30.879)	(3.316)	(3.722)	(1.622)	(39.538)
Lucro líquido do exercício	**56.332**	**6.182**	**8.232**	**2.855**	**73.601**
Lucro líquido do exercício atribuível aos controladores					**74.085**
Prejuízo líquido do exercício atribuível aos não controladores					**(484)**

29 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.), a qual é apreciada pelo Conselho de Administração, se aprovada para operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

a. Política de gestão de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado, sendo os principais: (i) a volatilidade da taxa de câmbio; e (ii) a volatilidade da taxa de juros. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

b. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2020 e 2019 instrumentos derivativos para cobertura de riscos de taxas de juros.

c. Risco com taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam ou aumentem valores captados no mercado. Está demonstrada a seguir exposição, por moeda, em 31 de dezembro de 2020, a qual considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa:

Valores denominados em milhares de dólares norte-americanos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Contas a receber (i)				
Dólar norte-americano	3.541	4.271	4.501	4.579
Empréstimos e financiamentos (ii)				
Dólar norte-americano	-	(6.199)	-	(6.199)
Exposição líquida	3.541	(1.928)	4.501	(1.620)

(i-ii):
A Companhia não possuía, em 31 de dezembro de 2020, instrumentos derivativos para cobertura de riscos de taxas de câmbio.

d. Risco de crédito

A Companhia e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, efetuando investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

Com relação às contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e de análises de crédito contínua. Para fazer face às possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, foram constituídas provisões cujo montante é considerado suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais perdas na realização de contas a receber.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito é conforme segue:

	Controlada		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Caixa e equivalentes de caixa	62.977	12.026	63.593	12.926
Títulos e valores mobiliários	279.292	89.260	281.410	89.461
Contas a receber de clientes	237.075	216.607	242.064	218.049
	579.344	**317.893**	**587.067**	**320.436**

A Administração entende que não há risco de crédito significativo ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Companhia e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamento, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando risco de liquidez para a Companhia e controladas.

A seguir são apresentados os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Consolidado		
	31/12/2020		
	Valor contábil	Até 1 ano	2-6 anos
Empréstimos e financiamentos	675.206	90.206	585.000
Fornecedores	109.069	109.069	-
Passivo de arrendamento	7.818	3.517	4.301
	792.093	**202.792**	**589.301**

	Consolidado		
	31/12/2019		
	Valor contábil	Até 1 ano	2-6 anos
Empréstimos e financiamentos	255.547	40.547	215.000
Fornecedores	58.957	58.957	-
Passivo de arrendamento	10.735	3.376	7.359
	325.239	**102.880**	**222.359**

Não é esperado que fluxos de caixa apresentados anteriormente sejam antecipados.

f. Valor justo de instrumentos financeiros

(i) Cálculo do valor justo

Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Assim, as estimativas aqui apresentadas não são necessariamente indicativos dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas podem ter um efeito significativo nos valores justos estimados.

O valor justo foi estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontados, utilizando taxas anualmente disponíveis e/ou prazos semelhantes e remanescentes.

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir apresentamos a classificação e os principais valores contábeis e justos dos ativos e passivos e financeiros consolidados em 31 de dezembro de 2020:

	Consolidado		
	31/12/2020		
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	63.593	63.593
Títulos e valores mobiliários	281.410	-	281.410
Contas a receber	-	242.064	242.064
Passivos			
Fornecedores	-	109.069	109.069
Empréstimos e financiamentos	-	675.206	675.206
Passivo de arrendamento	-	7.818	7.818

	Consolidado		
	31/12/2019		
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	12.926	12.926
Títulos e valores mobiliários	89.461	-	89.461
Contas a receber	-	218.049	218.049
Passivos			
Fornecedores	-	58.957	58.957
Empréstimos e financiamentos	-	255.547	255.547
Passivo de arrendamento	-	10.735	10.735

(ii) Hierarquia de valor justo:

A tabela a apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de um a três, com base no grau em que o seu valor justo é cotado.

Os instrumentos financeiros mensurados a valor justo são como segue:

	Nível 2			
	Controlada		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo: Títulos e valores mobiliários	279.292	89.260	281.410	89.461
	279.292	**89.260**	**281.410**	**89.461**

A Companhia dedica-se à produção e venda de produtos de utilidades domésticas e embalagens de vidros. Além dos riscos que afetam, de modo geral, a indústria, tais como interrupções de suprimentos e volatilidade do preço dos materiais, mudanças na demanda, greves e regulamentos ambientais, as atividades da Companhia são especificamente afetadas pelos seguintes riscos:

(iv) A conjuntura econômica do Brasil, que pode prejudicar o crescimento do setor de consumo como um todo, por meio da desaceleração da economia, aumento dos juros, flutuação da moeda e instabilidade política, além de outros fatores.

(v) Na hipótese de falência ou dificuldades financeiras significativas de um grande cliente, o setor como um todo pode ser prejudicado, o que poderia causar uma redução na demanda.

(vi) As margens de lucro da Companhia podem ser afetadas em virtude de aumento dos custos operacionais.

g. Análise de sensibilidade

A Administração identificou para cada tipo de instrumento financeiro a situação de variação nas taxas de câmbio e taxas de juros que podem gerar perda no ativo e/ou passivo que está sendo protegido.

Para cada exposição, a Administração definiu um cenário provável com base na informação disponível nas datas dos balanços patrimoniais e definiu a variação de taxas de juros que considera os efeitos de uma elevação de 25% e 50% nas taxas de juros da economia e demais indexadores sensíveis às variações para ativos e passivos financeiros diretamente suscetíveis às oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado, para posições em aberto em 31 de dezembro de 2020.

Análise de sensibilidade	**Consolidado**		
Instrumentos financeiros	**Cenário Provável em 31/12/2020**	**Cenário de alta 25%**	**Cenário de alta 50%**
Títulos e valores mobiliários	7.328	9.160	10.992
Empréstimos e financiamentos	(29.831)	(37.288)	(44.746)
	(22.503)	**(28.128)**	**(33.754)**

30 Pagamento baseado em ações

Em 28 de dezembro 2020, a Companhia estabeleceu um programa de opção de compra de ações que deu direito ao pessoal-chave da Administração à compra de ações na Companhia. De acordo com este programa, as opções podem ser exercidas pelo preço de mercado das ações na data da outorga. O Plano estará limitado a uma diluição máxima que não ultrapasse 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, após a emissão de todas as ações decorrentes das Opções deste Plano e observado o limite do capital autorizado da Companhia.

O preço a ser pago pelo Beneficiário a Companhia pelo exercício de cada Opção será determinado no respectivo Programa aprovado pelo Conselho de Administração e a aquisição

do direito ao exercício das Opções ocorrerá em cinco parcelas anuais, sendo a primeira parcela a partir do segundo aniversário de vigência de cada Programa e as demais parcelas a partir dos aniversários subsequentes, conforme indicado na tabela abaixo:

Vesting das Opções (a partir da data de vigência de cada Programa)	Percentual de Opções Maduras
Antes do segundo aniversario	0%
No segundo aniversario	40%
No terceiro aniversario	15%
No quarto aniversario	15%
No quinto aniversario	15%
No sexto aniversario	15%

a. Modalidades das Opções de Outorga

As Opções maduras poderão ser exercidas pelo beneficiário em até 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data de encerramento do período de Vesting, mediante assinatura e entrega pelo beneficiário a Companhia do Termo de Exercício de Opções e pagamento do Preço de Exercício, conforme previsto no Contrato de Outorga, ou serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização em caso de não exercício no referido prazo.

b. Principais características dos programas

São elegíveis ao programa, administradores, empregados e demais colaboradores da Companhia e suas subsidiarias, a critério do Conselho de Administração. Em cada programa, o Conselho de Administração indicará, a seu exclusivo critério, dentre os elegíveis, aqueles que poderão se tornar beneficiários bem como as características de eventual outorga de Opções.

Data da outorga/beneficiários Outorga de opções para pessoal-chave da Administração	Número de ações (em milhares)	Condições de aquisição de direito	Vida contratual da opção
em 28 de dezembro de 2020			
Total de opções de ações	**245.480**	Ultrapasse 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia	**6 anos**

Adicionalmente, o plano estará limitado a uma diluição máxima que não ultrapasse 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, após a emissão de todas as ações decorrentes das Opções deste Plano (*fully diluted basis*) e observado o limite do capital autorizado da Companhia.

c. Valor justo das Opções

O valor justo na data da outorga, bem como as principais premissas utilizadas de acordo com o modelo de precificação Black & Scholes foram as seguintes:

Outorga	*Vesting*	Meses entre outorga e *vesting*	Preço	Total (R$ mil)	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2026	Total
29/12/2020	31/12/2022	24	0,831	82	-	41	40	-	-	-	-	82
29/12/2020	31/12/2023	36	1,060	39	-	13	13	13	-	-	-	39
29/12/2020	31/12/2024	48	1,136	42	-	10	10	10	10	-	-	42
29/12/2020	31/12/2025	60	1,126	41	-	8	8	8	8	8	-	41
29/12/2020	31/12/2026	72	1,124	41	-	7	7	7	7	7	7	41
					-	**79**	**78**	**38**	**25**	**15**	**7**	**245**

31 Seguros (não auditado)

Os valores segurados são determinados e contratados pela Administração em bases técnicas que contemplam o valor máximo passível de sinistro para a cobertura de eventuais perdas decorrentes com bens do ativo imobilizado, estoques e responsabilidade civil. A cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Em 31 de dezembro de 2020, o valor de cobertura de eventuais sinistros, por local segurado, montava a R$500.000 (R$390.000 em 31 de dezembro de 2019). O escopo de trabalho do nosso auditor independente não contempla a avaliação da suficiência da cobertura de nossos seguros, sendo assim, não foi auditado.

32 Transações que não afetam caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 6.

b) Informações suplementares

Transações que não envolvem caixa

Vidros da Glória Participações S.A

	Controladora e Consolidado
	31/12/2020
Ativo	
Impostos a recuperar	507
	507
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	391.317
Obrigações tributárias	482
Obrigações com terceiros	103.139
Outras obrigações	6.480
	501.418

Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda

	Controladora e Consolidado
	31/12/2020
Ativo	
Contas a receber de clientes	144
Impostos a recuperar	12
Despesas antecipadas	23
Imobilizado	32
	211
Passivo	
Fornecedores	4
Obrigações tributárias	10
Obrigações trabalhistas	4
	18

33 Compromissos de longo prazo

A companhia possui diversos contratos para aquisição de insumos utilizados na produção, contratos de fornecimento de energia no mercado livre, de gás natural e oxigênio, garantindo assim sua necessidade de matéria prima e energética. Os vencimentos variam de contrato para contrato, sendo o mais longo deles com término em 2032.

34 Eventos subsequentes

a) Segundo programa de outorga

Em 26 de janeiro de 2020 foi aprovado o segundo programa de outorga de opção de compra de ações no âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia concedendo autorização à Diretoria da Companhia para celebrar os respectivos contratos de outorga de ações.

b) Incorporação da Vidigal Participações

Em 1º de fevereiro de 2021 foi aprovada a incorporação da Vidigal Participações S.A. O patrimônio líquido da Vidigal Participações S.A. revertido para a Companhia foi de R$ 429.249, conforme laudo de avaliação patrimonial contábil emitido por empresa independente especializada. Em decorrência da incorporação, o capital social da Companhia foi aumentado em R$ 632, passando para R$ 81.998. O acervo líquido é demonstrado abaixo:

Em milhares de Reais

Caixa e equivalentes de caixa	626
Dividendos a receber (i)	1.399
Tributos a recuperar	8
Investimentos em empresas controladas (i)	138.185
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (i)	289.033
Fornecedores e outras contas a pagar	(2)
Total dos ativos identificáveis, líquido	**429.249**

(i) Valores eliminados no momento da incorporação, restando um acrevo líquido de R$ 632.

c) Desdobramento de ações ordinárias e aumento do limite do capital autorizado
Em 1º de fevereiro de 2021 a Companhia realizou o desdobramento das suas ações ordinárias em uma proporção de 1 para 18, passando o capital social da Companhia a ser dividido em 227.908.836 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Adicionalmente, o capital autorizado da Companhia teve seu limite alterado para 450.000.000 ações.

d) Nova denominação
Em 1º de fevereiro de 2021 a denominação da Companhia foi alterada de "Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A." para "Nadir Figueiredo S.A.".

* * *

Diretoria:

Patrício Taborda de Figueiredo
Diretor Presidente

Eron Martins
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Morvan dos Santos Ladeira
Diretor Industrial

Paulo Figueiredo de Paula e Silva
Diretor Comercial

Contador responsável:

Luciano de Oliveira Sertório
Contador CRC 1SP217461/O-2

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes

Em cumprimento aos incisos V e VI do artigo 25, da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da **NADIR FIGUEIREDO S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Zaki Narchi, nº 500, 3ª Torre, 5º andar, Vila Guilherme, CEP 02029-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 61.067.161/0001-97 ("Companhia"), declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com a demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 3 de fevereiro de 2021.

Patricio Taborda de Figueiredo
Diretor Presidente

Eron Martins
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Morvan dos Santos Ladeira
Diretor

Paulo Figueiredo de Paula e Silva
Diretor

Cassio Roberto Dias Brigide
Diretor

Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acompanhadas do Relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2019

Relatório da Administração

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Senhores Acionistas:

Encerramos o ano de 2019 com o nosso desempenho em evolução. Trabalhamos fortemente para atender nossos clientes com excelência, ofertando uma gama de produtos da mais alta qualidade, e na melhoria contínua de produtividade nas instalações industriais de Suzano-SP.

Neste contexto, apresentamos para apreciação de V.Sas. às demonstrações contábeis da Companhia (individuais e consolidadas) relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhada das notas explicativas e do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas que, por meio desta, transmitimo-nos de forma abrangente o desempenho da Companhia.

Essas informações encontram-se à disposição em nossa sede, em nosso site, bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme previsto no artigo 25 da instrução CVM 480/09. A seguir, ressaltamos alguns fatos que julgamos importantes:

Troca do controle acionário

A partir de 02 de setembro de 2019 a Vidros da Glória Participações S.A., (atual denominação social da Flamengo Participações S.A.), (CNPJ/ME nº 31.614.378/0001-09) ("Compradora") se tornou titular de 13.262.410 (treze milhões, duzentas e sessenta e duas mil, quatrocentas e dez) ações de emissão da Companhia, representativas, em conjunto, de 97,67% (noventa e sete vírgula sessenta e sete por cento) do capital social total da Companhia, sendo 5.452.962 (cinco milhões, quatrocentas e cinquenta e duas mil, novecentas e sessenta e duas) ações ordinárias, representativas de 98,90% (noventa e oito vírgula noventa por cento) do total dessa espécie, e 7.809.448 (sete milhões, oitocentas e nove mil, quatrocentas e quarenta e oito) ações preferenciais, representativas de 96,83% (noventa e seis vírgula oitenta e três por cento) do total dessa espécie.

Desempenho da controladora

A receita bruta no exercício de 2019 foi de R$ 1.085,8 milhões (R$ 1.063,3 milhões em 2018), sendo 2,1% maior em relação a 2018.

A receita operacional líquida no exercício de 2019 foi de R$ 754,8 milhões (R$ 737,1 milhões em 2018), sendo 2,4% maior em relação a 2018.

O lucro bruto no exercício de 2019 foi de R$ 309,5 milhões (R$ 332,9 milhões em 2018), ficando 7,0% menor, no comparativo com 2018.

As exportações representaram 12,0% da receita líquida no exercício de 2019 (12,1% em 2018).

O EBITDA – LAJIDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) no exercício de 2019 foi de R$ 166,0 milhões (R$ 170,5 milhões em 2018), sendo 2,6% menor, no comparativo com 2018. A relação do EBITDA/LAJIDA com a receita líquida, no exercício de 2019 foi de 22,0% (23,1% em 2018).

O lucro líquido no exercício de 2019 foi de R$ 74,1 milhões, correspondente a 9,8% da receita líquida. Em 2018 o lucro líquido foi de R$ 82,6 milhões, correspondente a 11,2% da receita líquida. O lucro líquido no exercício de 2019 ficou 10,3% menor no comparativo com 2018.

O ano de 2019 foi marcado por volume menor de negócios, notadamente por restrições econômicas e por aumento dos custos industriais, desta forma, tornando o resultado do ano inferior ao de 2018.

O programa de investimentos industriais efetuado pela Companhia nos últimos anos, o desenvolvimento de novos produtos, a melhoria permanente da utilização da capacidade de produção disponível e a continuidade de diversos programas de desenvolvimento gerencial e de melhoria da qualidade que vêm sendo aplicados constantemente, proporcionaram economias e resultados positivos às operações da Companhia.

O endividamento financeiro líquido (empréstimos e financiamentos, menos disponibilidades) em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$ 154,3 milhões (R$77,9 milhões em 2018), ficando 98,1% superior, quando comparado ao exercício de 2018.

A distribuição do endividamento bruto (empréstimos e financiamentos) em 31 de dezembro de 2019, está representado por R$ 40,6 milhões no curto prazo e R$ 215,0 milhões no longo prazo, correspondentes a 15,9% e 84,1%, respectivamente. O prazo médio de liquidação é de seis anos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15 das demonstrações contábeis.

Operações e mercados

Nadir Figueiredo Indústria Comércio S.A. tem como finalidade a industrialização e comercialização de artigos de vidro, com atuação em dois segmentos:

- Produtos de utilidades domésticas, para uso em residências, hotéis, bares e restaurantes: copos, taças, xícaras, pratos, jarras, assadeiras, saladeiras e cinzeiros;

- Produtos para embalagem de alimentos industrializados e bebidas: copos, potes, frascos e garrafas.

A receita operacional líquida de 2019 está representada por 88,0% e 12,0% (87,9% e 12,1% em 2018) para mercados interno e externo, respectivamente.

Os respectivos segmentos são atendidos por indústrias brasileiras e multinacionais, de portes variáveis.

O crescimento de forma equilibrada, a consolidação do processo produtivo na unidade de Suzano, o mix de produtos e preço de venda nos mercados interno e externo, de todos os segmentos, proporcionaram lucro bruto de R$ 309,6 milhões.

Plano de investimentos

No exercício de 2019, a Companhia deu continuidade aos investimentos em ativos imobilizados no montante de R$ 68,1 milhões (R$ 50,0 milhões em 2018). Os investimentos estão substancialmente representados pelos setores de fabricação e armazenagem.

Os principais projetos contemplaram:

- Reforma de fornos de fusão e equipamentos conjugados da unidade industrial localizada no Município de Suzano-SP;

- Ampliação das instalações da unidade industrial localizada no Município de Suzano-SP;

- Desenvolvimento tecnológico e de novos produtos e processos.

Responsabilidade socioambiental

O envolvimento da Companhia com os públicos, interno e externo, é orientado por sua missão e estratégia de negócios, pautado pela convicção de que os resultados devem ser obtidos nas perspectivas econômica, pessoal, ética, social e ambiental.

No final do ano de 2019, a Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A. mantinha 2.081 colaboradores diretos, para os quais proporciona um ambiente de trabalho que conduz ao aprimoramento profissional e pessoal. Foram realizados durante o ano de 2019 diversos treinamentos, entre internos e externos, voltados à capacitação e aperfeiçoamento de nossos colaboradores, principalmente no que se refere à melhoria de nossos processos e qualidade dos produtos.

Com o Programa de Estágio e de Aprendizes, estamos investindo nos Jovens Talentos. Cerca de 96 estudantes participaram desse programa de sucesso. O investimento total em treinamento e desenvolvimento superou R$ 357 mil em 2019.

O total da remuneração paga atingiu R$ 127,4 milhões, além de R$ 45,4 milhões, divididos em R$ 34,3 milhões em benefícios diferenciados, como alimentação, assistência médica e previdência complementar e R$ 11,1 milhões em Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Adicionalmente, existe uma política de remuneração variável, que inclui ações de reconhecimento e um Plano de Participação nos Resultados (PPR), extensivo à todos os colaboradores, que apurou no período o montante de R$ 5,4 milhões (R$ 7,6 milhões em 2018).

Quanto à sustentabilidade no suprimento de matérias primas e otimização no consumo de recursos minerais, a Companhia utiliza em seu processo produtivo materiais reciclados, especialmente, resíduos de vidro e cacos de vidro recuperados externamente. O vidro permite intensa reutilização, sendo 100% reciclável.

Auditor independente

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, a Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A. e suas controladas informam que contrataram outros serviços da firma Grant Thornton Auditores Independentes S.S., responsável pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

No período de janeiro a dezembro de 2019, os auditores independentes Grant Thornton Auditores Independentes S.S. prestaram os seguintes serviços não relacionados à auditoria externa:

- Laudo de avaliação contábil, com data de contratação em 08 de julho de 2019, no valor de R$ 56,1 mil.
- Relatório de asseguração, com data de contratação em 12 de julho de 2019, no valor de R$ 75,0 mil.

O montante da contratação representa 41,0% do total de honorários de auditoria das demonstrações contábeis de 2019.

Justificativa dos Auditores Independentes – Grant Thornton Auditores Independentes S.S.

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa prestados à Companhia e suas controladas. A política de atuação com a Companhia e suas controladas na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços.

Agradecimentos

Encerramento de mais um período de atividades, os resultados alcançados no ano de 2019 refletem a constante busca pela melhoria e geração de valor, o que só tem sido possível pela confiança em nós depositada por clientes e consumidores, pela dedicação e o comprometimento de nossos colaboradores, pela cooperação com fornecedores e pelo apoio dos acionistas.

São Paulo, março de 2020

A Administração

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019	15

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar
Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Conselheiros da
Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

© 2020 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Principais assuntos de auditoria

Os Principais Assuntos de Auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

Mensuração das obrigações atuariais (controladora e consolidado)

Nota Explicativa nº 23 – Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

A Companhia é patrocinadora de plano de benefícios na modalidade de contribuição variável, que assegura renda mensal à aposentadoria por invalidez, pensão por morte, abono anual, auxílio-doença, pecúlio por morte e pecúlio por invalidez, na modalidade de benefício definido. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas oferecem a seus colaboradores Seguro de Reembolso de Assistência à Saúde nos segmentos ambulatorial, hospitalar e obstétrico, em conformidade com a Resolução Normativa 279 da Agência Nacional de Saúde (ANS).

Tais valores são relevantes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e envolvem a necessidade de utilização de uma adequada base de dados e a determinação de premissas com elevado grau de subjetividade, tais como taxas de desconto, inflação e mortalidade. Este tema foi, após nossas análises sobre todos os riscos significativos do exercício corrente, novamente considerado um assunto relevante e, portanto, crítico para a nossa auditoria, tendo em vista que o passivo com benefícios à empregados está sujeito a alterações nas premissas, entre outros fatores, com determinado grau de subjetividade na mensuração destas obrigações (além das incertezas inerentes à esse tipo de estimativa e das respectivas premissas utilizadas nos cálculos atuarias).

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento e análise dos controles internos relevantes que envolvem a constituição e a mensuração dos passivos decorrentes dos planos de benefícios de contribuição definida e seguro de reembolso de assistência à saúde, considerando, entre outros, os controles relacionados à totalidade e adequação das bases de dados e os de aprovação das premissas consideradas nos cálculos atuariais;
- Testamos a base de dados, de forma a confirmar a integridade dos dados que suportam os cálculos atuariais dos colaboradores, selecionando, em base amostral, determinados colaboradores e confirmamos se os dados cadastrados e base para cálculo e pagamento dos benefícios estavam adequados;
- Obtivemos auxílio de nossos especialistas atuários com o entendimento das metodologias e julgamentos utilizados pela Administração na determinação das premissas aplicadas no cálculo das obrigações em comparação com os parâmetros de mercado;
- Em base amostral, reexecutamos os cálculos atuariais utilizando nossos especialistas atuariais efetuados pelos atuários externos da Companhia, considerando as premissas adotadas nos cálculos, além de testes de existência e recálculo do valor justo dos ativos dos planos;
- Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados dos passivos decorrentes dos planos de benefícios de contribuição definida e seguro de reembolso de assistência à saúde da Companhia.

Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração das obrigações atuariais foram apropriadamente tratados e divulgados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

© 2020 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

© 2020 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

© 2020 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos alguma que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de março de 2020

Nelson Fernandes Barreto Filho
CT CRC 1SP-151.079/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

© 2020 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

NADIR FIGUEIREDO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em
31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	**Notas**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.026	15.391	12.926	16.599
Títulos e valores mobiliários	6	89.260	38.738	89.461	45.857
Contas a receber de clientes	7	214.882	154.333	216.324	157.355
Estoques	8	118.664	118.875	122.173	131.079
Impostos a recuperar		5.787	4.189	8.261	9.519
Outros créditos		3.390	4.281	3.474	4.363
Despesas antecipadas		1.301	532	1.301	534
Total do ativo circulante		**445.310**	**336.339**	**453.920**	**365.306**
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	7	1.725	2.414	1.725	2.414
Depósitos judiciais	20	1.299	1.495	1.299	1.495
Outros créditos		1.167	1.936	267	247
Impostos diferidos	9a	16.942	-	16.942	-
Investimentos em controladas	11	2.977	25.243	-	-
Ativos mantidos para venda	10	-	105.082	-	105.082
Imobilizado	13	272.369	241.418	272.571	241.827
Intangível		1.083	1.256	1.083	1.256
Direito de uso	14	10.416	-	10.416	-
Total do ativo não circulante		**307.978**	**378.844**	**304.303**	**352.321**
TOTAL DO ATIVO		**753.288**	**715.183**	**758.223**	**717.627**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NADIR FIGUEIREDO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em
31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
PASSIVO	**Notas**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	15	40.547	87.042	40.547	87.042
Fornecedores	16	58.315	51.190	58.957	52.345
Obrigações tributárias	17	21.781	24.506	22.718	25.865
Obrigações trabalhistas	18	24.541	25.341	24.689	25.741
Dividendos a pagar	22f	16.200	12.767	17.063	14.482
Arrendamento mercantil financeiro	21	3.376	-	3.376	-
Outras obrigações	19	13.097	16.262	13.078	16.273
Total do passivo circulante		**177.857**	**217.108**	**180.428**	**221.748**
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	15	215.000	45.000	215.000	45.000
Provisão para demandas judiciais	20	1.477	1.194	1.477	1.194
Partes relacionadas	12	-	14.336	-	9.424
Impostos diferidos	9a	-	14.829	-	14.829
Plano de aposentadoria complementar e seguro saúde	23	33.828	24.859	33.828	24.859
Arrendamento mercantil financeiro	21	7.359	-	7.359	-
Outras obrigações		1.375	1.875	1.375	1.875
Total do passivo não circulante		**259.039**	**102.093**	**259.039**	**97.181**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	22	172.674	200.000	172.674	200.000
Reservas de capital	22b	63.108	-	63.108	-
Reserva de reavaliação	22c	-	8.429	-	8.429
Reservas de lucros	22d	111.084	154.866	111.084	154.866
Outros resultados abrangentes	22e	(30.474)	32.687	(30.474)	32.687
Ajuste de avaliação patrimonial		(8.148)	54.702	52.152	54.702
Outros resultados abrangentes		(22.326)	(8.791)	(13.415)	(8.791)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**316.392**	**395.982**	**316.392**	**395.982**
Participação de não controladores		-	-	2.364	2.716
Total do Patrimônio líquido		**316.392**	**395.982**	**318.756**	**398.698**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**753.288**	**715.183**	**758.223**	**717.627**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NADIR FIGUEIREDO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
Demonstrações dos resultados individuais e consolidados para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Receita operacional líquida	25	754.770	737.140	793.252	768.081
Custo dos produtos vendidos	26	(445.224)	(404.177)	(466.852)	(418.251)
Lucro bruto		**309.546**	**332.963**	**326.400**	**349.830**
Despesas de vendas	27	(108.757)	(110.408)	(119.580)	(119.326)
Despesas administrativas	27	(86.628)	(91.553)	(87.918)	(93.268)
Outras receitas (despesas), líquidas		14.447	3.853	11.882	3.855
Resultado de equivalência patrimonial		18	1.886	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		128.626	136.741	130.784	141.091
Despesas financeiras	28	(23.846)	(25.645)	(25.497)	(27.097)
Receitas financeiras	28	7.221	8.421	7.852	9.188
Resultado financeiro líquido		(16.625)	(17.224)	(17.645)	(17.909)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		112.001	119.517	113.139	123.182
Imposto de renda e contribuição social		(37.916)	(36.868)	(39.538)	(38.957)
Corrente	9a	(69.504)	(34.081)	(71.126)	(36.170)
Diferido	9a	31.588	(2.787)	31.588	(2.787)
Lucro líquido do exercicio		74.085	82.649	73.601	84.225
Lucro atribuído:					
Acionistas não controladores		-	-	(484)	1.576
Acionistas controladores		74.085	82.649	74.085	82.649
Lucro por ação atribuído aos acionistas controladores					
Resultado por ação - básico e diluído (em R$)	24	5,46	6,09		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NADIR FIGUEIREDO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercicio	**74.085**	**82.649**	**73.601**	**84.225**
Outros resultados abrangentes:				
Variação na mensuração de passivos atuariais	(5.919)	(2.844)	(5.919)	(2.844)
Ajustes de conversão para moeda estrangeira	303	(2.910)	435	(2.910)
Resultado abrangente do exercício	**68.469**	**76.895**	**68.117**	**78.471**
Resultado abrangente atribuível aos :				
Acionistas controladores	68.469	76.895	68.601	76.895
Acionistas não controladores			(484)	1.576

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NADIR FIGUEIREDO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores								
	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação ativos	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do Patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2018	**200.000**	**-**	**8.429**	**93.275**	**-**	**38.441**	**340.145**	**4.092**	**344.237**
Lucro líquido do exercício	-		-	-	82.649	-	82.649	1.576	84.225
Efeito de conversão de moeda estrangeira	-		-	-	-	(1.805)	(1.805)	(1.847)	(3.652)
Efeito de variação cambial sobre dividendos	-		-	-	-	(1.105)	(1.105)	(1.105)	(2.210)
Constituição da reserva legal	-		-	4.132	(4.132)	-	-	-	-
Constituição da reserva estatutária	-		-	8.265	(8.265)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-		-		(9.521)	-	(9.521)	-	(9.521)
Dividendos	-		-	-	(11.537)	-	(11.537)	-	(11.537)
Retenção de lucros	-		-	49.194	(49.194)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-		-			(2.844)	(2.844)	-	(2.844)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**200.000**		**8.429**	**154.866**	**-**	**32.687**	**395.982**	**2.716**	**398.698**
Lucro líquido do período	-	-	-	-	74.085	-	74.085	(484)	73.601
Efeito de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	-	-	(47)	(47)	(46)	(93)
Efeito de variação cambial sobre dividendos	-	-	-	-	-	350	350	178	528
							-		
Constituição da reserva legal	-	-	-	3.704	(3.704)	-	-	-	-
Constituição da reserva estatutária	-	-	-	3.704	(3.704)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(1.813)	-	(1.813)	-	(1.813)
Dividendos	-	-	-	-	(16.054)	-	(16.054)	-	(16.054)
Retenção de lucros	-	-	-	48.810	(48.810)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-			(5.919)	(5.919)	-	(5.919)
Aumento de Capital	100.000	-	-	(100.000)	-	-	-	-	-
Realização de reservas de reavaliação e custo atribuido		63.108	(8.429)			(57.545)	(2.866)	-	(2.866)
Acervo líquido cindido	(127.326)						(127.326)	-	(127.326)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**172.674**	**63.108**	**-**	**111.084**	**-**	**(30.474)**	**316.392**	**2.364**	**318.756**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NADIR FIGUEIREDO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operações				
Lucro do exercício	**74.085**	**82.649**	**73.601**	**84.225**
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	37.340	33.752	37.516	33.771
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(31.588)	2.787	(31.588)	2.787
Resultado de equivalência	(18)	(1.886)	-	-
Despesa de juros	10.109	11.124	10.109	10.361
Provisão demandas ambientais	(400)	-	(400)	-
Provisão demandas judiciais	283	(3.411)	283	(3.411)
(Reversão) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(839)	(717)	(839)	(717)
(Reversão) Perda estimada para estoques obsoletos	(720)	(3.809)	(720)	(3.809)
Variações monetárias e cambiais líquidas	3.165	(430)	1.950	(3.948)
Participação de acionistas não controladores	-	-	484	(1.576)
Efeito da Cisão - Investimentos	-	-	(22.244)	-
Resultado do valor residual de baixa do ativo	161	442	161	442
	91.578	**120.501**	**68.313**	**118.125**
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) Redução em contas a receber de clientes	(59.021)	(14.221)	(57.441)	(11.170)
(Aumento) Redução em estoques	931	(20.604)	9.626	(20.318)
(Aumento) Redução em impostos a recuperar	(1.598)	(1.475)	1.258	(2.674)
(Aumento) Redução em outros créditos	1.086	687	300	693
Aumento (Redução) em fornecedores	7.125	10.056	6.611	9.206
Aumento (Redução) em obrigações trabalhistas	(1.083)	4.349	(1.335)	4.277
Aumento (Redução) em obrigações tributárias	(2.724)	3.127	(3.146)	3.534
Aumento (Redução) em outros passivos	(2.982)	3.515	(3.012)	3.222
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**33.312**	**105.935**	**21.174**	**104.895**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Recebimento de dividendos	586	26.099	586	-
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(50.522)	(28.946)	(43.604)	(28.929)
Adições ao imobilizado	(68.072)	(50.021)	(68.072)	(50.021)
Adições ao intangível	(43)	(450)	(43)	(450)
Recebimento pela alienação do ativo imobilizado	578	308	578	308
Caixa líquido aplicado (consumido) nas atividades de investimentos	**(117.473)**	**(53.010)**	**(110.555)**	**(79.092)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	346.827	165.015	346.827	165.015
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal e juros)	(233.980)	(170.628)	(233.980)	(170.628)
Arrendamento mercantil	(3.057)	-	(3.057)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos	(14.658)	(14.825)	(14.658)	(14.825)
Recebimento de empréstimos com partes relacionadas	(14.336)	(25.495)	(9.424)	532
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**80.796**	**(45.933)**	**85.708**	**(19.906)**
Redução no caixa e equivalentes de caixa	**(3.365)**	**6.992**	**(3.673)**	**5.897**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.391	8.399	16.599	10.702
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.026	15.391	12.926	16.599
Redução no caixa e equivalentes de caixa	**(3.365)**	**6.992**	**(3.673)**	**5.897**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NADIR FIGUEIREDO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidados para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
(+) Receitas	**1.100.669**	**1.067.457**	**1.139.925**	**1.101.016**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.085.828	1.063.337	1.127.676	1.096.894
Outras receitas	14.447	3.853	11.882	3.855
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	394	267	367	267
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**(420.026)**	**(382.630)**	**(447.325)**	**(401.519)**
(Inclui os Valores dos Impostos - ICMS e IPI)				
Custo dos produtos vendidos	(71.731)	(68.698)	(71.731)	(68.698)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(348.295)	(313.932)	(375.594)	(332.821)
(=) Valor adicionado bruto	**680.643**	**684.827**	**692.600**	**699.497**
(-) Depreciação	(37.340)	(33.752)	(37.516)	(33.771)
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**643.303**	**651.075**	**655.084**	**665.726**
(+) Valor adicionado recebido em transferência	**6.859**	**11.364**	**7.472**	**10.245**
Resultado de equivalência patrimonial	18	1.886	-	-
Receitas financeiras	7.221	8.421	7.852	9.188
Outras	(380)	1.057	(380)	1.057
(=) Valor adicionado total a distribuir	**650.162**	**662.439**	**662.556**	**675.971**
(=) Distribuição do valor adicionado	**650.162**	**662.439**	**662.556**	**675.971**
Despesas com pessoal				
- Remuneração direta	127.420	131.627	132.699	136.290
- Benefícios	34.311	37.687	34.419	37.778
- F.G.T.S.	11.097	10.122	11.113	10.138
Impostos, taxas e contribuições				
- Federais	260.510	251.207	265.865	256.422
- Estaduais	116.366	117.245	116.394	117.268
- Municipais	962	1.260	1.405	1.757
Remuneração de capitais de terceiros				
- Juros	21.472	25.090	22.951	26.261
- Aluguéis	1.566	4.997	1.565	4.996
- Outras	2.374	555	2.546	836
Remuneração de capitais próprios				
- Juros sobre capital próprio	1.813	9.521	1.813	9.521
- Lucros retidos	72.271	73.128	72.271	73.128
- Participação dos acionistas não controladores nos lucros	-	-	(485)	1.576

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A. ("Nadir" ou "Companhia"), estabelecida à Avenida Zaki Narchi nº 500, na cidade de São Paulo, é uma Companhia anônima de capital aberto, contando com instalações industriais no estado de São Paulo, na cidade de Suzano. Os principais objetivos da Companhia são: indústria, comércio, exportação e importação de produtos de vidro, cristal, cerâmica e louça, destinados às utilidades domésticas e embalagens de alimentos e bebidas, e participações em outras empresas.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 06 de março de 2020 o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração aprovaram as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e autorizaram sua divulgação.

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

a) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019.

b) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas. O controle sobre essas empresas é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixa de existir.

Em 31 de dezembro 2019 e 2018, as demonstrações contábeis consolidadas incluem a consolidação das seguintes empresas, respectivamente:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Participação		Participação	
Controladas	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Mineração Rosicler Ltda. (i)	-	-	99,97%	-
Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda. (i)	-	-	92,02%	7,98%
Distribuidora Brasim S.A. (ii)	50,00%	-	50,00%	-
Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.	100,00%	-	98,99%	1,00%

(i) Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2019, foi aprovada a Justificação da Cisão Parcial da Companhia, sendo que estes investimentos fizeram parte do Acervo Cindido. O montante total do acervo cindido entre Investimentos em Participação Acionária e Terrenos foi de R$127.326, com redução no capital social da Companhia passando de R$300.000 para R$172.674.

Relação dos ativos cindidos	**R$**
Ativo disponível para venda	105.082
Investimentos em participação societária - Mineração Rosicler Ltda	3.801
Investimentos em participação societária - Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda	18.443
Valor do acervo líquido apurado por meio de livros contábeis	**127.326**

(ii) A Companhia controla as políticas financeiras e operacionais, principalmente pelo fato de a controlada ser uma revendedora exclusiva e só vender os produtos adquiridos da Companhia.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Sempre que necessário, são realizados ajustes de modo a adequar as práticas contábeis às da Companhia.

Os saldos das contas patrimoniais, as receitas, despesas e lucros (prejuízos) não realizados, oriundos de transações entre partes relacionadas, são eliminadas por completo, líquidos dos efeitos tributários (quando aplicável). Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

Hiperinflação na Argentina

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia hiperinflacionária (IAS 29, equivalente ao CPC 42), passou a ser requerida. De acordo com o IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de controladas que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice de preços ao consumidor. Como consequência, a Companhia aplicou os conceitos do IAS 29 para a sua controlada na Argentina. Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico e o patrimônio líquido da controlada na Argentina foram atualizados pela inflação.

Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral foram reportados como ajustes de avaliação patrimonial, no montante líquido de R$(52) em 31 de dezembro de 2019 (R$ 1.533 em 2018).

A conversão dos saldos das subsidiárias com economia hiperinflacionária para a moeda de apresentação foi realizada pela taxa de câmbio em vigor no final do mês, para itens patrimoniais e de resultado. A Companhia utilizou o Índice de Preços ao Consumidor ("IPC") para correção dos saldos para o período compreendido entre 01.01.17 até o período corrente. Os índices acumulados utilizados nos exercícios de 2018 e 2019 foram respectivamente 124,80% e 289,83%.

c) Base de mensuração

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo de práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade do Grupo determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações contábeis são traduzidas para o Real na data do fechamento.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço e todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

e) Estimativas e julgamentos

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Ativos e passivos sujeitos à estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, provisão para perda de estoques, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para demandas judiciais e de instrumentos financeiros.

As principais premissas relativas à fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas nas datas dos balanços patrimoniais, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir:

Revisão da vida útil

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos itens do ativo imobilizado levando em consideração as condições de uso/desgaste, obsolescência tecnológica, manutenção e política de substituição. As estimativas de vida útil são realizadas internamente pelo departamento de engenharia.

Perdas esperadas com créditos

As perdas esperadas com créditos são registradas em quantia considerada suficiente para cobrir as perdas decorrentes de cobranças das duplicatas a receber. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise individualizada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. A perda esperada com créditos foi calculada com base nas perdas esperadas, através de um modelo prospectivo, levando-se em consideração a análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

Provisão para perda de estoques

A Companhia revisa periodicamente o valor líquido de realização e a demanda de seus estoques para garantir que os estoques registrados são demonstrados pelo menor valor entre o custo de aquisição ou produção e o valor líquido de realização, assim como estoques obsoletos.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Realização do imposto de renda diferido

O reconhecimento inicial e as posteriores avaliações do imposto de renda diferido ocorre quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização total, ou parcial se for constituído o crédito integral.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente à todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.
Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, pelo VJR ou pelo VJORA. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

b) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista denominados em Reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores a 90 dias da data de contratação, ou para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato.

Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros na categoria empréstimos e recebíveis e estão registrados pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério "pro rata temporis", que equivalem aos seus valores de mercado, não havendo impacto a ser contabilizado no patrimônio líquido da Companhia.

Os títulos e valores mobiliários incluem fundos de investimentos não exclusivos cujos valores de mercado se aproximam dos valores contábeis, para os quais não há resgate imediato.

c) Contas a receber de clientes e perda estimada com créditos

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal e deduzidas da perda estimada com créditos, a qual é constituída com base na perda esperada (através de um modelo prospectivo), sendo considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

d) Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo. A Companhia considera em sua provisão para perdas nos estoques os materiais com giro lento e/ou obsoletos.

e) Investimentos

A Companhia detém o controle sobre uma empresa quando possui o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. Os investimentos nas controladas são registrados na controladora pelo método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis individuais, sendo os investimentos em controladas eliminados para fins de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, e o efeito das variações cambiais na conversão dos investimentos no exterior, os quais são reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido.

A Companhia determina, em cada data de fechamento das demonstrações contábeis, se há evidência objetiva de que os investimentos sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor contábil e a participação das perdas em controladas, e reconhece a parcela residual com passivo a descoberto de controladas, uma vez que assume as obrigações das mesmas.

f) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 13 e levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens e com base nos prazos contratuais dos imóveis alugados quanto às benfeitorias efetuadas.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme segue:

Descrição do ativo	Anos
Edifícios e construções	25
Equipamentos	10
Instalações	10
Fornos	02 e 03
Máquinas e matrizes	10
Veículos	05

g) Arrendamentos

Arrendamento financeiro
Determinados contratos de arrendamento transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro, sendo registrados no momento inicial como ativo de direito de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental, conforme NBC TG 06/R3 (Deliberação CVM 645/10) – Arrendamentos.

Arrendamento operacional
Determinados contratos são classificados como arrendamento operacional quando sua substância não atende os requerimentos de arrendamento financeiro. Esses contratos são registrados no momento inicial como um ativo de direito de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental, conforme NBC TG 06/R3 (Deliberação CVM 645/10) – Arrendamentos.

h) Redução ao valor recuperável ("impairment")

A nova norma substitui o modelo de "perdas incorridas" por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". A Administração não identificou impactos relevantes na adoção desta norma na estimativa das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, bem como na rubrica de contas a receber de clientes.

i) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos, líquidos os custos de transação nos casos aplicáveis, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

j) Fornecedores e outras contas a pagar

Reconhecidos pelo valor nominal e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

k) Imposto de renda e contribuição social

Corrente

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

Os impostos e as contribuições sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados à itens registrados no patrimônio líquido ou na reserva de ajustes de avaliação patrimonial, que são reconhecidos líquidos destes efeitos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo ou passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização.

Diferido

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus valores contábeis. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais acumulados não possui prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada a 30% do montante do lucro tributável de cada exercício. As controladas que optam pelo regime de lucro presumido não podem compensar prejuízos fiscais de um exercício com lucros gerados em anos subsequentes, e por esse motivo não são contabilizados tributos diferidos.

A Companhia avalia anualmente o valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em relação ao seu desempenho operacional e o lucro tributável futuro projetado e, quando necessário, reduz o seu montante ao valor de realização esperado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando existe um direito legalmente executável de compensar ativos fiscais correntes contra passivos fiscais correntes.

l) Apuração do resultado e reconhecimento da receita

A receita proveniente das vendas de produtos é reconhecida de acordo com a NBC TG 47 (IFRS 15) – Receita com contratos de clientes, estabelecendo um modelo de cinco etapas para determinar a mensuração da receita e quando e como ela será reconhecida. Dessa forma, a Companhia reconhece as receitas quando os produtos são entregues e devidamente aceitos pelos seus clientes, onde os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A transferência dos riscos e benefícios da propriedade ocorre quando do embarque dos produtos acompanhado da respectiva nota fiscal de venda levando em consideração os incoterms. Esses critérios são considerados atendidos quando os bens são transferidos ao comprador, respeitadas as principais modalidades de fretes praticadas pela Companhia.

m) Benefícios a empregados

(i) Planos de Previdência

A Companhia é patrocinadora de um plano de benefícios, administrado pelo MultiBRA Fundo de Pensão - Bradesco Multipensions, que assegura a aposentadoria por invalidez, pensão por morte, abono anual, auxílio doença, pecúlio por morte e pecúlio por invalidez aos seus funcionários, na modalidade de benefício definido, e ainda aposentadoria normal na modalidade de contribuição variável e/ou contribuição definida, dependendo da opção efetuada pelo participante na data da concessão do benefício.

O passivo reconhecido é o valor presente da obrigação de benefício definido nas datas dos balanços patrimoniais, menos o valor justo dos ativos do plano.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito unitário projetado para determinar o valor presente das obrigações e o respectivo custo do serviço corrente, considerando premissas demográficas, econômicas e financeiras adequado ao perfil da massa.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal e a aposentadoria antecipada, além de benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

Os ativos do plano são mantidos pelo MultiBRA Fundo de Pensão – Bradesco Multipensions, entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à eles.

(ii) Planos de Saúde

A Companhia oferece ainda benefício de assistência médica pós-aposentadoria à seus empregados. Para este grupo, desenvolveu-se uma condição especial, onde o cálculo do prêmio é feito pela tabela da faixa etária, porém os pagamentos dos prêmios ocorrem através de boletos bancários emitidos pela Sul América Companhia de Seguro Saúde, diretamente em favor do segurado.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Adicionalmente, o resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo, quando aplicável, é registrado pela Companhia somente quando:

a) ela controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
b) esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela Companhia e serviço prestado pelo funcionário); e
d) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Companhia na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a Companhia, seja indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida a legislação pertinente).

(iii) Benefícios

As obrigações de benefícios de curto prazo à empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de
pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

n) Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes à processos judiciais para os quais, como resultado de acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos assessores legais da Companhia.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis, quando houver, são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não há causas envolvendo ativos contingentes registradas no balanço patrimonial da Companhia.

o) Tributos sobre as vendas

A Companhia está sujeita aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,6%;
- Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) - até 15%;
- Impostos sobre Circulação de Mercadoria Serviços e Transporte (ICMS) - 7% a 18%; e

p) Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. A Companhia não possui instrumentos que possam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

q) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais nos termos do CPC – 09 – Demonstração do Valor Adicionado, e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS.

4. PRONUNCIAMENTOS (NOVOS OU REVISADOS) E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

A Companhia descreve os principais pontos da revisão das novas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade que são efetivas para o exercício iniciado em 2019, conforme apresentado a seguir:

NBC TG 06/R3 (IFRS 16) – Arrendamentos

A Companhia adotou em 1º de janeiro de 2019 a NBC TG 06/R3 (IFRS16) - Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Essa abordagem não impactou o patrimônio líquido da Companhia na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente. Além disso, a Companhia adotou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição, ou seja, a Companhia optou por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos, conforme o NBC TG 06/R2. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do NBC TG 06/R2.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

O impacto da aplicação inicial sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas para ativos de direito de uso e passivos de arrendamento a pagar foi de R$13.473 em 1 de janeiro de 2019.

No resultado do exercício, o impacto líquido foi negativo no montante de R$319, na Controladora e Consolidado. O patrimônio líquido não sofreu impacto na adoção inicial devido a escolha pelo modelo da abordagem retrospectiva simplificada.

ITG 22 (Deliberação CVM 804/2018) – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A ITG 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do NBC TG 32/R4 (IAS 12) – Tributos sobre o lucro, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos da NBC TG 32/R4 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019.

Na avaliação da Administração da Companhia, não há impactos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de tribunais administrativos e judiciais.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	12.026	15.391	12.926	16.599
	12.026	15.391	12.926	16.599

Representados por numerários em moedas nacional e estrangeira, em instituições financeiras de primeira linha, com disponibilidade imediata para uso.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Aplicação cambial (i)	-	6.817	-	6.817
Aplicação renda variável (ii)	-	6.605	-	13.086
Aplicação renda fixa (iii)	89.260	25.316	89.461	25.954
	89.260	38.738	89.461	45.857

(i) Aplicação com remuneração atrelada à variação do dólar norte americano.
(ii) Aplicação de renda variável remunerada à taxa média do CDI de até 236% no período, até 28/10/2019 e 114,0% ao ano em 31/12/2018.
(iii) A aplicação em renda fixa é remunerada com base na variação do CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, com base nas taxas futuras de papéis similares.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

A perda esperada com créditos é constituída considerando análise quantitativa e qualitativa individual dos recebíveis e, quando necessário, em montantes suficientes para cobertura de eventuais perdas por não recebimentos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Mercado interno	203.194	147.402	203.397	147.412
Mercado externo	17.217	14.106	18.456	17.118
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(3.804)	(4.761)	(3.804)	(4.761)
	216.607	156.747	218.049	159.769
Circulante	214.882	154.333	216.324	157.355
Não circulante	1.725	2.414	1.725	2.414
	216.607	156.747	218.049	159.769

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Duplicatas a vencer	196.827	149.793	198.269	152.815
Duplicatas vencidas:				
De 1 a 30 dias	16.747	4.012	16.747	4.012
De 31 a 60 dias	848	3.046	848	3.046
De 61 a 90 dias	935	163	935	163
Acima de 90 dias	5.054	4.494	5.054	4.494
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(3.804)	(4.761)	(3.804)	(4.761)
	216.607	156.747	218.049	159.769

Movimentação da perda esperada com créditos da Controladora e Consolidado:

Saldo em 31/12/2017	Movimento no período (-)	**Saldo em 31/12/2018**	Movimento no período (-)	**Saldo em 31/12/2019**
(5.478)	717	**(4.761)**	957	**(3.804)**

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Produtos acabados	83.407	87.985	86.870	100.143
Produtos em processo	762	640	762	640
Matéria-prima	9.450	8.355	9.450	8.355
Materiais de embalagens	1.394	2.761	1.406	2.773
Almoxarifado	23.651	19.134	23.685	19.168
	118.664	118.875	122.173	131.079

O saldo de produtos acabados, materiais de embalagens e almoxarifado estão apresentados pelos valores líquidos, deduzidos das provisões para obsolescência e/ou giro lento.

A movimentação da provisão é como segue:

	Saldo em 31/12/2017	Movimento no período	Saldo em 31/12/2018	Movimento no período	Saldo em 31/12/2019
Produtos acabados	4.183	(3.009)	1.174	(997)	177
Materiais de embalagem	252	(219)	33	-	33
Almoxarifado	6.244	(581)	5.663	(1.210)	4.453
	10.679	(3.809)	6.870	(2.207)	4.663

As provisões foram constituídas de acordo com as políticas estabelecidas pela Companhia, onde as áreas técnicas responsáveis pela gestão dos estoques fazem avaliações individuais e/ou grupo de estoques, e quando são identificados itens obsoletos e/ou com giro lento, com remota probabilidade de utilização, a provisão é constituída.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e a contribuição social é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	112.001	119.517	113.139	123.182
Imposto de renda calculado à alíquota nominal - 34%	(38.080)	(40.636)	(38.467)	(41.882)
Efeito líquido das controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-		385
Juros sobre capital próprio	617	3.237	617	3.237
(Adições)/Exclusões permanentes, líquidas	(459)	(110)	(1.688)	(697)
Equivalência patrimonial	6	641	-	-
	(37.916)	**(36.868)**	**(39.538)**	**(38.957)**
Corrente	(69.504)	(34.081)	(71.126)	(36.170)
Diferido	31.588	(2.787)	31.588	(2.787)

* A Lei 9.249/95 prevê que a Companhia possa pagar juros sobre capital próprio aos acionistas de forma adicional ou alternativa aos dividendos propostos, sujeita a limitações específicas, as quais resultam em dedução fiscal na determinação do imposto de renda e contribuição social. A limitação considera o maior valor entre: (i) TJLP (taxa de juros de longo prazo) aplicado sobre o patrimônio líquido da Companhia; ou (ii) 50% do lucro líquido do exercício. Esta despesa não é reconhecida para fins da preparação das demonstrações contábeis e, por esse motivo, não impacta o lucro líquido.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2019, foi aprovada a Justificação da Cisão Parcial da Companhia, e parte do ativo cindido foi o Imóvel que estava registrado como disponível para venda, conforme nota explicativa nº 10. O valor total deste imóvel estava composto pelo valor de aquisição, custo atribuído e reserva de reavaliação, desta forma, com a operação de cisão os impostos diferidos correspondentes a este ativo foram transferidos para os impostos correntes, nos montantes de R$23.903 e R$8.606, correspondentes a IRPJ e CSLL, respectivamente. O pagamento destes impostos ocorreu em 31 de outubro de 2019.

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora e Consolidado	
Ativo:	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Perdas esperadas com créditos	**1.294**	**1.619**
Provisão para estoques obsoletos	**1.585**	**2.336**
Provisão para contingências trabalhistas	**526**	**429**
Provisão para gastos ambientais	**-**	**136**
Provisão para fretes, comissões e verbas	**2.036**	**1.843**
Obrigações atuariais	**11.501**	**8.452**
	16.942	14.815
Passivo:		
Custo atribuído do ativo imobilizado (Terrenos)	**-**	29.644
	-	29.644
Saldo líquido Ativo e (Passivo)	**16.942**	**(14.829)**

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2019, foi aprovada a Justificação da Cisão Parcial da Companhia, sendo que o Terreno que mantinha registrado impostos diferidos no montante de R$29.644, fez parte do Acervo Cindido, desta forma, houve o recolhimento do tributo neste montante, a título de realização do ativo.

Os impostos diferidos ativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro são reconhecidos com base na extensão em que é provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições das diferenças temporárias, momento em que estas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos, com base nas premissas e condições estabelecidas no modelo de negócios da Companhia.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente, sendo as projeções revisadas anualmente e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia tem expectativa de realização do imposto diferido ativo no período mínimo de 5 anos e no máximo de 10 anos.

10. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

O saldo realizado no exercício refere-se ao custo do terreno localizado na Vila Maria, cuja alienação foi autorizada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de setembro de 2012. Até 30 de junho de 2019 o ativo estava registrado como disponível para venda.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2019, foi aprovada a Justificação da Cisão Parcial da Companhia, e este ativo foi cindido do balanço patrimonial da Companhia.

11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a. Informações sobre as controladas em 31 de dezembro de 2019:

Controladas	Participação	Ativo	Patrimônio líquido 31/12/2019	Resultado 31/12/2019	Equivalência patrimonial 31/12/2019	Saldo do Investimento 31/12/2019
Mineração Rosicler Ltda. (i)	99,97%	-	-	-	48	-
Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda. (i)	92,02%	-	-	-	119	-
Distribuidora Brasim S.A.	50,00%	10.619	4.728	(640)	(320)	2.364
Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.	100,00%	725	613	174	171	613
					18	**2.977**

(i) Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2019, foi aprovada a Justificação da Cisão Parcial da Companhia, sendo que este investimento foi parte do acervo cindido.

b. Informações sobre as controladas em 31 de dezembro de 2018:

Controladas	Participação	Ativo	Patrimônio líquido 31/12/2018	Resultado 31/12/2018	Equivalência patrimonial 31/12/2018	Saldo do Investimento 31/12/2018
Mineração Rosicler Ltda.	99,97%	3.755	3.755	(36)	(37)	3.754
Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	92,02%	20.186	19.913	353	326	18.324
Distribuidora Brasim S.A.	50,00%	13.176	5.461	3.156	1.578	2.731
Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.	98,99%	516	439	18	19	434
					1.886	25.243

c. A movimentação dos investimentos no período de 31 de dezembro de 2018 a 31 de dezembro 2019 é como segue:

	Saldo em 31/12/2018	Equivalência patrimonial	Variação cambial	Acervo líquido cisão/outros	Saldo em 31/12/2019
Mineração Rosicler Ltda.	3.754	48	-	(3.802)	-
Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	18.324	119	-	(18.443)	-
Distribuidora Brasim S.A.	2.731	(320)	(47)	-	2.364
Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.	434	171	-	8	613
	25.243	**18**	**(47)**	**(22.237)**	**2.977**

d. A movimentação dos investimentos no período de 31 de dezembro de 2017 a 31 de dezembro de 2018 é como segue:

	Saldo em 31/12/2017	Equivalência patrimonial	Variação cambial	Dividendos/ outros	Saldo em 31/12/2018
Mineração Rosicler Ltda.	4.531	(37)	-	(740)	3.754
Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	43.356	326	-	(25.358)	18.324
Distribuidora Brasim S.A.	4.104	1.578	(1.805)	(1.146)	2.731
Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.	415	19	-		434
	52.406	**1.886**	**(1.805)**	**(27.244)**	**25.243**

12. PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
Ativo Circulante	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Contas a receber				
Distribuidora Brasim. S.A.	3.156	1.854	-	-
Ativo não Circulante				
Dividendos a receber				
Distribuidora Brasim. S.A.	900	1.758	-	-
Passivo Circulante				
Contas a pagar				
Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.	50	50	-	-
Empréstimos				
Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	4.912	-	-
Acionistas indiretos	-	9.424	-	9.424
	-	**14.336**	**-**	**9.424**

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional		
Distribuidora Brasim. S.A.	9.160	14.172
Custo de produtos vendidos		
Distribuidora Brasim. S.A.	(6.191)	(8.443)
Despesas administrativas e comerciais		
Colorex Comércio e Desenvolvimento de de Produtos Ltda.	(600)	(447)
Despesas financeiras		
Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(159)	(762)
Acionistas indiretos	(378)	(651)

As transações efetuadas com partes relacionadas referem-se à operações de venda de produtos para a controlada Distribuidora Brasim S.A. e à prestação de serviços administrativos, marketing e desenvolvimento de produtos por parte da controlada Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos. Estas transações são realizadas com base em preços e prazos definidos pelas partes envolvidas, consideradas pela Administração como estritamente comutativas e adequadas de modo a preservar os interesses de ambas as partes envolvidas no negócio.

As operações financeiras pactuadas através de contrato de mútuo entre as empresas do grupo e acionistas são remuneradas pela taxa CDI (100%), com base nas condições definidas entre as partes, sendo o prazo de vencimento dessas operações indeterminado.

Remuneração de Administradores

A remuneração da Administração (Diretores estatuários e Conselho de Administração), que foram registradas no resultado de cada exercício é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Remuneração anual	**5.098**	5.557	**5.189**	5.648
Previdencia privada - contribuição definida	**171**	165	**175**	168
	5.269	**5.722**	**5.364**	**5.816**

A remuneração da Administração (benefícios de curto prazo) contempla a remuneração dos diretores e conselheiros. Os referidos montantes estão registrados na rubrica de despesas administrativas e gerais. A remuneração global dos Administradores e Conselho da Administração da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi fixada no limite de até R$7.500 (R$7.000 em 2018), conforme aprovação em Assembleia Geral Ordinária. A Companhia não possui remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações.

13. IMOBILIZADO

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Controladora

Custo	Terrenos, edifícios construções	Equipamentos e instalações	Fornos	Máquinas e matrizes	Veículos	Construções em andamento	Total
Saldo em 31/12/2018	**84.353**	**80.870**	**12.195**	**24.793**	**1.423**	**37.784**	**241.418**
Adições	3.902	762	-	18	271	63.119	68.072
Baixas	-	-	(24.975)	-	(497)	-	(25.472)
Transferências	358	12.233	19.331	3.923	-	(36.095)	(250)
	88.613	**93.865**	**6.551**	**28.734**	**1.197**	**64.808**	**283.768**
Depreciação							
Adições	(4.371)	(16.061)	(10.339)	(5.512)	(427)	-	(36.710)
Baixas	-	-	24.975	-	336	-	25.311
	(4.371)	**(16.061)**	**14.636**	**(5.512)**	**(91)**	**-**	**(11.399)**
Saldo em 31/12/2019	**84.242**	**77.804**	**21.187**	**23.222**	**1.106**	**64.808**	**272.369**

Controladora

Custo	Terrenos, edifícios construções	Equipamentos e instalações	Fornos	Máquinas e matrizes	Veículos	Construções em andamento	Total
Saldo em 31/12/2017	**87.943**	**78.308**	**8.361**	**22.018**	**943**	**27.331**	**224.904**
Adições	370	1.260	105	194	909	47.183	50.021
Baixas	-	(4)	-	-	(599)	-	(603)
Transferências	363	16.478	11.808	8.081	-	(36.730)	-
	88.676	**96.042**	**20.274**	**30.293**	**1.253**	**37.784**	**274.322**
Depreciação							
Adições	(4.323)	(15.174)	(8.079)	(5.500)	(328)	-	(33.404)
Baixas	-	2	-	-	498	-	500
	(4.323)	**(15.172)**	**(8.079)**	**(5.500)**	**170**	**-**	**(32.904)**
Saldo em 31/12/2018	**84.353**	**80.870**	**12.195**	**24.793**	**1.423**	**37.784**	**241.418**

Consolidado

Custo	Terrenos, edifícios construções	Equipamentos e instalações	Fornos	Máquinas e matrizes	Veículos	Construções em andamento	Total
Saldo em 31/12/2018	**84.353**	**81.163**	**12.195**	**24.793**	**1.537**	**37.786**	**241.827**
Adições	3.902	762	-	18	271	63.119	68.072
Baixas	-	-	(24.975)	-	(497)	-	(25.472)
Transferências	358	12.233	19.331	3.923	-	(36.095)	(250)
IAS - 29	-	7	-	-	2	-	9
	88.613	**94.165**	**6.551**	**28.734**	**1.313**	**64.810**	**284.186**
Depreciação							
Adições	(4.371)	(16.223)	(10.339)	(5.512)	(481)	-	(36.926)
Baixas	-	-	24.975	-	336	-	25.311
	(4.371)	**(16.223)**	**14.636**	**(5.512)**	**(145)**	**-**	**(11.615)**
Saldo em 31/12/2019	**84.242**	**77.942**	**21.187**	**23.222**	**1.168**	**64.810**	**272.571**

Consolidado

Custo	Terrenos, edifícios construções	Equipamentos e instalações	Fornos	Máquinas e matrizes	Veículos	Construções em andamento	Total
Saldo em 31/12/2017	**87.943**	**78.596**	**8.361**	**22.018**	**1.024**	**27.333**	**225.275**
Adições	370	1.260	105	194	909	47.183	50.021
Baixas	-	(4)	-	-	(599)	-	(603)
Transferências	363	16.478	11.808	8.081	-	(36.730)	-
IAS - 29		411			95		506
	88.676	**96.741**	**20.274**	**30.293**	**1.429**	**37.786**	**275.199**
Depreciação							
Adições	(4.323)	(15.310)	(8.079)	(5.500)	(355)	-	(33.567)
Baixas	-	2	-	-	498	-	500
IAS - 29	-	(270)	-	-	(35)	-	(305)
	(4.323)	**(15.578)**	**(8.079)**	**(5.500)**	**108**	**-**	**(33.372)**
Saldo em 31/12/2018	**84.353**	**81.163**	**12.195**	**24.793**	**1.537**	**37.786**	**241.827**

Construções em andamento: representadas substancialmente pelos investimentos nos projetos de ampliação, construção e modernização da unidade de produção de vidros e da área de armazenagem da planta no Município de Suzano-SP.

O saldo de transferência de R$250 refere-se a software, alocado inicialmente junto ao projeto correspondente, e posteriormente reclassificado para a rubrica Ativo intangível.

As taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado foram determinadas com base na estimativa da vida útil revisada dos bens, de acordo com o laudo técnico de avaliação elaborado internamente. Não houve alterações na vida útil durante os exercícios de 2019 e 2018.

14. DIREITO DE USO

A movimentação do direito de uso é como segue:

	Controladora e Consolidado		
	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Total
Saldo em 01/01/2019	**4.757**	**8.716**	**13.473**
Amortização acumulada	(878)	(2.179)	(3.057)
Saldo em 31/12/2019	**3.879**	**6.537**	**10.416**

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo de amortização em 31 de dezembro de 2019

Imóveis	Máquinas e e instalações
5 anos	4 anos

(i) Refere-se a um imóvel, onde está estabelecida a sede da Companhia.
(ii) Refere-se a locação de máquinas empilhadeiras utilizadas para a operação logística da Companhia.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) A composição de empréstimos e financiamentos é como segue:

Circulante				Controladora e Consolidado	
Descrição	**Vencimentos**	**Taxas (%)**		**31/12/2019**	**31/12/2018**
Nota de Crédito de Exportação					
Banco Bradesco S.A.	Nov/2020	126% do CDI a.a		**-**	5.090
Banco Bradesco S.A.	Mar/2021	120% do CDI a.a		**-**	7.565
Banco Bradesco S.A.	Mai/2022	118,2% do CDI a.a		**157**	-
Banco do Brasil S.A.	Jan/2021	121% do CDI a.a		**46**	5.123
Banco do Brasil S.A.	Mai/2021	119,5% do CDI a.a		**61**	15.177
Itaú Unibanco S.A.	Jan/2019	131% do CDI a.a		**-**	12.675
Itaú Unibanco S.A.	Mar/2019	136% do CDI a.a		**-**	2.502
Itaú Unibanco S.A.	Jun/2021	122% do CDI a.a		**-**	7.568
Banco ABC Brasil S.A.	Set/2026	CDI + 2% a.a		**404**	-
Cédula de Crédito à Exportação					
Banco ABC Brasil S.A.	Set/2026	CDI + 2% a.a		**472**	-
Banco Votorantim S.A.	Set/2026	CDI + 2% a.a		**877**	-
Vendor					
Banco do Brasil S.A.	Abr/2020	6,53% a,a	6,56,53% a,a	**1.914**	8.686
Banco Itaú Unibanco S.A.	Abr/2020	6,42% a.a	6,46,42% a.a	**12.432**	3.282
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio					
Banco Bradesco S.A.	Jan/2020	Variação cambial + 4,89% a.a.		**6.046**	-
Banco do Brasil S.A.	Abr/2019	Variação cambial + 3,96% a.a.		**-**	7.750
Itaú Unibanco S.A.	Fev/2020	Variação cambial + 4,67% a.a.		**8.061**	5.812
Banco Safra S.A	Fev/2019	Variação cambial + 4,70% a.a.		**-**	5.812
Banco Santander Brasil S.A	Abr/2020	Variação cambial + 4,60% a.a.		**10.077**	-
				40.547	**87.042**

Não Circulante			Controladora e Consolidado	
Descrição	**Vencimentos**	**Taxas (%)**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Nota de Crédito de Exportação				
Banco Bradesco S.A.	Nov/2020	126% do CDI a.a	-	5.000
Banco Bradesco S.A.	Mar/2021	120% do CDI a.a	-	12.500
Banco Bradesco S.A.	Mai/2022	118,2% do CDI a.a	**25.000**	-
Banco do Brasil S.A.	Jan/2021	120% do CDI a.a.	**5.000**	5.000
Banco do Brasil S.A.	Mai/2021	119,50% do CDI a.a.	**15.000**	15.000
Banco Itaú Unibanco S.A.	Jun/2021	122% do CDI a.a	-	7.500
Vendor	Set/2026	CDI + 2% a.a	**39.200**	-
Cédula de Crédito à Exportação				
Banco ABC Brasil S.A.	Set/2026	CDI + 2% a.a	**45.800**	-
Banco Votorantim S.A.	Set/2026	CDI + 2% a.a	**85.000**	-
			215.000	**45.000**
			255.547	**132.042**

b) O quadro abaixo permite identificar as movimentações apresentadas nas atividades de financiamento do fluxo de caixa.

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	125.559
Captações	165.015
Amortizações	(170.541)
Pagamentos de juros	(87)
Variações que não envolvem caixa	
Juros incorridos	6.403
Variação cambial	5.693
Saldo em 31 de dezembro de 2018	132.042
Saldo em 31 de dezembro de 2018	132.042
Captações	346.827
Amortizações	(233.980)
Variações que não envolvem caixa	
Juros incorridos	10.109
Variação cambial	549
Saldo em 30 de setembro de 2019	255.547

c) Os montantes vincendos a longo prazo estão assim demonstrados:

	Controladora e Consolidado	
Ano	**31/12/2019**	**31/12/2018**
2020	**-**	15.000
2021	**20.000**	30.000
2022	**59.000**	
2023	**34.000**	
2024	**34.000**	
2025	**34.000**	
2026	**34.000**	-
	215.000	45.000

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores nacionais	**52.727**	46.062	**53.369**	47.218
Fornecedores exterior	**5.588**	5.128	**5.588**	5.127
	58.315	**51.190**	**58.957**	**52.345**

A Companhia intermedia entre os fornecedores e instituições financeiras a antecipação das faturas dos fornecedores referentes à venda de insumos. O saldo a pagar junto ao fornecedor fica registrado na mesma rubrica do balanço patrimonial porque não há diferença de natureza e de condições de prazo de pagamento antes e depois da antecipação. O saldo destes títulos em 31 de dezembro de 2019 montava a R$9.242 (R$6.958 em 2018).

17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
ICMS a recolher	**10.583**	11.714	**10.583**	11.715
IPI a recolher	**7.061**	7.323	**7.061**	7.323
IRRF a recolher	**2.048**	2.004	**2.051**	2.004
IRPJ a recolher (i)	**-**	-	**900**	1.143
CSLL a recolher (i)	**178**	-	**199**	23
PIS a recolher	**266**	528	**267**	563
COFINS a recolher	**1.238**	2.441	**1.242**	2.594
INSS a recolher	**213**	240	**213**	240
ISS a recolher	**79**	111	**87**	115
Outros a pagar	**115**	145	**115**	145
	21.781	**24.506**	**22.718**	**25.865**

18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Salários e encargos sociais a pagar	**9.060**	8.855	**9.191**	9.239
Provisão de férias e encargos sociais a pagar	**15.481**	16.486	**15.498**	16.502
	24.541	**25.341**	**24.689**	**25.741**

19. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para fretes e verbas contratuais	**4.657**	5.235	**4.657**	5.235
Provisões diversas	**8.440**	11.027	**8.421**	11.038
	13.097	**16.262**	**13.078**	**16.273**

20. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais que estão sendo discutidos tanto na esfera administrativa como na judicial, os quais, quando aplicáveis, são garantidos por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia mantinha provisão correspondente a processos cujo risco de perda foi considerado provável pelos assessores legais da Companhia, como abaixo demonstrado:

	Controladora e Consolidado					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Provisão	Depósito judicial	Líquido
Trabalhistas e previdenciárias	1.477	(1.299)	178	1.194	(1.495)	(301)
	1.477	**(1.299)**	**178**	**1.194**	**(1.495)**	**(301)**

A movimentação é como segue:

	Saldo em 31/12/2017	(-) Reversões	Saldo em 31/12/2018	(+) Adições	Saldo em 31/12/2019
Tributárias e cíveis	3.107	(3.107)	-	-	-
Trabalhistas e previdenciárias	1.498	(304)	1.194	283	1.477
	4.605	**(3.411)**	**1.194**	**283**	**1.477**

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas instâncias do rito processual aguardando julgamento, movidas por ex-empregados que questionam, entre outros, o pagamento de horas extras, horas *in itinere*, adicional noturno e de periculosidade, pagamento de participação nos lucros e outros. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que devem-se realizar, o montante provisionado é considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Processos com perdas possíveis

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos tributários, trabalhistas e cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da Administração e de seus assessores legais, têm expectativa de perda classificada como possível e, portanto, a Administração entende não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas nestes processos. Na opinião da Administração, não se espera que qualquer desses processos tenha um efeito material sobre a posição financeira ou os resultados das operações da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, os montantes de riscos máximo desses processos são de R$8.621 (R$9.847 em 2018).

De acordo com a legislação vigente, as operações das Companhias estão sujeitas à revisões das autoridades tributárias pelo prazo de cinco anos com referência aos tributos federais, estaduais e municipais. Não há prazo de prescrição para exame dos recolhimentos de encargos trabalhistas e sociais. Como decorrência dessas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionadas e os valores identificados ficam sujeitos à multa, juros e atualização monetária.

21. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Com a adoção do NBC TG 6/R3 (IFRS16) em 1º de janeiro de 2019, a Companhia passou a reconhecer
também as obrigações decorrentes de seus arrendamentos anteriormente denominados *leasing* operacionais. A mensuração do passivo de arrendamento é composta pelo valor presente das parcelas e
custos associados ao contrato de arrendamento.

Arrendamento	Taxa média ponderada de juros (a.a)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Controladora e Consolidado 31/12/2019	31/12/2018
Imóveis	6,5%	4,4	**3.376**	-
Máquinas e equipamentos	6,5%	3,0	**7.359**	-
			10.735	**-**
Circulante			2.916	-
Não Circulante			7.819	-

Os encargos financeiros, no montante de R$772 foram reconhecidos como despesa financeira e apropriados com base na taxa real de desconto, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

Efeitos Inflacionários

A Companhia adotou como política contábil os requisitos da NBC TG 06 (R3) na mensuração e mensuração do seu direito de uso, com base no fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação. A Administração avaliou os impactos da utilização de fluxos nominais e concluiu que estes não apresentam distorções relevantes nas informações apresentadas. Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos da NBC TG 06 (R3) e para atender as orientações da CVM, são fornecidos os saldos do ativo de direito de uso, depreciação, passivos de arrendamento e despesa financeira sem inflação denominados fluxo real, e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação denominados fluxo inflacionado.

Ativos de direito de uso

Controladora e Consolidado	
Fluxo real	**31/12/19**
Direito de uso	13.473
Depreciação	(3.057)
	10.416

Fluxo inflacionário	31/12/19
Direito de uso	13.857
Depreciação	(3.132)
	10.725

Passivos de Arrendamento

Controladora e Consolidado	
Fluxo real	**31/12/19**
Passivo de arrendamento	11.507
Despesa financeira	(772)
	10.735

Fluxo inflacionário	31/12/19
Passivo de arrendamento	11.940
Despesa financeira	(797)
	11.143

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social montava a R$ 172.674 (R$ 200.000 em 31 de dezembro de 2018), totalmente subscrito e integralizado, representado por 13.579.031 ações sem valor nominal (13.579.031 ações sem valor nominal em 31 de dezembro de 2018), sendo 5.513.608 ações ordinárias e 8.065.423 ações preferenciais (mesma proporção em 31 de dezembro de 2018). As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendo e participam de outras vantagens em igualdade de condições com as ações ordinárias.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2017, foi aprovado aumento de capital social no montante de R$100.000, sem emissão de novas ações, a partir das contas Reserva de capital e Reserva de lucros.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2019, foi aprovada a Justificação da Cisão Parcial da Companhia com Versão do Acervo Cindido para Companhia constituída a partir desta, e consequentemente a redução do capital social da Companhia, no montante de R$127.326 equivalente ao acervo cindido, sem o cancelamento de ações.

b) Reserva de capital

Constituída com o saldo do custo atribuído de R$57.545 e reserva de reavaliação R$5.563, líquido dos impostos, após a Cisão Parcial, conforme descrito nas notas explicativas 22(a), (c) e (e.2). Em 31 de dezembro de 2019 o saldo montava em R$63.108.

c) Reserva de reavaliação

Constituída de acordo com a legislação societária, tem como saldo remanescente o montante de R$8.429, referente a reavaliação de terrenos, que teve sua realização mediante a Cisão Parcial da Companhia, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2019. O IRPJ e CSSL incidentes sobre esta operação foram pagos e estão descritos na nota explicativa nº 17. O saldo líquido de impostos, foi transferido para a reserva de capital.

d) Reserva de lucros

Composta pelas reservas de lucro, estatutária e retenção de lucros, conforme critérios descritos a seguir:

d.1) Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, conforme
definido em seu estatuto e na legislação vigente. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo montava em R$22.438 (R$18.734 em 2018).

d.2) Reserva estatutária

Constituída ao percentual de 5% (cinco por cento) para de reserva de desenvolvimento, a ser utilizada na aquisição de bens do ativo permanente ou em novos investimentos da sociedade, observado o disposto nos artigos 198 e 199 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo montava em R$3.704 (R$33.838 em 2018).

d.3) Reserva para retenção de lucros

A reserva refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados no montante de R$84.942 (R$102.294 em 2018), a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos Administradores "ad referendum", para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Os lucros do exercício de 2018 não destinados como dividendos foram apropriados à esta reserva.

e) Outros resultados abrangentes

e.1). Conversão para moeda estrangeira

O montante devedor de R$8.148 em 31 de dezembro de 2019 (R$8.451 em 2018) refere-se ao efeito acumulado da conversão cambial das demonstrações contábeis de controlada que mantêm registros contábeis em moeda funcional diferente da moeda funcional da controladora. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício, como ganho ou perda, somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

e.2) Custo atribuído

O montante de R$57.545 em 31 de dezembro de 2018, líquido de tributos, refere-se ao custo atribuído do terreno, classificado como disponível para venda. Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2019, foi aprovada a Justificação da Cisão Parcial da Companhia, e este ativo foi cindido do balanço patrimonial da Companhia, consequentemente o saldo do custo atribuído foi realizado, por meio desta transação e o saldo de R$57.545 foi transferido para reserva de capital. O IRPJ e CSSL incidentes sobre esta operação foram pagos e estão descritos na nota explicativa nº 17.

e.3) Ganhos e perdas atuarias

O montante devedor de R$22.326 (líquido de tributos) em 31 dezembro de 2018 (R$16.407 em 2018) refere-se às variações sobre os cálculos atuariais dos planos de previdência complementar e seguro saúde.

f) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar foram destacados no patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. As ações preferenciais gozam de distribuição de dividendo mínimo não acumulativo de 6% a.a. sobre o valor de sua participação no capital social integralizado.

Durante o exercício de 2019, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio referente ao resultado de 2019, no montante de R$1.813, sendo R$1.541 líquido do imposto de renda retido na fonte (R$9.521 em 2018, sendo R$8.092 líquido do imposto de renda retido na fonte). Também, foram propostos dividendos no montante de R$16.064 (R$11.537 em 2018).

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo em aberto referente à dividendos a pagar monta à R$16.200 (R$12.767 em 2018) para as demonstrações contábeis individuais e R$17.063 (R$14.482 em 2018) para as demonstrações contábeis consolidadas.

Os dividendos do exercício foram calculados conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	**74.085**	**82.649**
Reserva legal 5%	(3.704)	(4.132)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	70.381	78.517
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
Dividendo anual mínimo	**17.595**	**19.629**
Dividendos propostos	16.054	11.537
Juros sobre o capital próprio	1.813	9.521
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(272)	(1.429)
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio do exercicio	**17.595**	**19.629**

23. PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR E SEGURO SAÚDE

A Companhia e suas controladas oferecem a seus colaboradores o Seguro de Reembolso de Assistência à Saúde nos segmentos Ambulatorial, Hospitalar e Obstétrico, em conformidade com a resolução normativa 279 da ANS, que regula a continuidade no plano pela tabela da faixa etária, e caso ocorra, os boletos de cobrança serão emitidos pela Porto Seguro – Seguro Saúde. A partir de 20 de fevereiro de 2019, houve alteração da operadora do seguro saúde para Sul América Companhia de Seguro Saúde. Para um grupo de ex-diretores, há uma condição especial, onde os pagamentos dos prêmios ocorrem através de boletos bancários emitidos pela Companhia diretamente em favor do segurado. O reconhecimento de ganhos e perdas atuariais é reconhecido na rubrica Outros resultados abrangentes.

A Companhia é patrocinadora de um plano de benefícios, administrado pelo MultiBRA Fundo de Pensão - Bradesco Multipensions, na modalidade de contribuição variável, que assegura renda mensal à aposentadoria por invalidez, pensão por morte, abono anual, auxílio doença, pecúlio por morte e pecúlio por invalidez, na modalidade de benefício definido.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas mantinham provisão atuarial referente à esses planos no montante de R$33.828 (R$24.859 em 2018) e as contribuições foram de R$3.876 (R$3.753 em 2018), registradas na rubrica Despesas administrativas.

O passivo atuarial do Seguro de Reembolso de Assistência à Saúde nos segmentos Ambulatorial, Hospitalar e Obstétrico foi calculado por atuário independente considerando as seguintes principais premissas:

Hipóteses e Premissas	31/12/2019	31/12/2018
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 suavizada em 10%, segregada por sexo	AT 2000 suavizada em 10%, segregada por sexo
Tábua de Rotatividade	Prudential 4	Prudential 4
Taxa de Real de Desconto das Obrigações	2,87% ao ano	4,62% ao ano
Taxa Esperada de Retorno dos Ativos	0,00% ao ano	0,00% ao ano
Taxa de inflação	4% ao ano	5,5% ao ano
Duration do Passivo	8,94 anos	8,40 anos
Fator de permanência no Plano de Seguro Saúde no momento da aposentadoria	0% para salários até R$ 5.000,00 1% para salários entre R$ 5.001,00 à R$ 10.000,00 3% para salários entre R$ 10.001,00 à R$ 15.000,00 50% para salários acima de R$ 15.001,01	0% para salários até R$ 5.000,00 1% para salários entre R$ 5.001,00 à R$ 10.000,00 3% para salários entre R$ 10.001,00 à R$ 15.000,00 50% para salários acima de R$ 15.001,01
Idade de Aposentadoria	60 anos	60 anos
Valor mensal do Subsídio	R$ 961,37, conforme observação estatística	R$ 900,97, conforme observação estatística
Crescimento anual real do subsídio		
HCTR (crescimento do custo do serviço de saúde)	1,00%	1,00%
Aging Factor (crescimento do custo pelo envelhecimento)	1,00%	1,00%
Composição Familiar	Todos casados Idade do cônjuge +/- 4 anos	Todos casados Idade do cônjuge +/- 4 anos

Valores expressos em reais.

O passivo atuarial do plano de previdência e fundo de pensão foi calculado por atuário independente considerando as seguintes principais premissas:

Premissas	31/12/2019	31/12/2018
Tábua de Mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Crescimento Real de Salários	1% ao ano	1% ao ano
Taxa de Desconto para o cálculo do Valor Presente das Obrigações	2,87% ao ano	4,62% ao ano
Taxa Esperada de Retorno dos Ativos dos Planos	2,87% ao ano	4,62% ao ano
Taxa de inflação	4,00% ao ano	5,50% ao ano

A movimentação líquida do passivo atuarial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está representada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**20.551**
Provisão constituída no exercício	4.308
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**24.859**
Provisão constituída no exercício	8.969
Saldo em 31 de dezembro de 2019	33.828

A composição do valor presente das obrigações contratuais e valor justo dos ativos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está representada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Valor presente das obrigações contratuais	**(102.285)**	**(84.751)**
Valor justo dos ativos	**68.457**	**59.892**
Passivo atuarial líquido	**(33.828)**	**(24.859)**

24. LUCRO POR AÇÃO

a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações do exercício. São reduzidos do lucro atribuído aos acionistas da controladora quaisquer dividendos de ações preferencialistas e eventuais prêmios pagos na emissão de ações preferenciais durante o período.

	31 de dezembro de 2019		
	Ordinárias	**Preferenciais**	**Total**
Numerador básico:			
Lucro do período	30.084	44.001	74.085
Denominador básico (em milhares de ações):			
Média ponderada do número de ações	5.514	8.065	13.579
Lucro líquido por ação - básico	**5,46**	**5,46**	**5,46**

	31 de dezembro de 2018		
	Ordinárias	**Preferenciais**	**Total**
Numerador básico:			
Lucro do período	33.561	49.088	82.649
Denominador básico (em milhares de ações):			
Média ponderada do número de ações	5.514	8.065	13.579
Lucro líquido por ação - básico	**6,09**	**6,09**	**6,09**

b) Diluído

A Companhia não possui instrumento conversível em ações e opção de compra de ações. Dessa forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Mercado interno	**995.167**	974.419	**1.037.015**	1.007.976
Mercado externo	**90.661**	88.918	**90.661**	88.918
Impostos incidentes sobre vendas	**(304.978)**	(298.713)	**(308.344)**	(301.329)
Devoluções e abatimentos	**(26.080)**	(27.484)	**(26.080)**	(27.484)
	754.770	**737.140**	**793.252**	**768.081**

26. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Mão de obra e energéticos	**(217.344)**	(189.148)	**(217.344)**	(189.148)
Matéria prima e material de embalagem	**(126.975)**	(121.693)	**(126.975)**	(121.693)
Depreciação e outros	**(100.905)**	(93.336)	**(122.533)**	(107.410)
	(445.224)	**(404.177)**	**(466.852)**	**(418.251)**

27. DESPESAS COM VENDAS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
Vendas	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Pessoal	**(43.918)**	(43.237)	**(46.133)**	(44.970)
Fretes	**(28.202)**	(29.221)	**(31.621)**	(32.320)
Promoção e propaganda	**(6.535)**	(6.551)	**(7.797)**	(7.399)
Créditos incobráveis	**394**	267	**367**	267
Utilidades e serviços	**(30.496)**	(31.666)	**(34.396)**	(34.904)
	(108.757)	**(110.408)**	**(119.580)**	**(119.326)**
Gerais e administrativas				
Pessoal	**(62.388)**	(66.519)	**(63.022)**	(67.410)
Utilidades e serviços	**(24.240)**	(25.034)	**(24.896)**	(25.858)
	(86.628)	**(91.553)**	**(87.918)**	**(93.268)**

28. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Despesas financeiras				
Juros passivos	**(12.556)**	(11.124)	**(12.397)**	(10.361)
Variações cambiais e monetárias passivas	**(1.882)**	(6.631)	**(3.521)**	(8.507)
Despesas bancarias	**(2.374)**	(555)	**(2.546)**	(836)
Descontos concedidos	**(5.564)**	(6.937)	**(5.563)**	(6.937)
Outras	**(1.470)**	(398)	**(1.470)**	(456)
	(23.846)	**(25.645)**	**(25.497)**	**(27.097)**
Receitas financeiras				
Juros ativos	**920**	681	**920**	681
Rendimentos de aplicações financeiras	**3.390**	3.411	**3.400**	3.845
Variações cambiais e monetárias ativas	**708**	2.171	**708**	2.239
Outras	**2.203**	2.158	**2.824**	2.423
	7.221	**8.421**	**7.852**	**9.188**
Resultado financeiro, líquido	**(16.625)**	**(17.224)**	**(17.645)**	**(17.909)**

29. SEGMENTOS OPERACIONAIS

	Consolidado			
	01/01/2019 a 31/12/2019			
	Utilidades domésticas	Embalagem	Imóveis e outros	Total
Receita operacional bruta	**971.521**	**108.296**	**47.859**	**1.127.676**
Deduções: Impostos, devoluções e abatimentos	(304.522)	(26.760)	(3.142)	(334.424)
Receita operacional líquida	**666.999**	**81.536**	**44.717**	**793.252**
Custo dos produtos vendidos	(387.713)	(54.791)	(24.348)	(466.852)
Lucro bruto	**279.286**	**26.745**	**20.369**	**326.400**
Despesas com vendas	(97.850)	(9.483)	(12.247)	(119.580)
Despesas administrativas	(77.940)	(8.688)	(1.290)	(87.918)
Outras receitas (despesas) operacionais e financeiras líquidas	(1.944)	(217)	(3.602)	(5.763)
IRPJ e CSLL - corrente e diferido, líquido	(34.113)	(3.803)	(1.622)	(39.538)
Lucro líquido do exercício	**67.439**	**4.554**	**1.608**	**73.601**
Lucro líquido do exercício atribuível aos controladores				**74.085**
Prejuízo líquido do exercício atribuível aos não controladores				**(484)**

	Consolidado			
	01/01/2018 a 31/12/2018			
	Utilidades domésticas	Embalagem	Imóveis e outros	Total
Receita operacional bruta	954.515	103.959	38.420	1.096.894
Deduções: Impostos, devoluções e abatimentos	(301.644)	(24.709)	(2.460)	(328.813)
Receita operacional líquida	652.871	79.250	35.960	768.081
Custo dos produtos vendidos	(349.271)	(53.235)	(15.745)	(418.251)
Lucro bruto	303.600	26.015	20.215	349.830
Despesas com vendas	(99.564)	(9.657)	(10.105)	(119.326)
Despesas administrativas	(82.561)	(8.992)	(1.715)	(93.268)
Outras receitas (despesas) operacionais e financeiras líquidas	(10.357)	(1.128)	(2.569)	(14.054)
IRPJ e CSLL - corrente e diferido, líquido	(33.247)	(3.621)	(2.089)	(38.957)
Lucro líquido do exercício	77.871	2.617	3.737	84.225
Lucro líquido do exercício atribuível aos controladores				82.649
Lucro líquido do exercício atribuível aos não controladores				1.576

30. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é apreciado pelo Conselho de Administração, se aprovado para operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

a) Política de gestão de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado, sendo os principais: (i) a volatilidade da taxa de câmbio; e (ii) a volatilidade da taxa de juros. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

b) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2019 e 2018 instrumentos derivativos para cobertura de riscos de taxas de juros.

c) Risco com taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam ou aumentem valores captados no mercado. Está demonstrada a seguir exposição, por moeda, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a qual considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa:

Valores denominados em milhares de dólares norte-americanos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber (i)				
Dólar norte-americano	4.271	3.640	4.579	4.418
Empréstimos e financiamentos (ii)				
Dólar norte-americano	(6.199)	(5.000)	(6.199)	(5.000)
Exposição líquida (i-ii):	(1.928)	(1.360)	(1.620)	(582)

A Companhia não possuía, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, instrumentos derivativos para cobertura de riscos de taxas de câmbio.

d) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas restringem a exposição à riscos de crédito associados à caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, efetuando investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

Com relação às contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição à riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e de análises de crédito contínua. Para fazer face às possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, foram constituídas provisões cujo montante é considerado suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais perdas na realização de contas a receber.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	12.026	15.391	12.926	16.599
Títulos e valores mobiliários	89.260	38.738	89.461	45.857
Contas a receber de clientes	216.607	156.747	218.049	159.769
Outros créditos	4.557	6.217	3.741	4.610
	322.450	**217.093**	**324.177**	**226.835**

Administração entende que não há risco de crédito significativo no qual a Companhia e suas controladas estão expostas, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

e) Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Companhia e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos e financiamento, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando risco de liquidez para a Companhia e controladas.

A seguir são apresentados os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Consolidado		31/12/2019
	Valor contábil	Até 1 ano	2 - 6 anos
Empréstimos e financiamentos	255.547	40.547	215.000
Fornecedores	58.957	58.957	-
	314.504	99.504	215.000

	Consolidado		31/12/2018
	Valor contábil	Até 1 ano	2 - 3 anos
Empréstimos e financiamentos	132.042	87.042	45.000
Fornecedores	52.345	52.345	-
Partes relacionadas	9.424	-	9.424
	193.811	139.387	54.424

Não é esperado que fluxos de caixa apresentados anteriormente sejam antecipados.

f) Valor justo de instrumentos financeiros

(i) Cálculo do valor justo

Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Assim, as estimativas aqui apresentadas não são necessariamente indicativos dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas podem ter um efeito significativo nos valores justos estimados.

O valor justo foi estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontados, utilizando taxas anualmente disponíveis e/ ou prazos semelhantes e remanescentes.

A seguir apresentamos a classificação e os principais valores contábeis e justos dos ativos e passivos e financeiros consolidados em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Consolidado		31/12/2019
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	12.926	12.926
Títulos e valores mobiliários	89.461	-	89.461
Contas a receber	-	218.049	218.049
Passivos			
Fornecedores	-	58.957	58.957
Empréstimos e financiamentos	-	255.547	255.547

	Consolidado		31/12/2018
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	16.599		16.599
Títulos e valores mobiliários	45.857	-	45.857
Contas a receber	-	159.769	159.769
Passivos			
Fornecedores	-	52.345	52.345
Empréstimos e financiamentos	-	132.042	132.042
Partes relacionadas	-	9.424	9.424

(ii) Hierarquia de valor justo:
A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de um a três, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

Mensurações de valor justo de Nível 1:
São obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Mensurações de valor justo de Nível 2:
São obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços);

Mensurações de valor justo de Nível 3:
São as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Os instrumentos financeiros mensurados a valor justo são como segue:

	Nível 2			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo: Títulos e valores mobiliários	89.260	38.738	89.461	45.857
	89.260	38.738	89.461	45.857

g) Risco de mercado

A Companhia dedica-se à produção e venda de produtos de utilidades domésticas e embalagens de vidros. Além dos riscos que afetam, de modo geral, a indústria, tais como interrupções de suprimentos e volatilidade do preço dos materiais, mudanças na demanda, greves e regulamentos ambientais, as atividades da Companhia são especificamente afetadas pelos seguintes riscos:

(i) A conjuntura econômica do Brasil, que pode prejudicar o crescimento do setor de consumo como um todo, por meio da desaceleração da economia, aumento dos juros, flutuação da moeda e instabilidade política, além de outros fatores.

(ii) Na hipótese de falência ou dificuldades financeiras significativas de um grande cliente, o setor como um todo pode ser prejudicado, o que poderia causar uma redução na demanda.

(iii) As margens de lucro da Companhia podem ser afetadas em virtude de aumento dos custos operacionais.

h) Análise de sensibilidade

A Administração identificou para cada tipo de instrumento financeiro a situação de variação nas taxas de câmbio e taxas de juros que podem gerar perda no ativo e/ou passivo que está sendo protegido.
Para cada exposição, a Administração definiu um cenário provável com base na informação disponível nas datas dos balanços patrimoniais, e definiu a variação de taxas de juros que considera os efeitos de uma elevação de 25% e 50% nas taxas de juros da economia e demais indexadores sensíveis à variações para ativos e passivos financeiros diretamente suscetíveis à oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado, para posições em aberto em 31 de dezembro de 2018.

Análise de sensibilidade			**Consolidado**
Instrumentos financeiros	**Cenário Provável em 31/12/2018**	**Cenário de alta 25%**	**Cenário de alta 50%**
Títulos e valores mobiliários	4.940	6.175	7.411
Empréstimos e financiamentos	(7.746)	(9.683)	(11.619)
	(2.806)	**(3.508)**	**(4.208)**

31. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia procedeu com as seguintes transações que não afetaram caixa:

- Ajustes de conversão para moeda estrangeira (R$699 em 2019 e R$2910 em 2018), controladora e consolidado
- Declaração de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar no montante de R$17.867 em 2019, dos quais R$16.200 permanecem em aberto (controladora) e R$17.063 (consolidado) no citado exercício.

32. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados pela Administração em bases técnicas que contemplam o valor máximo passível de sinistro para a cobertura de eventuais perdas decorrentes com bens do ativo imobilizado, estoques e responsabilidade civil. A cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Em 31 de dezembro de 2019, o valor de cobertura de eventuais sinistros, por local segurado, montava em R$390.000 (R$390.000 em 31 de dezembro de 2018). O escopo de trabalho do nosso auditor independente não contempla a avaliação da suficiência da cobertura de nossos seguros.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em continuidade aos Fatos Relevantes divulgados em 12 de julho, 2 de setembro de 2019 e 2 de outubro de 2019, a Companhia vem informar que, no dia 3 de fevereiro de 2020, a CVM, nos termos do Ofício nº 17/2020/CVM/SRE/GER-1 ("Ofício"), deferiu o registro da oferta pública de aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia a ser lançada pela Vidros da Glória Participações S.A. ("Ofertante") em virtude da alienação do controle da Companhia e visando ao cancelamento de seu registro como companhia aberta ("OPA").

Em continuidade aos Fatos Relevantes da Companhia citados anteriormente, a Companhia informa que em 4 de fevereiro de 2020 foram divulgados o edital da oferta pública de aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia lançada pela Vidros da Glória Participações S.A. ("Ofertante") em virtude da alienação do controle da Companhia e visando ao cancelamento de seu registro como companhia aberta ("OPA"), com a íntegra de seus termos e condições, bem como os demais documentos da OPA, que encontram-se disponíveis para consulta nos websites da Companhia (http://nadirfigueiredo.com.br/relacao-cominvestidores/), da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A., instituição intermediária da OPA (https://www.socopa.com.br/ofertaspublicas/), bem como nas sedes da Companhia, da Ofertante e da instituição intermediária.

* * *

Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações Contábeis acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2018

Relatório da Administração

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Senhores Acionistas:

Encerramos o ano de 2018 com o nosso desempenho em evolução. Trabalhamos fortemente para consecução de melhoria de produtividade nas instalações industriais de Suzano-SP. Neste contexto, apresentamos para apreciação de V.Sas. às demonstrações contábeis da Companhia (individuais e consolidadas) relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhada das notas explicativas e do Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas que, por meio desta, transmitimo-nos de forma abrangente o desempenho da Companhia. Essas informações encontram-se à disposição em nossa sede, em nosso site, bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme previsto no artigo 25 da instrução CVM 480/09. A seguir, ressaltamos alguns fatos que julgamos importantes:

Desempenho da controladora

A receita bruta no exercício de 2018 foi de R$ 1.063,3 milhões (R$ 895,4 milhões em 2017), sendo 18,8% maior em relação a 2017.

A receita operacional líquida no exercício de 2018 foi de R$ 737,1 milhões (R$ 603,6 milhões em 2017), sendo 22,1% maior em relação a 2017.

O lucro bruto no exercício de 2018 foi de R$ 332,9 milhões (R$ 269,5 milhões em 2017), sendo 23,5% maior em relação a 2017.

As exportações representaram 12,1% da receita líquida no exercício de 2018 (12,8% em 2017).

O EBITDA – LAJIDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) no exercício de 2018 foi de R$ 170,4 milhões (R$ 131,8 milhões em 2017), sendo 29,3% maior em comparação ao exercício anterior. A relação do EBITDA/LAJIDA com a receita bruta no exercício de 2018 foi de 16,0% (14,7% em 2017). Em relação à receita líquida, no exercício de 2018 foi de 23,1% (21,8% em 2017).

O lucro líquido no exercício de 2018 foi de R$ 82,6 milhões, correspondente a 11,2% da receita líquida. Em 2017 o lucro líquido foi de R$ 55,7 milhões, correspondente a 9,2% da receita líquida.

O programa de investimentos industriais efetuado pela Companhia nos últimos anos, o desenvolvimento de novos produtos, a melhoria permanente da utilização da capacidade de produção disponível e a continuidade de diversos programas de desenvolvimento gerencial e de melhoria da qualidade que vêm sendo aplicados constantemente, proporcionaram economias e resultados positivos às operações da Companhia.

O endividamento financeiro líquido (empréstimos e financiamentos, menos disponibilidades) em 31 de dezembro de 2018 totalizou R$ 77,9 milhões (R$107,4 milhões em 2017), sendo 27,4% inferior ao exercício de 2017.

A distribuição do endividamento bruto (empréstimos e financiamentos) em 31 de dezembro de 2018, está representado por R$ 87,0 milhões no curto prazo e R$ 45,0 milhões no longo prazo, correspondentes a 65,9% e 34,1%, respectivamente. O prazo médio de liquidação é de dois anos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13 das demonstrações contábeis.

Operações e mercados

Nadir Figueiredo Indústria Comércio S.A. tem como finalidade a industrialização e comercialização de artigos de vidro, com atuação em dois segmentos:

- Produtos de utilidades domésticas, para uso em residências, hotéis, bares e restaurantes: copos, taças, xícaras, pratos, jarras, assadeiras, saladeiras e cinzeiros;

- Produtos para embalagem de alimentos industrializados e bebidas: copos, potes, frascos e garrafas.

A receita operacional líquida de 2018 está representada por 87,9% e 12,1% (87,2% e 12,8% em 2017) para mercados interno e externo, respectivamente.

Os respectivos segmentos são atendidos por indústrias brasileiras e multinacionais, de portes variáveis.

O crescimento de forma equilibrada, a consolidação do processo produtivo na unidade de Suzano, o mix de produtos e preço de venda nos mercados interno e externo, de todos os segmentos, proporcionaram lucro bruto de R$ 332,9 milhões, sendo 23,5% superior ao exercício de 2017.

Plano de investimentos

No exercício de 2018, a Companhia deu continuidade aos investimentos em ativos imobilizados no montante de R$ 50,0 milhões (R$ 29,5 milhões em 2017). Os investimentos estão substancialmente representados pelos setores de fabricação e armazenagem.

Os principais projetos contemplaram:

- Reforma de fornos de fusão e equipamentos conjugados da unidade industrial localizada no Município de Suzano-SP;

- Ampliação das instalações da unidade industrial localizada no Município de Suzano-SP;

- Desenvolvimento tecnológico e de novos produtos e processos.

Responsabilidade socioambiental

O envolvimento da Companhia com os públicos, interno e externo, é orientado por sua missão e estratégia de negócios, pautado pela convicção de que os resultados devem ser obtidos nas perspectivas econômica, pessoal, ética, social e ambiental.

No final do ano de 2018, a Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A. mantinha 2.175 colaboradores diretos, para os quais proporciona um ambiente de trabalho que conduz ao aprimoramento profissional e pessoal. Foram realizados durante o ano de 2018 diversos treinamentos, entre internos e externos, voltados à capacitação e aperfeiçoamento de nossos colaboradores, principalmente no que se refere à melhoria de nossos processos e qualidade dos produtos.

Com o Programa de Estágio e de Aprendizes, estamos investindo nos Jovens Talentos. Cerca de 107 estudantes participaram desse programa de sucesso. O investimento total em treinamento e desenvolvimento superou R$ 877 mil em 2018.

O total da remuneração paga atingiu R$ 131,6 milhões, além de R$ 47,8 milhões, divididos em R$ 37,6 milhões em benefícios diferenciados, como alimentação, assistência médica e previdência complementar e R$ 10,1 milhões em Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Adicionalmente, existe uma política de remuneração variável, que inclui ações de reconhecimento e um Plano de Participação nos Resultados (PPR), extensivo à todos os colaboradores, que apurou no período o montante de R$ 7,6 milhões (R$ 4,3 milhões em 2017).

Quanto à sustentabilidade no suprimento de matérias primas e otimização no consumo de recursos minerais, a Companhia utiliza em seu processo produtivo materiais reciclados, especialmente, resíduos de vidro e cacos de vidro recuperados externamente. O vidro permite intensa reutilização, sendo 100% reciclável.

Auditor independente

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, a Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A. e suas controladas informam que não contrataram outros serviços da firma Grant Thornton Auditores Independentes S.S., responsável pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Agradecimentos

Encerramento de mais um período de atividades, os resultados alcançados no ano de 2018 refletem a constante busca pela melhoria e geração de valor, o que só tem sido possível pela confiança em nós depositada por clientes e consumidores, pela dedicação e o comprometimento de nossos colaboradores, pela cooperação com fornecedores e pelo apoio dos acionistas.

São Paulo, março de 2019

A Administração

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente	3
Demonstrações Contábeis	8
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017	15

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105
12º andar | Edifício Berrini One | Itaim Bibi
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100

Aos Administradores e Conselheiros da
Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Os principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

© 2019 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

1. Mensuração das obrigações atuariais (controladora e consolidado)

Nota Explicativa nº 20 – Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA – A Companhia é patrocinadora de plano de benefícios na modalidade de contribuição variável, que assegura renda mensal à aposentadoria por invalidez, pensão por morte, abono anual, auxílio-doença, pecúlio por morte e pecúlio por invalidez, na modalidade de benefício definido. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas oferecem a seus colaboradores Seguro de Reembolso de Assistência à Saúde nos segmentos ambulatorial, hospitalar e obstétrico, em conformidade com a Resolução Normativa 279 da Agência Nacional de Saúde (ANS).

Tais valores são relevantes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e envolvem a necessidade de utilização de uma adequada base de dados e a determinação de premissas com elevado grau de subjetividade, tais como taxas de desconto, inflação e mortalidade. Este tema foi, após nossas análises sobre todos os riscos significativos do exercício corrente, novamente considerado um assunto relevante e, portanto, crítico para a nossa auditoria, tendo em vista que o passivo com benefícios à empregados está sujeito a alterações nas premissas, entre outros fatores, com determinado grau de subjetividade na mensuração destas obrigações (além das incertezas inerentes à esse tipo de estimativa e das respectivas premissas utilizadas nos cálculos atuarias).

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento e análise dos controles internos relevantes que envolvem a constituição e a mensuração dos passivos decorrentes dos planos de benefícios de contribuição definida e seguro de reembolso de assistência à saúde, considerando, entre outros, os controles relacionados à totalidade e adequação das bases de dados e os de aprovação das premissas consideradas nos cálculos atuariais;
- Testamos a base de dados, de forma a confirmar a integridade dos dados que suportam os cálculos atuariais dos colaboradores, selecionando, em base amostral, determinados colaboradores e confirmamos se os dados cadastrados e base para cálculo e pagamento dos benefícios estavam adequados;
- Obtemos auxílio de nossos especialistas atuários com o entendimento das metodologias e julgamentos utilizados pela Administração na determinação das premissas aplicadas no cálculo das obrigações em comparação com os parâmetros de mercado;
- Em base amostral, reexecutamos os cálculos atuariais efetuados pelos atuários externos da Companhia, considerando as premissas adotadas nos cálculos, além de testes de existência e recálculo do valor justo dos ativos dos planos;
- Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados dos passivos decorrentes dos planos de benefícios de contribuição definida e seguro de reembolso de assistência à saúde da Companhia. Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração das obrigações atuariais foram apropriadamente tratados e divulgados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2. Reconhecimento de receita de vendas (controladora e consolidado)

Nota Explicativa nº 22 – Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA – Em virtude da diversificação da carteira de clientes da Companhia e a necessidade de que a receita de vendas seja reconhecida por um valor que reflita a contrapartida a que se espera ter direito em troca da transferência de bens para os clientes (conforme pronunciamento técnico IFRS 15 (CPC 47) – Receita de contrato com cliente, vigente a partir de 1º. de janeiro de 2018), destaca-se, dentre o modelo de cinco etapas de avaliação previstos no citado pronunciamento técnico, o momento em que a Companhia atende a obrigação de desempenho de entrega das mercadorias (em virtude do relevante controle logístico implementado pela Companhia para monitoramento das entregas de mercadorias e obtenção de evidências quanto aos respectivos aceites pelos clientes).

© 2019 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Dessa forma, este tema continuou a ter uma atenção de nossa parte no exercício corrente, assim como havia ocorrido no exercício anterior, sendo, portanto, considerado um assunto crítico e de risco em nossa auditoria, tendo em vista que, como parte dos procedimentos de auditoria, houve a necessidade de realizarmos procedimentos de avaliação dos controles de corte do reconhecimento de receitas por parte da Companhia, registro e divulgação nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, objetivando checar se as obrigações de desempenho haviam sido atendidas apropriadamente.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Realizamos o entendimento e análise dos controles internos relevantes que envolvem a apuração e registro das receitas (e respectivas obrigações de performance);
- Realizamos análises qualitativas do prazo médio de entrega por região;
- Em base amostral, realizamos testes nos faturamentos realizados próximos à data de fechamento do exercício e obtivemos evidências sobre as transferências dos riscos e benefícios aos compradores;
- Em base amostral, realizamos testes nos controles de *cut-off* implementados pela Companhia, bem como nos respectivos montantes registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas;
- Selecionamos determinadas faturas e procedemos com confirmação do valor em aberto junto à determinados clientes, selecionados em base amostral e estatística. Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados e evidências obtidas, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para reconhecimento de receita de vendas estão adequados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ênfase – Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por nós, cujo relatório, datado de 9 de março de 2018, não continha ressalva. Os valores correspondentes estão sendo reapresentados em virtude da adoção pela Companhia, de forma retrospectiva, do Pronunciamento Técnico IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente (CPC 47), conforme discutido na Nota Explicativa nº 3.

© 2019 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o Relatório do Auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;

© 2019 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos alguma que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de março de 2019

Nelson Fernandes Barreto
CT CRC 1SP-151.079/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

© 2019 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.391	8.399	16.599	10.702
Títulos e valores mobiliários	5	38.738	9.792	45.857	16.928
Contas a receber de clientes	6	154.333	138.796	157.355	144.868
Estoques	7	118.875	94.462	131.079	106.952
Impostos a recuperar	-	4.189	2.713	9.519	6.845
Outros créditos	-	4.281	4.907	4.363	4.996
Despesas antecipadas	-	532	991	534	991
Total do ativo circulante		336.339	260.060	365.306	292.282
Ativo não circulante					
Contas a receber de clientes	6	2.414	3.013	2.414	3.013
Depósitos para recursos	18	1.495	1.099	1.495	1.099
Outros créditos		1.936	1.895	247	258
Investimentos em controladas	10	25.243	52.406	-	-
Ativos mantidos para venda	9	105.082	105.082	105.082	105.082
Imobilizado	12	241.418	224.904	241.827	225.275
Intangível		1.256	1.198	1.256	1.198
Total do ativo não circulante		378.844	389.597	352.321	335.925
Total do ativo		715.183	649.657	717.627	628.207

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	87.042	100.559	87.042	100.559
Fornecedores	14	51.190	41.134	52.345	43.139
Obrigações tributárias	15	24.506	21.378	25.865	22.330
Obrigações trabalhistas	16	25.341	20.991	25.741	21.464
Dividendos a pagar	19e	12.767	7.333	14.482	8.996
Outras obrigações	17	16.262	14.622	16.273	14.927
Total do passivo circulante		217.108	206.017	221.748	211.415
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	45.000	25.000	45.000	25.000
Provisão para demandas judiciais	18	1.194	4.605	1.194	4.605
Partes relacionadas	11	14.336	39.832	9.424	8.892
Impostos diferidos	8	14.829	13.507	14.829	13.507
Plano de aposentadoria complementar e seguro saúde	20	24.859	20.551	24.859	20.551
Outras obrigações		1.875	-	1.875	-
Total do passivo não circulante		102.093	103.495	97.181	72.555
Patrimônio líquido					
Capital social	19a	200.000	200.000	200.000	200.000
Reserva de reavaliação	19b	8.429	8.429	8.429	8.429
Reservas de lucros	19c	154.866	93.275	154.866	93.275
Outros resultados abrangentes	19d	32.687	38.441	32.687	38.441
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		395.982	340.145	395.982	340.145
Participação de não controladores		-	-	2.716	4.092
Total do patrimônio líquido		395.982	340.145	398.698	344.237
Total do passivo e patrimônio líquido		715.183	649.657	717.627	628.207

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações dos resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
			(Reapresentado)		(Reapresentado)
	Notas	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	22	737.140	603.643	768.081	638.074
Custo dos produtos vendidos	23	(404.177)	(334.119)	(418.251)	(351.001)
Lucro bruto		332.963	269.524	349.830	287.073
Despesas de vendas	24	(110.408)	(98.647)	(119.326)	(108.278)
Despesas administrativas	24	(91.553)	(79.078)	(93.268)	(80.349)
Outras receitas (despesas), líquidas		3.853	3.959	3.855	3.992
Resultado de equivalência patrimonial	10	1.886	4.202	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		136.741	99.960	141.091	102.438
Despesas financeiras	25	(87.446)	(51.419)	(88.841)	(49.063)
Receitas financeiras	25	70.222	29.629	70.932	29.829
Resultado financeiro líquido	25	(17.224)	(21.790)	(17.909)	(19.234)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		119.517	78.170	123.182	83.204
Imposto de renda e contribuição social		(36.868)	(22.437)	(38.957)	(25.694)
Corrente	8a	(34.081)	(23.331)	(36.170)	(26.588)
Diferido	8a	(2.787)	894	(2.787)	894
Lucro líquido do exercicio		82.649	55.733	84.225	57.510
Lucro atribuído:					
Acionistas não controladores		-	-	1.576	1.777
Acionistas controladores		82.649	55.733	82.649	55.733
Lucro por ação atribuído aos acionistas controladores					
Resultado por ação - básico e diluído (em R$)	21	6,09	4,10	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Lucro líquido do exercicio	82.649	55.733	84.225	57.510
Outros resultados abrangentes:				
Variação na mensuração de passivos atuariais	(2.844)	(149)	(2.844)	(149)
Ajustes de conversão para moeda estrangeira	(2.910)	(119)	(2.910)	(119)
Resultado abrangente do exercício	76.895	55.465	78.471	57.242
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	76.895	55.465	76.895	55.465
Acionistas não controladores	-	-	1.576	1.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação de ativos	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016		100.000	36.154	8.429	115.936	-	38.709	299.228	3.651	302.879
Lucro líquido do exercício	21	-	-	-	-	55.733	-	55.733	1.777	57.510
Lucro líquido do exercício	19d	-	-	-	-	-	(743)	(743)	(741)	(1.484)
Efeito de conversão de moeda estrangeira	19d	-	-	-	-	-	622	622	(595)	27
Aumento de Capital	19c1	100.000	(36.154)	-	(63.846)	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	19c2	-	-	-	2.787	(2.787)	-	-	-	-
Constituição da reserva estatutária	19e	-	-	-	5.573	(5.573)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	19e	-	-	-	-	(8.740)	-	(8.740)	-	(8.740)
Dividendos	19c3	-	-	-	-	(5.808)	-	(5.808)	-	(5.808)
Retenção de lucros	19d	-	-	-	32.825	(32.825)		-	-	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	(147)	(147)	-	(147)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		200.000	-	8.429	93.275	-	38.441	340.145	4.092	344.237
Lucro líquido do exercício	21	-	-	-	-	82.649	-	82.649	1.576	84.225
Efeito de conversão de moeda estrangeira	19d	-	-	-	-	-	(1.805)	(1.805)	(1.847)	(3.652)
Efeito de variação cambial sobre dividendos	19d	-	-	-	-	-	(1.105)	(1.105)	(1.105)	(2.210)
Constituição da reserva legal	19c1	-	-	-	4.132	(4.132)	-	-	-	-
Constituição da reserva estatutária	19c2				8.265	(8.265)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	19e	-	-	-	-	(9.521)	-	(9.521)	-	(9.521)
Dividendos	19e	-	-	-	-	(11.537)	-	(11.537)	-	(11.537)
Retenção de lucros	19d	-	-	-	49.194	(49.194)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	(2.844)	(2.844)	-	(2.844)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		200.000	-	8.429	154.866	-	32.687	395.982	2.716	398.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro do exercício	82.649	55.733	84.225	57.510
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	33.752	31.879	33.771	31.898
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.787	(894)	2.787	(894)
Resultado de equivalência	(1.886)	(4.202)	-	-
Despesa de juros	11.124	14.639	10.361	11.352
Provisão demandas judiciais	(3.411)	145	(3.411)	145
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(717)	(506)	(717)	(506)
Perda estimada para estoques obsoletos	(3.809)	7.252	(3.809)	7.252
Variações monetárias e cambiais líquidas	1.445	(4.209)	(4.271)	(2.110)
Participação de acionistas não controladores	-	-	(1.576)	(1.777)
Resultado do valor residual de baixa do ativo	102	76	102	76
	122.036	99.913	117.462	102.946
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	(14.221)	(18.255)	(11.170)	(16.187)
(Aumento) redução em estoques	(20.604)	(3.187)	(20.318)	(2.086)
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(1.475)	(918)	(2.674)	(85)
(Aumento) redução em outros ativos	687	(751)	693	(635)
Aumento (redução) em fornecedores	10.056	6.199	9.206	5.730
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas	4.349	2.244	4.277	1.818
Aumento (redução) em obrigações tributárias	3.127	3.312	3.534	1.346
Aumento (redução) em outros passivos	1.640	1.245	1.347	1.182
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	105.595	89.802	102.357	94.029
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Recebimento de dividendos	26.099	939	2.198	-
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(28.946)	(516)	(28.929)	(1.006)
Adições ao imobilizado	(50.021)	(29.464)	(50.021)	(29.482)
Adições ao intangível	(110)	(116)	(110)	(116)
Recebimento pela alienação do ativo imobilizado	308	125	308	125
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(52.670)	(29.032)	(76.554)	(30.479)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	165.015	164.813	165.015	164.813
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal e juros)	(170.628)	(212.660)	(170.628)	(212.660)
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos	(14.825)	(9.223)	(14.825)	(9.223)
Recebimento (pagamentos) de empréstimos com partes relacionadas	(25.495)	(19)	532	(976)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(45.933)	(57.089)	(19.906)	(58.046)
Aumento (redução) de Caixa e equivalentes de caixa	6.992	3.681	5.897	5.504
No início do exercício	8.399	4.718	10.702	5.198
No fim do exercício	15.391	8.399	16.599	10.702
Aumento (redução) de Caixa e equivalentes de caixa	6.992	3.681	5.897	5.504

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
(+) Receitas	1.067.457	899.421	1.101.016	936.844
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.063.337	895.412	1.096.894	932.802
Outras receitas	3.853	3.959	3.855	3.992
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	267	50	267	50
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(382.630)	(326.497)	(401.519)	(348.904)
(Inclui os valores dos impostos - ICMS e IPI)				
Custo dos produtos vendidos	(68.698)	(58.237)	(68.698)	(58.237)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(313.932)	(268.260)	(332.821)	(290.667)
(=) Valor adicionado bruto	684.827	572.924	699.497	587.940
(-) Depreciação	(33.752)	(31.879)	(33.771)	(31.898)
(=) Valor adicionado liquido produzido pela entidade	651.075	541.045	665.726	556.042
(+) Valor adicionado recebido em transferência	73.165	33.158	71.989	29.155
Resultado de equivalência patrimonial	1.886	4.202	-	-
Receitas financeiras	70.222	29.629	70.932	29.829
Outras	1.057	(673)	1.057	(674)
(=) Valor adicionado total a distribuir	724.240	574.203	737.715	585.197
(=) Distribuição do valor adicionado	724.240	574.203	737.715	585.197
Despesas com pessoal				
- Remuneração direta	131.627	120.564	136.290	125.073
- Benefícios	37.687	31.547	37.778	31.652
- F.G.T.S.	10.122	9.248	10.138	9.037
Impostos, taxas e contribuições				
- Federais	251.207	201.929	256.422	208.393
- Estaduais	117.245	97.998	117.268	98.029
- Municipais	1.260	1.274	1.757	1.751
Remuneração de capitais de terceiros				
- Juros	86.891	49.312	88.005	46.509
- Aluguéis	4.997	4.491	4.996	4.689
- Outras	555	2.107	836	2.554
Remuneração de capitais próprios				
- Juros sobre capital próprio	9.521	8.740	9.521	8.740
- Lucros retidos	73.128	46.993	73.128	46.993
- Participação dos acionistas não controladores nos lucros	-	-	1.576	1.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

1. Contexto operacional

A Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A. ("Nadir" ou "Companhia"), estabelecida à Avenida Morvan Dias de Figueiredo nº 3535, na cidade de São Paulo, é uma Companhia anônima de capital aberto, contando com instalações industriais no estado de São Paulo, na cidade de Suzano. Os principais objetivos da Companhia são: indústria, comércio, exportação e importação de produtos de vidro, cristal, cerâmica e louça, destinados às utilidades domésticas e embalagens de alimentos e bebidas, e participações em outras empresas.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

a) Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 08 de março de 2019, o Conselho Fiscal e Conselho de Administração aprovaram as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e autorizou sua divulgação.

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018.

b) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e suas interpretações técnicas (ICPC) e orientações (OCPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas. O controle sobre essas empresas é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixa de existir.

Em 31 de dezembro 2018 e 2017, as demonstrações contábeis consolidadas incluem a consolidação das seguintes empresas, respectivamente:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Participação		Participação	
Controladas	**Direta**	**Indireta**	**Direta**	**Indireta**
Mineração Rosicler Ltda.	99,97%	-	99,97%	-
Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	92,02%	7,98%	92,02%	7,98%
Distribuidora Brasim S.A. (i)	50,00%	-	50,00%	-
Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.	98,99%	1,00%	98,99%	1,00%

(i) A Companhia controla as políticas financeiras e operacionais, principalmente pelo fato da controlada ser uma revendedora exclusiva e só vender os produtos adquiridos da Companhia.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Sempre que necessário, são realizados ajustes de modo a adequar as práticas contábeis às da Companhia.

Os saldos das contas patrimoniais, as receitas, despesas e lucros (prejuízos) não realizados, oriundos de transações entre partes relacionadas, são eliminadas por completo, líquidos dos efeitos tributários, quando aplicável. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

Hiperinflação na Argentina

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia hiperinflacionária (IAS 29, equivalente ao CPC 42), passou a ser requerida. De acordo com o IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de controladas que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice de preços ao consumidor. Como consequência, a Companhia aplicou os conceitos do IAS 29 para a sua controlada na Argentina. Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico e o patrimônio líquido da controlada na Argentina foram atualizados pela inflação. As demonstrações de resultados do exercício de 2017, e os respectivos balanços patrimoniais da controlada na Argentina não foram reapresentados.

Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral foram reportados como ajustes de avaliação patrimonial, no montante líquido de R$ 1.533.

c) Base de mensuração

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo de práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade do Grupo determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações contábeis são traduzidas para o Real na data do fechamento.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço e todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

e) Estimativas e julgamentos

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Ativos e passivos sujeitos à estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, provisão para perda de estoques, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para demandas judiciais e de instrumentos financeiros.

As principais premissas relativas à fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas nas datas dos balanços patrimoniais, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir:

Revisão da vida útil

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos itens do ativo imobilizado levando em consideração as condições de uso/desgaste, obsolescência tecnológica, manutenção e política de substituição. As estimativas de vida útil são realizadas internamente pelo departamento de engenharia.

Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é registrada em uma quantia considerada suficiente para cobrir as perdas estimadas decorrentes de cobranças das duplicatas a receber. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise individualizada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base nas perdas esperadas, através de um modelo prospectivo, levando-se em consideração a análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

Provisão para perda de estoques

A Companhia revisa periodicamente o valor líquido de realização e a demanda de seus estoques para garantir que os estoques registrados são demonstrados pelo menor valor entre o custo de aquisição ou produção e o valor líquido de realização, assim como estoques obsoletos.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Realização do imposto de renda diferido

O reconhecimento inicial e as posteriores avaliações do imposto de renda diferido ocorre quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização total, ou parcial se for constituído o crédito integral.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

3. Sumário das principais políticas contábeis

As políticas contábeis abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros são mensurados conforme descritos a seguir:

(i) Classificação

O CPC 38 determina três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma eliminou as categorias existentes anteriormente de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A Companhia interpreta inicialmente o ativo financeiro relativo as contas a receber como mensurável ao custo amortizado de acordo com o CPC 48, pois pretende manter o ativo até o vencimento para receberem o fluxo de caixa contratuais e esse fluxo de caixa consistem apenas de pagamentos de principal e juros sobre o valor em aberto.

(ii) Redução ao valor recuperável (*"impairment"*)

A nova norma substitui o modelo de "perdas incorridas" por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". A Administração não identificou impactos relevantes na adoção desta norma na estimativa das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, bem como na rubrica de contas a receber de clientes.

b) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista denominados em Reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores a 90 dias da data de contratação, ou para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato.

Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros na categoria empréstimos e recebíveis e estão registrados pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério "*pro rata temporis*", que equivalem aos seus valores de mercado, não havendo impacto a ser contabilizado no patrimônio líquido da Companhia.

Os títulos e valores mobiliários incluem fundos de investimentos não exclusivos cujos valores de mercado se aproximam dos valores contábeis, para os quais não há resgate imediato.

c) Contas a receber de clientes e perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal e deduzidas da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base na perda esperada (através de um modelo prospectivo), sendo considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

d) Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo. A Companhia considera em sua provisão para perdas nos estoques os materiais com giro lento e/ou obsoletos.

e) Investimentos

A Companhia detém o controle sobre uma empresa quando possui o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. Os investimentos nas controladas são registrados na controladora pelo método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis individuais, sendo os investimentos em controladas eliminados para fins de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, e o efeito das variações cambiais na conversão dos investimentos no exterior, os quais são reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido.

A Companhia determina, em cada data de fechamento das demonstrações contábeis, se há evidência objetiva de que os investimentos sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor contábil e a participação das perdas em controladas, e reconhece a parcela residual com passivo a descoberto de controladas, uma vez que assume as obrigações das mesmas.

f) Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção (quando aplicável para casos de ativos qualificáveis), e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por *"impairment"*, quando aplicável. Para controlada em situação de economia hiperinflacionária, o ativo imobilizado está corrigido monetariamente conforme requerido pelo IAS 29 (CPC 42).

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme segue:

Descrição do ativo	Anos
Edifícios e construções	25
Equipamentos	10
Instalações	10
Fornos	02 e 03
Máquinas e matrizes	10
Veículos	05

g) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos, líquidos os custos de transação nos casos aplicáveis, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

h) Fornecedores e outras contas a pagar

Reconhecidos pelo valor nominal e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

i) Imposto de renda e contribuição social

Corrente

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

Os impostos e as contribuições sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados à itens registrados no patrimônio líquido ou na reserva de ajustes de avaliação patrimonial, que são reconhecidos líquidos destes efeitos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo ou passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização.

Diferido

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus valores contábeis. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais acumulados não possui prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada a 30% do montante do lucro tributável de cada exercício. As controladas que optam pelo regime de lucro presumido não podem compensar prejuízos fiscais de um exercício com lucros gerados em anos subsequentes, e por esse motivo não são contabilizados tributos diferidos.

A Companhia avalia anualmente o valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em relação ao seu desempenho operacional e o lucro tributável futuro projetado e, quando necessário, reduz o seu montante ao valor de realização esperado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando existe um direito legalmente executável de compensar ativos fiscais correntes contra passivos fiscais correntes.

j) Apuração do resultado e reconhecimento da receita

A receita de venda é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens para seus clientes. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. Vide Nota Explicativa nº 3.

k) Benefícios a empregados

(i) Planos de Previdência

A Companhia é patrocinadora de um plano de benefícios, administrado pelo MultiBRA Fundo de Pensão – Bradesco Multipensions, que assegura a aposentadoria por invalidez, pensão por morte, abono anual, auxílio doença, pecúlio por morte e pecúlio por invalidez aos seus funcionários, na modalidade de benefício definido, e ainda aposentadoria normal na modalidade de contribuição variável e/ou contribuição definida, dependendo da opção efetuada pelo participante na data da concessão do benefício.

O passivo reconhecido é o valor presente da obrigação de benefício definido nas datas dos balanços patrimoniais, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito unitário projetado para determinar o valor presente das obrigações e o respectivo custo do serviço corrente, considerando premissas demográficas, econômicas e financeiras adequado ao perfil da massa.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal e a aposentadoria antecipada, além de benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

Os ativos do plano são mantidos pelo MultiBRA Fundo de Pensão – Bradesco Multipensions, entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente a eles.

(ii) Planos de Saúde

A Companhia oferece ainda benefício de assistência médica pós-aposentadoria aos seus empregados. Para este grupo, desenvolveu-se uma condição especial, onde o cálculo do prêmio é feito pela tabela da faixa etária, porém os pagamentos dos prêmios ocorrem através de boletos bancários emitidos pela Porto Seguro – Seguro Saúde, diretamente em favor do segurado. A partir de 20 de fevereiro de 2019, houve alteração da operadora do seguro saúde para Sul América Companhia de Seguro Saúde.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Adicionalmente, o resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo, quando aplicável, é registrado pela Companhia somente quando:

a) ela controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
b) esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela Companhia e serviço prestado pelo funcionário); e
d) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Companhia na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a Companhia, seja indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida a legislação pertinente).

(iii) Benefícios

As obrigações de benefícios de curto prazo à empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l) Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes à processos judiciais para os quais, como resultado de acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos assessores legais da Companhia.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis, quando houver, são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não há causas envolvendo ativos contingentes registradas no balanço patrimonial da Companhia.

m) Tributos sobre as vendas

A Companhia está sujeita aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 7,6%;
- Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) – até 15%;
- Impostos sobre Circulação de Mercadoria Serviços e Transporte (ICMS) – 7% a 18%; e
- Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) – 2,5% (exercício de 2017)

n) Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. A Companhia não possui instrumentos que possam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

o) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS.

4. Pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações de normas

Pronunciamentos contábeis novos adotados em 2018:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (CPC 48)

Em 2014 foi emitida, pelo IASB, a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (CPC 38 – Instrumentos Financeiros) e todas as versões anteriores da IFRS 9. A nova norma reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. Com exceção da contabilidade de *hedge*, faz-se necessária a aplicação retrospectiva (contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório). A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2018 e não efetuou reapresentação de informações comparativas.

As principais alterações que o IFRS 9 são os novos critérios de classificação de ativos financeiros em três categorias (mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente, mensurados ao custo amortizado e mensurados ao valor justo por meio do resultado) dependendo da característica de cada instrumento e finalidade para quais foram adquiridos, podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente. Adicionalmente a norma traz um novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, sendo um modelo prospectivo de “perdas de créditos esperadas”, em substituição ao modelo anterior de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

As classificações de passivos financeiros permanecem os mesmos já previstos no IAS 39 (CPC 39) – Instrumentos Financeiros: Apresentação, somente sendo incluídas regras relativas aos passivos financeiros mensurados ao valor justo, não aplicável para as operações mantidas pela Companhia.

A Companhia e suas subsidiárias realizaram uma avaliação de impacto detalhado dos aspectos referentes à classificação e mensuração, redução ao valor recuperável da IFRS 9. Essa avaliação foi realizada com base em informações disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de alterações futuras nos modelos de negócios adotados pela Companhia para gestão de seus ativos ao longo dos exercícios subsequentes, conforme segue:

i) Classificação e mensuração

As avaliações foram realizadas por meio da verificação do modelo de negócio adotado pela Companhia para gestão de seus ativos financeiros em detrimento às classificações estabelecidas pela IAS 39/CPC 38. Não foi identificado pela Companhia e suas subsidiarias impactos significativos em seus balanços patrimoniais individuais ou consolidados ou no patrimônio líquido na aplicação dos novos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9.

Dessa forma, a Companhia continuou avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros anteriormente mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes, foram avaliadas as características contratuais dos fluxos de caixa e se esses ativos são mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja captar fluxos de caixa contratuais que sejam representados exclusivamente por pagamento de principal e juros.

Na tabela a seguir demonstramos os impactos para a Companhia quanto à classificação de seus ativos e passivos financeiros, a partir dos requisitos da IFRS 9/CPC 48:

Ativos/passivos financeiro	**Classificação anterior**	**Classificação IFRS 9/CPC 48**
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	Disponível para venda	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a pagar	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado

ii) Redução ao valor recuperável

A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável.

Para essa avaliação, a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de risco e particularidades operacionais e implementou modelos de reconhecimento de perda de crédito esperada, considerando as diretrizes apresentadas pela IFRS 9.

A Companhia e suas subsidiárias aplicaram uma abordagem simplificada e registram perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes. Além disso, considerando os requisitos para cálculo de redução ao valor recuperável estabelecido pelo IAS 39/CPC 48, a Companhia não reconhecia, até a adoção do IFRS 9/CPC 48, perdas esperadas com contrapartes com recebíveis de clientes. Dessa forma, dado que a maior parte de tais ativos são objeto de negociações com empresas predominantes em seu mercado de atuação, não foram identificados indícios de redução no valor recuperável e, com a adoção do IFRS 9, não houve impactos significativos.

O modelo adotado leva em consideração as características de risco de crédito das operações e contrapartes. Com base nisso, a Administração estabeleceu a avaliação/classificação dos riscos de crédito agrupando-os da seguinte maneira: i) *rating* A; ii) *rating* B; iii) *rating* C. A Administração não identificou impactos relevantes em decorrência da adoção da metodologia de perdas esperadas, haja visto que foi realizado um estudo avaliando o comportamento dos recebíveis ao longo do tempo, observando a evolução das faixas de vencimento do aging e conciliando os títulos através do período para identificar a eficiência no recebimento. Adicionalmente, a Companhia possui política de concessão de crédito com objetivo de estabelecer limites e prazos para operações de venda de mercadoria em todos os mercados de atuação. Os limites operacionais são estabelecidos avaliando-se aspectos econômico-financeiros, histórico de relacionamento e informações de mercado. O limite de crédito concedido é uma ponderação entre os aspectos avaliados e a necessidade operacional demandada. Após análise os clientes são classificados em *ratings* A, B e C.

IFRS 15 – Receita de contratos com clientes (CPC 47)

A IFRS 15 (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente, com base em cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de performance previstas nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de performance é atendida. A nova norma substitui o IAS 11 – Contratos de Construção, o IAS 18 – Receitas e correspondentes interpretações.

As alterações estabelecem os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Companhia tenha direito na operação, considerando eventuais estimativas de perda de valor. A Companhia e suas subsidiárias adotaram a nova norma em 1º de janeiro de 2018, com reapresentação dos saldos anteriores, conforme segue:

(i) Direitos de devolução:

Para quaisquer valores recebidos (ou a receber) aos quais não espera ter direito, não deve reconhecer a receita, mas sim reconhecer os valores recebidos (ou a receber) como obrigação de restituição. Subsequentemente, ao final de cada período de reporte, devem atualizar sua avaliação (com impacto na receita reconhecida).

De acordo com a IFRS 15, devido ao fato da existência de devoluções, a contraprestação recebida do cliente é variável. A Companhia decidiu usar o método do valor esperado para estimar as solicitações de reembolso que serão devolvidas porque este método prevê melhor o montante de contraprestação variável a que a Companhia e suas subsidiárias terão direito. Estas aplicaram os requisitos da IFRS 15 sobre a restrição de estimativas de contraprestação variável para determinar o montante da contraprestação variável que pode ser incluído no preço da transação e concluíram que não houve impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

(ii) Acordos e verbas comerciais:

A Companhia e suas subsidiárias efetuam pagamentos/abatimentos referentes às verbas contratuais, bônus de desempenho e ações de marketing (anteriormente registradas na rubrica Despesas comerciais), sendo que as mesmas se caracterizam como contraprestação variável. Apesar de a Companhia e suas subsidiárias não identificarem impactos com relação à época e valor de reconhecimento da receita de vendas (uma vez que já considerava o fator da contraprestação variável para fins de reconhecimento), houve a necessidade de reclassificação dos pagamentos de verbas contratuais de Despesas comerciais para conta redutora de vendas (uma vez que a Companhia e suas subsidiárias não fariam o pagamento sem a compra pelos varejistas para revenda - não sendo possível separar o benefício recebido pelo fabricante do contrato de venda de produtos). Assim, a Companhia e suas subsidiárias efetuaram o reconhecimento como redução de receita. Em 31 de dezembro de 2018, houve reclassificação da rubrica de Despesas comerciais para a rubrica de redução de receita líquida no montante de R$27.484 (R$24.038 em 31 de dezembro de 2017).

As estimativas de perda de valores não têm impacto significativo no reconhecimento de receita, haja visto que as perdas de valores com créditos de liquidação duvidosa não apresentam impactos relevantes em decorrência das políticas de mensuração mantidas pela Companhia.

Há componente de financiamento significativo em determinados contratos celebrados com clientes (cujo procedimento de ajuste do valor do dinheiro no tempo já era adotado pela Companhia e suas subsidiárias, conforme termos de pagamento pactuados pelas partes), não sendo objeto de ajustes e/ou impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Há componente de contraprestação a pagar ao cliente nos contratos celebrados pela Companhia e suas subsidiárias (conforme discutido anteriormente no item Acordos e verbas comerciais). A contraprestação prometida ao cliente está declarada expressamente em contrato ou acordo realizado, e há previsão de variabilidade, mas sem maiores impactos (uma vez que a Companhia e suas subsidiárias já consideravam o fator da contraprestação variável para fins de reconhecimento de receitas), havendo necessidade, somente, de reclassificação de montantes referentes à acordos e verbas comerciais da rubrica de Despesas comerciais para a rubrica de redução de receita líquida (conforme discutido anteriormente, no montante de R$ 27.484 em 31 de dezembro de 2018 (R$24.038 em 31 de dezembro de 2017).

Principais linhas de negócios:

Referem-se às utilidades domésticas, embalagens e imóveis/outros.

Identificação de obrigação de performance

A obrigação de performance da Companhia refere-se à entrega dos produtos vendidos, havendo um preço estipulado no contrato ou prática comercial adotada pela Companhia (refletindo o valor da contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca da transferência dos produtos ao cliente) – preço de venda individual estabelecido em contrato, com previsão de valores variáveis a serem considerados conforme discutido no item Acordos e verbas comerciais. Não há cláusulas contratuais e/ou eventos de que os clientes recebem descontos pela compra de um grupo de produtos (isto é, se a soma dos preços de venda individuais desses serviços prometidos no contrato exceder a contraprestação prometida no contrato), não havendo alocação de desconto a ser realizada às obrigações de desempenho, nem custo incremental para obtenção de contrato.

Remuneração esperada e alocação da remuneração

A Companhia adota o procedimento de reconhecer receitas referentes à venda de produtos mediante atendimento das obrigações de desempenho contratuais (entrega) pelo valor que reflita o valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca da transferência dos produtos prometidos ao cliente.

Julgamento significativo é utilizado para reconhecimento de receitas. Entretanto, a Companhia e suas subsidiárias não identificaram impactos com relação à época e valor de reconhecimento da receita de vendas (uma vez que já consideravam o fator da contraprestação variável para fins de reconhecimento).

Dessa forma, a Companhia satisfaz a obrigação de performance em momento específico do tempo referente receita de vendas de produtos.

Pronunciamentos contábeis a serem adotados a partir de 1º de janeiro de 2019:

As normas e interpretações novas e alteradas que são emitidas, mas ainda não estão em vigor, até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia estão divulgadas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações, se aplicáveis, quando se tornarem efetivas

IFRS 16 – Arrendamentos

Em julho de 2014, o IASB emitiu o IFRS 16, que substitui o IAS 17, sendo essa norma aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, e deliberado pela CVM em 21 de dezembro de 2017.

A nova norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos decorrentes dos contratos de arrendamento, exceto contratos de curto prazo, ou seja de 12 meses ou menos, ou contratos em que o ativo subjacente seja de baixo valor. Ainda, a nova norma prevê que o arrendatário deve aplicar este pronunciamento a seus arrendamentos de duas formas:

(i) Retrospectivamente, a cada período anterior, apresentado de acordo com o IAS 8/CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro); ou
(ii) Retrospectivamente, com efeito cumulativo da aplicação inicial deste pronunciamento, reconhecido na data da aplicação inicial.

A Companhia e suas controladas decidiram adotar o IFRS16 (CPC 06 (R2) de forma retrospectiva, com efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2019. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas decidiram aplicar determinados expedientes práticos permitidos na adoção inicial da norma, tais como: (i) não reavaliação de contratos de arrendamento mercantil financeiro anteriormente reconhecidos de acordo com o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4); (ii) exclusão de contratos de arrendamentos com vencimento nos próximos doze meses, sem provável intenção de renovação; e (iii) não aplicação dessa nova norma a contratos que não foram anteriormente identificados como contendo arrendamento, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4).

A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamentos operacionais nos quais atuam como arrendatárias referentes à imóveis e empilhadeiras, sendo que atualmente esses contratos são reconhecidos como arrendamentos operacionais, sendo os pagamentos contabilizados de forma linear ao longo do prazo do contrato. A Companhia e suas controladas concluíram o estudo dos impactos dessa nova norma nas demonstrações contábeis, que incluiu: (i) uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia ou suas controladas e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes às suas operações; (iii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o período do contrato; dentre outras.

A adoção inicial acarretará em um aumento aproximado de R$ 13.513 no total de ativos e passivos, em decorrência do reconhecimento do direito de uso sobre o total arrendado e do passivo de arrendamento mercantil, respectivamente.

O aumento do passivo de arrendamento devido ao reconhecimento do direito de uso dos ativos resulta em um aumento na dívida líquida da Companhia, sendo a depreciação e os juros reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional (“aluguel”), no valor aproximado de R$ 3.510, também resultando em impacto positivo no EBITDA – Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (“não auditado”).

Portanto, resultando em um impacto relevante em determinados indicadores financeiros da Companhia, bem como um aumento correspondente no caixa líquido gerado pelas atividades operacionais reportadas nos fluxos de caixa.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas:

- **Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016** – Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- **Alterações ao CPC 36** – Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 – Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto;
- **Alterações ao CPC 33 (R1)** – Alterações, reduções ou liquidação de planos – abordam a contabilização quando de alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período-base. As alterações especificam que quando ocorre alteração, redução ou liquidação do plano durante o período base anual;
- **Interpretação IFRIC 23** – Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda – A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:
  - Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
  - As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
  - Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
  - Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia e suas controladas adotarão a interpretação a partir da data em que entrar em vigor. Não há outras normas IFRS que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	**15.391**	8.399	**16.599**	10.702
	15.391	**8.399**	**16.599**	**10.702**

Representados por numerários em moedas nacional e estrangeira, em instituições financeiras de primeira linha, com disponibilidade imediata para uso.

6. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Aplicação cambial (i)	**6.817**	5.723	**6.817**	5.723
Aplicação renda variável (ii)	**6.605**	1.342	**13.086**	7.692
Aplicação renda fixa (iii)	**25.316**	2.727	**25.954**	3.513
	38.738	**9.792**	**45.857**	**16.928**

(i) Aplicação com remuneração atrelada à variação do dólar norte americano.

(ii) Aplicação de renda variável remunerada à taxa média do CDI de até 114,0% ao ano em 31/12/2018 (de até 115,0% ao ano em 31/12/2017).

(iii) A aplicação em renda fixa é remunerada com base na variação do CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, com base nas taxas futuras de papéis similares.

7. Contas a receber de clientes

A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, considerando análise quantitativa e qualitativa individual dos recebíveis e, quando necessário, em montantes suficientes para cobertura de eventuais perdas por não recebimentos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Mercado interno	**147.402**	133.798	**147.412**	133.714
Mercado externo	**14.106**	13.489	**17.118**	19.645
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	**(4.761)**	(5.478)	**(4.761)**	(5.478)
	156.747	**141.809**	**159.769**	**147.881**
Circulante	**154.333**	138.796	**157.355**	144.868
Não circulante	**2.414**	3.013	**2.414**	3.013
	156.747	**141.809**	**159.769**	**147.881**

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	**31/12/2018**	31/12/2017
Duplicatas a vencer	**149.793**	135.115	**152.815**	141.187
Duplicatas vencidas:				
De 1 a 30 dias	**4.012**	6.567	**4.012**	6.567
De 31 a 60 dias	**3.046**	164	**3.046**	164
De 61 a 90 dias	**163**	248	**163**	248
Acima de 90 dias	**4.494**	5.193	**4.494**	5.193
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	**(4.761)**	(5.478)	**(4.761)**	(5.478)
	156.747	**141.809**	**159.769**	**147.881**

Movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa:

Saldo em 31/12/2016	Baixas no período (-)	**Saldo em 31/12/2017**	Baixas no período (-)	**Saldo em 31/12/2018**
(5.984)	506	**(5.478)**	717	**(4.761)**

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	**31/12/2018**	31/12/2017
Produtos acabados	**87.985**	72.964	**100.143**	85.408
Produtos em processo	**640**	190	**640**	190
Matéria-prima	**8.355**	6.528	**8.355**	6.528
Materiais de embalagens	**2.761**	2.223	**2.773**	2.235
Almoxarifado	**19.134**	12.557	**19.168**	12.591
	118.875	**94.462**	**131.079**	**106.952**

O saldo de produtos acabados, materiais de embalagens e almoxarifado estão apresentados pelos valores líquidos, deduzidos das provisões para obsolescência e/ou giro lento.

A movimentação da provisão é como segue:

	Saldo em 31/12/2016	Movimento no período	Saldo em 31/12/2017	Movimento no período	Saldo em **31/12/2018**
Produtos acabados	-	4.183	4.183	(3.009)	**1.174**
Materiais de embalagem	-	252	252	(219)	**33**
Almoxarifado	3.427	2.817	6.244	(581)	**5.663**
	3.427	7.252	10.679	(3.809)	**6.870**

As provisões foram constituídas de acordo com as políticas estabelecidas pela Companhia, onde as áreas técnicas responsáveis pela gestão dos estoques fazem avaliações individuais e/ou grupo de estoques, e quando são identificados itens obsoletos e/ou com giro lento, com remota probabilidade de utilização, a provisão é constituída.

9. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e a contribuição social é como segue:

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e a contribuição social é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	119.517	78.170	123.182	83.204
Imposto de renda calculado à alíquota nominal - 34%	(40.636)	(26.578)	(41.882)	(28.289)
Efeito líquido das controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	385	1.180
Juros sobre capital próprio *	3.237	1.856	3.237	1.856
(Adições)/Exclusões permanentes, líquidas	(110)	856	(697)	(441)
Equivalência patrimonial	641	1.429	-	-
	(36.868)	**(22.437)**	**(38.957)**	**(25.694)**
Corrente	(34.081)	(23.331)	(36.170)	(26.588)
Diferido	(2.787)	894	(2.787)	894

* A Lei 9.249/95 prevê que a Companhia possa pagar juros sobre capital próprio aos acionistas de forma adicional ou alternativa aos dividendos propostos, sujeita a limitações específicas, as quais resultam em dedução fiscal na determinação do imposto de renda e contribuição social. A limitação considera o maior valor entre: (i) TJLP (taxa de juros de longo prazo) aplicado sobre o patrimônio líquido da Companhia; ou (ii) 50% do lucro líquido do exercício. Esta despesa não é reconhecida para fins da preparação das demonstrações contábeis e, por esse motivo, não impacta o lucro líquido.

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora e Consolidado	
Ativo:	31/12/2018	31/12/2017
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	**1.619**	1.862
Provisão para estoques obsoletos	**2.336**	3.631
Provisão para contingências fiscais	**-**	1.079
Provisão para contingências trabalhistas	**429**	510
Provisão para gastos ambientais	**136**	680
Provisão para fretes, comissões e verbas	**1.843**	1.388
Obrigações atuariais	**8.452**	6.987
	14.815	16.137
Passivo:		
Custo atribuído do ativo imobilizado (Terrenos)	**29.644**	29.644
	29.644	29.644
Total do passivo (-) ativo	**14.829**	**13.507**

Os impostos diferidos ativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro são reconhecidos com base na extensão em que é provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições das diferenças temporárias, momento em que estas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos, com base nas premissas e condições estabelecidas no modelo de negócios da Companhia.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente, sendo as projeções revisadas anualmente e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia tem expectativa de realização do imposto diferido ativo no período mínimo de 5 anos e no máximo de 10 anos.

10. Ativos mantidos para venda

O saldo refere-se ao custo do terreno localizado na Vila Maria, cuja alienação foi autorizada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de setembro de 2012. O ativo está disponível para venda imediata, porém não há prazo definido para a alienação. Dessa forma, o saldo foi registrado no ativo não circulante. O valor de venda estimado, líquido de custos para venda, é superior ao valor de custo contabilmente registrado.

11. Investimentos em controladas

a. Informações sobre as controladas em 31 de dezembro de 2018:

Controladas	Participação	Ativo	Patrimônio líquido 31/12/2018	Resultado 31/12/2018	Equivalência patrimonial 31/12/2018	Saldo do Investimento 31/12/2018
Mineração Rosicler Ltda.	99,97%	3.755	3.755	(36)	(37)	3.754
Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	92,02%	20.186	19.913	353	326	18.324
Distribuidora Brasim S.A.	50,00%	13.176	5.461	3.156	1.578	2.731
Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.	98,99%	516	439	18	19	434
					1.886	**25.243**

b. Informações sobre as controladas em 31 de dezembro de 2017:

Controladas	Participação	Ativo	Patrimônio líquido 31/12/2017	Resultado 31/12/2017	Equivalência patrimonial 31/12/2017	Saldo do Investimento 31/12/2017
Mineração Rosicler Ltda.	99,97%	4.535	4.531	195	195	4.531
Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	92,02%	47.546	47.115	2.034	1.872	43.356
Distribuidora Brasim S.A.	50,00%	19.048	8.208	3.551	1.776	4.104
Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.	98,99%	503	421	364	359	415
					4.202	**52.406**

c. A movimentação dos investimentos no período de 31 de dezembro de 2017 a 31 de dezembro 2018 é como segue:

	Saldo em 31/12/2017	Equivalência patrimonial	Variação cambial	Dividendos/ outros	Saldo em 31/12/2018
Mineração Rosicler Ltda.	4.531	(37)	-	(740)	3.754
Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	43.356	326	-	(25.358)	18.324
Distribuidora Brasim S.A.	4.104	1.578	(1.805)	(1.146)	2.731
Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.	415	19	-	-	434
	52.406	**1.886**	**(1.805)**	**(27.244)**	**25.243**

d. A movimentação dos investimentos no período de 31 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2017 é como segue:

	Saldo em 31/12/2016	Equivalência patrimonial	Variação cambial	Dividendos/ outros	Saldo em 31/12/2017
Mineração Rosicler Ltda.	5.532	195	(1.196)	-	4.531
Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	40.287	1.872	1.197	-	43.356
Distribuidora Brasim S.A.	3.664	1.776	(743)	(593)	4.104
Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.	56	359	-	-	415
	49.539	**4.202**	**(742)**	**(593)**	**52.406**

12. Partes relacionadas

a) As transações com partes relacionadas é como segue:

	Controladora		**Consolidado**	
Ativo Circulante	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Contas a receber				
Distribuidora Brasim. S.A.	1.854	4.730	-	-
Ativo não Circulante				
Dividendos a receber				
Distribuidora Brasim. S.A.	1.758	1.785	-	-
Passivo Circulante				
Contas a pagar				
Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.	50	86	-	-
Empréstimos				
Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	4.912	30.940	-	-
Acionistas indiretos	9.424	8.892	9.424	8.892
	14.336	**39.832**	**9.424**	**8.892**

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional		
Distribuidora Brasim. S.A.	14.172	18.655
Custo de produtos vendidos		
Distribuidora Brasim. S.A.	(8.443)	(11.418)
Despesas administrativas e comerciais		
Colorex Comércio e Desenvolvimento de de Produtos Ltda.	(447)	(1.195)
Despesas financeiras		
Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(762)	(3.014)
Acionistas indiretos	(651)	(943)

As transações efetuadas com partes relacionadas referem-se às operações de venda de produtos para a controlada Distribuidora Brasim S.A. e à prestação de serviços administrativos, marketing e desenvolvimento de produtos por parte da controlada Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos. Estas transações são realizadas com base em preços e prazos definidos pelas partes envolvidas, consideradas pela Administração como estritamente comutativas e adequadas de modo a preservar os interesses de ambas as partes envolvidas no negócio.

As operações financeiras pactuadas através de contrato de mútuo entre as empresas do grupo e acionistas são remuneradas pela taxa CDI (100%), com base nas condições definidas entre as partes, sendo o prazo de vencimento dessas operações indeterminado.

Remuneração de administradores

A remuneração da Administração (Diretores estatuários e Conselho de Administração), que foram registradas no resultado de cada exercício é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Remuneração anual	**5.557**	4.108	**5.648**	4.200
Previdencia privada - contribuição definida	**165**	143	**168**	147
	5.721	**4.251**	**5.816**	**4.347**

A remuneração da Administração (benefícios de curto prazo) contempla a remuneração dos diretores e conselheiros. Os referidos montantes estão registrados na rubrica de despesas administrativas e gerais. A remuneração global dos Administradores e Conselho da Administração da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi fixada no limite de até R$7.000 (R$5.000 em 2017), conforme aprovação em Assembleia Geral Ordinária. A Companhia não possui remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações.

13. Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Controladora

Custo	Terrenos, edifícios construções	Equipamentos e instalações	Fornos	Máquinas e matrizes	Veículos	Construções em andamento	Total
Saldo em 31/12/2017	**87.943**	**78.308**	**8.361**	**22.018**	**943**	**27.331**	**224.904**
Adições	370	1.260	105	194	909	47.183	50.021
Baixas	-	(4)	-	-	(599)	-	(603)
Transferências	363	16.478	11.808	8.081	-	(36.730)	-
	88.676	**96.042**	**20.274**	**30.293**	**1.253**	**37.784**	**274.322**
Depreciação							
Adições	(4.323)	(15.174)	(8.079)	(5.500)	(328)	-	(33.404)
Baixas	-	2	-	-	498	-	500
	(4.323)	**(15.172)**	**(8.079)**	**(5.500)**	**170**	**-**	**(32.904)**
Saldo em 31/12/2018	**84.353**	**80.870**	**12.195**	**24.793**	**1.423**	**37.784**	**241.418**

Controladora

Custo	Terrenos, edifícios construções	Equipamentos e instalações	Fornos	Máquinas e matrizes	Veículos	Construções em andamento	Total
Saldo em 31/12/2016	**91.455**	**80.704**	**15.050**	**21.978**	**891**	**17.097**	**227.175**
Adições	337	767	-	-	418	27.942	29.464
Baixas	-	-	-	-	(231)	(140)	(371)
Transferências	449	10.470	1.212	5.437	-	(17.568)	-
	92.241	**91.941**	**16.262**	**27.415**	**1.078**	**27.331**	**256.268**
Depreciação							
Adições	(4.298)	(13.633)	(7.901)	(5.397)	(287)	-	(31.516)
Baixas	-	-	-	-	152	-	152
	(4.298)	**(13.633)**	**(7.901)**	**(5.397)**	**(135)**	**-**	**(31.364)**
Saldo em 31/12/2017	**87.943**	**78.308**	**8.361**	**22.018**	**943**	**27.331**	**224.904**

Consolidado

Custo	Terrenos, edifícios construções	Equipamentos e instalações	Fornos	Máquinas e matrizes	Veículos	Construções em andamento	Total
Saldo em 31/12/2017	**87.943**	**78.596**	**8.361**	**22.018**	**1.024**	**27.333**	**225.275**
Adições	370	1.260	105	194	909	47.183	50.021
Baixas	-	(4)	-	-	(599)	-	(603)
Transferências	363	16.478	11.808	8.081	-	(36.730)	-
IAS - 29		411			95		506
	88.676	**96.741**	**20.274**	**30.293**	**1.429**	**37.786**	**275.199**
Depreciação							
Adições	(4.323)	(15.310)	(8.079)	(5.500)	(355)	-	(33.567)
Baixas	-	2	-	-	498	-	500
IAS - 29	-	(270)	-	-	(35)	-	(305)
	(4.323)	**(15.578)**	**(8.079)**	**(5.500)**	**108**	**-**	**(33.372)**
Saldo em 31/12/2018	**84.353**	**81.163**	**12.195**	**24.793**	**1.537**	**37.786**	**241.827**

Consolidado							
Custo	Terrenos, edifícios construções	Equipamentos e instalações	Fornos	Máquinas e matrizes	Veículos	Construções em andamento	Total
Saldo em 31/12/2016	**91.455**	**80.974**	**15.050**	**21.978**	**972**	**17.099**	**227.528**
Adições	337	785	-	-	418	27.942	29.482
Baixas	-	-	-	-	(231)	(140)	(371)
Transferências	449	10.470	1.212	5.437	-	(17.568)	-
	92.241	**92.229**	**16.262**	**27.415**	**1.159**	**27.333**	**256.639**
Depreciação							
Adições	(4.298)	(13.633)	(7.901)	(5.397)	(287)	-	(31.516)
Baixas	-	-	-	-	152	-	152
	(4.298)	**(13.633)**	**(7.901)**	**(5.397)**	**(135)**	**-**	**(31.364)**
Saldo em 31/12/2017	**87.943**	**78.596**	**8.361**	**22.018**	**1.024**	**27.333**	**225.275**

Construções em andamento: representadas substancialmente pelos investimentos nos projetos de ampliação, construção e modernização da unidade de produção de vidros e da área de armazenagem da planta no Município de Suzano-SP.

Em 1º de janeiro de 2010, a Companhia adotou o custo atribuído ao ativo imobilizado para a classe de terrenos. Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por empresa especializada com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. O saldo remanescente do valor justo em 31 de dezembro de 2018 é de R$ 86.871 (R$ 86.871 em 2017). A contrapartida do saldo foi registrada no patrimônio líquido, no grupo de outros resultados abrangentes, líquidos do imposto de renda e contribuição social diferidos passivo.

As taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado foram determinadas com base na estimativa da vida útil revisada dos bens, de acordo com o laudo técnico de avaliação elaborado internamente. Não houve alterações na vida útil durante os exercícios de 2018 e 2017.

Para realizarem esta revisão, os especialistas internos (engenheiros) consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. O relatório de avaliação gerado pelos especialistas foi aprovado pela Diretoria da Companhia.

Os imobilizados dados em garantia estão descritos na Nota Explicativa nº 13.

14. Empréstimos e financiamentos

a) A composição de empréstimos e financiamentos é como segue:

Circulante			Controladora e Consolidado	
Descrição	**Vencimentos**	**Taxas (%)**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social				
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Abr/2018	Cesta de moedas + 2,7 % a 3,6 % a.a. + IR	**-**	3.767
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Mar/2018	TJLP + 2,12% a 4,8% a.a.	**-**	2.438
Nota de Crédito de Exportação				
Banco Bradesco S.A.	Abr/2018	113% do CDI a.a	**-**	3.040
Banco Bradesco S.A.	Nov/2020	126% do CDI a.a	**5.090**	90
Banco Bradesco S.A.	Mar/2021	120% do CDI a.a	**7.565**	-
Banco do Brasil S.A.	Jan/2018	111% do CDI a.a	**-**	8.502
Banco do Brasil S.A.	Mar/2018	128% do CDI a.a.	**-**	15.036
Banco do Brasil S.A.	Jan/2021	121% do CDI a.a.	**5.123**	-
Banco do Brasil S.A.	Mai/2021	119% do CDI a.a.	**15.177**	-
Banco Itaú Unibanco S.A.	Jan/2019	131% do CDI a.a.	**12.675**	12.893
Banco Itaú Unibanco S.A.	Mar/2019	136% do CDI a.a.	**2.502**	2.505
Banco Itaú Unibanco S.A.	Jun/2021	122% do CDI a.a.	**7.568**	-
Vendor				
Banco do Brasil S.A.	Jul/2019	7,46% a,a	**8.686**	5.462
Banco Itaú Unibanco S.A.	Jul/2019	7,57% a.a	**3.282**	2.168
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio				
Banco Bradesco S.A.	Jul/2018	Variação cambial + 4,8% a.a.	**-**	5.624
Banco do Brasil S.A.	Abr/2019	Variação cambial + 3,96% a.a.	**7.750**	9.924
Banco Itaú Unibanco S.A.	Fev/2019	Variação cambial + 4,75% a.a.	**5.812**	6.616
Banco Safra S.A.	Fev/2019	Variação cambial + 4,70% a.a.	**5.812**	6.616
Banco Santander Brasil S.A	Nov/2018	Variação cambial + 4,90% a.a.	**-**	15.878
			87.042	**100.559**

Não Circulante			Controladora e Consolidado	
Descrição	**Vencimentos**	**Taxas (%)**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Nota de Crédito de Exportação				
Banco Bradesco S.A.	Nov/2020	126% do CDI a.a	**5.000**	**10.000**
Banco Bradesco S.A.	Mar/2021	120% do CDI a.a	**12.500**	**-**
Banco do Brasil S.A.	Jan/2021	120% do CDI a.a.	**5.000**	**-**
Banco do Brasil S.A.	Mai/2021	119,50% do CDI a.a.	**15.000**	**-**
Banco Itaú Unibanco S.A.	Jan/2019	131% do CDI a.a	**-**	**12.500**
Banco Itaú Unibanco S.A.	Mar/2019	136% do CDI a.a	**-**	**2.500**
Banco Itaú Unibanco S.A.	Jun/2021	122% do CDI a.a	**7.500**	**-**
			45.000	**25.000**
			132.042	**125.559**

b) O quadro abaixo permite identificar as movimentações apresentadas nas atividades de financiamento do fluxo de caixa.

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**164.288**
Captações	164.813
Amortizações	(211.048)
Pagamentos de juros	(1.612)
Variações que não envolvem caixa	
Juros incorridos	9.378
Variação cambial	(260)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**125.559**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**125.559**
Captações	165.015
Amortizações	(170.541)
Pagamentos de juros	(87)
Variações que não envolvem caixa	
Juros incorridos	6.403
Variação cambial	5.693
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**132.042**

c) Os montantes vincendos a longo prazo estão assim demonstrados:

	Controladora e Consolidado	
Ano	**31/12/2018**	**31/12/2017**
2019	**-**	15.000
2020	**15.000**	10.000
2021	**30.000**	-
	45.000	**25.000**

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Fornecedores nacionais	**46.062**	39.580	**47.218**	41.585
Fornecedores exterior	**5.128**	1.554	**5.127**	1.554
	51.190	**41.134**	**52.345**	**43.139**

A Companhia, a partir de 2018 intermedia entre os fornecedores e instituições financeiras a antecipação das faturas dos fornecedores referentes à venda de insumos. O saldo a pagar junto ao fornecedor fica registrado na mesma rubrica do balanço patrimonial porque não há diferença de natureza e de condições de prazo de pagamento antes e depois da antecipação. O saldo de títulos vendidos pelos fornecedores em 31 de dezembro de 2018 montava a R$ 6.958.

16. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
ICMS a recolher	**11.714**	9.898	**11.715**	9.899
IPI a recolher	**7.323**	5.251	**7.323**	5.251
IRRF a recolher	**2.004**	3.460	**2.004**	3.460
IRPJ a recolher	**-**	-	**1.143**	703
CSLL a recolher	**-**	-	**23**	57
PIS a recolher	**528**	447	**563**	480
COFINS a recolher	**2.441**	2.060	**2.594**	2.213
INSS a recolher	**240**	147	**240**	147
ISS a recolher	**111**	40	**115**	45
Outros a pagar	**145**	75	**145**	75
	24.506	**21.378**	**25.865**	**22.330**

17. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Salários e encargos sociais a pagar	**8.855**	8.261	**9.239**	8.712
Provisão de férias e encargos sociais a pagar	**16.486**	12.730	**16.502**	12.752
	25.341	**20.991**	**25.741**	**21.464**

18. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para fretes e verbas contratuais	**5.235**	4.023	**5.235**	4.023
Provisões diversas	**11.027**	10.599	**11.038**	10.904
	16.262	**14.622**	**16.273**	**14.927**

19. Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais que estão sendo discutidos tanto na esfera administrativa como na judicial, os quais, quando aplicáveis, são garantidos por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia mantinha provisão correspondente a processos cujo risco de perda foi considerado provável pelos assessores legais da Companhia, como abaixo demonstrado:

	Controladora e Consolidado					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Provisão	Depósito judicial	Líquido
Tributárias e cíveis	-	-	-	3.107	(75)	3.032
Trabalhistas e previdenciárias	1.194	(1.495)	(301)	1.498	(1.024)	474
	1.194	**(1.495)**	**(301)**	**4.605**	**(1.099)**	**3.506**

A movimentação é como segue:

	Saldo em 31/12/2016	(+) Adições	(-) Reversões	Saldo em 31/12/2017	(-) Reversões	Saldo em 31/12/2018
Tributárias e cíveis	2.925	182	-	3.107	(3.107)	-
Trabalhistas e previdenciárias	1.535	-	(37)	1.498	(304)	1.194
	4.460	**182**	**(37)**	**4.605**	**(3.411)**	**1.194**

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas estão sujeitas à ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas instâncias do rito processual aguardando julgamento, movidas por ex-empregados que questionam, entre outros, o pagamento de horas extras, horas *in itinere*, adicional noturno e de periculosidade, pagamento de participação nos lucros e outros. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que devem-se realizar, o montante provisionado é considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Tributários

A Companhia entrou com ação contra a Receita Federal do Brasil questionando a constitucionalidade da cobrança de PIS/COFINS sobre as compras de gás natural realizadas entre os períodos de maio/2007 a abril/2012. Do saldo discutido, R$ 1.800 foi compensado e registrado como provisão para demandas tributárias, incluindo os juros e multas, enquanto durar o processo de constitucionalidade da cobrança. Conforme posição dos assessores jurídicos da Companhia, como não houve manifestação da Receita Federal do Brasil dentro do prazo legal, houve a homologação tácita no processo, portanto o saldo total da provisão foi revertido para o resultado, na rubrica de outras receitas operacionais.

Processos com perdas possíveis

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos tributários, trabalhistas e cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da Administração e de seus assessores legais, têm expectativa de perda classificada como possível e, portanto, a Administração entende não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas nestes processos. Na opinião da Administração, não se espera que qualquer desses processos tenha um efeito material sobre a posição financeira ou os resultados das operações da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018, os montantes de riscos máximo desses processos são de R$ 9.847 (R$ 13.421 em 2017).

De acordo com a legislação vigente, as operações das Companhias estão sujeitas às revisões das autoridades tributárias pelo prazo de cinco anos com referência aos tributos federais, estaduais e municipais. Não há prazo de prescrição para exame dos recolhimentos de encargos trabalhistas e sociais. Como decorrência dessas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionadas e os valores identificados ficam sujeitos à multa, juros e atualização monetária.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social montava a R$ 200.000 (R$ 200.000 em 31 de dezembro de 2017), totalmente subscrito e integralizado, representado por 13.579.031 ações sem valor nominal (13.579.031 ações sem valor nominal em 31 de dezembro de 2017), sendo 5.513.608 ações ordinárias e 8.065.423 ações preferenciais (mesma proporção em 31 de dezembro de 2017). As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendo e participam de outras vantagens em igualdade de condições com as ações ordinárias.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2017, foi aprovado aumento de capital social no montante de R$ 100.000, sem emissão de novas ações, a partir das contas Reserva de capital e Reserva de lucros.

b) Reserva de reavaliação

Constituída de acordo com a legislação societária, tem como saldo remanescente o montante de R$ 8.429, referentes a reavaliação de terrenos, que terá sua realização mediante a alienação deste ativo.

c) Reserva de lucros

Composta pelas reservas de lucro, estatutária e retenção de lucros, conforme critérios descritos a seguir:

c.1) Reserva legal

Constituída nos termos da legislação societária, na base de 5% do lucro líquido, observando-se o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital social somadas as reservas de capital. Após esses limites, as apropriações à essa reserva não são obrigatórias. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos. O saldo reserva legal de R$ 18.734 (R$ 14.602 em 2017).

c.2) Reserva estatutária

Refere-se à constituição de reserva para desenvolvimento, no montante de R$ 33.838 (R$ 25.573 em 2017), a ser utilizada na aquisição de bens do ativo permanente ou em novos investimentos, na base de 10% do lucro líquido, observando-se o limite de 20% do capital social realizado.

c.3) Reserva para retenção de lucros

A reserva refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados no montante de R$102.294 (R$53.100 em 2017), a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos Administradores "*ad referendum*", para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Os lucros do exercício de 2017 não destinados como dividendos foram apropriados à esta reserva.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2017, foi aprovado aumento de capital social, sendo parte com reserva de lucros, no montante de R$ 63.846 e parte com reservas de capital, no montante de R$ 36.154.

d) Outros resultados abrangentes

d.1). Conversão para moeda estrangeira

O montante devedor de R$ 8.451 em 31 de dezembro de 2018 (R$ 5.541 em 2017) refere-se ao efeito acumulado da conversão cambial das demonstrações contábeis de controlada que mantêm registros contábeis em moeda funcional diferente da moeda funcional da controladora. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício, como ganho ou perda, somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

d.2) Custo atribuído

O montante de R$ 57.545 (R$ 57.545 em 2017), líquido de tributos, refere-se ao custo atribuído do ativo imobilizado, registrado na rubrica de terreno, em contrapartida da rubrica de outros resultados abrangentes. O saldo será realizado quando da alienação do bem.

d.3) Ganhos e perdas atuarias

O montante devedor de R$ 16.407 (líquido de tributos) em 31 dezembro de 2018 (R$ 13.563 em 2017) refere-se às variações sobre os cálculos atuariais dos planos de previdência complementar e seguro saúde.

e) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar foram destacados no patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. As ações preferenciais gozam de distribuição de dividendo mínimo não acumulativo de 6% a.a. sobre o valor de sua participação no capital social integralizado.

Durante o exercício de 2018, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio referente ao resultado de 2018, no montante de R$ 9.521, sendo R$ 8.092 líquido do imposto de renda retido na fonte (R$ 8.740 em 2017, sendo R$ 7.429 líquido do imposto de renda retido na fonte). Também, foram propostos dividendos o montante de R$11.537 (R$5.808 em 2017).

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo em aberto referente à dividendos a pagar monta à R$ 12.767 (R$ 7.333 em 2017) para as demonstrações contábeis individuais e R$ 14.482 (R$ 8.996 em 2017) para as demonstrações contábeis consolidadas.

Os dividendos do exercício foram calculados conforme segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	**82.649**	**55.733**
Reserva legal 5%	(4.132)	(2.787)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	78.517	52.946
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
Dividendo anual mínimo	**19.629**	**13.237**
Dividendos propostos	11.537	5.808
Juros sobre o capital próprio	9.521	8.740
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(1.429)	(1.311)
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio do exercicio	**19.629**	**13.237**

21. Plano de aposentadoria complementar e seguro saúde

A Companhia e suas controladas oferecem a seus colaboradores o Seguro de Reembolso de Assistência à Saúde nos segmentos Ambulatorial, Hospitalar e Obstétrico, em conformidade com a Resolução Normativa 279 da ANS, que regula a continuidade no plano pela tabela da faixa etária, e caso ocorra, os boletos de cobrança serão emitidos pela Porto Seguro – Seguro Saúde. A partir de 20 de fevereiro de 2019, houve alteração da operadora do seguro saúde para Sul América Companhia de Seguro Saúde. Para um grupo de ex-diretores, há uma condição especial, onde os pagamentos dos prêmios ocorrem através de boletos bancários emitidos pela Companhia diretamente em favor do segurado. O reconhecimento de ganhos e perdas atuariais é reconhecido na rubrica "Outros resultados abrangentes".

A Companhia é patrocinadora de um plano de benefícios, administrado pelo MultiBRA Fundo de Pensão - Bradesco Multipensions, na modalidade de contribuição variável, que assegura renda mensal à aposentadoria por invalidez, pensão por morte, abono anual, auxílio doença, pecúlio por morte e pecúlio por invalidez, na modalidade de benefício definido.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas mantinham provisão para o passivo atuarial referente à esses planos no montante de R$24.859 (R$ 20.551 em 2017).

Em 31 de dezembro de 2018, as contribuições da Companhia e suas controladas foram de R$ 3.753 (R$ 3.568 em 2017), registradas na rubrica Despesas Administrativas.

O passivo atuarial do Seguro de Reembolso de Assistência à Saúde nos segmentos Ambulatorial, Hospitalar e Obstétrico foi calculado por atuário independente considerando as seguintes principais premissas:

Premissas	31/12/2018	31/12/2017
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 suavizada em 10%, segregada por sexo	AT 2000 suavizada em 10%, segregada por sexo
Tábua de Rotatividade	Prudential 4	Prudential 4
Taxa de Real de Desconto das Obrigações	4,62% ao ano	5,04% ao ano
Taxa Esperada de Retorno dos Ativos	0,00% ao ano	0,00% ao ano
Taxa de inflação	5,5% ao ano	5,5% ao ano
Duration do Passivo	8,40 anos	7,25 anos
Fator de permanência no Plano de Seguro Saúde no momento da aposentadoria	0% para salários até R$ 5.000,00 1% para salários entre R$ 5.001,00 à R$ 10.000,00 3% para salários entre R$ 10.001,00 à R$ 15.000,00 50% para salários acima de R$ 15.000,00	0% para salários até R$ 5.000,00 1% para salários entre R$ 5.001,00 à R$ 10.000,00 3% para salários entre R$ 10.001,00 à R$ 15.000,00 50% para salários acima de R$ 15.000,00
Idade de Aposentadoria	60 anos	60 anos
Valor mensal do Subsídio	R$ 900,97, conforme observação estatística	R$ 656,82, conforme observação estatística
Crescimento anual real do subsídio		
HCTR (crescimento do custo do serviço de saúde)	1,00%	1,00%
Aging Factor (crescimento do custo pelo envelhecimento)	1,00%	1,00%
Composição Familiar	Todos casados/Idade do cônjuge +/- 4 anos	Todos casados/Idade do cônjuge +/- 4 anos

Valores expressos em reais.

O passivo atuarial do plano de previdência e fundo de pensão foi calculado por atuário independente considerando as seguintes principais premissas:

Premissas	31/12/2018	31/12/2017
Tábua de Mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Crescimento Real de Salários	1% ao ano	1% ao ano
Taxa de Desconto para o cálculo do Valor Presente das Obrigações	4,62% ao ano	5,04% ao ano
Taxa Esperada de Retorno dos Ativos dos Planos	4,62% ao ano	5,04% ao ano
Taxa de inflação	5,50% ao ano	5,50% ao ano

A movimentação líquida do passivo atuarial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está representada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**20.459**
(+) Provisão no exercício	92
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**20.551**
(+) Provisão no exercício	4.308
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**24.859**

A composição do valor presente das obrigações contratuais e valor justo dos ativos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está representada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Valor presente das obrigações contratuais	**(84.751)**	(80.413)
Valor justo dos ativos	**59.892**	59.862
Passivo atuarial líquido	**(24.859)**	(20.551)

22. Lucro por ação

a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações do exercício. São reduzidos do lucro atribuído aos acionistas da controladora quaisquer dividendos de ações preferencialistas e eventuais prêmios pagos na emissão de ações preferenciais durante o período.

	31 de dezembro de 2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico:			
Lucro do período	33.561	49.088	82.649
Denominador básico (em milhares de ações):			
Média ponderada do número de ações	5.514	8.065	13.579
Lucro líquido por ação - básico	**6,09**	**6,09**	**6,09**

	31 de dezembro de 2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico:			
Lucro do período	22.631	33.102	55.733
Denominador básico (em milhares de ações):			
Média ponderada do número de ações	5.514	8.065	13.579
Lucro líquido por ação - básico	**4,10**	**4,10**	**4,10**

b) Diluído

A Companhia não possui instrumento conversível em ações e opção de compra de ações. Dessa forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

23. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
		Reapresentado		Reapresentado
Mercado interno	**974.419**	817.984	**1.007.976**	855.374
Mercado externo	**88.918**	77.428	**88.918**	77.428
Impostos incidentes sobre vendas	**(298.713)**	(267.731)	**(301.329)**	(270.690)
Devoluções e abatimentos (a)	**(27.484)**	(24.038)	**(27.484)**	(24.038)
	737.140	**603.643**	**768.081**	**638.074**

(a) Os saldos de 31 de dezembro de 2017 estão sendo reapresentados, considerando os efeitos da adoção do novo pronunciamento técnico CPC 47/IFRS15, conforme Nota Explicativa nº 3 “acordos e verbas comerciais”.

24. Custo dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Mão de obra e energéticos	**(189.148)**	(151.615)	**(189.148)**	(151.615)
Matéria prima e material de embalagem	**(121.693)**	(107.365)	**(121.693)**	(107.365)
Depreciação e outros	**(93.336)**	(75.139)	**(107.410)**	(92.021)
	(404.177)	**(334.119)**	**(418.251)**	**(351.001)**

25. Despesas com vendas e administrativas

	Controladora		Consolidado	
Vendas	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
		Reapresentado		Reapresentado
Pessoal	**(43.237)**	(36.518)	**(44.970)**	(37.932)
Fretes	**(29.221)**	(24.001)	**(32.320)**	(27.228)
Promoção e propaganda (a)	**(6.551)**	(5.874)	**(7.399)**	(6.774)
Créditos incobráveis	**267**	50	**267**	50
Utilidades e serviços	**(31.666)**	(32.304)	**(34.904)**	(36.394)
	(110.408)	**(98.647)**	**(119.326)**	**(108.278)**
Gerais e administrativas				
Pessoal	**(66.519)**	(53.773)	**(67.410)**	(54.613)
Utilidades e serviços	**(25.034)**	(25.305)	**(25.858)**	(25.736)
	(91.553)	**(79.078)**	**(93.268)**	**(80.349)**

(a) Os saldos de 31 de dezembro de 2017 estão sendo reapresentados, considerando os efeitos da adoção do novo pronunciamento técnico CPC 47/IFRS15, conforme Nota Explicativa nº 3 “acordos e verbas comerciais”.

26. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Despesas financeiras				
Juros passivos	**(11.124)**	(14.639)	**(10.361)**	(11.352)
Variações cambiais e monetárias passivas	**(68.374)**	(27.324)	**(70.251)**	(27.800)
Despesas bancarias	**(555)**	(2.107)	**(836)**	(2.554)
Outras	**(7.393)**	(7.349)	**(7.393)**	(7.357)
	(87.446)	**(51.419)**	**(88.841)**	**(49.063)**
Receitas financeiras				
Juros ativos	**681**	731	**681**	335
Rendimentos de aplicações financeiras	**3.411**	1.237	**3.845**	1.817
Variações cambiais e monetárias ativas	**63.972**	26.055	**63.983**	26.071
Outras	**2.158**	1.606	**2.423**	1.606
	70.222	**29.629**	**70.932**	**29.829**
Resultado financeiro, líquido	**(17.224)**	**(21.790)**	**(17.909)**	**(19.234)**

27. Segmentos operacionais

	Consolidado			
	01/01/2018 a 31/12/2018			
	Utilidades domésticas	Embalagem	Imóveis e outros	Total
Receita operacional bruta	**954.515**	**103.959**	**38.420**	**1.096.894**
Deduções: Impostos, devoluções e abatimentos	(301.644)	(24.709)	(2.460)	(328.813)
Receita operacional líquida	**652.871**	**79.250**	**35.960**	**768.081**
Custo dos produtos vendidos	(349.271)	(53.235)	(15.745)	(418.251)
Lucro bruto	**303.600**	**26.015**	**20.215**	**349.830**
Despesas com vendas	(99.564)	(9.657)	(10.105)	(119.326)
Despesas administrativas	(82.561)	(8.992)	(1.715)	(93.268)
Outras receitas (despesas) operacionais e financeiras líquidas	(10.357)	(1.128)	(2.569)	(14.054)
IRPJ e CSLL - corrente e diferido, líquido	(33.247)	(3.621)	(2.089)	(38.957)
Lucro líquido do exercício	**77.871**	**2.617**	**3.737**	**84.225**
Lucro líquido do exercício atribuível aos controladores				**82.649**
Lucro líquido do exercício atribuível aos não controladores				**1.576**

	Consolidado			
	01/01/2017 a 31/12/2017 Reapresentado			
	Utilidades domésticas	Embalagem	Imóveis e outros	Total
Receita operacional bruta	**796.920**	**97.015**	**38.867**	**932.802**
Deduções: Impostos, devoluções e abatimentos	(266.646)	(25.133)	(2.949)	(294.728)
Receita operacional líquida	**530.274**	**71.882**	**35.918**	**638.074**
Custo dos produtos vendidos	(285.378)	(48.500)	(17.123)	(351.001)
Lucro bruto	**244.896**	**23.382**	**18.795**	**287.073**
Despesas com vendas	(87.943)	(10.704)	(9.631)	(108.278)
Despesas administrativas	(70.496)	(8.582)	(1.271)	(80.349)
Outras receitas (despesas) operacionais e financeiras líquidas	(12.151)	(1.479)	(1.612)	(15.242)
IRPJ e CSLL - corrente e diferido, líquido	(20.002)	(2.435)	(3.257)	(25.694)
Lucro líquido do exercício	**54.304**	**182**	**3.024**	**57.510**
Lucro do exercício atribuível aos controladores				**55.733**
Lucro líquido do exercício atribuível aos não controladores				**1.777**

28. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é apreciado pelo Conselho de Administração, se aprovado para operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

a) Política de gestão de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado, sendo os principais: (i) a volatilidade da taxa de câmbio; e (ii) a volatilidade da taxa de juros. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

b) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2018 e 2017 instrumentos derivativos para cobertura de riscos de taxas de juros.

c) Risco com taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam ou aumentem valores captados no mercado. Está demonstrada a seguir exposição, por moeda, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a qual considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa:

Valores denominados em milhares de dólares norte-americanos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber (i)				
Dólar norte-americano	3.640	4.078	4.418	5.939
Empréstimos e financiamentos (ii)				
Dólar norte-americano	(5.000)	(13.500)	(5.000)	(13.500)
Exposição líquida (i-ii):	(1.360)	(9.422)	(582)	(7.561)

A Companhia não possuía, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, instrumentos derivativos para cobertura de riscos de taxas de câmbio.

d) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas restringem a exposição à riscos de crédito associados à caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, efetuando investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

Com relação às contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição à riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e de análises de crédito contínua. Para fazer face às possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, foram constituídas provisões cujo montante é considerado suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais perdas na realização de contas a receber.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	15.391	8.399	16.599	10.702
Títulos e valores mobiliários	38.738	9.792	45.857	16.928
Contas a receber de clientes	156.747	141.809	159.769	147.881
Outros créditos	6.217	6.802	4.610	5.254
	217.093	**166.802**	**226.835**	**180.765**

Administração entende que não há risco de crédito significativo no qual a Companhia e suas controladas estão expostas, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

e) Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Companhia e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamento, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando risco de liquidez para a Companhia e controladas.

A seguir são apresentados os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Consolidado		31/12/2018
	Valor contábil	Até 1 ano	2 - 3 anos
Empréstimos e financiamentos	132.042	87.042	45.000
Fornecedores	52.345	52.345	-
Partes relacionadas	9.424	-	9.424
	193.811	139.387	54.424

	Consolidado		31/12/2017
	Valor contábil	Até 1 ano	2 - 3 anos
Empréstimos e financiamentos	125.559	100.559	25.000
Fornecedores	43.139	43.139	-
Partes relacionadas	8.892	-	8.892
	177.590	143.698	33.892

Não é esperado que fluxos de caixa apresentados anteriormente sejam antecipados.

f) Valor justo de instrumentos financeiros

(i) Cálculo do valor justo

Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Assim, as estimativas aqui apresentadas não são necessariamente indicativos dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas podem ter um efeito significativo nos valores justos estimados.

O valor justo foi estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontados, utilizando taxas anualmente disponíveis e/ou prazos semelhantes e remanescentes.

A seguir apresentamos a classificação e os principais valores contábeis e justos dos ativos e passivos e financeiros consolidados em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Consolidado		31/12/2018
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	16.599		16.599
Títulos e valores mobiliários	45.857	-	45.857
Contas a receber	-	159.769	159.769
Passivos			
Fornecedores	-	52.345	52.345
Empréstimos e financiamentos	-	132.042	132.042
Partes relacionadas	-	9.424	9.424

	Consolidado				31/12/2017
	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros disponíveis para venda	Custo Amortizado	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	10.702	-	-	10.702	10.702
Títulos e valores mobiliários		16.928	-	16.928	16.928
Contas a receber	147.881	-	-	147.881	147.881
Passivos					
Fornecedores	43.139	-	-	43.139	43.139
Empréstimos e financiamentos	-	-	125.559	125.559	125.559
Partes relacionadas	8.892	-	-	8.892	8.892

(ii) Hierarquia de valor justo:

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de um a três, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

Mensurações de valor justo de nível 1:
São obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Mensurações de valor justo de nível 2:
São obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços);

Mensurações de valor justo de nível 3:
São as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Os instrumentos financeiros mensurados a valor justo são como segue:

	Nível 2			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo: Títulos e valores mobiliários	38.738	9.792	45.857	16.928
	38.738	9.792	45.857	16.928

g) Risco de mercado

A Companhia dedica-se à produção e venda de produtos de utilidades domésticas e embalagens de vidros. Além dos riscos que afetam, de modo geral, a indústria, tais como interrupções de suprimentos e volatilidade do preço dos materiais, mudanças na demanda, greves e regulamentos ambientais, as atividades da Companhia são especificamente afetadas pelos seguintes riscos:

(i) A conjuntura econômica do Brasil, que pode prejudicar o crescimento do setor de consumo como um todo, por meio da desaceleração da economia, aumento dos juros, flutuação da moeda e instabilidade política, além de outros fatores.

(ii) Na hipótese de falência ou dificuldades financeiras significativas de um grande cliente, o setor como um todo pode ser prejudicado, o que poderia causar uma redução na demanda.

(iii) As margens de lucro da Companhia podem ser afetadas em virtude de aumento dos custos operacionais.

h) Análise de sensibilidade

A Administração identificou para cada tipo de instrumento financeiro a situação de variação nas taxas de câmbio e taxas de juros que podem gerar perda no ativo e/ou passivo que está sendo protegido.

Para cada exposição, a Administração definiu um cenário provável com base na informação disponível nas datas dos balanços patrimoniais, e definiu a variação de taxas de juros que considera os efeitos de uma elevação de 25% e 50% nas taxas de juros da economia e demais indexadores sensíveis à variações para ativos e passivos financeiros diretamente suscetíveis à oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado, para posições em aberto em 31 de dezembro de 2018.

Análise de sensibilidade			Consolidado
Instrumentos financeiros	Cenário Provável em 31/12/2018	Cenário de alta 25%	Cenário de alta 50%
Títulos e valores mobiliários	4.940	6.175	7.411
Empréstimos e financiamentos	(7.746)	(9.683)	(11.619)
	(2.806)	**(3.508)**	**(4.208)**

29. Transações que não afetam caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia procedeu com as seguintes transações que não afetaram caixa:

- Ajustes de conversão para moeda estrangeira (R$ 2.910 em 2018 e R$ 119 em 2017), controladora e consolidado;
- Constituição de reserva legal (R$ 4.132 em 2018 e R$ 2.787 em 2017);
- Constituição de reserva estatutária (R$ 8.265 em 2018 e R$ 5.573 em 2017);
- Declaração de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar no montante de R$ 21.058 em 2018, dos quais R$ 12.767 permanecem em aberto (controladora) e R$ 14.482 (consolidado) no citado exercício;
- Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a provisão para demandas judiciais não afetou caixa.

30. Seguros

Os valores segurados são determinados e contratados pela Administração em bases técnicas que contemplam o valor máximo passível de sinistro para a cobertura de eventuais perdas decorrentes com bens do ativo imobilizado, estoques e responsabilidade civil. A cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Em 31 de dezembro de 2018, o valor de cobertura de eventuais sinistros, por local segurado, montava em R$ 390.000 (R$ 370.000 em 31 de dezembro de 2017). O escopo de trabalho do nosso auditor independente não contempla a avaliação da suficiência da cobertura de nossos seguros.

* * *

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores 4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 5

2.3 - Outras Informações Relevantes 7

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 8

3.2 - Medições Não Contábeis 9

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 13

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 14

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 17

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 19

3.7 - Nível de Endividamento 20

3.8 - Obrigações 21

3.9 - Outras Informações Relevantes 22

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 23

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 59

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 62

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 67

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 69

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 70

4.7 - Outras Contingências Relevantes 72

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 74

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 75

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 84

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 87

5.4 - Programa de Integridade 89

5.5 - Alterações significativas 93

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 94

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 95

6.3 - Breve Histórico 96

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 99

6.6 - Outras Informações Relevantes 100

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 101

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 116

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 117

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 119

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 145

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 146

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 153

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 154

7.8 - Políticas Socioambientais 155

7.9 - Outras Informações Relevantes 156

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 157

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 158

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 159

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 160

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 161

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 162

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 163

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 168

9.2 - Outras Informações Relevantes 169

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 170

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 183

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 185

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 186

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 187

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 190

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 191

10.8 - Plano de Negócios 192

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 194

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 196

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 197

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 198

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 204

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 208

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 210

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 211

12.7/8 - Composição Dos Comitês 217

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 219

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 220

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 222

12.12 - Outras informações relevantes 223

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 224

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 229

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 233

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 235

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 238

13.6 - Opções em Aberto 240

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 241

13.8 - Precificação Das Ações/opções 242

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 244

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 245

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 246

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 247

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 248

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 249

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 250

13.16 - Outras Informações Relevantes 251

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 252

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 254

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 255

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 256

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 257

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 258

15.3 - Distribuição de Capital 260

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 261

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 262

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 263

15.7 - Principais Operações Societárias 264

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 266

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 267

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 270

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 271

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 273

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 274

17.2 - Aumentos do Capital Social 275

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 276

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 277

17.5 - Outras Informações Relevantes 278

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 279

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 280

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 282

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 283

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 285

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 286

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 287

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 288

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 289

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 290

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 291

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 292

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 293

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 300

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 301

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 302

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 303

20.2 - Outras Informações Relevantes 304

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 305

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 306

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 309

21.4 - Outras Informações Relevantes 310

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Patrício Taborda de Figueiredo**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Eron Martins**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Patrício Taborda de Figueiredo, brasileiro, casado, economista, portador do RG nº 4.450.803-4-IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 901.306.267-91, com endereço comercial na Avenida Zaki Narchi, nº 500, 3ª Torre, 5º andar, Vila Guilherme, São Paulo/SP, na qualidade de Diretor Presidente da **Nadir Figueiredo S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 61.067.161/0001-97, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Zaki Narchi, nº 500, 3ª Torre, 5º andar, Vila Guilherme, CEP 02029-000 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Patrício Taborda de Figueiredo
Diretor Presidente

- 2 -

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Eron Martins, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF sob o nº 018.356.057-45, portador do RG nº 09.160.268-0 – SECC/RJ, com endereço comercial na Avenida Zaki Narchi, nº 500, 3ª Torre, 5º andar, Vila Guilherme, São Paulo/SP, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **Nadir Figueiredo S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 61.067.161/0001-97, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Zaki Narchi, nº 500, 3ª Torre, 5º andar, Vila Guilherme, CEP 02029-000 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Eron Martins
Diretor de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente / Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os nossos atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2, respectivamente, deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1127-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Grant Thornton Auditores Independentes
CPF/CNPJ	10.830.108/0001-65
Data Início	04/05/2015
Descrição do serviço contratado	Os serviços contratados compreendem: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016, 2017,2018 e 2019; (ii) revisão das Informações Trimestrais de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2015, 2016, 2017,2018 e 2019; (iii) trabalho de procedimentos pré-acordados relacionados com a oferta pública inicial da Companhia; e (iv) emissão de relatório de asseguração sobre a compilação de informações financeiras pro forma para atendimento à Instrução CVM N.º 565 de 15 de junho de 2015 (base 31/03/19).
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Não houve o pagamento de remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.
Justificativa da substituição	A substituição foi realizada em atendimento ao disposto no artigo 31 da Instrução CVM nº 309/99.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Nelson Fernandes Barreto Filho	04/05/2015	044.310.248-16	Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 105, 12º andar, Cidade Monções, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04571-900, e-mail: nelson.barreto@br.gt.com

469

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Price Waterhouse Coopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Data Início	09/12/2020
Descrição do serviço contratado	Os serviços contratados compreendem: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, (ii) auditoria das informações contábeis de 30 de setembro de 2020, e (iii) laudo de avaliação de patrimônio líquido a valor contábil de controlada.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total da remuneração dos auditores independentes relativa aos serviços descritos acima prestados durante o exercício social de 2020 foi de R$ 535.000,00, divididos em: (i) R$ 360.000,00, (ii) R$ 140.000,00 e (iii) R$ 35.000,00.
Justificativa da substituição	Não houve substituição dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição dos auditores independentes.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Geovani da Silveira Fagunde	01/01/2020	715.354.386-49	Av. Francisco Matarazzo, 1400, 9º, 10º e do 13º ao 17º andar, Torre Torino, Água Branca, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05001-903, Telefone (11) 36742000, e-mail: geovani.fagunde@pwc.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 - Outras informações relevantes

Em atendimento ao disposto no artigo 31 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, conforme alterada, contratamos a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para realizar as atividades de auditoria independente das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Possuímos procedimentos internos específicos de pré-aprovação dos serviços contratados junto aos nossos auditores externos, visando a evitar conflito de interesse ou perda de objetividade de nossos auditores independentes, que se fundamentam em princípios que preservam a sua independência, nos termos do inciso III do artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03). Além disso, possuímos procedimentos internos que visam evitar transferências relevantes de serviços ou recursos entre os auditores e partes relacionadas com o emissor, conforme definidas na Deliberação CVM nº 642/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 05(R1).

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	142.594.000,00	318.756.000,00	398.698.000,00
Ativo Total	1.194.752.000,00	758.223.000,00	717.627.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	894.067.000,00	793.252.000,00	768.081.000,00
Resultado Bruto	425.325.000,00	326.400.000,00	349.830.000,00
Resultado Líquido	138.750.000,00	138.750.000,00	73.601.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	241.669.806	241.669.806	244.422.000
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	0,590000	0,590000	1,300000
Resultado Básico por Ação	0,570000	0,570000	0,300000
Resultado Diluído por Ação	0,57	0,57	0,30

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 - Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

(Em milhões de reais)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
EBITDA	273,61	168,30	174,86
Margem EBITDA	30,60%	21,22%	22,77%
ROIC	34,42%	18,20%	24,06%
FCO	260,04	34,70	98,64
Ticket Médio (BRL/tonelada)	6.138,62	5.652,36	5.288,87

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM 527/12.

O EBITDA sugere o patamar de geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não são medidas alternativas aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527/12.

ROIC

O Retorno sobre o Capital Investido, também conhecido como ROIC (*Return on Invested Capital* ou Retorno sobre o Capital Investido) é uma medida não contábil que é obtida pela divisão do Lucro Operacional antes do resultado financeiro (NOPAT) pelo Capital Investido. O capital investido por sua vez, é a somatória do ativo imobilizado e capital de giro. O capital de giro é obtido pela soma de contas a receber de clientes, estoques, tributos a recuperar e outros créditos, no ativo circulante, deduzidos de fornecedores, obrigações tributárias, obrigações trabalhistas, imposto de renda e contribuição social, passivo de arrendamento, e outras obrigações, no passivo circulante.

3.2 - Medições Não Contábeis

O ROIC não é uma medida reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e não possui um significado padrão, podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras sociedades.

FCO

O "Fluxo de Caixa Operacional" ("FCO ") é uma medida não contábil que é o Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, obtido a partir do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social deduzido das despesas não monetárias e das variações no capital de giro.

O FCO não é uma medida reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e não possui um significado padrão, podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras sociedades.

Ticket Médio

Ticket Médio é uma medida não contábil, que é obtida pela divisão da receita líquida de um período, pelo volume de vendas em toneladas.

O Ticket Médio não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e não possui um significado padrão, podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras sociedades.

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

(Em milhões de reais)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Resultado líquido do exercício	138.750	73.601	84.225
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	78.881	39.538	38.957
(+) Resultado financeiro, líquido	17.113	17.645	17.909
(+) Depreciação e amortização	38.862	37.516	33.771
EBITDA	**273.606**	**168.300**	**174.862**
Receita operacional líquida	894.067	793.252	768.081
Margem EBITDA	**30,60%**	**21,22%**	**22,77%**

3.2 - Medições Não Contábeis

(Em milhares de reais)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do Imposto de Renda	217.631	113.139	123.182
(+) Depreciação / Amortização	38.862	37.516	33.771
(+) Despesas de juros sobre empréstimos	16.536	10.109	10.361
(+) Provisão demandas judiciais	-169	-117	-3.411
(+) Provisão (reversão) para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	5.260	-839	-717
(+) Provisão (reversão) para perda estimada para estoques obsoletos	1.491	-720	-3.809
(+) Variações monetárias e cambiais líquidas	4.027	1.950	-3.948
(+) Participação de acionistas não controladores		484	-1.576
(+) Resultado do valor residual de baixa do ativo		161	442
Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais	**283.638**	**161.683**	**154.295**
Variação Capital de Giro	56005	-47139	-13230
(+) Imposto de Renda / CSLL Pago	-69824	-71126	-38957
(+) Juros Pagos	-9777	-8721	-3470
Fluxo de Caixa Operacional	***260.042***	***34.697***	***98.638***

(Em milhares de reais)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Receita Operacional Liquida	894.067	793.252	768.081
Toneladas Faturadas	145.646	140.340	145.226
Ticket Médio em Reais (1)	***6.138,62***	***5.652,36***	***5.288,87***

(1) Ticket Medio = Receita Operacional Liquida / Toneladas Faturadas

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA

A Companhia entende que o EBITDA é a medição mais apropriada para a correta compreensão do seu desempenho operacional porque mostra o resultado econômico-financeiro a partir das atividades diretamente ligadas ao seu objeto social e facilita a comparabilidade da sua performance ao longo dos anos, uma vez que corresponde a indicadores financeiros utilizados para avaliar seus resultados e financeiros e outros impactos. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA oferece aos investidores uma melhor compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações, sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

Margem EBITDA

A Companhia entende que a Margem EBITDA é a medição mais apropriada para apresentar corretamente a sua margem e resultado das suas operações. Demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos.

3.2 - Medições Não Contábeis

ROIC

O ROIC (*Return on Invested Capital* ou Retorno sobre o Capital Investido) é o lucro operacional antes do resultado financeiro dividido pelo capital investido total da Companhia, sendo o capital investido total calculado pela soma do capital de giro e o ativo imobilizado. A Companhia apresenta o ROIC como medida de retorno sobre o capital investido da Companhia, ou seja, considera remuneração sobre o capital empregado para as atividades da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do ROIC é útil para a medição do resultado e do retorno da Companhia em relação aos seus investimentos, sendo uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o seu desempenho operacional e sua produtividade, para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

FCO

A Companhia entende que o FCO é mais apropriada para a correta compreensão do resultado de suas operações, porque através da sua análise, os investidores podem avaliar como o caixa da Companhia está sendo gerado e utilizado através das atividades operacionais. A Companhia considera o FCO uma importante medida de desempenho financeiro que não é impactada pela sua estrutura de capital e atividades de investimento.

Ticket Médio

A Companhia apresenta o Ticket Médio como um indicador financeiro para poder avaliar o seu desempenho econômico-financeiro e estabelecer meios eficientes para aumentar as suas receitas. O ticket médio permite avaliar qual a evolução dos preços por tonelada vendida.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Seguem descritos abaixo os eventos subsequentes que constaram das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, cuja emissão foi autorizada em 3 de fevereiro de 2021:

Abertura do capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de fevereiro de 2021, foi aprovada a abertura do capital da Companhia e submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, Categoria "A", perante a CVM, nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7/12/2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480").

Desdobramento de ações ordinárias e aumento do limite do capital autorizado

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de fevereiro de 2021, foi aprovado o desdobramento de ações da Companhia na razão de 1 (uma) para 18 (dezoito) ações, passando o capital social da Companhia de 12.661.602 (doze milhões, seiscentas e sessenta e uma mil e seiscentas e duas) ações ordinárias a ser dividido em 227.908.836 (duzentos e vinte e sete milhões, novecentas e oito mil, oitocentas e trinta e seis) ações ordinárias. Adicionalmente, o capital autorizado da Companhia teve seu limite alterado para 450.000.000 ações.

Incorporação Reversa

Em 1º de fevereiro de 2021, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a incorporação reversa da Vidigal Participações S.A. ("Vidigal"), sociedade cujo capital era integralmente detido pelo Kilauea Brasil Partners II – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("Kilauea FIP"), pela Companhia. A operação consistiu na incorporação da totalidade do patrimônio líquido da Vidigal, a valor contábil, pela Companhia, dando causa à extinção da personalidade jurídica da incorporada e à sucessão, em todos os seus direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito, sem qualquer solução de continuidade, pela Companhia ("Incorporação"). Em razão da Incorporação, o Kilauea FIP passou a deter participação societária direta na Companhia, no total de 99,67% do capital social, que era anteriormente detida pela Vidigal.

O patrimônio líquido da Vidigal vertido para a Companhia foi avaliado conforme laudo de avaliação patrimonial contábil, elaborado para fins de incorporação por empresa independente especializada na data-base de 31 de dezembro de 2020. De acordo com o Laudo de Avaliação, o patrimônio líquido da Vidigal era de R$ 429.248.751,75. A Incorporação resultou em um aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 631.828,79, sem alteração do total de ações em que se divide o capital social da Companhia.

Segundo programa de outorga

Em 26 de janeiro de 2020 foi aprovado o segundo programa de outorga de opção de compra de ações no âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia concedendo autorização à Diretoria da Companhia para celebrar os respectivos contratos de outorga de ações.

Nova denominação

Em 1º de fevereiro de 2021 a denominação da Companhia foi alterada de "Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A." para "Nadir Figueiredo S.A.".

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
Regras sobre retenção de lucros	O estatuto social da Companhia em vigor no exercício social corrente prevê que até 5% do lucro líquido do exercício deve ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados na Lei nº 6.404/76. Ademais, prevê que, após a destinação à reserva legal, a Companhia poderá destinar até 75% do lucro líquido nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76 para a constituição da reserva de lucros estatutária, denominada "reserva para desenvolvimento e investimento", que terá por fim a aquisição de bens do ativo permanente ou em novos investimentos da sociedade, bem como preservação da integridade do patrimônio social e o reforço do capital, sendo certo que o saldo total de tal reserva não poderá ultrapassar o valor do capital social, quando somado ao saldo das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar.	O estatuto social da Companhia vigente à época previa que até 5% do lucro líquido do exercício deveria ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados na Lei nº 6.404/76. Ademais, a Companhia poderia destinar até 5% do lucro do exercício para a constituição da reserva de lucros estatutária, denominada "reserva para desenvolvimento", que terá por fim a aquisição de bens do ativo permanente ou em novos investimentos da sociedade.	O estatuto social da Companhia vigente à época previa que até 5% do lucro líquido do exercício deveria ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados na Lei nº 6.404/76. Ademais, a Companhia poderia destinar até 5% do lucro do exercício para a constituição da reserva de lucros estatutária, denominada "reserva para desenvolvimento", que terá por fim a aquisição de bens do ativo permanente ou em novos investimentos da sociedade.
Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia em vigor no exercício social corrente prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia vigente à época da destinação dos resultados desse exercício social previa que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia vigente à época da destinação dos resultados desse exercício social previa que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, declarar e pagar dividendos intercalares com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores (art. 51, §3º, c/c art. 29, inciso XIX, alínea a), intermediários, a conta de lucros ou reservas existentes no último balanço anual ou semestral (art. 51, §3º, c/c art. 29, inciso XIX, alínea b), bem como creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório (art. 51, §3º, c/c artigo 29, inciso XIX, alínea c).	Anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, declarar e pagar dividendos intercalares com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores (art. 28, §2º, c/c art. 12, inciso XIX, alínea a), intermediários, a conta de lucros ou reservas existentes no último balanço anual ou semestral (art. 12, inciso XIX, alínea b), bem como creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório (art. 28, §2º, c/c art. 12, inciso XIX, alínea c).	Anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, declarar e pagar dividendos intercalares com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores (art. 27, §1º, c/c art. 12, inciso XI, alínea a), intermediários, a conta de lucros ou reservas existentes no último balanço anual ou semestral (art. 27, §1º, c/c art. 12, inciso XI, alínea b), bem como creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório (art. 27, §1º, c/c art. 12, inciso XI, alínea c).
Regras sobre distribuição de dividendos	Restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia previstas na Escritura de Emissão de Debêntures e/ou nos Contratos de Garantia relacionados a Emissão de Debentures.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não havia restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não havia restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por decisões judiciais, administrativas ou arbitrais. No entanto, alguns dos contratos financeiros celebrados pela Companhia estabelecem restrições contratuais pelas quais o pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer tipo de participação de resultados acima do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, não é permitido caso a Companhia esteja em mora com as obrigações assumidas nos respectivos instrumentos e respectivos contratos de garantia. Para mais informações sobre as restrições, vide item 10.1.f deste Formulário de Referência.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por decisões judiciais, administrativas ou arbitrais. No entanto, alguns dos contratos financeiros celebrados pela Companhia estabelecem restrições contratuais pelas quais o pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer tipo de participação de resultados acima do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, não é permitido caso a Companhia esteja em mora com as obrigações assumidas nos respectivos instrumentos e respectivos contratos de garantia. Para mais informações sobre as restrições, vide item 10.1.f deste Formulário de Referência.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por decisões judiciais, administrativas ou arbitrais. No entanto, alguns dos contratos financeiros celebrados pela Companhia estabelecem restrições contratuais pelas quais o pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer tipo de participação de resultados acima do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, não é permitido caso a Companhia esteja em mora com as obrigações assumidas nos respectivos instrumentos e respectivos contratos de garantia. Para mais informações sobre as restrições, vide item 10.1.f deste Formulário de Referência.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possuía uma política específica de destinação de resultados formalmente aprovada à época da Assembleia Geral Ordinária de 2020.	A Companhia não possuía uma política específica de destinação de resultados formalmente aprovada à época da Assembleia Geral Ordinária de 2019.	A Companhia não possuía uma política específica de destinação de resultados formalmente aprovada à época da Assembleia Geral Ordinária de 2018.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado	5.613,00	70.381.000,00	78.516.514,44
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,253900	0,268200
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	0,119400	0,052800
Dividendo distribuído total	0,00	17.867,00	21.058,00
Lucro líquido retido	0,00	48.810,00	49.194,00
Data da aprovação da retenção		22/04/2020	22/04/2019

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária	0,00					
Dividendo Obrigatório						
Ordinária			6.518.369,33	20/05/2020	1.081.549,00	21/06/2019
Preferencial			9.535.209,23	20/05/2020	1.582.113,00	21/06/2019
Ordinária					150.461,00	08/03/2018
Preferencial					220.097,00	08/03/2018
Ordinária					150.461,00	01/04/2019
Preferencial					220.097,00	01/04/2019
Ordinária					2.220.407,00	25/04/2019
Preferencial					3.248.059,00	25/04/2019
Ordinária					1.081.549,00	20/05/2019
Preferencial					1.582.113,00	20/05/2019
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária			156.479,78	02/05/2019	177.014,00	02/04/2018
Preferencial			228.901,95	02/05/2019	258.940,00	02/04/2018
Ordinária			156.479,78	03/06/2019		
Preferencial			228.901,95	03/06/2019		
Ordinária			156.479,78	01/07/2019		
Preferencial			228.901,95	01/07/2019		
Ordinária			156.479,78	01/08/2019		
Preferencial			228.901,95	01/08/2019		
Ordinária					177.014,00	02/05/2018
Preferencial					258.940,00	02/05/2018
Ordinária					177.014,00	01/06/2018
Preferencial					258.940,00	01/06/2018
Ordinária					502.450,00	20/06/2018
Preferencial					734.994,00	20/06/2018
Ordinária					177.014,00	02/07/2018

Preferencial						258.940,00	02/07/2018
Ordinária						177.014,00	01/08/2018
Preferencial						258.940,00	01/08/2018
Ordinária						177.014,00	03/09/2018
Preferencial						258.940,00	03/09/2018
Ordinária						177.014,00	01/10/2018
Preferencial						258.940,00	01/10/2018
Ordinária						1.062.081,00	25/10/2018
Preferencial						1.553.634,00	25/10/2018
Ordinária						177.014,00	01/11/2018
Preferencial						258.940,00	01/11/2018
Ordinária						177.014,00	03/12/2018
Preferencial						258.940,00	03/12/2018
Ordinária						177.014,00	17/12/2018
Preferencial						258.940,00	17/12/2018
Ordinária						177.014,00	02/01/2019
Preferencial						258.940,00	02/01/2019
Ordinária						177.014,00	15/01/2019
Preferencial						258.940,00	15/01/2019
Ordinária						177.014,00	01/02/2019
Ordinária						258.940,00	01/02/2019

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos nem reservas constituídas em exercícios anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2020	1.052.157.552,00	Índice de Endividamento	88,07000000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		5.938.551,17	224.000.000,00	224.000.000,00	112.000.000,00	565.938.551,17
Financiamento	Quirografárias		84.267.315,33	25.000.000,00	0,00	0,00	109.267.315,33
Total			90.205.866,50	249.000.000,00	224.000.000,00	112.000.000,00	675.205.866,50

Observação

As informações referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2020.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 - Outras informações relevantes

Nos nossos contratos de dívidas, existem cláusulas de *"cross default*" e "*cross acceleration*", cujo descumprimento por nossa parte pode resultar na declaração de vencimento antecipado do saldo em aberto de determinada dívida, que, por sua vez, poderá constituir hipótese de vencimento antecipado de outras dívidas.

A administração da Companhia pretende submeter a aprovação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada no mês de março de 2021, proposta de declaração de dividendos no montante de R$ 12.000 mil, sendo que, deste valor, (i) R$ 6.105 mil serão relativos ao saldo excedente da reserva legal constituída em exercícios anteriores tendo em vista a redução de capital social aprovada em 6 de novembro de 2020, nos termos do art. 193 da Lei das S.A.; e (ii) R$ 5.895 mil serão declarados à conta do lucro líquido apurado no exercício social encerrado de 31 de dezembro de 2020 e dos saldos das demais reservas de lucros da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 - Descrições dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento referente a qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. As atividades, a reputação, a situação financeira, os resultados operacionais, o fluxo de caixa, a liquidez, a participação de mercado, as margens, as perspectivas, os setor de atuação, os valor de mercado de nossos valores mobiliários e/ou nossos negócios futuros poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir bem como em decorrência das informações contidas neste Formulários de Referência, nas nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão de qualquer desses riscos, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte ou a totalidade de seu investimento nos valores mobiliários de nossa emissão.

Os riscos descritos abaixo são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que conhecemos e que acreditamos que podem nos afetar adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente por nós ou que consideramos irrelevantes na data deste Formulário de Referência, também poderão nos afetar adversamente de forma relevante.

Para fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o indicar, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter, ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para nós, ou expressões similares, significam que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nas atividades, reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros, bem como no preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão deste item "4.1. Fatores de Risco" e do item "4.2. Riscos de Mercado", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens deste item "4.1. Fatores de Risco" e do item "4.2. Riscos de Mercado".

Antes de tomar qualquer decisão de investimento referente a qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados a seguir e as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

Os termos "nós", "nosso", "Companhia" ou "Nadir Figueiredo", quando utilizados nesta seção do Formulário de Referência, referem-se ou significam, conforme o caso, à Nadir Figuereido S.A." e nossas controladas em conjunto, exceto se expressamente indicado de forma diferente

(a) ao emissor

A extensão da pandemia da COVID-19, a percepção de seus efeitos e a forma como a pandemia afetará nossos negócios dependem de eventos futuros, que são incertos e imprevisíveis, assim como seus possíveis desdobramentos e consequências, e podem afetar material e adversamente nossos negócios, condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar a operar nossos negócios.

Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como aqueles provocados pelo zika vírus, pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), pela febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), pela síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e pela síndrome respiratória aguda grave (SARS), afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") declarou a pandemia da COVID-19, doença causada por um novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, tal declaração significou o

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

A pandemia da COVID-19 demandou medidas restritivas por parte de autoridades governamentais mundiais, com o objetivo de proteger a população, resultando em restrições no fluxo de pessoas (incluindo quarentena e *lockdown*, e limitações a viagens e à utilização de transportes públicos), no fechamento prolongado de locais de trabalho, em interrupções na cadeia de suprimentos, no fechamento do comércio e na redução generalizada de consumo. No Brasil, estados e municípios, incluindo as localidades em que nós operamos, adotaram as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde para controlar a propagação da doença, como isolamento social e consequente restrição à circulação, que resultaram no fechamento ou na imposição de restrições de funcionamento de restaurantes, bares, hotéis, shopping centers, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. Considerando que os nossos produtos são destinados aos referidos estabelecimentos, caso as suas atividades não sejam retomadas de forma plena por conta da pandemia da COVID-19 ou caso esses estabelecimentos continuem operando com restrições de funcionamento, os nossos resultados de operações e nossa condição financeira podem ser adversamente afetados.

Além disso, como resultado de eventual desaceleração econômica no Brasil, decorrente das medidas tomadas em atenção à pandemia da COVID-19, nossos clientes e fornecedores podem vir a solicitar a renegociação de acordos existentes, com possível aumento de inadimplência e, portanto, afetar adversamente nossos resultados de operações e nossa condição financeira.

A pandemia pode, também, em análise extensiva, causar perturbações materiais em nossos negócios e operações no futuro como resultado de, por exemplo, quarentenas, absenteísmo do trabalhador como resultado de doença ou outros fatores como medidas de distanciamento social, restrições relacionadas à locomoção, ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa de nossa força de trabalho não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença, ou restrições governamentais relacionadas à locomoção motivadas pela pandemia, nossas operações podem ser adversamente afetadas. Um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar nossos riscos operacionais, incluindo, mas não limitado a riscos de segurança cibernética, o que pode prejudicar a nossa capacidade de gerenciar e operar nossos negócios, além do aumento de rotatividade (*turnover*) e afastamento de colaboradores em consequência de impactos à saúde mental.

O alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 sobre nossos negócios e resultados operacionais depende dos desdobramentos futuros, inclusive a duração e a disseminação da pandemia, que são incertos e imprevisíveis, especialmente no Brasil, de seu impacto sobre os mercados de capitais e financeiro e qualquer nova informação, hoje desconhecida, sobre a gravidade do vírus, de sua disseminação para outras regiões, das ações tomadas para contê-la, entre outras. No contexto da recessão econômica no Brasil causada pela pandemia da COVID-19, também podemos enfrentar dificuldades na obtenção de novos financiamentos de instituições financeiras, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos covenants financeiros aos quais estamos sujeitos de acordo com nossos contratos de financiamento. Se nossos negócios não gerarem fluxos de caixa operacionais suficientes, ou outros recursos não estiverem disponíveis para nós por meio de empréstimos através das linhas de crédito ou de outras fontes, podemos não conseguir cobrir nossas despesas, cumprir nossas obrigações com terceiros (inclusive fornecedores), investir no crescimento do nosso negócio, responder aos desafios competitivos ou atender outras necessidades de liquidez e capital, o que pode prejudicar nossos negócios.

Não temos conhecimento de eventos comparáveis que possam fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação da COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final do surto da COVID-19 é incerto.

Por fim, mesmo após a diminuição do surto da COVID-19, uma recessão e/ou desaceleração econômica, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo; (ii) receio dos consumidores e (iii) aumento do inadimplemento dos clientes e fornecedores.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Não podemos garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, não podemos garantir que seremos capazes de impedir um impacto negativo em nossos negócios de dimensão igual ou superior ao impacto provocado pela pandemia da COVID-19.

O impacto da pandemia da COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos discutidos neste Formulário de Referência. Para mais informações sobre os impactos da pandemia da COVID-19 em nossos negócios e resultados, ver o item 10.9 deste Formulário de Referência.

A impossibilidade de implementar com sucesso nossa estratégia de crescimento orgânico e inorgânico poderá nos afetar adversamente.

Nosso plano de crescimento depende de diversos fatores que estão fora de nosso controle, tais como o crescimento da demanda por utilidades domésticas no país e exterior - sobretudo nas regiões e segmentos em que desejamos crescer; disponibilidade de materiais a preços e prazos acessíveis; aderência de nosso portfólio de produtos às expectativas de nossos clientes; expansão do novo canal de venda online direto para os consumidores; fatores macroeconômicos que impactem o poder de compra de pessoas físicas e operações de pessoas jurídicas; variações cambiais relevantes; potenciais riscos na implementação de novas tecnologias; bem como interesse e disponibilidade dos potenciais alvos de aquisições.

Neste sentido, não podemos assegurar que a nossa capacidade de gerenciamento de crescimento será bem-sucedida ou que não interferirá adversamente na estrutura já existente. Caso não sejamos capazes de gerenciar nosso crescimento de forma satisfatória, poderemos não atingir os níveis de crescimento e retorno esperados, bem como perder nossa posição no mercado, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre nossa condição financeira, resultados operacionais e o valor de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão.

A depender das estratégias definidas, podemos realizar novas aquisições e parcerias e, desta forma, estarmos sujeitos a riscos relativos a essas transações. No âmbito de nossas aquisições, podemos enfrentar um passivo contingente relativo a, entre outras, questões cíveis, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e questões de propriedade intelectual, bem como questões regulatórias e ambientais, não identificadas em um processo de *due diligence* ou cujo processo de *due diligence* não tenha capturado seu total impacto. Ademais, nossas aquisições podem sofrer *write-offs* de ativos e constituição de passivos *off-balance sheet* resultantes em perdas de capital de giro e ativos fixos, ambos riscos não identificados em um processo *de due diligence* ou cujo processo de *due diligence* não tenha capturado seu total impacto.

Decisões desfavoráveis ou a impossibilidade de se realizarem depósitos judiciais ou de se prestarem ou oferecerem garantias em atuais e futuros processos, judiciais, administrativos ou arbitrais envolvendo a nossa Companhia e/ou nossos administradores podem nos afetar adversamente.

Nós e nossos administradores somos e poderemos ser, no futuro, partes em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais relevantes, seja em matéria cível, tributária, administrativa, trabalhista, societária, regulatória, ambiental, criminal, dentre outras. Não podemos garantir que os resultados destes processos nos serão favoráveis ou serão favoráveis aos membros de nossa administração, ou, ainda, que constituiremos e/ou manteremos provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes desses processos. Além disso, nós e nossos administradores, conforme o caso, incorreremos em custos com honorários advocatícios para o patrocínio desses processos, além de podermos ser obrigados a oferecer garantias ou sofrermos constrições em tais processos, o que poderá reduzir nossa liquidez e afetar nossa condição financeira. Para mais informações, ver os itens 4.3. a 4.7 deste Formulário de Referência.

Ademais, eventuais limitações de cobertura nos seguros de responsabilidade civil (D&O) que contratamos em benefício de nossos administradores podem resultar em um nível de exposição maior dos administradores aos riscos. Para mais informações, ver o item 12.11 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Por fim, o nosso envolvimento ou de nossos administradores em processos que causem dano à nossa imagem, ou decisões contrárias aos nossos interesses, incluindo decisões que impeçam a realização dos nossos negócios como inicialmente planejados, afastamento de administradores, bem como de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública, podem nos causar um efeito adverso relevante, inclusive à nossa reputação.

A perda de pessoas chave de nossa administração ou a inabilidade de atrair ou reter pessoas chave qualificadas poderá ter efeito adverso nas operações.

As nossas operações são dependentes de alguns membros da nossa administração, especialmente com relação à definição e à implementação de nossas estratégias e desenvolvimento de nossas operações. Estamos sujeitos ao risco de que tais pessoas chave deixem de integrar o nosso quadro de colaboradores. Nesse caso, poderemos enfrentar dificuldades para a contratação de novas pessoas chave com qualificação equivalente. Para que tenhamos capacidade de reter essas pessoas chave em nosso quadro de colaboradores, poderá ser necessária alteração substancial na nossa política de remuneração para lidar com o risco de perda de pessoas chave (seja para retenção ou reposição de tais cargos), o que poderá acarretar aumento nos nossos custos.

Não há garantia de que seremos bem-sucedidos em atrair ou reter pessoas chave para nossa administração. Caso qualquer dessas pessoas chave da nossa administração deixe de exercer suas atuais atividades por qualquer motivo, poderemos sofrer um impacto adverso relevante em nossas operações, o que poderá afetar nossos resultados e condição financeira.

Futuros e eventuais* recalls *(recolhimento de produtos) ou problemas relacionados ao consumo e segurança dos nossos produtos poderão afetar negativamente os nossos negócios.

Podemos ser obrigados a recolher nossos produtos caso estejam impróprios para consumo. Podemos ser obrigados a pagar indenizações ou multas de valor significativo nas jurisdições em que os nossos produtos são vendidos, se o consumo de qualquer um dos nossos produtos ameaçar ou efetivamente causar danos ao consumidor. Se nossos produtos forem impróprios para uso, podemos ser compelidos a recolher os produtos afetados, a responder administrativa e judicialmente e a lidar com a repercussão na mídia, o que pode afetar de forma adversa relevante os nossos negócios, resultados operacionais e reputação.

Qualquer risco para a saúde, real ou potencial, que esteja associado aos nossos produtos, inclusive publicidade negativa sobre os riscos à saúde decorrentes do consumo de nossos produtos, podem causar a perda de confiança por parte dos nossos clientes.

Nossas vendas e níveis de estoque flutuam sazonalmente, o que pode prejudicar nossos resultados.

Estamos sujeitos a flutuações sazonais em nossas vendas líquidas e resultados operacionais que podem variar ao longo do ano, em função de eventos de calendário. As nossas vendas são historicamente maiores nos dois meses anteriores ao dia das mães e no terceiro quadrimestre de cada exercício social devido ao aumento das vendas durante o período de compras da *Black Friday* e Natal e qualquer desaquecimento econômico, interrupção de nossos negócios, de nossos fornecedores ou outras circunstâncias que afetem adversamente a atividade econômica nestes períodos no futuro, poderá causar um efeito adverso significativo sobre a nossa condição financeira e nosso resultado operacional.

Adicionalmente, para se preparar para a estação de compras do final de ano, devemos comprar e manter em estoque uma quantidade de mercadorias consideravelmente maior do que aquela mantida durante outros períodos do ano. Qualquer diminuição não prevista ou previsão equivocada da demanda por nossos produtos durante esta época de pico de compras poderia compelir a venda do estoque excedente a um preço substancialmente menor ou até mesmo com margens inadequadas, o que poderia afetar de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

maneira adversa nosso resultado operacional e situação financeira. Tais flutuações no nosso resultado operacional e situação financeira podem afetar o valor de mercado de nossas ações.

Os nossos resultados operacionais também poderão variar significativamente ao longo de cada exercício social em consequência de outros fatores, incluindo, o momento da apresentação e publicidade de novos produtos e alterações na variedade de produtos, bem como as datas de determinados feriados (por exemplo, o Carnaval). Como resultado de tais flutuações sazonais e trimestrais, a comparação entre nossas informações trimestrais intermediárias e/ou entre nossas demonstrações financeiras podem não representar a realidade de maneira exata e válida, podendo, assim, não corresponder às expectativas dos investidores e analistas de mercado, e isso poderá afetar negativamente o preço de nossas ações.

Riscos relativos a não obtenção ou a não renovação de licenças podem impactar as nossas atividades.

A ocupação de imóveis operacionais e/ou sedes administrativas por nós está sujeita à obtenção de licenças junto aos órgãos municipais (alvará de licença para uso e funcionamento) e aos departamentos de corpos de bombeiros responsáveis, na forma prevista na legislação aplicável, as quais devem ser tempestivamente obtidas e renovadas por nós e/ou pelos locadores dos contratos em que figuramos como locatários. Não podemos assegurar que a obtenção ou renovação dessas licenças ocorrerá dentro do cronograma previsto.

A falta de uma dessas licenças, indeferimento da sua obtenção ou não renovação tempestiva pode implicar em penalidades que variam desde a aplicação de multas ou, conforme o caso, até a suspensão ou o encerramento das atividades realizadas no respectivo imóvel. A imposição dessas penalidades, em especial, o fechamento de unidades, poderá ter um efeito adverso em nossos resultados e negócios. Ainda, a interrupção na operação de uma fábrica por falta de licenças pode prejudicar a capacidade de produzir e distribuir mercadorias, o que pode resultar na queda nas vendas e afetar adversamente nossos resultados.

Além disso, os nossos imóveis operacionais e/ou sedes administrativas precisam atender as regras da vigilância sanitária, em especial a obtenção de alvará sanitário e manter as suas instalações em condições higiênicas sanitárias apropriadas, sendo que o não cumprimento das legislações sanitárias podem ocasionar em advertência, multa (de R$2.000,00 até R$3.000.000,00), apreensão, inutilização ou interdição do produto, suspensão das vendas e/ou de fabricação de produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, proibição ou suspensão de propaganda ou cancelamento da licença sanitária.

Podemos falhar em cumprir nossas políticas de compliance e a legislação antifraude, anticorrupção, contra lavagem de dinheiro e antitruste, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes sobre nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais, nossa imagem e sobre a cotação de nossos valores mobiliários.

Estamos sujeitos às leis antifraude, anticorrupção, contra lavagem de dinheiro, antitruste e a outras leis e regulamentos internacionais. Somos obrigados a cumprir leis e regulamentos brasileiros e de outras jurisdições para as quais realizamos exportações. Em particular, estamos sujeitos à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ("Lei Anticorrupção"), à Lei Americana Anticorrupção no Exterior de 1977 ("FCPA"), à Lei de Suborno do Reino Unido de 2010, à Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, à Lei 12.529, de 30 de novembro de 2011, entre outras.

A Lei Anticorrupção introduziu o conceito de responsabilidade objetiva, nos âmbitos administrativo e cível, para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas. Conforme a Lei Anticorrupção, as empresas que forem consideradas culpadas por atos de corrupção poderão ser sujeitas a multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação. Adicionalmente, violações à Lei Anticorrupção ou a outras leis e regulamentos anticorrupção nacionais ou internacionais também podem levar a outras penalidades nas esferas administrativa, cível e penal, tais como (i) reparação

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

integral dos danos causados; (ii) publicação extraordinária da decisão condenatória; (iii) perdimento de bens, direitos ou valores relacionados à vantagem ilícita; (iv) perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da nossa Companhia; (v) proibição ou suspensão das nossas atividades; (vi) dissolução compulsória da nossa Companhia; (vii) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública; e/ou (viii) responsabilização individual criminal dos membros da sua administração, funcionários e representantes, além de danos à nossa reputação ou outras consequências legais, causando um efeito adverso relevante em nossos negócios, resultados de operações e condição financeira.

Não podemos garantir que nossas políticas e nossos procedimentos internos serão suficientes para impedirmos ou detectarmos todas as práticas impróprias ou ilegais, incluindo fraudes ou violações da lei, das políticas e/ou dos procedimentos internos por parte de nossos funcionários, diretores, executivos, parceiros, fornecedores, distribuidores, prestadores de serviços e terceiros agindo em nosso nome. Não podemos garantir que tais pessoas não tomarão ações que violem as políticas e os procedimentos (ou que de outra forma violem as leis antifraude, anticorrupção e outras leis e regulamentos aplicáveis) pelas quais nós possamos ser responsabilizados. Tampouco podemos assegurar que a existência de nosso Departamento Jurídico, de nossa área de Riscos e *Compliance* e de nossas políticas e procedimentos internos será suficiente e/ou efetiva para evitar os riscos aqui descritos, ou ainda, se sua existência será levada em consideração pelas autoridades brasileiras na aplicação de sanções, nos termos da Lei Anticorrupção.

As violações às leis e à regulamentação antifraude, anticorrupção, antitruste ou a quaisquer leis ou normas sobre o comércio podem ter um efeito adverso relevante em nossos negócios, reputação, marca, preços de venda, resultados operacionais e condição financeira, inclusive podendo resultar no fechamento de mercados internacionais. Podemos estar sujeitos a uma ou mais investigações, processos ou medidas restritivas impostas pelas autoridades, nas esferas administrativa, cível e penal, por alegada violação dessas leis, sujeitando-nos às sanções citadas acima.

Falhas nos nossos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos poderão afetar adversamente os nossos negócios.

As nossas políticas e os procedimentos para identificar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou não ser suficientes contra riscos desconhecidos ou que poderão ser significativamente maiores do que aqueles indicados pelas medidas históricas que utilizamos. Outros métodos de gerenciamento de riscos que dependem da avaliação de informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados. As informações em que nos baseamos ou utilizamos em modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre os nossos negócios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos nossos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo nos nossos negócios.

O uso não autorizado de nossos ativos de propriedade intelectual por terceiros ou a perda de direitos relacionados a nossa propriedade intelectual, poderá ter um impacto negativo nos nossos resultados operacionais.

Somos titulares de direitos de propriedade intelectual, registrados no Brasil e no exterior. A capacidade de competirmos no mercado nacional e internacional é influenciada pelos direitos oriundos de nossos logotipos, patentes, marcas e outros ativos de propriedade intelectual.

Eventos como o indeferimento definitivo de nossos pedidos de registro de marcas e patentes perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI") ou perante órgãos de registro de propriedade industrial no exterior, o uso não autorizado ou indevido de nossas marcas e patentes por terceiros ou, ainda, o eventual reconhecimento de nulidade administrativa de nossos registros de marca e patentes pode diminuir o valor de nossos ativos de propriedade intelectual, afetando adversamente nossos negócios ou nossa reputação e causando um declínio em nossas vendas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, podemos não conseguir renovar o registro de alguma marca ou patente em tempo hábil ou nossos concorrentes podem contestar o uso de quaisquer de nossos ativos registrados ou futuramente solicitados ou licenciados pela Companhia no Brasil e no exterior, uma vez que os países em que atuamos dispõem de diferentes normas de propriedade industrial com diferentes requisitos e prazos. Nestes casos, ações judiciais podem ser necessárias para garantir os nossos direitos de propriedade intelectual. Caso, nessas ações, os nossos direitos não sejam assegurados, poderemos sofrer efeitos adversos relevantes sobre nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais e fluxo de caixa.

Nesse sentido, cabe ressaltar que o monitoramento de uso indevido ou não autorizado de nossos ativos de propriedade intelectual registrados demanda esforços significativos (inclusive financeiros) e, ainda assim, não podemos garantir que terceiros não tenham registrado ou adquirido direitos de propriedade intelectual idênticos ou muito semelhantes aos registrados pela Companhia nas jurisdições em que atua e que atendam ao mesmo público consumidor que o nosso.

Além disso, terceiros podem alegar que nossa propriedade intelectual e/ou atividade comercial infringem a sua propriedade intelectual ou seus direitos de propriedade. Qualquer litígio a esse respeito poder ser dispendioso em termos de tempo e recursos financeiros, independentemente do mérito tratado e de seu resultado. Se não obtivermos êxito na defesa em tais litígios ou na celebração de acordos, poderemos ser obrigados a pagar indenizações, sofrer restrições de uso de determinados ativos de propriedade intelectual e/ou celebrar contratos de licença em termos desfavoráveis a nós.

Ademais, poderemos ser obrigados a reformular ou remodelar nossos produtos de forma a evitar ou cessar infrações, o que poderá resultar em custos significativos em determinados mercados. Assim, qualquer disputa ou litígio relacionados a ativos de propriedade intelectual pode ser oneroso, representando impactos adversos relevantes em nossos negócios, reputação, posição financeira, resultado de operações e fluxos de caixa.

Podemos sofrer com obsolescência, ruptura e furto de nosso estoque, o que pode afetar nossas operações de forma adversa.

Utilizamos nossos armazéns para armazenagem dos produtos que deverão ser entregues aos nossos clientes. Caso o estoque seja superdimensionado, os produtos podem demorar mais tempo para serem vendidos e eventualmente serem descontinuados. Adicionalmente, caso o manejo dos produtos seja inadequado, poderá haver avaria e quebra, ocasionando perdas de estoques ou comprometendo a sua qualidade. Finalmente, a falha de segurança pode elevar o risco de furtos ou roubos em nossos estoques, lojas e carregamentos, o que ocasionará na fabricação de outros produtos em substituição. Na eventual ocorrência de qualquer um dos eventos mencionados ou outros semelhantes, nossas operações poderão ser afetadas e podemos sofrer um impacto negativo nos nossos resultados operacionais.

Nossas vendas dependem em parte da eficácia de nossos programas de propaganda e marketing, de modo que caso não sejam bem concebidos, planejados e executados, nossas vendas podem sofrer um impacto negativo.

As nossas vendas dependem de nossa habilidade de prever, identificar e interpretar os gostos e preferências de nossos consumidores e decidirmos sobre a mensagem publicitária e sobre os meios de comunicação adequados para atingi-los. Caso as nossas atividades de propaganda e marketing não sejam bem concebidas, planejadas e executadas, nossas vendas podem ser impactadas.

Além disso, nossas vendas poderão ser adversamente afetadas pela dificuldade na identificação das mudanças de comportamento e preferência de nossos consumidores, datas sazonais e situação socioeconômica do país, o que poderá afetar adversamente os nossos resultados financeiros e operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Dependemos do sistema de transporte e de infraestrutura das cidades para que nossos produtos cheguem a lojas de departamentos, hipermercados, supermercados, bares, restaurantes, hotéis, entre outros.

A maior parte dos nossos produtos é destinada a lojas de departamentos, varejistas, hipermercados, supermercados, distribuidores, bares, hotéis, restaurantes e domicilio de consumidores entre outros, sendo a nossa planta em Suzano o início da rota de entrega.

O sistema de transporte e infraestrutura no Brasil está em desenvolvimento e necessita de melhorias para que possa funcionar de maneira eficiente e atender aos nossos negócios. Dependemos de serviços de transporte e logística rápidos e eficientes para entregar matéria prima às nossas instalações de produção e distribuir os nossos produtos. Quaisquer interrupções ou reduções significativas no uso da infraestrutura de transportes ou em suas operações nas cidades onde atuamos, resultantes, por exemplo, de desastres naturais, incêndios, acidentes, falhas em sistemas, greves, restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a pandemia de COVID-19) ou quaisquer outras causas inesperadas podem atrasar ou afetar a nossa capacidade de distribuir mercadorias e ocasionar queda em nossas vendas, o que poderá impactar negativamente nossos resultados financeiros e operacionais. Além disso, estamos sujeitos a paradas e bloqueios de rodovias e outras vias públicas, como foi o caso da greve nacional de caminhoneiros iniciada em 21 maio de 2018, em todas as regiões do Brasil, por conta dos aumentos nos preços dos combustíveis, interrompeu a cadeia de fornecimento de várias indústrias em todo o país e afetou materialmente o funcionamento regular dos portos por onde os nossos produtos são exportados. Não há garantia de que os caminhoneiros não realizarão novas greves no Brasil, de que o Governo Federal ou qualquer outra parte relevante poderá atender às demandas dos caminhoneiros de maneira considerada por eles satisfatória ou de que eventual greve não será prejudicial à cadeia de suprimentos ou à operação de nossas instalações de produção.

Qualquer outra redução na confiança ou disponibilidade de serviços de transporte ou logística ou um aumento significativo nas taxas de serviço de transporte, incluindo, entre outros riscos, inundações em portos, incêndios em armazéns ou greves de trabalhadores, poderá prejudicar o regular funcionamento da nossa cadeia de fornecimento e, consequentemente, a nossa capacidade de entregar os produtos aos clientes de maneira econômica. Qualquer interrupção nos serviços de transporte ou logística de que dependemos poderá ter um impacto adverso relevante em nossos resultados operacionais e condição financeira.

Ainda, a nossa rede de distribuição é sensível à flutuação dos preços do petróleo, e qualquer aumento no preço, interrupção do fornecimento ou falta de combustível poderá resultar no aumento dos custos de frete e afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais. Além disso, caso normas rigorosas para combater o trânsito de rua sejam promulgadas nas localidades em que atuamos, impondo restrições adicionais à entrega de produtos para nossos clientes, a nossa capacidade de distribuir produtos em tempo hábil poderá ser afetada. Ademais, um aumento geral no trânsito de rua também pode afetar a nossa capacidade de distribuir produtos.

Por fim, os colaboradores que trabalham na nossa sede localizada em área próxima à rota de aeroporto podem ser atingidos por eventuais acidentes. A nossa sede administrativa principal está localizada em área próxima a rota de aeroporto para aeronaves de pequeno porte. Um eventual acidente, incêndio ou outro evento adverso pode atingir os colaboradores que trabalham nesse local, em especial os times de marketing, comercial e a diretoria, levando a interrupções significativas ou redução das nossas atividades.

Podemos ter dificuldades em manter o volume de nossas vendas, o que pode nos causar um efeito adverso.

Os principais fatores que podem impactar o volume de nossas vendas são, sem prejuízo de outros também relevantes: (i) a capacidade de prever e responder às novas tendências de consumo em tempo hábil; (ii) a capacidade de atrair novos clientes e manter os atuais; (iii) a confiança dos clientes; (iv) mudanças em nossas políticas de propaganda e *marketing*; e (v) concorrência. A depender de tais variáveis, a performance de nossas vendas pode não apresentar um crescimento contínuo ou

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

pode diminuir em períodos futuros, o que pode impactar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

Podemos não ser capazes de cumprir as cláusulas restritivas (covenants) impostas em nossos contratos de financiamento, o que poderá configurar um evento de vencimento antecipado de determinados contratos financeiros e, consequentemente, afetar adversamente a Companhia.

Possuímos cláusulas restritivas (*covenants*) existentes em nossos contratos de dívidas, com base em determinados aspectos não financeiros (obrigações) e cláusulas de vencimento antecipado, nos casos de alteração de controle, recuperação judicial, reorganização societária, entre outros, bem como cláusulas restritivas à capacidade de endividamento (*covenants* financeiros).

Qualquer inadimplemento dos termos de tais contratos poderá resultar na decisão dos respectivos credores em declarar o vencimento antecipado do saldo devedor das respectivas dívidas e/ou resultar no inadimplemento e/ou vencimento antecipado de outros contratos financeiros, o que pode afetar a nossa capacidade em honrar nossos compromissos e acarretar um impacto adverso relevante nos nossos negócios e em nossa situação financeira. Ainda, certas condições econômicas, financeiras e setoriais que independem do nosso controle, além de outros riscos relacionados ao desenvolvimento de nossas atividades, podem impactar adversamente nosso fluxo de caixa operacional e/ou, nossos resultados operacionais, com eventual impacto em nossa capacidade de cumprir com os *covenants* financeiros, bem como outras obrigações pecuniárias contidas nos nossos contratos de financiamento.

Caso (i) não sejamos capazes de obter *waivers* ou aprovações necessárias de nossos credores com relação aos contratos que eventualmente sejam inadimplidos; ou (ii) não tenhamos recursos suficientes para pagar nossas dívidas tempestivamente, o que poderá ocorrer por diversas razões que afetem adversamente nossa situação econômico-financeira, poderá ser declarado o vencimento antecipado dos nossos contratos de financiamento devido à existência de cláusulas de *cross default* e/ou de *cross acceleration*. Para mais informações, ver Seção 10.1.f deste Formulário de Referência.

Caso parte relevante ou todos os nossos contratos financeiros sejam vencidos antecipadamente nossa situação financeira e, consequentemente, nossa capacidade de pagamento de dívidas será afetada de forma material e adversa, podendo até mesmo resultar em nossa insolvência. Adicionalmente, podemos enfrentar dificuldades ou limitações no acesso a novas linhas de financiamento, o que pode prejudicar a execução de nosso plano de investimentos, afetando de forma material e adversa nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

O nosso nível de alavancagem pode afetar adversamente nossa capacidade de refinanciar nosso endividamento existente ou captar recursos adicionais para financiar nossas operações, limitar nossa capacidade de reagir a mudanças na economia ou no nosso setor de atuação e nos impedir de cumprir com nossas obrigações previstas em nossos instrumentos de dívida.

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso saldo da Dívida Líquida consolidada era de R$ 330,2 milhões. Para mais informações sobre o nosso endividamento, vide item 10.1, alíneas (d), (e) e (f), deste Formulário de Referência. A nossa alavancagem pode apresentar consequências relevantes, incluindo:

- aumento da nossa vulnerabilidade a desacelerações ou mudanças adversas em geral nas condições econômicas, setoriais ou competitivas e mudanças adversas na regulamentação governamental;
- redução da nossa capacidade de utilizar nossos fluxos de caixa para financiar nossas operações, despesas de capital e oportunidades futuras de negócio, em razão de nossa necessidade de dedicar parcela substancial de nossos fluxos de caixa das atividades operacionais ao pagamento de principal e juros remuneratórios de nosso endividamento;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- exposição a riscos associados ao aumento das taxas de juros, na medida em que a maioria de nossos empréstimos e financiamentos é contratada a taxas de juros flutuantes;
- limitação da nossa capacidade de realizar aquisições estratégicas ou necessidade de realizar desinvestimentos estratégicos e/ou não estratégicos;
- limitação da nossa capacidade de obter financiamento adicional para, entre outros, capital de giro, despesas de capital, recompras de ações, desenvolvimento de produtos e serviços, exigências decorrentes do serviço da dívida, aquisições e propósitos corporativos; e
- limitação da nossa capacidade de se adequar às mudanças nas condições de mercado, posicionando-nos em desvantagem competitiva em relação aos nossos concorrentes menos alavancados.

Podemos vir a contratar empréstimos e/ou financiamentos adicionais no futuro, inclusive onerando em garantia uma parcela substancial de nossos ativos, o que pode intensificar os correspondentes riscos a que estamos atualmente expostos. Além disso, caso uma parcela substancial dos nossos ativos esteja onerada em favor de determinados credores, podemos não dispor de ativos suficientes para satisfazer integralmente os créditos de nossos credores quirografários na eventualidade de sua insolvência, falência ou liquidação.

Acreditamos ter de contratar dívidas adicionais no futuro e não podemos garantir que nossa capacidade de geração de receitas de nossas operações evoluirá de forma proporcional ao aumento do nosso endividamento e que será suficiente para atender nossas obrigações financeiras estabelecidas em nossos instrumentos de dívida, o que pode afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Adicionalmente, qualquer rebaixamento da classificação de nosso risco (*rating*) pode afetar adversamente nossa capacidade de contratar empréstimos e/ou financiamentos no futuro ou o custo para contratá-los, o que pode dificultar ou encarecer o financiamento de nossas operações ou o refinanciamento de nossas obrigações financeiras e, consequentemente, afetar nossa situação financeira e resultados operacionais. Para mais informações sobre o nosso endividamento, vide item 10.1, alíneas (d), (e) e (f), deste Formulário de Referência.

Não estamos segurados contra todos os riscos que envolvem nossas atividades e as nossas coberturas de seguro podem ser insuficientes para cobrir todas as perdas e/ou responsabilidades em que podemos incorrer em nossas operações.

Não possuímos apólices de seguro contra todos os riscos de interrupção de nossas atividades, dentre eles o risco de interrupção de atividades de armazenagem e elevação em armazéns. Ademais, o seguro de nossos ativos contém excludentes, tais como guerras ou atos de terrorismo e com relação a incêndios, roubos, desastres naturais e outros acidentes fora do nosso controle. Portanto, danos e interrupção de atividades causados por motivos que não tenhamos cobertura contratada ou que sejam excluídos pela cobertura securitária podem ter um efeito negativo substancial na nossa condição financeira ou em nossos resultados operacionais.

Ademais, nem todas as perdas ou responsabilidades que possam ser incorridas nas nossas operações são passíveis de transferência de risco através de seguro. Além disso, estaremos sujeitos ao risco de não conseguirmos manter ou obter seguro do tipo e no montante desejado por custo que seja por nós considerado adequado ou termos razoáveis, podendo estes serem, inclusive, insuficientes. Assim, se incorrermos em uma responsabilidade significativa para a qual não estejamos inteiramente segurados, nosso negócio, condição financeira e resultados operacionais podem ser negativamente afetados.

Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A nossa falha em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá nos colocar em uma situação de risco, dado que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Violações, interrupções ou falhas dos nossos sistemas de tecnologia da informação, incluindo como resultado um possível ataque cibernético, podem interromper nossas operações e impactar negativamente os nossos negócios.

Os sistemas de tecnologia da informação utilizados pela Companhia são parte essencial do funcionamento dos nossos negócios, os quais dependem de sistemas computadorizados para gerenciar informações e aumentar a eficiência de nossas unidades produtivas, centros de distribuição e dos processos de gestão de estoques. Além disso, dependemos de sistemas de tecnologia da informação para realizar atividades de publicidade e marketing digital e nos comunicar, por meio de mensagens eletrônicas, com nossa planta, nosso pessoal, nossos clientes e nossos fornecedores.

Nesse sentido, relevante destacar que os sistemas de tecnologia da informação que utilizamos podem estar vulneráveis a uma variedade de interrupções, ameaças e incidentes relacionados a ataques cibernéticos. No ambiente atual, nossas atividades estão sujeitas a riscos relacionados à segurança cibernética e privacidade, incluindo hackers criminosos, hacktivistas, espionagem industrial, má conduta de funcionários, erro humano ou falha tecnológica.

Tais circunstâncias podem resultar, por exemplo, em acesso não autorizado, divulgação, modificação, uso indevido, perda ou destruição de informações comerciais, dados pessoais ou sistemas, incluindo aqueles que pertencem a nós, aos nossos clientes ou a terceiros; roubo de dados confidenciais, incluindo dados pessoais; perda de acesso a dados ou sistemas críticos através de *ransomware*, ataques destrutivos ou outros meios; erros de transação; atrasos nos negócios; e interrupções no serviço ou no sistema.

Qualquer destes acontecimentos, pode nos sujeitar, direta e indiretamente, a responsabilizações, ou processos judiciais e administrativos. Somado a isto, poderemos, ainda, estar sujeitos à perda de clientes existentes ou potenciais, perda de vendas, danos à marca, reputação e outras perdas financeiras. Além disso, se não formos capazes de evitar violações à segurança, poderemos sofrer danos ou penalidades financeiras e de reputação devido à divulgação não autorizada de informações confidenciais pertencentes a nós ou a nossos parceiros, clientes, consumidores ou fornecedores.

O custo e as consequências operacionais de responder a incidentes de segurança cibernética e implementar medidas de remediação podem ser significativos e podem não ser cobertos pelas apólices de seguro contratadas pela Companhia. O nosso risco de segurança cibernética também depende de fatores como as ações, as práticas e os investimentos de clientes, contratados, parceiros de negócios, fornecedores e terceiros. Não podemos garantir que as medidas e planos de recuperação por nós implementados serão bem-sucedidos na prevenção de ataques de segurança cibernética, incidentes gerais de segurança de informações ou interrupção dos sistemas de tecnologia da informação. Além disso, à medida que os nossos negócios e o cenário de segurança cibernética evoluam, poderão ser necessários investimentos adicionais significativos para proteger nossa infraestrutura de tecnologia de dados e informações, o que poderá afetar adversamente a nossa condição financeira e os resultados das nossas operações.

O ambiente regulatório em relação às questões de segurança cibernética, privacidade e proteção de dados é cada vez mais complexo e pode ter impactos nos nossos negócios, incluindo aumento de riscos, custos e das obrigações de conformidade. A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – "LGPD"), que entrou em vigor, em sua maior parte, em setembro de 2020, e um número cada vez maior de regras referentes à proteção de dados em todo o mundo, pode resultar em maiores custos de conformidade e riscos. Os possíveis custos de conformidade podem ter um impacto adverso relevante nos nossos resultados operacionais.

Estamos sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados, podendo ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

O tratamento de dados pessoais no Brasil era regulamentado por uma série de normas previstas de forma esparsa, como por exemplo na Constituição Federal, no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) e no Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14). No entanto, em 14 de agosto de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

2018, foi publicada a LGPD, a qual regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, inclusive em meio digital, por meio de um conjunto de regras que impacta todos os setores da economia, podendo nos gerar custos adicionais, em virtude da necessidade de adequação de nossas operações de tratamento de dados pessoais às disposições da LGPD. A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020 quanto a maior parte de suas disposições, exceto quanto as suas sanções administrativas (arts. 52, 53 e 54), cuja aplicabilidade somente será possível a partir de 1º de agosto de 2021, em virtude da promulgação da Lei nº 14.010/2020.

A LGPD estabeleceu um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos, transferências e compartilhamento de dados, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições e, autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade responsável por garantir o cumprimento das disposições da LGPD.

Não podemos garantir que temos proteção de dados adequada e que nossos processos atendam à todas as regras estabelecidas na legislação vigente.

Neste caso, independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas da LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos a partir da sua entrada em vigor: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da ANPD ter iniciado o seu trabalho, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Ademais, com a entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, em agosto de 2021, caso não estejamos em conformidade com a LGPD, nós e nossa controlada podemos estar sujeitas às sanções previstas na LGPD, de forma isolada ou cumulativa, quais sejam, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados e multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000,00 por infração, bem como multa diária, observado o limite global mencionado.

Além disso, poderemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos por nós causados e ser considerados solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nossa controlada, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD. Dessa forma, a ausência de medidas suficientes para proteção dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis tratados por nós, bem como eventual inadequação de nossas práticas e modelo de negócios à LGPD, podem resultar em custos e afetar adversamente os nossos resultados.

O nosso desempenho depende de relações trabalhistas com nossos empregados. Qualquer deterioração em tais relações ou o aumento dos custos trabalhistas poderá afetar adversamente os nossos negócios.

Em 31 de dezembro de 2020, possuíamos mais de 1.900 colaboradores, sendo que a sua maioria é representada por sindicatos trabalhistas e está protegida por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, que estão sujeitos a renegociações periódicas dentro dos prazos estabelecidos por lei. Grupos de empregados atualmente não sindicalizados podem procurar a representação sindical no futuro. Se não formos capazes de negociar acordos coletivos de trabalho em condições consideradas aceitáveis pelos colaboradores, podemos estar sujeitos a paralisações coletivas ou interrupções de trabalho em nossas instalações, incluindo greves. Qualquer aumento

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

significativo nos custos trabalhistas, deterioração das relações trabalhistas, “operações tartarugas” (as quais consistem na redução do trabalho ou da produção, sem que haja suspensão coletiva do trabalho), ou paralisações em quaisquer de nossas localidades ou que afetem qualquer um de nossos fornecedores, seja decorrente de atividades sindicais, movimentação dos empregados ou de outra forma, podem ter um efeito adverso relevante nos nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais e valor de mercado de nossas ações.

Estamos sujeitos à fiscalização pelo Ministério Público do Trabalho e da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Eventual descumprimento das regras de natureza trabalhista poderá fundamentar (a) o Ministério Público do Trabalho a instaurar inquéritos civis ou ingressar com medidas judiciais como ação civil pública, que podem resultar em decisões contrárias aos nossos interesses ou na celebração de acordo (termos de ajustamento de conduta) preventivo ou extintivo de litígio; ou; (b) a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho a lavrar autos de infração. Tais circunstância podem ter impacto negativo aos nossos negócios e reputação.

As nossas vendas no mercado internacional estão sujeitas a riscos associados a operações transnacionais.

As vendas no mercado externo representam cerca de 12% de nossas vendas, especificamente (em receita líquida de vendas de mercadorias) 11,83% em 2020, 11,32% em 2019 e 11,51% em 2018. No mercado externo, mantemos operações principalmente nos seguintes países: Uruguai, Argentina, Rússia, Arábia Saudita, Bolívia, Paraguai, Chile, Peru e Equador, onde estamos sujeitos aos mesmos riscos descritos neste item 4.1 em relação ao Brasil, como, por exemplo, as condições econômicas, políticas e sociais, bem como as condições de fornecimento para determinadas regiões.

As nossas atividades, assim como nossa situação financeira e resultados operacionais, podem ser adversamente afetados por mudanças políticas e regulamentações governamentais dos países que compõem o mercado em que atuamos fora do Brasil, envolvendo questões tais como:

- política monetária (cambial e taxas de juros);
- deterioração das condições econômicas globais;
- riscos políticos, como turbulência e instabilidade, controles cambiais e incerteza em relação às políticas do governo;
- diminuição da demanda;
- restrições a remessas internacionais, como a imposição de aumento de tarifas, *antidumping* ou outras barreiras comerciais não-tarifárias;
- greves ou outros eventos que afetem os portos e outras instalações de transporte;
- conformidade com diferentes regimes legais e regulamentares estrangeiros;
- acesso a infraestrutura adequada, que pode ser afetada por inundações ou eventos similares, escassez de água e energia;
- novas barreiras sanitárias impostas em decorrência da pandemia da COVID-19; e
- Mudanças institucionais e contratuais unilaterais (governo), incluindo controles sobre investimentos e limitação a novos projetos.

Além disso, podemos vir a expandir as nossas vendas para outros mercados internacionais. O nosso desempenho financeiro futuro depende das condições econômicas, políticas e sociais nas regiões em que atuarmos.

Podemos não responder de forma eficiente às mudanças nas tendências e preferências de consumo de nossos clientes, inclusive de acordo com as nossas marcas e a utilização de marcas de terceiros

A satisfação dos clientes e a disponibilidade de uma grande variedade de produtos e serviços são dois dentre muitos dos nossos desafios, em razão da volatilidade das tendências de consumo que influenciam a mudança quase constante da preferência de nossos consumidores. O sucesso de nossas vendas depende da nossa habilidade em antecipar e responder rapidamente às potenciais mudanças e tendências de consumo. Adaptar nossos negócios para responder às mudanças nos padrões de consumo e às preferências específicas de nossos clientes nas regiões em que operamos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

é essencial para nosso sucesso contínuo. Caso os produtos disponibilizados não sejam capazes de atender as expectativas e gostos dos clientes, podemos ser afetados adversamente podendo acarretar a diminuição significativa das nossas vendas.

Estamos sujeitos à possível aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica pelo Poder Judiciário brasileiro, considerando que somos uma sociedade investida de um fundo de private equity.

Somos uma sociedade investida de um fundo de *private equity* e, portanto, estamos sujeitos à possível aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica pelo Poder Judiciário brasileiro em um processo movido contra outra sociedade investida do grupo, o que pode afetar negativamente a nossa Companhia. Podemos, portanto, ser responsabilizados por obrigações em determinadas áreas, incluindo questões fiscais, trabalhistas, de proteção ao meio ambiente e consumeristas de outras entidades, que, caso se materializem, podem causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica, prevista no artigo 50 do Código Civil Brasileiro de 2002 e artigo 133 e seguintes do Código de Processo Civil, dentre outros, aplica-se nos casos de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, buscando atingir a responsabilidade dos sócios por atos de malícia e prejuízo. Nesse sentido, será caracterizado como abuso da personalidade jurídica quando a sociedade acoberta a figura do sócio e torna-se instrumento de fraude.

A dependência de um único centro industrial e um único centro de distribuição pode acarretar dificuldades ou impossibilidade de produção e distribuição dos nossos produtos em caso de incidentes.

A nossa operação industrial e de distribuição estão concentradas hoje em um único site e um único centro de distribuição, de modo que em caso de greve, incêndio, desastres naturais, falta de energia, falha nos sistemas, intrusões, irregularidades ou danos ambientais, outras causas imprevistas e fatores externos ao nosso controle, incluindo epidemias e pandemias, tais como a atual pandemia do COVID-19, poderíamos não realizar a distribuição e entrega de nossas mercadorias em tempo hábil, o que geraria um efeito negativo material em nossa situação financeira e resultado operacional.

Ademais, um incidente, como um incêndio, no centro de distribuição traria impactos significativos ao negócio por afetar de imediato a distribuição de produtos, bem como traria ruptura no estoque por se tratar de um centro de distribuição com significativo volume de produtos estocados, o que poderá afetar adversamente os nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira**.**

A nossa planta depende de uma única subestação de entrada de energia elétrica.

A nossa planta possui apenas uma única subestação de entrada de energia elétrica e, no caso de um acidente nas instalações internas, como a explosão de um transformador, ou nas linhas de abastecimento, a capacidade de produção será comprometida, o que poderá afetar adversamente os nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.
Ainda, considerando que uma única linha de abastecimento de gás foi disponibilizada pelo concessionário público, e a linha de tubulação é enterrada, a nossa planta está sujeita ao risco de algum acidente fruto da deterioração da tubulação ou de uma ação externa de manutenção viária.

O mercado de negociação ativo e líquido para as nossas ações poderá não se desenvolver, limitando a capacidade de nossos acionistas venderem as ações pelo preço e no momento desejados.

O mercado brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e potencialmente mais volátil que os mercados de ações nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos. Os investimentos em valores mobiliários negociados no mercado brasileiro estão sujeitos a determinados riscos, tais como mudanças nos ambientes regulatório, fiscal, social, econômico e político, local e global. Essas características de mercado poderão afetar o preço e liquidez de nossas ações e limitar significativamente a capacidade dos titulares das ações de nossa emissão de vendê-las ao preço e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

nas datas desejados. O valor de mercado de nossas ações poderá também variar significativamente por diversas razões, incluindo os Fatores de Risco apresentados neste Formulário de Referência.

Podemos vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio de parcerias estratégicas ou de emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma potencial diluição da participação dos nossos investidores.

É possível que tenhamos necessidade ou interesse em captar recursos no mercado de capitais por meio de emissão de ações e ou colocação pública ou privada de valores mobiliários conversíveis em ações. A captação de recursos adicionais por meio da emissão pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, poderá resultar em alteração na quantidade de ações em circulação e no preço das ações, e, consequentemente, na diluição da participação acionária dos referidos acionistas, que poderão passar a ter menor participação proporcional em rendimentos e menor poder de influência nas suas decisões tomadas, caso não exerçam, por qualquer motivo, seus direitos de preferência na subscrição de novas ações emitidas em decorrência de tais novas ofertas de ações para obtenção de capital adicional no futuro. Na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis, ou caso assim decidam os acionistas, tais recursos adicionais poderão ser obtidos por meio de aumento de capital social. Qualquer recurso adicional obtido por meio de aumento de capital social poderá diluir a participação de nossos acionistas no capital social.

Podemos não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas detentores de nossas ações.

De acordo com o nosso estatuto social, devemos pagar aos acionistas, no mínimo, 25% de lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos e passivos ou retido de acordo com a legislação aplicável, caso em que este não estará disponível para distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio, conforme o disposto no artigo 28, b, de nosso estatuto social. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que o nosso conselho de administração determine a não distribuição de dividendos aos acionistas em um determinado exercício social, caso informe à assembleia Geral Ordinária que não tivemos lucro ou reservas líquidas disponíveis, ou que a distribuição de dividendos seria desaconselhável ou incompatível com a situação financeira no momento. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Por fim, a isenção de imposto sobre a renda na distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual está sendo revista atualmente no Projeto de Lei n° 3061, o qual tem por objeto estabelecer a cobrança de Imposto de Renda na distribuição de lucros e dividendos pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas aos seus sócios e acionistas. Assim sendo, tanto os dividendos recebidos quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos nossos acionistas a título de participação nos resultados.

(b) ao acionista controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

A Companhia possui acionista controlador, que tem poderes de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e de prevalecer nas deliberações sociais sem a necessidade de aprovação dos demais acionistas

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, o nosso acionista controlador possui 99,67% das nossas ações e tem poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e prevalecer nas deliberações que exijam aprovação de acionistas sem a necessidade do voto favorável dos demais acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1975 ("Lei das Sociedade Por Ações"). Além

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

disso, os interesses do nosso atual acionista controlador podem ser conflitantes com os interesses dos nossos demais acionistas.

Adicionalmente, qualquer mudança no controle da nossa Companhia pode afetar significativamente a nossa administração, os nossos negócios, os nossos resultados operacionais e a nossa condição financeira.

O nosso acionista controlador poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos nossos demais acionistas e causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

(c) aos acionistas

Não aplicável, exceto pelo informado no item (b) acima.

(d) às controladas e coligadas

Não há riscos relevantes envolvendo nossas controladas e coligadas.

(e) aos fornecedores

Fornecedores e variação cambial de matérias primas e insumos para o processo de fabricação de artigos de vidros podem impactar de forma adversa nossos negócios.

O mercado fornecedor de matérias primas e insumos para o processo de fabricação de artigos de vidros, tais como areia e barrilha, é caracterizado por poucos fornecedores com alto grau de especialização. A barrilha corresponde a 12,1% do custo de produção sem depreciação e as demais matérias-primas correspondem a 9,1% do custo. As matérias primas importadas possuem valor de mercado atrelado à variação de preços de *commodities* internacionais. Os nossos negócios podem ser afetados adversamente pelo aumento do preço de matérias-primas e dos insumos de produção, ou pela sua escassez. Nós não possuímos *hedge* contratado contra oscilações cambiais, estando, portanto, sujeitos a tais variações, o que poderá afetar adversamente os nossos resultados financeiros.

Os nossos resultados operacionais estão sujeitos à ciclicidade e a volatilidade dos preços das matérias primas utilizadas em nossas atividades e dos preços de venda de nossos produtos.

O nosso negócio é dependente do custo e fornecimento de matérias primas, bem como dos preços de venda de nossos produtos. Esses preços são determinados pela oferta e demanda, que podem flutuar significativamente, e por outros fatores sobre os quais temos pouco ou nenhum controle, como, entre outros, flutuações nos níveis locais e globais de produção, regulamentações, condições econômicas, custo de frete internacional, taxa de câmbio e flutuações das taxas de juros. Quaisquer mudanças no preço das matérias primas necessárias para produzir nossos produtos, decorrentes destes fatores ou de outros, podem ter um impacto material nos nossos negócios e, consequentemente, no nosso resultado financeiro.

Dependemos de terceiros para fabricar e fornecer os materiais que utilizamos para produzir nossos produtos.

Dependemos de terceiros para fabricar e fornecer os materiais que utilizamos para produzir nossos produtos. Ao usar terceiros para fabricar nossos produtos, estamos sujeitos a interrupções nas operações desses fornecedores, incluindo acidentes industriais, eventos ambientais, interrupções na logística ou sistemas de informação, perda ou enfraquecimento de grandes locais de fabricação ou problemas de distribuição, problemas de controle de qualidade do produto, preocupações com segurança, requisitos de licenciamento e outras questões regulatórias ou governamentais, bem como desastres naturais, pandemias, como a atual COVID-19, disputas fronteiriças e outros fatores

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

externos sobre os quais não temos controle, o que pode afetar adversamente nossos negócios, nossas vendas e resultados operacionais.

Se algum fornecedor sofrer interrupções prolongadas na fabricação ou transporte por qualquer motivo, incluindo em razão de condições de saúde pública como a recente pandemia da COVID-19 e não puder fornecer os produtos na quantidade, qualidade e dentro do prazo que normalmente os adquirimos, e se não *formos* capazes de substituir o fornecedor em termos aceitáveis ou de modo algum, podemos não conseguir manter nosso nível usual de vendas na categoria do produto afetada pelo não fornecimento, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios e resultados operacionais.

Ainda, não podemos garantir que nossos fornecedores não terão problemas relacionados às condições de trabalho, bem como ao respeito às normas ambientais e de segurança, ou que não usarão práticas irregulares. Se algum dos nossos fornecedores se envolver em práticas irregulares, incluindo, mas não se limitando às práticas acima mencionadas, a nossa reputação e marca pode ser prejudicada. Para mais *informações* ver o item 7.3 deste Formulário de Referência.

A maioria das nossas linhas de produção utiliza oxigênio líquido fornecido por um único fornecedor com contrato de exclusividade, cuja paralisação poderá afetar adversamente os nossos negócios.

A fábrica de Suzano conta atualmente com 24 linhas de produção, sendo que 20 delas exigem o oxigênio líquido fornecido por um único fornecedor por meio de um contrato de exclusividade. Os tanques de oxigênio líquido são abastecidos pelo fornecedor diariamente por carretas de forma a garantir sempre uma autonomia mínima de 2 a 3 dias. Caso o fornecimento venha a ser interrompido por problema com o fornecedor, por alguma greve de transportadores, ou qualquer outro fator fora de nosso controle, a produção das linhas teria que ser paralisada, impactando significativamente nossa produção e, respectivamente, nossos negócios e resultados.

Em decorrência da pandemia da COVID-19, poderá ocorrer um aumento na demanda por oxigênio hospitalar, o que pode vir a afetar adversamente nossa linha de produção que utiliza o oxigênio de alta pureza para acabamento dos nossos produtos.

Um dos principais fornos da nossa fábrica depende do fornecimento de oxigênio gasoso fornecido por plantas produtoras (VPSA's) de propriedade de terceiro.

Um dos principais fornos da fábrica é do tipo "oxi-gás" e requer o abastecimento de oxigênio gasoso para o seu funcionamento. Este oxigênio gasoso é gerado por duas plantas produtoras de propriedade de um terceiro que opera dentro da propriedade da nossa Companhia através de concessão.

Em um eventual acidente ou falha operacional que impeça as plantas produtoras de operar por períodos prolongados, o forno ficaria sujeito ao abastecimento contingencial através dos tanques de oxigênio líquido, que poderia exigir uma intensa logística de abastecimento de tanques devido ao aumento de consumo. Tal cenário acarretaria em aumento de risco e custo da operação ou até a perda do ativo caso o abastecimento do oxigênio líquido também não seja possível, tendo em vista, inclusive o aumento na demanda por oxigênio hospitalar em decorrência da pandemia do COVID-19.

Podemos ser responsabilizados por obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias de terceiros fornecedores ou prestadores de serviços.

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas e previdenciárias, podemos ser responsabilizados solidária ou subsidiariamente por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem nos afetar adversamente, inclusive a nossa imagem, tais como inclusões em listas de empregadores da Secretaria do Trabalho, prevista no artigo 2º da Portaria Interministerial MTPS/MMIRFG nº 4/2016, o que pode impactar a nossa reputação e capacidade de obtenção de novos financiamentos, além de colocar em risco os benefícios fiscais atuais. Também

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

podemos ser responsabilizados por lesões corporais ou morte dentro de nossas instalações de funcionários de terceiros, o que pode afetar adversamente nossa reputação e nossos negócios.

A Companhia pode ser considerada solidariamente responsável pelos danos ambientais causados por seus fornecedores.

A responsabilidade civil por danos ambientais tem natureza objetiva e solidária. Podem ser considerados responsáveis pela sua reparação todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da existência de dolo e/ou culpa. Sendo assim, a responsabilidade civil pode ser aplicada a todas as partes que estiverem envolvidas, mesmo que indiretamente, na atividade que ocasionou o dano ambiental, de modo que a parte que tiver mais recursos financeiros pode ser obrigada a repará-lo, resguardado o direito de regresso em relação aos demais envolvidos.

Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para a Companhia – como o gerenciamento de áreas contaminadas, o transporte de produtos perigosos, o descarte de resíduos e a supressão de vegetação – não atendam às exigências da legislação ambiental, a Companhia poderá ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável pelos eventuais danos ambientais por elas causados, podendo, assim, ser incluída no polo passivo de processos ambientais por condutas de terceiros e eventualmente ser obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades, incluindo medidas para recuperação do dano ambiental. Caso seja responsabilizada solidariamente por danos causados pelos seus fornecedores, os resultados, as atividades e a imagem da Companhia podem ser adversamente afetadas.

Alterações na disponibilidade e nos custos de energia e gás natural podem afetar substancialmente a nossa Companhia.

As nossas operações consomem quantidades consideráveis de energia e gás natural. Os preços de energia elétrica e gás natural têm variado significativamente no passado recente do Brasil, inclusive como resultado de condições climáticas, o que poderá ocorrer novamente no futuro. O custo da energia adquirida dos nossos fornecedores no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2020 apresentou um incremento acumulado de +19,2%. Ainda, o gás natural adquirido junto aos nossos fornecedores, no período de janeiro de 2018 a janeiro de 2021, apresentou um incremento acumulado de + 48,8%. Os preços do gás natural são atrelados ao custo do petróleo, estando sujeitos às flutuações dessa commodities, assim como à variação cambial do Dólar, tendo em vista que o preço do gás natural é atrelado ao Dólar. Além disso, mudanças regulatórias e tributárias, podem implicar em aumento do custo de energia e gás natural e, potencialmente, afetando negativamente a nossa rentabilidade. Não há nenhuma garantia de que a nossa Companhia conseguirá repassar eventuais aumentos de custos de energia elétrica ou de gás natural para os seus clientes e/ou consumidores.

Adicionalmente, a retomada da economia brasileira em 2021 demandaria uma quantidade de energia que as empresas fornecedoras de energia brasileiras podem não ter condições de fornecer.

(f) aos clientes

As restrições de disponibilidade de crédito aos consumidores no Brasil podem afetar adversamente os volumes de nossas vendas.

As vendas parceladas são um componente importante do resultado das operações das empresas de varejo no Brasil, para produtos não alimentícios cujo tíquete médio é maior do que o de alimentos. O aumento na taxa de desemprego, o aumento nas taxas de juros praticadas ou do índice de adimplência, pode resultar em restrições maiores na disponibilidade de crédito aos consumidores no Brasil**.** O volume de nossas vendas e, consequentemente, o nosso resultado operacional, podem ser afetados negativamente se a disponibilidade de crédito aos consumidores diminuir ou se as políticas implementadas pelo Governo Federal restringirem ainda mais a concessão de crédito aos consumidores.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O Governo Federal, por meio do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil, periodicamente edita normas com o objetivo de regular a disponibilidade de crédito, a fim de reduzir ou aumentar o consumo e, consequentemente, controlar a taxa de inflação. Essas normas incluem, entre outras ferramentas, (i) modificar os requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre empréstimos, depósitos e outras transações; (ii) regular o prazo máximo dos financiamentos; e (iii) impor limitações sobre o montante que pode ser financiado. Essas normas podem reduzir a capacidade dos nossos clientes finais de obterem crédito nas instituições financeiras e, algumas delas, podem afetar o mercado financeiro e de crédito por longos períodos de tempo. Não podemos garantir que, no futuro, o Governo Federal não adotará novas normas que reduzam o acesso dos consumidores ao crédito nas instituições financeiras.

Reduções na disponibilidade de crédito e políticas de crédito mais rigorosas adotadas por nossa Companhia ou por outras empresas de cartão de crédito podem afetar suas vendas negativamente. Condições econômicas desfavoráveis no Brasil, ou condições econômicas desfavoráveis globais que impactem a economia brasileira, podem reduzir significativamente os gastos dos consumidores e a renda disponível, particularmente em classes mais baixas, que têm relativamente menos acesso ao crédito que classes mais altas, condições mais limitadas de refinanciamento de dívidas e estão mais suscetíveis a aumentos da taxa de desemprego. Essas condições podem ter um efeito adverso relevante sobre os nossos negócios.

A consolidação dos nossos clientes poderá ter impacto negativo sobre os nossos negócios.

Alguns de nossos clientes, tais como lojas de departamentos e hipermercados, realizaram consolidações nos últimos anos. Essas consolidações resultaram em clientes de grande porte, sofisticados, com maior poder de compra e, portanto, mais resistentes a aumentos de preços e exigem preços menores, aumento de programas promocionais e produtos personalizados. Esses clientes também podem usar espaço que é atualmente utilizado para expor nossos produtos para expor produtos de marca própria. Com isso, os consumidores poderão ter menor visibilidade dos nossos produtos, e assim, o volume de nossas vendas poderá diminuir, prejudicando o resultado financeiro.

Não antecipação e respostas inadequadas às mudanças de hábito dos consumidores podem afetar negativamente as nossas vendas.

Não podemos garantir que estaremos sempre aptos a oferecer aos nossos clientes os produtos e serviços que procuram. Estamos sujeitos a eventuais alterações de hábito de consumo e de demanda por produtos e serviços por parte de nossos consumidores, de modo que é necessário nos adequarmos constantemente às suas preferências. Dessa forma, podemos não ser capazes de antecipar ou responder de forma adequada às mudanças de hábito de consumidores, de modo que nossas vendas poderão ser impactadas negativamente.

Os nossos clientes varejistas podem decidir importar diretamente os seus produtos para revenda própria (*white label*), o que poderá afetar adversamente os nossos negócios.

Parte de nossos clientes varejistas, que representaram 22% da nossa receita bruta no exercício social de 2020, pode decidir por um modelo de negócio em que os seus produtos serão adquiridos de um outro fornecedor para serem revendidos com as suas marcas próprias (*white label*). Neste caso, as nossas vendas poderão ser impactadas negativamente, o que poderá afetar adversamente nosso resultado operacional e condição financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(g) aos setores da economia em que atuamos

A forte concorrência no setor de bens de consumo do Brasil pode afetar negativamente a nossa participação de mercado e o nosso lucro líquido.

A competição no setor de bens de consumo no Brasil apresenta diversas formas, sendo por capital, consumidores, colaboradores, produtos e outros aspectos importantes dos nossos negócios. Aquisições ou fusões nesse setor podem aumentar capacidade de nossos concorrentes, o que pode vir a afetar negativamente a participação de mercado e os nossos resultados.

Os nossos concorrentes têm participação de mercado maior em determinadas regiões geográficas e/ou categorias de produtos. Alterações de preços e outros termos negociados, condições contratuais ou práticas desses concorrentes podem nos afetar de forma substancial e adversa.

Além disso, o aumento da capacidade de nossos concorrentes pode resultar na redução de margens brutas, redução do capital de giro e perda de participação de mercado, o que pode nos afetar de forma substancial e adversa. Adicionalmente, os nossos concorrentes podem conseguir captar mais recursos para investir no desenvolvimento de seus negócios. Nossos concorrentes podem ser adquiridos por empresas maiores, bem estabelecidas e com uma boa situação financeira, bem como receber investimentos ou firmar com tais empresas outros tipos de relacionamentos comerciais. Também podemos ser afetados substancialmente e negativamente na medida em que não conseguirmos competir com êxito com nossos concorrentes.

Ademais, empresas internacionais com forte presença no setor de bens de consumo podem vir a iniciar as suas próprias atividades no Brasil e/ou investir em empresas e projetos brasileiros já existentes, com a finalidade de fortalecer e expandir as suas próprias marcas. Ainda, poderá haver um aumento de importações por conta da eventual extinção ou redução do Imposto sobre Importação, revogação das medidas *antidumping* e/ou queda da cotação do dólar norte-americano, o que poderá impactar negativamente a nossa estratégia de crescimento e a nossa capacidade de responder a pressões de concorrentes ou de financiar iniciativas importantes para a nossa Companhia. Como resultado, estamos sujeitos a um aumento significativo da concorrência no nosso setor de atuação caso empresas internacionais aumentem a sua presença no mercado de bens de consumo brasileiro, o que poderá afetar adversamente e de forma relevante o nosso resultado operacional e situação financeira.

Por fim, as decisões de compra dos consumidores são afetadas por fatores que incluem o reconhecimento da marca, qualidade e desempenho do produto, disponibilidade de crédito, preço e preferências subjetivas dos consumidores. Alguns dos concorrentes podem ter investimentos em marketing substancialmente maiores que os nossos investimentos ou uma publicidade mais eficaz. Se as nossas estratégias de marketing, propaganda e promoções não forem bem-sucedidas e se não conseguirmos oferecer novos produtos para atender às demandas do mercado, podemos ser afetados de forma adversa.

O setor de bens de consumo é sensível a reduções do poder aquisitivo dos consumidores e a ciclos econômicos desfavoráveis e essa sensibilidade poderá nos afetar adversamente e de forma relevante.

Historicamente, o setor de bens de consumo experimentou períodos de desaquecimento econômico, resultando em uma redução no consumo. O sucesso da atuação no setor de varejo depende de vários fatores relacionados ao consumo e à renda dos consumidores, inclusive das condições dos negócios em geral, da taxa de juros, da inflação, da disponibilidade de crédito ao consumidor, da tributação, da confiança do consumidor nas condições econômicas futuras e dos níveis de emprego e salário. Assim, uma redução da disponibilidade de crédito pode afetar negativamente nossas vendas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Condições econômicas desfavoráveis no Brasil ou no mundo refletidas na economia brasileira podem reduzir significativamente o consumo e a disponibilidade de renda, principalmente das classes mais baixas, que têm relativamente menor acesso ao crédito em relação às classes mais altas, condições de refinanciamento de dívida mais restritas e maior sensibilidade a aumentos na taxa de desemprego.

Vale mencionar que a atual situação macroeconômica brasileira, associada à recente pandemia de COVID-19, que levou a um aumento da taxa de desemprego, representa um aumento no risco de inadimplemento dos nossos clientes bem como na possibilidade de queda de nossas vendas.
Assim, a redução do poder aquisitivo dos consumidores e condições econômicas adversas podem impactar os nossos resultados de forma negativa.

Ainda, o sucesso das nossas atividades depende do aumento da taxa de crescimento da população urbana e de seus diferentes níveis de renda. A redução ou desaceleração em tal crescimento poderá impactar negativamente as nossas vendas e o resultado operacional.

(h) à regulação dos setores em que atuamos

Podemos ser considerados responsáveis por danos causados por nossos produtos a consumidores ou a terceiros, o que poderá afetar adversamente os nossos resultados.

A reparação de danos causados a consumidores pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, essas podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta (notadamente o Ministério Público ou o PROCON), ou por organizações de proteção ao direito do consumidor.

Ações judiciais ou processos administrativos poderão ser propostos contra a nossa Companhia sob as alegações de possuírem vício de produtos e que nossos produtos não continham informações adequadas, dentre outras. A legislação brasileira autoriza o juiz a inverter o ônus da prova em demandas relacionadas a direito do consumidor. Decisões desfavoráveis envolvendo, individual ou conjuntamente, valores substanciais em qualquer ação poderão impactar o nosso resultado e condição financeira. Adicionalmente, decisões judiciais desfavoráveis dessa natureza poderão impactar a nossa imagem, afetando, consequentemente, nossas vendas e reputação.

Alterações na legislação tributária, incentivos fiscais, benefícios ou diferentes interpretações da legislação tributária podem afetar adversamente os resultados das nossas operações.

O Governo Federal regularmente implementa mudanças nas leis tributárias as quais, eventualmente, podem aumentar a nossa carga tributária. Essas mudanças incluem ajustes na alíquota aplicável e imposição de tributos temporários. Os efeitos das alterações na legislação tributária fiscais não podem ser quantificados e são imprevisíveis. Algumas dessas medidas podem aumentar as nossas obrigações fiscais totais, o que, por sua vez, pode afetar adversamente nossos resultados operacional e financeiro. A título exemplificativo, existem discussões recentes sobre a possível instituição de novos tributos, tais como o empréstimo compulsório, o imposto sobre grandes fortunas e uma contribuição sobre transações financeiras. Adicionalmente, foram retomadas discussões sobre a revogação da isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos.

Atualmente existem no Congresso Nacional propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais – IPI, PIS e COFINS –, o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal, para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços ("IBS") que incidiria sobre o consumo. Ademais, recentemente, o Governo Federal apresentou nova proposta de reforma tributária para criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços ("CBS"), em substituição às contribuições do PIS e da COFINS. Caso haja uma reforma tributária ou quaisquer mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis, que alterem os tributos incidentes ou incentivos fiscais/regimes especiais, isto poderá aumentar nossa carga tributária e poderá afetar diretamente ou indiretamente os nossos negócios e resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A pandemia da COVID-19 e a decretação do estado de calamidade podem resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível queda da arrecadação no país e uma elevação da demanda por gastos públicos em setores fundamentais. Nesse cenário, União, Estados e Municípios poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às nossas atividades, podendo tais medidas afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais, sendo que qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às nossas posições fiscais pode afetar adversamente os nossos negócios, o resultado operacional e a nossa condição financeira.

Ainda, estamos sujeitos a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as nossas posições fiscais podem ser questionadas pelas autoridades competentes em processos administrativos ou judiciais. Não podemos garantir que os provisionamentos para tais processos (quando houver) serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional ou que não será necessária a constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, podem nos afetar negativamente.

Usufruímos de determinados benefícios e incentivos fiscais, assim como direitos de *antidumping*, que afetam nossos resultados operacionais em certas linhas de negócio (taças de sobremesa e taças com pé). Esses incentivos fiscais têm datas de expiração e podem não ser renovados, o que pode representar um efeito adverso relevante sobre nós. Se a lei aplicável for revogada ou alterada, podemos ser negativamente afetadas e não é possível assegurar que estes benefícios serão mantidos ou renovados.

Em caso de revogação ou alteração da legislação aplicável, os nossos negócios, atividades e condições financeiras poderão ser adversamente afetados como resultado do aumento da carga tributária. Além disso, para garantir a continuidade desses incentivos, uma série de requisitos devem ser cumpridos, os quais podem ser contestados, inclusive em juízo. Se não formos capazes de manter os incentivos fiscais ou caso esses benefícios fiscais e regimes especiais venham a ser suspensos, cancelados, não renovados, revogados, modificados ou de qualquer forma limitados, poderemos ser adversamente afetados como resultado do aumento da carga tributária.

Diante do cenário brasileiro quanto à concessão de benefícios fiscais, não podemos afastar o risco de questionamento judicial quanto à constitucionalidade dos benefícios fiscais relativos ao ICMS, caso não aprovados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). Tal risco pode afetar adversamente os nossos negócios. Ainda no que se refere ao ICMS, a Lei Complementar 160/2017 ("LC 160/2017") e o Convênio CONFAZ ICMS nº 190/2017 objetivaram a convalidação dos benefícios fiscais concedidos pelos Estados, diminuição dos riscos de declaração de inconstitucionalidade dos benefícios fiscais já concedidos, extinção da possibilidade de criação de novos benefícios, o estabelecimento de prazo máximo de duração aos incentivos já concedidos para o setor de nossa atuação até 31 de dezembro de 2032, e possibilitaram a instituição de convênio para deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), reinstituição das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais. No mais, eventual inobservância das regras de convalidação, alteração na legislação tributária ou declaração de inconstitucionalidade da legislação concessiva de benefícios fiscais poderá afetar não somente as nossas atividades, mas o setor como um todo. Ademais, deve-se considerar que a aplicação das regras de convalidação pode ser influenciada por questões políticas e econômicas, as quais são imprevisíveis e podem afetar adversamente a nossa Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Enfrentamos riscos relacionados à não concessão de registros, autorizações, licenças, outorgas, registros e alvarás ("Licenças") para a instalação e a operação das nossas unidades

Enfrentamos riscos relativos à não concessão de Licenças para instalação e operação de nossas unidades, e dependemos de diversos cadastros e registros perante órgãos da Administração Pública federal, estadual e municipal. Também enfrentamos riscos relativos à não concessão de licenças para instalação e operação das unidades e dos centros de distribuição, incluindo Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros ("AVCB"), licenças ambientais e Alvarás de Licença de Uso e Funcionamento ("ALUF)".
As Licenças possuem prazo de validade e devem ser renovadas periodicamente, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Podemos não conseguir obter todas as Licenças necessárias, ou ainda não obter as suas renovações de forma tempestiva. Estas dificuldades podem ser materializadas através do aumento das exigências ambientais assim como da mudança de interpretação da legislação e regulamentação por parte dos órgãos responsáveis pela renovação.

A não obtenção ou a não renovação das nossas Licenças poderá, caso a caso (i) resultar em autos de infração; (ii) nos sujeitar ao pagamento de multas (no valor de até R$ 10 milhões em caso de ausência de licenças ambientais, por exemplo); (iii) nos impedir de abrir e operar as nossas unidades; (iv) resultar na interdição ou fechamento das nossas unidades; (v) expor-nos a riscos adicionais no caso de um acidente de segurança e proteção (ou evento similar) afetar adversamente tal instalação; (vi) resultar na aplicação de outras penalidades, tais como advertência e apreensão de produtos, de acordo com a legislação específica aplicável (federal, estadual e municipal); (vii) expor-nos, bem como os nossos representantes, a sanções criminais, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças e autorizações ambientais; e (viii) responder civilmente pelo danos ambientais causados, sem limitação de valores e prazos prescricionais.

A nossa estratégia de negócios e os nossos resultados poderão ser substancial e adversamente afetados se não conseguirmos operar nossas unidades ou se tivermos que suspender ou fechar algumas das nossas unidades em consequência da nossa incapacidade de obter ou renovar as Licenças, ou se um acidente afetar adversamente uma unidade enquanto esta estiver com uma Licença pendente, bem como em caso de descumprimento de condicionantes estipuladas em determinadas Licenças.

Além disso, os nossos imóveis operacionais e/ou sedes administrativas precisam atender as regras da vigilância sanitária, em especial a obtenção de alvará sanitário e manter as suas instalações em condições higiênicas sanitárias apropriadas, sendo que o não cumprimento das legislações sanitárias podem ocasionar em advertência, multa (de R$ 2.000,00 até R$ 3.000.000,00), apreensão, inutilização ou interdição do produto, suspensão das vendas e/ou fabricação do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, proibição ou suspensão de propaganda ou cancelamento da licença sanitária.

Por fim, estamos sujeitos ao registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ("CREA"), considerando que é obrigatório a toda pessoa jurídica que se constitua para prestar ou executar serviços e/ou obras ou que exerça qualquer atividade ligada ao exercício profissional da engenharia, agronomia, geologia, geografia, meteorologia e outras áreas tecnológicas fiscalizadas pelo sistema CONFEA/CREA, nos termos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. A falta de registro de pessoa jurídica junto ao CREA, bem como a falta de renovação tempestiva de tal registro, incorrerá na imposição de penalidades, como multa e suspensão temporária do exercício profissional.

A não renovação das medidas* antidumping *adotadas pelo Governo Federal poderá afetar adversamente os nossos negócios.

Parte de nossos produtos se beneficia de certas medidas *antidumping* adotadas pelo Governo Federal, as quais têm o objetivo de proteger a produção nacional por meio da aplicação de tarifas específicas, créditos outorgados e subsídios. Se, por qualquer motivo, tais medidas não forem renovadas, a venda de parte dos nossos produtos pode ser impactada negativamente e, portanto, as nossas operações como um todo podem ser adversamente afetadas. Essas medidas são de proteção comercial e são tratadas no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC, com

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

objetivo de combater as empresas que são responsáveis por prejudicar ou ameaçar o desenvolvimento da indústria doméstica do país que recebe as importações. Para mais informações, favor verificar seção 7.5 do Formulário de Referência.

(i) aos países estrangeiros onde atuamos

Riscos políticos e econômicos nas regiões e países para os quais exportamos produtos e dos quais adquirimos matérias primas para a nossa produção podem limitar a lucratividade de nossas operações e nossa capacidade de executar a nossa estratégia.

Uma vez que exportamos produtos para, e importamos matérias primas de diferentes países, estamos sujeitos a uma série de situações que podem afetar nosso resultado financeiro adversamente. Para as regiões onde possuímos distribuição de produtos e de onde importamos matérias primas, existe uma variedade de riscos, como por exemplo:

- Instabilidade governamental;
- Riscos e conflitos geopolíticos (incluindo guerra, atos de terrorismo e conflitos civis);
- Câmbio fixo e controle de preços;
- Imposição de restrições às exportações dos produtos ou às importações de matérias primas necessárias à produção (incluindo embargos de países em que a Companhia possui atividades de distribuição);
- Flutuação de moedas locais contra o real;
- Nacionalização das propriedades;
- Aumento das tarifas de exportações e impostos sobre os produtos;
- O fechamento de fronteiras, imposição de quarentena e demais barreiras sanitárias impostas durante o período enfrentado da pandemia da COVID-19; e
- Mudanças institucionais e contratuais unilaterais (governo), incluindo controles sobre investimentos e limitação a novos projetos.

Como consequência desses fatores, o resultado operacional e as condições financeiras das operações nas regiões onde possuímos distribuição e/ou de onde importamos matérias primas podem ser negativamente afetados e pode haver, no futuro, significante variação das receitas. Não é possível precisar o impacto dessas mudanças na nossa capacidade de entregar nossos projetos e executar nossa estratégia, podendo, portanto, representar um impacto negativo sobre nossas operações e nosso resultado financeiro.

Os governos têm alto grau de influência nas economias onde operamos, o que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais.

Os governos de muitos dos mercados onde operamos ou podemos vir a operar no futuro muitas vezes interferem em suas economias e ocasionalmente fazem alterações significativas nas políticas monetárias, de crédito e outros regulamentos. As ações governamentais para controlar a inflação e outras políticas e regulamentos muitas vezes envolvem, entre outras medidas, controles de preço, desvalorizações de moeda, controles de capital e limites nas importações. Não temos controle sobre, e não podemos prever quais medidas ou políticas governamentais teremos de cumprir no futuro. Os resultados operacionais e condição financeira de nossos negócios podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas ou regulamentos governamentais nas jurisdições em que operamos, tais como:

- Leis e políticas de saúde;
- Leis trabalhistas;
- Crescimento econômico;
- Oscilações de câmbio;
- Inflação;
- Políticas de câmbio e controle de capital;
- Taxas de juros;
- Liquidez dos mercados de capitais e empréstimos internos;
- Política monetária;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- Liquidez e solvência do sistema financeiro;
- Desenvolvimentos nas negociações comerciais por meio da Organização Mundial da Saúde (OMS) ou outras organizações internacionais;
- Regulamentos ambientais;
- Leis tributárias, incluindo royalties e o efeito das leis tributárias na distribuição de lucros pelas nossas controladas;
- Restrições na repatriação de investimentos e na transferência de recursos do exterior;
- Expropriação ou nacionalização;
- Restrições de importação/exportação ou outras leis e políticas que afetam o comércio exterior e investimentos;
- Controles de preço ou regulamentos de fixação de preços; e
- Outros desenvolvimentos políticos, sociais e econômicos, incluindo instabilidade política, social ou econômica, no país ou que afetem o país onde cada negócio está sediado.

A incerteza sobre quais governos implementarão mudanças nas políticas ou regulamentações que afetem esses ou outros fatores no futuro poderá contribuir com a incerteza econômica e volatilidade elevada nos mercados de títulos e valores mobiliários, o que pode gerar um efeito adverso e relevante no nosso negócio, em nossos resultados operacionais, na condição financeira e no preço de negociação de nossas ações ordinárias. Não temos controle sobre e não podemos prever as medidas e políticas que os governos podem adotar no futuro.

A recessão na Argentina, e seu futuro econômico incerto poderão afetar adversamente os resultados de nossas operações no país.

Uma parcela da receita de exportação da Companhia decorreu de suas operações na Argentina (16% das exportações em 2020). Em 2018, a Argentina passou por uma grande recessão em termos econômicos que ainda persiste. Houve impactos sobre o ARS, inflação, déficit de conta e muitas ações foram necessárias para tentar estabilizar a economia. O então presidente fez um acordo com o FMI para obter financiamento, um ajuste fiscal está sendo realizado e um sistema flutuante de banda cambial foi adotado. Em 2019, ocorreu a eleição presidencial na qual o candidato Alberto Fernández saiu vitorioso. As consequências imediatas desta eleição foram a queda do peso e da bolsa de valores argentina que levaram o governo a adiar alguns pagamentos que venciam no curto prazo e anunciar um reperfilamento voluntário das dívidas de longo prazo, no qual contará com o apoio do FMI. O atual governo pode adotar políticas menos favoráveis a negócios quando comparadas às políticas adotadas por seu antecessor, incluindo: mais barreiras ao comércio, como barreiras não tarifárias, mais impostos, cenário internacional mais fraco, o Mercosul tornar-se mais político que comercial e mais restrições à moeda estrangeira e a transações financeiras. Não é possível ter certeza acerca de todos os impactos destas ações tomadas pelo novo governo, as quais poderiam gerar mudanças significativas em relação ao financiamento de gastos públicos, subsídios ao serviço público, reformas tributárias, entre outros, e, consequentemente, afetar nossos negócios, resultados operacionais e financeiros. As referidas mudanças poderão prejudicar nossas operações na Argentina, impactando negativamente os nossos resultados.

As restrições à movimentação de capital, distribuições de dividendos e alterações nas leis tributárias nas jurisdições onde a nossa Companhia e suas controladas são constituídas ou operam podem adversamente afetar os resultados de qualquer venda de suas ações ordinárias, assim como a capacidade de suas controladas remeterem dividendos à nossa Companhia e, por fim, a seus acionistas.

A nossa Companhia e suas controladas são devidamente constituídas e operam em diversas jurisdições, incluindo Argentina, Uruguai, Bolívia, Paraguai, Chile, Peru e Equador. Os governos dessas jurisdições podem impor restrições sobre (i) conversões de moedas locais em moeda estrangeira; (ii) remessas de investidores estrangeiros de resultados de seus investimentos; e (iii) a distribuição de dividendos e outras distribuições a acionistas nessas jurisdições. Qualquer imposição dessas restrições poderia prejudicar ou impedir (i) o recebimento de dividendos e outras distribuições de nossas controladas; e (ii) os detentores de nossas ações ordinárias de converter em dólares norte-americanos ou outras moedas estrangeiras e remeter dividendos, distribuições ou os resultados de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

qualquer venda para o exterior, o que poderia, em contrapartida, afetar a nossa capacidade de distribuir quaisquer dividendos a nossos acionistas. Como resultado, essas restrições poderiam reduzir o preço de mercado de nossas ações ordinárias. Ademais, aumento nos tributos de quaisquer dividendos ou outras distribuições nessas jurisdições poderiam negativamente afetar seu retorno de investimento em nossas ações ordinárias.

O aumento da competitividade do mercado argentino pode afetar materialmente o faturamento obtido pela nossa controlada com suas operações em tal país.

Os futuros resultados das nossas operações no mercado argentino poderão ser adversamente afetados por eventuais dificuldades logísticas e aceitação dos produtos pelos consumidores locais. Adicionalmente, poderão ocorrer eventuais restrições a remessas de divisas ao exterior, incluindo dividendos, além de dificuldades na importação de insumos em função da necessidade de autorizações prévias junto às autoridades locais, bem como dificuldades e penalidades relacionadas ao cumprimento de leis e regulamentações de governos estrangeiros. Também podemos enfrentar dificuldades relacionadas a condições competitivas adversas, ambiente legal e regulatório diverso, instabilidade política e econômica, bem como riscos cambiais similares aos existentes na operação brasileira em função do descasamento entre moedas, uma vez que grande parte dos custos com insumos é atrelada ao Dólar e os produtos são posteriormente comercializados em moeda local. Não há como assegurar que manteremos a mesma competitividade perante a concorrência, considerando a expectativa de aumento da disputa por participação de mercado com empresas multinacionais, o que poderá reduzir materialmente o nosso faturamento no mercado de varejo local.

A maior parte de nossas operações está em mercados emergentes. Nossos atuais e futuros resultados operacionais, bem como nossa condição financeira dependem das condições econômicas nos países onde operamos e esperamos operar, e qualquer deterioração nas condições econômicas poderá prejudicar nossos resultados operacionais.

A maior parte de nossas operações está localizada na América Latina. Em 31 de dezembro de 2020, 94,9% da nossa receita líquida era proveniente de nossas operações na América Latina (Brasil (87,4%) e Argentina (1,9%)). Os países na América Latina têm vivenciado períodos de instabilidade econômica e política nos últimos anos. Ocorrências no cenário macroeconômico nesses países podem ocasionar desaceleração econômica, o que pode afetar as decisões de contratação de prestadores de serviços e a procura pelos produtos por nós oferecidos, com potencial redução da quantidade de clientes, o que poderia afetar negativamente a nossa receita.

Os riscos de realizar negócios internacionalmente, incluem tendências de mercado, ambiente de negócios ou regulamentação, entre outros: (i) dificuldades e custos associados ao cumprimento de uma variedade de leis, regulamentos e tratados, nacionais e estrangeiros; (ii) mudanças nos requisitos legislativos ou regulatórios; (iii) controles de preço e câmbio; (iv) instabilidade política, incluindo nacionalização e expropriação; (v) restrições comerciais, incluindo atrasos associados a procedimentos de aduana, tarifas e requisitos de licenciamento de importação; (vi) impostos; e (vii) dificuldades na aplicação de direitos de propriedade intelectual. Não se pode assegurar que os regimes políticos, fiscais ou legais dos países onde operamos ou esperamos operar não gerem aumentos nos custos ou reduzam a demanda pelos produtos por nós oferecidos, o que pode prejudicar nossos resultados operacionais e nossa condição financeira.

(j) a questões socioambientais

Estamos sujeitos à legislação e à regulamentação ambiental e suas respectivas obrigações, cuja violação pode nos afetar adversamente pela aplicação de sanções e penalidades, pecuniárias ou não.

Estamos sujeitos a leis federais, estaduais e municipais relacionadas à preservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, a legislação estabelece exigências de licenças ambientais e padrões para o descarte de efluentes, emissões atmosféricas, gestão de resíduos sólidos, tratamento e remediação de áreas contaminadas bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas, o que faz com que incorramos em custos para prevenção, controle,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

redução ou eliminação de emissões no ar, solo e água, bem como no descarte e manejo de resíduos na fábrica e no centro de distribuição.

Quaisquer violações às leis e regulamentações ambientais poderão nos expor a sanções administrativas (incluindo, por exemplo, suspensão de obras e atividades, bem como multas de até R$ 50 milhões) e criminais, prejudicando nossa imagem, além da obrigação de reparar os danos causados ao meio ambiente e a indenizar terceiros na esfera cível.

Na esfera criminal, a responsabilidade por danos causados ao meio ambiente no Brasil tem como preceito fundamental a Lei Federal nº 9.605/98 ("Lei de Crimes Ambientais"). Referida Lei, além das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e as respectivas sanções, prevê regras e circunstâncias específicas de aplicação das penas por crimes ambientais, adaptando as regras de direito penal às exigências que a proteção ao meio ambiente exige.

A violação à Lei de Crimes Ambientais pode caracterizar crime ambiental, atingindo as pessoas físicas na figura dos administradores, diretores, membros do conselho de administração e de órgãos técnicos, auditores, gerentes, prepostos ou mandatários e a própria pessoa jurídica. A pessoa jurídica pode ser punida com a aplicação de uma multa criminal ou com penas restritivas de direitos, que podem ser (i) suspensão parcial ou total da atividade; (ii) interdição temporária do estabelecimento, da obra ou da atividade e (iii) proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações.

Vale ressaltar que a responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que acaba muitas vezes por estender a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos. Dessa forma, verifica-se ser abrangente a responsabilização criminal por danos ambientais, havendo a possibilidade de, pela prática de uma única conduta prevista como criminosa, serem responsabilizados diversos sujeitos, inclusive administradores.

Ademais, referida lei prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica da causadora do dano ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

A nossa responsabilização por infrações, danos e crimes ambientais poderá afetar adversamente nossa imagem, operações e situação financeira.

Ainda, o Ministério Público e órgãos regulatórios poderão fiscalizar e instaurar procedimentos administrativos para apuração de eventuais irregularidades que possam ser atribuídos às nossas atividades. Nesses casos, poderão ser celebrados Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) ou Termos de Compromissos (TC) perante respectivas autoridades, com assunção de obrigações específicas. Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento, total ou parcial, dos termos convencionados em referidos instrumentos de compromisso, podemos ficar sujeitos a riscos e penalidades, tais como o pagamento de multas, execução do título e, ainda, judicialização de desacordos perante o Poder Judiciário.

Não podemos garantir que essas leis e regulamentações não se tornarão mais rígidas, exigindo que aumentemos de forma significativa nossos investimentos a fim de cumpri-los. Caso isso ocorra, poderá haver redução dos recursos disponíveis para outros investimentos, o que poderá, por sua vez, impactar os nossos resultados de forma significativa.

A ausência de licença ambientais, registros, outorgas, autorizações, aprovações e anuências de natureza ambiental podem afetar significativamente os nossos resultados e imagem.

Dificuldades na obtenção ou a falha em obter as licenças registros, outorgas, autorizações, aprovações e anuências necessárias podem atrasar ou impedir o pleno funcionamento de nossas atividades. A falta de qualquer licença ou o descumprimento, parcial ou total dos regulamentos e condicionantes técnicas ambientais, podem acarretar em um efeito adverso para nossas atividades,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

bem como na imposição de penalidades nas esferas administrativa e criminal, sem prejuízo da reparação de danos na esfera civil, situações em que os nossos resultados e imagem poderão ser adversamente afetados.

Adicionalmente, no tocante às instalações físicas necessárias às nossas atividades, qualquer interrupção significativa, fechamento parcial ou total ou mau funcionamento devido ao gerenciamento de eventuais áreas contaminadas, ou qualquer outra razão, como desastre da natureza, incêndios, falhas sistêmicas, acidentes ou outras causas imprevistas, podem atrasar ou prejudicar a capacidade de distribuir mercadorias ou, ainda, resultar na perda de produtos.

A escassez ou falta de água poderá afetar de forma adversa os nossos negócios e resultados operacionais.

A água é matéria prima fundamental para os nossos negócios, sendo utilizada em diversas etapas do processo de fabricação do vidro e refrigeração de equipamentos. Consequentemente, a escassez, alterações na política para outorga de captação ou falta de água representa um risco crítico para os nossos negócios. A impossibilidade do uso industrial da água pode afetar de forma adversa levando a interrupção da nossa produção, sem prejuízo da imposição de multas de até R$ 50 milhões por eventual uso não autorizado de recurso hídrico.

Além disso, nossa metodologia de avaliação de riscos relacionados à água nas áreas em que possuímos operação pode não estimar com precisão o abastecimento de água ou antecipar os riscos relacionados à sua escassez. O aumento do uso industrial de água por meio de negócios que demandam o uso intensivo de água também pode afetar adversamente a disponibilidade e a qualidade da água no Brasil. Por fim, o eventual descumprimento das normas referentes ao uso e à gestão de água pode nos sujeitar a determinadas sanções, bem como à escassez ou à falta de água. A escassez ou falta de água, inesperada ou não, pode afetar de forma adversa os nossos negócios e resultados operacionais.

As nossas atividades estão sujeitas a riscos relacionados a poluição, danos à saúde humana, segurança e impactos em comunidades.

Enfrentamos, no contexto de nossa operação, riscos inerentes à operação industrial das] fábricas], relacionados especialmente a questões ambientais e de segurança do trabalhador, bem como ao impacto ambiental que pode ser causado em comunidades nos locais nos quais atuamos. Eventuais falhas em observar aspectos ambientais nas operações podem gerar passivos que nos onerem pela autuação por órgãos competentes, sanções criminais, bem como pela necessidade de investimentos para reparação dos danos.

Além disso, os nossos trabalhadores e prestadores de serviço estão expostos a riscos relacionados à segurança do trabalho nas nossas operações. A inobservância de situações de perigo, a ausência de equipamentos de proteção individual e coletiva, assim como a fadiga e cansaço dos trabalhadores podem resultar em acidentes de trabalho com prejuízos humanos e materiais.

O gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos gerados em nossas fábricas pode afetar adversamente o nosso negócio.

Estamos sujeitos ao gerenciamento de nossos resíduos sólidos, nos termos da Lei Federal nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 ("Política Nacional de Resíduos Sólidos"), a qual tem por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Tendo em vista que os resíduos sólidos gerados poderão, em função de sua natureza, causar impactos a atmosfera, solo, águas subterrâneas e superficiais e ecossistema durante todo seu ciclo de vida, seja nas nossas dependências, seja, principalmente, no local de sua destinação final, ficamos responsáveis pela segregação, pelo armazenamento, pelo transporte e pela destinação final de resíduos ou disposição final de rejeitos de forma ambientalmente adequada, podendo também ser obrigada a reparar danos ambientais decorrentes da gestão inadequada de tais resíduos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ademais, poderemos ser responsabilizados por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos resíduos ou rejeitos. O descumprimento de quaisquer obrigações relacionadas ao gerenciamento dos resíduos sólidos, à implementação de logística reversa e/ou à geração de poluição de qualquer natureza, poderá ensejar a aplicação de multa, a qual pode variar de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), dentre outras penalidades, conforme estabelecido no Decreto Federal nº 6.514/2008, sem prejuízo de eventuais obrigações e penalidades estabelecidas em nível estadual ou municipal.

O risco de eventual contaminação de solo e águas subterrâneas nos imóveis de propriedade ou ocupados pela Companhia pode afetar adversamente sua imagem, operações e resultados financeiros

A Companhia, na qualidade de proprietária ou possuidora de imóvel no qual há identificação de contaminação de solo e água subterrânea, independentemente de termos sido ou não o efetivo causador da contaminação, poderemos vir a ser responsabilizados e compelidos a realizar a remediação e recuperação dos danos associados, tanto por requerimento de órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público.

Caso não sejamos capazes de cumprir com as obrigações impostas nesse sentido, poderemos nos tornar alvo de processos de remediação perante os órgãos competentes, e ainda, responsáveis pela sua integral recuperação, promovendo a remoção de substâncias nocivas ou tóxicas fora dos parâmetros exigidos pela legislação aplicável existentes em tais propriedades.

Tais processos de gerenciamento de áreas contaminadas tendem a se prolongar por períodos relevantes e podem ensejar o desembolso de valores significativos até a conclusão da remediação, o que pode afetar os nossos negócios, resultado operacional e imagem.

Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem resultar em aumento de custos para cumprimento destas regulações.

Regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"), seja através de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória e ambiental. Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de GEE. A atual regulamentação sobre GEE, ou, ainda, a regulamentação que eventualmente venha a ser aprovada, poderá aumentar os custos da Companhia para estar em conformidade com a legislação ambiental. Tais efeitos podem afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

(k) riscos macroeconômicos

Pandemias, epidemias ou surtos de doenças infecciosas, como o COVID-19, podem levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão adversa sobre a economia mundial, incluindo a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de nossa emissão.

Pandemias, epidemias ou surtos de doenças infecciosas podem ter um efeito adverso no mercado e economia global. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como zika vírus, vírus ebola, vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

Em 11 de março de 2020, a OMS declarou a pandemia do COVID-19, doença causada por um novo coronavírus (SARS-Cov-2), que desencadeou severas medidas por autoridades governamentais ao redor do mundo com o objetivo de controlar sua disseminação, incluindo restrição ao fluxo de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

pessoas, com limitações a viagens, utilização de transportes públicos, quarentenas e *lockdowns*, fechamento prolongado de estabelecimentos comerciais, interrupções na cadeia de suprimentos e redução de consumo de uma maneira geral. No Brasil, alguns estados e cidades seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de parques, shopping centers, restaurantes e outros estabelecimentos comerciais e espaços públicos.

Essas medidas aliadas às incertezas provocadas pela pandemia do COVID-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo o Brasil, inclusive causando seis paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 em oito pregões ao longo do mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3 foi adversamente afetada em razão da pandemia do COVID-19. Impactos semelhantes a esses podem voltar a ocorrer, provocando oscilação dos ativos negociados na B3.

Adicionalmente, qualquer mudança material na economia e no mercado de capitais global, incluindo o Brasil, pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações ordinárias de nossa emissão, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de nossos valores mobiliários, além de dificultar nosso acesso ao mercado de capitais e financiamento de nossas operações, inclusive em termos aceitáveis. Para mais informações sobre os impactos da pandemia do COVID-19 nos nossos negócios, veja item 10.9 deste Formulário de Referência.

A economia do Brasil permanece vulnerável a fatores externos, o que pode ter um efeito adverso sobre o crescimento econômico do Brasil e sobre os nossos negócios e resultado operacional.

A globalização dos mercados de capitais aumentou as vulnerabilidades dos países a eventos adversos. O Brasil permanece vulnerável a flutuações financeiras e econômicas internacionais, inclusive com relação a países da América Latina e países de mercados emergentes.

As recentes e contínuas recessões e crises em determinados países europeus e reduções na taxa de crescimento na economia chinesa afetam a economia brasileira de muitas formas, gerando inclusive uma retração nos fluxos comerciais e de capital e uma redução nos preços de commodities, o que impacta a certeza do investidor e a confiança do consumidor.

Adicionalmente, crises em outros países emergentes podem diminuir o interesse dos investidores em valores mobiliários brasileiros, incluindo os nossos, o que pode afetar adversamente o preço de mercado das nossas ações.

A ocorrência de efeitos negativos como os mencionados acima pode levar à deterioração das condições macroeconômicas no Brasil e os impactos decorrentes, como o comprometimento da capacidade de pagamento de clientes do sistema bancário, teriam impacto direto sobre o nosso negócio, limitando a nossa capacidade de atingir metas.

A crise econômica e política no Brasil pode ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, operações e condição financeira, bem como o preço de negociação de nossas ações.

O ambiente político no Brasil influenciou e continua a influenciar o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, podendo resultar em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos pelas empresas brasileiras.

Nos últimos anos, o mercado brasileiro enfrentou um aumento da volatilidade devido às incertezas relacionadas a escândalos de corrupção, os quais continuam sendo investigados pelo Ministério Público Federal nas Operações *Lava Jato*, *Zelotes*, *Greenfield*, *Eficiência*, dentre outras, e ao impacto desses escândalos sobre a economia e ambiente político brasileiro. Membros do Governo Federal e do Poder Legislativo e Executivo, bem como altos executivos de grandes empresas foram

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

presos ou estão sendo processados ou investigados pelo crime de corrupção, dentre outros crimes que envolvem o pagamento de propina.

Não se pode garantir que qualquer pessoa que, direta ou indiretamente, esteja vinculada a nós, seja funcionário, diretor, conselheiro, fornecedor, prestador de serviços ou subcontratado, não está ou estará envolvida na Operação Lava Jato ou em investigações similares, o que poderia afetar negativamente a nossa imagem e reputação.

O resultado das investigações em curso no âmbito da Operação Lava Jato e de outras investigações similares é incerto, mas já houve impacto negativo na imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como na economia brasileira. Não podemos prever se as investigações resultarão em mais instabilidade política e econômica ou se haverá novas alegações contra funcionários e executivos do governo ou companhias privadas no futuro. Além disso, não podemos prever o resultado dessas investigações, nem seus efeitos sobre a economia brasileira, sobre o mercado acionário brasileiro e/ou sobre os nossos negócios.

Até a data deste Formulário de Referência, o presidente Jair Bolsonaro está sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal pela suposta prática de atos impróprios alegados pelo ex-ministro da Justiça, Sr. Sergio Moro. Segundo o ex-ministro, o presidente teria solicitado a nomeação de funcionários da polícia federal brasileira. Caso o presidente tenha cometido tais atos, quaisquer consequências resultantes, incluindo a potencial abertura de processo de *impeachment*, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no Brasil, inclusive em nossos negócios.

Desta forma, não podemos estimar completamente o impacto dos desenvolvimentos políticos e macroeconômicos brasileiros e globais em nossos negócios. Além disso, instabilidades econômicas e políticas podem levar a uma percepção negativa da economia brasileira e a uma maior volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros, o que também pode nos afetar adversamente, assim como aos nossos valores mobiliários. Qualquer instabilidade econômica continuada e incerteza política também podem afetar adversamente os nossos negócios.

A inflação e as medidas do Governo Federal para controlar a inflação, inclusive aumentando as taxas de juros, podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e nos afetar de maneira adversa.

O Brasil experimentou, no passado, taxas de inflação extremamente altas e, em consequência, seguiu políticas monetárias que contribuíram para uma das maiores taxas de juros real do mundo. A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la podem ter efeitos significativos sobre a economia brasileira e os nossos negócios. Políticas monetárias rígidas com altas taxas de juros e altas exigências de depósitos compulsórios podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais brandas do governo e do Banco Central e quedas nas taxas de juros podem desencadear aumentos da inflação e, consequentemente, a volatilidade do crescimento e a necessidade de aumentos repentinos e significativos da taxa de juros.

Como resultado dessas medidas, a taxa básica de juros no Brasil tem flutuado significativamente. A taxa de inflação brasileira, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA, medido pelo IBGE, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, foi de 3,75%, 4,31% e 4,52% respectivamente. Da mesma forma, entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2020, a taxa de juros estabelecida pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia, ou SELIC, variou entre 7% e 2% ao ano.

As pressões inflacionárias podem resultar em intervenções governamentais na economia, incluindo políticas que podem afetar adversamente o desempenho geral da economia brasileira, o que poderia, por sua vez, afetar adversamente operações e o preço de negociação dos valores mobiliários de nossa emissão. A inflação, as medidas para conter a inflação e a especulação sobre medidas potenciais também podem contribuir para uma incerteza significativa em relação à economia brasileira e enfraquecer a confiança dos investidores, o que pode afetar a nossa capacidade de acesso ao financiamento, incluindo o acesso aos mercados de capitais internacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Medidas futuras do Governo Federal, incluindo reduções nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do real podem desencadear aumentos na inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira.

A inflação também pode aumentar os nossos custos e despesas, e podemos não ser capazes de transferir tais custos aos clientes, reduzindo nossas margens de lucro e lucro líquido. Além disso, índices inflacionários elevados geralmente aumentam as taxas de juros domésticas e, portanto, o serviço da dívida da parcela em reais da nossa dívida, que é indexada a taxas flutuantes, de acordo com o Certificado de Depósito Interbancário - CDI, também pode aumentar, e com isso, o nosso resultado pode ser afetado. A inflação e seus efeitos relacionados às taxas de juros domésticas poderiam, ainda, reduzir a liquidez nos mercados de capital e financeiro domésticos, o que afetaria a capacidade de refinanciar o nosso endividamento nesses mercados. Além disso, a inflação também pode nos afetar indiretamente, pois os nossos clientes também podem ser afetados e ter sua capacidade financeira reduzida. Qualquer redução em nossas vendas líquidas ou lucro líquido, bem como qualquer redução no nosso desempenho financeiro e preço de negociação das nossas notas. Os nossos clientes e fornecedores podem ser afetados por altas taxas de inflação e tais efeitos podem afetar adversamente os nossos negócios.

A desvalorização de condições econômicas e de mercado, em geral, ou a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, pode afetar negativamente a economia brasileira e o preço de mercado de valores mobiliários brasileiros.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, China, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes. Embora as condições econômicas na Europa, na China e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. Os preços das ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, por exemplo, foram historicamente sensíveis a flutuações nas taxas de juros nos Estados Unidos, bem como a variações das principais bolsas dos Estados Unidos. Além disso, as crises em outros países de mercados emergentes podem diminuir o interesse de investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as ações de nossa emissão. Por exemplo, em 2001, a Argentina anunciou que deixaria de efetuar pagamentos de sua dívida pública. A crise econômica na Argentina afetou negativamente a percepção dos investidores nos mercados de capitais brasileiro por muitos anos. As crises econômicas ou políticas na América Latina ou em outros mercados emergentes podem significativamente afetar a percepção dos riscos inerentes ao investimento na região. Isso poderá produzir um efeito adverso no valor de mercado dos valores mobiliários de empresas com parcela substancial de suas operações na Argentina e/ou Brasil.

Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das nossas ações, restringir o nosso acesso aos mercados de capitais e comprometer a nossa capacidade de financiar as nossas operações no futuro com termos favoráveis ou independentemente dos termos.

Uma eventual recessão e/ou desaceleração econômica global, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, inclusive em decorrência dos efeitos da pandemia da COVID-19, pode afetar negativamente a economia brasileira e, por sua vez, levar a uma menor atividade comercial e de consumo, bem como a um aumento em nossas perdas e provisões para devedores duvidosos. Se as condições econômicas no Brasil piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à desvalorização do Real, à inflação ou ao aumento da taxa doméstica de juros ou ao aumento do nível de desemprego, um maior percentual de nossos clientes pode se tornar inadimplente, causando efeito relevante adverso em nossos negócios.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Não só a economia brasileira, mas também a de outros países, pode ser afetada de forma geral pela variação das condições econômicas do mercado internacional, e notadamente pela conjuntura econômica dos Estados Unidos, China, países europeus, bem como outros países latino-americanos. Ainda, eventuais reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, em alguma medida, prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros de maneira geral, inclusive das ações de nossa emissão. Adicionalmente, o risco de default de países em crise financeira, dependendo das circunstâncias, pode reduzir a confiança dos investidores internacionais e trazer volatilidade para os mercados. Na medida em que problemas econômicos em países de mercados emergentes ou em outros lugares afetem o Brasil negativamente, o nosso negócio e o preço de mercado das nossas ações ordinárias também podem ser afetados negativamente.

A diminuição do investimento estrangeiro no Brasil pode afetar negativamente o crescimento e a liquidez na economia brasileira, que, por sua vez, pode ter um impacto negativo sobre os nossos negócios.

A interrupção ou volatilidade nos mercados financeiros globais pode aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o cenário econômico e financeiro no Brasil, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Adicionalmente, desde dezembro de 2019, uma doença causada por uma nova forma de coronavírus, denominada COVID-19, disseminou-se globalmente. Esse evento causou e deve continuar a causar disrupção da atividade econômica regional e global, o que afetou e deve continuar a afetar a nossa Companhia adversamente. A extensão dos efeitos da pandemia causada pelo atual coronavírus e/ou outras doenças sobre a crise global dependerá de acontecimentos futuros, que são altamente incertos e não podem ser previstos, incluindo novas informações que podem surgir a respeito de novas ações para conter ou remediar seus efeitos.

Além disso, em novembro de 2020, Joe Biden venceu a eleição presidencial nos Estados Unidos. Não podemos prever os efeitos da eleição de Joe Biden ou de suas políticas. O Presidente dos Estados Unidos tem considerável poder na determinação de políticas e ações governamentais que podem ter um efeito material adverso na economia global e na estabilidade política global. Não podemos garantir que o novo governo adotará políticas destinadas a promover a estabilidade macroeconômica, a disciplina fiscal e o investimento doméstico e estrangeiro, o que pode ter um efeito adverso significativo nos mercados financeiros e de valores mobiliários no Brasil, em empresas brasileiras, incluindo a nossa Companhia, e nos valores mobiliários de emissores brasileiros.

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, podem a causar um efeito adverso relevante nas nossas atividades, nos nossos resultados operacionais e mesmo no preço das nossas ações.

A economia brasileira é caracterizada por intervenções do Governo Federal e pela ocorrência de ciclos econômicos instáveis. O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente promove modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, dentre outras medidas. As atividades, a situação financeira, o resultado operacional e o preço de mercado das nossas ações podem vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida por taxas de crescimento do PIB;
- inflação;
- política fiscal e monetária; políticas sanitárias (incluindo práticas adotadas em relação a atual pandemia do COVID-19)

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- disponibilidade de crédito;
- controle de importação;
- taxas de juros;
- fornecimento de energia elétrica;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- instabilidade social e política;
- movimentos de taxas de câmbio e controle cambial; e
- outros acontecimentos econômicos, políticos, diplomáticos e sociais, que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses e outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil, agravada pelos impactos da pandemia de COVID-19 no ano de 2020, o que pode prejudicar as nossas atividades e resultados operacionais, podendo, inclusive, vir a afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações.

Além disso, a economia brasileira foi afetada por eventos políticos recentes que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, prejudicando assim o desempenho econômico brasileiro. Adicionalmente, qualquer falta de decisão do Governo Federal para implementar mudanças em certas políticas ou regulamentos podem contribuir para a incerteza econômica dos investidores em relação ao Brasil e aumentar a volatilidade do mercado, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre nós e sobre nossas ações.

Qualquer degradação da classificação de crédito do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das nossas ações.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de rating avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores. O Brasil perdeu grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard&Poor’s, Moody’s e Fitch.

Em setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu o *rating* de crédito soberano do Brasil para grau de investimento inferior, de BBB- para BB+, citando, entre outras razões, a instabilidade geral no mercado brasileiro causada pela interferência do governo brasileiro na economia e dificuldades orçamentárias. A Standard & Poor’s rebaixou novamente o *rating* de crédito do Brasil em fevereiro de 2016, de BB+ para BB, e manteve sua perspectiva negativa, citando uma piora na situação de crédito desde o rebaixamento de setembro de 2015. Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's reduziu o *rating* atribuído ao Brasil para o BB com uma perspectiva estável, tendo em vista as dúvidas em relação aos esforços de reforma das aposentadorias e eleições presidenciais deste ano.

Em dezembro de 2015, a Moody´s colocou os ratings Baa3 do Brasil em análise, citando tendências macroeconômicas negativas e uma deterioração das condições fiscais do governo. Posteriormente, em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou os ratings do Brasil para abaixo do grau de investimento, para Ba2 com perspectiva negativa, citando a perspectiva de deterioração adicional no serviço da dívida do Brasil em um ambiente negativo ou de baixo crescimento, além de desafiar a dinâmica política. Em abril de 2018, a Moody's manteve o rating de crédito do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, o que manteve em setembro de 2018, citando expectativas de novos cortes nos gastos do governo.

A Fitch também rebaixou o rating de crédito soberano do Brasil para BB + com perspectiva negativa em dezembro de 2015, citando o déficit orçamentário em rápida expansão do país e a recessão pior que a esperada e fez um rebaixamento ainda maior em maio de 2016 para BB com perspectiva negativa, que manteve em 2017. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil para BB negativo, nota essa que foi reafirmada em agosto de 2018, com uma

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

perspectiva estável, citando as fraquezas estruturais nas finanças públicas, alto endividamento do governo, fracas perspectivas de crescimento, ambiente político e questões relacionadas à corrupção.

Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro tem apresentado altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração do PIB, flutuações significativas do real em relação ao dólar norte-americano, aumento do nível de desemprego e redução dos níveis das despesas e da confiança do consumidor. A Fitch manteve o rating de crédito soberano do Brasil para BB - com perspectiva negativa em maio de 2020, citando a deterioração dos cenários econômico e fiscal brasileiro e de riscos de piora para ambas dimensões, diante da renovada incerteza política, além das incertezas sobre a duração e intensidade da pandemia de COVID-19.

Qualquer rebaixamento adicional dos ratings de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações.

Crises econômicas, sanitárias (incluindo o atual coronavírus (COVID-19), políticas, ambientais ou qualquer outro tipo de crise que tenha o condão de impactar a economia brasileira poderão afetar o poder aquisitivo da população, o que, poderá resultar em uma diminuição do número de vendas dos nossos produtos

Crises econômicas, sanitárias (incluindo o atual coronavírus (COVID-19), políticas, ambientais ou qualquer outro tipo de crise que tenha o condão de impactar a economia brasileira poderão afetar o poder aquisitivo da população, o que poderá resultar em uma diminuição do número de vendas dos nossos produtos.

A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008, por exemplo, provocou o aumento do dólar frente ao real, a restrição de crédito no mercado interno, o aumento das taxas de desemprego, o aumento da inadimplência e, consequentemente, a redução do consumo no Brasil. No mesmo sentido, a crise político-econômica vivenciada pelo país entre 2015-2016, teve um impacto relevante nas taxas de desemprego, diminuindo o poder aquisitivo da população e, consequentemente o consumo no país.

Recentemente, a pandemia da COVID-19 tem provocado impactos econômicos negativos globais, que ainda não conseguimos quantificar. Como resultado da pandemia, acredita-se que o poder aquisitivo da população brasileira reduzirá, o que poderá provocar uma redução no consumo e impactar o volume das nossas vendas. O impacto no volume das nossas vendas poderá afetar negativamente os nossos resultados e a nossa situação econômica.

A instabilidade da taxa de câmbio poderá ter efeito substancial negativo sobre a economia brasileira e sobre a Companhia.

A moeda brasileira tem sofrido forte oscilação com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Em 13 de maio de 2020, a taxa de câmbio do real em relação ao dólar norte-americano foi de R$5,901 por US$1,00. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. Desde 1999, o Brasil adotou um sistema de câmbio flutuante com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas.

Não se pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do real frente ao dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as nossas atividades.

A desvalorização do real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados, por conta da retração no consumo e do aumento dos nossos custos. Por outro lado, a valorização do real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. A Companhia não exerce quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil e nem dispõe da capacidade de prevê-la. O nosso negócio, a nossa situação financeira, os resultados operacionais e as nossas perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

As operações de exportação nos expõem a riscos relacionados a flutuações de moeda, bem como a riscos políticos e econômicos em outros países.

As nossas atividades de exportação nos expõem a riscos não enfrentados por empresas com atuação restrita ao Brasil. Um risco é a possibilidade de as exportações serem afetadas por restrições e tarifas de importação ou outras medidas de proteção ao comércio internacional e exigências de licença de importação ou exportação. Ainda, a redução de tarifas de importação para produtos estrangeiros similares poderá afetar a venda dos nossos produtos no território nacional.

O nosso desempenho financeiro futuro dependerá significativamente das condições econômicas, políticas e sociais nos nossos principais mercados, especialmente no Oriente Médio, Norte da África, Ásia, Américas e a Comunidade de Estados Independentes, ou CEI.

Outros riscos associados às nossas exportações incluem: (i) variação das taxas de câmbio e de inflação nos países estrangeiros nos quais a Companhia opera; (ii) controles cambiais; (iii) alteração das condições políticas ou econômicas de um país ou de uma região específica; (iv) consequências potencialmente negativas em decorrência de alterações de exigências regulatórias; (v) dificuldades e custos associados à observância e execução de diferentes leis, tratados e regulamentos internacionais complexos, incluindo, sem se limitar, a Lei sobre Práticas de Corrupção no Exterior; (vi) altas alíquotas de tributos e/ou ganhos que poderão estar sujeitos a exigências de retenção e aumento de tributos incidentes sobre o repatriamento; (vii) consequências potencialmente negativas de alterações na legislação tributária; e (viii) situações de guerras, ações terroristas, dentre outros. A ocorrência de quaisquer desses eventos poderia ter impacto negativo relevante sobre os nossos resultados operacionais e a nossa capacidade de realizar negócios em mercados existentes ou em desenvolvimento.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Informamos que, em linha com as demonstrações financeiras publicadas, estamos sujeitos aos riscos de mercado abaixo descritos quantitativa e qualitativamente, por ordem de relevância e sem mitigação ou omissão de informações relevantes.

Os riscos de mercado mais significativos a que estamos expostos estão relacionados (i) a eventual diminuição da demanda pelos nossos produtos em função do cenário macroeconômico; (ii) à volatilidade da taxa de juros; e (iii) à volatilidade da taxa de câmbio., conforme a seguir detalhados. Há ainda outros riscos financeiros aos quais estamos expostos, como riscos de crédito e riscos de liquidez.

Exposição ao risco de taxa de juros

As variações das taxas de juros afetam diretamente o nosso custo financeiro, uma vez que realizamos captações indexadas juros. Esse risco é oriundo da possibilidade de incorrermos em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os ativos e passivos financeiros.

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 instrumentos derivativos para cobertura de riscos de taxas de juros.

A Companhia identificou para cada tipo de instrumento financeiro a situação de variação nas taxas de câmbio e taxas de juros que podem gerar perda no ativo e/ ou passivo que está sendo protegido.

Para cada exposição, a Administração definiu um cenário provável com base na informação disponível nas datas dos balanços patrimoniais e definiu a variação de taxas de juros que considera os efeitos de uma elevação de 25% e 50% nas taxas de juros da economia e demais indexadores sensíveis às variações para ativos e passivos financeiros diretamente suscetíveis às oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado, para posições em aberto em 31 de dezembro de 2020.

(em R$ milhares) **Análise de sensibilidade**	**Consolidado**		
Instrumentos financeiros	**Cenário Provável em 31/12/2020**	**Cenário de alta 25%**	**Cenário de alta 50%**
Títulos e valores mobiliários	7.328	9.160	10.992
Empréstimos e financiamentos	(29.831)	(37.288)	(44.746)
	(22.503)	**(28.128)**	**(33.754)**

Risco cambial

O risco de câmbio decorre principalmente das operações de exportação que realizamos para diversos países. Ainda, compramos matérias primas, algumas das quais atreladas ao câmbio. Por fim, o câmbio impacta importações de produtos concorrentes.

Periodicamente, há flutuações significativas na taxa de câmbio entre o real, o dólar norte-americano e outras moedas. A apreciação do real em relação ao dólar norte-americano pode levar a uma amortização do crescimento das exportações. Os nossos custos de produção são em reais, mas as vendas internacionais são, em grande parte, em dólares norte-americanos. As nossas receitas geradas pelas exportações são reduzidas quando convertidas para reais nos períodos em que o real se valoriza em relação ao dólar norte-americano. Qualquer valorização poderia reduzir a competitividade das exportações e afetar adversamente as vendas líquidas e o fluxo de caixa das nossas exportações. Por outro lado, uma desvalorização do real frente ao dólar americano pode resultar em custos maiores.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Os custos também são diretamente impactados pelas taxas de câmbio. Qualquer depreciação do real em relação ao dólar norte-americano poderia criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, aumentando o preço dos produtos importados e exigindo políticas governamentais deflacionárias.

A seguir, encontra-se demonstrada a exposição da Companhia, por moeda, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a qual considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa:

Valores denominados em milhares de dólares norte-americanos.

	Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Contas a receber (i)			
Dólar norte-americano	4.501	4.579	4.418
Empréstimos e financiamentos (ii)			
Dólar norte-americano	-	(6.199)	(5.000)
Exposição líquida (i) – (ii):	4.501	(1.620)	(582)

A Companhia não possuía, em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 instrumentos derivativos para cobertura de riscos de taxas de câmbio.

Risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de uma contraparte não cumprir com suas obrigações financeiras, ocasionando perdas financeiras para a Companhia.

Estamos expostos a riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos (contas a receber), contrapartes de contratos ou em emissões de títulos. Com relação às contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e de análises de crédito contínua.

Em 31 de dezembro de 2020, possuíamos R$ 242.064 milhões de saldo de contas a receber de clientes decorrente de venda de produtos de utilidade doméstica e embalagem a prazo para clientes do mercado nacional e exportação em função de limite de credito aprovado previamente.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito é conforme segue:

	Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Caixa e equivalentes de caixa	63.593	12.926	16.599
Títulos e valores mobiliários	281.410	89.461	45.857
Contas a receber de clientes	242.064	218.049	159.769
	587.067	**320.436**	**222.225**

Risco de liquidez

Estamos expostos a riscos de liquidez, decorrentes da possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou a possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

A seguir são apresentados os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Consolidado 31/12/2020		
	Valor contábil	**Até 1 ano**	**2-6 anos**
Empréstimos e financiamentos	675.206	90.206	585.000
Fornecedores	109.069	109.069	-
Passivo de arrendamento	7.818	3.517	4.301
	792.093	**202.792**	**589.301**

	Consolidado 31/12/2019		
	Valor contábil	**Até 1 ano**	**2-6 anos**
Empréstimos e financiamentos	255.547	40.547	215.000
Fornecedores	58.957	58.957	-
Passivo de arrendamento	10.735	3.376	7.359
	325.239	**102.880**	**222.359**

	Consolidado 31/12/2018		
	Valor contábil	**Até 1 ano**	**2-3 anos**
Empréstimos e financiamentos	132.042	87.042	45.000
Fornecedores	52.345	52.345	-
Partes relacionadas	9.424	-	9.424
	193.811	**139.387**	**54.424**

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Nós e nossa controlada figuramos como partes em procedimentos administrativos e processos judiciais de natureza cível, trabalhista, tributária, ambiental e administrativa, decorrentes do curso normal de nossas atividades.

Em 31 de dezembro de 2020, constituímos provisão no montante de R$1.308 mil para perdas com causas judiciais, cuja chance de perda é classificada por nossos assessores legais como “provável”. O cálculo dos valores a serem provisionados reflete a melhor expectativa de perda das ações judiciais e administrativas, apuradas pelos advogados responsáveis pela condução/gerenciamento dos processos. O cálculo foi realizado com base na análise dos pedidos e adequação dos valores quanto as métricas dos pedidos e respectiva possibilidade jurídica trabalhista.

Em 31 de dezembro de 2020, nós tínhamos o conhecimento de que éramos partes em um total de 209 (duzentos e nove) processos que representam um valor envolvido aproximado de R$614.483.007,67.

Os processos descritos neste item foram selecionados considerando sua capacidade de representar impacto significativo ao nosso patrimônio (superior a R$7 milhões), à nossa capacidade financeira ou aos nossos negócios. Foram considerados, ainda, na seleção de processos relevantes, independentemente do valor envolvido, processos judiciais ou administrativos que poderiam representar um impacto significativo em nossa imagem ou, ainda que, possam, de alguma forma, influenciar a decisão do investidor em investir em valores mobiliários de nossa emissão.

(i) Contingências Trabalhistas

Processo nº 1000437-02.2015.5.02.0492	
a. Juízo	2ª Vara do Trabalho de Suzano
b. Instância	Tribunal Superior do Trabalho (TST)
c. Data de instauração	13/03/2015
d. Partes no processo	M.A.L (Reclamante) Nadir Figueiredo S.A. (Reclamada)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 8.259.339,58
f. Principais fatos	O Reclamante alega ter sofrido acidente de trabalho que resultou em sequelas que o tornaram incapacitado para o trabalho. O Reclamante pleiteia o pagamento de (i) adicional de periculosidade; (ii) horas extras; (iii) indenização por danos materiais, morais e estéticos; e (iv) honorários advocatícios. Em primeira instância a ação foi julgada parcialmente procedente, sendo a Reclamada condenada ao pagamento de adicional de periculosidade, indenização por danos materiais e morais. As partes recorreram e, em segunda instância, foram acrescidos à condenação o pagamento de horas extras e danos materiais físicos e estéticos. A Reclamada recorreu ao TST. Aguarda-se julgamento.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Haverá impacto financeiro, até o montante indicado no item “e” acima, no caso de condenação da Companhia, bem como possíveis danos à sua imagem e reputação.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 1002137-84.2013.5.02.0491	
a. Juízo	1ª Vara do Trabalho de Suzano
b. Instância	Tribunal Superior do Trabalho (TST)
c. Data de instauração	19/12/2013
d. Partes no processo	Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Fabricação, Beneficiamento e Transformação de Vidros, Cristais, Espelhos, Fibra e Lã de Vidro no Estado de São Paulo (Reclamante) Nadir Figueiredo S.A. (Reclamada)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 6.203.946,71
f. Principais fatos	O Reclamante requer a determinação de perícia técnica na Reclamada para que se apure a exposição a condições de periculosidade às quais trabalhadores substituídos estariam expostos. Requer também a condenação da Reclamada no pagamento de adicional de periculosidade (retroativo à data de contratação dos substituídos), com os devidos reflexos, e no pagamento de honorários advocatícios. Em primeira instância a ação foi julgada parcialmente procedente, sendo a Reclamada condenada a (i) após o trânsito em julgado da ação, no prazo de 30 dias contados da intimação correspondente, incluir em folha de pagamento o adicional de insalubridade dos substituídos que trabalham, trabalharam ou que venham a trabalhar em funções e setores indicados pelo Juízo, com o respectivo grau, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 por trabalhador lesado; (ii) pagar adicional de insalubridade de 20% ou 40% do salário mínimo aos substituídos que trabalham, trabalharam ou que venham a trabalhar nas funções e setores indicados pelo Juízo, com os devidos reflexos; (iii) para os empregados desligados, salvo por justa causa, deverá ser observada as proporcionalidades em férias com um terço e décimo terceiro salário; (iv) para os empregados dispensados sem justa causa será devida a integração na multa rescisória do FGTS; e (v) para os dispensados sem justa causa que não cumpriram o aviso prévio, deverá também ser aplicada a integração no aviso prévio indenizado. Após recurso da Reclamada, em segunda instância a ação foi extinta sem julgamento de mérito. O Reclamante recorreu ao TST. Aguarda-se julgamento.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Haverá impacto financeiro no caso de condenação da Companhia, bem como possíveis danos à sua imagem e reputação.

Processo nº 1001365-90.2016.5.02.0047	
a. Juízo	47ª Vara do Trabalho de São Paulo
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	26/07/2016
d. Partes no processo	Paulo Alexandre Soares (Reclamante) Nadir Figueiredo S.A. (Reclamada)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.191.044,51
f. Principais fatos	O Reclamante alega ter adquirido doença ocupacional, tendo sido dispensado erroneamente pela Reclamada enquanto estava aposentado por invalidez. Em vista disso, o Reclamante pleiteia (i) o reconhecimento de doença ocupacional; (ii) a nulidade da dispensa e reintegração; (iii) o pagamento de indenização por danos morais; (iv) o pagamento de pensão mensal vitalícia; (v) a garantia de tratamento médico com o restabelecimento do Plano de Saúde; (vi) regularização dos depósitos de FGTS; e (vii) honorários advocatícios. Em primeira instância a ação foi julgada parcialmente procedente, sendo a Reclamada condenada ao pagamento de indenização por danos morais e materiais. As partes recorreram e, em segunda instância, o valor da indenização por danos morais foi reduzido (o restante da sentença foi mantido). O Reclamante recorreu ao TST. Aguarda-se decisão de admissibilidade.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Haverá impacto financeiro no caso de condenação da Companhia.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 0006500-36.2006.5.01.0029	
a. Juízo	29ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	18/01/2006
d. Partes no processo	Wladimir Rosário Sant'Anna (Reclamante) Nadir Figueiredo S.A. (Reclamada)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 2.704.624,25
f. Principais fatos	O Reclamante alega ter sofrido acidente de trabalho que resultou em sequelas que o tornaram incapacitado para o trabalho. O Reclamante pleiteia o pagamento de (i) pensões vencidas e vincendas; (ii) custeio de tratamento médico; (iii) indenização por danos morais; (iv) despesas vencidas e vincendas decorrentes do evento lesivo; (v) seguro de acidente de trabalho; (vi) plano de saúde; (vii) juros de mora; e (viii) honorários advocatícios. Em primeira instância a ação foi julgada parcialmente procedente, sendo a Reclamada condenada ao pagamento de: (i) indenização por danos morais e estéticos; (ii) pensão mensal vitalícia; e (iii) reembolso de despesas médicas. As partes opuseram embargos de declaração, pendentes de julgamento.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Haverá impacto financeiro no caso de condenação da Companhia.

Processo nº 1000743-66.2018.5.02.0491	
a. Juízo	1ª Vara do Trabalho de Suzano
b. Instância	Tribunal Superior do Trabalho (TST)
c. Data de instauração	02/08/2018
d. Partes no processo	Nadir Figueiredo S.A. (Reclamante) União Federal (Reclamada)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 68.528,24
f. Principais fatos	A Reclamante ajuizou ação anulatória em face da União Federal pleiteando (i) a anulação do auto de infração nº 02.145.271-7; (ii) o cancelamento da multa imposta, no valor de R$ 53.121,12; (iii) a determinação que a União Federal se abstenha de emitir certidão positiva de dívida ativa em seu nome e de inclui-la em quaisquer dos cadastros de inadimplência; e (iv) o pagamento de honorários advocatícios. Em primeira instância os pedidos da Reclamante foram julgados procedentes. No entanto, essa decisão foi revertida em segunda instância, tendo sido declarada a validade do auto de infração e julgada improcedente a ação anulatória. A Reclamada recorreu ao TST, tendo sido negado seguimento ao seu agravo de instrumento.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Haverá impacto financeiro no caso de condenação da Companhia, além da possibilidade de emissão de certidão positiva de dívida ativa em nome da Companhia no caso de inadimplemento.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

(ii) Tributárias

Processo nº 5002211-39.2017.4.03.6100	
Juízo	Tribunal Regional Federal da 3ª Região – TRF-3
Instância	2ª instância
Data de instauração	14.3.2017
Partes no processo	Polo Ativo: Nadir Figueiredo S.A. Polo Passivo: Fazenda Nacional
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 50.000.000,00 – valor estimado do crédito a ser apurado pela Companhia, considerando a exclusão do ICMS destacado da base de cálculo do PIS/COFINS
Principais fatos	Mandado de Segurança impetrado para que seja reconhecido o direito da Companhia em excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e seja reconhecido o direito à compensação/restituição dos créditos tributários relativos à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, indevidamente recolhidos nos últimos cinco anos. Proferida sentença julgando procedente o pedido, ratificando a liminar anteriormente deferida. Contra essa decisão, a Fazenda Nacional interpôs Recurso de Apelação. Em 22.4.2020, foi proferida decisão monocrática que deu parcial provimento ao recurso da Fazenda Nacional para explicitar os critérios de compensação/restituição. As partes apresentaram Agravo Interno, que aguarda julgamento no TRF-3.
Chance de perda	Remota
Impacto em caso de perda do processo	A Companhia atualmente possui decisão judicial que autoriza a exclusão da base de cálculo do PIS e da COFINS o valor do ICMS, de modo que desde maio de 2020 a Companhia vem excluindo o ICMS destacado da base de cálculo do PIS/COFINS. Caso o STF, no julgamento dos Embargos de Declaração no RE 574.706 (*leading case*), definir que apenas o valor do ICMS recolhido deve ser excluído da base de cálculo das contribuições, o montante referente à diferença entre o ICMS destacado e o recolhido, será exigido da Companhia.

Processo nº 13807.722412/2012-11	
Juízo	Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária – DERAT
Instância	1ª instância
Data de instauração	14.5.2012
Partes no processo	Polo Ativo: Nadir Figueiredo S.A. Polo Passivo: Receita Federal do Brasil
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 16.728.091,64
Principais fatos	Pedido de restituição apresentado com o intuito reaver os valores de PIS/COFINS pagos indevidamente na aquisição de combustíveis diretamente da distribuidora. Passados mais de cinco anos desde a apresentação do pedido de restituição sem que houvesse manifestação da Receita Federal do Brasil, a Companhia passou a compensar o crédito pleiteado, por entender que houve homologação tácita do pedido.
Chance de perda	Remota
Impacto em caso de perda do processo	A Companhia pode a vir ser questionado sobre os valores compensados, de modo que, em caso de questionamento e cobrança dos valores compensados, caso a Companhia não obtenha êxito na discussão, estará sujeita ao pagamento do valor indicado acima, devidamente atualizado.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3.

Em 31 de dezembro de 2020, não havia valores provisionados para os processos descritos no item 4.3 acima.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Na data deste Formulário de Referência, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que nós e nossa controlada sejamos partes e cujas partes contrárias sejam nossos administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, nossos investidores ou investidores de nossa controlada.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável, tendo em vista que, na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais nós e nossa controlada fôssemos parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, nossos investidores ou investidores de nossa controlada.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Procedimento Arbitral	
a. Impacto em caso de perda do processo	Possível impacto financeiro no montante de R$8.773.703,49, relativo a valores supostamente devidos pela Companhia ao seu fornecedor, bem como impacto financeiro adicional inestimável, relativo a valores futuros a serem pagos ao fornecedor da Companhia até o término do contrato de fornecimento, de acordo com as condições que o fornecedor entende serem corretas.
b. Valores, bens ou direitos envolvidos	Trata-se de procedimento arbitral em trâmite perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá. O Requerimento de arbitragem foi apresentado em 3.6.2020 pela Companhia, contra fornecedor, alegando inobservância e descumprimento de contrato de fornecimento de insumos pelo fornecedor. A Companhia atribuiu à causa o valor estimado de R$10.000.000,00. Em seu Requerimento de arbitragem, a Companhia requereu, entre outros pedidos: (i) o cumprimento das obrigações previstas no contrato de fornecimento que tratavam da fórmula de preço, com a condenação do fornecedor a repassar os descontos obtidos e desconsiderados na fórmula indicada; e (ii) a revisão contratual para reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, sob pena de resolução da avença por onerosidade excessiva. Em seguida, o fornecedor apresentou pedido contraposto no valor de R$8.773.703,49, requerendo (i) cumprimento da fórmula de preço entendida por ele como a correta; e (ii) o pagamento de supostos prejuízos sofridos em razão do suposto descumprimento da Companhia das obrigações previstas no contrato de fornecimento. Os autos se encontram em fase de alegações iniciais.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Na data deste Formulário de Referência, nós e nossa controlada não figuramos como partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Não aplicável, tendo em vista que nenhum processo foi descrito no item 4.6 acima.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Superveniências Ativas devidas aos Acionistas Vendedores

Em 12 de julho de 2019, a Vidros da Glória Participações S.A. ("Adquirente") celebrou Contrato de Compra e Venda de Aquisição de Ações e Outras Avenças ("Contrato") com os antigos controladores da Companhia ("Vendedores"), cujo fechamento da operação se deu em 2 de setembro de 2019, resultando na aquisição de 13.262.410 ações de emissão da Companhia, representativas, em conjunto, de 97,67% do seu capital social total, sendo 5.452.962 ações ordinárias, representativas de 98,90% do total dessa espécie, e 7.809.448 ações preferenciais, representativas de 96,83% (as quais foram convertidas em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de setembro de 2020 em ações ordinárias) ("Aquisição de Controle").

A Aquisição de Controle foi concluída em 2 de setembro de 2019, tendo as partes acordado na retenção do montante de R$100 milhões ("Valor Retido") corrigido pelo IPCA até o 7º (sétimo) aniversário daquela data (portanto, 2 de setembro de 2026).

O Contrato contém uma lista de superveniências ativas relacionadas a determinados processos judiciais ou temas anteriores à data de fechamento da Aquisição de Controle, que caso venham a se materializar deverão ser pagas pela Companhia aos Vendedores, deduzidos impostos e despesas, até o 7º (sétimo) aniversário da data de fechamento da Aquisição de Controle ("Superveniências Ativas").

As Superveniências Ativas consistem nos eventuais valores resultantes dos processos listados na tabela abaixo, relativos a demandas em favor da Companhia e sua controlada existentes em 2 de setembro de 2019:

ASSUNTO	Nº PROCESSO
IOF SOBRE OURO	0035153-84.1995.4.03.6100
IOF SOBRE OURO	0035154-69.1995.4.03.6100
DESAPROPRIAÇÃO	000306-52.1983.8.26.0361
INSS AUTONÔMOS	0003370-40.1996.4.03.6100
EMB. À EXEC. FISCAL (depósito judicial)	0024659-54.2008.4.03.6182
IPTU - TAXA DE LIMPEZA	0006830-86.2001.8.26.0053
INSS-SAT - PREPONDERÂNCIA	2005.34.00.016926-4
EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO	2003.71.08.000386-7
EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO	2004.34.00.028938-1
SAT + 15 DIAS INSS	2008.34.00.027257-4
ICMS BASE DE CALCULO PIS/COFINS	5002211-39.2017.40.03.6100
INNS S/ VERBAS INDENIZATÓRIAS	0012891.18.2010
CORREÇÃO MONETÁRIA BALANÇO	0011941-09.2010.4.03.6100
INEXIGIBILIDADE ART. 1º LC 110/01	5030143-65.2018.4.03.6100
PIS/COFINS RECEITAS FINANCEIRAS	5030116-82.2018.4.03.6100
ICMS BASE DE CALCULO CPRB	5030139-28.2018.4.03.6100
PIS/COFINS BASE DE CALCULO IPI	5030105-53.2018.4.03.6100
ICMS BASE DE CALCULO IPI	5030191-24.2018.4.03.6100
PIS/COFINS BASE DE CALCULO ICMS	1061139-44.2018.8.26.0053
INSS - SISTEMA "S"	MS a ser impetrado
EMB. À EXEC. FISCAL (depósito Judicial)	0013727-36.2010.4.03.6182
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	
RESTITUIÇÃO PIS/COFINS	10880-000517/99-25
CRÉDITO PIS/COFINS - REINTEGRA	PER/DCOMP

Nos termos do Contrato, o Valor Retido e as Superveniências Ativas que tenham se materializado poderão ser utilizados pela Companhia para compensar eventuais indenizações devidas pelos Vendedores, decorrentes da materialização de perdas relativas a fatos anteriores à data de fechamento da Aquisição do Controle (isto é, 2 de setembro de 2019).

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Por força da incorporação do Adquirente, em 6 de novembro de 2020, a Companhia assumiu integralmente, na qualidade de sucessora legal, os direitos e as obrigações contraídos pelo Adquirente perante os Vendedores no âmbito do Contrato.

Assim sendo, e ressalvada a possibilidade de compensação contra eventuais indenizações devidas pelos Vendedores, os valores eventualmente auferidos pela Companhia em decorrência da materialização das Superveniências Ativas listadas acima até 2 de setembro de 2026 serão devidas pela Companhia aos Vendedores, devidamente corrigidos na forma do Contrato.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, tendo em vista que possuímos sede no Brasil e nossos valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), que foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de fevereiro de 2021 e entrará em vigor na data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, que visa a estabelecer diretrizes e responsabilidades na gestão de riscos da Companhia, primordialmente, no que tange à identificação e análise dos riscos que possam afetar a Companhia, bem como controles e procedimentos de monitoramento para a efetiva criação, proteção e crescimento do valor da Companhia.

A Política de Gerenciamento de Riscos foi desenvolvida baseando-se, fundamentalmente, nas determinações previstas no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, nas recomendações do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), bem como no Estatuto Social e nos regimentos internos do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria e *Compliance* da Companhia, e está disponível para consulta nos seguintes endereços:

(i) sede da Companhia: Avenida Zaki Narchi, nº 500, 3º Torre, 5º andar, Vila Guilhermina, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 02029-000; e

(ii) *website* de relações com investidores da Companhia (http://ri.nadirfigueiredo.com.br);

(iii) *website* da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br); e

(iv) *website* da B3 (www.b3.com.br).

A Companhia adota, ainda, normativos complementares destinados ao gerenciamento de seus riscos, como o Código de Ética e Conduta, aplicável a todos os seus colaboradores, que tem como objetivo reunir diretrizes e padrões de conduta para uniformizar e nortear ações de conduta profissional e comportamento ético assumidos pelos administradores, empregados e terceiros agindo em nome da Companhia, bem como elevar a qualidade dos serviços prestados, e ampliar a influência da Companhia no mercado.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos da Companhia, primordialmente no que se refere à identificação e à análise dos riscos que possam afetar suas atividades ou seu setor de atuação, além de estabelecer controles e procedimentos de monitoramento para a efetiva criação, proteção e crescimento do valor da empresa.

Por meio da adoção de um processo estruturado e formalizado de gerenciamento de riscos, a Companhia espera, em especial, atingir os seguintes objetivos:

(i) identificar preventivamente e de forma abrangente os riscos associados às suas atividades;

(ii) definir ações de resposta para minimizar a ocorrência de erros e irregularidades, e, sempre que possível, reduzir perdas;

(iii) manter-se adequada às melhores práticas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa, consequentemente, preservando e desenvolvendo seus valores, ativos, reputação, competitividade e a perenidade de seus negócios; e

(iv) integrar o gerenciamento de riscos no dia a dia da condução dos seus negócios, de modo a auxiliar o processo de tomada de decisão nos seus diversos níveis de gestão.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(i) riscos para os quais se busca proteção

A Política de Gerenciamento de Riscos visa à gestão de eventos que possam afetar adversamente a realização dos objetivos, negócios e oportunidades de negócio da Companhia (riscos).

Os fatores de riscos aos quais a Companhia está exposta estão descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência e são categorizados de acordo com a seguinte classificação:

Riscos Estratégicos: associados às decisões estratégicas de organização para atingir os objetivos de negócios, e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente.

Riscos Operacionais: decorrentes da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e controle de operações, bem como de falhas no gerenciamento de recursos e nos controles internos ou fraudes que tornem impróprio o desenvolvimento das atividades da Companhia.

Riscos Financeiros:

(i) *Riscos de Mercado*: decorrentes da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros e do câmbio;

(ii) *Riscos de Crédito*: decorrentes da possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou em emissões de títulos;

(iii) *Riscos de Liquidez*: decorrentes da possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou a possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

Riscos de Conformidade: decorrentes da falta de aderência ou relacionados ao não cumprimento de normas legais ou regulamentares, em quaisquer áreas e esferas, tais como tributária, trabalhista, cível, societária, socioambiental etc.

Riscos Residuais: riscos remanescentes após a implementação dos planos de ação, isto é, aqueles que ainda permanecem após a resposta da Companhia. Devem ser considerados após o desenvolvimento dos planos de ação.

Riscos de Imagem: relacionados à perda de credibilidade, reputação ou marca da Companhia perante os clientes, concorrentes, fornecedores, órgãos governamentais, mercado de atuação ou comunidade, decorrente de ações, atos e atitudes indevidos, impróprios ou mal sucedidos.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

Para fins de aprimoramento do processo de Gerenciamento de Riscos e considerando o disposto no Regulamento do Novo Mercado da B3, a Companhia realizou a revisão de políticas relacionadas ao tema, com foco em um processo segregado nas seguintes etapas: (i) avaliação de riscos; (ii) tratamento; (iii) comunicação e consulta; e (iv) monitoramento.

A avaliação dos Riscos é realizada, principalmente, de acordo com o previsto abaixo:

Identificação dos Riscos: a identificação dos riscos envolve a análise dos fatores internos e externos que possam afetar adversamente a Companhia, com implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados.

Avaliação dos riscos: após a identificação dos riscos, a Companhia avalia as causas dos riscos suscetíveis de afetar os seus objetivos, por meio da determinação do grau de impacto e probabilidade de ocorrência dos riscos, conforme uma matriz de riscos.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Priorização e definição do Limite (ou Apetite) de cada Risco: a Companhia classifica os riscos como (i) inaceitáveis (demandam, ação gerencial prioritária para eliminar o seu componente de risco ou reduzir sua severidade e/ou frequência); (ii) inesperados (têm alto impacto e baixa frequência e deve ser quantificado e monitorado regularmente para direcionar continuamente as estratégias de mitigação e/ou planos de contingência adequados, a fim de que a Companhia esteja preparada caso o evento venha a acontecer); (iii) prováveis (têm menor criticidade devido ao menor nível de impacto no valor do negócio, sendo o necessário definir níveis aceitáveis de perda por eventos e limites de competência que evitem que o nível de impacto suba ao longo do tempo); e (iv) aceitáveis (têm baixo impacto e frequência, não havendo necessidade de monitoramento contínuo).

Após a sua avaliação, os riscos devem ser tratados por meio de inciativas definidas e implantadas pela Diretoria, com auxílio Departamento Jurídico, de Riscos e *Compliance* e do Comitê de Auditoria e *Compliance* da Companhia, de forma a adequar a exposição da Companhia aos limites de risco aprovados pelo Conselho de Administração. As ferramentas utilizadas no processo de tratamento dos riscos devem objetivar sua eliminação, mitigação ou transferência a terceiros.

Além disso, a comunicação e a consulta entre os colaboradores da Companhia sobre riscos e seu gerenciamento deve ocorrer de forma contínua, visando ao compartilhamento de informações e melhorias necessárias nos processos de gerenciamento de riscos pelo Comitê de Auditoria e *Compliance*.

Os riscos identificados e avaliados no âmbito do processo de gerenciamento de Riscos devem ser considerados em todos os processos de tomada de decisão da Companhia, incluindo o seu planejamento estratégico, as decisões de investimento e a gestão de seus projetos, a partir do momento em que são criados e ao longo de todo o seu desenvolvimento.

A partir da identificação dos Riscos, estes deverão ser monitorados de forma contínua, de acordo com a divisão de responsabilidades descrita a seguir.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração, além de aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, acompanha os assuntos de gestão de riscos, diretamente por relatórios disponibilizados pela administração da Companhia, ou por meio de seu Comitê de Auditoria e *Compliance*. Nesse sentido, é responsabilidade do Conselho de Administração:

(i) nos termos do Estatuto Social, avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (i.1) a remuneração da administração; (i.2) a utilização de ativos da Companhia; e (i.3) as despesas incorridas pela Companhia; bem como

(ii) nos termos do seu Regimento Interno, estabelecer a orientação geral dos negócios da Companhia e decidir sobre as questões estratégicas, visando (ii.1) à efetividade dos sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e *compliance*; e (ii.2) à avaliação do nível de risco aceitável na condução dos negócios; e, ainda,

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(iii) nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, (iii.1) aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia e suas futuras revisões; (iii.2) determinar o Limite (ou apetite) por Risco e aprovar a Matriz/Modelagem de Risco, conforme proposta apresentada pela Diretoria, estabelecendo a cultura de Gestão do Risco dentro da Companhia; (iii.3) tomar as principais decisões com relação ao processo de Gestão de Riscos da Companhia, incluindo as que possam afetar o perfil de risco ou exposição da Companhia, bem como fornecer à Diretoria, sempre que necessário, sua percepção quanto ao grau de exposição a Riscos, influenciando na priorização dos Riscos a serem tratados; (iii.4) revisar, monitorar e aprovar as estratégias gerais da Companhia para a gestão do risco e os papéis e relatórios elaborados pelo Comitê de Auditoria e *Compliace*; e (iii.5) avaliar a adequação da estrutura operacional e de controles internos para o gerenciamento de Riscos, com o assessoramento do Comitê de Auditoria e *Compliance*.

Por sua vez, o Comitê de Auditoria e *Compliance*, entre outras competências, é responsável por:

(i) supervisionar o planejamento e a implementação de iniciativas de auditoria interna, bem como a instalação e as atividades da auditoria interna da Companhia, monitorando e avaliando a efetividade e a suficiência da estrutura, bem como a qualidade e integridade dos processos de auditoria interna, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias para aperfeiçoá-las;

(ii) supervisionar as atividades das áreas de controles internos e *compliance* da Companhia, se houver, bem como monitorar e avaliar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controles internos;

(iii) avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controles e de gerenciamento de riscos, monitorando as exposições de risco da Companhia, podendo igualmente requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com (iii.1) a remuneração da administração; (iii.2) a utilização de ativos da Companhia; e (iii.3) as despesas incorridas pela Companhia.

(iv) promover, acompanhar e assegurar a adoção das melhores práticas de governança corporativa e coordenar o processo de implementação e manutenção de tais práticas, propondo alterações e atualizações quando necessário;

(v) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou o aprimoramento de políticas, práticas, bem como ajustes de procedimentos que entender necessários;

(vi) verificar o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas manifestações, inclusive no que se refere ao planejamento dos trabalhos de auditoria interna;

(vii) avaliar a observância, pela Diretoria da Companhia, das recomendações feitas pelas auditorias independente e interna, bem como se pronunciar junto ao Conselho de Administração quanto a eventuais conflitos entre a auditoria interna, a externa e/ou a Diretoria da Companhia; e

(viii) acompanhar a implantação de políticas e demais processos de *compliance* aprovados pelo Conselho de Administração, a fim de fornecer treinamento recorrente ao pessoal da Companhia e assegurar que estejam sendo atendidas as orientações definidas e aprovadas.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Compete, ainda, ao Comitê de Auditoria e *Compliance*, nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, (i) avaliar, ao menos uma vez ao ano, a suficiência da estrutura e do orçamento da Auditoria Interna para o regular desempenho de suas atribuições; (ii) analisar e revisar os relatórios elaborados pelo Departamento Jurídico, de Riscos e *Compliance*, de modo a consolidar tais informações e reportar suas conclusões trimestralmente ao Conselho de Administração, incluindo sua avaliação sobre a confiabilidade dos controles internos da Companhia; (iii) assegurar que a linha de negócio opere em conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis; **(**iv) monitorar a edição de normas legais e regulamentares às quais a Companhia está ou possa vir a estar sujeita, bem como identificar fatos relevantes que possa influenciar as operações da Companhia, cabendo-lhe submeter tais fatos à Diretoria, para definição de plano de ação, se necessário; (v) monitorar o cumprimento de normas legais e regulamentares às quais a Companhia está sujeita e de eventuais situações, fatos e notícias que possam afetar as operações ou a imagem da Companhia, cabendo-lhe submeter tais fatos à Diretoria, para definição de plano de ação, se necessário; e (vi) monitorar a tramitação de projetos envolvendo criação ou modificação de normas legais e regulamentares e seus efeitos, ainda que potenciais, sobre as atividades da Companhia, cabendo-lhe compartilhar a existência de tais mudanças com a Diretoria, para definição de plano de ação.

Já à Diretoria da Companhia compete, nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos:

(i) elaborar, para apreciação e deliberação do Conselho de Administração, as diretrizes e a Matriz/Modelagem de Risco, propondo ainda os limites de exposição, impactos e os Limites (ou apetite) aos Riscos da Companhia;

(ii) definir, em conjunto com o Departamento Jurídico, de Riscos e *Compliance* os planos de ação para mitigação dos Riscos;

(iii) supervisionar o processo de Avaliação de Riscos e monitorar a evolução da exposição aos Riscos e os sistemas de gerenciamento de Risco; e

(iv) implementar as estratégias da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração com relação à Gestão do Risco, disseminando a cultura da gestão de Risco em toda Companhia e suas controladas.

A Auditoria Interna da Companhia, subordinada ao Comitê de Auditoria e *Compliance* – que atualmente é desempenhada por auditor independente registrado na CVM contratado pela Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, nos termos do Regulamento do Novo Mercado – é responsável por:

(i) elaborar um plano anual de auditoria, a fim de verificar a eficácia dos controles internos e efetividade do processo de gerenciamento de riscos da Companhia;

(ii) aferir a qualidade e efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança da Companhia;

(iii) identificar e apontar oportunidades de melhorias nos processos de controles internos, riscos e *compliance* da Companhia; e

(iv) apresentar ao Comitê de Auditoria *e Compliance* os resultados das avaliações acerca da efetividade do processo de Gerenciamento de Riscos da Companhia.

Além disso, compete aos gestores das áreas de negócio e responsáveis diretos pelos processos:

(i) identificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de negócio e processos de acordo com os limites de riscos;

(ii) comunicar, tempestivamente, ao Departamento Jurídico, de Riscos e *Compliance* da Companhia, se os eventos de risco apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação dos limites de risco;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(iii) implementar e acompanhar os planos de ação para mitigação de riscos e acompanhar as ações corretivas nas respectivas áreas e processos; e

(iv) em conjunto com o Departamento Jurídico, de Riscos e *Compliance*, definir controles internos dos processos de suas respectivas áreas.

Por fim, compete ao Departamento Jurídico, de Riscos e *Compliance*:

(i) administrar o sistema de Gerenciamento de Risco, monitorando a execução dos planos de ação definidos pela Diretoria;

(ii) fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda;

(iii) fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de Riscos;

(iv) apresentar percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado;

(v) auxiliar a Diretoria na elaboração da proposta quanto às diretrizes, à Matriz/Modelagem de Risco, aos limites de exposição, os impactos e o Limite (ou apetite) aos Riscos da Companhia;

(vi) supervisionar o processo de Avaliação de Riscos em conjunto com a Diretoria;

(vii) acompanhar a Diretoria na implantação desta Política por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas;

(viii) comunicar, tempestivamente, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas;

(ix) assegurar as informações disponibilizadas à Diretoria sobre Riscos ou incidentes, bem como coordenar o sistema de gerenciamento dos Riscos em momentos de crises em caso de grandes acontecimentos;

(x) conforme orientação do Comitê de Auditoria e *Compliance*, elaborar e/ou contribuir na elaboração das políticas e normas de conduta e anticorrupção para os colaboradores, fornecedores e clientes, atuando ativamente na sua divulgação e conscientização junto aos respectivos públicos; e

(xi) conforme orientação e sob a supervisão do Comitê de Auditoria e *Compliance*, garantir o funcionamento e idoneidade dos canais de denúncias em todos os níveis e para todos os públicos da organização, assim como a apuração e resolução adequada dos casos.

(c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Política de Gerenciamento de Riscos foi elaborada tendo em conta as sugestões *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), de modo que a descrição abaixo é pautada pelos elementos do processo estruturado de Gerenciamento de Riscos Corporativos elencados em seu relatório.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Primeiro Nível – Identificação de Eventos e Resposta a Riscos:

O Primeiro Nível de gestão dos riscos é estruturado pela Política de Gerenciamento de Riscos a partir da constante análise e identificação dos Riscos (Estratégicos, Operacionais, de Conformidade, Financeiros, de Imagem e Residuais) a que a Companhia está sujeita e que possam impactar as suas atividades desenvolvidas. Esta linha atua com vistas à resposta rápida aos riscos e está, por isso, baseada no monitoramento contínuo e em respostas pontuais. O objetivo principal nesta etapa é reduzir a probabilidade e o impacto dos riscos.

Segundo Nível – Informação e Comunicação, e Atividades de Controle do Gerenciamento de Riscos:

O Segundo Nível de gerenciamento de riscos tem como núcleo o Departamento Jurídico, de Riscos e *Compliance* e a Auditoria Interna.

O Departamento Jurídico, de Riscos e *Compliance* possui um papel relevante nessa etapa, uma vez que é responsável por administrar o sistema de Gerenciamento de Risco, monitorando a execução dos planos de ação definidos pela Diretoria e supervisionando o processo de Avaliação de Riscos.

É sua função também auxiliar a Diretoria na elaboração da proposta quanto às diretrizes, à Matriz/Modelagem de Risco, aos limites de exposição, os impactos e o Limite (ou apetite) aos Riscos da Companhia e comunicar à Diretoria, tempestivamente, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas.

Por seu turno, a Auditoria Interna atua na atividade de controle dos riscos, cabendo a ela elaborar um plano anual de auditoria, a fim de verificar a eficácia dos controles internos e efetividade do processo de gerenciamento de riscos da Companhia, identificar e apontar oportunidades de melhorias nos processos de controles internos e governança da Companhia, e aferir a qualidade e efetividade dos processos de Gerenciamento de Riscos, controles internos e governança da Companhia.

A Diretoria também atua nesse nível, assumindo um viés mais executivo. Nesse sentido, assume a função de elaborar, para apreciação e deliberação do Conselho de Administração, as diretrizes e a Matriz/Modelagem de Risco, propondo ainda os limites de exposição, os potenciais impactos e o Apetite de Riscos da Companhia.

A Diretoria e o Departamento Jurídico, de Riscos e *Compliance* atuarão a partir das decisões do Conselho de Administração apoiado pelo Comitê de Auditoria *e Compliance* para adequar as respostas aos riscos de acordo com as deliberações deste órgão, além de fornecer a informação decorrente do contato mais direto para a melhor deliberação do Conselho de Administração.

Terceiro Nível – Fixação de objetivos, Avaliação de Risco e Atividades de Controle:

O Terceiro Nível de gerenciamento consiste na atuação do Conselho de Administração com suporte do Comitê de Auditoria *e Compliance*. Este deverá supervisionar as atividades da Auditoria Interna e do Departamento Jurídico, de Riscos e *Compliance* e avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controles e de gerenciamento de riscos. Ao Comitê de Auditoria e *Compliance* cabe ainda analisar e revisar os relatórios elaborados pelo Departamento Jurídico, de Riscos e *Compliance*, de modo a consolidar tais informações e reportar suas conclusões trimestralmente ao Conselho de Administração, incluindo sua avaliação sobre a confiabilidade dos controles internos da Companhia.

Ao Conselho de Administração, por fim, caberá a função de orquestrar a aplicação da Política de Gerenciamento de Riscos na Companhia com o suporte da análise e das informações trazidas tanto pelo Comitê de Auditoria *e Compliance*, quanto pela Diretoria. Por isso, ele deverá estabelecer a orientação geral dos negócios da Companhia e decidir sobre as questões estratégicas, visando (ii.1) à efetividade dos sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e *compliance*; e (ii.2) à avaliação do nível de risco aceitável na condução dos negócios.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Implementação e aperfeiçoamento da cultura de gerenciamento de riscos:

Independentemente do processo de aprimoramento de suas políticas e práticas, recentemente realizado com o intuito de adequá-las, em sua integralidade, às exigências do Novo Mercado, deve-se esclarecer que a Companhia já possuía um Comitê de *Compliance* devidamente instalado.

Tal comitê, contudo, foi transformado, em 2 de fevereiro de 2021, no novo Comitê de Auditoria e *Compliance* estatutário, tornando-se, portanto, órgão de assessoramento permanente do Conselho de Administração. Previamente à sua transformação (e, portanto, à aprovação da Política de Gerenciamento de Riscos), as principais competências do Comitê de *Compliance* consistiam nas seguintes:

- A promoção e acompanhamento da adoção das melhores práticas de governança corporativa, assim como a coordenação do processo de implementação e manutenção de tais práticas, propondo alterações e atualizações quando necessário;

- O supervisionamento das atividades dos auditores independentes, quando solicitado pelo Conselho de Administração, a fim de avaliar (i) sua independência, (ii) a qualidade dos serviços prestados e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia, assim como, quando solicitado, a indicação de auditores independentes e a sua substituição;

- A avaliação e emissão de opinião, sempre que solicitado pelo Conselho de Administração, sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral e/ou à administração, conforme o caso, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão e investimentos e desinvestimentos relevantes relativos à Companhia, bem como sobre demais operações estruturadas similares;

- A avaliação da adequação das transações com partes relacionadas realizadas e suas respectivas evidenciações;

- O acompanhamento da implantação de políticas e demais processos de *compliance* aprovados pelo Conselho de Administração, a fim de assegurar que estejam sendo atendidas as orientações definidas e aprovadas; e

- Assegurar a apuração, de forma sigilosa, imparcial e eficaz, das denúncias recebidas pelos canais de comunicação da Companhia e/ou outros sinais de alerta existentes e supervisionar a adoção de medidas, com foco na prevenção, detecção e resposta a eventuais violações existentes, recomendando a aplicação das medidas corretivas e pertinentes em casos constatados de infrações

No momento em que se encontra a Companhia, o Conselho de Administração tem a função de aperfeiçoar a aplicação da Política de Gerenciamento de Riscos, incutindo em todos os colaboradores da Companhia uma cultura de gerenciamento de riscos adequada às novas circunstâncias. Para isso, cabe ao novo Comitê de Auditoria *e Compliance* realizar treinamentos recorrentes com todo o pessoal da Companhia para capacitá-los a identificar, evitar, avaliar, monitorar e mitigar riscos.

O processo de implementação da Política de Gerenciamento de Riscos e constante aperfeiçoamento baseia-se na informação, na comunicação e no monitoramento para aplicação de uma gestão de riscos sistemática, para além do Primeiro Nível, possibilitando o acompanhamento e ajuste adequado às mudanças pelas quais passará a Companhia.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Com base nas informações descritas neste item, a Companhia entende que a sua estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos é adequada.

A adequação da estrutura operacional e de controles internos é objeto de monitoramento e reavaliação do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria *e Compliance* com o objetivo de se verificar: (i) se a Política de Gerenciamento de Riscos, assim como nossos demais códigos e políticas, estão sendo efetivamente adotados; e (ii) eventuais necessidades de revisões ou melhorias.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 – Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Não adotamos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado. No entanto, adotamos uma Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em 2 de fevereiro de 2021, conforme descrita na Seção 5.1 deste Formulário de Referência, que estabelece diretrizes e responsabilidades na gestão de riscos que possam afetar a Companhia, dentre os quais os riscos financeiros. A Política de Gerenciamento de Riscos entrará em vigor na data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Conforme procedimento previsto na Política de Gerenciamento de Riscos, a Companhia monitora e avalia Riscos Financeiros, que compreendem (i) riscos de mercado, decorrentes da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, diminuição da demanda; (ii) riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos; e (iii) riscos de liquidez, decorrentes da possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou a possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

A Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessada: (i) na sede da Companhia, na Avenida Zaki Narchi, nº 500, 3º Torre, 5º andar, Vila Guilhermina, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 02029-000; (ii) no website de relações com investidores da Companhia (http://ri.nadirfigueiredo.com.br); (iii) no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br); e (iv) no website da B3 (www.b3.com.br).

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia está exposta a eventuais prejuízos devido à variação em operações que envolvam flutuações nas taxas de juros e no câmbio. Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia acredita que tais variações não têm efeito material direto sobre os seus negócios, não possuindo, desta forma, mecanismos específicos para se proteger destes riscos de mercado.

(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os riscos (a) de taxa de juros; (b) de câmbio, (c) diminuição da demanda; (d) riscos de liquidez e (e) riscos de crédito, conforme qualitativa e quantitativamente descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência.

(ii) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adota estratégia específica de proteção patrimonial (*hedge*).

(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia identifica, para cada tipo de instrumento financeiro, a situação de variação nas taxas de câmbio e taxas de juros que podem gerar perda no ativo e/ou passivo que está sendo protegido. Para cada exposição, a Administração define um cenário provável com base na informação disponível nas datas dos balanços patrimoniais e define a variação de taxas de juros, considerando os efeitos de elevações de 25% (vinte e cinco por cento) e 50% (cinquenta por cento) nas taxas de juros da economia e demais indexadores sensíveis às variações para ativos e passivos financeiros diretamente suscetíveis às oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Com relação aos riscos de crédito, por sua vez, a Companhia mantém monitoramento valendo-se especialmente dos parâmetros de valor total vencido de contas a receber e prazos de pagamento. A título de exemplo, a Companhia mantém monitoramento do saldo de contas a receber de clientes decorrente de venda de produtos de utilidade doméstica e embalagem a prazo para clientes do mercado nacional e exportação em função de limite de credito aprovado previamente.

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que não contratamos instrumentos financeiros para fins diversos de proteção patrimonial.

(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia está sujeita a Riscos Financeiros, que compreendem (i) riscos de mercado, decorrentes da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio e diminuição da demanda; (ii) riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos; e (iii) riscos de liquidez, decorrentes da possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou a possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

Como visto, tais riscos são avaliados e monitorados conforme procedimentos previstos na Política de Gerenciamento de Riscos. Após a sua avaliação, os riscos devem ser tratados por meio de inciativas definidas e implantadas pela Diretoria, com auxílio do Departamento Jurídico, de Riscos e Compliance e do Comitê de Auditoria e Compliance da Companhia, de forma a adequar a exposição da Companhia aos limites de risco aprovados pelo Conselho de Administração. As ferramentas utilizadas no processo de tratamento dos riscos devem objetivar sua eliminação, mitigação ou transferência a terceiros.

A partir da identificação dos Riscos, estes deverão ser monitorados de forma contínua, de acordo com a divisão de responsabilidades descrita no item anterior (5.1).

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Para verificar a adequação e efetividade das práticas adotadas, a Auditoria Interna contratada pela Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, aferirá a qualidade e efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e compliance da Companhia.

Por sua vez, o Comitê de Auditoria e *Compliance* é encarregado de supervisionar as atividades da Auditoria Interna e do Departamento Jurídico, de Riscos e *Compliance* e avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controles e de gerenciamento de riscos.

Por fim, ao Conselho de Administração da Companhia cabe (a) avaliar a efetividade do sistema de controles internos, com o assessoramento do Comitê de Auditoria e *Compliance* e tomar as decisões principais com relação ao processo de gestão de riscos da Companhia, incluindo os que possam afetar o perfil de risco ou exposição da Companhia; (b) assegurar ao Comitê de Auditoria e *Compliance* autonomia operacional, mediante a aprovação anual de orçamento próprio destinado a cobrir as despesas com seu funcionamento; e (c) avaliar, ao menos uma vez ao ano, a suficiência da estrutura e do orçamento da Auditoria Interna (ou a contratação de terceiro habilitado) para o desempenho de suas funções.

Em 02 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia deliberou (a) a conversão do Comitê de *Compliance* no novo Comitê de Auditoria e *Compliance,* nos termos do Estatuto Social da Companhia; e (b) a contratação da KPMG Auditores Independentes S/S para prestar os serviços relacionados à Auditoria Interna da Companhia, registrando que, na sua avaliação, a estrutura e as condições da contratação do Auditor Interno são adequadas para o desempenho de suas funções.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

A Companhia, portanto, entende que a estrutura organizacional, operacional e de controles internos é adequada para acompanhar e verificar a adequação, efetividade e cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 - Descrição de controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

O objetivo dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia é fornecer garantia razoável em relação à confiabilidade de tais documentos, de acordo com a legislação e regras aplicáveis, bem como de requisitos internos de atividades de controle.

A preparação das demonstrações contábeis tem início com o processo de fechamento contábil, realizado em uma estrutura de acompanhamento de fechamentos de módulos sistêmicos e controles auxiliares de planilhas eletrônicas, por meio dos quais são monitorados os processos de integração financeira para o sistema contábil, bem como análise da necessidade de possíveis lançamentos manuais no sistema contábil. O processo de fechamento contábil é revisado mensalmente pelos coordenadores contábil, fiscal e custo, além do gerente de contabilidade e diretor financeiro, assegurando-se, assim, que os números contábeis refletem a posição patrimonial e financeira de forma adequada.

A área contábil prepara as demonstrações contábeis, submetendo-as para revisão da diretoria financeira da Companhia. Após sua revisão, as demonstrações contábeis são disponibilizadas para a auditoria interna e os auditores independentes, para análise, validação e elaboração dos respectivos relatórios.

Os Diretores da Companhia acreditam que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura de controles internos da Companhia compreende:

- *Área Contábil*: dentre outras atribuições, é responsável por revisar e verificar a consistência dos registros contábeis efetuados e pela elaboração das demonstrações contábeis;

- *Departamento Jurídico, de Riscos e Compliance*: dentre outras atribuições, é responsável por (a) estabelecer o processo de gestão de riscos da Companhia pautado na visão integrada e sistêmica das atividades desenvolvidas pela Companhia e em linha com a estratégia de gestão de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração; (b) coordenar e determinar as diretrizes a serem seguidas nos procedimentos de *compliance*, riscos e controles internos da Companhia; e (c) monitorar os riscos a que a Companhia está exposta;

- *Auditoria Interna*: dentre outras atribuições, será responsável por (a) elaborar um plano anual de auditoria, a fim de verificar a eficácia dos controles internos e efetividade do processo de gerenciamento de riscos da Companhia; e (b) aferir a qualidade e efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança da Companhia;

- *Comitê de Auditoria e Compliance*: dentre outras atribuições, é responsável por (a) propor ao Conselho de Administração as definições gerais das estratégias de gestão de riscos da Companhia; (b) acompanhar as atividades da Auditoria Interna e do Departamento Jurídico, de Riscos e *Compliance* da Companhia; (c) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (d) supervisionar as atividades da auditoria independente; e (e) avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras.

- *Conselho de Administração*: dentre outras atribuições, é responsável por avaliar a efetividade do sistema de controles internos, com o assessoramento do Comitê de Auditoria *e Compliance* e tomar as principais decisões com relação ao processo de gerenciamento dos controles internos da Companhia.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Os riscos relacionados à elaboração das demonstrações financeiras confiáveis e os procedimentos de gerenciamento destes riscos estão sob responsabilidade direta da Área Financeira, em conjunto com o Departamento Jurídico, de Riscos e *Compliance* e a Auditoria Interna. Este gerenciamento é feito com suporte do Diretor Financeiro e da gerência de contabilidade e controladoria.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internas pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A supervisão da eficiência dos controles internos integra o segundo nível do sistema estruturado de gerenciamento de riscos da Companhia, tendo como núcleos o Departamento Jurídico, de Riscos e *Compliance* e a Auditoria Interna.

Além disso, o Comitê de Auditoria e *Compliance* atua para monitorar sistematicamente o gerenciamento de riscos da Companhia e a qualidade e a integridade dos mecanismos de controles internos, inclusive, e especificamente, para rever o cumprimento da lei, da regulamentação aplicável e das políticas da Companhia, e monitorar e investigar eventos que possam prejudicar os controles internos da Companhia.

A Diretoria também atua na supervisão da eficiência dos controles internos, incumbindo-lhe reexaminar periodicamente a Avaliação de Risco e relatar quaisquer descobertas ao Conselho de Administração.

Por fim, o Conselho de Administração, com suporte das áreas supramencionadas, deverá monitorar, revisar e aprovar as estratégias da Companhia para a gestão do risco, conforme descrito no item 5.1 deste Formulário de Referência.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Após cada processo de auditoria, a Administração recebe dos auditores independentes carta de recomendação sobre os controles internos, conforme requerido pelo art. 25, inciso II, da Instrução CVM n° 308-99, e propõe plano de ação e atua durante o ano para correção dos pontos identificados.

Nos termos do Ofício Circular/CVM/SNC/GNA/n°01/2019, item 7, os auditores independentes têm um prazo de até 60 dias contados da data de emissão do relatório do auditor para emitir o relatório circunstanciado mencionado nesse item. Por essa razão, a Companhia informa que está em processo de obtenção da versão final e emitida da carta, observados os prazos legais. No prazo legal, a Companhia fará a devida divulgação por meio deste item.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os diretores apresentarão seus comentários tão logo o relatório circunstanciado de nossos auditores independentes seja emitido, conforme descrito no item “d” acima”.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de integridade

a. regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Política de Gerenciamento de Riscos tem como principais objetivos estabelecer diretrizes e responsabilidades na gestão de riscos da Companhia, primordialmente em relação à identificação e análise dos riscos que possam afetar a Companhia, estabelecendo controles e procedimentos de monitoramento para a efetiva criação, proteção e crescimento do valor da Companhia, observadas as disposições do estatuto social, do Código de Conduta e demais políticas internas em vigor.

A Companhia possui seu compromisso com a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. A fim de consolidar as diretrizes que pautam sua atuação corporativa, a Companhia estruturou algumas de suas práticas em seu Código de Ética e Conduta ("Código"), o qual foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2018. O Código foi ainda alterado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de fevereiro de 2021, no âmbito do processo de aprimoramento das políticas e procedimentos internos da Companhia, a fim de adequá-los integralmente às exigências do Regulamento do Novo Mercado. A Companhia conta também com Política Anticorrupção e Anti-suborno destinada a orientar seus colaboradores.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Temos como princípios fomentar a transparência de nossas atividades, proteger nosso patrimônio físico e intelectual e manter boas práticas de governança corporativa.

Buscando desenvolver e aprofundar tais princípios, em 2 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou uma versão reformulada e atualizada do nosso Código de Ética e Conduta na mesma data, o qual, assim como a Política Anticorrupção e Anti-suborno da Companhia, veda expressamente qualquer prática de atos ilícitos ou antiéticos, como pagamento de suborno, oferecimento de vantagem indevida (direta ou indireta) a qualquer agente público ou a terceiro a ele relacionado, visando obter contrapartida indevida para a Companhia, fraude, lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, cartel, concorrência desleal, tráfico de influências, favorecimentos indevidos, entre outros, seja no relacionamento com o poder público ou na esfera dos relacionamentos privados

Adicionalmente, o Código de Conduta prevê que (i) nenhuma operação de cunho econômico, financeiro ou patrimonial envolvendo a Companhia será realizada sem o adequado registro nos livros comerciais ou fiscais; (ii) as transações e pagamentos realizados pela Companhia ou em seu nome deverão ser informados às áreas responsáveis, para que sejam devidamente apurados, justificados e lançados nos registros contábeis; e (iii) toda documentação de suporte para as transações deve ser mantida e arquivada de acordo com os prazos legais. Tais medidas contribuem para prevenir e detectar possíveis fraudes relacionadas aos números da Companhia.

No momento da contratação, os colaboradores assinam Termo de Adesão, que se encontra anexo ao Código de Conduta, por meio do qual declaram terem recebido, lido e entendido o Código de Conduta.

A Companhia possui um canal externo de orientações sobre dilemas éticos, reclamações, sugestões e resolução de dúvidas relativas ao Código, bem como para apresentação eventuais denúncias (internas e externas) relacionadas a violações do Código ou de quaisquer leis, diretrizes, políticas e normas internas da Companhia.

A reavaliação de riscos e adaptação de políticas é realizada anualmente ou sempre que houver demanda das estruturas organizacionais envolvidas ou mudanças relevantes na Companhia. Para maiores informações sobre a avaliação de riscos, vide item 5.1 deste Formulário de Referência.

5.4 - Programa de Integridade

O Código pode ser acessado nos seguintes endereços: (i) na sede da Companhia, na Avenida Zaki Narchi, nº 500, 3º Torre, 5º andar, Vila Guilhermina, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 02029-000; (ii) no website de relações com investidores da Companhia (http://ri.nadirfigueiredo.com.br); (iii) no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br); e (iv) no website da B3 (www.b3.com.br).

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, mediante orientação do Comitê de Auditoria e *Compliance*, o Departamento Jurídico, de Riscos e *Compliance* deve monitorar situações que possam vir a representar riscos de *compliance* na Companhia, com o apoio da Auditoria Interna. Cabe ao Departamento Jurídico, de Riscos e *Compliance,* ainda, (i) a elaboração das políticas e normas de conduta e anticorrupção para nossos colaboradores, fornecedores e clientes, atuando ativamente na sua divulgação e conscientização junto aos respectivos públicos; e (ii) a garantia do funcionamento e idoneidade dos canais de denúncias em todos os níveis e para todos os públicos da organização, assim como a apuração e resolução adequadas.

A Companhia já contava, adicionalmente, com um Comitê de *Compliance* da Companhia, cujas atribuições incluíam o acompanhamento da a implantação de políticas e demais processos de *compliance* aprovados pelo Conselho de Administração, com a finalidade de verificar a implantação das regras e orientações definidas e o monitoramento da aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias aplicáveis à Companhia.

Em consonância com o aprimoramento da políticas e procedimentos internos da Companhia, e visando a sua integral adaptação às normas do Regulamento do Novo Mercado, o Conselho de Administração deliberou, em reunião realizada em 2 de fevereiro de 2021, a conversão do Comitê de *Compliance* no novo Comitê de Auditoria e *Compliance,* nos termos do Estatuto Social da Companhia.

O Comitê de Auditoria e *Compliance*, nos termos do Estatuto Social da Companhia, é um órgão de assessoramento permanente ao Conselho de Administração, composto por 3 (três) membros efetivos e até igual número de suplentes, sendo a sua maioria independente, nos termos da Instrução CVM nº 308/99, incluindo (i) um membro independente do Conselho de Administração e (ii) um membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando

Possuímos um Código de Ética e Conduta, formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em 2 de fevereiro de 2021.

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

As diretrizes presentes no Código de Ética e Conduta são aplicáveis a todos os Colaboradores e Terceiros que se relacionarem direta ou indiretamente com a Companhia, independentemente de seu nível hierárquico, da função por cada um exercida ou do cargo por cada um ocupado, ou da localidade em que se encontrarem.

Para fins do Código de Ética e Conduta são considerados:

- Colaboradores: aprendizes, estagiários, trainees, empregados, administradores e acionistas.
- Terceiros: parceiros comerciais, fornecedores, prestadores de serviço, distribuidores e representantes comerciais, agindo em nome da Companhia, e quaisquer outros terceiros que com ela se relacionem.

5.4 - Programa de Integridade

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Caberá aos destinatários do Código de Ética e Conduta a participação em atividades e treinamentos, conduzidos pelo Departamento Jurídico, de Riscos e *Compliance*, quanto ao conteúdo do Código de Ética e Conduta, das políticas e normas internas da Companhia, a serem realizados anualmente ou sempre que a Companhia entender necessário.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Os profissionais da Companhia devem aderir ao Código de Ética e Conduta e às diretrizes nele referenciadas, inclusive relatando eventuais violações em seu ambiente de trabalho. A aplicação de sanções devido a transgressões às normas do referido Código será apreciada caso a caso e deverá considerar: (i) a natureza e a gravidade da transgressão; (ii) o cargo do transgressor e suas responsabilidades; (iii) o histórico do transgressor e as circunstâncias atenuantes; (iv) os meios utilizados e os fins almejados; (v) os riscos envolvidos; e (vi) as possíveis consequências da sanção.

Qualquer profissional que viole as disposições do Código de Ética e Conduta e as diretrizes nele referenciadas, ou os princípios e normas de conduta por eles adotados, está sujeito a medidas, tais como: **(i)** advertências; **(ii)** suspensões; **(iii)** sanções, inclusive pecuniárias; **(iv)** demissão; **(v)** processos judiciais.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi formalmente aprovado em 2 de fevereiro de 2021, e pode ser consultado nos seguintes endereços: (i) na sede da Companhia, na Avenida Zaki Narchi, nº 500, 3º Torre, 5º andar, Vila Guilhermina, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 02029-000; (ii) no website de relações com investidores da Companhia (http://ri.nadirfigueiredo.com.br); (iii) no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br); e (iv) no website da B3 (www.b3.com.br)..

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo

A Companhia possui um canal para o envio de eventuais denúncias, que almeja assegurar que os funcionários e terceiros sejam ouvidos de forma sigilosa e tenham o seu anonimato assegurado se assim desejarem.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui um canal de denúncias externo, amplamente divulgado e aberto tanto aos colaboradores quanto a terceiros , bem como para apresentação de eventuais denúncias (internas e externas) relacionadas a violações do Código ou de quaisquer leis, diretrizes, políticas e normas internas da Companhia, o qual está disponível para acesso pelo site https://www.canalconfidencial.com.br/nadirfigueiredo.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

Este é o único canal oficial de comunicação para que sejam denunciados, inclusive anonimamente, todos os casos de violação ao Código, leis, diretrizes, políticas e normas internas da Companhia. O Canal de Denúncias pode ser acessado pelos colaboradores da Companhia, e também por fornecedores, intermediários ou quaisquer terceiros que possam ter interesse em reportar uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de irregularidades, independentemente do vínculo que mantenham com a Companhia.

5.4 - Programa de Integridade

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O canal garante o sigilo quanto ao colaborador ou ao terceiro que realizou a denúncia e trata as informações com a devida diligência e confidencialidade, garantindo o seu correto processamento. A confidencialidade garante, ainda, que o colaborador de boa-fé que utilizar qualquer meio direto para manifestação ou denúncias não sofrerá nenhuma retaliação ou punição em função disto.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As denúncias de potenciais violações reportadas por meio do Canal de Denúncias serão encaminhadas ao Comitê de Auditoria e Compliance, que coordenará e supervisionará sua respectiva apuração pelo Departamento Jurídico, de Riscos e Compliance.

Caberá aos membros do Comitê de Auditoria e Compliance, em qualquer caso, realizar eventuais entrevistas com colaboradores da Companhia, sendo-lhes facultado conduzir diretamente quaisquer apurações, caso assim entendam necessário – e desde que respeitadas as eventuais competências dos demais órgãos previstas em lei ou nas normas internas da Companhia.

Caso a denúncia se refira ao próprio Departamento Jurídico, de Riscos e Compliance ou a membros da Diretoria ou do Conselho de Administração da Companhia, ela deverá ser apurada diretamente pelo Comitê de Auditoria e Compliance, que procederá a sua análise e a submeterá, com suas eventuais considerações e recomendações, ao Conselho de Administração para adoção das medidas cabíveis, garantindo-se a não participação de qualquer dos potenciais envolvidos.

Caso a denúncia seja referente a um membro do Comitê de Auditoria e de Compliance ou do Conselho de Administração, o membro em questão não participará da investigação, ou do procedimento de apuração e aplicação das medidas cabíveis, conforme aplicável, até o seu resultado final.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Além daqueles já descritos neste item 5.4 do Formulário de Referência, a Companhia realiza procedimentos quando da realização de fusões, aquisições e reestruturações societárias, visando à identificação de vulnerabilidade e de risco de práticas irregulares. Neste sentido e com o propósito de detectar eventuais fraudes ou quaisquer atos ilícitos pelas empresas envolvidas, a Companhia segue determinadas práticas de diligência, dentre as quais (a) a contratação de auditores contábeis, trabalhistas e tributários renomados; (b) a realização de avaliação FCPA (*Foreign Corrupt Practices Act*) em todas as diligências; e (c) a contratação de escritórios de advocacia conceituados.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, considerando que adotamos regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública que entendemos adequadas ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

Em 2 de fevereiro de 2021 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Gerenciamento de Riscos, conforme detalhada na Seção 5.1 acima. Adicionalmente, na mesma data, o Código de Ética e Conduta foi reformulado e atualizado, conforme regras e procedimentos descritos na Seção 5.4 acima.

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que estamos expostos, tampouco há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos na seção 4 deste Formulário de Referência.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações relevante em relação a esta Seção 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	30/08/1912
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por Ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve Histórico

6.3 - Breve histórico

A Companhia foi constituída em 30 de agosto de 1912 pelo Sr. Nadir Dias de Figueiredo, sob a denominação de “Nadir Figueiredo”, tendo como atividade a venda e a realização de consertos de máquinas de escrever e registradoras. No ano seguinte, passou a desenvolver atividades industriais, no ramo de metalurgia fabricando equipamentos para a substituição da iluminação a gás pela iluminação elétrica. Tais equipamentos eram pouco comuns à época e com oferta nula, sendo, portanto, a Nadir Figueiredo responsável e encarregada por criar esta demanda.

Em razão da dificuldade para importar materiais no contexto da Primeiro Guerra Mundial, e tendo em vista o crescimento da indústria nacional, a Nadir Figueiredo passou por uma fase de expansão. Com isso, em 1919, Zely Dias de Figueiredo, irmão de Nadir e de Morvan Dias de Figueiredo, ingressou na sociedade. Em 1923, a Nadir Figueiredo construiu seu primeiro prédio com armazém, situado no Cambuci, onde concentrou suas atividades de metalurgia e material elétrico e expandiu seus negócios para setores como cerâmica, terracota, alumínio e louça.

Em 1925 Francisco de Gregório Spino se associou à Nadir Figueiredo, trazendo junto a representação no Brasil da marca francesa Baccarat de cristais e da marca alemã Rosenthal de porcelanas.

Em 1929, uma nova crise econômica de proporção mundial ameaçou a empresa. Juntou-se, então à Nadir Figueiredo o Sr. Inar, irmão caçula dos Figueiredo, que se mudou para São Paulo trazendo consigo o dinheiro da venda de sua pequena empresa de engenharia. Em 1931, debelada a crise, Inar recebeu ações de Nadir Figueiredo e voltou para Minas Gerais, onde faria carreira no setor bancário, sendo inclusive o 1º dirigente da SUMOC, entidade antecessora do Banco Central.

Em 1934, com a aquisição da Cristaleria Barone e da Aliança, duas fábricas de vidro, a Nadir Figueiredo passou a produzir artigos de vidro, que com o passar do tempo tornou-se sua principal atividade. Em 1936 surgiu uma das primeiras iniciativas de cunho social da Nadir Figueiredo, com a criação da Associação Atlética Nadir Figueiredo, que é o embrião do cuidado com seus funcionários e com a comunidade, que faz parte de seu DNA – investir firmemente no desenvolvimento do quadro funcional.

Em 1945, ao fim da 2ª guerra mundial, diante da evolução e do avanço da tecnologia de vidros e verificando que a indústria norte-americana já possuía processos de fabricação inteiramente automáticos, o Sr. Nadir Dias de Figueiredo viajou para os Estados Unidos, onde atualizou-se sobre a produção de vidros. Após retornar desta viagem em 1946, o Sr. Nadir construiu uma fábrica inteiramente automatizada na Vila Maria, em São Paulo, onde instalou máquinas importadas dos EUA, com o apoio do plano Marshal, para a produção de copos e garrafas de vidro.

Em 1947, a Nadir Figueiredo começou a produzir o Copo Americano. O nome do copo, que hoje é uma de suas principais marcas, teve origem com a viagem do Sr. Nadir Dias de Figueiredo aos Estados Unidos. Trata-se do copo que era produzido na máquina americana, e se tornou o artigo de design icônico mais conhecido do portfólio da Companhia. É hoje o copo de todas as horas e todos os usos de todos os brasileiros. Tanto é que começou com a prensa americana produzindo 10 copos por minuto e hoje, para atender à demanda do copo, a Nadir Figueiredo desenvolveu tecnologia proprietária de máquina capaz de produzir mais de 400 copos por minuto.

Em 1958, a Companhia adquiriu a Cia Brasileira de Vidros – CBV no Rio de Janeiro, o que representou sua 7ª aquisição apenas no segmento de vidro, reforçando sua capacidade de consolidar mercado. Também em 1958 a Companhia se associou ao grupo Brennand, formando a Companhia Industrial de Vidros - CIV, no Recife, e possibilitando a renovação nos hábitos de consumo das populações regionais.

Em fevereiro de 1977, a Companhia obteve o registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Em agosto de 1980 ocorreu a operação do primeiro forno elétrico para fusão de vidro do Brasil, instalado na unidade industrial da Vila Maria (em São Paulo) e com capacidade de produção diária de 60 toneladas, sendo considerado o 1º forno Anti-Poluente no Brasil.

6.3 - Breve Histórico

Em 1989, com o objetivo de crescer exportações, a Nadir Figueiredo iniciou sua operação de distribuição na Europa, tendo sido premiada em 2003 pela APEX como empresa exportadora do ano. Em 2005, com o início da operação de distribuição na Argentina, a Companhia reforçou sua posição de liderança na América Latina em utilidades domésticas de vidro e expandir sua presença internacional.

Também em 2005 a Nadir Figueiredo lançou a linha de refratários da marca “Sempre”, expandindo o seu portfólio e completando o mix de utilidades domésticas.

Em junho de 2008, a Nadir Figueiredo adquiriu um imóvel industrial localizado no município de Suzano, em São Paulo. Esta unidade passou por um processo de reforma para adequação de suas instalações aos processos produtivos da Companhia, e, em agosto de 2009, foram iniciadas as atividades desta fábrica.

Em novembro de 2011, em mais uma aquisição consolidadora de mercado, a Nadir Figueiredo compra a divisão Santa Marina do Grupo Saint Gobain. Além de máquinas, equipamentos, e estoque das linhas, a aquisição transferiu para a Companhia as marcas Marinex, Duralex e Colorex. No ano seguinte, a Companhia lançou a linha Duralex Opaline, um caso de inovação com o rejuvenescimento da marca Duralex no Brasil.

A partir de fevereiro de 2013, foi concluída a transferência de toda a produção de vidro, então localizada na unidade de Vila Maria, para a unidade de Suzano, permitindo avanços logísticos, aumento de capacidade e redução de custos e despesas com a centralização da totalidade da produção da Nadir Figueiredo.

Ainda em 2013, a Nadir Figueiredo obteve o registro no INPI da marca nominativa e do desenho tridimensional do *Copo Americano*. Essa conquista permitiu, em 2015, o reposicionamento da marca do Copo Americano – O Copo Oficial e o lançamento de diversos novos produtos que representaram o aumento em 100% da margem bruta da marca.

Em maio de 2016, as instalações administrativas da Companhia que estavam em atividade na unidade de Vila Maria desde 1945 passaram por um processo de transferência para um novo espaço, situado na Avenida Zaki Narchi nº 500, 3ª Torre, 5º andar, Vila Guilherme, São Paulo/SP. Este novo escritório, atual sede da Companhia, conta com instalações modernas e sua localização permite o acesso fácil às principais regiões da cidade.

Em 2019, a Vidros da Glória S.A., uma empresa controlada por fundos geridos em última instância por H.I.G. Capital LLC adquiriu o controle de Nadir Figueiredo, reforçando o foco da empresa no consumidor por meio de iniciativas como a reformulação do Conselho de Administração da Companhia, com o ingresso de profissionais reconhecidos no setor de varejo e de bens de consumo e o apoio ao desenvolvimento do e-commerce proprietário da companhia, abrindo caminho para um novo ciclo de crescimento.

Previamente à aquisição do controle pela Vidros da Glória S.A., e como condição para o implemento da operação, os então acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2019, a cisão parcial da Companhia, com o objetivo de segregar alguns dos ativos e passivos que não estavam ligados às operações da Companhia, incluindo (i) o imóvel constituído por terreno, suas respectivas benfeitorias e dois prédios localizados na Avenida Morvan Dias de Figueiredo n°s 3535 a 3537 e Rua João Veloso Filho, S/N quadras A, B, C, D, E e F da Vila Guilherme, em Vila Maria, na cidade e Estado de São Paulo, (ii) a participação societária de titularidade da Companhia na Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda, e (iii) a participação societária de titularidade da Companhia na Mineração Rosicler Ltda.

A aquisição do controle pela Vidros da Glória S.A. foi também contratada sob a condição suspensiva de que o comprador do controle realizasse uma oferta pública de aquisição de ações da Companhia, nos termos do artigo 254-A da Lei das S.A. A adquirente realizou então uma oferta pública com o objetivo de (i) atender ao disposto na Lei das S.A., tendo em vista a transferência do controle da Companhia, e (ii) proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta da Nadir Figueiredo.

6.3 - Breve Histórico

Em abril de 2020, a CVM deferiu o cancelamento do registro da Companhia, que deixou de ter suas ações admitidas à negociação em mercado organizado.

Em 6 de novembro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram, em assembleia geral, (i) a incorporação reversa da Vidros da Glória S.A., acionista controladora direta da Companhia; e (ii) a incorporação da Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda., subsidiária integral da Companhia.

Finalmente, em 1º de fevereiro de 2021, os acionistas da Nadir Figueiredo aprovaram (i) a incorporação da Vidigal Participações S.A., sociedade do mesmo grupo da Vidros da Glória S.A. que controlava diretamente a Companhia; (ii) a alteração da denominação da Companhia de Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A. para Nadir Figueiredo S.A.; (iii) o desdobramento de ações da Companhia na razão de 1 (uma) para 18 (dezoito) ações; e (iv) a abertura do capital da Companhia e submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, Categoria “A”, perante a CVM, nos termos da Instrução da CVM nº 480.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes em relação a esta Seção 6 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Visão Geral dos Negócios

Somos a empresa líder na América Latina em produtos de consumo com foco em utilidades domésticas de vidros e estamos entre as maiores empresas do mundo nesse segmento. Temos escala e crescimento sólidos com margem competitiva, atingindo um crescimento de receita de 12,7% e um EBITDA de R$273,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, combinados com uma forte geração de caixa, com mais de 70% de conversão de caixa operacional em 2020. Oferecemos uma ampla gama de produtos inovadores que buscam propiciar a nossos clientes design a um melhor custo-benefício. Estamos virtualmente presentes em todas as cidades e municípios do Brasil, por meio de um portfólio completo e uma ampla capilaridade.

Fonte: Companhia

A Nadir Figueiredo possui uma história de mais de 100 anos. O pilar da primeira fase de crescimento foi o pioneirismo. A história da Nadir começa como uma oficina mecânica em 1912 e nos anos 30 começa a trabalhar com produtos de vidro. Durante sua trajetória, a Companhia passou pela 2º Guerra Mundial, a gripe espanhola, a grande crise de 1929 e mais recentemente a pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19), não tendo em nenhuma dessas ocasiões interrompido suas atividades.

Somos hoje empresa líder em consumo, com uma das melhores propostas de valor do setor. Ao avaliarmos dados de satisfação do cliente na plataforma Reclame Aqui, que reúne as maiores empresas do Brasil, estamos posicionados no topo quando comparados com grupos relevantes no setor de consumo. Por 3 anos consecutivos, figuramos entre as top 2 companhias de utilidades domésticas do ranking Reclame Aqui, mais um atestado de excelência que entrou para a história da Companhia.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Fonte: Reclame Aqui

Mercado de Atuação

A Nadir Figueiredo possui foco em utilidades domésticas, produto voltado ao consumidor final, onde a satisfação do cliente e a gestão de marca, por meio da ativação constante em ações de marketing, são fundamentais, bem como foco em embalagens para o setor de alimentos, no qual o produto também vai para a casa do consumidor.

Os segmentos de Garrafaria e de Vidro Plano, geralmente operam com margens menores, onde o foco é na gestão de recursos e competitividade de custos, com dinâmicas de mercado completamente distintas.

Fonte: Companhia

Nossas Marcas

Possuímos um portfólio holístico de marcas, cada uma atendendo diferentes grupos de consumidores e possuindo estratégias próprias e únicas. Porém no conjunto de nossas marcas, atendemos todo o espectro de consumidores, servindo públicos de diferentes idades, regiões, preferências e características socioeconômicas.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

	Nadir	Duralex	Marinex	copo americano	Sempre	SM	COLOREX
Cultura	Atende um público variado, com diferentes estilos de vida	Para momentos bonitos e elegantes, todos os dias	Assadeiras e formas para liberar a criatividade na cozinha	Seu público-alvo gosta de se divertir e estar junto com seus entes queridos	Assadeiras e formas para liberar a criatividade na cozinha	Marca complementar para Nadir	Atende à crescente importância de reduzir o uso de plásticos
Classes	ABCD	BCD	ABC	ABCD	BCD	BCD	BCD
Foco Estratégico	Homens e mulheres, consumidores de bares, hotéis e restaurantes	Marca mundialmente conhecida, com apelo popular	Marca mundialmente conhecida, com apelo popular	Homens e mulheres, consumidores de bares, hotéis e restaurantes	Marca complementar para Marinex	Permite que a empresa fortaleça sua presença em outro segmento	Marca complementar e estratégia de crescimento clara

A. <u>Marcas Principais</u>

O "Copo Americano" é a marca que mais trouxe rejuvenescimento e reconhecimento para a Companhia. Partiu de um simples copo, e hoje tem uma expansão de linha muito grande desde que virou marca em 2013, hoje com mais de 170 SKUs. É o copo que acompanha todos os brasileiros no dia a dia, das 5h da manhã às 10h da noite, seja por meio de um café expresso, de um refrigerante ou de uma cerveja. Há mais de 70 anos no mercado, o Copo Americano já possui mais de 6 bilhões de unidades vendidas.

Fonte: Companhia

A marca "Marinex", de refratários de vidro, está presente em todo Brasil, com *market share* expressivo de 48% em refratários, de acordo com estimativas internas da Companhia. A marca é tão forte que se tornou sinônimo de categoria, cujos produtos são recorrentemente referenciados pelos consumidores por "um Marinex" ou "meu Marinex". Acreditamos que há uma relação muito interessante entre marca e o consumidor final que traz benefícios à Companhia, tal como a propaganda espontânea da marca via boca a boca, fruto da satisfação dos clientes Nadir Figueiredo.

Fonte: Companhia

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A marca “Duralex” representa cerca de metade dos pratos vendidos no Brasil, de acordo com estimativas internas da Companhia e, assim como a marca Marinex, passou a integrar o portfólio da Nadir após a aquisição da Santa Marina. Duralex era uma marca popular por seus pratos âmbar e, com a aquisição da Nadir, passou a incluir um portfólio amplo de pratos brancos, o que adicionou valor à marca através de um material mais sofisticado e coerente com as tendências mais recentes de mercado.

Fonte: Companhia

A marca “Nadir” é o segmento focado em coparia, envolvendo todos os copos e taças. Engloba desde o copo popular até taças um pouco mais sofisticadas. A marca possui um vasto portfólio de produtos que atrai as diversas classes sociais.

Fonte: Companhia

Acreditamos que em razão da força de nossas marcas, com o passar do tempo, elas se tornaram sinônimos das categorias de produtos que comercializamos.

Fonte: Companhia

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

B. Marcas Complementares

A marca “Colorex” é uma marca de jarras e potes que está em constante desenvolvimento, e pode ter expansão significativa com base no aumento da nossa capacidade produtiva, de forma a aumentar o reconhecimento da marca e a satisfação de nossos consumidores.

Fonte: Companhia

A marca “Sempre” é uma marca de refratários, e proporciona uma vantagem competitiva relevante na medida que, em conjunto com a marca Marinex, oferece um amplo espectro de refratários dada a complementariedade entre as marcas.

Fonte: Companhia

A marca “SM” é também focada em coparia, sendo a marca mais jovem do nosso portfólio. Há 2 anos, a marca Cisper, um concorrente relevante, saiu totalmente do mercado, deixando de operar no Brasil. Rapidamente, nós conseguimos produzir e criar um portfólio sob a marca SM, ganhando parte do *market share* que deixou de ser explorado por tal concorrente. Nos últimos 2 anos, a marca SM apresentou um forte crescimento diante de tal oportunidade, com aumento de receitas de quase 100% entre 2018 e 2019.

Fonte: Companhia

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Fonte: Companhia

Temos uma equipe de marketing robusta, sendo o núcleo principal dividido em 3 atividades: (i) Produtos, com designers de produtos e designers gráficos, que se baseiam nas tendências para posicionar novos produtos no mercado; (ii) Lançamentos; e (iii) Inteligência de mercado, que busca entender como o mercado de utilidades domésticas se movimenta. Utilizamos diversas pesquisas, e realizamos viagens a conferências globais, as quais representam benchmark relevante para o lançamento de novos produtos.

Temos um segundo núcleo de comunicação, dividido em *online* e *offline*, que se transforma com base na digitalização, com equipe que se especializa cada vez mais para colocarmos nossas marcas em evidência, de modo que os consumidores estejam cada vez mais próximos das nossas marcas.

Temos um terceiro núcleo de trade marketing, formado por analistas e promotores, que garantem que nossos produtos estejam bem posicionados e ganhem evidência nas prateleiras, demonstrando as forças das nossas marcas.

Inovação

Acreditamos que a inovação está no nosso DNA. Entre 2013 e 2019, em média, 15% de nossa receita foi proveniente de produtos lançados nos últimos 24 meses de cada ano.

Um bom exemplo, e que serve como um *case*, é o “Copo Americano”, um produto icônico, com mais de 70 anos de história, e que tem uma relação afetiva com o povo brasileiro. O Copo Americano teve seu registro como “marca” perante o INPI em 2013, e desde então, passou por um grande processo de *branding* e ampliação do portfólio de produtos e hoje se destaca em muitos mercados com produtos de valor agregado. Ele faz parte do dia a dia do brasileiro, sendo utilizado para o consumo de bebidas que englobam tanto o café expresso, quanto o refrigerante ou a cerveja, sendo um copo marcado por acompanhar a pessoa ao longo do dia, em várias ocasiões.

Com o registro da marca nominativa “Americano” para a categoria *Copos* e registro da marca tridimensional, impossibilitando que o produto seja copiado por terceiros. Empresas que tiverem a intenção de utilizar o desenho tridimensional, em vidro ou em qualquer outro material, precisam fazer um licenciamento de marca com a Nadir Figueiredo. O Copo Americano foi bastante requisitado ao longo dos últimos anos com presença em quiosques em shoppings no Brasil, além de demanda de parcerias, como o Starbucks, que nos formalizou uma licença para criar um café no tamanho do Copo Americano.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Fonte: Companhia

Entre outras inovações, destacamos também a taça Barone. A taça Barone trouxe a percepção ao consumidor de valor agregado com um preço bastante atrativo, revolucionando o mercado de taça de cristais, em contrapartida à grande oferta de produtos importados, com preços elevados.

Fonte: Companhia

Uma tendência relevante é o crescimento de produtos para cervejas especiais, que vêm ganhando bastante espaço globalmente. Criamos uma meta interna de lançar um produto para cada tipo de cerveja e temos sido capazes de executar essa estratégia ao longo dos últimos anos. Hoje, tanto para mercados profissionais como para consumidores finais, é possível se ter um copo para cada tipo de cerveja melhorando a experiência de consumo da bebida e gerando muito valor, inclusive com ações de campanhas profissionais, melhorando a percepção de valor de marca.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Fonte: Companhia

Outra tendência importante é o movimento mundial da mixologia. As pessoas passaram a tomar drinks em festas e em casa. É um movimento que imaginamos que não retrocederá, sendo assim, começamos a lançar novos produtos no mercado para atender esse universo da mixologia, e também lançamos em 2015 uma campanha (o Drink Perfeito), ensinando os consumidores a preparar seu próprio drink em casa, contando com o apoio de um mixologista premiado para chancelar esse movimento. Destacamos a taça gin, que é uma taça muito aguardada desde antes da sua produção, e hoje é uma das taças que mais vendemos. A Nadir Figueiredo foi capaz de se reinventar, acompanhando essas tendências de mercado ao longo do tempo, com a criação de diversos produtos bem-sucedidos.

Fonte: Companhia

Finalmente, desenvolvemos a Marinex Opaline, produzida com vidro branco, sendo esse o mesmo vidro do prato Duralex Opaline, entretanto com os atributos da marca Marinex. A marca Marinex possui o atributo de ser sinônimo de categorias, e a Companhia foi capaz de emplacar várias campanhas de marketing sobre esse produto, incluindo a *hashtag* #Marinexlovers, que ilustra uma das campanhas digitais nas redes sociais.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Fonte: Companhia

Operação e Distribuição

Atualmente, somos reconhecidos como uma empresa de consumo líder no segmento de utilidades domésticas com um portfólio amplo de produtos, que atinge diversos segmentos da categoria. Isso traz uma força grande para a rede de distribuição, sejam lojas de presentes, supermercados, lojas de conveniência, demais varejistas, e-commerce, distribuidores ou *cash & carry*. Oferecemos uma solução de portfólio completa, oferecendo escala e marcas icônicas aos nossos parceiros, o que mitiga a necessidade da procura de produtos com terceiros e nos permite a realização de vendas cruzadas. Isso tudo foi possível através da criação de uma infraestrutura industrial robusta, desenvolvida após muitos anos de investimentos, o que fez com que a Nadir atingisse um parque fabril estado da arte. Temos marcas fortes, produtos de ótima qualidade, trazendo bons preços e um excelente nível de qualidade aos nossos clientes, sempre alinhado à inovação.

Temos uma capilaridade única no território nacional, estando presente em cerca de 80% dos pontos de venda no Brasil, de acordo com Nielsen em 2018. Tendo em vista nossa capilaridade, somos capazes de atender a necessidade do cliente com celeridade, sendo capazes de entregar um produto em qualquer local da região de São Paulo em média em 48 horas.

Aproximadamente 70% dos nossos produtos são destinados para lares e residências do Brasil, e o restante, aproximadamente 30%, para serviços de alimentação, como bares, restaurantes e hotéis. Temos também uma eficiente rede de distribuidores parceiros, que foram responsáveis por 24% da nossa receita bruta em 2020 que vendem tanto para residências, como para o canal de serviços de alimentação. Por meio dessa rede, operamos a uma margem bruta de 40% em 2020. Vale lembrar que possuímos também diversos parceiros atacadistas, que atendem donos de casa e estabelecimentos de serviços de alimentação, responsáveis por 31% da nossa receita bruta em 2020, a uma margem bruta de 48%. Finalmente, por meio do nosso time de parceiros varejistas, realizamos 45% das nossas vendas a uma margem bruta de 46% em 2020. Temos uma base de mais de 900 clientes altamente fragmentada, com o maior cliente representando apenas 5,1% das vendas totais.

A Nadir Figueiredo exporta desde o começo da década de 1980 para diversos países, sendo hoje mais de 100 países. O mercado da exportação nos traz margens atrativas, nos permite crescer, valoriza a nossa marca globalmente, e faz com que estejamos sempre bem-antenados sobre inovação, acompanhando tendências e criando produtos com base nos padrões mais exigentes de qualidade. Estamos presentes desde 1984 na maior feira anual de bens de consumo para o lar, a Ambiente Messe em Frankfurt na Alemanha. No ano de 2020, aproximadamente 8,5% das nossas receitas foram provenientes de exportação.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Para suportar nossa distribuição, contamos com instalações industriais de ponta. Nossa fábrica, localizada em Suzano, São Paulo, teve um aumento de 375 toneladas diárias em média em 2000 para 525 toneladas diárias em média em 2020. Nossa planta conta com 2 fornos alcalinos e 2 fornos opalinos, em um sistema de 24 linhas de produção com flexibilidade para produzir utensílios de mesa e embalagens de vidro. Nossa capacidade instalada será de 670 toneladas diárias ao fim de 2021, com aumento previsto para 820 toneladas diárias a partir da expansão do Forno 1 e com a construção do novo Forno Alcalino. Operamos a uma taxa de utilização de aproximadamente 100%, com eficiência de produção de mais de 80%. Nossa planta conta ainda com 72.000 m2 de área de estoque, para armazenagem de produtos, e temos uma capacidade de expedição de 1.150 toneladas diárias de produtos.

Sustentabilidade e Governança

O vidro, que é a matéria prima da nossa operação, é um dos poucos materiais 100% recicláveis de maneira infinita, mantendo sempre sua qualidade, ao contrário de produtos concorrentes. Além disso, o vidro é uma das alternativas mais limpas para substituir o plástico em diversos usos.

Além disso, o desenvolvimento sustentável sempre foi a nossa prioridade e atuamos para conseguir um impacto positivo na sociedade e no ambiente. Nos anos 1940, fomos pioneiros em ser autossustentáveis em termos de eletricidade, com a construção de um hidroelétrica; fomos uma das primeiras empresas a ter um forno 100% elétrico, reduzindo as emissões; montamos em 1978 uma comissão interna de prevenção de acidentes, preocupados com a segurança de nossos colaboradores; praticamente 100% dos resíduos e água usados nos nossos processos são tratados. Neste sentido, realizamos um monitoramento constante de todas as métricas mais importantes, para garantir o cumprimento dos padrões mais elevados de preservação ambiental. Além disso, temos uma preocupação com a formação e a integração de nossos colaboradores e com a sociedade que está em volta da nossa fábrica. Realizamos treinamento por meio do Senai e apoiamos a organização Guarda Mirim de Suzano, além de realizarmos educação ampla sobre o processamento do vidro.

Nossa governança corporativa é pautada pela transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Nesse sentido, possuímos um comitê estatutário de Auditoria e *Compliance* e um comitê não estatutário de fusões e aquisições (M&A), além de grupos de trabalho financeiros e para acompanhamento de margem. A nossa administração é composta, atualmente, por uma equipe comprometida e experiente em bens de consumo e utilidades domésticas. Fazem parte do nosso conselho a Sra. Marie Camicado, referência no mercado presenteiro, fundando uma rede de lojas que leva seu nome; o Sr. Nelson Cury, ex-sócio e administrador da Panex, o Sr. Felipe Franco, que possui 5 anos de experiência na Ambev entre seus mais de 20 anos de experiência profissional, além do Sr. José Eduardo, que foi nosso Diretor Presidente (CEO) no passado. Esse time dá suporte a uma equipe de executivos muito experientes, todos com mais de 20 anos de experiência no setor, e estão muito alinhados e compromissados com esse salto e consolidação de mercado da Nadir Figueiredo.

Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas

Apresentamos abaixo os principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados. Para informações mais detalhadas sobre nossas informações financeiras, ver item 10 deste Formulário de Referência e as Demonstrações Financeiras Combinadas e respectivas Notas Explicativas para os períodos indicados.

(Em R$ milhares)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020				
	2020	AH (%)	2019	AH (%)	2018
Receita bruta de vendas	1.253.643	100,00%	1.127.676	100,00%	1.096.894
Receita operacional líquida	894.067	71,32%	793.252	70,34%	768.081
EBITDA	273.606	21,82%	168.300	14,92%	174.862
Margem EBITDA (em %)	30,28%		21,22%		22,77%
Lucro Líquido	138.750	11,07%	73.601	6,53%	84.225
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	90.206	7,20%	40.547	3,60%	87.042
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	585.000	46,66%	215.000	19,07%	45.000
ROIC	34,42%		18,20%		24,06%

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

NOSSOS PONTOS FORTES E VANTAGENS COMPETITIVAS

As nossas principais vantagens competitivas são:

Marcas altamente reconhecidas com tradição no mercado de atuação.

Nossas marcas são altamente reconhecidas no mercado brasileiro, pela qualidade dos nossos produtos, pela nossa característica inovadora e pelo portfólio completo com design exclusivo. Ao longo de nossos mais de 100 anos de atuação, adquirimos prestígio e reconhecimento em bens de consumo e utilidades domésticas. O poder de nossas marcas é um exemplo da fidelidade de nossos clientes e sua relação a longo prazo conosco, contribuindo ainda mais para nosso crescimento e resiliência. Temos a capacidade de reajustar de forma consistente nossos preços acima da inflação anual, comprovando nossa força e influência no setor de utilidades domésticas.

Fonte: Companhia

Produtos de qualidades e inovadores que nos posiciona de forma diferenciada em comparação com a concorrência e entre nossos clientes.

A qualidade de nossos produtos e poder de nossas marcas são altamente reconhecidos por empresas globais, como Coca-Cola e Ambev, que buscam a Nadir Figueiredo para trabalhar suas próprias marcas no ponto de venda. Hoje, através de produtos personalizados desenvolvidos pela nossa equipe, fazemos toda a gestão das marcas Coca-Cola e Brahma no mercado brasileiro. Segundo pesquisa conduzida pela Kearney, empresa internacional de consultoria estratégica e gestão, nossas marcas estão entre as marcas com melhor percepção do consumidor final no Brasil, e possuem maior preferência do público entre os produtos de utilidade doméstica de vidro.

Fonte: Pesquisa de mercado conduzida pela Kearney (janeiro de 2021)

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Fonte: Pesquisa de mercado conduzida pela Kearney (janeiro de 2021)

Nossos consumidores são altamente leais às marcas do nosso portfólio. Segundo pesquisa conduzida pela Kearney, apenas 20% dos clientes afirmaram que certamente mudariam da marca Nadir caso os concorrentes oferecessem descontos de 50% sobre seus produtos.

Fonte: Pesquisa de mercado conduzida pela Kearney (janeiro de 2021)

Líder em *market share* de venda e produção no mercado brasileiro.

Com capacidade instalada para produzir 670 toneladas por dia, a Nadir Figueiredo figura entre as cinco maiores companhias de utilidades domésticas de vidro do mundo, operando um parque fabril de alta tecnologia em estado da arte. A Companhia é reconhecida pela sua produção de utilidades domésticas de vidro no Brasil, possuindo um *share* de produção de cerca de 90% em todo o território nacional. Isso permite que a Companhia seja a número 1 em termos de vendas nesse mercado, possuindo um *market share* de vendas superior a 50%, sendo produtos importados no geral os únicos concorrentes relevantes.

Market Share de Produção de Utilidades Domésticas de Vidro no Brasil, estimado pela Companhia

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Fonte: Companhia

Market Share de Vendas de Utilidades Domésticas de Vidro no Brasil, estimado pela Companhia

Fonte: Companhia

Em estudo realizado recentemente pela Kearney, ficou comprovada a larga vantagem competitiva da Companhia em termos de custo de produção quando comparado com os produtos importados no Brasil. Para mais informações, ver o item 7.3 deste Formulário de Referência.

A Nadir Figueiredo está em aproximadamente 80% dos pontos de venda do Brasil. São mais de 200 mil estabelecimentos que comercializam nossos produtos. Estamos presentes em mais de 90% dos bares e restaurantes.

Liderança no Brasil e na América Latina.

Grande parte de nosso *footprint* está na América Latina. Nós capturamos mais de 29 pontos percentuais de *market share* de venda no Brasil nos últimos 12 anos, de acordo com dados internos da Companhia, somos o 3º maior *player* de Homeware na América Latina e somos o maior *player* de Glassware na América Latina, de acordo com dados da Euromonitor.

Quando comparados com produtos importados, em sua maior parte da China, temos uma grande vantagem competitiva que é a diferença de custo. Conforme estudo da Kearney, abaixo, quase todas as nossas categorias de produto possuem um custo CIF (onde incluem-se os custos de transporte) menor que o produto médio análogo de origem Chinesa.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

NOSSA ESTRATÉGIA

Aumento do *market share* no Brasil.

Mesmo tendo a liderança em termos de capacidade instalada, de produção e de vendas, ainda há segmentos muito rentáveis em que a Nadir Figueiredo não possui participação expressiva e nos quais consegue expandir seu *market share* através, principalmente, do aumento de capacidade produtiva.

Outra oportunidade de crescimento para aumento da nossa fatia de mercado é o fortalecimento das nossas vendas diretas ao consumidor através dos canais digitais. No início do ano demos os primeiros passos em um mercado que tem crescido muito ao longo dos últimos anos, com a vantagem de apresentarmos aos parceiros um portfólio completo com marcas icônicas. Lançamos nossa loja digital em fevereiro de 2021, além de já participarmos em outros *marketplaces* que estão disponíveis no mercado, com crescimento médio anual (de 2016 a 2020) em vendas online superior a 50% nos principais varejistas híbridos clientes da Companhia. Esperamos com o canal digital (i) disponibilizar todo o catálogo e variedade de produtos da Nadir a qualquer momento e (ii) alcançar um mercado em rápido crescimento de clientes online, aproximando-se do consumidor final.

Em 2021, pretendemos ampliar nossa capacidade nominal de produção em 19% (para 670 toneladas por dia), com a ampliação de um dos nossos fornos e a implantação de uma nova tecnologia de produção.

Aumentar nossa presença e *market share* em outros países.

Somos o maior *player* da América Latina em utilidades domésticas de vidro e o único que possui portfólio completo de produtos. Nesta região, além das vantagens logísticas, uma potencial aquisição na região abriria portas para o crescimento acelerado na América Latina e na América do Norte.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Acreditamos que existe forte potencial de crescimento com os produtos da marca Marinex no mercado norte-americano.

Na Europa, acreditamos ter capacidade de aumentarmos o nosso *market share* por meio de novas oportunidades que surgiram nos últimos anos, após o fechamento de operações de concorrentes que disputam mercado diretamente com os produtos da Nadir Figueiredo no continente.

Expandir em outras categorias.

Podemos aproveitar a força das nossas marcas para expandirmos nosso portfólio para outras categorias. Sejam elas categorias onde já estamos presentes, através de lançamentos de novos produtos, ou mesmo avançando em segmentos onde ainda não possuímos participação relevante, tal como em potes e jarras, canecas, e taças finas.

Sobre as oportunidades de crescimento via aquisições, temos mapeados oportunidades em diversos países da América Latina, incluindo Brasil, Chile, México e Colômbia. Há exemplos de operações que, além de nos permitirem um aumento de capacidade imediato, abririam acesso a outros continentes (como o norte-americano, por exemplo), aproveitando algumas vantagens em barreiras tarifarias. Possuímos nesse momento conversas com mais de 15 diferentes targets de M&A em diferentes estágios, com um potencial de adição de 10 a 15 bilhões de reais de receita líquida por ano, e 1,5 a 2,0 bilhões de EBITDA por ano. Abaixo, uma visão mais detalhada do pipeline de M&As na América Latina.

Por último, poderíamos levar as nossas marcas para outros segmentos de utilidades domésticas, como talheres e panelas, que podem ser complementares ao nosso portfólio.

Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à nossa Companhia, nossos negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada. Vide itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1-a – Informações específicas de sociedades de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Este item não é aplicável, tendo em vista que não somos uma sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando

Este item não é aplicável, tendo em vista que não somos uma sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Este item não é aplicável, tendo em vista que não somos uma sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

Atualmente possuímos dois segmentos operacionais, conforme divulgado em nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020: (i) utilidades domésticas; e (ii) embalagem. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, divulgávamos a abertura de um terceiro segmento operacional, denominado "imóveis e outros".

Descrevemos abaixo os produtos e serviços que comercializamos em cada dos nossos segmentos.

Utilidade Domésticas

A Nadir Figueiredo produz e comercializa copos, taças, pratos, potes, tigelas, travessas refratárias, xícaras, canecas e jarras – em vidro – com foco em consumidores finais e o segmento de restaurantes, bares, hotéis, padarias, buffets. O segmento de Utilidades Domésticas é formado por vários materiais, destaca-se, além do Vidro, os plásticos, Metais (Inox e Alumínio), Cerâmica, Madeira, entre outros. O segmento contém inúmeras marcas, sendo em sua maioria de origem nacional, mas também conta com marcas internacionais, ou produtos *White Label*, (sem marca, ou marca própria de importador) normalmente oriundos da Ásia. Dentre os produtos que são classificados como Utilidades Domésticas (UD), podemos destacar, além dos mencionados acima, as panelas, talheres, baixelas de metal; pratos e/ou aparelhos de jantar de cerâmica ou porcelana, utensílios de cozinha metálicos, plástico ou madeira, bem como utensílios de plástico como bacias, baldes, entre outros. Tanto para uso na cozinha, na mesa, na área de limpeza, bom como itens de adorno.

Embalagem

O segmento de Embalagem de Vidro tem como característica produtos de vidro, como potes, copos, garrafas e frascos, que tem como foco e destino a Industria de Alimentos para servir de envase. Sendo a Companhia uma especialista na produção de copos de requeijão em vidro, potes para conservas e/ou doces, além de copos para extrato de tomate e frascos para molhos. Destaca-se o foco na reutilização dos copos de requeijão e/ou extrato de tomate, além dos potes de conserva que servem para armazenagem depois de consumido o alimento.

Exportação

A Companhia comercializa os seus produtos de utilidades domésticas em outros mercados estrangeiros e avalia sua performance de maneira independente dos demais segmentos.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

	Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2020		2019		2018	
(em R$ milhares, exceto %)	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
Utilidades domésticas	666.079	74%	577.342	73%	564.438	73%
Embalagem	96.772	11%	81.536	10%	79.250	10%
Exportação	105.742	12%	89.833	11%	88.446	12%
Outros	25.474	3%	44.541	6%	35.947	5%
Receita líquida	894.067	**100%**	793.252	**100%**	768.081	**100%**

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

	Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2020		2019		2018	
(em R$ milhares, exceto %)	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
Utilidades domésticas	101.882	73%	56.332	77%	62.664	74%
Embalagem	12.084	9%	6.182	8%	5.268	6%
Exportação	19.057	14%	8.232	11%	10.039	12%
Outros	5.726	4%	2.855	4%	6.254	7%
Lucro líquido	138.750	**100%**	73.601	**100%**	84.225	**100%**

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) características do processo de produção

A companhia detém alto *know-how* de diferentes processos para fabricação de artigos de vidro para uso doméstico, em bares, hotéis e restaurantes. Produz também artigos para embalagem de alimentos. Todos os processos são suportados por alta tecnologia e engenharia proprietária.

O processo de fabricação do vidro tem início na especificação e controle de qualidade das matérias primas, passando pelo processo na usina de composição, onde ocorrem, em processo automatizado, a pesagem e a mistura das matérias-primas que serão transportadas para os fornos de fusão. As fórmulas dos vidros da companhia garantem ao vidro maior valor agregado pela sua transparência e brilho no vidro alcalino, e o branco esmaltado e brilho, no vidro branco opalino.

Possuímos quatro fornos de fusão de vidro com as melhores tecnologias aplicadas para fornos ar-gás, oxi-gás e elétricos, com altos índices de performance de extração em toneladas por metro quadrado de área e rígido controle de emissão de gases. Nestes fornos produzimos dois tipos de vidro, sendo que no Forno (“F1”) e no Forno 2 (“F2”) produzimos vidro alcalino que classificamos com a denominação interna de vidro cristalino e no Forno Elétrico 1 (“FE1”) e no Forno Elétrico 2 (“FE2”) produzimos vidro a base de flúor com denominação de vidro Opalino.

Entre os quatro fornos e as vinte e quatro linhas de produção temos as fornecedoras e os mecanismos de Feeders. Este sistema é integrado, trabalhando na homogeneização de temperatura e na formação de gota. Assim que a gota é formada, ela é transferida para as máquinas de conformação.

Um atributo diferencial do vidro é que, além de ser 100% reciclável, podemos dar a ele a forma que desejarmos.

Após a etapa da conformação, os artigos passam pelo forno de recozimento ou de tempering. O recozimento tem como objetivo eliminar as tensões internas geradas durante as etapas do processo e o tempering garante maior resistência ao choque térmico e à resistência mecânica.

Todos os artigos passam por um processo de severa inspeção visual, manual e automática e são embalados em embalagens desenvolvidas com tecnologia para garantir a integridade do vidro e levar segurança, alegria e desejo aos consumidores.

Mantemos permanente desenvolvimento e inovação para a automação de nossos processos, com aplicação de robôs, máquinas de inspeção, paletizadoras, colocação automática dos artigos em caixa, plastificação de paletes, todas voltadas para otimização de custos, aumento de produtividade, segurança e integridade do produto.

Temos também uma fábrica de decoração de nossos artigos, disponibilizando a venda de nossos produtos decorados. Para isso, dispomos de modernas máquinas que utilizam o processo de Silk Screen, spray e decalque mania, que possibilitam a gravação de até 8 cores diferentes em silk, duas cores em spray e infinitas cores em decalque.

A Companhia possui também alta tecnologia e softwares para o desenvolvimento de projeto e materiais especiais de moldes para a fabricação de artigos em vidro, contanto com área especifica de engenharia, com treinamento no exterior e *know-how* de mais de 75 anos, o que, associado à

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

toda tecnologia própria de vidro e ao parque de máquinas, se traduz em alta performance e redução constante de custos.

Além do desenvolvimento de tecnologia própria, também adquirimos tecnologia pontual de terceiros.

Em 1984, celebramos contrato com uma grande empresa japonesa para fornecimento de tecnologia nas áreas de matéria-prima, projeto de fornos, processos de produção e engenharia. Com isso, a companhia fica lado a lado com as maiores empresas do ramo vidreiro do mundo. Todos os processos são apoiados por uma área de engenharia de processos e melhoria contínua, controle de processo, formação de técnicos nas certificações green-belt e black-belt, conceito seis sigma e o princípio do zero defeito.

(b) características do processo de distribuição

A comercialização dos produtos é realizada através de corpo de vendedores próprio e distribuidores regionais, coordenados por uma gestão centralizada.

O nosso sistema de distribuição é de via longa, atingindo o atacado, lojas de departamentos, hipermercados, supermercados, varejo e pequeno varejo. No que se refere à promoção e propaganda, temos uma promoção dirigida aos clientes diretos, permitindo que a comunicação chegue ao consumidor final.

(c) características dos mercados de atuação

O Brasil possui uma população de mais de 210 milhões de habitantes e é uma das maiores economias globais com Produto Interno Bruto ("PIB") a preços de mercado (Valores Correntes) de R$7,4 trilhões em 2019 registrando um crescimento real de 1,1% quando comparado com o mesmo período de 2018 com PIB de R$7,0 trilhões. Com as dificuldades enfrentadas pela crise econômica devido à pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19) o país registrou PIB nominal de R$3,5 trilhões no primeiro semestre de 2020, apresentando queda em relação ao mesmo período do ano anterior. Com expectativa de retomada, o PIB cresceu 7,7% no terceiro trimestre de 2020 quando comparado ao segundo trimestre de 2020, mas mostrou uma queda de 3,9% quando comparado ao mesmo período de 2019. Apesar do cenário vivenciado em 2020, segundo estimativas do Banco Central do Brasil disponibilizada em 29 de janeiro de 2021 a expectativa é de um crescimento de 3,5% da economia em 2021 e 2,5% em 2022.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

PIB real em Base Móvel Trimestral Média de 2018 = 100

Fonte: IBGE

I. Mercado de Utilidades Domésticas

O mercado de utilidades domésticas inclui itens como copos, talheres, panelas, entre outras categorias de produtos, e pode ser segmentado por tipos de materiais como cerâmica, vidro, plástico, por exemplo.

Segundo relatório da Euromonitor International, o mercado mundial de utilidades domésticas atingiu US$92,5 bilhões em 2019[1].

Mercado global de utensílios domésticos por região (US$ bilhões)

Fonte: Euromonitor International Limited, Home and Garden in Brazil 2020, vendas formais ao consumidor final incluindo impostos, em termos correntes, moeda local.

[1] Euromonitor International Limited, Home and Garden in Brazil 2020, vendas formais ao consumidor final incluindo impostos, em termos correntes, moeda local.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

De acordo com a Euromonitor International, o mercado brasileiro de utilidades domésticas apresentou crescimento médio anual de 4,7% entre 2013 e 2019. O mercado atingiu R$13,1 bilhões em 2019 representando um aumento de 11,0% em relação ao ano anterior[2].

Mercado brasileiro de utensílios domésticos (R$ bilhões)

Fonte: Euromonitor International Limited, Home and Garden in Brazil 2020, vendas formais ao consumidor final incluindo impostos, em termos correntes, moeda local.

Pela segmentação do mercado de utensílios domésticos por tipo de material, observa-se que o metal é o material mais utilizado, representando 36,1% do mercado em 2019. Em segundo lugar está o vidro com 24,2% de representatividade do mercado, seguido pelo plástico com 23,4%.

Mercado brasileiro de utensílios domésticos por material em 2019 (%)

Fonte: Euromonitor Internacional Limited, Home and Garden in Brazil 2020, vendas formais ao consumidor final incluindo impostos, em termos correntes, moeda local.

Supõe-se que o segmento de vidro deva se beneficiar das tendências globais de sustentabilidade resultado da substituição do plástico por materiais mais ecológicos. O vidro é um material sustentável por ser 100% reciclável e produzido com matéria prima natural.

[2] Euromonitor International Limited, Home and Garden in Brazil 2020, vendas formais ao consumidor final incluindo impostos, em termos correntes, moeda local.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Também pode-se analisar o mercado de utilidades domésticas por categorias de produtos, conforme gráfico abaixo. A categoria de utensílios para casa representa 36,0% do mercado em 2019 e possui crescimento anual médio de 7,1% entre 2017 e 2019.

Do ponto de vista de crescimento médio anual, o segmento de copos, garrafas e jarros está em segundo lugar, representando 15,3% do mercado e, com crescimento médio anual de 8,5% entre 2017 e 2019.

Mercado brasileiro de utilidades domésticas por categoria de produtos (R$ bilhões)

Fonte: Euromonitor International Limited, Home and Garden in Brazil 2020, vendas formais ao consumidor final incluindo impostos, em termos correntes, moeda local.

O setor de utilidades domésticas no Brasil, onde a Companhia atua, concentra 30% do mercado nos 3 maiores players.

A Nadir Figueiredo é o segundo maior player do mercado brasileiro de utilidades domésticas com 9,4% de *market share* em 2019. Nossos principais concorrentes são empresas estrangeiras que exportam para o Brasil, além dos operadores locais como: Tramontina, Oxford e Wheaton.

Market Share em utilidades domésticas no Brasil (2019)

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fonte: Euromonitor International Limited, Home and Garden in Brazil 2020, vendas formais ao consumidor final incluindo impostos, em termos correntes, moeda local.

II. <u>Mercado de Utilidades Domésticas de Vidro</u>

II.a) Cenário Competitivo

No segmento de utilidades domésticas de vidro, estimamos que a Nadir Figueiredo possua aproximadamente 52% de *market share* de receita, sendo 41% do mercado representado por produtos importados e 7% representado principalmente pela Wheaton.

Market Share de Receita (em R$) de Utilidades Domésticas de Vidro no Brasil, estimado pela Companhia

Fonte: Companhia

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Evolução do Market Share de Volume de Vendas de Utilidades Domésticas de Vidro no Brasil, estimado pela Companhia

Fonte: Companhia

Após um movimento de consolidação do setor no Brasil, nos últimos 10 anos, a Nadir Figueiredo aumentou substancialmente sua participação na produção local de utilidades domésticas em vidro, se posicionando atualmente como a maior e principal produtora nacional.

Participação estimada na produção (manufatura) de utilidades domésticas em vidro no Brasil (%)

Fonte: Companhia

Atualmente, a Companhia opera praticamente com utilização máxima de sua capacidade produtiva, o que reforça a importância dos investimentos em expansão da capacidade para continuar sua trajetória de crescimento.

Uso da capacidade industrial da Companhia (%)

Fonte: Companhia

A Nadir Figueiredo possui forte competitividade no mercado brasileiro em relação aos produtos importados da China, de acordo com pesquisa realizada pela consultoria Kearney, contratada pela Companhia em janeiro de 2021 e disponível no *website* de Relações com Investidores da

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Companhia (https://nadirfigueiredo.com.br/wp-content/uploads/2021/02/Nadir-Figueiredo_Project-Nara_Final-Report-AP.pdf) .

A pesquisa da Kearney avaliou o custo de utilidades domésticas importadas da China, por meio de cotação de mais de 50 produtos do portfólio da Nadir Figueiredo com mais de 10 fornecedores diferentes. Constatou-se que a Nadir Figueiredo é mais competitiva do que produtos importados da China na maioria das linhas de produtos.

Comparação entre custo unitário – Nadir Figueiredo x produtos importados da China (R$, %)

Nota: Cotações de custos de importação feitas na China durante janeiro de 2021 para SKUs selecionados. Assume 1,00 USD = 5,40 BRL. Imagens apenas para representação das categorias.
Fonte: Pesquisa realizada pela Kearney (janeiro de 2021)

Em 2019, foi realizado um estudo similar (quando a taxa de câmbio BRL:USD estava próxima de R$4,00) por uma outra consultoria, também de renome internacional, usando uma metodologia muito parecida com a descrita acima (*i.e.* de analisar os custos unitários de produção de determinados segmentos de produtos da Nadir Figueiredo e compará-los ao respectivo custo CIF no Brasil do produto importado, via cotações com alguns fornecedores chineses), e se chegou à época à conclusões similares às acima: os produtos da Nadir Figueiredo tinham, à época do estudo, custos competitivos em relação aos produtos importados chineses, em determinados segmentos de produtos, por uma composição de eficiência da produção e vantagens logísticas. Evidentemente qualquer vantagem (ou desvantagem) de custo de produção da Companhia *versus* seus concorrentes importados depende de e varia com a taxa de câmbio e com os custos logísticos vigentes no momento do estudo.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

No Brasil, os custos logísticos desempenham um papel importante para os negócios, frequentemente representando parcela relevante da receita total de determinados segmentos da economia. Para a Nadir Figueiredo, os custos logísticos representam cerca de 9% da receita.

Em 2019 foi realizado um estudo por uma consultoria estratégica, que apontou que a relevância dos custos logísticos é especialmente elevada para importadores de utensílios de vidro. Segundo o levantamento, à época do estudo, os custos de envio podem chegar a cerca de 20% dos preços FOB da carga, o que resulta em grande oportunidade para a Nadir Figueiredo, uma vez que há um grande espaço no mercado de importações no Brasil a ser capturado.
6
Antidumping sobre utilidades domésticas de vidro

As importações brasileiras de objetos de vidro para mesa originárias da China, Indonésia e Argentina estão atualmente sujeitas a direito antidumping, instituído pela Resolução CAMEX nº 8, de 28 de fevereiro de 2011 e prorrogado pela Resolução CAMEX nº 126, de 22 de dezembro de 2016 por um prazo de até 5 (cinco) anos, ou seja, até 23 de dezembro de 2021. Para que o direito antidumping continue em vigor após esta data, as partes interessadas devem protocolar pedido de renovação até 23 de agosto de 2021 a ser analisado pelas autoridades competentes.

Conforme consta na Resolução no 126, o direito antidumping compreende produtos comumente classificados pelos itens 7013.49.00, 7013.28.00 e 7013.37.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM e consiste na aplicação de determinadas alíquotas expressas em US$/kg sobre o preço de exportação para todos os produtores/exportadores da China, Indonésia e Argentina, com exceção do produtor/exportador argentino Rigolleau S.A para o qual se aplica alíquota específica variável respeitadas determinadas condições.

Encontram-se excluídos do alcance do direito antidumping os seguintes produtos:

- copos, decânters, licoreiras, garrafas, moringas, travessas, jarras e vidros (potes, frascos, garrafas, copos) utilizados exclusivamente pela indústria alimentícia para armazenar conservas em geral (compotas, doces, patês, requeijão, etc.);
- canecas com capacidade superior a 301 ml, comumente utilizadas para acondicionar cerveja; e
- objetos de vidro para mesa produzidos com boro-silicatos (vidros refratários) e os descansos giratórios de travessas e centros de mesa giratórios de vidro, de acordo com o determinado na Resolução CAMEX nº 8, de 2011.

Em 2019 a Companhia analisou os documentos públicos que regem os antidumpings de produtos de vidro e concluiu que, excluindo-se segmentos de produtos não abarcados diretamente por tais antidumpings (como por exemplo o segmento de exportação, embalagens, e os produtos excluídos nos textos legais dos antidumpings), aproximadamente um quarto da receita total da Companhia era, à época do estudo, diretamente afetada por tais antidumpings. Ressalta-se ainda que o maior antidumping, em termos de oneração à importação, é o relativo aos produtos importados da China. Assim sendo, para pratos de vidro, por exemplo, que são principalmente importados da Indonésia, o antidumping chinês é menos diretamente relevante (impactando, portanto, de forma direta aproximadamente um décimo da receita total da Companhia à época do referido estudo).

Para referência, a Resolução no 8 de 28 de fevereiro de 2011 da CAMEX, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 1º de março de 2011, encontra-se disponível para consulta no site: http://www.camex.gov.br/resolucoes-camex-e-outros-normativos/58-resolucoes-da-camex/994-resolucao-n-08-de-28-de-fevereiro-de-2011 . Já a Resolução no 126 de 22 de dezembro de 2016 da CAMEX, publicada no DOU. de 23 de dezembro de 2016, encontra-se disponível para consulta no

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

site: http://www.camex.gov.br/resolucoes-camex-e-outros-normativos/58-resolucoes-da-camex/1768-resolucao-n-126-de-22-de-dezembro-de-2016

Importadores enfrentam ainda outros desafios significativos, tais como:

- Volatilidade do câmbio;
- Volatilidade de custos logísticos;
- *Lead time* muito maior e imprevisibilidade quanto à entrega dos produtos importados;
- Volume mínimo de remessa;
- Distribuidores e varejistas não podem em geral devolver mercadorias quebradas (ou indesejadas) de produtores chineses.

Pelas vantagens competitivas estruturais da Nadir Figueiredo e relação aos produtos importados, acreditamos haver muito espaço para a Companhia aumentar sua participação de mercado no Brasil e na América Latina.

Fonte: Relatório de importações da Companhia, Penta Transaction

II.b) Mercado Consumidor – Casas e Famílias

Segundo pesquisa Nielsen com de dados de janeiro a novembro de 2020, a Nadir Figueiredo está presente em 90% das lojas localizadas na região sul do país, em 62% das lojas localizadas na região metropolitana de São Paulo, em 67% das lojas localizadas na região metropolitana do Rio de Janeiro, em 71% das lojas no interior de São Paulo, 89% das lojas no interior do Rio de Janeiro, Espirito Santo e Minas Gerais, 100% das lojas localizadas na região centro-oeste do país e 84% das lojas localizadas na região nordeste do país.

A Kearney, empresa internacional de consultoria estratégica, realizou pesquisa em janeiro de 2021 para avaliar hábitos de consumo dos consumidores em utilidades domésticas.

A pesquisa avaliou qual o material de preferência para diferentes utilidades domésticas e concluiu que o vidro é escolhido para copos, pratos e jarros, conforme gráfico abaixo.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Material de preferência do consumidor por categoria de utilidades domésticas, para público B2C (número de respostas, % do total)

Fonte: Pesquisa de mercado conduzida pela Kearney (janeiro de 2021)
Nota: "Qual é o seu material preferido para cada tipo de produto?"

A Kearney buscou avaliar o perfil e hábito de consumo de utilidades domésticas de vidro em 2020 e concluiu que (i) os consumidores cozinharam mais, e o segmento de assadeiras pode ter um novo ciclo de crescimento para atender a esse novo hábito e que (ii) os consumidores que reduziram gastos em 2020, esperam retomada dos gastos no futuro.

Gastos com utilidades domésticas de vidro em 2020 em comparação a outros anos, para público B2C (número de respostas, % do total)

Fonte: Pesquisa de mercado conduzida pela Kearney (janeiro de 2021)
Nota: "Como as despesas com utilidades domésticas de vidro este ano se comparam a de outros anos?"

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Justificativa para aumento de gastos com utilidades domésticas de vidro, para público B2C (número de respostas, % do total)

Fonte: Pesquisa de mercado conduzida pela Kearney (janeiro de 2021)
Nota: "Qual foi o principal motivo do aumento de suas despesas?"

Perspectiva de gastos com utilidades domésticas de vidro pós COVID comparado aos gastos atuais, para público B2C (número de respostas, % do total)

Fonte: Pesquisa de mercado conduzida pela Kearney (janeiro de 2021)
Nota: "Após COVID-19, como você espera que suas despesas se comparem a 2020?"

A pesquisa da Kearney também avaliou que os consumidores esperam aumentar as compras de vidro mais do que outros materiais. De acordo com o estudo, (i) pelo menos 80% dos entrevistados compram utilidades domésticas de vidro uma vez por ano e (ii) o plástico é o material com maior expectativa de queda na frequência de compra entre os consumidores.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Frequência de compra de utilidades domésticas, para público B2C (número de respostas, % do total)

Fonte: Pesquisa de mercado conduzida pela Kearney (janeiro de 2021)
Nota: "Com que frequência você compra utilidades de mesa de cada material?"

Expectativas de frequência de compra de utilidades domésticas por tipo de material, para público B2C (número de respostas, % do total)

Fonte: Pesquisa de mercado conduzida pela Kearney (janeiro de 2021)
Nota: "Como os gastos deste ano com utilidades domésticas de vidro se comparam aos de outros anos?"

Além disso, quase metade dos consumidores entrevistados que não possuem uma versão em vidro de nenhum utensílio doméstico planeja comprar um no futuro.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Expectativa de substituição de utilidades domésticas por um item em versão de vidro para itens que hoje os clientes não possuam em vidro, para público B2C (% do total de clientes que disseram não possuir aquele item em vidro)

Fonte: Pesquisa de mercado conduzida pela Kearney (janeiro de 2021)
Nota: "Quais itens você não tem hoje e planeja comprar no futuro?"

Em utilidades domésticas de vidro, a Nadir Figueiredo possui avaliação de produtos, conhecimento da marca entre consumidores, conversão em compra e NPS superiores em todos os segmentos quando comparada aos concorrentes, segundo a pesquisa conduzida pela Kearney.

Fonte: Pesquisa de mercado conduzida pela Kearney (janeiro de 2021)
Notas: 1. Cálculo: para cada condutor, há uma pontuação baseada na pergunta (Q. O quanto você concorda ou discorda que o item doméstico de vidro que você compra possui os seguintes atributos) - Discordo totalmente = 1; Discordo parcialmente = 2; Nem concordo nem discordo = 3; Concordo parcialmente = 4; Concordo

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

totalmente = 5 -% da seleção “concordo” para cada atributo selecionado como um atributo relevante / total de compradores atuais que selecionaram esse atributo como um dos cinco mais relevantes ao selecionar um produto; 2. Média ponderada dos atributos presença na marca por importância

Fonte: Pesquisa de mercado conduzida pela Kearney (janeiro de 2021)
Nota: 1. Média ponderada entre marcas, com base nos respondentes que compraram a marca, excluindo “Marca branca” e “Não conhece a marca”; P. Pergunta: Quão familiarizado você está com os seguintes utensílios domésticos de vidro? De 0 a 10, qual a probabilidade de você recomendar esta marca a um familiar / amigo? NPS - compradores atuais; (% dos entrevistados avaliam de 9 a 10 menos as avaliações de 0 a 6) * 100; 2. Conscientização auxiliada: porcentagem de respondentes que conhecem a marca quando questionados; Consciente para Comprar:% de respondentes que são convertidos da fase de conhecimento para a compra, NPS - Compradores atuais; (% dos entrevistados avaliam de 9 a 10 menos avaliações de 0 a 6) * 100

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A Nadir Figueiredo tem pelo menos uma marca que supera os concorrentes em reconhecimento em cada segmento, segundo a pesquisa conduzida pela Kearney.

Fonte: Pesquisa de mercado conduzida pela Kearney (janeiro de 2021)
Nota: 1. Conscientização auxiliada: porcentagem de respondentes que conhecem a marca quando questionados; Pergunta: Quão familiarizado você está com as seguintes marcas de utensílios domésticos de vidro?

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Além disso, as marcas da Nadir Figueiredo têm NPS mais alto do que seus concorrentes em todos os segmentos, de acordo com a mesma pesquisa.

Fonte: Pesquisa de mercado conduzida pela Kearney (janeiro de 2021)
Nota: 1. De 0 a 10, qual a probabilidade de você recomendar esta marca a um familiar / amigo - Considerando apenas consumidores que compraram vidros de cada tipo de produto; NPS - compradores atuais; (% dos entrevistados avaliam de 9 a 10 menos avaliações de 0 a 6) * 100

II.c) Mercado Profissional – Bares, Hotéis e Restaurantes

O canal de bares, hotéis e restaurantes representa uma fatia expressiva das vendas da Nadir Figueiredo, sendo que no ano de 2020 passou por dificuldades devido à redução na circulação de pessoas decorrente da pandemia do COVID-19.

Segundo o Índice de Consumo em Restaurantes divulgado pela FIPE, estima-se uma redução de 36,8% no número de estabelecimentos comerciais dessa natureza que permaneceram em atividade entre setembro de 2019 e abril de 2020, o que representa uma grande oportunidade de recuperação para o segmento em 2021

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Atividade econômica do setor de bares, hotéis e restaurantes

Fonte: Índice calculado pela Alelo - FIPE
Nota: Inclui impacto em bares, lanchonetes, padarias, lojas de conveniência e boates.

A pesquisa realizada pela Kearney em janeiro de 2021 sobre utilidades domésticas de vidro, englobou também o canal B2B (bares, hotéis e restaurantes). Ao avaliar qual o material de preferência para diferentes utilidades domésticas, concluiu que o vidro é escolhido para copos, pratos e jarros, conforme gráfico abaixo.

Material de preferência de hotéis, bares e restaurantes por categoria de utilidades domésticas (número de respostas, % do total)

Fonte: Pesquisa de mercado conduzida pela Kearney (janeiro de 2021)
Nota: "Qual é o seu material preferido para cada tipo de produto?"

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Frequência de compra de utilidades domésticas por tipo de material, para Hotéis, Bares e Restaurantes (número de respostas, % do total)

Fonte: Pesquisa de mercado conduzida pela Kearney (janeiro de 2021)
Nota: "Com que frequência você compra utilidades de mesa de vidro / outro material?"

De acordo com a mesma pesquisa, o vidro deve ser o maior beneficiado das mudanças regulatórias, de acordo com os compradores de bares, hotéis e restaurantes.

Expectativa de compra de utilidades domésticas por tipo de material, para Hotéis, Bares e Restaurantes (número de respostas, % do total)

Fonte: Pesquisa de mercado conduzida pela Kearney (janeiro de 2021)
Nota: "Com as mudanças regulatórias, qual é a sua expectativa em relação à frequência de compra de cada material?"

Para os clientes do segmento de bares, hotéis e restaurantes, a durabilidade, a disponibilidade e o custo benefício dos produtos são os principais critérios na decisão de compra, atributos em que a Nadir apresenta um alto desempenho, de acordo com a pesquisa realizada pela Kearney.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fonte: Pesquisa de mercado conduzida pela Kearney (janeiro de 2021)
Nota: 1. A classificação é a média ponderada da satisfação pela importância do atributo. 2. Considerando a escala de pontuação de 1 = “Discordo totalmente” a 5 = “Concordo totalmente” na dimensão Satisfação ponderada pela dimensão Importância dos critérios

Os compradores de utilidades domésticas de vidro preferem realizar sua compra por meio de atacadistas e distribuidores e esperam aumentar a frequência de compra por este canal, segundo a pesquisa conduzida pela Kearney.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fonte: Pesquisa de mercado conduzida pela Kearney (janeiro de 2021)

A pesquisa também envolveu entrevistas com pequenos varejistas, e foram observadas tendências favoráveis às utilidades domésticas de vidro, em detrimento a outros materiais. Por exemplo, contatou-se que utilidades domésticas de vidro são uma das categorias mais lucrativas para o pequeno varejista, com tendência de aumentar o espaço nas prateleiras, conforme resultados apresentados adiante.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

De acordo com a pesquisa, que recebeu 31 respostas, artigos de mesa de vidro foram o segundo segmento mais citado quando questionado "Quais são as categorias mais relevantes para a rentabilidade do seu negócio?". A distribuição das respostas pode ser observada no gráfico abaixo.

Categorias mais relevantes para lucratividade dos pequenos varejistas (% do total de respostas)

Fonte: Pesquisa de mercado conduzida pela Kearney (janeiro de 2021)
Nota: "Quais são as categorias mais relevantes para a rentabilidade do seu negócio?". 31 respostas.

A pesquisa também concluiu que 69% dos respondentes espera manter o mesmo espaço na prateleira para artigos de mesa de vidro, enquanto 28% pretender aumentar o espaço dedicado a este tipo de produto e apenas 3% pretende diminuí-lo. Dentre os que planejam aumentar o espaço de prateleira dedicado a artigos de mesa de vidro, 100% responderam que o aumento será de até 30%.

III. <u>Mercado de Embalagens de Vidro</u>

Fora do segmento de utilidades domésticas, está o mercado de embalagens de vidro, onde a Nadir Figueiredo também possui atuação relevante, porém significativamente menor. De acordo com Euromonitor International, observa-se que o vidro está presente em três principais categorias: embalagens de vidro para alimentos, embalagens de vidro para bebidas e embalagens de vidro para produtos de cuidado pessoal.

A categoria de embalagens de vidro para alimentos possui um crescimento médio anual de 2,7% entre 2017 e 2019 enquanto a categoria de embalagens de vidro para bebidas cresce em média 1,3% ao ano e a categoria de embalagens de vidro para produtos de cuidado pessoal possui crescimento médio de 5,2% ao ano, considerando o mesmo período de 2017 a 2019.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Mercado brasileiro de embalagens de vidro, por categoria (bilhões de unidades)

Fonte: Euromonitor International Limited, Packaging in Brazil 2020, vendas formais ao consumidor final incluindo impostos, em termos correntes, moeda local.

Por outra perspectiva, o Euromonitor International também apresenta dados em que a indústria de embalagens de alimentos pode ser segmentada por tipo de embalagem, tais como: embalagens flexíveis, embalagens de vidro, caixas para líquidos, embalagens de metal, caixas de papel e embalagens de plástico rígido.

Segundo o Euromonitor International, em 2019 foram vendidos 87,1 bilhões de unidades de embalagens de alimentos no Brasil com um crescimento médio anual de 0,8% entre 2017 e 2019 bem como um crescimento de 1,4% de 2018 para 2019.

Dentre os segmentos expostos no gráfico abaixo, as embalagens de vidro se destacaram com o maior crescimento médio anual entre 2017 e 2019 apresentando crescimento de 2,7% ao ano.

Mercado brasileiro de embalagens para alimentos, por tipo (bilhões de unidades)

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fonte: Euromonitor International Limited, Packaging in Brazil 2020, vendas formais ao consumidor final incluindo impostos, em termos correntes, moeda local.

A pesquisa conduzida pela Kearney em janeiro de 2021 também abordou o segmento de embalagens de alimentos. O levantamento identificou tendências importantes entre os consumidores de embalagens: dentre os entrevistados, a maioria espera reduzir as compras de embalagens de plástico para alimentos e bebidas.

Constatou-se também que os consumidores tendem a preferir embalagens de vidro e papelão ou Tetra Pak para alimentos e bebidas; e mesmo os consumidores que preferem o plástico esperam reduzir a frequência de compra.

Fonte: Pesquisa de mercado conduzida pela Kearney (janeiro de 2021)

(d) eventual sazonalidade

Mercado interno (Brasil)

As vendas dos produtos pela Companhia no mercado brasileiro não estão sujeitas a flutuações sazonais muito significativas. Entretanto, o terceiro quadrimestre da Companhia geralmente é um pouco mais forte do que os outros trimestres devido ao aumento da demanda por seus produtos durante as festas de fim de ano.

Em 2018, o primeiro trimestre representou 21,9% das vendas totais da Companhia no mercado interno, o segundo trimestre representou 21,4%, o terceiro trimestre representou 24,9% e o quarto trimestre registrou 31,7%.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Em 2019, o primeiro trimestre representou 21,0% das vendas totais da Companhia no mercado interno, o segundo trimestre representou 21,4%, o terceiro trimestre representou 26% e o quarto trimestre registrou 31,7%.

Em 2020, o primeiro trimestre representou 18,3% das vendas totais da Companhia no mercado interno, o segundo trimestre representou 14,2%, o terceiro trimestre representou 32,7% e o quarto trimestre representou 34,8%.

Mercado Externo

Os padrões de compra sazonais variam de acordo com os mercados internacionais específicos. No entanto, as vendas da Companhia no mercado internacional, se considerado como um todo, não são materialmente afetadas pela sazonalidade, uma vez que são expostas a diferentes sazonalidades aplicáveis a cada região.

(e) principais insumos e matérias primas

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Uma das estratégias da Companhia é construir relacionamentos mais eficazes com seus fornecedores, utilizando critérios de seleção para avaliá−los em vários quesitos, incluindo a qualidade do produto, o desempenho do produto e confiabilidade de entrega.

A Companhia conta com um sistema de monitoramento de cadeia estruturado para fortalecer o controle de riscos socioambientais, apoiar um modelo de negócios ético e responsável e desenvolver parcerias sustentáveis. A Companhia busca fazer isso realizando auditorias de qualidade, distribuindo e exigindo a adesão do fornecedor ao seu Código de Ética e Conduta, seguindo sua Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, consultando dados públicos e também incluindo determinadas obrigações relacionadas em seus contratos com fornecedores. A Companhia está focada em uma abordagem mais forte de gerenciamento de riscos, especialmente com relação à qualidade, integridade e segurança, além de sustentabilidade e conformidade.

A avaliação e seleção adequada de fornecedores, bem como a manutenção de relacionamentos com tais fornecedores, é crítica para a competitividade da Companhia no mercado. O processo de avaliação do fornecedor muitas vezes envolve a consideração simultânea de vários aspectos do seu desempenho, incluindo preço, inovação, prazo de entrega, qualidade e suporte pós-venda, juntamente com políticas e desempenho socioambientais. O processo da Companhia segue diretrizes estabelecidas, fundamentadas por sistemas e regras a serem seguidas por todos os membros da sua equipe de compras.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

Não possuímos dependência de poucos fornecedores.

(iii) eventual volatilidade em seus preços

As margens operacionais da Companhia dependem, dentre outros fatores, do preço de compra de matérias−primas e do preço de venda de seus produtos. Tais preços podem variar em virtude de vários fatores, como o fornecimento e a demanda. Os preços das matérias-primas são influenciados

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

por uma série de fatores sobre os quais a Companhia tem pequeno ou nenhum controle, incluindo, mas não se limitando a câmbio, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento e relação entre oferta e demanda mundial.

Para mais informações sobre a volatilidade dos preços de commodities, vide item 4.2 e 10.2.c deste Formulário de Referência.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da nossa receita líquida total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da nossa receita líquida total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Descrevemos abaixo as leis e normas regulamentares do mercado brasileiro que são aplicáveis aos nossos negócios:

Regulação dos nossos negócios

Estamos sujeitos a várias leis federais e estaduais no Brasil. As nossas lojas, fábricas e centro de distribuição estão sujeitos a autorização e regulamentação por diversas autoridades governamentais, como (i) alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura local; (ii) auto de vistoria expedido pelo corpo de bombeiros local; (iii) auto de verificação de segurança expedido pelo CONTRU; (iv) auto de conclusão da edificação e respectivo projeto aprovado, expedidos pela Prefeitura local; e (v) licenças ambientais e sanitárias, conforme aplicável. Dificuldades na obtenção e na manutenção ou o fracasso em obter as licenças e aprovações necessárias pode impedir o funcionamento das nossas lojas, fábricas e centro de distribuição.

Ademais, estamos sujeitos ao registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ("CREA"), considerando que é obrigatório a toda pessoa jurídica que se constitua para prestar ou executar serviços e/ou obras ou que exerça qualquer atividade ligada ao exercício profissional da engenharia, agronomia, geologia, geografia, meteorologia e outras áreas tecnológicas fiscalizadas pelo sistema CONFEA/CREA, nos termos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. A falta de registro de pessoa jurídica junto ao CREA, bem como a falta de renovação tempestiva de tal registro, incorrerá na imposição de penalidades, como multa e suspensão temporária do exercício profissional.

Regulação de vigilância sanitária

De acordo com a Constituição Federal brasileira, o Governo Federal, os Estados e Municípios têm o poder de regular os assuntos relacionados à saúde e vigilância sanitária, a fim de reduzir e prevenir problemas sanitários decorrentes da fabricação e importação de produtos e da prestação de serviços relacionados à saúde dos indivíduos. O Governo Federal dispõe de leis e normas regulamentares para aplicação genérica, os quais são reforçados e complementados por ações dos Estados e Municípios. Dessa forma, a vigilância sanitária é realizada pelas autoridades federais, estaduais e municipais, que agem de forma integrada dentro do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – SNVS, em busca da proteção da saúde da população.

A operação de companhias sem os registros mencionados acima ou sem a presença de um profissional responsável pela operação técnica, bem como qualquer violação às leis e às normas regulamentares relativas à vigilância sanitária federal, estadual ou municipal, sujeita a companhia infratora a penalidades como advertência, multa (de R$ 2.000,00 até R$ 3.000.000,00, apreensão, inutilização ou interdição do produto, suspensão de vendas e/ou de fabricação do produto e cancelamento da permissão ou registro junto às autoridades de vigilância sanitária.

A fabricação de embalagens é regulamentada por meio da Portaria nº 27/1996 emitida pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. A portaria regulamenta as embalagens e equipamentos de vidro em contato com alimentos, como é o caso da Companhia, por meio de termos técnicos especificados nos anexos da portaria.

O plano para logística reversa de embalagens de vidro ainda não foi implementado e encontra-se em consulta pública até 5.2.2021. Vale ressaltar que uma vez aprovado, o decreto que implementa o plano deve entrar em vigor no segundo semestre e a Companhia deverá implementar programas para se adequar aos termos do Decreto, tendo em vista que produz resíduos de vidro.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Legislação ambiental

(i) Responsabilização ambiental

Conforme dispõe o artigo 225, §3º, da Constituição Federal, qualquer pessoa física ou jurídica que cause danos ao meio ambiente estará sujeita a sanções administrativas e criminais, sem prejuízo da obrigação de reparar os danos causados. Tais disposições são reguladas no nível federal por três normas: (i) Lei Federal nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente); (ii) Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e (iii) Decreto Federal nº 6.514/2008 (Sanções Administrativas ao Meio Ambiente).

A Política Nacional do Meio Ambiente estabelece o quadro geral e as orientações para a proteção ambiental. Referida norma traz conceitos importantes, a exemplo da definição de "poluição", e fixa a regra da responsabilidade civil objetiva para a reparação do dano ambiental.

A responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas diversas e independentes: (i) administrativa; (ii) cível; e (iii) criminal.

No que se refere à responsabilidade administrativa, toda ação ou omissão que importe na violação de norma de preservação ao meio ambiente decorrente de culpa ou dolo, independentemente da efetiva ocorrência de dano ambiental, é considerada infração administrativa ambiental. As infrações administrativas são punidas com: advertência; multa simples no valor de até R$50 milhões; multa diária; suspensão parcial ou total das atividades; restrição de direitos; entre outras.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade objetiva e solidária. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos, direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes, bastando a demonstração do nexo de causalidade, podendo um dos agentes responder pelo dano ambiental de forma integral. Como consequência, quando contratamos terceiros para realizar a qualquer intervenção nas nossas operações, como a disposição final de resíduos, não estamos isentos de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados por estes terceiros contratados. Adicionalmente, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente à pessoa jurídica causadora da infração ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento dos danos causados ao meio ambiente.

A responsabilidade penal por crimes ambientais é subjetiva, o que significa que o infrator só será penalizado se agir com culpa. A Lei de Crimes Ambientais prevê a responsabilização de todos aqueles que, de qualquer forma, concorram para a prática de crimes contra o meio ambiente, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Tal Lei prevê, ainda, a responsabilização na esfera criminal tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas, envolvendo penas pecuniárias e restritivas de direitos, por exemplo. A Lei de Crimes Ambientais prevê as seguintes penalidades para pessoas jurídicas: (i) multa; (ii) restritivas de direitos; e/ou (iii) prestação de serviços à comunidade.

A responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que estende a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(ii) Licenciamento ambiental

Especificamente, quanto ao licenciamento ambiental, esta é uma exigência estabelecida na Política Nacional do Meio Ambiente, (Lei Federal nº 6.938/1981), que estabelece a estrutura de proteção ambiental do país, definindo, dentre outros, órgãos licenciadores e executores da mesma. Estão sujeitos a estas exigências todas as atividades ou os empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou que, sob qualquer forma, podem causar degradação ambiental. Adicionalmente, algumas autorizações e regulamentações emitidas por órgãos ambientais podem ser necessárias, como aquelas relativas à supressão de vegetação, utilização de recursos hídricos, tratamento de efluentes.

Conforme definido pela Resolução nº 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente ("CONAMA"), o processo de licenciamento ambiental engloba, em regra, três diferentes licenças, cada uma correspondendo a uma fase particular do projeto: a Licença Prévia ("LP"), concedida na fase preliminar e que avalia as condições básicas de localização, instalação e operação do empreendimento e/ou atividade; a Licença de Instalação ("LI"), que autoriza a sua efetiva instalação e implementação, conforme as condições estabelecidas na fase preliminar; e, por fim, a Licença de Operação ("LO") que autoriza o início de seu funcionamento ou das operações do empreendimento e/ou atividade licenciada.

A responsabilidade pela condução do licenciamento ambiental, de acordo com a disposição da Lei Complementar nº 140/2011, é definida de acordo com as características do empreendimento e as atividades nele exercidas, podendo ser de âmbito federal, estadual ou municipal ou inclusive serem dispensadas de licenciamento ambiental, por não causarem significativo impacto ambiental. ,.

A depender das especificidades do empreendimento e/ou projeto, do âmbito de seus impactos ambientais e dos critérios de exigibilidade estabelecidos pelo órgão ambiental competente, o processo de licenciamento ambiental pode ocorrer de forma simplificada, ao invés do sistema trifásico previamente descrito. No caso de licenciamento ambiental de empreendimento ou atividade que tenham potencial de causar significativo impacto ambiental, a autoridade ambiental poderá exigir a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e apresentação do respectivo Relatório de Impacto Ambiental ("EIA/RIMA").

As licenças ambientais possuem validade limitada, de modo que deverão ser periódica e tempestivamente renovadas perante os órgãos ambientais licenciadores, sob pena de perda de sua validade e irregularidade da atividade e/ou empreendimento. Ainda, as licenças ambientais podem conter condicionantes técnicas estabelecidas pela autoridade ambiental, que são condições de validade e o seu descumprimento pode impactar a regularidade das operações da Companhia.

Em relação a todos os locais que ocupamos para o exercício de nossa atividade, devemos obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem estas normas legais e regulamentares, que não obtenham ou renovem nossas licenças, ou que não cumpram com nossas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de multas (de R$500,00 até R$10 milhões), cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que ficamos impedidos de operar no respectivo imóvel até a devida regularização), não pagamento de indenização securitária em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Importante mencionar que a legislação brasileira determina, ainda, que as atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais devem ser registradas junto ao IBAMA por meio do Cadastro Técnico Federal ("CTF"); bem como pagar a correspondente Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental ("TCFA"), que pode variar entre R$128,80 e R$5.796,73 por trimestre, dependendo do porte da empresa e do grau de utilização dos recursos naturais da atividade desenvolvida.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A falta do certificado de registro válido perante o IBAMA constitui infração administrativa punível com multa, que pode variar entre R$50,00 e R$9,0 mil. O não pagamento da TCFA, por sua vez, pode sujeitar as empresas a uma multa de mora de 20% do valor devido, acrescido de juros de mora.

(iii) Áreas contaminadas

Sendo proprietária ou possuidora de imóvel no qual há identificação de contaminação de solo e água subterrânea, podemos incorrer na responsabilidade para remediação de tal contaminação e em arcar com custos envolvidos, visto que a legislação ambiental determina que o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por parte de órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público. Caso não sejamos capazes de cumprir com nossas responsabilidades, podemos nos tornar alvo de processos de remediação perante os órgãos competentes, e ainda, objetivamente responsáveis pela nossa integral recuperação, promovendo a remoção de substâncias nocivas ou tóxicas fora dos parâmetros exigidos pela legislação aplicável existentes em tais propriedades.

Tais processos de remediação tendem a se prolongar por períodos relevantes e podem ensejar o desembolso de valores significativos até a conclusão da remediação.

(iv) Resíduos sólidos

Os resíduos sólidos, em função de sua natureza, podem gerar impactos à atmosfera, solo, água subterrânea e ecossistema, durante todo seu ciclo de vida, seja nas dependências do local do empreendimento, seja, principalmente, no local de sua destinação final. A Política Nacional de Resíduos Sólidos ("PNRS"), instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010, e seu respectivo Decreto Federal nº 7.404/2010, têm por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

No que diz respeito à regulamentação de resíduos sólidos, nossos empreendimentos podem estar sujeitos à elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ("PGRS"), conforme delineado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, devido à natureza, composição ou volume dos resíduos gerados.

É possível que a Companhia não possua planos de gerenciamento de resíduos sólidos para todas as suas unidades, mas que, não obstante, a Companhia faça a gestão dos resíduos gerados pelas suas atividades, mediante contratação de terceiros devidamente licenciados pelas autoridades ambientais. Ainda que terceirizados os serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, a Companhia não é isenta da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

De acordo com a Lei Federal nº 12.305/2010, a disposição inadequada dos resíduos bem como os acidentes decorrentes do transporte desses resíduos podem ser fator de contaminação de solo e de águas subterrâneas e ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativa e penal. As penalidades administrativas aplicáveis para a disposição inadequada de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, que cause ou não poluição efetiva, incluem, dentre outras, embargo da atividade e multas que podem variar entre R$ 5 mil a R$50 milhões.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(v) Outras autorizações ambientais

A legislação brasileira exige a obtenção de outras autorizações específicas para determinadas atividades, tais como: (i) autorização para supressão de vegetação; (ii) autorização para uso de produtos perigosos; e (iii) estudo de impacto de vizinhança para avaliar o uso da área, qualidade do ar e outros aspectos. Além disso, estamos sujeitos a uma ampla legislação e regulação do setor ambiental relacionadas, dentre outros aspectos, às emissões atmosféricas, ao gerenciamento de resíduos e às intervenções em áreas especialmente protegidas. A não obtenção de tais autorizações e ausência de elaboração de tais estudos poderão nos sujeitar às penalidades de advertência, multa, embargo e interdição de atividade, de acordo com a gravidade da infração, além do dever de reparação dos danos ambientais, se houver.

(vi) Recursos hídricos

Estamos sujeitos à Lei Federal nº 9.433/1997 ("Política Nacional de Recursos Hídricos") que, em termos gerais, dispõe que estão sujeitos à obtenção de outorga e de autorização os seguintes usos de recursos hídricos: (i) derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final ou insumo de processo produtivo; (ii) extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo (poços tubulares); e (iii) lançamento de esgotos e/ou efluentes líquidos ou gasosos em corpo de água, dentre outros.

No caso de utilização da rede pública de esgoto para o despejo de efluente sanitário e/ou industrial, a concessionária do serviço é responsável pela obtenção da outorga e o interessado (por exemplo, a nossa Companhia) deve solicitar à concessionária a ligação à rede pública.

Considera-se infração administrativa a utilização de recursos hídricos para qualquer finalidade sem a respectiva outorga ou em desacordo com as condições estabelecidas, bem como a perfuração de poços tubulares sem a devida autorização ou o lançamento de efluentes de forma irregular.

Regulamentação de proteção de dados pessoais

Muito embora já existissem normas e leis regulando, setorialmente, questões atinentes à privacidade e proteção de dados no Brasil, em agosto de 2018, com a promulgação da LGPD, as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil passaram a ser reguladas de forma geral, por meio de um sistema de regras que impacta todos os setores da economia. A LGPD tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que os tratam, trazendo novas obrigações e limitações a serem observadas.

O âmbito de aplicação da LGPD abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive em ambiente online, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados pessoais destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados.

Além disso, a LGPD estabelece: (i) os princípios que devem ser observados no tratamento de dados pessoais; (ii) as hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais (bases legais); (iii) os direitos dos titulares de dados pessoais; e (iv) as sanções administrativas para o descumprimento de suas disposições. Ainda, a LGPD, autorizou a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade responsável pela observância das normas sobre proteção de dados no Brasil.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Nesse sentido, relevante esclarecer que a ANPD terá poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, exercendo um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de solicitar informações de controladores e operadores de dados pessoais; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de fomentar o conhecimento sobre proteção de dados e medidas de segurança da informação no país, elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros.

A LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, mas, a aplicabilidade de suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54) somente poderá ocorrer a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020. Todavia, neste cenário, anteriormente, à vigência das sanções administrativas da LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, em razão da não efetiva estruturação da ANPD.

Ademais, quando da entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD (agosto de 2021), caso não estejamos adequados às suas disposições, estaremos sujeitos à (a) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (b) publicitação da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; obrigação de divulgação de incidente; (c) bloqueio dos dados pessoais correspondentes à infração até a sua regularização; (d) eliminação de dados pessoais correspondentes à infração; (e) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração; (f) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência; (g) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência; (h) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Logo, antes mesmo da LGPD entrar em vigor, devemos observar os requisitos de segurança previstos na legislação vigente e aplicável quanto à proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais, posto que eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação, atualmente, podem resultar, também, em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia.

(b) política ambiental da companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Política ambiental

Apesar de não possuirmos, na data deste Formulário de Referência, uma política ambiental formalmente aprovada, estamos comprometidos com temas como mudanças climáticas, biodiversidade, gestão de resíduos, energia e água. Cada vez mais, pretendemos trabalhar para reduzir os impactos com protagonismo e inovação em todos esses eixos.

Ademais, na data deste Formulário de Referência, ainda não havíamos aderido a um padrão específico (nacional ou internacional) de proteção ambiental.

Custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental

Na data deste Formulário de Referência, não incorremos em custos relevantes relativos ao cumprimento da regulação ambiental.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/1996 96 ("Lei da Propriedade Industrial") dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro validamente concedido pelo INPI, autarquia federal responsável pelo registro de marca, patentes e outros direitos de propriedade industrial no Brasil.

Após a concessão do registro pelo INPI, o titular passar a deter a propriedade desta em conjunto com o direito de seu uso exclusivo em todo o território nacional, por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade do registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

Durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca (denominado "depositante") possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputacional do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

Relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência, quando não solicitada a renovação no prazo adequado; (ii) renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos da solicitação de registro depositada junto ao INPI.

Na data deste Formulário de Referência, somos titulares de diversos registros ou pedidos de registro de marcas junto ao INPI, inclusive as principais marcas que utilizamos para os nossos negócios são: Duralex, Marinex, Nadir Figueiredo, Copo Americano, Sempre, Colorex e SM, bem como de licenças relevantes para o desenvolvimento de nossas atividades e possuímos dependência de licença em relação ao uso das marcas "Nadir Figueiredo", "Duralex" e "Marinex" e do registro no INPI da marca e do *design* 3D do "Copo Americano".

Ainda, a Companhia é titular de nomes de domínio registrados junto ao Registro.br, dentre os quais se destacam: "lojadefabricanadir.com.br" e "nadirfigueiredo.com.br".

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System ("DNS"), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio ".br", a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Para maiores informações sobre as marcas, nomes de domínio e demais ativos de propriedade intelectual da Companhia, vide item 9.1(b) deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não divulgamos a abertura da receita líquida proveniente dos clientes atribuídos ao Brasil.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não divulgamos a abertura da receita líquida proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Nossa Companhia está presente em aproximadamente mais de 100 países. Apresentamos abaixo a nossa receita operacional líquida do mercado externo:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2020		2019		2018	
(em R$ milhares, exceto %)	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
Mercado externo	105.742	11,83%	89.833	11,32%	88.446	11,51%

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Como exportadora de produtos, a Companhia e sua controlada estão sujeitas às regulações dos países para os quais exportamos nossos produtos. Entretanto, tal regulação não é materialmente relevante para o desenvolvimento de nossas atividades.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

(a) se o emissor divulga informações socioambientais por meio de relatório anual, de sustentabilidade ou integrado

Não aplicável, tendo em vista que não divulgamos informações socioambientais por meio de relatório anual, de sustentabilidade ou integrado.

(b) metodologia seguida pela companhia na elaboração das informações socioambientais

Não aplicável, tendo em vista que não divulgamos informações socioambientais.

(c) indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável, tendo em vista que não divulgamos informações socioambientais.

(d) indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

Não aplicável, tendo em vista que não divulgamos informações socioambientais.

(e) se este relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

Não é aplicável, tendo em vista que não divulgamos informações socioambientais.

(f) se a Companhia não divulga relatório anual, de sustentabilidade ou integrado que leve em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), explicar o motivo

Entendemos que a legislação ambiental atual não traz essa exigência para as nossas operações.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos nossos negócios e que não tenham sido mencionadas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente não houve alterações significativas na forma de condução dos nossos negócios.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não foi celebrado nenhum contrato relevante por nós ou por nossas controladas que não fosse diretamente relacionado com nossas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não há outras informações consideradas relevantes para a Seção 8 deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes – outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Fábrica - Av. Nadir Dias de Figueiredo 496	Brasil	SP	Suzano	Própria
Armazém - Av. Nadir Dias de Figueiredo 496	Brasil	SP	Suzano	Própria
Captação de Agua - Rua Dr. Prudente de Moraes	Brasil	SP	Suzano	Própria
Armazém - Rua Julio	Brasil	SP	Suzano	Própria
Armazém - Rua Irineu Cassiano de Freitas s/nº	Brasil	SP	Suzano	Própria
Escritório Administrativo - Av. Zaki Narchi, 500 - 3ª Torre - 5º andar	Brasil	SP	São Paulo	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de marca nº 828.782.881, para a marca nominativa “Americano”, na classe intern. NCL (8) 21	Vigente até 20.05.2024	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Marcas	Registro de marca nº 910.108.412, para a marca mista “Copo Americano”, na classe intern. NCL (10) 21	Vigente até 12.12.2027	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Marcas	Registro de marca nº 910.108.420, para a marca mista “Copo Americano”, na classe intern. NCL (10) 25	Vigente até 12.12.2017	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Marcas	Registro de marca nº 915.255.189, p/a marca nomin. “Copo Americano”, na classe intern. NCL (11) 21	Vigente até 11.06.2029	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Reg. de marca nº 913.825.981, p/a marca nomin. “Copo Americano Lagoinha”, classe intern. NCL (11) 21	Vigente até 08.01.2029	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Marcas	Reg. de marca nº 914.506.153, p/a marca nomin. “Duralex Quadre”, na classe intern. NCL (11) 21	Vigente até 26.01.2031	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Marcas	Registro de marca nº 918.000.440, p/a marca nomin. “Lagoinha”, na classe internacional NCL (11) 21	Vigente até 24.03.2030	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Marcas	Registro de marca nº 002.166.089, para a marca mista “Nadir”, na classe nacional 20:25.	Vigente até 30.12.2028	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de marca nº 814.506.674, para a marca mista “Nadir”, na classe internacional NCL (8) 35.	Vigente até 16.10.2030	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Marcas	Registro de marca nº 815.879.881, para a marca mista “Nadir”, na classe nacional 20: 20-35-40.	Vigente até 01.12.2022	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Marcas	Registro de marca nº 909.169.462, para a marca mista “Nadir”, na classe internacional NCL (10) 21.	Vigente até 12.12.2027	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Marcas	Registro de marca nº 915.255.898, p/a marca nominativa “Nadir”, na classe internacional NCL (11) 21	Vigente até 11.06.2029	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Reg. de marca nº 818.188.081, p/a marca nomin. “Nadir Figueiredo”, na classe nacional 20: 25-35-40	Vigente até 11.03.2027	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Marcas	Registro de marca nº 909.169.586, para a marca mista “Sempre”, na classe internacional NCL (10) 21	Vigente até 12.12.2027	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Marcas	Registro de marca nº 827.798.024, para a marca mista “SM”, na classe internacional NCL (8) 21	Vigente até 19.07.2021	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Marcas	Registro de marca nº 913.967.610, para a marca nominativa “SM”, na classe internacional NCL (11) 21	Vigente até 08.01.2029	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de marca nº 913.990.680, para a marca mista “SM”, na classe internacional NCL (11) 21	Vigente até 26.02.2029	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) expiração do prazo de vigência sem o pagamento da taxa para renovação; (b) renúncia pela Companha; (c) decretação de caducidade do registro ou declaração de nulidade do registro, obtidas por terceiro em processo administrativo. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Perda do direito de uso exclusivo da marca. Consequentemente, a Companhia encontraria dificuldades de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços concorrentes. Ainda, nessa hipótese, a Companhia poderia sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que poderia acarretar a impossibilidade de utilizar a marca na condução de suas atividades.
Nome de domínio na internet	nadirfigueiredo.com.br	Vigente até 09.06.2024	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a este ativo são: (a) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; ; (b) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (; (c) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (d) ordem judicial; e/ou (e) por expressa solicitação do titular do nome de domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Distribuidora Brasim S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Argentina			Distribuição de utilidades domésticas	50,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	45,880000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	3.983.801,40		
31/12/2019	-13,410000	0,000000	586.041,18					
31/12/2018	-33,470000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Os investimentos foram efetuados visando complementar as operações próprias da Companhia e serão mantidos até que as atividades da controlada possam ser incorporadas na Companhia.

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 - Outras informações relevantes

Possuímos também marcas registradas perante órgãos relevantes dos seguintes países: África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, China, Colômbia, Comunidade Europeia, Costa Rica, Cuba, Egito, El Salvador, Equador, Espanha, Estados Unidos, Gâmbia, Gana, Guatemala, Guiana, Honduras, Índia, Irã, Israel, Itália, Jamaica, Líbano, México, Moçambique, Nicarágua, Panamá, Paquistão, Paraguai, Peru, República Dominicana, Rússia, Ucrânia, Uruguai, Venezuela, Zimbabué.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019, 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards*, ou IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (ou IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ou CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (ou CVM).

Os Diretores entendem que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB que estavam em vigor e aplicáveis às demonstrações financeiras elaboradas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores da Companhia, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de Diretores da Companhia sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras consolidadas para (i) os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas da Seção 10 deste Formulário de Referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação a receita operacional líquida para os exercícios indicados, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis, exceto quando indicado de outra forma.

Todas as informações apresentadas nesta Seção 10 foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma, acarretando em arredondamentos na última unidade e podendo, portanto, os cálculos divergirem imaterialmente.

Esclarecimentos adicionais a respeito dos impactos da pandemia da COVID-19 nas atividades e, consequentemente, nas demonstrações financeiras, estão detalhados no item 10.9 deste Formulário de Referência.

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. O fluxo de caixa operacional da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2020, o índice de endividamento total foi de 88,07%. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$345,00 milhões e a dívida líquida bancária totalizava R$330,20 milhões, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 231,57%.

Em 31 de dezembro de 2019, o índice de endividamento total foi de 57,96%. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$102,39 milhões e a dívida líquida bancária totalizava R$153,16 milhões, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 48,05%.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2018, o índice de endividamento total foi de 44,44%. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$62,46 milhões e a dívida líquida bancária totalizava R$69,59 milhões, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 17,45%.

O índice de endividamento total corresponde à soma do passivo circulante e não circulante dividido pelo ativo total. O índice de endividamento não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

O índice de dívida líquida corresponde a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido.

A dívida líquida bancária corresponde a soma de todos os empréstimos e financiamentos (curto e longo prazo) menos a disponibilidade de caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários com liquidez imediata.

b. estrutura de capital

Acreditamos que a Companhia apresentou, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	1.052.159	439.467	318.929
Capital próprio (patrimônio líquido)	142.593	318.756	398.698
Capital total (terceiros + próprio)	**1.194.752**	**758.223**	**717.627**
Parcela de capital de terceiros	88%	58%	44%
Parcela de capital próprio	12%	42%	56%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2020 eram de 0,86 e 2,49, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía aproximadamente R$675,21 milhões de empréstimos e financiamentos tomados.

O índice de liquidez geral e corrente corresponde à divisão do ativo circulante pelo passivo circulante nas datas indicadas. O índice de liquidez corrente não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS e possui a finalidade de avaliar a capacidade de pagamento da Companhia frente as suas obrigações. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31/12/2020:

Banco	Valor Atualizado (em R$ milhares)	Taxa Anual	Instrumento	Amortização	Vencimento	Covenants	Garantias
Bradesco	25.075	118,2% CDI	NCE	Bullet	mai/22	Não	Não
Itaú	20.800	CDI + 4,25%	CCB	Bullet	mai/21	Não	Não
Itaú	2.299	4,9%	Vendor	Diária	mar/21	Não	Não
Brasil	8.780	3,8%	Vendor	Diária	mar/21	Não	Não
ABC	39.447	CDI + 2%	NCE	Semianual	nov/26	menor ou igual a 3,0x Div.Liq/Ebitda	Sim
ABC	46.089	CDI + 2%	CCE	Semianual	nov/26	menor ou igual a 3,0x Div.Liq/Ebitda	Sim
Votorantim	85.536	CDI + 2%	CCE	Semianual	nov/26	menor ou igual a 3,0x Div.Liq/Ebitda	Sim
Santander	52.333	CDI + 3,85%	CCB	Bullet	abr/21	Não	Não
Debêntures (50% ABC e 50% Votorantim)	395.114	CDI + 2%	Debêntures	Semianual	ago/26	menor ou igual a 3,0x Div.Liq/Ebitda	Sim
Total	**675.473**						

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui relações de longo prazo com diversas instituições financeiras nacionais que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de suas atividades por meio de empréstimos e financiamentos. Os bancos Itaú e Santander destacam-se no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 desembolsando recursos no montante de R$ 70.000.000,00.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31/12/2020 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Os contratos de empréstimo e financiamento descritos acima possuem cláusulas de vencimento antecipado usualmente utilizadas, tais como nas hipóteses (i) de ocorrência de operações de reorganização societária da Companhia; e (ii) de alteração de controle societária direto ou indireto da Companhia. Ainda, alguns dos contratos de empréstimo e financiamento determinam que restrições à distribuição de dividendos, caso a Companhia esteja inadimplente com as suas obrigações relacionadas aos contratos.

Além disso, a escritura de emissão das debêntures, conforme descrita no item 18.1 deste Formulário de Referência, prevê a restrição de venda de mais de 12,5% dos ativos da Companhia, exceto se os recursos forem investidos na Companhia ou se obtida anuência prévia (*waiver*).

Por fim, na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os *covenants* financeiros descritos no item (i) acima nos termos repactuados.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(em milhares de reais, exceto %)	Em 31/12/2020	AV%	Em 31/12/2019	AV%	Em 31/12/2018	AV%	AH% 2020 x 2019	AH% 2019 x 2018	AH% 2018 x 2017
Receita líquida	894.067	100,00%	793.252	100,00%	768.081	100,00%	112,71%	103,28%	120,37%
Custos dos serviços prestados	(468.742)	-52,43%	(466.852)	-58,85%	(418.251)	-54,45%	100,40%	111,62%	119,16%
Lucro bruto	425.325	47,57%	326.400	41,15%	349.830	45,55%	130,31%	93,30%	121,86%
Despesa com vendas	(118.916)	-13,30%	(119.580)	-15,07%	(119.326)	-15,54%	99,44%	100,21%	110,20%
Despesas gerais e administrativas	(96.400)	-10,78%	(87.918)	-11,08%	(93.268)	-12,14%	109,65%	94,26%	116,08%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24.735	2,77%	11.882	1,50%	3.855	0,50%	208,17%	308,22%	96,57%
Lucro antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social	234.744	26,26%	130.784	16,49%	141.091	18,37%	179,49%	92,69%	137,73%
Resultado financeiro, líquido	(17.113)	-1,91%	(17.645)	-2,22%	(17.909)	-2,33%	96,98%	98,53%	93,11%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	217.631	24,34%	113.139	14,26%	123.182	16,04%	192,36%	91,85%	148,05%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(em milhares de reais, exceto %)	Em 31/12/2020	AV%	Em 31/12/2019	AV%	Em 31/12/2018	AV%	AH% 2020 x 2019	AH% 2019 x 2018	AH% 2018 x 2017
Imposto de renda e contribuição social	(78.881)	-8,82%	(39.538)	-4,98%	(38.957)	-5,07%	199,51%	101,49%	151,62%
Lucro (prejuízo) do exercício	138.750	15,52%	73.601	9,28%	84.225	10,97%	188,52%	87,39%	146,45%

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Receita líquida

Receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$894,07 milhões comparativamente a R$793,25 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$100,81 milhões ou 12,71%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento nas vendas de utilidades domesticas no mercado interno, tendo uma variação positiva no valor de R$112,28 milhões ou 10,83% em relação ao ano de 2019.

Custo dos produtos vendidos

O custo da companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 468,74 milhões comparativamente a R$ 466,85 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ 1,89 milhões ou 0,40%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do volume de vendas impactando nas rubricas de custos de matéria prima e embalagem.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$425,32 milhões comparativamente a R$326,40 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$98,92 milhões ou 30,31%. Lucro bruto representou 47,57% e 41,15% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento da receita líquida em R$100,81 milhões ou 12,71% em comparação com 2019, enquanto o custo das mercadorias vendidas cresceu no valor de R$1,89 milhões ou 0,40%, quando comparado com o ano de 2019.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R$96,40 milhões comparativamente a R$87,92 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$8,48 milhões ou 9,65%. Despesas gerais e administrativas representaram 10,78% e 11,08% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento das despesas com pessoal, cerca de R$8,21 milhões, representando um aumento de 13,03% em 2020, significativamente impactado por custos de rescisão não-recorrentes devido a reestruturação no organograma da Companhia.

Despesas (com vendas)

Despesas com vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R$118,92 milhões comparativamente a R$119,58 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R$0,66 milhões ou 0,56%. Despesas com vendas representaram 13,30% e 15,07% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a decisões tomadas pela Companhia em diminuir o valor gasto com pessoal, utilidades e serviços, sendo que o valor foi reduzido em cerca de R$2,59 milhões e R$6,42 milhões, respectivamente, compensado parcialmente pelo aumento dos gastos com fretes e créditos incobráveis em R$2,57 milhões e R$ 5,78 milhões, respectivamente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de (R$17,11 milhões) comparativamente a (R$17,65 milhões) no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de (R$0,53 milhões) ou (3,02%). Resultado financeiro, líquido representou 1,91% e 2,22% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a variação da conta juros passivos, que no ano de 2020 em comparação ao ano de 2019 teve um aumento, em valor absoluto, de R$5,97 milhões ou 48,15%, sendo assim a conta que teve o maior impacto no resultado financeiro. Outras contas também tiveram impacto, como variações cambiais e monetárias passivas, que diminuiu, em valor absoluto, em 2020 em comparação com 2019 no valor de R$2,90 milhões (ou 103,34%); despesas bancárias também tiveram uma redução, em valor absoluto, de R$1,38 milhões (ou 54,05%) e descontos concedidos, que tiveram uma redução, em valor absoluto, de R$1,56 milhões (ou 27,99%), impactando assim as Despesas financeiras. Na conta de Receitas financeiras, a conta cuja variação teve maior relevância foi rendimentos de aplicações financeiras, que aumentou R$1,04 milhões (ou 30,59%) em relação ao ano de 2019.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$217,63 milhões comparativamente a R$113,14 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$104,49 milhões ou 92,36%. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 24,34% e 14,26% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento do Lucro bruto no valor de R$98,92 ou 30,31% comparando o ano de 2020 com o ano de 2019.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R$78,88 milhões comparativamente a R$39,54 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$39,34 milhões ou 99,51%. Imposto de renda e contribuição social representaram 8,70% e 4,98% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta variação é atribuída substancialmente ao aumento do Lucro antes do imposto de renda e contribuição social em cerca de 92,36% em relação ao ano de 2019, o que resultou em um aumento substancial no valor a ser pago de Imposto de renda.

Lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$138,75 milhões comparativamente a R$73,60 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação positiva de R$65,15 milhões ou 88,52%. Lucro líquido do exercício representou 15,52% e 9,28% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos itens explicados acima.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Receita líquida

Receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$793,25 milhões comparativamente a R$768,08 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$25,17 milhões ou 3,28%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento na receita em vendas de utilidades domesticas no mercado interno, tendo uma variação positiva no valor de R$29,03 milhões ou 2,88% em relação ao ano de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Custo dos serviços prestados

O custo da companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 466,85 milhões comparativamente a R$ 418,25 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$ 48,60 milhões ou 12,62%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do em R$ 28,20 milhões no custo com mão de obra e energéticos e de R$ 15,12 em depreciação e outros.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$326,40 milhões comparativamente a R$349,83 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de (R$23,43 milhões) ou (6,70%). Lucro bruto representou 41,15% e 45,55% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este redução é atribuída substancialmente ao aumento do custo das mercadorias vendidas no valor de R$48,60 milhões ou 11,62%, quando comparado com o ano de 2018. Como as duas contas que compõem o lucro bruto são Receita líquida, que aumentou R$25,17 milhões, ou 3,28%, em relação ao ano de 2018, e o custo das mercadorias vendidas, que variou em R$48,60 milhões, ou 11,62%, em relação ao ano de 2018, o impacto no lucro bruto de 2019 em relação ao ano anterior foi de (R$23,43 milhões), ou (6,70%).

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R$87,92 milhões comparativamente a R$93,27 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de (R$5,35 milhões) milhões ou (5,74%). Despesas gerais e administrativas representaram 11,08% e 12,14% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente ao corte de gastos com pessoal, cerca de R$4,39 milhões, representando uma queda de 6,51% em 2019.

Despesas com vendas

Despesas com vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R$119,58 milhões comparativamente a R$119,33 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$0,25 milhões ou 0,21%. Despesas com vendas representaram 15,07% e 15,54% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído principalmente aos gastos com pessoal que aumentaram em R$1,16 milhões, ou 2,59%, quando comparados os anos de 2019 e 2018, dessa forma, sendo a conta que mais impactou as despesas com vendas. Contudo, outras contas foram relevantes para a composição das despesas com vendas; como fretes, que variou em negativamente em R$0,70 milhões, ou 2,16%, em 2019 comparando com 2018; além disso, promoção e propaganda, aumentou R$0,40 milhões, ou 5,38%, e utilidades e serviços, que variou negativamente R$0,51 milhões, ou 1,46%, no comparativo de 2019 com 2018. Além disso, os gastos com promoção, ações de marketing e propaganda para a venda de mercadorias, aumentaram R$0,40 milhões, ou 5,38%, e gastos administrativos como energia elétrica, agua, depreciação dos imóveis administrativos e serviços prestados por terceiros, que variaram negativamente R$0,51 milhões, ou 1,46%, no comparativo de 2019 com 2018.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$17,65 milhões comparativamente a R$17,91 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma queda, em valor absoluto, de R$0,26 milhões, ou 1,47%. Resultado financeiro, líquido representou 2,22% e 2,33% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a variações cambiais e monetárias passivas, que no ano de 2019 em comparação ao ano de 2018 obteve um valor inferior de R$4,99 milhões, 58,61%, sendo assim a conta que obteve o maior impacto no resultado financeiro. A conta

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

de juros passivos variou em 2019 sobre 2018 no valor de R$2,04 milhões ou 19,65%; despesas bancárias também aumentou, em valor absoluto, R$1,71 milhões, ou 204,55%; descontos concedidos apresentou uma redução, em valor absoluto, de R$1,37 milhões, ou 19,81%, impactando assim as despesas financeiras. Na conta de Receitas financeiras, a variação mais relevante foi em variações cambiais e monetárias ativas, em que houve uma redução de R$1,53 milhões, ou 68,38% em 2019 comparado com o ano anterior.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$113,14 milhões comparativamente a R$123,18 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação negativa de R$10,04 milhões ou (8,15%). Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 14,26% e 16,04% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a diminuição do lucro bruto no valor de 23,43 milhões, ou (6,70%), comparando o ano de 2019 com o ano de 2018.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R$39,54 milhões comparativamente a R$38,96 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$0,58 milhões, ou 1,49%. Imposto de renda e contribuição social representaram 4,98% e 5,07% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente redução do valor apurado para os Juros sobre o capital próprio, em aproximadamente R$2,62 milhões que seria acrescido no cálculo do Imposto de renda e contribuição social.

Lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$73,60 milhões comparativamente a R$84,23 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação negativa de R$10,62 milhões ou 12,61%. Lucro líquido do exercício representou 9,28% e 10,97% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é decorrente dos itens explicados acima.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(em milhares de reais, exceto %)	Em 31/12/2020	AV%	Em 31/12/2019	AV%	Em 31/12/2018	AV%	AH% 2020 x 2019	AH% 2019 x 2018	AH% 2018 x 2017
ATIVO CIRCULANTE	**713.214**	**59,70%**	**453.920**	**59,87%**	**365.306**	**50,90%**	**157,12%**	**124,26%**	**124,98%**
Caixa e equivalentes de caixa	63.593	**5,32%**	12.926	**1,70%**	16.599	**2,31%**	491,98%	77,87%	**155,10%**
Títulos e valores mobiliários	281.410	**23,55%**	89.461	**11,80%**	45.857	**6,39%**	314,56%	195,09%	**270,89%**
Contas a receber de clientes	240.877	**20,16%**	216.324	**28,53%**	157.355	**21,93%**	111,35%	137,48%	**108,62%**
Estoques	107.212	**8,97%**	122.173	**16,11%**	131.079	**18,27%**	87,75%	93,21%	**122,56%**
Impostos a recuperar	16.485	**1,38%**	8.261	**1,09%**	9.519	**1,33%**	199,55%	86,78%	**139,07%**
Outros créditos	3.367	**0,30%**	4.775	**0,63%**	4.897	**0,68%**	(23,83)%	97,51%	**81,79%**
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**481.538**	**40,30%**	**304.303**	**40,13%**	**352.321**	**49,10%**	158,24%	86,37%	**104,88%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(em milhares de reais, exceto %)	Em 31/12/2020	AV%	Em 31/12/2019	AV%	Em 31/12/2018	AV%	AH% 2020 x 2019	AH% 2019 x 2018	AH% 2018 x 2017
Contas a receber de clientes	1.187	**0,10%**	1.725	**0,23%**	2.414	**0,34%**	68,81%	71,46%	**80,12%**
Depósitos judiciais	1.359	**0,11%**	1.299	**0,17%**	1.495	**0,21%**	104,62%	86,89%	**136,03%**
Impostos diferidos	190.177	**15,92%**	16.942	**2,23%**	-	**0,00%**	1122,52%	**0,00%**	**0,00%**
Outros créditos	2.046	**0,17%**	267	**0,04%**	247	**0,03%**	766,29%	108,10%	**95,74%**
Investimentos em controladas	-	**0,00%**	-	**0,00%**	-	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
Ativos mantidos para venda	-	**0,00%**	-	**0,00%**	105.082	**14,64%**	**0,00%**	0,00%	**100,00%**
Imobilizado	278.624	**23,32%**	272.571	**35,95%**	241.827	**33,70%**	102,22%	112,71%	**107,35%**
Intangível	786	**0,07%**	1.083	**0,14%**	1.256	**0,18%**	72,58%	86,23%	**104,84%**
Direito de uso	7.359	**0,62%**	10.416	**1,37%**	-	**0,00%**	70,65%	**0,00%**	**0,00%**
TOTAL DO ATIVO	**1.194.752**	**100,00%**	**758.223**	**100,00%**	**717.627**	**100,00%**	157,57%	105,66%	**114,23%**
PASSIVO CIRCULANTE	**286.919**	**24,01%**	**180.428**	**23,80%**	**221.748**	**30,90%**	159,02%	81,37%	**104,89%**
Fornecedores	109.069	**9,13%**	58.957	**7,78%**	52.345	**7,29%**	185,00%	112,63%	**121,34%**
Empréstimos e financiamentos	90.206	**7,55%**	40.547	**5,35%**	87.042	**12,13%**	222,47%	46,58%	**86,56%**
Obrigações tributárias	26.836	**2,25%**	21.619	**2,85%**	24.699	**3,44%**	124,13%	87,53%	**111,00%**
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.578	**0,80%**	1.099	**0,14%**	1.166	**0,16%**	871,52%	94,25%	**0,00%**
Obrigações trabalhistas	23.316	**1,95%**	24.689	**3,26%**	25.741	**3,59%**	94,44%	95,91%	**119,93%**
Dividendos a pagar	2.735	**0,23%**	17.063	**2,25%**	14.482	**2,02%**	16,03%	117,82%	**160,98%**
Arrendamento mercantil	3.517	**0,29%**	3.376	**0,45%**	-	**0,00%**	104,18%	**0,00%**	**0,00%**
Outras obrigações	21.662	**1,81%**	13.078	**1,72%**	16.273	**2,27%**	165,64%	80,37%	**109,02%**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**765.240**	**64,05%**	**259.039**	**34,16%**	**97.181**	**13,54%**	295,41%	266,55%	**133,94%**
Empréstimos e financiamentos	585.000	**48,96%**	215.000	**28,36%**	45.000	**6,27%**	272,09%	477,78%	**180,00%**
Provisão para demandas judiciais	1.308	**0,11%**	1.477	**0,19%**	1.194	**0,17%**	88,56%	123,70%	**25,93%**
Partes relacionadas	-	**0,00%**	-	**0,00%**	9.424	**1,31%**	0,00%	0,00%	**105,98%**
Impostos diferidos	-	**0,00%**	-	**0,00%**	14.829	**2,07%**	0,00%	0,00%	**109,79%**
Plano de aposentadoria complementar e seguro saúde	42.589	**3,56%**	33.828	**4,46%**	24.859	**3,46%**	125,90%	136,08%	**120,96%**
Arrendamento mercantil	4.301	**0,36%**	7.359	**0,97%**	-	**0,00%**	58,45%	0,00%	**0,00%**
Obrigações com terceiros	106.178	**8,89%**	-	**0,00%**	-	**0,00%**	0,00%	0,00%	**0,00%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(em milhares de reais, exceto %)	Em 31/12/2020	AV%	Em 31/12/2019	AV%	Em 31/12/2018	AV%	AH% 2020 x 2019	AH% 2019 x 2018	AH% 2018 x 2017
Outras obrigações	25.864	**2,16%**	1.375	**0,18%**	1.875	**0,26%**	1881,02%	73,33%	**0,00%**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**142.593**	**11,93%**	**318.756**	**42,04%**	**398.698**	**55,56%**	44,73%	79,95%	**115,82%**
Capital social	81.366	**6,81%**	172.674	**22,77%**	200.000	**27,87%**	47,12%	86,34%	**100,00%**
Reservas de capital	63.108	**5,28%**	63.108	**8,32%**	-	**0,00%**	100,00%	0,00%	**0,00%**
Reserva de reavaliação	-	**0,00%**	-	**0,00%**	8.429	**1,17%**	0,00%	0,00%	**100,00%**
Reservas de lucros	30.353	**2,54%**	111.084	**14,65%**	154.866	**21,58%**	27,32%	71,73%	**166,03%**
Outros resultados abrangentes	-36.218	**-3,03%**	-30.474	**-4,02%**	32.687	**4,55%**	118,85%	-93,23%	**85,03%**
Participação de não controladores	3.984	**0,33%**	2.364	**0,31%**	2.716	**0,38%**	168,53%	87,04%	66,37%
TOTAL DO PASSIVO	**1.194.752**	**100,00%**	**758.223**	**100,00%**	**717.627**	**100,00%**	157,57%	105,66%	**114,23%**

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R$713,21 milhões, em comparação com R$453,92 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 59,70% em 31 de dezembro de 2020 e 59,87% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R$259,29 milhões ou 57,12%, decorreu principalmente em virtude do aumento de R$ 191,95 nos saldos de Títulos e Valores Mobiliários e do aumento na posição de caixa e equivalentes de caixa de R$ 50,67 milhões no período (para mais detalhes consultar seção de fluxo de caixa deste formulário).

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R$481,54 milhões, em comparação com R$304,30 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 40,30% em 31 de dezembro de 2020 e 40,13% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R$177,24 milhões ou 58,24%, decorreu em função do aumento de R$173,24 milhões no saldo de impostos diferidos, devido ao impacto fiscal da mais valia de ativos e do ágio por rentabilidade futura de R$ 165,80 milhões, frutos da incorporação reversa da Vidros da Gloria Participações S.A. pela Companhia.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R$286,92 milhões, em comparação com R$180,43 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 24,01% em 31 de dezembro de 2020 e 23,80% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R$106,50 milhões ou 59,02%, decorreu em função do aumento no saldo de fornecedores em R$50,11 milhões (85,00% em relação a 2019) e pelo aumento na rubrica de empréstimos no valor de R$49,66 milhões.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R$765,24 milhões, em comparação com R$259,04 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 64,05% em 31 de dezembro de 2020 e 34,16% em 31 de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

dezembro de 2019. Este aumento, de R$506,20 milhões ou 195,41%, decorreu em virtude da incorporação da Vidros da Glória Participações S.A. na qual foram assumidos os compromissos a pagar das emissões de debêntures de primeira e segunda séries da Vidros da Glória Participações S.A. no montante de R$390,00 milhões e os saldos a pagar aos ex-acionistas controladores da Nadir Figueiredo pela venda das ações no montante de R$106,18 milhões.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R$142,59 milhões, em comparação com R$318,76 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esta variação, de (R$176,16 milhões) ou (55,27%), deu-se por da redução de capital social de R$91,31 milhões e reflexos das incorporações da Colorex Comércio e Desenvolvimento e da Vidros da Glória Participações S.A. e em virtude da utilização da reserva de lucros com impacto líquido negativo de R$ 80,73 milhões.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R$453,92 milhões, em comparação com R$365,31 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 59,87% em 31 de dezembro de 2019 e 50,90% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R$88.61 milhões ou 24,26%, decorreu do aumento no saldo de títulos e valores mobiliários de R$43,60 milhões (ou 95,09%) e do aumento de do contas a receber de clientes de R$ 58,97 milhões (ou 37,48%).

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R$304,30 milhões, em comparação com R$352,32 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 40,13% em 31 de dezembro de 2019 e 49,10% em 31 de dezembro de 2018. Esta redução, de R$48,02 milhões (ou 13,63%), decorreu principalmente da cisão parcial de empresas do grupo, impactando a rubrica contábil ativo disponível para venda no montante de R$ 105,08 milhões; tal impacto foi parcialmente compensado pelo aumento na linha de direito de uso (reconhecimento inicial da norma de IFRS 16) no montante de R$10,42 milhões, pelo aumento na rubrica de imobilizado no montante de R$30,74 milhões e pelo aumento do imposto diferido no montante de R$ 16,94 milhões.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R$180,43 milhões, em comparação com R$221,75 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 23,80% em 31 de dezembro de 2019 e 30,90% em 31 de dezembro de 2018. Esta redução, de R$41,32 milhões (ou 18,63%), decorreu da redução no saldo de empréstimos e financiamentos a pagar no curto prazo no valor de R$46,50 milhões (ou -53,42%) principalmente em virtude da liquidação de notas de credito de exportação no valor de R$55,03 milhões.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R$259,04 milhões, em comparação com R$97,18 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 34,16% em 31 de dezembro de 2019 e 13,54% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R$161,86 milhões ou 166,55%, ocorreu devido ao aumento na rubrica de empréstimos e financiamentos decorrentes da captação de R$ 39,20 milhões em Nota de crédito de Exportação e R$130,80 milhões em Cédula de Crédito à Exportação e a liquidação de empréstimos com acionistas indiretos da Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda no montante de R$ 9,42 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R$318,76 milhões, em comparação com R$398,70 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esta diminuição, de R$79,94 milhões (ou 20,05%), deu-se por pela redução do capital social de R$ 100,00 milhões a partir das contas de reserva de capital e reservas de lucro, cisão parcial da companhia no montante de R$ 127,33 milhões e pelo lucro do exercício de R$ 74,08 milhões.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R$ mil)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	260.042	34.697	104.895
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	-233.819	-132.799	-79.092
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	-1.426	94.429	-19.906
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	24.797	-3.673	5.897

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou R$260,04 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R$34,70 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Essa aumento de R$225,34 milhões, ou 649,47%, é justificada pelo aumento do lucro líquido do exercício simultaneamente a uma redução da necessidade de capital de giro em decorrência do baixo nível de estoque e aumento dos prazos de fornecedores.

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou R$34,70 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$104,90 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Essa redução de R$70,20 milhões, ou 66,92%, é justificada pelo efeito da cisão de investimentos e redução das contas a receber de clientes.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R$233,82 milhões negativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R$132,80 milhões negativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Essa aumento de R$101,02 milhões, ou 76,07%, é justificada principalmente pela redução em títulos e valores mobiliários.

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R$132,80 milhões negativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$79,09 milhões negativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R$53,71 milhões, ou 67,90%, é justificada principalmente pela redução em títulos e valores mobiliários.

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou (R$1,43) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R$94,43 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Essa redução de R$95,86 milhões, ou 101,51%, é justificada por uma menor captação de empréstimo e financiamento durante o exercício.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R$94,43 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$19,91 milhões negativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R$114,34 milhões, ou 574,37%, é justificada por um aumento substancial na captação de empréstimos.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas da Companhia consistem principalmente de: (i) receita com Utilidades Domésticas ; e (ii) receita com Embalagens.

A Diretoria entende que, dentre as receitas acima mencionadas, a receita de Utilidade Doméstica representa a principal fonte de receita da Companhia, representando 79,46%, 78,18% e 78,95% da receita operacional bruta da Companhia, respectivamente, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

A base de sustentação de receita da Companhia, consequentemente de suas operações, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foi R$894,07 milhões, R$793,25 milhões e R$768,08 milhões, respectivamente.

ii. fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais, condição financeira e liquidez da Companhia foram e poderão continuar sendo influenciados por uma ampla gama de fatores. Determinados fatores macroeconômicos influenciam diretamente os resultados do setor da Companhia, tais como a retração e demanda de consumo de produtos, taxas de câmbio e taxas de juros.

O mercado de atuação da Companhia é afetado por fatores como:

Consumo das famílias

Existe uma correlação entre o consumo das famílias e o crescimento do mercado de utilidades doméstica de vidros ligado principalmente ao nível de renda doméstico, segurança no emprego e a qualidade de consumo.

Situação econômica brasileira

O PIB real do Brasil aumentou a uma taxa média anual de 2,4% de 2004 a 2018. Após aumentar 0,5% em 2014, o PIB brasileiro diminuiu 3,5% por dois anos consecutivos, 2015 e 2016. Reagindo a essa fraca situação econômica, o Banco Central reduziu a taxa SELIC, a taxa básica de juros de curto prazo. Em termos gerais, a tendência a longo prazo em taxas de juros continua em queda, de 17,8% em 31 de dezembro de 2004 para 6,5% em 31 de dezembro de 2018. Em 2020, o PIB caiu -3,4% no até o terceiro trimestre de 2020comparado a 2019.

Inflação e câmbio

A inflação e evolução cambial influenciam diretamente os custos de produção aumentando o desafio de repassar preços ao consumidor final.

Em 31 de dezembro de 2020, 100% dos empréstimos e financiamentos da Companhia eram sujeitos à flutuações das taxas de juros, incluindo flutuações nas taxas de juros do mercado brasileiro com o Certificado de Depósito Interbancário, ou CDI, e a Taxa de Juros de Longo Prazo, ou TJLP rate. Flutuações nas taxas de juros podem ser causadas por um número de fatores, que não estão sob controle da Companhia. Se as taxas de juros, como o CDI ou TJLP aumentarem de forma significativa, as despesas financeiras da Companhia irão aumentar e sua habilidade de contrair financiamentos pode diminuir, o que pode causar um efeito adverso material em seus resultados.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia podem ser impactadas pela variação do PIB e nos índices de inflação, uma vez que impacta diretamente as despesas da Companhia (como salários, contratos e materiais de consumo) e, também, custos de produção.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Apesar de administrar uma parcela dos seus riscos cambiais por meio da proteção de seu balanço através de hedge natural e fluxos de caixa futuros expostos a moedas estrangeiras, as obrigações da Companhia em moeda estrangeira não se encontram completamente protegidas. Uma acentuada depreciação do real frente ao dólar ou outras moedas aumentaria o montante em reais que seriam necessários para atender os requisitos de pagamento de obrigações em moeda estrangeira junto aos fornecedores sendo compensados pelos direitos de contas a receber de clientes em moeda estrangeira.

Historicamente, os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são afetados pelos índices de inflação no Brasil. A demanda de seus produtos no mercado doméstico é sensível à inflação dos preços ao consumidor, conforme refletido em variações no INPC e IPCA, sendo que os custos e despesas da Companhia são incorridos em sua maioria em reais. Devido ao fato de que contratos de longo prazo com fornecedores e clientes não são habituais no setor da Companhia e os preços são geralmente negociados mensal ou trimestralmente, altas na inflação causam um impacto imediato nas suas vendas líquidas e custos.

O índice IGP-M geralmente é usado na negociação de preços que a Companhia paga aos seus fornecedores e prestadores de serviços como referência para a inflação. Além disso, a Companhia adquire energia elétrica para operar suas unidades de produção por meio de contratos de longo prazo que incluem ajustes periódicos de inflação de acordo com o índice IGP-M.

Em termos de custos com pessoal, os salários são ajustados somente uma vez ao ano, com base em acordos coletivos entre os sindicatos patronais e sindicatos de trabalhadores. Geralmente, os sindicatos dos trabalhadores seguem o INPC como parâmetro para suas negociações.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

As operações e resultados operacionais e financeiros da Companhia são afetados pelas condições econômicas no Brasil. As receitas, custos e despesas da Companhia são majoritariamente denominadas em moeda nacional.

Quanto ao cenário cambial, houve uma desvalorização do real frente ao dólar em 2020 de 28%. Esta desvalorização na taxa cambial representou variação relevante em um dos principais insumos produtivos (Barrilha), que é um componente 100% importado. Como consequência o custo de produção foi impactado por este aumento de forma moderada.

Para os insumos nacionais a métrica foi mantida dentro do esperado para os últimos 3 exercícios citados, observada a projeção da inflação nos custos da manufatura, cujo indicador sofreu pequena variação em relação ao que fora projetado, muito próximo ao INPC.

Além disso, a inflação pode impactar nos resultados da Companhia tendo em vista sua influência na variação de preços dos principais insumos e produtos da Companhia.

A capacidade da Companhia de repassar aumentos de preços de matéria-prima a seus preços de venda é limitada pelos preços vigentes dos produtos vendidos em seus mercados internos e internacionais.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 6 de novembro de 2020, como parte da reestruturação societária, a Vidros da Glória Participações S.A. e a Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda. foram incorporadas pela Nadir Figueiredo S.A., a valores contábeis.

As administrações das empresas Vidros da Glória Participações S.A., Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda. e Nadir Figueiredo S.A. celebraram os respectivos protocolos de incorporação e os submeteram à aprovação dos seus acionistas em assembleias gerais e reunião de sócios realizadas em 06 de novembro de 2020.

O patrimônio líquido da Vidros da Glória Participações S.A. vertido para a Nadir Figueiredo S.A., foi avaliado conforme laudo de avaliação patrimonial contábil, apurados por meio de livros contábeis em 30 de setembro de 2020 para fins de incorporação, emitido por empresa independente especializada. De acordo com o Laudo de Avaliação, o patrimônio líquido da Vidros da Glória Participações S.A era de R$ 369,23 milhões.

O patrimônio líquido Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda. vertido para a Nadir Figueiredo S.A., foi avaliado conforme laudo de avaliação patrimonial contábil, apurados por meio de livros contábeis em 30 de setembro de 2020 para fins de incorporação, emitido por empresa independente especializada. De acordo com o Laudo de Avaliação, o patrimônio líquido da Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda. era de R$398 milhões.

No dia 28 de dezembro de 2020 os acionistas aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, dentre outras matérias, o plano de opção de compra de ações da Companhia, cujas informações constam do item 13.5 deste formulário.

c. eventos ou operações não usuais

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2019, foi aprovada a Cisão Parcial da Companhia, com o objetivo de segregar elementos ativos e passivos, incluindo (i) o imóvel constituído por terreno, suas respectivas benfeitorias e dois prédios localizados na Avenida Morvan Dias de Figueiredo n°s 3535 a 3537 e Rua João Veloso Filho, S/N quadras A, B, C, D, E e F da Vila Guilherme, no 36º Subdistrito de Vila Maria, na cidade e Estado de São Paulo, (ii) a participação societária de titularidade da Companhia na Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Avenida Zaki Narchi nº 500, 5º andar, Vila Guilherme, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 02029-001, inscrita no CNPJ/ME sob o nº10.818.682/0001-06, e (iii) a participação societária de titularidade da Companhia na Mineração Rosicler Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Rua Deputado Vicente Penido nº 6, Vila Guilherme, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 02064-120, inscrita no CNPJ/ME sob o nº61.067.088/0001-53 (“Acervo Cindido). O montante total do Acervo Cindido, entre investimentos em participação acionária e terrenos foi de R$127,32 milhões, com redução no capital social da Companhia passando de R$300,00 milhões para R$172,67 milhões. O valor total deste imóvel estava composto pelo valor de aquisição, custo atribuído e reserva de reavaliação, desta forma, com a operação de cisão os impostos diferidos correspondentes a este ativo foram transferidos para os impostos correntes, nos montantes de R$23,90 milhões e R$8,60 milhões, correspondentes a IRPJ e CSLL, respectivamente. O pagamento destes impostos ocorreu em 31 de outubro de 2019.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

NBC TG 06/ R3 (IFRS 16) – Arrendamentos

A Companhia adotou em 1º de janeiro de 2019 a NBC TG 06/ R3 (IFRS16) - Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Essa abordagem não impactou o patrimônio líquido da Companhia na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente. Além disso, a Companhia adotou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição, ou seja, a Companhia optou por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos, conforme o NBC TG 06/ R2. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do NBC TG 06/ R2.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

ITG 22 (Deliberação CVM 804/ 2018) – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A ITG 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do NBC TG 32/ R4 (IAS 12) – Tributos sobre o lucro, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos da NBC TG 32/ R4 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

NBC TG 06/ R3 (IFRS 16) – Arrendamentos

O impacto da aplicação inicial sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas para ativos de direito de uso e passivos de arrendamento a pagar foi de R$13,47 milhões em 1 de janeiro de 2019.

No resultado do exercício, o impacto líquido foi negativo no montante de R$0,32 milhões, na Controladora e Consolidado. O patrimônio líquido não sofreu impacto na adoção inicial devido a escolha pelo modelo da abordagem retrospectiva simplificada.

ITG 22 (Deliberação CVM 804/ 2018) – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Na avaliação da Administração da Companhia, não há impactos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de tribunais administrativos e judiciais.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findo em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não contêm ressalvas e ênfases.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, perda de crédito esperada, provisão para perda de estoques, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para demandas judiciais, benefícios a empregados, mensuração do valor justo e remuneração baseada em ações.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas nas datas dos balanços patrimoniais, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir:

Perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são registradas em quantia considerada suficiente para cobrir as perdas decorrentes de cobranças das duplicatas a receber. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise individualizada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. A perda de crédito esperada foi calculada com base nas perdas esperadas, através de um modelo prospectivo, levando-se em consideração a análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

Provisão para perda de estoques

A Companhia revisa periodicamente o valor líquido de realização e a demanda de seus estoques para garantir que os estoques registrados são demonstrados pelo menor valor entre o custo de aquisição ou produção e o valor líquido de realização, assim como estoques obsoletos.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Realização do imposto de renda diferido

O reconhecimento inicial e as posteriores avaliações do imposto de renda diferido ocorre quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização total, ou parcial se for constituído o crédito integral.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

Benefícios a empregados

(i) Planos de Previdência

O passivo reconhecido é o valor presente da obrigação de benefício definido nas datas dos balanços patrimoniais, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito unitário projetado para determinar o valor presente das obrigações e o respectivo custo do serviço corrente, considerando premissas demográficas, econômicas e financeiras adequado ao perfil da massa.

(ii) Planos de Saúde

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

(iii) Benefícios

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Remuneração baseada em ações

A Companhia possui um plano de remuneração com base em ações, a ser liquidado a critério do Conselho de Administração e nos termos da legislação aplicável (i) emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado; ou (ii) vender ações mantidas em tesouraria, o qual permite que membros da Administração e demais executivos indicados pelo Conselho de Administração adquiram as suas ações. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa, tendo como contra partida o patrimônio líquido.

Quando as opções são exercidas, os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal).

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

iv. contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de negócios

a. investimentos

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

No exercício de 2020, a Companhia manteve a continuidade dos investimentos em ativos imobilizados no montante de R$42,46 milhões. Os investimentos estão substancialmente representados pelas construções em andamento no valor de R$41,95 milhões em 2020, principalmente pelos investimentos nos projetos de ampliação, construção e modernização da unidade de produção de vidros e da área de armazenagem da planta no Município de Suzano - SP.

Em 2021, pretendemos ampliar nossa capacidade instalada em 19% (equivalente a 105 mil toneladas por dia), com a ampliação de um dos nossos fornos e a implantação de uma nova tecnologia de produção.

O plano de crescimento da Companhia prevê a realização de investimentos, inclusive com recursos decorrentes da oferta pública de distribuição de ações ordinárias de emissão da Companhia, para a realização de (i) investimentos de capital (CAPEX) para expansão da capacidade de produção; e (ii) potenciais aquisições de empresas (M&As).

Investimentos de capital (CAPEX) para expansão da capacidade de produção

Uma parcela dos recursos líquidos a serem captados no âmbito da Oferta Primária serão destinados para investimento em ativos fixos e projetos com vistas a incrementar a capacidade nominal, produtividade e expandir o *portfolio* da Companhia, em linha com seu plano de expansão.

Dentre os investimentos planejados, destaca-se a construção de novo forno de vidro transparente. Espera-se que após a instalação deste novo forno, a capacidade de produção da Companhia seja majorada em cerca de 200 toneladas por dia.

Serão também realizados outros projetos que visam otimizar o processo de produção da Companhia, objetivando atingir maior eficiência e automação nas linhas de produção e fortalecimento do portfólio da Companhia.

Potenciais aquisições (M&As) de empresas

Uma parcela dos recursos líquidos a serem captados no âmbito da Oferta Primária serão destinados para potenciais aquisições de empresas (M&As) a serem realizadas pela Companhia, no Brasil ou e/ou no exterior. A Companhia pretende principalmente adquirir empresas que atuam nos segmentos de utilidades domésticas em vidro, principal segmento de atuação da Companhia, mas poderá a vir a adquiris empresas que atuam em outros segmentos, tais como embalagens de vidro e utilidades domésticas em geral, a fim de aumentar seu *portfólio* de produtos.

A Companhia já identificou diversas oportunidades de potenciais aquisições e algumas já se encontram em fase de avaliação. Contudo, a Companhia não pode prever o momento em que essas potenciais aquisições serão efetivadas nem o valor destinado para cada uma das aquisições.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos cujos valores foram desembolsados em 2020, tiveram como fontes:

a) Destinação e lucros acumulados conforme orçamento de capital;

b) Geração de recursos durante o próprio exercício;

10.8 - Plano de Negócios

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Construções em andamento são representadas substancialmente pelos investimentos nos projetos de ampliação, construção e modernização da unidade de produção de vidros e da área de armazenagem da planta no Município de Suzano - SP.

c. novos produtos e serviços

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia possui um departamento de P&D, que investe em inovação e desenvolvimento de novos produtos e serviços e foca energias para sempre alavancar os resultados e melhorar a experiência do cliente, aumento o engajamento e utilização desses produtos e serviços.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Conforme descrito acima, os montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços são de R$901 mil.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Os projetos em desenvolvimento já divulgados estão mencionados no item 10.8 (a).

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços estão mencionados no item 10.8 (a).

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 – Outros fatores com influência relevante

IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA E AS MEDIDAS TOMADAS

Conforme descrito no item 4.1 – "A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em razão da disseminação do novo coronavírus (COVID-19), a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeitos adversos relevantes em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar operando nossos negócio", as nossas operações podem vir a sofrer um impacto relevante em razão das medidas de restrição à circulação de pessoas e mercadorias adotadas como consequência da pandemia da COVID-19. Além disso, acreditamos que a pandemia provocada pela COVID-19 poderá afetar nossos negócios. Acreditamos, ainda, que a extensão dos impactos da pandemia dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis.

Os impactos decorrentes da pandemia da COVID-19 são contínuos e, portanto, avaliaremos a evolução dos efeitos da atual pandemia em nossas receitas, ativos, resultados, negócios e perspectivas, incluindo qualquer possível alteração na nossa capacidade de continuar operando nossos negócios. As nossas análises serão realizadas em linha com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários em 10 de março de 2020, que orienta os administradores e auditores independentes de companhias abertas a considerarem cuidadosamente os impactos da pandemia da COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, em consonância com as normas contábeis aplicáveis.

A pandemia da COVID-19 demandou a imposição de medidas restritivas por parte das autoridades governamentais mundiais, com o objetivo de proteger a população, resultando na restrição do fluxo de pessoas, e incluindo medidas como a quarentena e o *lockdown*, bem como restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo. No Brasil, estados e municípios, incluindo diversas das localidades nas quais operamos, adotaram as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde, adotando medidas para controlar a propagação da doença, o isolamento social e consequente restrição à circulação, que resultaram no fechamento de restaurantes, hotéis, shopping centers, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos.

De acordo com a legislação federal, as nossas atividades são consideradas essenciais e, portanto, são autorizadas a operar durante a pandemia. De igual modo, não houve qualquer restrição e/ou limitação à jornada de trabalho e consequentemente capacidade operacional das nossas atividades industriais.

Com o intuito de garantir a continuidade de nossas operações e reforçar a segurança sanitária de nossos colaboradores, criamos um comitê multidisciplinar para gestão da crise ocasionada pela pandemia da COVID-19 e preparamos um Plano de Contingência seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde e do Ministério da Saúde, de forma a garantir a segurança de todos os nossos colaboradores e de todas as pessoas envolvidas na nossa cadeia produtiva. O referido comitê era formado por membros da nossa administração e buscamos elaborar um plano de enfrentamento e prevenção dos possíveis impactos da pandemia da COVID-19, adotando diversas medidas como por exemplo aquelas relacionadas à preservação do caixa, medidas de proteção à saúde e preservação de empregos e com o foco na demanda determinando os ajustes da operação. Conseguimos atingir patamares históricos em faturamento líquido consolidado com um crescimento de 12,71% e EBITDA com crescimento de 62,57% com respeito ao exercício anterior. Números expressivos quando consideramos o quanto desafiador foi este exercício devido ao contexto da COVID-19 e o impacto na economia e no dia a dia dos nossos consumidores, colaboradores e fornecedores. Essas medidas, algumas destacadas abaixo, permitiram a companhia suplantar seus objetivos para 2020 com crescimento em todas as rubricas de desempenho:

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

- Distribuição de máscara para todos os colaboradores, além dos EPIs obrigatórios;
- Distribuição por todas as áreas da Companhia de álcool em gel para manutenção da adequada higiene;
- Instalação de divisórias de acrílico nas mesas de trabalho, de atendimento, dos refeitórios e nas bancadas dos banheiros;
- Monitoramento de colaboradores e terceiros nas entradas das unidades e meio de transportes;
- Intensificação da higienização e desinfecção das unidades e meios de transportes;
- Implantação de medidas de distanciamento;
- Campanhas de conscientização de colaboradores, terceiros e da comunidade em geral;
- Campanha de Vacinação para todos os colaboradores e familiares contra a H1N1;
- Realização de testes para a detecção da COVID-19, custeados pela empresa;
- Garantia do cumprimento da quarentena e/ou isolamento do colaborador sem prejuízo salarial;
- Afastamento dos colaboradores do grupo de risco e jovens aprendizes menores de 18 anos, sem prejuízo salarial;
- Doação de 10.000 (dez mil) itens de utilidades domésticas de vidro, como copos, pratos, bowls e outros, para o município de São Paulo apoiando as instalações dos hospitais de campanha;
- Redução da produção nos meses de abril e maio de 2020 de forma a adequar o capital de giro às consequências dos diversos *lockdowns* pelo país proporcionando forte fluxo de caixa operacional no exercício de 2020;
- Reforço nas ações de proteção ao caixa da empresa;
- Redução de custos e despesas, com impacto positivo de longo prazo;
- Análise profunda das mudanças ocorridas nos hábitos de consumo visando antecipar as necessidades de nossos clientes; e
- Incremento nas vendas por canais eletrônicos, crescendo significativamente nossa participação nas vendas dos nossos clientes nestes canais eletrônicos.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que não tenham sido divulgadas projeções ou estimativas anteriormente. Dessa forma, optamos por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às nossas atividades.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que não tenham sido divulgadas projeções ou estimativas anteriormente. Dessa forma, optamos por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às nossas atividades.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Nossa administração é constituída por (i) Conselho de Administração; (ii) Diretoria; e (iii) Comitê de Auditoria e *Compliance;* os quais possuem as atribuições indicadas abaixo.

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

(i) se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

Conselho de Administração

De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 membros e no máximo 9 membros efetivos e até igual número de suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, no mínimo 20% dos membros do Conselho de Administração deverão ser conselheiros independentes.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, além das demais atribuições previstas em lei, compete ao Conselho de Administração: I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e das sociedades sob seu controle; II - aprovar, relativamente à Companhia e às suas controladas, (i) o orçamento anual; (ii) eventuais projetos de expansão dos setores existentes ou de início de novas atividades; (iii) a política financeira, inclusive de caixa, investimento e endividamento; (iv) mudanças na política contábil e/ou de reporte de resultados; e (v) as metas e regras anuais de remuneração variável dos Diretores e dos demais executivos e cargos de gerência da Companhia; III - eleger e destituir os membros da Diretoria da Companhia, e fixar-lhes as atribuições, sem prejuízo daquelas definidas neste Estatuto; IV - fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; V - fixar a remuneração de cada um de seus membros e de cada um dos membros da Diretoria, dentro do limite global definido pela Assembleia Geral, e definir a participação dos administradores nos lucros sociais, obedecidos os limites legais; VI - convocar a Assembleia Geral Ordinária e as Assembleias Gerais Extraordinárias; VII - manifestar-se sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia, submetendo-as à aprovação da Assembleia Geral; VIII - autorizar a emissão de: ações e bônus de subscrição de ações até o limite do capital autorizado, estabelecendo a quantidade, o preço e o prazo de integralização de ações a serem emitidas pela Companhia; notas promissórias para distribuição pública; e debêntures simples, não conversíveis em ações, e debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado, nos termos dos §§ 1º e 2º, do art. 59, da Lei das S.A., com a redação dada pela Lei nº 10.303/01; IX - autorizar a Diretoria a contratar financiamentos, mútuos, aberturas de crédito e outros instrumentos de empréstimos, com qualquer entidade nacional ou estrangeira, para as contratações que excederem, de forma isolada ou em conjunto, R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) no semestre, sendo que tal limite deve considerar o conjunto de operações isoladas e de operações sucessivas e correlatas; X - autorizar a Diretoria a prestar garantias, em nome da Companhia ou de suas controladas, de qualquer natureza, incluindo real ou pessoal, a terceiros, em qualquer operação, exceto quando se tratar de garantias prestadas a fornecedores da Companhia ou de suas controladas, e desde que seu valor esteja limitado a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); XI - autorizar a Diretoria a celebrar contratos para aquisição ou alienação de bens integrantes do ativo não circulante da Companhia sempre que o valor de tal operação exceder R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), sendo que tal limite deve considerar operações isoladas ou conjunto de operações sucessivas e correlatas em um mesmo exercício social; XII - autorizar a (i) aquisição ou a alienação de participação societária, direta ou indireta, pela Companhia ou por suas controladas; e (ii) a participação em associações, “joint ventures” ou consórcios; XIII - autorizar a Diretoria a conceder empréstimos da Companhia a terceiros; XIV – aprovar a assunção de qualquer obrigação de não concorrência ou exclusividade que vincule a Companhia ou uma de suas controladas, ou a liberação de qualquer obrigação de não concorrência assumida, perante a Companhia ou uma de suas controladas, por terceiros ou por quaisquer outros acionistas, ex-acionistas, administradores, prestadores de serviço, consultores, empregados ou

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

provedor de mão de obra a qualquer título da Companhia; XV – aprovar as operações com partes relacionadas que a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia estabeleça como sendo de sua competência; XVI - aprovar a celebração de transação judicial ou extrajudicial, pela Companhia, cujo valor supere R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); XVII - com exceção das hipóteses específicas previstas nos incisos acima, autorizar a Diretoria a celebrar contratos de qualquer natureza sempre que o valor da obrigação assumida pela Companhia exceder R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), sendo que tal limite deve considerar operações isoladas ou conjunto de operações sucessivas e correlatas em um mesmo exercício social, exceto se previstas no orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração; XVIII - escolher e destituir auditores independentes, considerada a manifestação do Comitê de Auditoria e Compliance; XIX - autorizar o levantamento de balanços em períodos inferiores ao exercício social, bem como aprovar: o pagamento de dividendos intercalares com base em balanços semestrais ou períodos menores, nos termos do art. 204 da Lei das S.A.; o pagamento de dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; o crédito ou pagamento de juros sobre capital próprio, os quais poderão ser imputados ao valor dos dividendos obrigatórios, nos termos do art. 9º, § 7º, da Lei nº 9.249/95; XX - outorgar ações ou opções de compra de ações de emissão da Companhia a seus administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou de sociedades sob seu controle direto ou indireto, sem direito de preferência para os acionistas, nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral; XXI – em caso de aumentos de capital de competência da Assembleia Geral, fixar o preço de emissão de ações a serem distribuídas no mercado, nos termos da lei, observados eventuais limites estabelecidos pela Assembleia Geral. XXII - criar comitês para o seu assessoramento com objetivos específicos, e eleger os seus respectivos membros; XXIV - aprovar a implementação, alteração ou rescisão de plano de incentivo ou de remuneração de curto ou longo prazo aos administradores, empregados e demais colaboradores da Companhia, inclusive prestadores de serviço; XXV – manifestar-se previamente sobre ou aprovar, conforme o caso, a apresentação, pela Companhia ou por suas controladas, de pedido de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou procedimento similar; XXVI - aprovar a criação e a extinção de controladas, bem como a instalação de filiais ou escritórios em quaisquer praças do Brasil ou do exterior; XXVII - definir o sentido do voto da Companhia, na qualidade de sócia, sobre qualquer uma das matérias acima elencadas quando forem objeto de deliberação, em qualquer órgão de controlada da Companhia; XXVIII – submeter à Assembleia Geral, após sua análise prévia, propostas versando sobre fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações ou dissolução da Companhia, bem como acerca de reforma deste Estatuto; XXIX - aprovar a celebração de acordos de acionistas pela Companhia ou por suas controladas; XXX - indicar à Assembleia Geral chapa para concorrer na eleição dos membros do Conselho de Administração na forma do Artigo 21 do Estatuto Social; XXXI - manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) eventuais alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; e XXXII - deliberar sobre outras matérias não reguladas no Estatuto Social, resolvendo os casos omissos.

Sem prejuízo das demais competências do Conselho de Administração previstas na legislação e no Estatuto Social vigentes, deverá o Conselho de Administração, nos termos de seu Regimento Interno: I - incluir, na proposta da administração referente à assembleia geral para eleição de administradores, sua manifestação contemplando: **(a)** a aderência de cada candidato ao cargo de membro do conselho de administração à Política de Indicação; e **(b)** as razões, à luz do disposto no Regulamento do Novo Mercado e na declaração de independência prevista no referido regulamento e na Política de Indicação da Companhia, pelas quais se verifica o enquadramento de cada candidato como conselheiro independente, se for o caso; e II - realizar, no mínimo ao final de cada mandato, avaliação de desempenho, dos membros do próprio Conselho de Administração, bem como de seus comitês de assessoramento e da Diretoria, de acordo com o processo de avaliação estruturado pela Companhia.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

O Conselho de Administração é regido por regimento interno próprio, o qual foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de fevereiro de 2021, e estabelece as regras gerais relativas ao seu funcionamento, estrutura, organização, atribuições e responsabilidades.

Comitê de Auditoria e *Compliance*

O Comitê de Auditoria e *Compliance* é um comitê estatutário composto por, no mínimo, 3 (três) membros e até igual número de suplentes, sendo: (a) ao menos 1 (um) deles membro independente do Conselho de Administração da Companhia, como definido pelo Regulamento do Novo Mercado; (b) a maioria deles independente, como definidos pela Instrução CVM 308/99; e (c) ao menos 1 (um) deles com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, como definida pela Instrução CVM 308/99. Um mesmo membro do Comitê de Auditoria e *Compliance* poderá preencher cumulativamente os requisitos descritos nas alíneas (a) e (c) acima.

Compete ao Comitê de Auditoria e *Compliance,* consoante o disposto no Estatuto Social da Companhia: I - opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; II - supervisionar as atividades (i) dos auditores independentes, a fim de avaliar a) a sua independência; b) a qualidade dos serviços prestados; e c) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (ii) da área de controles internos da Companhia; (iii) da auditoria interna da Companhia; e (iv) da área responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; III - monitorar e avaliar a qualidade e integridade: (i) dos mecanismos de controles internos; (ii) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e (iii) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; IV - avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (i) a remuneração da administração; (ii) a utilização de ativos da Companhia; e (iii) as despesas incorridas pela Companhia; V – emitir pareceres e recomendações a respeito da conformidade das transações com partes relacionadas submetidas à deliberação do Conselho de Administração nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia; VI - avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia; VII - elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (i) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (ii) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da Companhia; e VIII - possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do denunciante e da confidencialidade da informação.

O Comitê de Auditoria e *Compliance* também é regido por regimento interno próprio, o qual foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de fevereiro de 2021.

Os regimentos internos do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria e *Compliance* podem ser acessados nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Avenida Zaki Narchi, nº 500, 3º Torre, 5º andar, Vila Guilhermina, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 02029-000; e (ii) internet: site da Companhia (www.nadirfigueiredo.com.br), site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(ii) se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia possui comitê de auditoria estatutário e as principais atribuições foram elencadas acima. O Comitê de Auditoria e *Compliance* será formado por, no mínimo, 3 (três) membros e até igual número de suplentes, sendo ao menos 1 (um) deles membro independente do Conselho de Administração da Companhia, conforme definido pelo Regulamento do Novo Mercado; a maioria deles independente, conforme definido pela Instrução CVM nº308/99 e ao menos 1 (um) com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, conforme definida pela Instrução CVM nº308/99,.

O Comitê de Auditoria e Compliance da Companhia atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM.

(iii) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Comitê de Auditoria e *Compliance*, órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, supervisiona as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia. Cabe ao Conselho de Administração escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, considerada a manifestação do Comitê de Auditoria e *Compliance*.

A Companhia não adota uma política de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente. Não obstante, tem como prática a não contratação de seu auditor para quaisquer serviços que possam gerar qualquer situação de potencial conflito com a sua atuação como auditor independente da Companhia.

b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Diretoria

A Diretoria será composta por, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 7 (sete) diretores, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor de Relação com Investidores, 1 (um) Diretor Financeiro e os demais sem designação específica, com as atribuições a serem estabelecidas pelo Conselho de Administração. Os membros da Diretoria serão eleitos para mandatos de 2 anos, permitida a reeleição. A Diretoria da Companhia não possui regimento interno próprio.

Como regra geral e ressalvadas determinadas exceções descritas em seu estatuto social, a Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: (a) por 2 (dois) Diretores; ou (b) pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Financeiro em conjunto com 1 (um) procurador; ou, ainda, (c) por 2 (dois) procuradores. Em atos de mera representação que não envolvam a assunção de novas obrigações ou em atos que envolvam pagamentos já contratados e aprovados nos termos deste Estatuto Social, a Companhia poderá ser representada por 1 (um) Diretor ou 1 procurador.

Compete à Diretoria a prática de todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e a gestão dos negócios, observadas as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, as suas atribuições estabelecidas em lei, no Estatuto Social, e nas políticas corporativas da Companhia.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Sem prejuízo de funções, competências e poderes adicionais a serem atribuídos para cada um dos Diretores pelo Conselho de Administração, compete, especificamente:

a) Ao Diretor Presidente: I - dirigir e orientar as atividades da Companhia, inclusive pela coordenação da atuação dos demais Diretores; II - atribuir a qualquer dos Diretores atividades e tarefas especiais, independentemente daquelas que lhes couberem ordinariamente; III - convocar e presidir as reuniões da Diretoria; IV - a supervisão geral dos negócios sociais; V - fazer com que sejam cumpridas as diretrizes e medidas recomendadas ou determinadas pelo Conselho de Administração, mantendo a coordenação entre os dois órgãos; e VI - zelar pela execução das deliberações da Assembleia Geral, Conselho de Administração e da própria Diretoria.

b) Ao Diretor de Relação com Investidores: I - a prestação de informações aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia; II - a manutenção do registro de companhia aberta da Companhia atualizado e em conformidade com a regulamentação da CVM, zelando pelo cumprimento dos requisitos e exigências regulamentares aplicáveis; III - representar a Companhia perante a CVM, a bolsa de valores e demais entidades do mercado de capitais; IV - supervisão dos serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, mas não se limitando a, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações; e V - o exercício das demais funções que lhe forem atribuídas pela regulamentação aplicável ou por determinação do Conselho de Administração.

c) Ao Diretor Financeiro: I - coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; II - dirigir e liderar a administração e gestão das atividades financeiras da Companhia; e III - orientar e realizar a análise de investimentos, propositura e contratação de empréstimos e financiamentos, operações de tesouraria e o planejamento e controle financeiro da Companhia.

Em reunião realizada em 02 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração deliberou a eleição do Diretor Presidente, do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores (que cumulará as duas funções) e de três Diretores sem designação específica, aos quais atribuiu as seguintes funções, respectivamente:

a) a gestão estratégica das operações e atividades industriais, tais como a gestão dos cronogramas de fabricação e produção, dos projetos de plano de expansão e do programa de CAPEX da Companhia relativos às instalações industriais; a análise e avaliação dos aspectos econômicos do processo produtivo; a participação em discussões relativas a desenvolvimento de novos produtos; a aplicação e a execução de diretrizes, políticas, procedimentos e instruções de trabalho que garantam a segurança de todos os funcionários, assim com a segurança dos ativos da companhia; e a garantia da perpetuação do conhecimento da companhia em sua atividade, através da elaboração de procedimentos e treinamentos internos;

b) a gestão das áreas de vendas e marketing, incluindo desenvolvimento e gestão de produtos e estratégias comerciais, a definição da sua estratégia de comunicação e o alinhamento entre os planos de marketing e de vendas da Companhia; e

c) a gestão da cadeia de suprimentos e qualidade, incluindo a estruturação, implementação e execução de iniciativas lean na cadeia logística e de sistemas de qualidade da Companhia.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após sua eleição, sendo permitida a reeleição.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Até a data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal da Companhia não havia sido instalado.

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

(i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

As avaliações do Conselho de Administração, de seus comitês de assessoramento e da Diretoria devem ser realizadas pelo Conselho de Administração no mínimo ao final de cada mandato, conforme processo de avaliação estruturado pela Companhia. As avaliações abrangem tanto avaliação por órgão quanto individual.

(ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

A Companhia utiliza avaliações objetivas e subjetivas como metodologia para avaliação de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria e *Compliance*, sendo que a avaliação objetiva pode resultar do cumprimento de metas anuais enquanto a avaliação subjetiva é realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme determinado pelo Conselho de Administração.

(iii) como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão

A partir dos resultados das avaliações, o Conselho de Administração implementa planos de ações como, por exemplo, reuniões e treinamentos, para aprimorar o funcionamento dos órgãos.

(iv) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia pode vir a contratar serviços de consultoria ou assessoria externos para realizar as avaliações de desempenho do Conselho de Administração, de seus comitês de assessoramento, incluindo o Comitê de Auditoria e *Compliance*, e da Diretoria. Nos últimos 3 exercícios sociais, a Companhia não contratou tais serviços.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 Regras, políticas e práticas relativas às assembleia gerais

a. prazos de convocação

Não adotamos prática diferenciada quanto aos prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária. A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado, mediante anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, e a segunda, com antecedência mínima de 8 (oito) dias da realização da Assembleia Geral. Independentemente de qualquer formalidade prevista em nosso Estatuto Social e na Lei das S.A., é considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

b. competências

A Assembleia Geral reunir-se-á (i) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; e (iv) aprovar a correção da expressão monetária do capital social; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, é da competência da Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias:

I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

II - deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a sua distribuição aos acionistas;

III - eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado;

IV - fixar a remuneração global dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

V - deliberar sobre proposta de saída da Companhia do Novo Mercado ou, ainda, sobre o cancelamento do registro de companhia aberta;

VI - suspender o exercício de direitos de acionista, na forma do disposto no art. 120 da Lei das S.A.;

VII - cisão, fusão ou incorporação da Companhia; e

VIII - aprovar a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão se o Conselho de Administração não for competente segundo a regulamentação em vigor.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Todos os documentos pertinentes a Assembleias Gerais, tanto os relacionados à participação dos acionistas, quanto os de suporte para as deliberações, ficam disponíveis nos seguintes endereços:

Endereço físico: Nossa sede localizada na Avenida Zaki Narchi, nº 500, 3º Torre, 5º andar, Vila Guilhermina, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 02029-000

Endereço eletrônico: (i) site da companhia (www.nadirfigueiredo.com.br) (http://ri.nadirfigueiredo.com.br); (ii) site da CVM ((www.cvm.gov.br) e (iii) site da B3 (www.b3.com.br).

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

d. identificação e administração de conflitos de interesses

Não adotamos um mecanismo diferenciado para identificar conflitos de interesse nas Assembleias Gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

A esse respeito, a Lei das S.A. prevê que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o nosso.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o nosso é anulável e o acionista responderá pelos danos causados. Os conflitos de interesse são identificados nos termos da Lei das S.A. e administrados pelo Conselho de Administração.

Na administração de conflitos de interesses, é registrada a abstenção dos acionistas que tenham qualquer interesse relacionado às matérias a serem deliberadas pela assembleia.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não adota regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto em Assembleias Gerais.

f. formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nos termos do artigo 126 da Lei das S.A., nossos acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de um ano e que, cumulativamente, seja acionista ou administrador da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos. Juntamente com o instrumento de procuração deverão ser apresentados os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destes pelos signatários das procurações.

O acionista que desejar participar da Assembleia Geral da Companhia deverá apresentar, preferencialmente, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência: (i) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais ou em custódia de sua titularidade emitido com no máximo 3 (três) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral; e (ii) instrumento de mandato ou documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista. O acionista ou seu representante legal deverão comparecer à Assembleia Geral munidos de documentos que comprovem sua identidade.

Inobstante o disposto acima, o acionista que comparecer presencialmente à Assembleia Geral realizada de modo presencial ou parcialmente digital munido dos documentos ali referidos, até o momento da abertura dos trabalhos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

O acionista que pretender participar digitalmente de Assembleia Geral em que isto seja permitido, deverá necessariamente realizar o depósito prévio antecipado dos documentos referidos acima, fornecendo ainda, com a mesma antecedência, as eventuais informações e documentos adicionais necessários à viabilização da participação digital, sob pena de não ser admitido no conclave..

Além disto, não adotamos procedimento de outorga de procurações por meio eletrônico e não possuímos nenhuma outra regra, política ou prática para a aceitação de procurações de acionistas, além do disposto na legislação aplicável.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

g. formalidades necessárias para a aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância, por meio do envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos à sede da Companhia, localizada na Avenida Zaki Narchi, nº 500, 3º Torre, 5º andar, Vila Guilhermina, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 02029-000, aos cuidados do Departamento de Relação com Investidores:

Para pessoas físicas: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo acionista; e (ii) cópia autenticada do documento de identidade do acionista.

Para pessoas jurídicas: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelos representantes do acionista pessoa jurídica; (ii) cópia autenticada do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (iii) cópia autenticada do documento de identidade do representante legal do acionista.

Para fundos de investimento: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo representante do fundo de investimento; (ii) cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo de investimento; (iii) cópia autenticada do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iv) cópia autenticada do documento de identidade do representante legal do fundo de investimento. Nos termos da Instrução CVM nº 481, datada de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"), o boletim de voto a distância deverá ser recebido até 7 dias antes da data da respectiva Assembleia.

A Companhia exigirá o reconhecimento de firma dos boletins de voto à distância assinados no território brasileiro e a notarização e apostilação daqueles assinados fora do país, conforme aplicável.

Observa-se que, antes de seu encaminhamento à Companhia, os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos por tradutor juramentado para a língua portuguesa. As respectivas traduções juramentadas deverão ser registradas no Registro de Títulos e Documentos.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

h. se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distancia

A Companhia não dispõe de sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância.

A participação a distância será admitida apenas em Assembleias Gerais realizadas de forma semipresencial ou exclusivamente digital. Nesses casos, os acionistas que optarem por participar da Assembleia Geral por meio eletrônico deverão enviar tal solicitação à Companhia pelo e-mail age@nadir.com.br,com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia Geral, acompanhada de toda a documentação necessária para sua participação. A Companhia enviará as respectivas instruções para acesso ao sistema eletrônico de participação na Assembleia Geral aos acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima. A Companhia, no entanto, não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGE por meio eletrônico.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

O acionista ou o grupo de acionistas que desejar incluir proposta de deliberação, chapas ou, nos casos aplicáveis, candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deverá observar o procedimento e as formalidades previstas na Seção IV do Capítulo III-A da Instrução da CVM nº 481/2009, bem como na Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria Estatutária da Companhia, mediante o envio das informações e preenchimento do formulário ali previstos, e enviar por correspondência para Avenida Zaki Narchi, nº 500, 3º Torre, 5º andar, Vila Guilhermina, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 02029-000, aos cuidados do Departamento de Relação com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço eletrônico: ri@nadir.com.br. Considerando a previsão estatutária do procedimento de eleição majoritária por chapa, caso determinado acionista ou conjunto de acionistas deseje se valer da faculdade prevista no artigo 21-L, inciso I, da Instrução da CVM nº 481/2009, para indicar candidatos a membros do conselho de administração para participarem da eleição majoritária, deverá indicar uma chapa completa de conselheiros para concorrer com a chapa indicada pela administração da Companhia.

Nos termos da Instrução da CVM nº 481/2009, a solicitação de inclusão de proposta de deliberação no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral ordinária e até 45 dias antes da data de sua realização. Enquanto a solicitação de inclusão de proposta de chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre (i) o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral e até 25 dias antes da data de sua realização, na hipótese de assembleia geral ordinária; ou (ii) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de assembleia geral para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal e até 25 dias antes da data de realização da assembleia, na hipótese de assembleia geral extraordinária convocada para esse fim.

j. se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Não mantemos fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

k. outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância.

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto a distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço. Além disso, assembleias da Companhia poderão ser realizadas de modo parcialmente digital ou exclusivamente digital, sendo que se a assembleia geral for realizada de modo parcialmente ou exclusivamente digital, a Companhia poderá exigir do acionista que pretende participar digitalmente, por meio do sistema eletrônico indicado pela Companhia, o depósito prévio, com 2 (dois) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral, dos documentos mencionados acima, sob pena de não poder participar digitalmente do conclave.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) frequência das reuniões

As reuniões do nosso Conselho de Administração serão realizadas, em caráter ordinário, conforme calendário aprovado por seus membros, em periodicidade no mínimo trimestral, e, em caráter extraordinário, sempre que convocado pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou por 2 (dois) de seus membros em conjunto.

A convocação das reuniões será realizada mediante notificação escrita, pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou por 2 (dois) de seus membros em conjunto, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, devendo constar da convocação a data, horário e os assuntos que constarão da ordem do dia da reunião. As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença de, no mínimo, a maioria dos membros em exercício.

As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas de forma presencial ou virtual e, quando presenciais, serão realizadas na sede da Companhia. No entanto, mesmo quando realizadas presencialmente, os membros do Conselho de Administração poderão participar das reuniões por meio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. Os conselheiros que participarem das reuniões nesses termos serão considerados presentes à reunião e poderão enviar por escrito sua manifestação de voto ou considerações.

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não aplicável, uma vez que não há acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia mantém Política de Transações com Partes Relacionadas, que visa a assegurar que as transações realizadas com partes relacionadas sejam celebradas no melhor interesse da Companhia e de suas controladas. Os termos da referida política se encontram detalhados no item 16.1 deste Formulário de Referência.

A Companhia adota, ainda, Política de Conflito de Interesses, cujo objetivo é estabelecer diretrizes e os padrões de conduta para que os colaboradores possam identificar situações de conflitos de interesses, garantir que as decisões da Companhia sejam tomadas em seu melhor interesse e impedir a sobreposição de interesses particulares aos corporativos.

O nosso estatuto social veda ao membro do Conselho de Administração intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião, a natureza e extensão do seu interesse.

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

A Companhia adota uma Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria Estatutária ("Política de Indicação"), que institui os critérios e procedimentos a serem observados para a composição do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado; e

A Política de Indicação da Companhia foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de fevereiro de 2021, e pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia, localizada Avenida Zaki Narchi, nº 500, 3º Torre, 5º andar, Vila Guilhermina, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 02029-000; e (ii) internet: site da Companhia www.nadirfigueiredo.com.br, site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

(ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

A indicação dos membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria deverá observar o disposto na Política de Indicação, no Estatuto Social da Companhia, nos regimentos internos do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei das Sociedades por Ações e nas demais legislações e regulamentações aplicáveis.

A Política de Indicação traz regras específicas para a composição e para a indicação de membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria, sendo que, de uma maneira geral, deverão ser indicados profissionais altamente qualificados, com comprovada experiência técnica, profissional ou acadêmica, e alinhados aos valores e à cultura da Companhia.

Cumpre ressaltar, ainda, que devem ser considerados critérios como complementaridade de experiências e formação acadêmica quando da indicação dos membros para comporem os órgãos da administração da Companhia.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do nosso Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no estatuto social, nas disposições na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Sanções e do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Patrício Taborda de Figueiredo	16/10/1961	Pertence apenas à Diretoria	02/02/2021	2 anos	7
901.306.267-91	Economista	10 - Diretor Presidente / Superintendente	02/02/2021	Sim	0.00%
Eron Martins	12/12/1974	Pertence apenas à Diretoria	02/02/2021	2 anos	0
018.356.057-45	Administrador de empresas	10 - Diretor Presidente / Superintendente	02/02/2021	Sim	0.00%
Diretor Financeiro					
Morvan dos Santos Ladeira	11/02/1960	Pertence apenas à Diretoria	02/02/2021	2 anos	9
073.926.538-57	Engenheiro	19 - Outros Diretores	02/02/2021	Sim	0.00%
Paulo Figueiredo de Paula e Silva	03/12/1973	Pertence apenas à Diretoria	02/02/2021	2 anos	9
296.214.868-90	Economista	19 - Outros Diretores	02/02/2021	Sim	0.00%
Cassio Roberto Dias Brigide	01/03/1964	Pertence apenas à Diretoria	02/02/2021	2 anos	0
056.319.388-39	Administrador de empresas	19 - Outros Diretores	02/02/2021	Sim	0.00%
Marie Antonia Camicado	09/04/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/12/2020	2 anos	0
037.995.288-22	Empresária	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	01/02/2021	Sim	100.00%
Thiago Sguerra Miskulin	21/06/1984	Pertence apenas ao Conselho de Administração	01/02/2021	2 anos	2
313.032.028-83	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	01/02/2021	Sim	100.00%
Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque	23/06/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	01/02/2021	2	2

675

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
025.989.187-89	Administrador de empresas	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	01/02/2021	Sim	100.00%
Débora Mayor Vizeu	30/12/1993	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/12/2020	2 anos	0
429.647.238-00	Administradora de empresas	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	01/02/2021	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Compliance					
Felipe Franco da Silveira	23/09/1976	Pertence apenas ao Conselho de Administração	01/02/2021	2 anos	2
261.377.018-08	Administrador de empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	01/02/2021	Sim	100.00%
José Eduardo Otero Vidigal Pontes	30/03/1946	Pertence apenas ao Conselho de Administração	01/02/2021	2 anos	30
065.188.188-91	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	01/02/2021	Sim	100.00%
Nelson Craidy Cury	23/06/1949	Pertence apenas ao Conselho de Administração	01/02/2021	2 anos	0
526.516.308-53	Administrador de empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	01/02/2021	Sim	100.00%
Morvan Figueiredo de Paula e Silva	11/10/1943	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/12/2020	2 anos	44
020.459.748-04	Industrial	23 - Conselho de Administração (Suplente)	01/02/2021	Sim	100.00%

Experiência profissional / Critérios de Independência

Patrício Taborda de Figueiredo - 901.306.267-91

676

Patrício Figueiredo é Diretor Presidente de Nadir Figueiredo, baseado no escritório da companhia em São Paulo. Ele é responsável pelo desenvolvimento e execução das estratégias e planos de negócios, garantindo seu alinhamento com os objetivos de curto e longo prazo da Companhia. Responsável, também, por liderar e motivar pessoas desenvolvendo equipes de gestão de alto desempenho, além da supervisão de todas as operações e atividades da empresa para garantir que produzam resultados desejados e consistentes com a estratégia. É o guardião da Visão e da Missão da companhia. A sua carreira na companhia iniciou em 2004 quando é eleito para compor o conselho fiscal da companhia. Em 2009 é eleito membro do Conselho de Administração e em novembro 2013 assume a vice-presidência geral da cia para na assembleia geral de abril de 2014 ser eleito Diretor Presidente. Patrício também compõe a diretoria do SINDIVIDROS (Sind. Ind. Vidro de São Paulo) e é Diretor Presidente da ABIVIDRO (Associação Brasileira das Indústrias de Vidro). Antes de assumir cargo executivo em Nadir Figueiredo, Patrício construiu sua carreira de executivo na White Martins onde inicia em 1985. Em 1999 se associa a RM Consultoria, no Rio de Janeiro, participando de projetos de Estruturação Financeira de Start-Ups, participando do Conselho de Administração da Rio de Una S/A de 2003 a 2006, e de Governança Corporativa no apoio a programas de sucessão em empresas familiares. Em 2008 assume como CFO da Vitalis Industria de Alimentos Ltda também no Rio de Janeiro. Patrício é Economista pela Faculdades Integradas Cândido Mendes (1986), com especialização (In Company) em finanças pela Fundação Dom Cabral (1998). Nascido no Brasil, Patrício é fluente em Português, Inglês e Espanhol.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Eron Martins - 018.356.057-45

Eron Martins é o CFO da Nadir Figueiredo com responsabilidade sobre a área financeira, relações com investidores, gestão de pessoas, informática e jurídica desde julho de 2020. Executivo com 28 anos de experiência nas áreas financeira e de tecnologia da informação no agronegócio e na indústria do vidro e metalúrgica. Vivência em ambiente multicultural com expatriação de 8 anos na França e Espanha. Previamente teve a oportunidade de atuar como CFO de empresas no agronegócio como a Lavoro Agro, tese de consolidação da distribuição de insumos agrícolas do fundo de investimentos Pátria, da empresa Adama empresa de defensivos da Syngenta Group no Brasil além da AGREX da Mitsubishi. Sua carreira teve uma passagem de 25 anos no Grupo Saint-Gobain, que culminou com a atuação como CFO LATAM da operação de embalagens de vidro de 2011 a 2014. O executivo é formado em Matemática e Administração de Empresas pela Universidade Barra Mansa (RJ), pós-graduado em Sistemas de Informação pela Universidade Estácio de Sá (SP) e possui MBA em Tributação e Assessoria Fiscal pelo Centro de Estudos Financeiros de Madrid.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Morvan dos Santos Ladeira - 073.926.538-57

Morvan Ladeira é um dos diretores de Nadir Figueiredo, baseado na planta de Suzano em São Paulo. Ele é responsável por todas as áreas industriais da companhia, engenharia de projetos, engenharia de moldes, R&D, área de tecnologia e elaboração do vidro, fornos para fusão de vidros soda lime e opalino, fabricação de artigos em vidro em diferentes processos, seleção e embalagem dos produtos, diferentes processos de decoração, usinagem de moldes, fabricação e montagem de máquinas. A sua carreira na Companhia iniciou em 1978 na área de engenharia, passando por diversa funções, foi estagiário de engenharia, engenheiro de projetos, gerente de usinagem e montagem de máquinas, gerente de fabricação, gerente de produção, gerente geral das fábricas de Vila Maria e Suzano, diretor de fábricas, diretor industrial e recursos humanos e hoje diretor industrial.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Paulo Figueiredo de Paula e Silva - 296.214.868-90

Começou no grupo Nadir Figueiredo em 1994 como estagiário, na Multividro, empresa especializada em produção de vidros para decoração, artigos de mesa e iluminação – com produção artesanal (feito à mão). Fez estágio na área administrativa financeira e na produção de vidros. Em 1997, já na Nadir Figueiredo, também trabalhou no planejamento estratégico. Em 1999 trabalhou na tesouraria da Atento Brasil (grupo Telefónica). Retorna à Nadir Figueiredo em 2002, onde passa pela Tesouraria, depois se fixando na área Comercial e Marketing, passou a ser vendedor na região Norte do Brasil, depois para São Paulo, Gerente Comercial (2006), Superintendente Produto de Consumo (Brasil e Exportação) (2008), e Diretor de Vendas e Marketing (2010), posição que ocupa até hoje. Sua grande reponsabilidade é fazer com que a Nadir Figueiredo esteja sempre em crescimento, com o produto correto, para o segmento certo, no melhor preço, através do melhor canal. Gerenciando uma equipe bastante experiente e conhecedora do mercado; criando demanda através do desenvolvimento de produtos e da distribuição assertiva. É formado em Economia pela PUC-SP, com especialização em Finanças pela UC Berkeley, possui especialização em Gestão de Vendas pela ESPM, Certificado no Programa STC da Kellogg School of Management, em parceria com a FDC.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Cassio Roberto Dias Brigide - 056.319.388-39

Cassio Brigide faz parte do corpo diretivo da Nadir Figueiredo desde 2010, tendo como atribuições a gestão da cadeia de suprimentos e qualidade da Companhia, sendo responsável pela estruturação, implementação e execução de iniciativas lean na cadeia logística e de sistemas de qualidade da Nadir Figueiredo. Com uma experiência profissional de 30 anos de carreira, traçou sua trajetória em empresas multinacionais de bens de consumo e também B2B como Philips, LG.Philips, e Corning. Aprofundou-se em áreas de Operações e Customer Services para a América Latina e foi responsável pela área de Supply Chain em um investimento de USD320M feito pela Philips no México – atuando no país e no projeto durante 4 anos. Liderou também as operações da fábrica de vidros para televisores da Corning no Brasil. Certificado no Programa STC da Kellogg School of Management, possui MBA Executivo pela Business School São Paulo e graduou-se em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie. É certificado CPIM pela APICS e Black Belt na metodologia Six Sigma.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Marie Antonia Camicado - 037.995.288-22

Marie Antonia Camicado é conselheira de administração da Nadir Figueiredo. Formou-se em engenharia elétrica pela Universidade Mogi das Cruzes e possui especialização em gestão de negócios pela Universidade Paulista. Desde janeiro 2012, atua na Direção Geral da MCAMICADO, rede de comércio varejista e atacadista atuante nos setores de Casa & Decoração, Artigos para Festas, Descartáveis e Brinquedos. Entre janeiro de 2015 e dezembro de 2015, atuou como consultora em desenvolvimento de negócios da Brinox Metalúrgica S.A. Entre julho de 1987 e maio de 2011, atuou na direção geral da CAMICADO, rede de comércio varejista atuante no setor de Casa & Decoração.
Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Thiago Sguerra Miskulin - 313.032.028-83

Thiago Miskulin é um dos Diretores da H.I.G. baseado no escritório do Rio de Janeiro. Ele é responsável por todos os aspectos do processo de investimento, incluindo originação, estruturação, negociação e financiamento de transações, assim como execução de estratégias operacionais e de crescimento em empresas investidas. Antes de ingressar na H.I.G., Thiago trabalhou como profissional de investimento de Private Equity na Mubadala Capital, GP Investments e Permira. Atualmente ele é Presidente do Conselho de Administração da Nadir Figueiredo, da Elekeiroz S.A. e da Sofape Fabricante de Filtros S.A. No início de sua carreira, trabalhou por quase 5 anos no BCG (The Boston Consulting Group) em São Paulo e Londres, e no J.P. Morgan em Londres. Thiago possui MBA pela Stanford Graduate School of Business, Mestrado em Engenharia pela École Centrale de Lyon, e Diploma de Engenheiro Elétrico pela UNICAMP, com honras.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque - 025.989.187-89

Marcelo Hudik F. de Albuquerque ingressou no H.I.G. Capital em 2017 como Managing Director do time de Private Equity no Brasil. Com mais de 20 anos de experiência em Private Equity no Brasil, Marcelo participou diretamente de investimentos, monitoramento e desinvestimentos em diversos setores, tais como: consumo, serviços, alimentos & bebidas, varejo, serviços financeiros, seguros, energia, óleo e gás, infraestrutura, Real Estate, tecnologia, telecomunicações, saúde, agronegócio e papel & celulose. Anteriormente, Marcelo foi sócio e membro do Comitê de Investimentos da Gávea Investimentos e Head of Execution da área de Private Equity com recursos proprietários do Banco Santander Brasil, onde trabalhou por 8 anos e foi responsável pela criação e gestão do time de investimentos da área. Antes disso, Marcelo trabalhou na Angra Infra e na área de Private Equity e Estratégias Ilíquidas do Grupo Icatu. Marcelo foi membro do Conselho de Administração da Energisa S.A., Enesa Participações S.A., CSS – Cell Site Sollutions S.A., Grupo Santiliana, Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A (TAESA), Brasil Comércio & Turismo, Ambievo S.A. e American Glass Products Ltd. Marcelo também foi membro do Comitê de Investimento do Supervisão do Crédito Corporativo Brasil – FIDC (fundo de crédito de longo-prazo criado pelo Credit Suisse e Santander) e do FIP Sondas, bem como membro do Conselho de Administração e dos Comitês Financeiros e de Novos Negócios da Sete Brasil Participações S.A. Atualmente, Marcelo é Presidente do Conselho de Administração da Office Total S.A. e da DSN Participações S.A., Vice-Presidente do Conselho de Administração da Nadir Figueiredo, da GEM Assistência Médica Especializada e da Halex Istar Indústria Farmacêutica S.A., além de membro do Conselho de Administração da Self It Academias Holdings S.A. e da Bigsal Indústria e Comércio de Suplementos para Nutrição Animal S.A. Marcelo é formado com honras em Administração de Empresas pelo IBMEC do Rio de Janeiro, onde também concluiu seu mestrado em finanças (Stricto Sensu).
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Débora Mayor Vizeu - 429.647.238-00

Bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, atua na Nadir Figueiredo como Membro do Conselho de Administração e no H.I.G Brasil Assessoria de Investimentos Ltda como profissional de investimentos. Fora isso, também atua como Membro do Conselho de Administração da Eletromidia S.A. Antes disso, trabalhou como profissional de investimentos e de fusões e aquisições para investida do Pátria Investimentos e na Ártica Participações e Assessoria Financeira Ltda.
Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Felipe Franco da Silveira - 261.377.018-08

Felipe Franco possui mais de 20 anos de experiência em mercado financeiro, finanças corporativas, consultoria e operações. Antes de juntar-se à H.I.G. Brasil em 2017, ele foi o CEO da Cel Lep Idiomas por quatro anos. Antes disso, ele foi VP de TI e CSC da Anheuser-Busch InBev no Leste Europeu, onde foi responsável pela implementação de um Centro de Serviços Compartilhados para o Leste Europeu baseado em Kharkiv, Ucrânia. Antes disso, Felipe trabalhou na Stern Stewart implementando gestão baseada em valor em algumas das principais empresas do Brasil e Argentina e acompanhando a privatização dos setores elétrico e de telecomunicações do Brasil pelo Unibanco. Felipe é membro do Conselho de Administração da Nadir Figueiredo; da Elekeiroz S.A.; da No Zebra Network S.A., da Self It Academias Holdings S.A., do Hospital Meridional S.A., e da Kora Saúde Participações S.A.;Presidente do Conselho de Administração da Cel Lep Ensino de Idiomas S.A. e da Bigsal – Indústria e Comércio de Suplementos para Nutrição Animal S.A., e Vice-Presidente do Conselho de Administração da LG Informática S.A. e da DSN Participações S.A.. Felipe possui MBA pela The Wharton School, University of Pennsylvania e é formado em Administração de Empresas pela EAESP-SP da Fundação Getúlio Vargas.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

José Eduardo Otero Vidigal Pontes - 065.188.188-91

José Otero Vidigal Pontes é formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, em 1973, com curso de Pós-Graduação de Especialização em Administração de Empresas. Atuou como Diretor Presidente da Nadir Figueiredo e foi, ainda, Sócio-Diretor Gerente da Emvidro Comércio e Representações Ltda., Diretor da Cia. Agrícola, Adm., Coml. e Indl. – CAACI, Sócio-Gerente da Mineração Rosicler Ltda., Sócio-Diretor da Santa Carolina Vidros e Participações Ltda., Diretor da Multividro Indústria e Comércio Ltda., Diretor Gerente da RIDAN Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Diretor Gerente da COLOREX Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda. Foi também Presidente do Sindicato da Indústria de Vidros e Cristais Planos e Ocos do Estado de São Paulo, até 2015, e Delegado do Sindicato da Indústria de Vidros e Cristais Planos e Ocos do Estado de São Paulo.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Nelson Craidy Cury - 526.516.308-53

O Sr. Nelson Craidy Cury é conselheiro de administração e membro do Comitê de Auditoria e Compliance da Nadir Figueiredo. Formado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV/SP, ingressou em 1969 na Panex S.A. Indústria e Comércio, como estagiário, e passou pelas áreas de vendas e marketing, tendo sido o responsável pela criação do departamento de exportação. Em 1979, tornou-se diretor de vendas e marketing, e, em 1991, tornou-se Diretor Presidente da empresa. Em 2005, a Panex foi vendida ao grupo francês SEB, e Nelson abriu escritório para administrar o patrimônio próprio e ingressar em empreendimentos imobiliários. Desde 2013, atua como consultor de M&A.
O Sr. Nelson Craidy Cury é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.
O Sr. Nelson Craidy Cury declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Morvan Figueiredo de Paula e Silva - 020.459.748-04

Morvan Ladeira é um dos diretores de Nadir Figueiredo, baseado na planta de Suzano em São Paulo. Ele é responsável por todas as áreas industriais da companhia, engenharia de projetos, engenharia de moldes, R&D, área de tecnologia e elaboração do vidro, fornos para fusão de vidros soda lime e opalino, fabricação de artigos em vidro em diferentes processos, seleção e embalagem dos produtos, diferentes processos de decoração, usinagem de moldes, fabricação e montagem de máquinas. A sua carreira na Companhia iniciou em 1978 na área de engenharia, passando por diversa funções, foi estagiário de engenharia, engenheiro de projetos, gerente de usinagem e montagem de máquinas, gerente de fabricação, gerente de produção, gerente geral das fábricas de Vila Maria e Suzano, diretor de fábricas, diretor industrial e recursos humanos e hoje diretor industrial. Morvan é diplomado em Engenharia Mecânica pela U.M.C. – Universidade de Mogi das Cruzes, com especialização na Engenharia da Escola Politécnica da U.S.P – Universidade de São Paulo, em Administração da Produção e Operações Competitivas na F.G.V. – Fundação Getúlio Vargas e Administração, Contabilidade e Finanças na F.G.V. – Fundação Getúlio Vargas, com especialização em Glass Technology and Machines Course – ISHIZUCA Glass Co. – Nagoya – Japan, em I.S. Machine Technology Course- EMHART Glass – Connecticut – EUA, em Glass Technology Course – Libbey Co. – Toledo – EUA e com larga experiência técnica e profissional internacional na Ásia, América Central, América do Norte, América do Sul, Brasil, Europa, Leste da Europa e Oceania.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Patrício Taborda de Figueiredo - 901.306.267-91	
N/A	
Eron Martins - 018.356.057-45	
N/A	
Morvan dos Santos Ladeira - 073.926.538-57	
N/A	
Paulo Figueiredo de Paula e Silva - 296.214.868-90	
N/A	
Cassio Roberto Dias Brigide - 056.319.388-39	
N/A	
Marie Antonia Camicado - 037.995.288-22	
N/A	
Thiago Sguerra Miskulin - 313.032.028-83	
N/A	

Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque - 025.989.187-89

N/A

Débora Mayor Vizeu - 429.647.238-00

N/A

Felipe Franco da Silveira - 261.377.018-08

N/A

José Eduardo Otero Vidigal Pontes - 065.188.188-91

N/A

Nelson Craidy Cury - 526.516.308-53

N/A

Morvan Figueiredo de Paula e Silva - 020.459.748-04

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Márcio Santiago Câmara	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	21/05/1956	02/02/2021	2 anos
466.294.597-68	Comitê de Auditoria e Compliance	Empresário		02/02/2021	0	0.00%
Membro Especialista em Contabilidade.						
Jorge Schreus	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/06/1957	02/02/2021	2 anos
000.172.268-99	Comitê de Auditoria e Compliance	Consultor de empresas		02/02/2021	0	0.00%
N/A						
Nelson Craidy Cury	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	23/06/1949	02/02/2021	2 anos
526.516.308-53	Comitê de Auditoria e Compliance	Administrador de empresas		02/02/2021	0	0.00%
O Sr. Nelson Craidy Cury também ocupa o cargo de membro efetivo independente do Conselho de Administração.						
Fernanda Rossi Soares	Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)	11/09/1980	02/02/2021	2 anos
089.312.667-58	Comitê de Auditoria e Compliance	Contadora		02/02/2021	0	0.00%
Membro Especialista em Contabilidade.						

Experiência profissional / Critérios de Independência

Márcio Santiago Câmara - 466.294.597-68

Márcio Câmara é sócio-fundador e Diretor da MCGC, empresa que presta serviços de consultoria em Compliance e governança corporativa, desde novembro de 2014r. Anteriormente, assumiu em 2010 a Diretoria de Governança Corporativa do Grupo Icatu Seguros, sendo o responsável pelo Compliance, Controles Internos e Auditoria Interna, bem como pelo relacionamento com os auditores independentes e pela revisão das Demonstrações Financeiras. Antes disto, exerceu a função de Superintendente de Auditoria e Compliance na Icatu Holding S.A. (Holding do Grupo Icatu). Márcio Câmara, em paralelo, participou da constituição do Comitê de Auditoria Estatutário do Grupo Icatu Seguros, e o presidiu por 4 anos como membro titular. Graduado em Administração pela UES e em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, Márcio construiu carreira executiva na prestação de serviços e implantação e gestão de riscos, controles e de auditoria independente pelas empresas “Big Four”, PWC, Peat Marwick Mitchell e KPMG, junto a seus clientes. Márcio é Conselheiro Fiscal Certificado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, e é auditor independente nas categorias QTG e BACEN, certificado pelo CNAI. Márcio também é certificado pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social (PREVIC) e é membro dos Conselhos Fiscais da Brasilcap e da Banrisul Icatu Participações.
O Sr. Márcio Santiago Câmara declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Jorge Schreus - 000.172.268-99

Jorge Schreurs é Diretor da Brava Partners, uma empresa de consultoria de gestão empresarial e Fusões e Aquisições no Brasil. Atuou como Operating Partner do Aqua Capital, fundo de Private Equity dedicado a investimentos no Agronegócio do Brasil e América Latina. Também atuou como Operating Director da Graycliff Partners (ex divisão de Private Equity do HSBC), empresa de investimentos dos Estados Unidos, para negócios no Brasil. Anteriormente, fundou e dirigiu a NEWCARE Produtos para a Saúde, adquirida pela Mantecorp em 2007. Possui uma longa carreira nas áreas de Tecnologia da Informação, Internet e Produtos de Consumo, ocupando posições como Diretor de Marketing da Johnson & Johnson, Presidente da Compaq Computer Brasil, onde liderou a empresa desde a montagem inicial até a liderança de mercado com faturamento anual de US$500 milhões após 5 anos de atuação. Também atuou como Presidente da empresa Submarino.com (empresa líder de comercio eletrônico no Brasil) e Presidente da Divisão Consumidor da Roche Pharmaceutical na América Latina. Formado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Estudou Liderança, Gerencia Geral e Private Equity na Harvard Business School.
O Sr. Jorge Schreus declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Nelson Craidy Cury - 526.516.308-53

O Sr. Nelson Craidy Cury é conselheiro de administração e membro do Comitê de Auditoria e Compliance da Nadir Figueiredo. Formado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV/SP, ingressou em 1969 na Panex S.A. Indústria e Comércio, como estagiário, e passou pelas áreas de vendas e marketing, tendo sido o responsável pela criação do departamento de exportação. Em 1979, tornou-se diretor de vendas e marketing, e, em 1991, tornou-se Diretor Presidente da empresa. Em 2005, a Panex foi vendida ao grupo francês SEB, e Nelson abriu escritório para administrar o patrimônio próprio e ingressar em empreendimentos imobiliários. Desde 2013, atua como consultor de M&A.
O Sr. Nelson Craidy Cury é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.
O Sr. Nelson Craidy Cury declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Fernanda Rossi Soares - 089.312.667-58

Ingressou na MCGC como sócia em abril de 2017. Possui experiência de 11 anos em empresas “Big Four” – KPMG e EY, atuando principalmente na auditoria externa de fundos de investimento regulados pela CVM (incluindo fundos 555 e fundos estruturados – Fundos de Investimento em Participações, Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e Fundos Imobiliários) e fundos offshore regulados pela Entidade Monetária de Cayman (“CIMA”). Possui 5 anos de experiência em gerenciamento de projetos, liderando equipes de médio porte (5-10 membros). Possui amplo conhecimento de mapeamento e revisão do ambiente de controles internos das entidades. Graduada em Administração de Empresas e Ciências Contábeis. Possui Certificação Internacional CISI emitida pela Thomson Reuters em Combate à Corrupção e Suborno e Compliance em Proteção de Dados pela LEC – Legal Ethics Compliance.
A Sra. Fernanda Rossi Soares declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.]

682

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Márcio Santiago Câmara - 466.294.597-68	
N/A	
Jorge Schreus - 000.172.268-99	
N/A	
Nelson Craidy Cury - 526.516.308-53	
N/A	
Fernanda Rossi Soares - 089.312.667-58	
N/A	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Paulo Figueiredo de Paula e Silva	296.214.868-90	Nadir Figueiredo S.A.	61.067.161/0001-97	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Diretor				
Pessoa relacionada				
Morvan Figueiredo de Paula e Silva	020.459.748-04	Nadir Figueiredo S.A.	61.067.161/0001-97	
Membro Suplente do Conselho de Administração				
Observação				

683

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2020			
Administrador do Emissor			
Patrício Taborda de Figueiredo	901.306.267-91	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.	14.240.037/0001-00		
Observação			
O administrador exercia cargo na administração da Colorex. Conforme detalhado no item 15.7, a Colorex foi incorporada pela Nadir Figueiredo em 6 de novembro de 2020.			
Administrador do Emissor			
Paulo Figueiredo de Paula e Silva	296.214.868-90	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor sem designação específica			
Pessoa Relacionada			
Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.	14.240.037/0001-00		
Observação			
O administrador exercia cargo na administração da Colorex. Conforme detalhado no item 15.7, a Colorex foi incorporada pela Nadir Figueiredo em 6 de novembro de 2020.			
Administrador do Emissor			
Morvan dos Santos Ladeira	073.926.538-57	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor sem designação específica			
Pessoa Relacionada			
Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.	14.240.037/0001-00		
Observação			
O administrador exercia cargo na administração da Colorex. Conforme detalhado no item 15.7, a Colorex foi incorporada pela Nadir Figueiredo em 6 de novembro de 2020.			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Eron Martins	018.356.057-45	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.	14.240.037/0001-00		

Observação

O administrador exercia cargo na administração da Colorex. Conforme detalhado no item 15.7, a Colorex foi incorporada pela Nadir Figueiredo em 6 de novembro de 2020.

685

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Oferecemos seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O), contratado junto à Chubb Seguros Brasil S.A., para a cobertura de perdas e danos a terceiros por atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos nossos diretores e administradores, até o limite máximo de garantia de R$100.000.000,00 (cem milhões de reais). O valor do prêmio líquido desta apólice foi de R$137.000,00 (cento e trinta e sete milhões de reais) e a apólice vence em 30 de março de 2021. Estamos em processo de renovação da apólice de seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores, cujo limite máximo de garantia será mantido.

A nossa administração entende que o seguro D&O é um instrumento importante e complementar de atração e retenção de bons profissionais, compondo uma cobertura adequada para administradores de companhia aberta. Neste sentido, o seguro D&O, enquanto contrato de seguro de responsabilidade civil, possui uma natureza dúplice na medida em que o seguro, além de proteger o patrimônio dos diretores e administradores, também garante a indenização do terceiro prejudicado.

A existência de uma proteção adequada permite a tomada de decisões negociais que impliquem a assunção de riscos compatíveis com os níveis de tolerância a riscos fixados no interesse da nossa Companhia, e que restariam comprometidas ou engessadas com a possibilidade de responsabilização civil.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às nossas Assembleias Gerais realizadas nos últimos três anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Assembleia Geral Ordinária	20/04/2018	66,66%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	22/04/2019	66,66%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	31/07/2019	99,23%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	30/08/2019	99,22%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	09/10/2019	99,22%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	06/11/2020	99,71%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	28/12/2020 (9h)	99,71%	NÃO
Assembleia Geral Especial	28/12/2020	99,64%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	28/12/2020 (11h)	99,71%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	01/02/2021	99,67%	NÃO

Informações relevantes sobre os membros da administração da Companhia

Em atendimento ao item 4.5 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, para informações relevantes acerca dos nossos membros da administração, incluindo eventuais cargos por eles ocupados no conselho de administração, conselho fiscal, comitês e órgãos executivos de outras sociedades e entidades, vide item 12.6/12.8 deste Formulário de Referência.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A política de remuneração dos Administradores foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de fevereiro de 2021 e estabelece princípios e critérios para a remuneração dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento, da Diretoria e do Conselho Fiscal (quando instalado) da Companhia ("Política de Remuneração").

A Política de Remuneração da Companhia tem como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) a aplicar critérios e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da Companhia; (ii) ao reconhecimento de performance diferenciada, reforçando a meritocracia; (iii) a garantir a competitividade frente ao mercado, permitindo a atração e retenção dos melhores profissionais para a administração da Companhia; e (iv) a garantir a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

A Política de Remuneração pode ser consultada nos seguintes endereços: (i) na sede da Companhia, na Avenida Zaki Narchi, nº 500, 3º Torre, 5º andar, Vila Guilhermina, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 02029-000; (ii) no website de relações com investidores da Companhia (ri.nadirfigueiredo.com.br); (iii) no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br); e (iv) no website da B3 (www.b3.com.br).

(b) composição da remuneração

A remuneração global dos administradores poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios; e (iv) remuneração baseada ou referenciada em ações e (v) outros, conforme venha a ser deliberado pelo Conselho de Administração, sendo certo que os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, farão jus somente à remuneração fixa. Caberá ao Conselho de Administração determinar a proporção de cada componente da remuneração dos administradores, observado o limite da remuneração global aprovada pela assembleia geral.

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal, a qual é alinhada com práticas de mercado. O montante é definido levando-se em conta, principalmente, as responsabilidades assumidas, as complexidades inerentes ao cargo, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência e a reputação do profissional.

Exceto pelo Presidente e pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, que podem receber honorários superiores em função da concentração de atribuições específicas e maior responsabilidade inerentes a seus cargos, todos os demais membros titulares do Conselho de Administração fazem jus à mesma remuneração. Ressaltamos, contudo, que membros do Conselho de Administração podem renunciar ao direito de receber sua remuneração, sem prejuízo de seus deveres e responsabilidades pelo exercício do cargo.

Notamos, por fim, que os membros do conselho não recebem remuneração superior a qualquer dos diretores estatutários da Companhia.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Diretoria Estatutária

Os diretores podem fazer jus à remuneração fixa, variável, benefícios e participação nos lucros.

a) Remuneração Fixa: Os diretores fazem jus a uma remuneração fixa mensal, cujo montante é definido levando-se em consideração, principalmente, as responsabilidades assumidas e o nível de complexidade das funções desempenhadas, em comparação com as práticas de mercado;

b) Remuneração Variável: Os diretores podem fazer jus a uma remuneração variável anual. A remuneração variável tem como objetivo incentivar o alcance dos resultados da Companhia, uma vez que o valor da remuneração deverá estar atrelado ao atingimento de metas de desempenho de curto e médio/longo prazos **(i)** pelos próprios diretores (desempenho operacional individual); e **(ii)** pela Companhia (desempenho financeiro). As metas de desempenho individual e da Companhia serão fixadas (no caso de metas de curto prazo) ou revistas (no caso das metas de médio/longo prazo) anualmente, preferencialmente nos 5 (cinco) primeiros meses de cada exercício social.

c) Remuneração baseada ou referenciada em ações. Os diretores poderão fazer jus ainda a uma remuneração baseada em ações, a ser atribuída nos termos de planos de opções de compra ou de concessão de ações de emissão da Companhia eventualmente aprovados em assembleia geral (e dos respectivos programas aprovados pelo Conselho de Administração). A remuneração baseada ou referenciada em ações tem como objetivo promover o alinhamento de interesses de longo prazo entre acionistas e diretores, bem como reforçar a capacidade de atrair, reter e motivar de forma efetiva executivos qualificados.

d) Benefícios: Os diretores podem fazer jus a benefícios como assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, vale refeição, auxílio creche, entre outros, a critério do Conselho de Administração.

e) Benefício pós-emprego ou motivados pela cessação do cargo: A atribuição de tais benefícios poderá ocorrer, a critério do Conselho de Administração, mediante análise do caso concreto.

f) Participação nos Lucros: Os Diretores podem participar nos lucros da Companhia, na forma da lei.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, farão jus a uma remuneração fixa mensal, cujo montante será definido levando-se em consideração, principalmente, a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo, a dedicação de tempo esperada do profissional, a experiência e a qualificação necessárias ao exercício da função. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. Dessa forma, o valor da remuneração média dos membros da Diretoria Estatutária da Companhia a ser considerado para efeitos do cálculo da remuneração mínima do Conselho Fiscal terá como base a soma do valor bruto da totalidade das remunerações mensais fixas.

Comitês

Os membros do Conselho de Administração que venham a integrar Comitês de Assessoramento poderão fazer jus a uma remuneração adicional pelo exercício do cargo no referido comitê, conforme definido pelo Conselho de Administração.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Os membros externos que eventualmente venham a integrar Comitês de Assessoramento poderão fazer jus a uma remuneração fixa mensal cujo montante será definido levando-se em consideração, principalmente, a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo, a dedicação de tempo esperada do profissional, a experiência e a qualificação necessárias ao exercício da função.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os 3 últimos exercícios sociais:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	N/A	N/A	100%
Diretoria Estatutária	45,1%	54,9%	N/A	100%
Diretoria Não-Estatutária	49,9%	50,1%	N/A	100%
Conselho Fiscal	100%	N/A	N/A	100%
Comitê de Auditoria	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	N/A	N/A	100%
Diretoria Estatutária	51,4%	48,6%	N/A	100%
Diretoria Não-Estatutária	53,6%	46,4%	N/A	100%
Conselho Fiscal	100%	N/A	N/A	100%
Comitê de Auditoria	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	N/A	N/A	100%
Diretoria Estatutária	44,6%	54,0%	1,4%	100%
Diretoria Não-Estatutária	46,83%	52,35%	0,82%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	100%
Comitê de Auditoria	N/A	N/A	N/A	N/A

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração e a remuneração dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) deverão ser determinados pela Assembleia Geral de Acionistas, respeitados os limites impostos pela Lei das Sociedades por Ações.

Por sua vez, cabe ao Conselho de Administração fixar a remuneração de cada um de seus membros e de cada um dos membros da Diretoria Estatutária, dentro do limite global definido pela Assembleia Geral, e definir a participação dos administradores nos lucros sociais, obedecidos os limites legais. Também compete ao Conselho de Administração determinar a proporção de cada componente da remuneração dos administradores e aprovar, relativamente à Companhia e às suas controladas, as metas e regras anuais de remuneração variável dos Diretores e dos demais executivos e cargos de gerência da Companhia.

Nesse contexto, a atribuição e a alocação da remuneração, bem como seus eventuais reajustes, a critério do Conselho de Administração, deverão levar em consideração práticas de mercado de empresas do porte e estrutura semelhantes aos da Companhia, de modo a garantir sua adequação, atratividade e competitividade, podendo a Companhia contratar assessores externos para a elaboração de tais estudos e levantamentos.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A estratégia de remuneração adotada pela Companhia visa: (i) a aplicar critérios e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da Companhia; (ii) ao reconhecimento de performance diferenciada, reforçando a meritocracia; (iii) a garantir a competitividade frente ao mercado, permitindo a atração e retenção dos melhores profissionais para a administração da Companhia; e (iv) a garantir a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e razão para esse fato

Na data deste Formulário de Referência, há 4 membros do conselho de administração que renunciaram à sua remuneração para o presente exercício social.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração variável dos Diretores Estatutários da Companhia leva em consideração metas individuais e metas de desempenho financeiro pela Companhia, definidas e aprovadas pelo Conselho de Administração. As metas individuais são objetivas e estão ligadas ao desempenho de tarefas ou conclusão de projetos específicos de cada área, podendo estar relacionadas ao fechamento de determinados negócios, atingimento de melhorias operacionais, novos lançamentos de produtos ou canais de vendas, entre outros. Já as metas de desempenho da Companhia são auferidos conforme os seguintes indicadores econômico-financeiros: EBITDA, e redução de dívida líquida realizados em comparação ao orçado, podendo incluir outras métricas específicas a critério do Conselho de Administração.

A remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal não é impactada por indicadores de desempenho, contudo, estão ligadas à presença dos membros nas reuniões.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Na medida em que a remuneração variável dos Diretores da Companhia é estruturada com base no alcance dos resultados, tanto de curto como de longo prazo, da Companhia, tais Diretores são adequadamente remunerados e compensados quando há observância de evolução nos indicadores de desempenho financeiro (metas financeiras) e operacional (metas individuais).

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrita procura incorporar elementos de alinhamento aos nossos interesses de curto, médio e longo prazo.

Nesse sentido, os resultados de curto prazo (anuais) alinham-se com a política de remuneração da Companhia no que se refere tanto ao pagamento da remuneração fixa, quanto ao pagamento da remuneração variável, composta por eventual participação nos lucros do exercício (nos casos dos Diretores Estatutários).

No médio/longo prazo, a remuneração variável e remuneração baseada em ações refletem não apenas metas de desempenho individuais, mas também o atingimento de metas de desempenho financeiro pela própria Companhia, garantindo alinhamento à estratégia de crescimento de longo prazo.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

No exercício social corrente não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A Assembleia Geral fixará, anualmente, a remuneração global dos administradores, sendo que o Conselho de Administração fixará a remuneração global e individual dos seus membros e dos integrantes da Diretoria Estatutária.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A atribuição e alocação da remuneração, bem como seus eventuais reajustes, a critério do Conselho de Administração, leva em consideração práticas de mercado de empresas do porte e estrutura semelhantes aos da Companhia, de modo a garantir sua adequação, atratividade e competitividade, podendo a Companhia contratar assessores externos para a elaboração de tais estudos e levantamentos.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia anualmente a adequação da nossa Política de Remuneração, por ocasião da convocação da Assembleia Geral Ordinária, avaliando se a remuneração paga pela Companhia condiz com o cargo, responsabilidades e volume de trabalho de cada membro, levando em consideração, ainda, financeiras práticas de mercado usualmente aplicadas no setor da Companhia.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	3,00	5,00	0,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	360.000,00	3.838.060,80	0,00	4.198.060,80
Benefícios direto e indireto	0,00	867.142,32	0,00	867.142,32
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	3.820.960,00	0,00	3.820.960,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	219.028,08	0,00	219.028,08
Observação	N/A	N/A		
Total da remuneração	360.000,00	8.745.191,20	0,00	9.105.191,20

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	3,00	4,00	3,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	220.000,00	2.950.329,47	0,00	3.170.329,47
Benefícios direto e indireto	0,00	774.107,88	0,00	774.107,88
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	4.513.116,62	0,00	4.513.116,62
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	113.616,41	0,00	113.616,41
Observação	N/A	N/A		
Total da remuneração	220.000,00	8.351.170,38	0,00	8.571.170,38

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,67	4,00	3,00	13,67
Nº de membros remunerados	5,33	4,00	3,00	12,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	81.011,00	2.109.672,42	134.640,00	2.325.323,42
Benefícios direto e indireto	0,00	538.410,97	0,00	538.410,97
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	81.011,00	5.148.083,39	134.640,00	5.363.734,39

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,00	3,00	13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	221.726,91	2.298.876,87	127.586,30	2.648.190,08
Benefícios direto e indireto	0,00	167.928,08	0,00	167.928,08
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação				
Total da remuneração	221.726,91	5.466.804,95	127.586,30	5.816.118,16

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2021				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Número total de membros	7	5	-	12
Nº de membros remunerados	0	5	-	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	0	0	0	0
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração*	0	2.312.442,00, caso sejam atingidas o mínimo de metas aprovadas pelo Conselho de Administração	0	2.312.442,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	3.820.960,00	0	3.820.960,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	0	2.939.200,00	0	2.939.200,00

Remuneração variável do exercício social encerrado em 31/12/2020				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Número total de membros	7	4	-	11
Nº de membros remunerados	0	4	-	4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado exercício social	0	0	0	0
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração*	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0,00	0	0
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	0	2.704.603,0	0	2.704.603,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado exercício social	0	4.513.116,62	N/A	4.513.116,62

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável do exercício social encerrado em 31/12/2019				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Número total de membros	6,67	4	-	10,67
Nº de membros remunerados	0	4	-	4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado exercício social	0	0	N/A	0
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração*	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	0	0,00	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado exercício social	0	2.500.000,00	N/A	2.500.000,00

Remuneração variável do exercício social encerrado em 31/12/2018				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Número total de membros	7	4	-	11
Nº de membros remunerados	0	4	-	4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado exercício social	0	0	N/A	0
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração*	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	0	0,00	0	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado exercício social	0	3.000.000,00	N/A	3.000.000,00

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. termos e condições gerais

Em 28 de dezembro de 2020 foi aprovado um Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano"), administrado pelo Conselho de Administração.

O Plano destina-se aos nossos administradores e demais colaboradores da Companhia ("Beneficiários").

O Conselho de Administração, terá amplos poderes, respeitados os termos do Plano de Ações para a organização e administração do Plano e para a remuneração baseada em ações.

De acordo com o Plano, o Conselho de Administração poderá aprovar, anualmente ou em outra periodicidade, Programas de Opções de Compra de Ações ("Programas"), nos quais determinará, dentre outras condições: (i) os Beneficiários; (ii) o Preço de Exercício; e (iii) a data de vigência.

O Plano entrou em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral e permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser extinto, suspenso ou alterado, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia da opção de compra de ação ("Opção") ainda em aberto concedidas com base nele.

O Plano está limitado a uma diluição máxima que não ultrapasse 5% (cinco por cento) do nosso capital social, após a emissão de todos as ações decorrente das Ações do Plano e observado o limite do capital autorizado.

Em reunião realizada em 28 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Primeiro Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Primeiro Programa") no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. O Primeiro Programa estabeleceu a emissão de até 4.424.400,00 (quatro milhões quatrocentas e vinte e quatro mil e quatrocentas) Opções para outorga a determinados beneficiários. O exercício de tais opções está condicionado a um período de carência e o *vesting* se dá por um critério temporal em 6 parcelas anuais (uma primeira de 40% das opções e o restante em 5 parcelas iguais).

Em reunião realizada em 26 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Segundo Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Segundo Programa") no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. O Segundo Programa prevê a emissão de até 255.780 (duzentas e cinquenta e cinco mil e setecentas e oitenta) Opções, que poderão resultar em uma diluição de, no máximo, 2,0% do capital social da Companhia, após a emissão de todas as ações decorrentes das Opções deste Segundo Programa e do Primeiro Programa (*fully diluted basis)*. A aquisição do direito ao exercício das Opções pelo Beneficiário (Vesting) ocorrerá em 6 parcelas anuais, desde que verificado o atingimento das metas de performance estabelecidas no Programa.

b. principais objetivos do plano

O Plano de Ações tem por objetivo estimular a expansão, o êxito e a consecução dos nossos objetivos sociais, alinhamento dos interesses dos executivos com os dos atuais e futuros acionistas e retenção de executivos estratégicos para a empresa.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Ao possibilitar que os Outorgados se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometerem-se efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrarem-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais com a nossa Companhia. O oferecimento das Opções ainda estimula os Outorgados, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscarem a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometerem o crescimento e a valorização futura das ações. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento dos riscos e dos nossos ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do Plano. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano tem como objetivo a remuneração dos Beneficiários e visa estimular a expansão, o êxito e a consecução dos nossos objetivos sociais e dos interesses de nossos acionistas.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

A divisão em lotes anuais, a existência de períodos de carência, bem como de exercício condicionado a decurso de tempo e, no caso do 2º programa, também performance, fazem com que os Outorgados se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo. O Plano incentiva a realização do plano de crescimento e manutenção de seus principais diretores, empregados ou colaboradores, cujo comprometimento e direção no desenvolvimento de suas atribuições impactarão positivamente os resultados da Companhia.

f. número máximo de ações abrangidas

O número total de Ações que poderão ser adquiridas no âmbito dos Planos não excederá 5% (cinco por cento) do capital social total e votante da Companhia em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as Opções a serem outorgadas nos termos dos Planos, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas (e que voltarão a ficar disponíveis para novas outorgas), contanto que o número total de Ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia. Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as Ações vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de Opções.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Favor referir-se ao item “f” acima.

h. condições de aquisição de ações

Em virtude do exercício da opção e até a data assim informada, o Beneficiário deverá pagar pelo exercício de cada Opção que será determinado no respectivo Programa aprovado pelo nosso Conselho de Administração.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço a ser pago pelo Beneficiário à nos pelo exercício de cada Opção será determinado no respectivo Programa aprovado pelo nosso Conselho de Administração ("Preço de Exercício").

j. critérios para fixação do prazo de exercício

A aquisição do direito ao exercício das Opções (*Vesting*) ocorrerá conforme determinado no respectivo Programa aprovado pelo Conselho de Administração.

k. forma de liquidação

Para liquidação dos exercícios das Opções, devemos, a critério do Conselho de Administração e nos termos da legislação aplicável: (i) emitir novas Ações, dentro do limite do capital autorizado; ou (ii) vender Ações mantidas em tesouraria.

l. restrições à transferência das ações

O nosso Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, por meio dos Programas, subordinar o exercício das Opções a determinadas condições, bem como impor restrições à transferência das Ações adquiridas com o exercício das Opções, podendo também nos reservar opções de recompra e/ou diretos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas Ações.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Qualquer alteração legal significativa no tocante à legislação, regulamentação ou jurisprudência de mercado de capitais, tributária, previdenciária ou trabalhista aplicáveis a planos de incentivo de longo prazo, poderá levar à revisão parcial ou integral do Plano, ou mesmo sua suspensão, a critério do nosso Conselho de Administração.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de desligamento voluntário ou por justa causa do beneficiário, todas as Opções Maduras (assim consideradas aquelas cujo prazo de vesting já tenha transcorrido) que ainda não tenham sido exercidas, bem como todas as Opções que ainda não tenham se tornado Maduras, na data do seu desligamento, serão consideradas automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Em caso de desligamento sem justa causa do beneficiário, o beneficiário terá o direito de manter todas as Opções Maduras que ainda não tenham sido exercidas, na data do seu desligamento. A mesma solução se aplicará em caso de falecimento ou invalidez permanente do beneficiário.

Nenhuma disposição do Plano, Programa ou Contrato conferirá a qualquer Beneficiários direito de permanência como nosso administrador ou empregado e não interferirá, de qualquer modo, com os nossos direitos de rescindir, a qualquer tempo o relacionamento com o Beneficiário.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 - Remuneração baseada em ações

A tabela abaixo apresenta informações sobre remuneração baseada em ações para nossos diretores estatutários reconhecida no exercício social encerrado em 2020 e projetada para o exercício social corrente. Não apresentamos informações referentes aos Conselho de Administração, tampouco aos exercícios sociais encerrados em 2019 e 2018, uma vez que o Plano de Opção de Compra de Ações **(i)** não possui beneficiários integrantes daquele órgão; e **(ii)** foi aprovado em 28 de dezembro de 2020.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2021

Diretoria Estatutária		
	Primeiro Programa	**Segundo Programa**
Nº total de membros	5	5
Nº de membros remunerados	5	5
Data da outorga	29.12.2020	27.01.2021
Quantidade de opções outorgadas	2.558.160	255.780
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Até 29/12/2026, sendo que a primeira parcela (40%) se tornará exercível em 29/12/2022 e as outras parcelas (15% cada) em 29 de dezembro de 2023, 2024, 2025 e 2026.	Até 27/01/2027, em 6 parcelas anuais iguais. A primeira parcela se tornará exercível em 27/01/2022 e as outras parcelas em 27 de janeiro de 2023, 2024, 2025, 2026 e 2027, desde que, em cada ano, seja verificado o atingimento conjunto de metas financeiras pré-estabelecidas
Prazo máximo para exercício	Até 180 dias contados da data em que cada parcela se tornará exercível	Até 180 dias contados da data em que cada parcela se tornará exercível
Prazo de restrição à transferência das ações	1 (um) ano contado da data do exercício das respectivas opções	1 (um) ano contado da data do exercício das respectivas opções
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto (outorgadas) no início do exercício social	R$ 3,64 por ação corrigido por CDI + 2% ao ano da data de outorga até o exercício	Preço por ação aprovado para fins de sua distribuição pública no âmbito do IPO corrigido por CDI + 2% ao ano até o exercício
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga (R$)	142.034,24	219.028,08
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas pelos executivos estatutários	1,1%	0,1%

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado em 31/12/2020

Diretoria Estatutária	
	Primeiro Programa
Nº total de membros	4
Nº de membros remunerados	4
Data da outorga	29.12.2020
Quantidade de opções outorgadas	2.046.528
Vesting period	Até 29/12/2026, sendo que a primeira parcela (40%) se tornará exercível em 29/12/2022 e as outras 5 parcelas (15% cada) em 29 de dezembro de 2023, 2024, 2025 e 2026.
Prazo máximo para exercício	até 180 dias contados da data em que cada parcela se tornará exercível
Prazo de restrição à transferência das ações	12 meses da aquisição
Preço médio ponderado de exercício:	-
(a) Das opções em aberto (outorgadas) no início do exercício social	R$ 3,64 por ação corrigido por CDI + 2% ao ano da data de outorga até o exercício
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-
Valor justo das opções na data da outorga (R$)	113.627,39
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas pelos executivos estatutários	0,9%

13.6 - Opções em Aberto

13.6 - Opções em aberto

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº total de membros	4	
Nº de membros remunerados	4	
Opções ainda não exercíveis	2.046.528	
Quantidade	2.046.528	-
Data em que se tornarão exercíveis	Até 29/12/2026, sendo que a primeira parcela (40%) se tornará exercível em 29/12/2022 e as outras 5 parcelas (15% cada) em 29 de dezembro de 2023, 2024, 2025 e 2026.	-
Prazo máximo para exercício das opções	até 180 dias contados da data em que cada parcela se tornará exercível	-
Prazo de restrição à transferência das ações	12 meses da aquisição	-
Preço médio ponderado de exercício	R$ 3,62, corrigidos anualmente, desde 29/12/2020, pela Taxa CDI+2%	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R$ 3,62	-
Opções exercíveis	N/A	-
Quantidade		-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 - Opções exercidas e ações entregues

Este item não é aplicável, pois nos últimos três exercícios sociais não houve opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 - Precificação das ações/opções

a. modelo de precificação

O modelo para precificação utilizado foi o Binomial ou Black&Scholes, compatível com a metodologia utilizada pelo mercado para precificação de Stock Options e está alinhado com a expectativa de exercício da opção em período intermediário entre o vesting e o término do prazo do exercício.

Principais premissas: (i) preço de exercício conforme definido em contrato; (ii) preço das ações com base na melhor estimativa da administração; (iii) para avaliação da volatilidade histórica esperada do valor da ação na data de exercício da opção foi utilizado a avaliação diária do valor de mercado de comparáveis considerando o período de 5 anos anteriores à data da outorga; (iv) prazo da opção conforme determinado no respectivo Programa; (v) taxa média de distribuição de dividendos por ação em linha com a melhor estimativa da administração; (vi) utilização da a taxa CDI como base da taxa livre de risco.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, taxa média de distribuição de dividendos por ação e a taxa de juros livre de risco

No modelo de precificação das opções outorgadas no âmbito do Primeiro Programa e no Segundo Programa, foram considerados os seguintes dados e premissas:

Dados e Premissas	Primeiro Programa	Segundo Programa
Data de início (primeira outorga)	29.12.2020	27.01.2021
Quantidade de opções	4.418.640	255.780
Preço de exercício – R$	R$ 3,6 (corrigido pela Taxa CDI+2%, desde a data de início até as datas de *vesting*).	R$ 19,7 (corrigido pela Taxa CDI+2%, desde a data de início até as datas de *vesting*).
Volatilidade anualizada esperada	6,03%	6,02%
Prazo de maturidade esperado (*)	30.6.2027	31.7.2027
Taxa média de distribuição de dividendos por ação	2,3%	1,2%
Taxa de juros livre de risco	Taxa CDI	Taxa CDI

(*) Data limite para exercício das opções, após a última parcela de *vesting*, conforme determinado no respectivo Programa.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Para as opções, mensuramos o valor justo dos direitos sobre a valorização de ações, mediante a aplicação do modelo *Black & Scholes* de precificação de opções na data de concessão, registrando tal despesa como despesas operacionais ao longo do período de carência das opções. O modelo *Black & Scholes* considera em seu racional matemático as seguintes premissas: preço de compra da opção, preço de venda da opção, preço da ação no momento atual, preço do exercício, taxa de juros livre de risco, tempo para vencimento da opção (expresso em anos) e volatilidade do preço da ação.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

d. forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade utilizada para precificar as opções é baseada na volatilidade de preços de ações de empresas que prestam serviços comparáveis aos da Companhia.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Nenhuma outra característica das opções foi utilizada na mensuração do valor justo além daquelas descritas nos demais itens desta seção.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 - Participações detidas por órgão

Este item não é aplicável, considerando que não há ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela nossa Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração ou da Diretoria estatutária.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

a. Órgão	Diretoria
b. Número de membros	5
c. Número de membros remunerados	5
d. Nome do plano	MultiBRA Fundo de Pensão – Bradesco Multipensions
e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	1
f. Condições para se aposentar antecipadamente	As condições são estendidas a todos os participantes, não sendo restrita aos diretores.
g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R$ 476.592,59
h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R$ 169.446,29
i. Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não há possibilidade de resgate antecipado. Apenas por ocasião do desligamento.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	4,00	4,00	4,00	7,00	6,67	7,00	0,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	4,00	3,00	5,33	6,00	0,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	2.620.364,16	1.984.759,78	2.061.117,39	80.000,00	22.202,20	60.529,38	0,00	44.880,00	41.641,89
Valor da menor remuneração(Reais)	1.792.532,16	1.273.500,74	1.320.051,85	80.000,00	22.202,20	21.353,85	0,00	44.880,00	41.641,89
Valor médio da remuneração(Reais)	2.087.792,60	1.287.020,85	1.366.701,24	73.333,30	15.199,06	36.954,49	0,00	44.880,00	42.528,77

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2020	O valor da menor remuneração individual foi apurado com a exclusão dos membros que ocuparam suas funções por menos de 12 (doze) meses.

Conselho de Administração	
31/12/2020	O cálculo do valor da remuneração média anual não considera os administradores que renunciaram às suas respectivas remunerações. Já o valor da menor remuneração individual foi apurado com a exclusão dos membros que ocuparam suas funções por menos de 12 (doze) meses.
31/12/2019	O cálculo do valor da remuneração média anual não considera os administradores que renunciaram às suas respectivas remunerações. Já o valor da menor remuneração individual foi apurado com a exclusão dos membros que ocuparam suas funções por menos de 12 (doze) meses.

Conselho Fiscal	
31/12/2020	A Companhia não possuía Conselho Fiscal em funcionamento.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia contrata apólice de seguro de Responsabilidade Civil para administradores ("D&O"), em condições usuais de mercado, visando a garantir aos administradores, enquanto estiverem no exercício de seus cargos, e desde que atuando em sua função na Companhia, o reembolso de valores pagos a título de indenização, decorrentes de qualquer ato, erro ou omissão, qualquer violação dos deveres, abuso de confiança, declaração inexata ou enganosa, quebra de autoridade, seja efetivo ou imputado, de um segurado enquanto atuando como tal; ou qualquer outra alegação feita contra um segurado exclusivamente por preencher tal capacidade e enquanto atuando como tal, ou por qualquer prática trabalhista indevida, seja efetiva ou imputada a um segurado enquanto atuando como tal. Para mais informações sobre a apólice de seguro D&O, vide item 12.11 deste Formulário de Referência.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária	0%
Conselho Fiscal	0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária	0%
Conselho Fiscal	0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	89,0%
Diretoria Estatutária	76,6%
Conselho Fiscal	34,7%

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Este item não é aplicável, considerando que, nos últimos três exercícios sociais, não houve quaisquer valores pagos a título de remuneração para membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária por outra razão que não a função que ocupam nestes órgãos.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Exercício social encerrado em 31/12/2020

Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	0	0	0
Controladas do emissor	0	75.347,83	0	75.347,83
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0

Exercício social encerrado em 31/12/2019

Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	0	0	0
Controladas do emissor	0	129.167,70	0	129.167,70
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0

Exercício social encerrado em 31/12/2018

Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	0	0	0
Controladas do emissor	0	129.167,70	0	129.167,70
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 - Outras informações relevantes

A Companhia informa que as informações prestadas nos itens da Seção 13 deste Formulário de Referência apresentam as informações individuais da Companhia relativas aos três últimos exercícios sociais.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 - Descrições dos recursos humanos

(a) número de empregados

Atividade	31/12/2020	
	SP	Total
Administrativo	217	217
Diretoria/executivo	5	5
Especialista	0	0
Gerente	17	17
Operacional	1250	1250
Supervisor	208	208
Técnico	196	196
Total	1893	1893

Atividade	31/12/2019	
	SP	Total
Administrativo	364	364
Diretoria/executivo	7	7
Especialista	0	0
Gerente	22	22
Operacional	1202	1202
Supervisor	219	219
Técnico	198	198
Total	2012	2012

Atividade	31/12/2018	
	SP	Total
Administrativo	393	393
Diretoria/executivo	7	7
Especialista	0	0
Gerente	19	19
Operacional	1318	1398
Supervisor	222	222
Técnico	196	196
Total	2155	2155

(b) número de terceirizados

Atividade	31/12/2020	
	SP	Total
SOLUÇÃO	35	35
GR	51	51
BAUKO	4	4
JW	206	205
SAS TRANSPORTES	16	16
PWS	4	4
OUTROS	97	97
CAFÉ BRASIL	21	21
GMS	68	68
Total	502	502

Atividade	31/12/2019	
	SP	Total
SOLUÇÃO	35	35
GR	54	54
BAUKO	5	5
JW	157	157
OUTROS	86	86
CAFÉ BRASIL	28	28
GMS	62	62
Total	427	427

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Atividade	31/12/2018	
	SP	Total
SOLUÇÃO	35	**35**
GR	54	**54**
BAUKO	4	**4**
JW	158	**158**
OUTROS	89	**89**
CAFÉ BRASIL	27	**27**
GMS	61	**61**
Total	**428**	**428**

(c) índice de rotatividade

31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
7,09%	8,98%	12,41%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 - Alterações relevantes – Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

Temos por política de remuneração praticar salários e remuneração variável em linha com o praticado no mercado.

Os salários dos nossos empregados são corrigidos anualmente nos termos das Convenções Coletivas de Trabalho celebradas. Além disso, concedemos aumentos salariais a empregados de acordo com seu desempenho, potencial e comprometimento.

Com relação à remuneração variável de curto-prazo, possuímos plano de participação nos resultados, destinados a todos os nossos colaboradores. O plano de participação nos resultados é homologado anualmente em sindicato e constituem um instrumento incentivador do bom desempenho, uma vez que visa premiar os empregados que atingirem as metas individuas previamente estabelecidas.

(b) política de benefícios

Nossos colaboradores são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo e de acordo com as convenções coletivas ou por nossa liberalidade. Oferecemos a nossos empregados os seguintes benefícios: (i) seguro de vida; (ii) assistência médica; (iii) assistência odontológica; (iv) vale refeição para equipe externa; (v) vale alimentação; (vi) previdência privada; (vii) vale transporte; (viii) auxilio creche; (ix) convênio com rede de farmácia; e (x) desconto nas compras em loja de fábrica de Suzano-SP.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

Para informações com relação ao nosso plano de remuneração baseado em ações, veja o item 13.4 deste Formulário de Referência

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Mantemos um relacionamento profissional e maduro com o sindicato que representa seus empregados, privilegiando o diálogo e a negociação permanentes, na busca de uma parceria construtiva, responsável e eficaz.

A livre sindicalização dos empregados faz parte dos nossos princípios corporativos.

Ademais, informamos que, nos últimos três exercícios sociais, não ocorreram greves ou paralisações.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 14 foram descritas nos itens acima.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Kilauea Brasil Partners II – Fundo de Invest. em Participações Multiestratégia Invest. no Exterior					
33.240.249/0001-23	Brasileira-RJ	Não	Sim	01/02/2021	
Não	Eduardo de Toledo			00.010.326/4958-51	
227.160.324	99,672%	0	0,000%	227.160.324	99,672%
OUTROS					
748.512	0,328%	0	0,000%	748.512	0,328%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL					
227.908.836	100,000%	0	0,000%	227.908.836	100,000%

722

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	01/02/2021
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	1
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	748.512	0,328%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	748.512	0,328%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4 - Organograma dos acionistas

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não possuímos acordo de acionistas arquivado em nossa sede ou do qual o controlador seja parte.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em 2 de setembro de 2019, a Vidros da Glória Participações S.A. ("Vidros da Glória"), adquiriu dos antigos controladores da Companhia 13.262.410 ações, representativas, em conjunto, de 97,67% do capital social total da Companhia, sendo 5.452.962 ações ordinárias, representativas de 98,90% do total dessa espécie, e 7.809.448 ações preferenciais, representativas de 96,83%.

Em decorrência da aquisição de controle, nos termos do artigo 254-A, e visando o cancelamento do registro de companhia aberta da Nadir Figueiredo, a Vidros da Glória realizou oferta pública de aquisição de ações da Companhia, visando a aquisição de até a totalidade das ações de cada classe.

Como resultado do leilão da OPA, realizado em 11 de março de 2020, a Vidros da Glória adquiriu 187.591 (cento e oitenta e sete mil, quinhentas e noventa e uma) ações de emissão da Companhia, representativas de 1,38% (um vírgula trinta e oito por cento) do seu capital social, sendo 41.645 (quarenta e uma mil, seiscentas e quarenta e cinco) ações ordinárias, representativas de 0,76% (zero vírgula setenta e seis por cento) do total dessa espécie, e 145.946 (cento e quarenta e cinco mil, novecentas e quarenta e seis) ações preferenciais, representativas de 1,81% (um vírgula oitenta e um por cento) do total dessa espécie

Em 6 de novembro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram, em assembleia geral, a incorporação reversa da Vidros da Glória, sociedade diretamente controlada pela Vidigal Participações S.A. ("Vidigal"). A operação consistiu na incorporação da totalidade do patrimônio líquido da Vidros da Glória, a valor contábil, pela Companhia, dando causa à extinção da personalidade jurídica da Incorporada e à sucessão, em todos os seus direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito, sem qualquer solução de continuidade, pela Companhia. Em razão da Incorporação, a Vidigal passou a deter participação societária direta na Companhia.

Em 1º de fevereiro de 2021, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a incorporação reversa da Vidigal, sociedade cujo capital era integralmente detido pelo Kilauea Brasil Partners II – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("Kilauea FIP"), pela Companhia. A operação consistiu na incorporação da totalidade do patrimônio líquido da Vidigal, a valor contábil, pela Companhia, dando causa à extinção da personalidade jurídica da Incorporada e à sucessão, em todos os seus direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito, sem qualquer solução de continuidade, pela Companhia ("Incorporação"). Em razão da Incorporação, o Kilauea FIP passou a deter participação societária direta na Companhia.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 - Principais operações societárias

a) evento	**Cisão Parcial da Companhia para constituição da Caaci Imobiliária S.A.**
b) principais condições do negócio	Os acionistas da Companhia em 31 de julho de 2019 aprovaram a cisão parcial da Nadir Figueiredo, portanto houve redução do capital social, sem o cancelamento de ações, onde o valor de R$127.326.469,23 corresponde à totalidade do acervo cindido que foi base para constituição da "Newco", sob a denominação de Caaci Imobiliária S.A. Desta forma, as atividades de compras e vendas de imóveis, exercidas por uma das antigas controladas, Ridan Empreendimentos Imobiliários Ltda., deixou de fazer parte dos negócios da Companhia.
c) sociedades envolvidas	Companhia e Caaci Imobiliária S.A.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não houve efeito no quadro acionário da Companhia. Após a cisão parcial, o capital social da Companhia foi reduzido no valor de R$127.326.469,23, passando de R$300.000.000,00 para R$172.673.530,77, sem o cancelamento de ações de emissão da Companhia.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em sede de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. Considerando que a cisão foi aprovada por unanimidade não resultou em qualquer direito de retirada.
f) quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração.

a) evento	**Incorporação da Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda. ("Colorex")**
b) principais condições do negócio	Os acionistas da Companhia em 6 de novembro de 2020 aprovaram a incorporação da Colorex, subsidiária integral da Companhia. O patrimônio líquido da Incorporada foi avaliado, a valor contábil, na data base de 30 de setembro de 2020, no valor de R$ 397.349,67.
c) sociedades envolvidas	Colorex e Companhia
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não houve efeito no quadro acionário da Companhia. Por se tratar de incorporação de subsidiária integral, não houve aumento do capital social da Companhia.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em sede de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.
f) quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração.

a) evento	**Oferta pública de aquisição das ações de emissão da Companhia**
b) principais condições do negócio	A Vidros da Glória Participações S.A. ("Ofertante") adquiriu 187.591 (cento e oitenta e sete mil, quinhentas e noventa e uma) ações de emissão da Companhia, representativas de 1,38% (um vírgula trinta e oito por cento) do seu capital social, sendo 41.645 (quarenta e uma mil, seiscentas e quarenta e cinco) ações ordinárias, representativas de 0,76% (zero vírgula setenta e seis por cento) do total dessa espécie, e 145.946 (cento e quarenta e cinco mil, novecentas e quarenta e seis) ações preferenciais, representativas de 1,81% (um vírgula oitenta e um por cento) do total dessa espécie.
c) sociedades envolvidas	Vidros da Glória Participações S.A. e Companhia
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Após a liquidação financeira da OPA, em 13 de março de 2020, a Ofertante passou a ser titular de 13.450.001 (treze milhões, quatrocentas e cinquenta mil e uma) ações de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 99,05% (noventa e nove vírgula zero cinco por cento) do seu capital social total
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Nos termos do art. 10, §2º, da Instrução CVM nº 361/02, os acionistas que não tenham alienado suas ações no leilão da OPA poderão requerer, até 11 de junho de 2020, a alienação de suas respectivas ações à Ofertante nas mesmas condições constantes do Edital.
f) quadro societário antes e depois da operação	Antes da operação Vidros da Glória Participações S.A. – 97,67% Outros – 2,33% Depois da operação Vidros da Glória Participações S.A. – 99,05% Outros – 0,95%

15.7 - Principais Operações Societárias

a) evento	**Incorporação da Vidros da Glória Participações S.A. ("Vidros da Glória")**
b) principais condições do negócio	Os acionistas da Companhia em 6 de novembro de 2020 aprovaram a incorporação da Vidros da Glória, acionista controladora da Companhia. O patrimônio líquido da Incorporada foi avaliado, a valor contábil, na data base de 30 de setembro de 2020, no valor de R$ 369.231.424,52.
c) sociedades envolvidas	Vidros da Glória e Companhia
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	A versão do acervo líquido à Companhia resultou em uma redução do capital social no montante de R$ 26.847.538,84 (vinte e seis milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, quinhentos e trinta e oito reais e oitenta e quatro centavos), com a correspondente extinção de 917.429 (novecentas e dezessete mil quatrocentas e vinte e nove) ações (então detidas pela Vidros da Glória). Como consequência, o total de ações da Nadir Figueiredo passou a ser de 12.661.602 (doze milhões seiscentos e sessenta e um mil seiscentas e duas) ações. Com a efetivação da Incorporação, a Vidros da Glória foi extinta para todos os fins de direito, sem a necessidade de procedimento de liquidação, tendo sido, por consequência, igualmente extintas todas as 420.704.224 (quatrocentos e vinte milhões, setecentos e quatro mil, duzentos e vinte e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de sua emissão, detidas pela Vidigal. Em substituição a tais ações, a Vidigal recebeu 5.497.460 (cinco milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, quatrocentos e sessenta) ações ordinárias e 7.119.906 (sete milhões, cento e dezenove mil, novecentas e seis) ações preferenciais de emissão da Nadir Figueiredo ("Relação de Substituição"), equivalentes à participação direta até então detida pela Vidros da Glória na Companhia, descontada das ações extintas em função da Redução de Capital
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em sede de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.
f) quadro societário antes e depois da operação	Antes da operação Vidros da Glória Participações S.A. – 99,67% Outros – 0,33% Depois da operação Vidigal Participações S.A. – 99,65% Outros – 0,35%

a) evento	**Incorporação da Vidigal Participações S.A. ("Vidigal")**
b) principais condições do negócio	Os acionistas da Companhia em 1º de fevereiro de 2021 aprovaram a incorporação da Vidigal, acionista controladora da Companhia. O patrimônio líquido da Incorporada foi avaliado, a valor contábil, na data base de 31 de dezembro de 2020, no valor de R$ 429.248.751,75.
c) sociedades envolvidas	Vidigal e Companhia
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	A Incorporação resultou em um aumento do capital social da Nadir Figueiredo no montante de R$ 631.828,79 (seiscentos e trinta e um mil, oitocentos e vinte e oito reais e setenta e nove centavos), correspondente ao valor do acervo líquido da Vidigal depois de descontadas as contas do ativo que serão canceladas quando vertidas ao patrimônio da Incorporadora. Com a efetivação da Incorporação, a Vidigal foi extinta para todos os fins de direito, sem a necessidade de procedimento de liquidação, tendo sido, por consequência, igualmente extintas todas as 421.578.724 (quatrocentas e vinte e uma milhões, quinhentas e setenta e oito mil, setecentas e vinte e quatro) ações de sua própria emissão, detidas por seu acionista único ("Fundo"). Em substituição a tais ações, o Fundo recebeu 12.620.018 (doze milhões, seiscentas e vinte mil e dezoito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Nadir Figueiredo, correspondentes à participação direta até então detida pela Vidigal na Nadir Figueiredo.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em sede de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.
f) quadro societário antes e depois da operação	Antes da operação Vidigal Participações S.A. – 99,67% Outros – 0,33% Depois da operação Kilauea Brasil Partners II – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior – 99,67% Outros – 0,33%

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes em relação a esta Seção 15 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia adota uma Política de Transações com Partes Relacionadas, a qual foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de fevereiro de 2021, e entrará em vigor na data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3 ("Política").

A Política tem como objetivo assegurar que **(i)** as transações da Companhia e de suas controladas envolvendo partes relacionadas sejam equitativas e contratadas no melhor interesse da Companhia e de suas controladas, conforme o caso, **(ii)** os processos decisórios a elas associados sejam pautados pelas melhores práticas de governança corporativa; e **(iii)** tais transações sejam acompanhadas e divulgadas na periodicidade e com o grau de transparência adequados. A Política define, de forma objetiva e consoante o disposto no Pronunciamento Técnico CPC nº 5 (R1), conceitos sobre partes relacionadas, transações com partes relacionadas e influência significativa, além de estabelecer exigências mínimas de divulgação de informações sobre essas transações.

Conforme previsto na Política, as transações com partes relacionadas deverão ser sempre celebradas buscando a preservação e promoção do melhor interesse da Companhia ou de suas controladas, conforme o caso, devendo obedecer aos seguintes princípios:

(i) *comutatividade*: contratação com equivalência de prestações e contraprestações;

(ii) *competitividade*: observância e adoção de termos e condições compatíveis com os praticados no mercado entre partes independentes;

(iii) *conformidade*: observância dos procedimentos e regras de identificação, análise e aprovação previstos na Política de Transações com Partes Relacionadas, bem como das demais regras e procedimentos internos ou legais e regulamentares que se apliquem à transação;

(iv) *diligência e não discriminação:* sem prejuízo das regras e procedimentos específicos adicionais aplicáveis às Transações com Partes Relacionadas, devem ser observados ainda os princípios e procedimentos que norteiam negociações feitas pela Companhia com partes independentes, com formas e procedimentos que impeçam discriminação, privilégios ou oportunidades de negócio em benefício da contraparte; e

(v) *transparência*: realização das devidas divulgações e reportes nos termos exigidos pela Política e pela legislação e regulamentação vigentes.

De acordo com a Política, as pessoas vinculadas à Companhia – sejam administradores, colaboradores ou empregados da Companhia ou de suas controladas – que tenham conflito de interesses em relação a uma potencial transação deverão se abster de participar de quaisquer atos relacionados à emissão de opinião ou à aprovação da referida transação, devendo a referida abstenção ser registrada na ata da respectiva reunião.

A Política de Transação com Partes Relacionadas prevê, ainda, que os termos e condições de quaisquer transações com partes relacionadas devem ser objeto de negociação efetiva entre as partes, das quais participem, em nome da Companhia ou de sua controlada, conforme aplicável, representantes que não se encontrem em situação de conflito de interesses em relação à matéria.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Como forma de assegurar a identificação e controle das partes relacionadas à Companhia e coibir qualquer atuação em conflito de interesse, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas, toda e qualquer pessoa que se enquadre no conceito de Pessoal-Chave da Administração da Companhia e de suas controladas (dentre as quais necessariamente seus administradores), conforme definido na referida Política, deverá preencher Formulário de Partes Relacionadas e Potenciais Conflitos de Interesses (i) no momento de sua contratação ou de sua posse em seus respectivos cargos da Companhia ou em qualquer de suas controladas, conforme o caso, e (ii) a partir de sua contratação ou posse, ao menos anualmente. Ademais, caso haja acionistas controladores, a Companhia também lhes solicitará, por meio de seus representantes legais, o envio anual do formulário acima mencionado preenchido.

A Política também estabelece que, uma vez identificadas, as transações com partes relacionadas devem ser submetidas ao Comitê de Auditoria e *Compliance* da Companhia, que será responsável por analisá-las e emitir opinião quanto ao cumprimento dos procedimentos e diretrizes estabelecidos na Política. O parecer do Comitê de Auditoria e *Compliance* será encaminhado aos órgãos responsáveis pela aprovação das transações com partes relacionadas, para devida consideração.

De acordo com a Política, a aprovação das transações com partes relacionadas – exceto com relação às Transações Isentas – competirá ao Conselho de Administração, salvo se envolverem operações que, por disposição da Lei das S.A., ou do Estatuto Social, constituam operações de competência da assembleia geral de acionistas independentemente do envolvimento de Partes Relacionadas. Em qualquer caso, as respectivas deliberações serão lavradas em ata, de modo que o processo de análise e aprovação de cada transação seja devidamente documentado.

A Política também exige que todas as transações com partes relacionadas sejam celebradas por escrito em contrato específico, contemplando suas principais características e condições, especialmente com relação a preços, prazos, exclusividades, condições de subcontratação, direitos e responsabilidades e, quando se tratar de obrigações de trato sucessivo, condições para resilição pela Companhia ou sua controlada.

Por fim, a Política de Transações com Partes Relacionadas prevê que não estão sujeitas aos procedimentos nela previstos, denominando-as “Transações Isentas” as seguintes transações:

(i) a determinação e o pagamento de remuneração fixa, variável, baseada em ações e outros benefícios (como a atribuição de celular, computador, veículos profissionais, garantias concedidas pela Companhia e/ou suas controladas em contratos de aluguel, etc.) fornecidos aos administradores da Companhia ou de suas Controladas, desde que de acordo com o montante global aprovado em Assembleia Geral, nos termos da Lei das S.A., e com a alocação aprovada pelo Conselho de Administração, conforme o caso;

(ii) as transações realizadas entre, de um lado, a Companhia e, de outro, suas Controladas, salvo nos casos em que o(s) acionista(s) controlador(es) direto(s) ou indireto(s) da Companhia ou o(s) acionista(s) que sobre ela exerça(m) Influência Significativa, seus administradores e pessoas a eles vinculadas detenham participação no capital social da Controlada em questão (diretamente ou por qualquer outro veículo que não apenas a própria Companhia);

(iii) transações realizadas entre Controladas, direta ou indiretas, da Companhia, salvo nos casos em que o(s) acionista(s) controlador(es) direto(s) ou indireto(s) da Companhia ou o(s) acionista(s) que sobre ela exerça(m) Influência Significativa, seus administradores e pessoas a eles vinculadas detenham participação no capital social de qualquer das Controladas em questão (diretamente ou por qualquer outro veículo que não apenas a própria Companhia); e

(iv) reembolso de despesas de viagem e treinamento, desde elas devidamente justificadas e razoáveis em linha com os procedimentos de viagem e treinamento relevantes aplicáveis.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Não obstante, a Política determina que tais transações deverão ser reportadas trimestralmente ao Comitê de Auditoria e *Compliance* pelas áreas responsáveis, que deverão indicar, no mínimo, as partes e a natureza de sua relação, o objeto e natureza da transação e suas principais condições (tais como valor envolvido e saldo existente, prazos, condições de rescisão ou extinção, taxa de juros, se aplicável).

Além da Política de Transações com Partes Relacionadas, a Companhia também adota Política sobre Conflito de Interesses, que tem por objeto estabelecer as diretrizes e padrões de conduta acerca situações de conflitos de interesses voltadas a todos os colaboradores (aprendizes, estagiários, trainees, empregados, administradores, acionistas, parceiros comerciais, fornecedores, prestadores de serviço e representantes legais e comerciais da Companhia), a fim de que também possam identificar situações reais ou potenciais de conflitos de interesses no âmbito de sua atuação diária, e assim garantir a proteção do melhor interesse da Companhia e prevenir que interesses próprios prevaleçam aos corporativos.

Além das regras e procedimentos previstos nas políticas da Companhia, aos administradores da Companhia, conforme disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, é vedado: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento de seus interesses; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Por fim, a Companhia adota um Código de Ética e Conduta, aplicável a todos os colaboradores da Companhia, que tem como objetivo reunir diretrizes e padrões de conduta para uniformizar e nortear ações de conduta profissional e comportamento ético assumidos pelos administradores, empregados e terceiros agindo em nome da Companhia, bem como elevar a qualidade dos serviços prestados, e ampliar a influência da Companhia no mercado.

A Política pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Avenida Zaki Narchi, nº 500, 3º Torre, 5º andar, Vila Guilhermina, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 02029-000; e (ii) internet: site da Companhia https://nadirfigueiredo.com.br/wp-content/themes/nadir/pdfs/codigo_etica_conduta.pdf, site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Distribuidora Brasim S.A.	22/09/2006	766.000,00	16.360.000,00	766.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Subsidiária.
Objeto contrato	Referem-se a operações de venda de produtos para a subsidiária Distribuidora Brasim S.A. realizadas por meio de pedidos de compra a preço de mercado, cujo pagamento à Companhia é realizado após 60 (sessenta) dias do pedido, em linha com as práticas conferidas aos demais clientes da Companhia. As vendas são efetuadas mediante pedidos de compra, não havendo contrato formalizado com a subsidiária. A data da transação indicada refere-se à primeira operação de venda de produtos realizada entre a Companhia e a subsidiária Distribuidora Brasim S.A. O saldo existente foi extraído da demonstração dos resultados referente ao exercício social encerrado em 31/12/2020.
Garantia e seguros	Não há.
Rescisão ou extinção	Não há.
Natureza e razão para a operação	Trata-se de operações de venda de produtos da Companhia. A Distribuidora Brasim S.A. possui exclusividade para a revenda de produtos da Companhia no território argentino.
Posição contratual do emissor	Credor
Especificar	

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Distribuidora Brasim S.A.	30/05/2018	638.000,00	638.000,00	638.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Subsidiária.
Objeto contrato	Refere-se à distribuição de dividendos no valor agregado de R$638.000,00 a ser entregue à Companhia pela subsidiária Distribuidora Brasim S.A.
Garantia e seguros	Não há.
Rescisão ou extinção	Não há.
Natureza e razão para a operação	Trata-se de distribuição de dividendos declarados pela subsidiária Distribuidora Brasim S.A. A data da transação refere-se à data de declaração dos dividendos. O saldo existente foi extraído da demonstração dos resultados referente ao exercício social encerrado em 31/12/2020.
Posição contratual do emissor	Credor
Especificar	

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

O nosso Estatuto Social, aprovado em 1º de fevereiro de 2021, e nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, conforme aprovada em 02 de fevereiro de 2021, estabelecem um conjunto de regras relacionadas à aprovação de transações com partes relacionados.

De acordo com tais documentos, em situações em que qualquer pessoa envolvida em um processo de aprovação, que estiver em uma situação pessoal de conflito de interesses, deverá informar essa situação ao Departamento Jurídico, de Riscos e *Compliance* e, se relevante, ao Comitê de Auditoria e *Compliance* e ao Conselho de Administração, responsáveis pela sua análise e aprovação, respectivamente, e deverá explicar seu envolvimento na transação e, mediante solicitação, fornecer detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação e sua situação.

Nos termos do Artigo 156 da Lei das S.A., nossos administradores que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração ou da Diretoria de seu impedimento e fazer consignar em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e a extensão do seu impedimento. Caso algum administrador, que possa ter um interesse pessoal conflitante, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence e que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

O Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e *Compliance* e o Departamento Jurídico, de Riscos e *Compliance* deverão (i) ter acesso a toda documentação relevante e necessária com relação a transações específicas ou a diretrizes para contratação de transações; e (ii) solicitar à Diretoria a análise de alternativas de mercado à transação com partes relacionadas em questão, ajustadas aos fatores de risco envolvidos, bem como eventuais pareceres de especialistas ou relatórios técnicos porventura julgados necessários para fornecer seu parecer ou tomar sua decisão.

Além disto, caso uma transação com partes relacionadas tenha que ser aprovada pelos acionistas em assembleia geral de acordo com a lei aplicável, essa transação deverá ser submetida aos acionistas acompanhada uma proposta submetida pelo nosso Conselho de Administração, embasada por laudo de avaliação independente, elaborado sem a participação de nenhuma parte envolvida na operação em questão, seja ela banco, advogado, empresa de consultoria especializada, entre outros, com base em premissas realistas e informações referendadas por terceiros.

Adicionalmente, as práticas de governança corporativa, recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado e na Lei das S.A., são aplicadas. Segundo tais regras, o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o nosso. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o nosso é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição das vantagens que tiver auferido.

A celebração das transações descritas no item 16.2 acima observaram as práticas estabelecidas em lei, bem como os documentos constitutivos das sociedades envolvidas então vigentes à época.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

b. demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

O nosso Conselho de Administração ou nossa Assembleia Geral, conforme o caso, somente poderão aprovar uma transação com partes relacionadas se constatar, em boa-fé, que a transação é feita em condições de mercado ou com pagamento compensatório adequado e no interesse da Companhia e/ou de sua controlada.

O nosso Comitê de Auditoria e *Compliance* poderá, a seu critério, condicionar a recomendação de aprovação das Transações com Partes Relacionadas às alterações que julgarem necessárias para que ocorram de maneira equitativa e no melhor interesse da Companhia.

Ademais, uma transação com partes relacionadas deverá sempre ser concluída por escrito, especificando seus principais termos e condições, como: contraprestação nos termos do acordo, duração e condições para rescisão, declarações e indenizações, garantias, responsabilidade, entre outros.

Neste sentido, quando da realização de quaisquer transações com partes relacionadas, inclusive as descritas no item 16.2 acima, agimos de forma a garantir que tais transações não venham a gerar quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às sociedades envolvidas.

Por fim, atuamos de forma a garantir que toda e qualquer transação com parte relacionada que realizamos seja formalizada contratualmente, observando os seguintes critérios: (i) a transação deve estar em condições de mercado ao tempo de sua aprovação; (ii) devem ser incluídos contratualmente os termos da transação e a finalidade do negócio; e (iii) as condições da Política de Transações com Partes Relacionadas deverão ser integralmente observadas.

Com o objetivo de trazer clareza e evitar quaisquer dúvidas em relação a comutatividade da transação elencada no item 16.2 acima, descrevemos abaixo os fatos que demonstram o caráter comutativo dela.

Operações de venda para a Distribuidora Brasim S.A.

No curso normal de nossos negócios, realizamos operações de venda de nossos produtos para a subsidiária Distribuidora Brasim S.A., sociedade que possui exclusividade para a venda dos nossos produtos no território argentino. Estas transações são realizadas em linha com as práticas conferidas aos demais clientes da Companhia, inclusive em relação a preços e prazos de pagamento, sendo consideradas pela Administração como estritamente comutativas e adequadas de modo a preservar os interesses de ambas as partes envolvidas no negócio.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes encontram-se descritas nos demais itens da presente seção.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
01/02/2021	81.998.187,85	Totalmente integralizado	227.908.836	0	227.908.836
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
01/02/2021	81.998.187,85		227.908.836	0	227.908.836
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
01/02/2021	81.998.187,85		227.908.836	0	227.908.836
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
01/02/2021	0,00		450.000.000	0	450.000.000

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
22/04/2019	Assembleia Geral Extraordinária	01/01/0001	100.000.000,00	Subscrição particular	5.513.608	8.065.423	13.579.031	0,00000000	0,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Não aplicável, tendo em vista que não houve a emissão de novas ações.

Forma de integralização Não aplicável, tendo em vista que não houve a emissão de novas ações.

01/02/2021	Assembleia Geral Extraordinária	01/01/0001	631.828,79	Subscrição particular	227.908.836	0	227.908.836	0,00000000	0,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O aumento de capital decorreu da incorporação da Vidigal Participações S.A., acionista controladora da Companhia, a valor contábil. A incorporação resultou em um aumento de capital no valor de R$ 631.828,79, correspondente ao valor do acervo líquido da Vidigal depois de descontadas as contas do ativo que serão canceladas quando vertidas ao patrimônio da Incorporadora. O patrimônio líquido da Vidigal vertido para a Companhia foi avaliado conforme laudo de avaliação patrimonial contábil, elaborado para fins de incorporação por empresa independente especializada na data-base de 31 de dezembro de 2020.

Forma de integralização O Kilauea Brasil Partners II – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, único acionista da Vidigal, recebeu, em substituição às ações que detinha no capital social da Vidigal, 12.620.018 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Nadir Figueiredo, correspondentes à participação direta até então detida pela Vidigal na Nadir Figueiredo. Não houve, portanto, alteração no número de ações em que se divide o capital social da Companhia.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
01/02/2021	12.661.602	0	12.661.602	227.908.836	0	227.908.836

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
31/07/2019	31/07/2019	127.326.469,23	0	0	0	0,00000000	0,00
Forma de restituição		Não aplicável, tendo em vista que, através de cisão parcial, houve a redução do capital social, sem o cancelamento de ações, onde o valor de R$127.326.469,23 corresponde a totalidade do acervo a ser cindido e que será base para constituição da "Newco".					
Razão para redução		Não aplicável, pelo motivo acima.					
06/11/2020	06/11/2020	26.847.538,84	0	917.429	917.429	15,54815000	0,00
Forma de restituição		Não aplicável. A redução foi deliberada em função da incorporação reversa da Vidros da Glória Participações S.A. pela Companhia.					
Razão para redução		Não aplicável, pelo motivo acima.					
28/12/2020	28/12/2020	64.459.632,87	0	0	0	44,20311600	0,00
Forma de restituição		Não aplicável, tendo em vista que não houve alteração do número de ações de emissão da Companhia.					
Razão para redução		Não aplicável, tendo em vista que não houve alteração do número de ações de emissão da Companhia.					

741

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que julgamos relevantes em relação a esta Seção 17 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Os acionistas detentores de ações ordinárias terão direito ao reembolso do valor de suas ações nas hipóteses previstas na legislação aplicável, de acordo com os termos e prazos nela previstos.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As alterações dos direitos assegurados às ações ordinárias estão sujeitas aos quóruns e condições previstas pela Lei 6.404/76. Não há previsão no Estatuto da Companhia sobre alteração dos direitos assegurados pelos valores mobiliários.
Outras características relevantes	Em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, o Estatuto Social prevê a obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações da Companhia (i) em caso de alienação direta ou indireta do controle da Companhia, de forma a assegurar aos demais acionistas tratamento igualitário àquele dado ao alienante; (ii) para saída voluntária do Novo Mercado; e (iii) para cancelamento de registro de companhia aberta. Além disso, o Estatuto prevê a obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações da Companhia caso qualquer pessoa ou grupo de acionistas adquira ou se torne titular, de forma direta ou indireta, de ações que representem, em conjunto, 25% (vinte e cinco por cento) ou mais do total das ações de emissão da Companhia (conforme descrita no item 18.2 deste Formulário de Referência).

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O estatuto social da Companhia não estabelece hipóteses que limitem o direito de voto de acionistas. Não obstante, há previsão de hipóteses em que há obrigatoriedade de realização de oferta pública, conforme listadas abaixo:

- a alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante;

- a saída voluntária da Companhia do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (a) o preço ofertado deverá ser justo, calculado de acordo com os parâmetros estabelecidos no artigo 4º-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e na regulamentação aplicável da CVM, sendo possível o pedido de nova avaliação de que trata o art. 4º-A da referida lei; e (b) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações. Nada obstante, a saída voluntária do Novo Mercado poderá ocorrer, independentemente da realização de oferta pública de aquisição de ações, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, que deverá ser instalada: (a) em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação; ou (b) em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação. A deliberação sobre a dispensa de realização da oferta pública de ações deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na assembleia geral; e

- qualquer Pessoa ou Grupo, que adquira ou se torne titular, de forma direta ou indireta, por meio de uma única operação ou de diversas operações (inclusive, sem limitação, por meio de qualquer tipo de associação que dê origem a um Grupo ou adesão a Grupo pré-existente), de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária sobre ações de emissão da Companhia, que representem, em conjunto, 25% (vinte e cinco por cento) ou mais do total das ações de emissão da Companhia (excluídas ações mantidas pela Companhia em tesouraria) ("Participação Relevante") deverá (i) imediatamente divulgar tal informação à Companhia, e (ii) realizar uma oferta pública de aquisição de ações da totalidade das ações de emissão da Companhia nos termos previstos no estatuto social ("OPA por Atingimento de Participação Relevante").

Nos termos do estatuto social, a obrigação de realização da OPA por Atingimento de Participação Relevante não se aplica:

a) ao atingimento individual de Participação Relevante por pessoa que integre Grupo que já detenha, em conjunto, Participação Relevante;

b) ao atingimento de Participação Relevante em decorrência (i) da incorporação de outra sociedade ou de parcelas cindidas de outra sociedade pela Companhia ou (ii) da incorporação de ações de outra sociedade pela Companhia;

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

c) caso o atingimento de Participação Relevante na Companhia decorra de realização de oferta pública voluntária de aquisição de ações que tenha tido por objeto todas as ações de emissão da Companhia (inclusive com a finalidade de aquisição do controle da Companhia), desde que o preço pago na referida oferta tenha sido no mínimo equivalente ao que seria pago em uma OPA por Atingimento de Participação Relevante que tivesse se tornado obrigatória ao ofertante no momento em que a oferta voluntária tenha sido anunciada;

d) ao atingimento de Participação Relevante em decorrência de transferências de ações ou Outros Direitos de Natureza Societária que representem exclusivamente a alteração da titularidade direta da Participação Relevante pela titularidade indireta (ou vice-versa), sem que haja alteração do controle, direto ou indireto, sobre tais ações ou Outros Direitos de Natureza Societária representativas da Participação Relevante;

e) ao caso de atingimento involuntário da Participação Relevante por força de eventos que não dependam nem resultem da prática de quaisquer atos pela Pessoa ou Grupo que venha a atingir a Participação Relevante, tais como recompra de ações pela Companhia, resgate de ações de emissão da Companhia, cancelamento de ações em tesouraria ou atingimento por força de sucessão hereditária, desde que, em qualquer dessas hipóteses, a Pessoa ou Grupo que tenha atingido Participação Relevante de forma involuntária, cumulativa e tempestivamente: (i) comunique à Companhia sua intenção de utilizar a faculdade prevista nesta alínea (d) em até 5 (cinco) dias contadas do momento em que se tornar titular da Participação Relevante; e (ii) aliene em bolsa de valores a quantidade de ações representativas do capital social da Companhia que exceda a Participação Relevante, em até 60 (sessenta) dias úteis contados da data da notificação de que trata o item (i) anterior;

f) à subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base no preço justo das ações, na forma estabelecida na legislação societária;

g) a aquisições adicionais de ações de emissão da Companhia ou outros direitos de natureza societária sobre ações de emissão da Companhia por determinada Pessoa ou Grupo que, no momento de tal aquisição ou elevação da participação já fosse titular de Participação Relevante;

h) aos empréstimos (e respectivas devoluções) de ações de emissão da Companhia realizados para o fim exclusivo de viabilizar o processo de estabilização de preço no âmbito de ofertas públicas de distribuição de ações de emissão da Companhia; e

i) caso, no momento da aquisição da Participação Relevante por determinada Pessoa ou Grupo, outra Pessoa ou Grupo já seja titular de mais da metade do capital social da Companhia.

A assembleia geral da Companhia poderá deliberar a dispensa de realização da OPA por Atingimento de Participação Relevante ou alterações em suas características em relação ao previsto neste Capítulo, desde que nela não votem as Pessoas e o Grupo que pretendam passar a se tornar titulares de Participação Relevante por meio da operação submetida à dispensa.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Nosso Estatuto Social não estabelece exceções ao exercício de direitos patrimoniais ou políticos dos acionistas. Todavia, nossos acionistas poderão ter seus direitos suspensos por determinação da Assembleia Geral, na forma do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, caso não cumpram obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Exercício social **31/12/2020**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.171	71,71	71,71	R$ por Unidade	71,71
31/03/2020	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	49.447	71,00	70,00	R$ por Unidade	70,58
30/06/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R$ por Unidade	0,00
30/06/2020	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R$ por Unidade	0,00
30/09/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R$ por Unidade	0,00
30/09/2020	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R$ por Unidade	0,00
31/12/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R$ por Unidade	0,00
31/12/2020	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R$ por Unidade	0,00

Exercício social **31/12/2019**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2019	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R$ por Unidade	0,00
31/03/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	82.750	65,00	47,00	R$ por Unidade	56,75
31/03/2019	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	147.213	55,00	44,08	R$ por Unidade	47,54
30/06/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	13.501	70,00	65,01	R$ por Unidade	67,50
30/06/2019	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	319.980	77,00	65,00	R$ por Unidade	69,85
30/09/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	95.402	79,95	70,00	R$ por Unidade	73,38
30/09/2019	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	742.227	94,00	69,00	R$ por Unidade	73,88
31/12/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.100	71,00	71,00	R$ por Unidade	71,00

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Exercício social **31/12/2018**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	61.568	26,52	22,50	R$ por Unidade	24,67
31/03/2018	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R$ por Unidade	0,00
30/06/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R$ por Unidade	0,00
30/06/2018	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R$ por Unidade	0,00
30/09/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R$ por Unidade	0,00
30/09/2018	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	17.501	38,00	34,00	R$ por Unidade	35,00
31/12/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.711	37,11	37,11	R$ por Unidade	37,11
31/12/2018	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	137.320	50,00	36,00	R$ por Unidade	42,87

748

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão
Data de emissão	28/08/2019
Data de vencimento	28/08/2026
Quantidade (Unidades)	390
Valor total (Reais)	390.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	395.114.111,34
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures subscritas e integralizadas no mercado primário não poderão ser transferidas pelos debenturistas a terceiros e/ou negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários. Esta restrição de negociação será aplicável inclusive com relação às Debêntures que tenham sido subscritas e integralizadas pelos Coordenadores em razão do exercício da garantia firme de colocação.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, a partir do 12º mês contado da Data de Emissão (inclusive), ou seja, a partir de 28 de agosto de 2020 (exclusive), realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures resgatadas, sendo vedado o resgate antecipado parcial ou o resgate antecipado de apenas uma série, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão.
Características dos valores mobiliários de dívida	Vide o item 18.12 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há previsão para alteração dos direitos.
Outras características relevantes	Vide o item 18.12 deste Formulário de Referência.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	2

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

A oferta pública inicial de ações de nossa emissão está sendo requerida perante a CVM e a B3. Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de nossa emissão passarão a ser admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não possuíamos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Item não aplicável à Companhia.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Item não aplicável à Companhia.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

Não aplicável, dado que não realizamos ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos três exercícios sociais e no período corrente.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 - Outras informações relevantes

Sem prejuízo das características descritas no item 18.5 acima, destacamos as seguintes características relevantes relacionadas à 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Flamengo Participações S.A.

Atualização Monetária e Remuneração das Debêntures

O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, não será atualizado monetariamente.

Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI — Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo,* expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada divulgada diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 2,00% (dois por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis,* por dias úteis decorridos, desde a respectiva Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

Pagamento da Remuneração das Debêntures

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do vencimento antecipado e resgate antecipado das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série será paga semestralmente, a partir do 6º (sexto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 28 de fevereiro de 2020 e os demais sempre no dia 28 (vinte e oito) dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, e último pagamento na respectiva Data de Vencimento, conforme datas estabelecidas na tabela abaixo.

Datas de Pagamento da Remuneração
28 de fevereiro de 2020
28 de agosto de 2020
28 de fevereiro de 2021
28 de agosto de 2021
28 de fevereiro de 2022
28 de agosto de 2022
28 de fevereiro de 2023
28 de agosto de 2023
28 de fevereiro de 2024
28 de agosto de 2024
28 de fevereiro de 2025
28 de agosto de 2025
28 de fevereiro de 2026
Data de Vencimento

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Pagamento do Valor Nominal Unitário

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do vencimento antecipado e resgate antecipado das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série será amortizado, semestralmente, a partir do 30º (trigésimo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 28 de fevereiro de 2022 e os demais sempre no dia 28 (vinte e oito) dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, e último pagamento na respectiva Data de Vencimento, conforme datas estabelecidas na tabela abaixo.

Data	Percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário
28 de fevereiro de 2022	10,0000%
28 de agosto de 2022	11,1111%
28 de fevereiro de 2023	12,5000%
28 de agosto de 2023	14,2857%
28 de fevereiro de 2024	16,6667%
28 de agosto de 2024	20,0000%
28 de fevereiro de 2025	25,0000%
28 de agosto de 2025	33,3333%
28 de fevereiro de 2026	50,0000%
Data de Vencimento	100,0000%

Vencimento Antecipado

Observado o disposto na Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário considerará antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das hipóteses descritas na Escritura de Emissão, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada uma, um "Evento de Vencimento Antecipado Automático").

Constituem Eventos de Vencimento Antecipado que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Escritura de Emissão, quaisquer dos seguintes eventos:

(i) (a) pedido, por parte da Emissora, de qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) pela Emissora que não seja a Distribuidora Brasim S.A., sociedad anónima existente de acordo com as leis da Argentina, inscrita no Registro Público de Comércio sob o n° 12494 ("Controladas Relevantes"), de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (b) se a Emissora e/ou quaisquer de suas Controladas Relevantes ingressar em juízo, com requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou (c) se a Emissora, e/ou quaisquer de suas Controladas Relevantes formular pedido de autofalência, independente do deferimento do respectivo pedido; ou (d) pedido de falência da Emissora, de qualquer Controlada Relevante, formulado por terceiros, e não contestado no prazo legal; ou (e) decretação de falência da Emissora e/ou quaisquer de suas Controladas Relevantes; cessação, pela Emissora e/ou da Nadir Figueiredo, de suas atividades empresariais e/ou liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, exceto no âmbito dos Atos Pós-Conclusão da Aquisição (conforme abaixo definido);

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

(ii) na hipótese da Escritura de Emissão (e/ou qualquer de suas disposições) e/ou dos Contratos de Garantia (e/ou qualquer de suas disposições), bem como eventuais aditamentos forem declarados inexequíveis, nulos, ineficazes ou inválidos por decisão judicial mediante a não obtenção de efeito suspensivo da respectiva decisão em até 15 (quinze) dias úteis, exceto no caso de rescisão, perda de eficácia e/ou término de vigência dos Contratos de Garantia, única e exclusivamente nas hipóteses de substituição de garantias previsto nos termos da Escritura de Emissão;

(iii) inadimplemento pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, nas respectivas datas de pagamento: (a) no caso de obrigações pecuniárias assumidas diretamente com os Debenturistas, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento da Remuneração, do Prêmio da Segunda Série e da amortização do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, não sanado no prazo de 3 (três) dias úteis da data do descumprimento; ou (b) no caso de outras obrigações pecuniárias não indicadas no subitem (a) acima, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do descumprimento;

(iv) transformação do tipo societário da Emissora, de modo que deixe de ser uma sociedade por ações, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(v) vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora e/ou quaisquer de suas Controladas Relevantes com terceiros, assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora e/ou quaisquer de suas Controladas Relevantes, cujo valor, individual ou agregado, seja superior ao Valor de Corte (conforme definido na Escritura de Emissão);

(vi) não utilização dos recursos oriundos das Debêntures conforme previsto na Escritura de Emissão;

(vii) caso o Controle indireto da Emissora deixe de ser exercido por fundos de investimento geridos, em última instância, pela H.I.G. Capital LLC, sem a anuência prévia de Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão;

(viii) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações (nos termos do artigo 252 da Lei das Sociedades por Ações), da Emissora e/ou da Nadir Figueiredo, exceto (a) no âmbito dos Atos Pós-Conclusão da Aquisição; (b) no caso de incorporação pela Emissora de qualquer Controlada ou entre Controladas da Emissora; e (c) se tiver sido obtida a anuência prévia de Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão;

(ix) mudança ou alteração do objeto social da Emissora e/ou de qualquer Controlada, conforme disposto em seu respectivo estatuto social vigente na Data de Emissão, de forma alterar substancialmente as atividades principais por elas atualmente praticadas, sem a anuência prévia de Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, exceto se em decorrência dos Atos Pós-Conclusão da Aquisição;

(x) resgate ou amortização de ações, distribuição e/ou pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Emissora, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Emissora vigente, se e somente se a Emissora estiver inadimplente e/ou em mora com relação às suas obrigações previstas na Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia;

(xi) com relação a qualquer dos bens objeto das garantias e/ou a qualquer dos direitos a estes inerentes na Escritura de Emissão, exclusivamente nos termos dos Contratos de Garantia (apenas enquanto estes estejam vigentes), qualquer forma de alteração, alienação, venda, cessão, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, endosso, desconto, ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital, ou constituição de qualquer ônus (exceto pelas Garantias Reais) ou permissão que qualquer dos atos acima seja diretamente realizado, em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, ainda que em favor de pessoa do mesmo grupo econômico, exceto: (a) se

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

obtida a anuência prévia e expressa dos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão; ou (b) se em decorrência dos Atos Pós-Conclusão da Aquisição; e

(xii) a qualquer tempo, comprovarem-se falsas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora na Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, bem como nos demais documentos da Emissão, na data em que tais declarações tenham sido prestadas pela Emissora.

Constituem Eventos de Vencimento Antecipado não automático que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Escritura de Emissão, quaisquer dos seguintes eventos (cada uma, um "Evento de Vencimento Antecipado Não Automático" e, em conjunto com os Eventos de Vencimento Antecipado Automático, "Eventos de Vencimento Antecipado"):

(i) não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, intervenção ou suspensão das autorizações e licenças (inclusive ambientais), alvarás, subvenções, dispensas e/ou protocolos de requerimento de alvarás necessárias para desempenho de suas atividades empresariais; exceto no que se referir às licenças e/ou às aprovações em processo de renovação tempestiva e/ou que estejam sendo discutidas de boa-fé pela Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, nas esferas judicial ou administrativa;

(ii) não cumprimento, pela Emissora e/ou pelas suas Controladas Relevantes (a) de qualquer decisão arbitrai definitiva ou sentença judicial com exigibilidade imediata, em valor, individual ou agregado, igual ou superior ao Valor de Corte, desde que não seja obtido o efeito suspensivo da exigibilidade da respectiva decisão no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado de tal decisão; e/ou (b) de qualquer decisão administrativa definitiva, em valor, individual ou agregado, igual ou superior ao Valor de Corte, desde que a referida decisão, conforme aplicável, não seja questionada judicialmente no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado da referida decisão, e seja obtido o efeito suspensivo de sua exigibilidade;

(iii) captação de novas dívidas pela Emissora antes da Incorporação Reversa (conforme definida abaixo), sem a anuência prévia e expressa dos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, exceto por dívidas contraídas exclusivamente para fins do cumprimento de obrigações operacionais abarcadas pelo objeto social da Emissora (i.e. contratação de prestadores de serviço);

(iv) cessão, promessa de cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência, pela Emissora e/ou pelas suas Controladas Relevantes, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s) da Emissora e/ou suas Controladas Relevantes que represente(m), em valor individual ou em diversas operações com valor maior do que 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) dos ativos totais da Emissora, exceto: (a) se os recursos obtidos pela Emissora e/ou suas Controladas Relevantes em decorrência da respectiva operação sejam investidos na própria Emissora e/ou em suas Controladas Relevantes; ou (b) se obtida a anuência prévia e expressa dos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão;

(v) mora ou inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias pela Emissora e/ou suas Controladas Relevantes com terceiros cujo valor, individual ou agregado, seja superior ao Valor de Corte, que não sejam sanadas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado de seus respectivos vencimentos originais (observados os eventuais prazos de cura aplicáveis aos vencimentos originais, nos termos dos respectivos instrumentos);

(vi) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência, pela Emissora de qualquer obrigação assumida no âmbito da Emissão, nos termos da Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia, exceto (a) se realizada no âmbito dos Atos Pós-Conclusão da Aquisição; ou (b) tenha sido obtida a anuência prévia de Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão;

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

(vii) paralisação parcial ou total das atividades da Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, desde que tal paralisação não seja (i) realizada para fins de manutenção de equipamentos e no curso ordinário dos negócios da Emissora e/ou suas Controladas Relevantes; (ii) férias coletivas; ou (iii) sanada em até 15 (quinze) dias corridos;

(viii) redução do capital social da Emissora, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3°, da Lei das Sociedades por Ações, exceto para absorção de prejuízos já conhecidos na Data de Emissão, nos termos da legislação aplicável, sem a anuência prévia de Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão;

(ix) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e/ou nos demais documentos da Emissão, exceto se tal inadimplemento for sanado em um prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data do inadimplemento, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;

(x) questionamento judicial por terceiros da Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia e/ou de qualquer de suas disposições, desde que não devidamente contestados dentro do prazo legal;

(xi) constituição de hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima (“Ônus”) sobre ativo(s) da Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, exceto: (a) pelas Garantias Reais; (b) por Ônus já existentes na Data de Emissão; (c) por Ônus sobre ações de emissão da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes; (d) por Ônus sobre imóveis de propriedade da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes nos casos descritos nos itens (e), (f) e (g) abaixo; (e) por Ônus outorgados no âmbito de dívidas contraídas para fins de capital de giro ou investimento em ativos fixos relacionados às atividades empresariais da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes; (f) por Ônus outorgados para instituições financeiras de desenvolvimento e/ou fomento, ou organismos de fomento ou multilaterais (e.g., Banco Mundial); (g) por Ônus outorgados no âmbito de refinanciamento(s) de passivos da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes ou financiamentos à exportação; (h) por Ônus sobre ativo(s) da Emissora e/ou suas Controladas Relevantes cujo valor, individual ou agregado (sem considerar Ônus autorizados nos termos dos itens (a) a (f) acima), não exceda 50% (cinquenta por cento) dos ativos totais da Emissora e de suas Controladas Relevantes;

(xii) protesto de títulos contra a Emissora e/ou contra quaisquer de suas Controladas Relevantes em valor, que individualmente ou de forma agregada seja igual ou superior a 2/3 (dois terços) do Valor de Corte, salvo se, no prazo legal ou no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, o que for menor, a Emissora e/ou Controlada Relevantes da Emissora comprovarem que (a) os valores devidos sob o título protestado foram pagos; (b) o protesto foi suspenso, cancelado ou sustado por decisão judicial; (c) foram prestadas e aceitas garantias em juízo em valor no mínimo equivalente a 2/3 (dois terços) do montante protestado; ou (d) o protesto decorreu de má-fé de terceiros;

(xiii) violação pela Emissora, ou qualquer controladora da Emissora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) ("Controladora"), Controlada, Coligada (conforme abaixo definida) e/ou recebimento de denúncia ou início de processo administrativo contra tais pessoas envolvendo qualquer lei ou regulamento relativo à prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, mas sem limitação, o previsto no Decreto-Lei n° 2.848/1940, na Lei n° 12.846, de 1° de agosto de 2013, conforme alterada, no Decreto n° 8.420, de 18 de março de 2015, na Lei n° 9.613, de 03 de março de 1998 na Lei n° 12.529, de 30 de novembro de 2011; e, na U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977 e no UK Bribery Act (em conjunto “Leis Anticorrupção”) pela/contra Emissora, Controladas e/ou Controladora, bem como descumprimento de quaisquer das obrigações anticorrupção previstas na Escritura de Emissão;

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

(xiv) (a) existência de sentença condenatória ou decisão administrativa condenatória relativamente à prática de atos, pela Emissora e/ou suas Controladas e/ou, que importem em infração à Legislação Socioambiental (conforme abaixo definida), desde que a Emissora e/ou suas Controladas e/ou, conforme aplicável, não obtenha(m) judicialmente os efeitos suspensivos de referida decisão; e/ou (b) inobservância das condicionantes das licenças e autorizações ambientais da Emissora e/ou suas Controladas que afete a condução das atividades da Emissora e/ou suas Controladas, verificada por autoridade pública competente, pelos meios previstos em lei, por ato administrativo terminativo ou judicial em qualquer instância;

(xv) existência de sentença judicial ou decisão administrativa condenando a Emissora e/ou suas Controladas por infração à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, utilização de trabalho infantil ou análogo a escravo, assédio sexual ou proveito criminoso de prostituição;

(xvi) desapropriação, nacionalização, confisco, arresto, sequestro, penhora de bens ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique a perda de bens de posse direta ou indireta e/ou propriedade da Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, exceto se comprovar em até 15 (quinze) dias úteis da determinação da respectiva medida, ter obtido decisão judicial suspendendo a respectiva medida, exceto se tal medida não impactar bens da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes cujo valor, individual ou agregado, seja superior a 15% (quinze por cento) dos ativos totais da Emissora e/ou da Controlada Relevante;

(xvii) concessão a terceiros, pela Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, de mútuo, empréstimos, adiantamentos e/ou qualquer modalidade de crédito, ou garantias, inclusive fidejussórias, pela Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, exceto: (a) no caso de mútuos, empréstimos, adiantamentos ou qualquer outra modalidade de crédito, concedida pela Emissora a suas Controladas e/ou entre Controladas, ou (b) conforme autorizado nos termos do item (xi) acima;

(xviii) revelarem-se inconsistentes, incorretas, incompletas e insuficientes, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora na Escritura de Emissão ou nos Contratos de Alienação Fiduciária de Ações;

(xix) não constituição, dentro do Prazo para Constituição das Garantias Adicionais, das garantias previstas na Escritura de Emissão, conforme aplicável, ou ausência de reforço das garantias referentes às Debêntures da Primeira Série, nos termos da Escritura de Emissão, observado que, nesta hipótese, o vencimento antecipado será deliberado apenas pelos titulares das Debêntures da Primeira Série e afetará somente as Debêntures de tal Série;

(xx) não constituição, dentro do prazo para constituição das Garantias Adicionais, das garantias previstas na Escritura de Emissão, conforme aplicável, ou ausência de reforço das garantias referentes às Debêntures da Segunda Série, nos termos da Escritura de Emissão, observado que, nesta hipótese, o vencimento antecipado será deliberado apenas pelos titulares das Debêntures da Segunda Série e afetará somente as Debêntures de tal Série;

(xxi) questionamento judicial, pela Emissora e/ou por qualquer Controladora e/ou Controlada, acerca da legalidade, validade, exequibilidade e/ou eficácia, em todo ou em parte, de quaisquer termos e condições da Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia e/ou de quaisquer outros documentos referentes à Emissão;

(xxii) não observância pela Emissora do índice financeiro ("Índice Financeiro") abaixo especificado, acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, que será calculado pela Emissora com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da Emissora, conforme auditadas por auditor independente, sendo que a primeira verificação ocorrerá com base nos números divulgados pelos auditores independentes contratados pela Emissora referentes ao exercício fiscal a se encerrar em 31 de dezembro de 2019:

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Índice Financeiro	Índice
Dívida Líquida consolidada/EBITDA consolidada	Menor ou igual a 3,5x no primeiro ano (i.e. 2019)
Dívida Líquida consolidada/EBITDA consolidada	Menor ou igual a 3,0x nos anos seguintes

Para os fins do disposto neste item, entende-se por:

(a) "Dívida Líquida": significa o somatório de todas as dívidas bancárias consolidadas da Emissora, incluindo empréstimos e financiamentos, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) e do diferencial por operações com derivativos, sendo certo que eventuais obrigações de pagamento aos acionistas vendedores no âmbito da Aquisição ("Valor Retido") não estarão incluídas no cálculo de Dívida Líquida; e

(b) "EBITDA": significa o Lucro ou Prejuízo Líquido do Exercício, adicionado do resultado financeiro líquido; adicionado de tributos (imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido); adicionado de depreciações, amortizações e exaustões; adicionado de outras receitas e despesas líquidas não operacionais e adicionado de Perdas/Lucros resultante de equivalência patrimonial. Em caso de aquisições ou novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 (doze) meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo do EBITDA será *proforma*, considerando os 12 (doze) meses integrais de operação de tal aquisição ou contrato.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, visto que não aprovamos planos de recompra de nossas ações nos últimos 3 três exercícios sociais e no exercício social corrente.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não ocorreram movimentações de valores mobiliários mantidos em tesouraria nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 - Outras informações relevantes

Não há nenhuma outras informações relevantes em relação a esta seção 19, que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**02/02/2021**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	Além da própria Companhia, estão submetidos à política: (a) Acionistas Controladores; (b) Administradores; (c) Membros do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado; (d) Membros de órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária; (e) Todas as pessoas que ocupem cargo de gerência na Companhia, suas Controladas ou Coligadas; (f) Outras pessoas indicadas pelo Diretor de Relações com Investidores, a seu exclusivo critério, que tenham ou possam vir a ter Informações Sensíveis ou Informações Privilegiadas relativas à Companhia, em virtude de (i) cargo, função ou posição na Companhia, no Acionista Controlador ou em outras sociedades do grupo, incluindo os respectivos empregados, estagiários e outros colaboradores, ou (ii) relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição ("Pessoas Sujeitas às Políticas").

Principais características e locais de consulta

A Política de Divulgação de Informações Relevantes e Negociação de Valores Mobiliários tem por objetivos: (i) disciplinar a divulgação ao mercado de informações que, por sua natureza e características, devam ser classificadas como Fato Relevante, estabelecendo as regras e diretrizes a serem observadas pelo Diretor de Relações com Investidores e pelas demais Pessoas Sujeitas à Política, no que se refere à divulgação de tais informações e ao seu sigilo, enquanto não divulgadas; (ii) estabelecer as normas gerais e de conduta que serão utilizadas pela Companhia para classificar informações como Fatos Relevantes, e para divulgar tais informações, conferindo, em benefício dos investidores e do mercado em geral, previsibilidade às condutas que serão adotadas pela Companhia; (iii) evitar e coibir a disseminação seletiva de informações sobre Fatos Relevantes e Informações Privilegiadas; e (iv) buscar assegurar aos investidores e ao mercado em geral o oportuno acesso às informações necessárias para suas decisões de investimento, contribuindo para a melhor simetria possível na disseminação de informações sobre a Companhia.
A Política de Divulgação e Negociação de Valores Mobiliários pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Avenida Zaki Narchi, nº 500, 3º Torre, 5º andar, Vila Guilhermina, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 02029-000; e (ii) internet: site da Companhia www.nadirfigueiredo.com.br, site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	As Pessoas Sujeitas à Política não poderão negociar com Valores Mobiliários, independentemente de determinação do Diretor de Relações com Investidores, nas seguintes hipóteses ("Vedações Ordinárias à Negociação"): (a) sempre que estiver pendente de divulgação qualquer Fato Relevante de que tenham conhecimento; (b) no período de 15 (quinze) dias que anteceder a divulgação das informações financeiras trimestrais (ITR) e anuais (DFP) e no próprio dia da divulgação, antes que tais informações tornem-se públicas, sendo certo que a contagem do período de 15 (quinze) dias deverá ser feita excluindo-se o dia da efetiva divulgação; (c) em caso de (i) oferta pública de distribuição de Valores Mobiliários, até a divulgação de anúncio de encerramento, observadas as exceções previstas na Instrução da CVM nº 400/2003; e (ii) oferta pública de distribuição de Valores Mobiliários com esforços restritos, durante o período de 90 (noventa) dias contados da subscrição ou aquisição de determinados Valores Mobiliários pelo investidor, nos casos em que tal vedação é imposta pela Instrução da CVM nº 476/2009; (d) a partir do momento em que tiverem acesso à informação relativa à intenção de realizar incorporação, cisão total ou parcial, transformação ou fusão envolvendo a Companhia ou suas Controladas ou Coligadas; e (e) enquanto estiver em curso aquisição ou alienação de Ações pela própria Companhia, suas Controladas, Coligadas ou outras sociedades sob controle comum ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim. A restrição prevista na alínea (e) acima não vigorará nos dias em que a recompra não estiver sendo efetivamente executada pela Companhia, desde que: (i) sejam previamente estabelecidos os dias em que a Companhia negociará no mercado; e (ii) o Diretor de Relações com Investidores comunique às Pessoas Sujeitas à Política tais datas . Sem prejuízo das Vedações Ordinárias à Negociação, o Diretor de Relações com Investidores poderá estabelecer outros períodos de vedação à negociação com Valores Mobiliários ("Vedações Extraordinárias à Negociação"), aplicáveis às Pessoas Sujeitas à Política ou a parte delas. O Diretor de Relações com Investidores comunicará, por meio eletrônico, a existência de Vedações Ordinárias e Vedações Extraordinárias à Negociação, sendo certo que na hipótese de Vedações Extraordinárias à Negociação, deverá comunicar de imediato às Pessoas Sujeitas à Política ou àquelas submetidas à vedação, o período em que estarão proibidas de negociar Valores Mobiliários, sem que seja necessário explicitar as razões da vedação.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 - Outras informações relevantes

A Companhia esclarece que não possui plano de investimento, nos termos do artigo 15-A da Instrução CVM nº 358/2002.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

As normas, regimentos e procedimentos internos relativos à divulgação de informações que a Companhia adota estão descritos na sua Política de Divulgação de Informações Relevantes e de Negociação de Valores Mobiliários, conforme disposta no item 21.2 deste Formulário de Referência.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, ("Instrução CVM 358") disciplina as regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e à aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras, na data de apresentação deste Formulário de Referência:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, deliberações de assembleia geral de acionistas ou dos órgãos de administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, negociais, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da companhia que possam influenciar de modo ponderável (i) na cotação de suas ações ou quaisquer valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais valores mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes aos valores mobiliários;

- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, a alteração de qualquer acordo de acionistas em que a Companhia seja parte, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão;

- obrigam a companhia aberta e seu Diretor de Relações com Investidores a enviar atos ou fatos relevantes à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores e à B3 (Sistema IPE), bem como divulgar ao mercado em geral, por meio de, no mínimo, um dos seguintes canais de comunicação (i) jornais de grande circulação geralmente utilizados pela companhia; ou (ii) de pelo menos 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade;

- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;

- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto informem a tal companhia o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas controladas e suas sociedades controladoras, detidas em nome próprio, bem como por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer negociações, informação esta que será transmitida à CVM e à B3 pelo Diretor de Relação com Investidores da companhia aberta;

- estabelecem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração ou do conselho fiscal de uma companhia de capital aberto, bem como qualquer outra pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas naturais ou jurídicas, agindo em conjunto ou representando o mesmo interesse, realize negócio ou conjunto de negócios por consequência do qual sua participação direta ou indireta ultrapasse, para cima ou para baixo, os patamares de 5%, 10%, 15%, e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia, referida pessoa deverá divulgar as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e

- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Em observância às normas da CVM e da B3, notadamente as disposições da Instrução CVM 358, em02 de fevereiro de 2021, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, a Política de Divulgação de Informações Relevantes e de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia" ("Política"), cujas regras devem ser observadas por (i) acionistas controladores, se houver; (ii) administradores; (iii) membros do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado; (iv) membros de órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária; (v) todas as pessoas que ocupem cargo de gerência na Companhia, suas Controladas ou Coligadas; e (vi) outras pessoas indicadas pelo Diretor de Relações com Investidores, a seu exclusivo critério, que tenham ou possam vir a ter Informações Sensíveis ou Informações Privilegiadas relativas à Companhia, suas controladas ou coligadas, conforme termos definidos na Política ("Pessoas Sujeitas à Política").

A Política visa a: (i) disciplinar a divulgação ao mercado de informações que, por sua natureza e características, devam ser classificadas como Fato Relevante, estabelecendo as regras e diretrizes a serem observadas no que se refere à divulgação de tais informações e seu sigilo, enquanto não divulgadas; (ii) estabelecer as normas gerais e de conduta que serão utilizadas pela Companhia para classificar informações como Fatos Relevantes e divulgá-las, conferindo, em benefício dos investidores e do mercado em geral, previsibilidade às condutas que serão adotadas pela Companhia; (iii) evitar e coibir a disseminação seletiva de informações sobre Fatos Relevantes e informações privilegiadas; e (iv) buscar assegurar aos investidores e ao mercado em geral o oportuno acesso às informações necessárias para suas decisões de investimento, contribuindo para a melhor simetria possível na disseminação de informações sobre a Companhia.

Para alcançar tais objetivos, a Política estabelece que cabe ao Diretor de Relação com Investidores: (i) cumprir os deveres a ele impostos pela Política e pela regulamentação aplicável; (ii) monitorar o cumprimento da Política pelas Pessoas Sujeitas às Políticas; (iii) prestar todos os esclarecimentos adicionais, quando assim solicitados, pelas autoridades competentes ou por quaisquer bolsas de valores relativos a Fato Relevante; (iv) monitorar a ocorrência de oscilações atípicas na cotação ou no volume de negociação dos valores mobiliários, e, se e quando verificadas, inquirir as pessoas com potencial acesso a informações privilegiadas, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado; (v) efetuar, por meio eletrônico, as comunicações noticiando às Pessoas Sujeitas à Política a existência de vedações ordinárias e extraordinárias à negociação; (vi) acompanhar as informações recebidas das Corretoras Credenciadas quanto às negociações por Pessoas Sujeitas à Política; (vii) enviar à CVM e às bolsas de valores informações acerca de comunicação de titularidade e negociação e comunicação de negociação relevante que tenha recebido, nos termos da Política e da regulamentação aplicável; e (viii) apresentar relatório semestral ao Conselho de Administração da Companhia para que este possa verificar a aderência das negociações realizadas pelos beneficiários dos planos individuais de investimento por eles formalizados.

Caberá ao Diretor de Relação com investidores zelar para que os fatos relevantes sejam divulgados na forma prevista na lei, na regulamentação aplicável e na Política, de forma clara e precisa, em linguagem acessível ao público investidor, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação simultânea em todos os mercados em que os valores mobiliários da Companhia sejam negociados.

De acordo com a regulamentação da CVM aplicável e a Política, é considerada um "Fato Relevante" qualquer decisão de eventual acionista controlador, deliberação de assembleia geral de acionistas ou de órgão da administração da Companhia ou de sociedades do seu grupo ou quaisquer outros atos ou fatos de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia ou de sociedades do seu grupo, que possa influir de modo significativo: (a) na cotação de Valores Mobiliários; (b) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os Valores Mobiliários; ou (c) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários. São exemplos de ato ou fato potencialmente relevante, dentre outros, aqueles discriminados no artigo 2º da Instrução CVM 358.

As Pessoas Sujeitas à Política que venham a ter acesso às informações privilegiadas ou informações sensíveis, conforme definidas na Política, devem guardar sigilo acerca de tais informações enquanto não forem divulgadas pela Companhia e zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Quando se tratar de informações privilegiadas ou informações sensíveis, as Pessoas Sujeitas à Política devem obrigatoriamente, nos termos da Política:

- não discutir tais informações em lugares públicos ou na presença de terceiros, inclusive familiares ou outros conhecidos;
- manter todos os memorandos, correspondências e outros documentos que contenham tais informações em local seguro e reservado; e
- não fornecer a terceiros seu login e senha de acesso ao computador profissional ou à rede da Companhia.

As Pessoas Sujeitas à Política devem observar os seguintes procedimentos de conduta para a comunicação com terceiros:

- direcionar qualquer contato externo feito por áreas de pesquisa ou de venda de ações de bancos e investidores de modo geral para o Diretor de Relações com Investidores, ou para o departamento de relações com investidores da Companhia;
- não conceder entrevistas ou fazer qualquer pronunciamento à imprensa sem a orientação e recomendação expressa de um diretor estatutário;
- direcionar qualquer contato de jornalista para a área de assessoria de imprensa da Companhia, que deverá, sempre que o contato se relacionar a Fato Relevante, Informação Privilegiada ou Informação Sensível, consultar o Diretor de Relações com Investidores;
- antes de participar de eventos externos como representante da Companhia, consultar o diretor específico de sua área e o Diretor de Relações com Investidores, ou o departamento de relações com investidores, para contemplar em seu discurso apenas informações públicas; e
- caso um terceiro comente ou questione sobre alguma Informação Privilegiada ou Informação Sensível, abster-se de responder ao comentário ou questionamento e informar imediatamente tal fato ao seu superior imediato e ao Diretor de Relações com Investidores.

De acordo com a Política, o relacionamento da Companhia com os investidores e com os formadores de opinião no mercado de valores mobiliários ocorrerá exclusivamente por meio do Diretor Presidente, do Diretor de Relações com Investidores e do departamento de relações com investidores ou por outros administradores ou funcionários por eles autorizados especificamente para esse fim.

Em situações excepcionais, a divulgação de Fatos Relevantes poderá ser deixar de ser realizada, caso ponha em risco interesse legítimo da Companhia ou de suas controladas. Caso, porém, a informação sobre o ato ou fato relevante não divulgado escape ao controle, ou haja uma oscilação atípica na cotação ou volume de negociação dos valores mobiliários, o ato ou fato relevante deverá ser divulgado ao mercado pelo Diretor de Relações com Investidores, nos termos da Política.

Os administradores da Companhia são obrigados a comunicar à Companhia, à CVM e à entidade de mercado nos quais os valores mobiliários emitidos pela Companhia sejam admitidos à negociação, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de emissão da Companhia e de sociedades controladas ou controladoras, desde que companhias abertas, de que sejam titulares. Devem, ainda, comunicar os valores mobiliários emitidos por essas companhias que pertençam (i) ao cônjuge do qual não estejam separados judicialmente; (ii) ao companheiro; (iii) a qualquer dependente incluído na declaração anual de imposto sobre a renda; e (iv) a sociedades controladas direta ou indiretamente.

A Política pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Avenida Zaki Narchi, nº 500, 3º Torre, 5º andar, Vila Guilhermina, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 02029-000; e (ii) internet: site da Companhia www.nadirfigueiredo.com.br, site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que julgamos relevantes em relação a esta Seção.